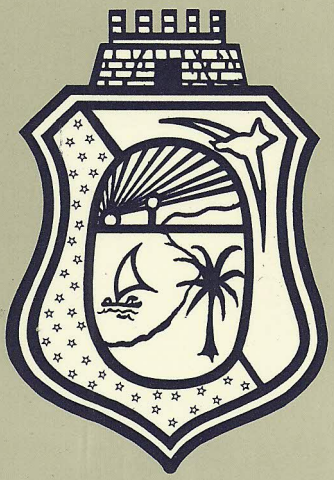
EVOLUÇÃO HISTÓRICA CEARENSE



Raimundo Girão

RAIMUNDO GIRÃO

EVOLUÇÃO HISTÓRICA CEARENSE

1986
Banco do Nordeste do Brasil S.A.
Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste — ETENE
Fortaleza

Copyright (c) 1985. Banco do Nordeste do Brasil S.A.

Série: Documentos do Nordeste, 5

Revisão Ortográfica: Bernadete Oliveira
Normalização Bibliográfica: Maria Ismênia Bezerra Cardoso

Banco do Nordeste do Brasil S.A.
Av. Paranjana, 5.700
60.000 — Fortaleza — Ceará — Brasil

GIRÃO, Raimundo. Evolução histórica cearense. Fortaleza, BNB.ETENE, 1985. 446p. (Documentos do Nordeste, 5)

Ceará - História

006/85

Impresso no Brasil / Printed in Brazil

SUMÁRIO

Pág.

PREFÁCIO 07
1. **ORIGEM HISTÓRICA** 09
1.1. A Terra 09
1.2. O Habitante 14
1.3. Etimologia 22

2. **OS PRECURSORES** 29

3. **FUNDAÇÃO DO CEARÁ** 69
3.1. Relato de Soares Moreno 69
3.2. Posse da Terra 74

4. **OS HOLANDESES** 81
4.1. II Excursão e Retirada 81
4.2. Relato de Matias Beck 84
4.3. Ataque ao Forte 87

5. **CAPITANIA** 99
5.1. Domínio Luso e a Colonização 99
5.2. As Vilas 105
5.3. O Difícil Desenvolvimento 115
5.4. Os Capitães-mores 125

6. **BASES ECONÔMICAS** 133
6.1. Charqueadas 133
6.2. Algodão 146
6.3. Açúcar 163
6.4. Café 165
6.5. Cera de Carnaúba 168
6.6. Maniçoba 173
6.7. Oiticica 174
6.8. Caju 177
6.9. Mamona 179
6.10. Lagosta 180

7. **AS SECAS** 183
7.1. Irregularidades Climáticas 183
7.2. Grandes Secas e Calamidade Pública 193
7.3. Êxodo Rural 204

8. **RELIGIÃO** 207
8.1. Caminhos da Catequese 207
8.2. Igreja Católica 214
8.2.1. *Episcopado* 221
8.3. Protestantismo 222
8.3.1. *Presbiterianismo* 224
8.3.2. *Igreja Evangélica* 225

9. **JUSTIÇA** 229
9.1. Abusos e Tentativas de Organização 229
9.2. Desenvolvimento Jurídico 235
9.3. Dispositivos sobre Direito no Ceará 238

10. **AUTONOMIA ADMINISTRATIVA E ECONÔMICA** 241

11. **INDEPENDÊNCIA, REPÚBLICA DO EQUADOR, ABRILISMO** 257
11.1. Independência 257
11.2. República do Equador 262
11.3. Abrilismo 281

12. **PRESIDENTES DA PROVÍNCIA** 287

13. **LEGISLATIVO** 307
13.1. Implantação 307
13.2. Parlamentares do Regime Monárquico 309

14. **LIBERTAÇÃO DOS ESCRAVOS** 327

15. **REPÚBLICA** 341
15.1. Regime Republicano 341
15.2. Parlamentares 343
15.3. Primeira República 351
15.3.1. *Manutenção de Governo Aclamado* 351
15.3.2. *Oposição e Lutas* 360
15.3.3. *Estado de Sítio e Intervenção no Ceará* 369
15.4. Segunda República 378

16. **A IMPRENSA** 389
16.1. Primeiros Periódicos 389
16.2. Mudanças com a República 397

17. **O ENSINO NO CEARÁ** 405
17.1. Primeiras Letras e Humanidades 405
17.2. Ensino Superior e Universidade 421

Referências Bibliográficas 433

PREFÁCIO

O preparo dos originais deste livro decorreu de sugestão do notável historiador e escritor norte-rio-grandense Luís da Câmara Cascudo, o qual acabava de imprimir a sua admirável *História do Rio Grande do Norte*, que ele exaustivamente organizou atendendo a pedido do então Governador do seu Estado, desejoso de dar efetividade a solicitação do Ministério de Educação e Cultura através de seu departamento — Serviço de Documentação.

Não tive a mesma sorte, porque, ao tempo em que estive em contato com o Instituto Nacional do Livro (1958), o Ministério havia suspendido a publicação de obras dessa natureza, não sei bem por que razão. Aconselhou-me o Sr. Diretor daquele Departamento que embora tivessem sido aprovados os originais, depois de bem examinados como capazes de merecer a publicação desejada, que eu os guardasse, pois em minhas mãos estariam mais seguros contra qualquer extravio.

Mais tarde, veio-me a oportunidade de ocupar, como primeiro titular, aliás, o cargo de Secretário de Cultura do Estado (governo Plácido Aderaldo Castelo), e bem poderia ter concorrido para que a mesma Secretaria publicasse a obra, tal como fiz em relação a livros de autoria de escritores cearenses, já esgotados, mas de necessidade cultural inestimável. Naturais escrúpulos, no entanto, não me levaram a tanto e daí por diante não mais me animei na tentativa de vê-la no prelo.

Por último, e por sugestão do meu neto, o médico Dr. José Eurípedes Maia Chaves Júnior, que os encontrou e os leu, resolvi entender-me a respeito com o Exmo. Sr. Secretário de Cultura e Desporto do Estado, o escritor Joaryvar Macedo, e recebi de sua parte o necessário estímulo, oferecendo-se para encaminhar à Direção do Banco do Nordeste memorial explicativo, e de pronto o fez. Não dispunha a Secretaria de verba para fazê-lo por si.

No Banco do Nordeste, o livro passou pelos diversos crivos de apuração do seu mérito e foi com indizível contentamento — bem se calcula! — que me chegou a comunicação de haver sido considerado publicável.

E porque os originais foram escritos havia anos, e conseqüentemente desajustados cronologicamente em algumas partes, consegui me viessem às mãos para uma óbvia atualização que corrigisse os anacronismos.

Fiz esse trabalho, conquanto não de todo rigoroso, de forma que a obra vai a imprimir-se sem muitas das omissões criadas pelo decorrer do tempo e verificadas nos velhos originais.

Rejubilo-me com o fato, para mim da mais suma importância, e, com as minhas alegrias, quero deixar consignados aqui os meus melhores agradecimentos ao Presidente do Banco do Nordeste, Dr. Camillo Calazans de Magalhães, e aos funcionários deste e do seu modernissimo parque gráfico, os quais, generosamente, concorreram para a realização do meu torturado sonho. E bem assim ao nobre amigo e culto intelectual Dr. Joaryvar Macedo, pelo seu passo decisivo na feliz concretização daquilo que me foi objeto de longa e angustiosa espera. Obrigado a todos!

Janeiro de 1985

RAIMUNDO GIRÃO

1. ORIGEM HISTÓRICA

1.1. A TERRA

A primeira investida organizada de exploração do Ceará fez-se em 1603.

Até então, a resposta àqueles que ansiavam pelo descobrimento da região além-norte do Rio Grande eram informações fantasiosas e contraditórias de sua esterilidade. De nenhum proveito para os negócios do Rei aquela terra de adustez, a que um debrum de areia emprestava feição de deserto.

Essa orla de praias infindas, espelhando ao sol uma lembrança de solidão, valia como uma "cinta de castidade" que afastava da terra virgem os violadores, na pinturesca expressão de Câmara Cascudo.[39]

Ainda em 1750, Rocha Pita considerava a *província* do Ceará a mais áspera e inútil do Brasil, só abundante de salinas, pau-violeta e âmbar-gris, que "o mar", em desempenho da esterilidade dos outros gêneros, lançava na sua grandíssima costa confinante com o Maranhão.[100]

Martins Soares Moreno, na sua *Relação*, de 1618, já deixava escrito que o "Seará está a 100 léguas da Capitania do Rio Grande para Leste e em todas estas léguas não há um palmo de terra que se possa povoar nem que dê mantimento por nenhuma maneira; tudo são areais desertos, só em 3 Rios tem 3 castas de tapuias de guerra; desde dali ao Maranhão, tão pouco há coisa que se possa povoar."[158]

A cinta de castidade escondia para o homem branco os pudores de uma gleba de interessantes diferenciações geofísicas, mal suspeitadas. As volúveis dunas da beira marítima, seminua de vegetação, refletindo no saibro silicoso e feldspático a quentura que escaldaria de morte desavisados bandeirantes e trabalhadas de ventos insolentes, eram apenas cortina falsa que os medos não ousavam descerrar.

A ausência de promontórios e baías acolhedoras ao longo de seus 700 quilômetros tornava esquivos os afoitos lusos, e só os aventureiros da pirataria punham ali as botas, na traficância temerosa com os índios.

Para trás do rosário dos cômoros assim desvestidos e ardentes, estendia-se, no entanto, desconhecida até muito tarde, a geografia de uma

região muito típica, que ora esplendia na pujança verde da sua flora singela, alegrada de uma fauna abundante e buliçosa, ora ardia na soalheira inclemente, esvaziando-se da vida para sobreviver, defolhada, sem frutos, confinada nos seus últimos redutos biológicos.

Quem pudesse, do mar, olhando o horizonte largo, abranger-lhe os contornos longínquos, veria diante de si a figura, quase igual, de um barrete frígio com as borlas assentadas no Atlântico revolto, e guardaria a imagem de uma vastidão de planície, entrecortada de ondulações, altos e baixos em monótona seqüência, de cansar a vista.

Vizinho às dunas, a faixa litorânea, com os seus tabuleiros de areia e argila, com as suas lagoas rasas, às vezes d'água doce, às vezes salgada, com as suas baixadas úmidas ou alagadiças, as suas várzeas de aluvião, tudo numa orografia não mais alta de 100 metros, que uma temperatura média, oscilante em torno de 26,5° C, favorece e estimula. A vegetação halófila das embocaduras dos rios e das gamboas alia-se, aqui mais, ali menos, às associações psamófilas, na sua virência de árvores, arbustos e ervas, protegida pela presença das chuvas, cuja altura de precipitação excede a 1.200 mm, fazendo menos precário o período úmido e fresco.

Para além, o *desertão*, o sertão das caatingas e das pradarias, ocupando 4/5 do território contido dentro no imenso meio-círculo das serranias contornadoras de leste, sul e oeste, que separam o Ceará dos Estados limítrofes.

É o sertão o pampa do norte, já disseram.

Compreende, na exata descrição de Pompeu Sobrinho, a mais vasta porção do território do Ceará, consistindo numa sucessão de colinas ou lombadas, num conjunto ligeiramente ondulado, cuja altitude cresce progressivamente para o interior, variando de 100 a 300 metros. Muitos rios e riachos sulcam o território geralmente impermeável, argiloso, ou rochoso, abrindo sulcos mais ou menos profundos. É uma região em pleno estado de maturidade. Os rios cavaram seus leitos, aproximando-se do perfil de equilíbrio, e as encostas ou vertentes erodidas se abaixaram, apresentando uma superfície que tende a tornar-se tangente ao *talweg* dos cursos d'água. Pequenas cadeias de serras ou serrotes, profundamente sulcadas por um número de riachos, secos durante o verão, erguem-se em muitos pontos a uma altura que raramente excede a 100 metros sobre o nível do mar. Ordinariamente, estas elevações são simples serrotes isolados, que se levantam bruscamente do planalto, apresentando por isto um aspecto imponente. As ações dinâmicas, na faina incessante de destruição, criam formas e contornos bizarros, que provocam admiração e curiosidade. Enorme é a enumeração destas serras, ou serrotes, ou serras secas, pedregosas e incultas, disseminadas pelo planalto cuja monotonia quebram.[28]

Muitos rios e ribeiros carreiam as águas caídas do céu sobre terreno tão peculiar. Não há deles, entretanto, que se supram e vivam de fontes

perenes. São todos de regime torrencial, rios secos ou, mais precisamente, rios das regiões quentes com estação seca: durante a fase pluviosa, comumente chamada *inverno*, as águas correm para os seus leitos e, não raro, destes extravasam em inundações perigosas; mas, passadas as chuvas, põem-se a diminuir de volume, até *cortarem* inteiramente os seus cursos, mostrando então, à espera das novas chuvaradas, os alvos talvegues de areia. Nos maiores, ficam *poços* que resistem por longo tempo, dando alento à fauna sequiosa.

Vemo-los descer ao mar divididos em três vertentes: a SE, que é a mais ampla (93.000 km²), a N, que é a segunda em área (40.000 km²), ambas genuinamente cearenses, e a O, que é a menor (17.000 km²), formada pelo Poti e seus afluentes, com as respectivas águas dirigidas para o seu coletor piauiense — o Parnaíba.

Da primeira vertente, o grande representante é o Jaguaribe, com o desenvolvimento de 555 km. Outros menos potentes a completam: Pirangi, Choró, Catu, Malcozinhado, Pacoti, Cocó, Ceará.

O Jaguaribe, de *nascedoiros* no sertão dos Inhamuns, reforçado dos seus tributários principais — Salgado - Riacho dos Porcos e Figueiredo, à margem direita, e Banabuiú - Quixeramobim, Cariú, Bastião, Truçu, Riacho do Sangue e Palhano, à esquerda, é o responsável pelos vales ou ribeiras de constituição aluvional — Baixo Jaguaribe e Várzeas do Icó e do Iguatu, onde vicejam carnaubais famosos de cera e singularidade panorâmica. O sistema Salgado — Riacho dos Porcos drena o vale do Cariri (Cariris Novos), encrustado ao sul, contido na moldura da serra do Araripe. O Banabuiú — Quixeramobim rasga e umedece os sertões de Mombaça e Boa Viagem e, na parte inferior, abre-se em belas planuras de aluvião, semelhantes às do Baixo Jaguaribe.

Da vertente N, o mais notável é o Acaraú, com 320 km; porém outros a alimentam: Curu, Mundaú, Aracati-mirim, Aracatiaçu, Coreaú ou Camocim (antigamente Rio da Cruz), Timônia. A sua bacia hidrográfica é seis vezes menor que a do Jaguaribe e, como esta, ostenta várzeas onde a carnaúba também farfalha e fornece economia.

Da vertente O é senhor o Poti, que sai dos contrafortes da Serra Grande e prefere deslizar no território do Piauí, depois de regar, no Ceará, os vistosos sertões de Crateús.

Geologicamente, o planalto sertanejo compõem-se ora de solo argiloso, duro, pedregoso de gnaisse, granito e sienito, ora silicoso ou sílico-argiloso, raso e seco. A altitude, não maior de 400 m, com a temperatura média de 27° a 28°.

Quanto à sua florística, é possível considerar as zonas específicas da caatinga, dos campos ou prados e das várzeas e coroas.

A caatinga (*caa* — mato, *tinga* — branco, ralo) é a mais extensa e sugestiva (cobre 3/5 do território e a mor parte do sertão), caracterizando-se pelas variações de aspecto de sua vegetação, hoje exuberante

de clorofila e fruto, de animação e felicidade para a existência animal, farta de alimentos e paisagens emocionais, graças aos benefícios das chuvas fecundantes; e amanhã, pela falta destas, acabrunhada e triste, carente de verde e da seiva, da alegria eufórica dos bem-nutridos, empenhada na mais dura luta da sobrevivência. Um conjunto de árvores, na estação molhada, mistura-se viçosamente, em maravilhoso intricado de aroeiras, angicos, catingueiras, umburanas, pereiros, paus-brancos, juazeiros, cumarus, jucás, marmeleiros, sabiás, juremas e quantos mais, convivendo com um sem número de espécies arbustivas, herbáceas e de gramíneas dos mais variados tons.

Os campos são constituídos de gramíneas diversas, das quais se apresentam nobres o capim-panasco e o mimoso, forragem de ótimo teor, segredo da expansão da pecuária, o suporte econômico que a civilização viria trazer e fazer medrar em expressiva e característica adaptação político-social. Ao panasco e ao mimoso ajuntam-se outros incontáveis capins e ervanços — convoluláceas, jitiranas cobrindo a ramaria com o enfeite das suas flores, dando ao campo fisionomia de entusiasmo e bem-estar. Turneáceas, malváceas, amarantáceas, acantáceas, portulacáceas completam essa orgia de alacridade e perfume.

Nas várzeas e coroas, ricas de húmus, predominam a carnaúba, a oiticica, o juazeiro, a umarizeira, a jaramataia, o pau-branco e, de certo modo, o turqueiro, de permeio com ciperáceas, gramíneas, leguminosas, litráceas que revestem o chão de soberbo tapete de verbena, marchetado de pontos das mais variadas cores.

Intercalando-se em todas essas regiões, erguem-se os aculeosos representantes das cactáceas — cardeiros, mandacarus, chique-chiques, coroas-de-frade — dando relevo à aspereza e indisciplina da vegetação.

E alteando-se pretenciosamente da ondulação geral do território, mal atingindos 100 metros, lá estão as serras, a mor parte serras secas, sujeitas ao maltrato dos verões, mas admiravelmente produtivas na época invernosa, e também várias serras frescas de clima agradável, não raro frio, e vegetação abundante, francamente florestal, com alguns vales pantanosos e fertilíssimos, aptas às mais satisfatórias culturas: a Serra Grande ou Ibiapaba com os seus prolongamentos até a Araripe, separando o Ceará do Piauí, a de Baturité ou Guaramiranga, a de Maranguape, a de Pacatuba ou Aratanha, a de Uruburetama, a de Meruoca, a do Pereiro, a do Machado, todas primitivamente cobertas de densas matas, cortadas de regatos ou córregos e apresentando, nos seus desníveis, umíferos vales, maiores uns, outros pequenos. O solo, mais profundo e fresco, propicia o desenvolvimento regular da vegetação. A temperatura desce, freqüentemente, a 16°. De todas se poderá dizer o que o Padre Vieira disse da Ibiapaba: "Os dias do povoado da Serra são breves, porque as primeiras horas do Sol cobrem-se com névoas, que são contínuas, e muito espessas. As últimas escondem-se antecipadamente nas sobras da serra, que para a

parte do Ocaso são mais vizinhas e alevantadas. As noites, com ser tão dentro da zona tórrida, são frigidíssimas em todo o ano e no invero com tanto rigor, que igualam aos grandes frios do Norte, e só se podem passar com a fogueira sempre ao lado."[5]

Integrando o mosaico configurativo da geografia cearense, é de salientar, entre outros vales frescos, o vale do Cariri (Cariris Novos), ao extremo-sul, filho hígido das fontes cristalinas despejadas pelos alcantis da Araripe, de solo ubérrimo, sempre favorável à grande produtividade agrícola, com o seu clima sadio e ameno e a majestade das suas palmeiras, macaúbas e buritis.

Vê-se de tal esquema geográfico, que tudo no Ceará, como acentua Joaquim Catunda, acusa uma natureza uniforme nos seus aspectos e extenuada nos seus processos. "Ausência quase absoluta do grande. Os montes sem elevação, os vales estreitos, os rios sem profundeza, a vegetação raquítica e atrofiada, a fauna minguada de variedades e de forma, a paisagem sem grandeza. A tudo o pequeno imprimiu o seu selo, exceto no aspecto do céu e do mar."[41 (p.5)]

E desse modo raso, com a sua natureza pobre de dissimetrias, sem recortes nem atrações, e o chão sem poder ostentar pingues motivos à ambição dos colonizadores, ainda, acima de tudo sofre a terra, açoitada de terríveis vicissitudes clímicas, a envolverem-na de quando em quando: as *secas*, fenômeno de causas ainda indecifradas, mas que se exterioriza pela falta absoluta ou má distribuição das chuvas, trazendo penosos e graves tormentos à botânica e ao reino animal, principalmente ao homem e ao que ele constrói, no esforço da continuidade, do progresso, do bem-estar do corpo e da ventura do espírito.

A estiagem se alonga em acinzado estio e o calor abrasa. O firmamento limpo, sem nuvens, dominado pelos ventos soltos, não dá, nem promete sequer. As plantas mirram e se desfolham, contraídas nas derradeiras reservas da sua nutrição. Os rios transmudam-se em areal e pedregulhos, e esgotam-se os lagos, e a sede mata. A linha ascensional das reações do homem, do seu organismo e das suas esperanças cai à extenuação e tudo, aos poucos, se desmantela no mais cruel estado de penúria.

Tal calamidade condena o Ceará ao ingrato martírio de Sísifo — descreve-nos o enérgico estilo de Catunda. "Eleva com dolorosas privações o rochedo de sua prosperidade e de súbito o vê rolar e sumir-se em um oceano de poeira. Nem uma gota de chuva, nada germina no solo calcinado dos raios solares. Somem-se as águas, secam as árvores, desaparece o pasto, morrem os animais e com eles os seres humanos que não emigram ou buscam os lugares socorridos do governo. . . O sertão se transforma em vasta fornalha que tudo devora; morna solidão invade os povoados, de que se retiram o movimento e a vida. Começa então um grande êxodo de cearenses, e a Niobe americana, envolta em crepe de pó ardente, chora os filhos condenados à expatriação e à morte. Figuras

esquálidas, macilentos, de todas as idades e sexos, de olhos encovados, a vista empanada, a voz sumida, a pele sobre os ossos, imagens da fome se cruzam em todas as direções, se atropelam em todas as estradas. Romeiros do infortúnio, ei-los vão sem saber aonde, em busca talvez da sepultura em províncias estranhas. . . Muitos, porém, não emigram; abraçam-se ao mirrado esqueleto da província e grupam-se nas povoações adjacentes às praias. A fome e a peste, que sempre a corteja, ceifam largamente nessas tendas da miséria."[38] (p.13)

Mas, quando retorna o *inverno*, a terra como que, de momento, estua em forças de reconstrução, e toda a potencialidade concentrada na luta contra o "regime bruto" emerge nas magnificências de um verdadeiro poema de ressurreição.

"É uma mutação de apoteose", bem definiu Euclides da Cunha.

Nem se acredita, se não se vê, neste reaparecimento admirável — a natureza toda sintonizada para o encanto primaveril.

E os pássaros novamente cantam, as alimárias novamente se nediam e o homem retorna à sua forma e à sua fé nos triunfos novos que vai obter, trabalhando ponto por ponto, a obra de restauração do seu contentamento.

Foi num trato fisiográfico assim tão incoerente que o português e os seus descendentes nordestinos, gerados na terra-forja, vieram escrever capítulo difícil da Geografia Humana, esse "precipitado" resultante do epopéico derrame ibérico pelo mundo ignoto, vencendo, não a palmos, mas a polegadas, "os obstáculos de todos os reinos da Natureza", em luta sem armistícios contra o autóctone bruto, suspicaz e insubmisso, contra os rigores queimantes da canícula e as negaças ou os exageros do céu, contra as feras e os vermes, os espinhos da mataria e as traições do solo, para, no fim, ter alargado vitoriosamente a ecúmena da América virgem e conseguido uma aculturação *sui generis*, animosa e inconfundível, que a Sociologia ainda não logrou de todo traduzir.

1.2. O HABITANTE

A colonização portuguesa veio encontrar o ameríndio do Ceará em contacto e comércio com outros homens brancos, franceses principalmente. Também, no litoral, outros íncolas achou recuados do Rio Grande, fugitivos do avanço europeu em busca do norte, enquanto pelo interior, nos sertões ainda ignorados, tribos várias, numerosas umas, rarefeitas outras, se localizavam aqui e ali em tratos territoriais mais ou menos determinados.

Capistrano de Abreu tentou uma sinopse dessa distribuição: "O Ceará estava ocupado por *tupinambás* ou *potiguaras* chegados recentemente do Rio Grande do Norte, e por *tupiniquins* ou *tabajaras* espalhados pela Ibiapaba, e residentes aí desde muitos anos, senão séculos, pois constituíam 70 aldeias. Eram numerosos os tapuias, geralmente *cariris*, primeiros habitadores do litoral, já então recalcados para o interior, exceto no norte, onde os *tremembés*, também do tronco cariri, dominavam as praias que vão de Camocim até além do Parnaíba."[1] (p.244)

Entretanto, tendo-se em vista os novos esclarecimentos trazidos pelo progresso das pesquisas etnográficas, esse resumo sujeita-se, hoje, a sensível retificação, pois que nele se observam dois erros evidentes e uma omissão essencial.

No tocante aos referidos erros, agora pode dizer-se sem contestação não serem os Tremembés da linhagem dos cariris, e também não terem estes jamais habitado a orla marítima.

Com efeito, os Tremembés, segundo mais recente versão científica, são distanciados representantes de uma terceira corrente de povoadores da América, formando gente mesolítica e de origem siberiana, um tanto alterada tipologicamente, que, em marcha secular, chegou ao Nordeste Brasileiro, contaminada de bastante mistura láguida. Depois de transposto o estreito de Bering, teria percorrido, de norte a sul, todo o litoral americano do Pacífico e, em sentido contrário, ou seja, de sul a norte, o do Atlântico meridional. Povo de tendências orientadas para a vida do mar — caça e pesca —, como eram os seus avós, e que, na falta de lobos-marinhos e focas, capturavam tartarugas-marinhas e tubarões, e se abrigavam em choupanas rudimentares ou em fossos cavados nas areias. Constituíram, possivelmente, um novo tipo étnico — o Nordéstido.[150] (p.120)*

Não eram, pois os Tremembés, "vedetas avançadas dos Cariris", como afirmava Capistrano, nem tupis, como pensaram Martius e o americanista francês Paul Rivet. Modificando a classificação de Martius, de Stein e de Ehrenreich, afirmou Alfred Metreaux, com acerto, formarem ditos Tremembés uma raça independente, com idioma e caracteres próprios.

Berredo, nos "Anais do Estado do Maranhão", Ives d'Evreux, com "Viagem ao Norte do Brasil", e o Pe. João Felipe Bettendorf — recorramos a esta nota de Carlos Studart Filho — "ocupam-se detidamente destes gentios, tornando perfeitamente conhecidos todos os detalhes de sua existência miserável."

"São valentes os Tremembés, diz o Pe. Ivo, e temidos pelos Tupinambás; de estatura regular, mais vagabundos do que estáveis em suas

---

*Os elementos humanos dessa terceira corrente emigratória vinda da Ásia deram, na América do Norte, os tipos étnicos *Esquimido* e *Pacífico*; e, na América do Sul, o *Fuéguido* e o *Nordéstido*.

moradas, alimentam-se ordinariamente de peixes, porém vão à caça quando lhes apraz; não gostam de fazer hortas e nem casas; moram debaixo de choupanas; preferem as planícies às florestas, porque com um simples olhar descobrem tudo quanto está às suas vistas.

"Não conduzem após si nenhuma bagagem, pois contentam-se com os seus arcos, flechas, machados, um pouco de *cauí*, algumas cabaças para guardar água, e umas panelas para cozinhar a comida; com mais destreza que os *Tupinambás*, pescam a flecha; são tão robustos a ponto de segurarem pelo braço um dos seus inimigos e o atirarem ao chão, como se fosse um capão. Dormem n'areia, ordinariamente."

Berredo põe sobretudo em relevo suas qualidades de eméritos nadadores, sua índole feroz e os ardis de que usavam na guerra.

"Sendo todos os índios Americanos grandes nadadores, são os *Taramembezes*, entre todos eles, os mais insignes; porque sem outra embarcação que a de seus próprios braços, e quando muito em pequeno remo, além de atravessarem muitas léguas d'água, se conservam também debaixo dela por largos espaços livres de receio; e aproveitando-se naquele tempo desta habilidade, os documentos bárbaros de sua fereza, se algum navio dos que navegavam para o Maranhão dava fundo na costa (como se faz preciso para montar melhor a coroa grande, baixo mui perigoso), empenhavam todas as diligências, no silêncio da noite, por lhe picar a amarra, para que buscando, como buscava logo, seu fatal naufrágio das mesmas vizinhanças de sua vivenda, não só se servisse a sua ambição nesta infame vitória de despojos da carga, mas também das vidas inocentes dos pobres naufragantes, a brutalidade da sua gula.".

O Pe. João Filipe de Bettendorf completa, em largos traços, o retrato dos Tremembés, fazendo realçar a repulsa que tinham pelas coisas da religião.

"Costuma, escreve ele, dizer o Pe. Pero Pedroso, o qual como missionário das Serras de Ibiapaba, tinha tratado muito com os *Tremembezes* sem nunca poder converter um só deles á nossa Santa Fé, que lhe parece que eram precitos todos, também confesso que fora desta ocasião nunca pude dar-lhe um bom sentimento de Deus quando me vinham ver."

Paulino Nogueira, escudado na autoridade do Pe. Vieira, afirma que os Teremembés eram índios morigerados e de índole pacífica. Será esta talvez a verdade. Todavia, o nome Teremembé, por que eram conhecidos, a perseguição movida — na época do Domínio holandês — aos silvícolas das vizinhanças de Jericoacoara, os constantes ataques por eles levados a efeito contra o fortim de N. S. do Rosário e, mais ainda, a opinião dos autores citados, tudo, enfim, parece indicar a fereza dos seus ânimos. Em abono do pensar de Paulino Nogueira há ainda o fato de ter o índio

Francisco Aragiba, quando interrogado por Matias Beck a respeito dos *Teremembés* respondido serem eles boa gente.

Algumas vezes os *Tremembés* viveram em paz, outras em arengas com os portugueses. Amigos de Soares Moreno e dos jesuítas, obstinavam-se, todavia, na reação aos lusos e, até certo ponto, aos holandeses invasores. Mesmo aldeados, mantinham as prevenções. Acabaram protegidos na Missão do Aracati-mirim, mais conhecida por Almofala, em cujas redondezas ainda vegetam os seus descendentes caboclos, relembrando, vagamente, aspectos e costumes dos seus ancestrais.

Pompeu Sobrinho, mais recentemente, dedicou-lhe interessantes estudos, sob o título "Indios Tremembés"; também o Dr. Florival Seraine editou outro sobre suas danças e linguagem, com a epígrafe "Contribuição ao Estudo da Influência Indígena no Linguajar Cearense". Ambos foram publicados na Revista do Instituto do Ceará.

Quanto aos *Cariris* ou *Quiriris*, é também fora de controvésia que habitaram sempre o alto sertão, nunca tendo sido, portanto, expulsos do litoral. No Ceará, localizaram-se no vale do Cariri e margens do rio Salgado, partes dos vales dos rios Cariús e Riacho dos Porcos, chegados — através do rio Pajeú e Riacho da Brígida — do médio São Francisco.

Eram Brasílidos, até ali vindos em sucesivas levas, que se disseminaram pela Borborema e outros trechos nordestinos.

Segundo Pompeu Sobrinho, teriam sido "dos primeiros imigrantes protamalaios que abicaram às costas americanas do Pacífico, no istmo ou na Colômbia. Isto ocorreu, provavelmente, quando nela chegavam novas levas que vinham de galgar os Andes. Admite que essas primeiras levas da quarta corrente de povoadores alcançaram as costas onde, no continente, se internaram no curso N W amazônico, aí pelos últimos séculos deste milênio. O estacionamento na área de formação dos Brasílidos (porventura dos pré-Brasílidos) não teria sido inferior a um milênio antes da dispersão. Teria esta durado cerca de meio milênio. Tudo nos leva a conjeturar que este povo chegara às margens do rio São Francisco cerca de 1,5 milênio, portanto ainda no primeiro quartel da era cristã. Poucos séculos depois estariam alguns grupos de Cariris estabelecidos no sul do Ceará, isto é, aí pelo IX ou X século de nossa era"[147] (p. 122). Na Parnaíba, com o nome de Cariris Velhos, tomaram conta do oeste da Borborema, cabeceiras do rio Piranhas. Outros se espalharam pelos sítios mais férteis de Sergipe e da Bahia, as bacias do Itapicuru e do Paraguaçu. A família decompunha-se em quatro dialetos conhecidos: Quipéia, na Serra dos Cariris; Dzubucuá, no rio São Francisco; Camuru, falado na aldeia da Pedra Branca, Bahia; e Sabujá, na Serra da Chapada, Bahia.

Como fez com os *Teremembés*, Pompeu Sobrinho publicou, na citada Rev. do Instituto do Ceará, demorado estudo sobre os *Cariris*[147] (p.76, notas, 32, 33)*.

Dessa gente etnolingüística considera ele os Carirìaçus (os Carirywasis de Herckman) e os Cariús; estes últimos habitantes da ribeira que lhes herdou o nome; aqueles ocupando a região mais ao norte ("um pouco mais longe", diz Herckman) dos Cariris propriamente ditos e dirigidos pelo tuxaua Curupotó. Igualmente cariris seriam os Calabaços, da margem esquerda do Salgado. Talvez, igualmente, os Icós.

Retificado, dessa maneira, o quadro Capistrano, relativamente aos dois enganos salientados, convém completá-lo no tocante à omissão referente aos *Tarairiús* cuja definição culturo-racial o grande historiador não conhecia nos melhores detalhes e só muito recentemente ficou estabelecida pelo aludido indianólogo Pompeu Sobrinho. Desfazendo afirmações de americanistas que em geral confundiam os Cariris com os Tarairiús, sustenta Pompeu que, muito ao contrário, estes constituíam grupo bem caracterizado e distinto daqueles, o que, aliás, já reconhecia o neerlandês Elias Herckman, que com eles demoradamente conviveu.

Efetivamente, os Tarairiús diferençavam-se dos Cariris pelos usos e costumes e pela estrutura lingüística, podendo ser indicado:

a) não praticavam a agricultura ou, na expressão de Herckman, não semeiam, não plantam e nem se esforçam por fazer provisão de víveres, ao passo que os Cariris cultivavam o campo, em lavouras mais ou menos desenvolvidas;

b) não dormiam em redes, nem trabalhavam a cerâmica, fatos que, identicamente, os distanciam dos mesmos Cariris;

c) os homens usavam o *bodoque* nas orelhas e o *tembé* nos lábios, serviam-se de alpercatas de palha trançada e do propulsor de dardos, coisas não empregadas pelos Cariris;

d) comiam assados os cadáveres dos seus iguais, depois de lavá-los convenientemente, e o faziam entre festejos e lamentações; se não conseguiam comer todo o corpo, guardavam o resto para outra ocasião. Conservavam especialmente os ossos, que eram reduzidos a pó, ou cinza, e esta misturada à farinha ou ao mel de abelha. Os Cariris não adotavam semelhantes funerais, pois deles os cronistas não falam, nem a língua cariri contém quaisquer vestígios que os atestam.

Tão macabro costume era observado entre os Tacarijus (ou Tucurijus ou Curarijus), Camuçus, Acaris ou Acariús, Caratiús ou Caratis, Ireriús ou Reriús, Acanguçus ou Aconguaçus e outros tapuias dos que circundavam a Ibiapaba, na sua parte mais norte; e daí concluir Pompeu Sobrinho sejam *Tarairiús*.

*Leia-se sobre o idioma Cariri o trabalho de C. H. Gatti, conferência pronunciada no 23º Congresso dos Americanistas, realizado em Hamburg, 1920. Traduzida do alemão pelo Dr. Osvaldo Riedel, Ric, *64*: 210.

Esta vasta nação, genuína do Nordeste, compreendia duas subnações: os Jandoins e os Canindés. A divisão Jandoim (Jandovi) era assim crismada pelos colonizadores em virtude do nome de um dos seus morubichabas, tal como se deu com a dos Canindés, chefiada pelo índio deste nome. Paiacus ou Pacajus e Jenipapos seriam — tudo indica — dessa grande nação, que não passa de uma família línguo-cultural oriunda dos *Láguidos*, povo asiático emigrado para o continente da América, em cujo extremo sul veio fixar-se, bem como no planalto Central do Brasil, talvez antes que outro povo qualquer. Do Planalto derramou-se pelo Nordeste Brasileiro, "ja então semi-árido e coberto de caatingas", atingindo, mais provavelmente, o território cearense através de Pernambuco e Piauí, e nele procurando melhores condições climo-edáficas para os seus pendores de povo caçador. O âmbito de sua originária ocupação no Nordeste teria sido a região contida entre o maciço da Borborema e as serras que dividem as águas do Parnaíba, a oeste, e os rios São Francisco, Açu e Jaguaribe, a leste.

A cabilda de Jandoim aliou-se aos flamengos nas explorações pelo interior da Paraíba e Rio Grande do Norte, e sua interferência nos morticínios do Cunhaú é comprovada. Nas correrias da Confederação dos Cariris, desse modo chamada porque dela participaram várias tribos tapuias do Nordeste, até ali tidas como Cariris (1686-88), os Jandoins vieram ao Ceará, juntando-se aos Paiacus. Foi preciso recorrer aos paulistas do Mestre de Campo Martins Cardoso, "governador absoluto da guerra contra os bárbaros", e seu Lugar-tenente João Amaro Maciel Parente, que localizaram acampamento na barra do rio Jaguaribe, sem obter, no entanto, resultados decisivos. Mete-se, então, na refrega o Capitão-mor Tomás Cabral de Olival, igualmente em vão, pois somente vieram aquietar-se após batidos por Fernão Carrilho, que os obrigou a combater os Icós e Caratiús. Em 1694, agora ao lado dos Icós e Paiacus, revoltaram-se de novo, praticando verdadeiras razias nas margens do Jaguaribe e do Banabuiú. O mesmo Carrilho mandou combatê-los e os derrotou em sangrentas pelejas.[202]

Os Canindés e Jenipapos erravam pelas margens dos rios Banabuiú, Quixeramobim e cabeceiras do Cariús. Foram aldeados no sítio Banabuiú e daí removidos, primeiramente, para o lugar Aldeia Velha, perto de Tabuleiro da Areia, do atual município de Limoeiro do Norte, e em seguida para as proximidades da Serra da Palma, em Quixadá, onde foi levantada uma capela sob a invocação de N. S. da Palma. Nova transferência sofreram, desta vez para Baturité, local onde se acha a cidade, cujo nome anterior foi Monte-Mor-o-Novo-da-América.

Nos sopés e vizinhanças da ibiapaba, viviam os Tocarijus ou Cacarijus, que se tornam execrados pela morte bárbara do jesuíta Francisco Pinto, companheiro de Luís Figueira, os dois primeiros da Companhia de Jesus a tentarem a conquista do Maranhão. Foram, por isso mesmo, os Tocarijus

quase exterminados pelos Tabajaras, em revide a semelhante crime. Os Camaçus viviam em estreita faixa de terra entre o norte da cordilheira e a praia pisada pelos Teremembés. Os Arariús, Irariús, ou Reriús, conforme esclarece o Pe. Ascenço Gago, habitavam "outra serra de penedia alta e fragosa, distante da Ibiapaba oito léguas, porém pequena em comparação dela, porque terá de comprido seis léguas somente" e era evidentemente a Serra da Meruoca. "Descem a fazer suas carrerias pelos campos à caça e ao mel, e se tornam a recolher à serra. Não comem carne humana, bebem pouco, casam as filhas depois de quinze anos de idade, costume geral do Tapuia desta costa, não têm mais que uma mulher, a qual costumam também repudiar alguma vez, principalmente se é preguiçosa. São nação belicosa e muito valente. Têm por timbre morrer antes que perder batalha ou dar as costas ao inimigo".

Os Aconguaçus, como também refere o Pe. Asceço Gago, habitavam a Serra da Ibiapaba na ponta mais vizinha ao mar. "Nos costumes não diferem muito do Tapuia Reriiú. Não comem carne humana, mas os ossos dos seus defuntos eles os desenterram ao cabo de 6 meses e, moídos e desfeitos, os comem com mel de abelha, em sinal de amor que lhes têm. Costumam prantear os seus defuntos um ano inteiro; e os viúvos não se tornam a casar senão depois de um ano. É também gentio guerreiro e com singularidade destro na flecha, com a qual não perde tiro; e se alguma vez viram as costas ao inimigo, correndo disparam a seta e empregam o tiro"[88] (p.43). Os Caratiús enchiam as cabeceiras do Poti.

No seu aludido resumo, como vimos, Capistrano afirma que o Ceará estava ocupado por Tupinambás ou Potiguaras chegados recentemente do Rio Grande do Norte, e por Tupiniquins ou Tabajaras, espalhados pela Ibiapaba e residentes aí desde muitos anos, senão séculos, pois constituíam 70 aldeias.

É exato.

Referentemente aos primeiros, como os segundos da língua geral, sabe-se com bastante segurança pois já é da época histórica do Ceará, que aqui chegaram aos poucos, expulsos do Rio Grande pelos colonizadores, enquanto outros, da mesma gente, a eles se renderam e até muito os ajudaram na conquista de novas terras. A Pero Coelho e aos Padres Pinto e Figueira muitos acompanharam como úteis frecheiros.

Os que se haviam homiziado no Ceará enfrentaram aquele bandeirante, sendo porém derrotados e em parte aprisionados, fato que contribuiu para aumentar-lhes o ódio aos portugueses. Entretanto, um dos seus principais — Jacaúna — de modo especial se afeiçoou a Soares Moreno e lhe deu braço forte na empresa de plantar na terra cearense o domínio luso.

A retirada de Soares Moreno em 1631 e a morte de Jacaúna modificaram essas relações de simpatia aos lusitanos, passando os tupis ao cortejo dos holandeses, a quem deram plano e força para a tomada do reduto de São Sebastião (1637) e a quem, mais logo, teriam de votar insopitável

aversão, a ponto de os trucidarem, sem poupar nem um, com o arraso do mesmo fortim (1644). Todavia é certo que aos batavos, depois, muito serviram: foram utilíssimos manobreiros de Matias Beck, o fundador da fortaleza de Scoonenborch, levantada na embocadura do riozinho Pajeú (1649-1654). Com o restabelecimento da posse portuguesa, uns fugiram para a Ibiapaba, que era o valhacouto dos perseguidos, ou se acomodaram em tratos do litoral norte; ao passo que outros permaneceram agregados em aldeias, que se tornaram, posteriormente, missões religiosas — Parangaba, Messejana e Caucaia. A área de ocupação desses índios, no começo, estendia-se do Jaguaribe à enseada do Parazinho ou foz do rio Curu.

No que concerne aos Tabajaras ou Tabajares, é indiscutível se tenham assenhoreado das partes mais altas da Ibiapaba, procedendo do litoral baiano.

Vieram "da Bahia", adonde os primeiros Tabajaras se começaram a propagar — indica o Pe. Ascenço Gago na "Carta Ânua de 1695", dirigida ao Pe. Alexandre de Gusmão, provincial dos Jesuítas do Brasil — e daí se estenderam pelo rio São Francisco arriba, tendo o domínio daquela fertilíssima ribeira até as Serras do Rariguaçu, que há poucos anos conquistaram os paulistas. Desta Serra do Rariguaçu partiram quatro principais, com suas Aldeias, por diferenças que tiveram com outros principais mais poderosos da mesma nação; e atravessando os sertões do rio São Franciso e do rio Ipiaugui*[15], defendendo-se com as suas armas das nações bárbaras que os habitam, vieram a parar em esta Serra de Ibiapaba, em a qual residem há mais de duzentos anos, segundo o cômputo que se pode fazer pelos principais que por direito de sucessão há havido nesta Serra, e as idades de que morreram, segundo se acha em os anais de suas próprias memórias.[88] (p.39)

É esta nação dos Tabajaras — adianta a mesma Carta Ânua —, entre todas as do Brasil, a de melhor juízo. Não resolvem coisa alguma de importância sem consulta e por isso costumam ter em meio da aldeia uma casa de *Parlamento*, aberta em todas as partes, para que todos os que quiserem possam ouvir o que nela se determina. Havendo-se de consultar alguma coisa, manda o Principal armar em dita casa uma rede lavada, em que se deita e o mesmo fazem os fidalgos da aldeia e todos os velhos que são chamados a conselho. Propõe o Principal, ouve os pareceres dos mais, propõem-se as dificuldades, resolvem-se as dúvidas e, depois de altercado o ponto, determina o Principal o que se há de fazer". São judiciosos nos seus arrazoados, mas supersticiosos ao extremo. Amam as bebidas, nas quais aos oito anos de idade iniciam os meninos. Casam as filhas aos nove ou dez, a título de multiplicação e os maridos podem repudiá-las á vontade, recebendo outras.[88] (pp.41, 42)

As crônicas acusam, uniformemente, 70 aldeias desses selvícolas naquela montanha célebre. E com dois dos seus mais importantes Principais,

* Rio Piauí.

já em amizade com franceses flibusteiros, é que entestou Pero Coelho em mortíferas lutas. Vencidos e escorraçados, emigraram em magotes para o Maranhão, onde terminaram nas mãos dos franceses de lá e dos tapuias, sempre que, antes, não escapavam às garras das "doenças contagiosas": "dos que ficaram a metade se tornaram e vindo foram mortos e cativos dos tapuias, de tudo restando, como testemunha Figueira na sua *Relação do Maranhão*, só duas aldeotas, uma das quais é esta a que primeiro chegamos, por estar mais perto do mar e teria vinte casais, e a outra alguns 50 ou sessenta". Mais tarde, os remanescentes aderiram aos flamengos de Matias Beck, obedecendo-lhes quase passivamente.

Muito custou à Igreja a sua catequese e, por fim, esta os reuniu na missão da Ibiapaba ou Tabainha, isto é, a Aldeia de N. Senhora da Assunção da Ibiapaba, de que resultou a Vila Viçosa Real (1759), hoje cidade de Viçosa do Ceará.

De outras inúmeras cabildas há informações e notícias, sem que, entretanto, até agora pudessem ser qualificadas com melhor precisão, relativamente às suas origens étnicas. A existência de umas é atestada, sem nenhuma dúvida, por documentos valiosos, enquanto a das demais somente é deduzida de simples referência dos cronistas e historiadores, confusos, às vezes, nas suas asserções.

Não será de maior interesse tentar, aqui, qualquer sistematização a esse respeito, o que não nos priva de oferecer destaque ao nome de alguns grupos que, conquanto ignorados na sua verdadeira caracterização línguo-cultural, figuram como partícipes de acontecimentos mais sérios da história cearense.

Haja vista, p. e., os Jaguaribaras, já encontrados pelos Padres Pinto e Figueira; os Guanacés e os Jaguaruanas ou Jaguaranas, aqueles massacrados por estes com a conivência dos portugueses; os Anacés, inimigos declarados dos lusos e por certos autores confundidos com os Guanacés; os Quixelós, ou Jucás, os Quixariús.

1.3. ETIMOLOGIA

A etimologia do *Ceará* continua a desafiar solução. Tantas são a esse respeito as opiniões, desde os velhos cronistas aos filólogos atuais, que dificilmente se poderá aceitar como verdadeira qualquer das explicações oferecidas.

Mas parece fora de controvérsia ter vindo o nome de outro Ceará (Siará) do Rio Grande do Norte, trazido pelos potiguaras que acompanharam Pero Coelho na sua desventurosa *entrada* de 1603. Na conhecida "Descrição do verdadeiro descobrimento e nova conquista do Rio Jagua-

ribe, Serras de Ariama, Muibuapa e Ponaré e confins do Maranhão", atribuída, erradamente, ao mesmo Pero Coelho, já figura o topônimo com a grafia *Siará* (aparentemente *Sizra*, pois a terceira letra é mal percebida).

De igual modo, na carta descritiva da costa nordeste do Brasil, deixada pelo holandês Kilian de Resenlaer (1628), se encontra o *Siará*, "riacho de água doce, de que os navios fazem provisão", a 2 léguas do Poting (Potengi), no Rio Grande do Norte, e o rio *Siará*, após a baía Moccouru (Mucuripe), com esta referência: "Siará, revière pour yachts, bonne eau, grande place, trés peuplée", etc. Daí chamar-se *Ceará Grande*, deduz o Barão de Studart, sendo necessário chamar-se ao outro *Ceará-Mirim*, para diferençar-se. Do povoado Ceará Grande o nome estendeu-se à região, hoje Estado. Um pouco diverso, portanto, da justificação de Paulino Nogueira: "Sendo o rio Ceará-Mirim, do Rio Grande do Norte, muito maior que o nosso rio, com certeza os *potiguares*, ou quem quer que o denominasse, não chamariam *grande* precisamente o *menor*. O qualificativo só assentaria no território, que é muito maior que o da província vizinha".

Aires do Casal, na "Corografia Brasílica", anota que CIARÁ, no idioma dos indígenas, quer dizer canto da jandáia, papagaio pequeno e grasnador: de SEMO, cantar forte, clamar, e de ARÁ pequena ave ou periquito. José de Alencar adota esta etimologia, acrescentando que "é a verdadeira, não só conforme a tradição, como as regras da língua tupi (*Iracema*, Notas).

Apoiando-se em Casal e Mons. Pizarro, sustenta Milliet de Saint Adolpho, no seu "Dicionário Geográfico do Brasil", termo *Ceará*, que o nome vem de certa espécie de papagaios que os tapuias apelidavam CIARÁ.

O Cônego Ulisses Pennafort, combatendo essas duas opiniões, pretende ter encontrado a chave do problema ao interpretar, de acordo com a linguagem tupi, um trecho do Senador Tomás Pompeu, "Dic. Top. e Estatístico da Província do Ceará", *ibi*: "Presume-se que o nome da Província (Ceará) veio do rio em cuja barra fizeram os portugueses, em 1616, o primeiro estabelecimento, no lugar hoje chamado Vila Velha (TAUÁ — CUÊRA, em tupi). O rio nasce (CEMO) da serra (ARÁ) de Baturité, do lado do norte, dos sertões dos Ratos (guabirus), dos Pocinhos, e de vários ribeiros que descem (CEMO-A-RÁ) da serra de Maranguape". "Eis como — esclarece o Cônego Pennafort — o ilustrado sacerdote (o Senador Pompeu) por meio da ciência paleogeográfica veio revelar a verdadeira origem túpica do nome que possui o Estado do Ceará". E conclui: "Ceará vem do adjetivo CEIA, CETÁ (no sânscrito CEIA, CITÁ, CITI) que quer dizer *muito* o qual junto ao substantivo ARÁ, significa reunião, grupo de serras. CEIA é empregado pelos indígenas para exprimir número ou coisa que se possa contar, e vem sempre junto

aos verbos e substantivos que, igualmente como no sânscrito, exprimem acervo, acúmulo, reunião, grupo etc".

Teodoro Sampaio, indiscutível autoridade na matéria, escreve que "literariamente falando, é a interpretação de José de Alencar a mais poética e a mais consoante com o sentir de quem tão belamente nos descreve a sua terra natal como um país de primores"; porém adianta que "tudo isto parece lenda que a análise filológica não confirma. O radical CEMO ou CEM não significa canto ou cantar, mas saída, sair, saindo. CEMO-ARÁ ou CEM-ARÁ se traduziria então: sai papagaio, ou papagaio de saída, papagaio saindo, mas neste caso, a frase tupi se construiria melhor, grafando-se ARÁ-CEMA, como se diz PIRA-CEMA, saída de peixe, ou cardume, e então ARÁ CEMA seria saída dos papagaios, ou bando de papagaios".

Convencendo-se de que a grafia CIARÁ é mais autêntica do que CEARÁ, mostra que "CIARÁ se decompõe em duas partes: CI ARÁ, cujo radical CI tem várias traduções — mãe, origem, fonte, manancial, rio, — e a terminação ARÁ é a denominação comum dos Psittacus grandes, dos papagaios e araras. Portanto, CI-ARÁ, guardando a estrutura da frase tupi, se traduziria: papagaio da fonte ou do rio, enquanto que ARÁ-Y ou ARÁ-GY e ainda ARÁ-CI se traduziria: rio ou fonte dos papagaios. Mas, termina o eminente indianólogo, a interpretação verdadeira parece-me outra: pelo nome CII, como se vê em Montoya, no seu "Vocabulário da Língua Tupi", se designava uma casta de papagaios, aves que deviam abundar no país que, por essa mesma razão, foi, nos primeiros anos do descobrimento, conhecido por terra dos papagaios. o nome CI-ARÁ ou CYARÁ não designa senão essa casta de papagaios, como muito bem opinou Monsenhor Pizarro, sem todavia saber explicá-lo. Assim, a terminação ARÁ não tem aí outro valor que não o de confirmar o significado do radical CII ou CI, evitando deste modo uma confusão muito natural na tradução do radical, como naquela denominação se contém. CIARÁ ou CEARÁ significa ou designa uma casta de papagaios e não canto da jandaia, como poeticamente se entendeu".

O Dr. João Mendes Júnior, em artigos publicados no jornal "Estado de São Paulo", em 1902, e transcritos na Revista do Instituto do Ceará, vols. 15, pág. 317, e 16, págs. 206 a 208, relembrando a interpretação dada por seu pai, entende que a palavra CEARÁ encerra a idéia de seca periódica e a de moléstia ou febre proveniente do calor, e se decompõe em CÉ e ARAÁ: CÉ com a significação de costume, como genitivo, exprimindo o modo de ser ou estar, e ARAÁ composta, segundo Montoya, de ARA "tempo" e Á "cair" e significando "enfermidade de quentura", com a significação de moléstias do calor ou da seca. Mesmo que se tenha por mais certa grafia CIARÁ ou SIARÁ, diz o Dr. Mendes Júnior, a sua interpretação ainda se torna gramatical. "O nome CIARÁ fica perfeitamente decomposto: Ç, relativo, e ARAÁ "enfermar, ser doentio". E

se esta decomposição não fosse suficiente para explicar aquela grafia, o nome CIARÁ ainda pode ser decomposto: Ç-IE ARAÁ, pois em tupi a partícula IE sói ser empregada para passivar os verbos e, muitas vezes, como "recíproco em si mesmo", segundo ensina Montoya, significando o nosso se, quando apassivamos verbos cuja ação não possa ser exercida pelo sujeito. Assim a palavra CEARÁ ou CIARÁ, decomposta em Ç-IE ARAÁ, significando "fica-se donte" e referindo-se ao fato de ser doentia aquela região, é intepretada muito mais gramaticalmente do que na decomposição CII-ARÁ, significando a conjeturada abundância de papagaios".

Antônio Bezerra, culto e exato historiador cearense, recorda, sem contudo aceitar, a hipótese, já aventada por Ferdinand Denis, de CEARÁ ter-se originado do nome SAHARA, o grande deserto africano, dado pelos primeiros povoadores, à vista das dunas que criam as praias; mas posteriormente encarou mais demoradamente a questão e, após uma série de judiciosas considerações em torno da imprecisão e diversidade das etimologias das palavras indígenas e da grafia do vocábulo Ceará, chega à conclusão de que este "proveio da infinita caça que havia neste Estado e foi a causa de fixarem os índios por aqui a sua nova residência. Não há outra explicação mais de harmonia com a crítica histórica, não passando as variantes da palavra Ceará, de simples questão de ortografia. Uns escrevem dum modo, outros de outro". CEARÁ vem de ÇOÓ, SOÓ ou SUU e ARÁ, "significando pássaro ou ave em geral e traduzindo a prodigiosa quantidade de caça que por aqui havia, de tal modo que atraía os índios, surpreendia-os até, visto como não se encontrava em tão grande abundância noutra Capitania".

Mais tarde, "estudando com mais afinco e insistência o mesmo assunto — acresce Antônio Bezerra —, mudei de opinião em presença de novos e valiosos documentos que tive a fortuna de examinar; e tenho hoje plena certeza de que descobri a origem do nome Ceará". "SIZRA e não CEARÁ foi a palavra da qual proveio o nome que tem o nosso Estado. SIARÁ foi a primeira corrução e depois desta a de SEARÁ ou CIARÁ ou CEARÁ". É com esse nome de SIZRA que se designa a povoação ou aldeia de indígenas na margem direita do rio então chamado Pirangi, hoje rio Ceará, no mapa atribuído a Pero Coelho de Sousa, apenso ao livro "Razão do Estado do Brasil", de Diogo Campos Moreno, e que é o mais antigo documento que se conhece sobre o começo deta Capitania. "SIZRA, que é paroxítona, rodeada de lugares cujos nomes eram oxítonos, como Alto Tabapoá, passagem no rio conhecido por Tamanduá, sítios Pereá, Trapiá, Muritiapuá, serras do Juá, do Camará, enseada do Pará e outros que ainda os conservam, corrompeu-se para Seara e depois para Seará, se antes não lhe foi dado o acento tônico na última sílaba por exigência da língua portuguesa, pois que SIZRA pouco vai para SIARÁ".

Antônio Bezerra confessa ignorar o que significa o vocábulo Sizra em língua geral ou em cariri, e certamente esposou tão extravagante etimo-

logia à Menage num instante de irreflexão, porquanto não é crível que, inteligente, culto e zeloso como era, permitisse aninhar-se-lhe na cabeça semelhante exegese. Nunca a palavra Ceará foi escrita Sizra, e o Barão de Studart nos dá, talvez sem o pensar, a contradita ao autor de "Algumas Origens do Ceará"; no mesmo valioso documento a que se refere Antônio Bezerra, jamais esteve aquela grafia. Deu-se, apenas, que no nome Siará se encontrava pouco perceptível a letra *a* (2a. sílaba), oferecendo a quem examinasse o documento a impressão de um *z*.

A outra versão de Antônio Bezerra, conforme a qual é resultante de ÇOO ou SOO caça e ARÁ papagaio, é combatida por Teodoro Sampaio: "Se ÇOÓ significa caça e ARÁ papagaio, são dois substantivos a entrarem em composição do vocábulo. Ora, no tupi, guardada a estrutura da palavra composta, o primeiro termo dela representa o possuidor e o segundo o objeto possuído; ou, ainda, o primeiro termo indica a matéria de que uma coisa é feita e o segundo representa a própria coisa. Assim, portanto, ÇOOARÁ se deverá traduzir — papagaio de caça, uma vez que aqui se não trata da constituição propriamente material da coisa, a não ser que se admita por tradução de ÇOO aquela que mais geralmente se lhe dá, isto é, carne; mas, neste caso, teríamos para versão portuguesa de ÇOO-ARÁ — "papagaio de carne" — que me parece inadmissível, como a precedente".

Muito diferente é a interpretação de Capistrano de Abreu.

Convencido de que as explicações dadas à origem no nome CEARÁ são entre si contraditórias, sustenta o nosso maior historiador que é no cariri e não na língua geral que se deve procurar luz para aclarar as dúvidas: a palavra vem de DZU (com o *d* pouco sensível e o *u* soando á francesa, aproximadamente como o particípio passado do verbo savoir) que significa água, rio, e de ERÁ, verde: rio verde. "Continuo a pensar, deixou ele escrito, que Siará era o nome dum rio; que, fundando-se uma fortaleza junto às suas margens, se foi chamando fortaleza do Ceará; e que este nome com o tempo se foi estendendo à capitania. O mesmo se deu em Pernambuco, em Alagoas etc. Os indígenas não tinham termo para designar vastas extensões territoriais. Por isso, qualquer ponto em que os portugueses se estabeleciam é que dava o nome a toda a capitania".

Sendo hoje absolutamente certo que os Cariris não viveram no litoral, cai por terra essa opinião. Nunca, do interior onde habitavam, poderiam dar ou inspirar um topônimo na praia.

O douto indianólogo Dr. Tomás Pompeu Sobrinho é de todo contrário a Capistrano, sustentando que em nenhuma hipótese Ceará ou Siará poderá resultar de *dzu* e *erá*. Na língua cariri — esclarece — de fato água é *dzu*, mas sem que o *u* tenha o som francês, ao passo que verde (ou amarelo) é *erã* e não *erá*. Não nega que algumas vezes os portugueses colonos transformaram a terminação *ã* do tupi em *á*, como de eira-puã (abelha ou mel redondo) fizeram arapuá; porém afirma seguramente que,

se Ceará pudesse ter vindo de *dzu erá*, nunca significaria água verde ou mar verde, e sim casa d'água, o que não teria sentido.

Paulino Nogueira, bom conhecedor da lingüística brasilíndia, sumariou as diversas opiniões acima expostas, fez-lhes a crítica e, acreditando ser túpica a palavra, emite o conceito de que "Ceará compõe-se dos dois vocábulos dessa língua — ÇÔO, SÔO ou SUU caça, de ARÁ tempo, e da partícula pospositiva Á, com que o indígena dava mais força à expressão significativa de um sentimento ou convicção forte, fora do comum, querendo dizer — verdadeiro tempo de caça!". "A ortografia SIARÁ, usada primitivamente, ainda mais corrobora esta interpretação, que dá caça na versão indígena, tanto escrita com *ç* (çôo), como com *s* (sôo ou suu); às vezes se encontra corrompida em *si*, como SIUPÉ, outras em *su*, como SUCATINGA. Em CEARÁ encontra-se, a princípio, corrompida em SI, depois em CE, como atualmente".

Também João Brígido oferece o seu voto: "Ceará, da ortografia atual e oficial, vem duma corrutela que foi aos poucos deturpando a palavra tupi, sem todavia eliminar-lhe certos elementos ortoépicos. Primeiro o povo, que sucedeu ao índio, substituiu na sua ortografia o *i* primitivo da fonética tupi pelo *e* que, entretanto, continua a pronunciar *i*, além de que sincopou a sílaba *ri*, porquanto a palavra primitiva, ouvida ao índio, era CIRI-ARÁ. . .CIRI, na língua guarani, quer dizer andar para trás, e o selvagem, fazendo dum fato uma substância, chamou a todo câncer marítimo ou caranguejo — CIRI. O gênero é este; as espécies, diversas: guaiamuns, aratus, grauçás etc. Ora, a primeira coisa que chama a atenção, a quem toca uma vez as nossas praias, é o grauçá a correr para trás, a caranguejar, fugindo aos importunos até meter-se nos orifícios da areia, tantos que parecem formigueiros. . . ARÁ é adjetivo, significando claro, branco, alvacento etc. E não há dúvida de que esta designação correu da costa para o interior, estendendo-se a toda a região que ora se chama Ceará".

Poder-se-á, outrossim, incluir a variante do alemão Jacó Rabbi, que é também a de Cândido Mendes, segundo a qual o nome se origina de Syrag minor ou Siará-mirim, corrutela de ciri apuá, depois por contração siriá, ciriá e ceará — pequeno caranguejo redondo, rubiáceo do alagado, por causa da abundância desse crustáceo no local onde desliza o pequeno rio ou escoadouro (rio Ceará). Joaquim Catunda esposa esta explicação, porém Paulino Nogueira contesta, alegando que ela "pressupõe uma transformação, uma elaboração tão longa, lenta, trabalhosa e paciente, que em nada se conforma com a índole do selvagem, em tudo rápido, breve, ligeiro e expressivo. O indígena, atestam todos os cronistas, não aplicava às coisas ou pessoas senão nomes de objetos que, por qualquer forma, o impressionassem. Ora, não é crível que o impressionasse de preferência, em um litoral extenso e abundante de todas as espécies de crustáceos, o caranguejo pequeno e redondo, a espécie mais comum que há".

Registraremos, agora, as sugestões apresentadas pelo citado Pompeu Sobrinho, em trabalho sobre etimologia de palavras indígenas.

Analisando o termo CEARÁ, diz: "Com a grafia atual, a interpretação de Teodoro Sampaio é justa. Podemos, entretanto, oferecer outras que nos parecem igualmente razoáveis: 1º — CEI (não quer) mais RÁ (soltar) igual a não requer soltar, manter preso (algum prisioneiro notável). Um fato desta natureza pode ter sido assaz notável para dar nome à aldeia; 2º — CEA (saindo) mais RÁ (sinal) saindo, baliza aparente, visível de muito longe. Certamente alusão às serranias que ficam ao sul e que balizam o porto; 3º — CÊ, contração de ACÉ (gente) mais AÍ (bastante, assaz) mais RÁ (marcada, pintada), literalmente "muita gente pintada"; 4º — CÉ (também significa sair, emergir, brotar, nascer) mais AÍ (bastante, assaz) mais RÁ (que também significa "espiga"). Lugar que dá assaz espiga, fértil; 5º — Menos propriamente, porém ainda admissível, faremos a seguinte análise, correspondendo à grafia CIARÁ: KI igual GÚI igual CI (aqui) mais A (pref. que forma adjetivos, como Y igual água, AY igual aquoso mais RÁ (marca, sinal) ARA (marcado, assinalado, balizado). CIARÁ igual aqui está balizado.

Apresento estas diferentes interpretações, com a ressalva expressa de não pretender impor, ou mesmo preferir qualquer delas como verdadeira. Atualmente Pompeu considera-as inaceitáveis.

Mais recentemente, e depois de refutar, como ficou visto, o modo de entender de Capistrano de Abreu, o mesmo Pompeu Sobrinho lembra que a palavra bem poderá ter origem tarairiú, língua da raça ameríndia por muito tempo reputada cariri, mas na realidade diferente, habitando parte do território cearense e do rio-grandense-do-norte. De lá é que trouxeram o nome, aplicado que era a um rio (Ceará-mirim).

O Prof. Martins de Aguiar, abalizado filólogo cearense, aceita a versão de José de Alencar, de Ceará igual "canto da jandaia". Sustenta que o étimo é cê-ará, tupi, significando "fala o ará", quer se tenha em consideração a grafia Ceará, quer a antiga Siará.

De um estudioso das línguas índicas recebemos a sugestão de provir a palavra de cê mais yara, meu lugar, ou de cihyua mais ará, terra de muita arara.

2. OS PRECURSORES

Não aceitam os geógrafos e historiadores portugueses qualquer prioridade de expedição náutica, nas costas do Brasil, em relação ao descobrimento de Cabral.

Mas hoje não é mais objeto de polêmica este ponto. E a prioridade cabe ao espanhol Vicente Yanes Pinzón, antigo companheiro de Colombo, como capitão do navio "Niña".

Em data não bem identificada de dezembro de 1499, saiu ele do porto de Palos com uma frota de quatro caravelas, nelas viajando velhos marujos conhecedores dos horizontes americanos.

Tendo passado as ilhas de Cabo Verde e transposto a linha equatorial, vieram ter, no dia 2 de fevereiro, a um ponto do continente, num cabo que foi denominado *Santa Maria de la Consolación*, onde desembarcaram e abasteceram os navios de água e lenha. E porque o litoral se apresentasse muito árido, sem qualquer atração de paisagem, e os nativos se esquivassem a qualquer contacto, velejou Pinzón para o norte, até que desembarcaram, cravando no local uma grande cruz. Prosseguindo a rota, alcançaram o Amazonas. Finalmente Palos, em 30 de setembro de 1500.

Com idênticas intenções, um mês depois da saída de Vicente Yanes, largou do mesmo porto outra expedição, de duas caravelas, comandada por Diogo de Lepe, a qual lançou ferro nas águas do Rio Grande do Norte, seguindo até a ponta do *Calcanhar*; retrocedendo, rumou a norte, deu com a cruz deixada por Yanes e chamou esse lugar de *Rostro Hermoso*.

Onde aquele cabo de *Santa Maria* e este *Rostro Hermoso?*

Capistrano, baseado em declarações do próprio Pinzón, aliás em contradição com as que fizera anos antes, concorda em que o *Santa Maria* é o cabo de Santo Agostinho (Pernambuco).

Varnhagen pensa que é a ponta cearense do *Mucuripe*, devendo ser o promontório de *Jaricoacoara*, mais ao norte, o *Rostro Hermoso*. Para o Barão do Rio Branco, aquele cabo é a ponta do *Calcanhar*, no Rio Grande do Norte, opinião deduzida de uma indicação do piloto e cartógrafo quinhentista Diogo Ribeiro.

Pompeu Sobrinho, depois de exaustivamente refutar esses pareceres, tira a conclusão de que o *Santa Maria de la Consolación* não é senão

a *Ponta Grossa* ou *Jabarana*, no município de Aracati, sendo igualmente indiscutível que o *Rostro Hermoso* é o *Mucuripe*.

"O nome *Rostro Hermoso* — diz — dado provavelmente por Pinzón à ponta que avistou na costa onde fez a sua segunda estação e onde Diogo de Lope, alguns dias depois, encontrou ainda uma cruz, que o seu predecessor havia posto aí, está assinalada no mapa de La Casa com os seguintes dizeres:

"rº desasalo hua cruz".

E esse lugar corresponde muito exatamente ao nosso *Mucuripe*. Com efeito, além da adequada posição do lugar em relação a toda a costa, a forma da linha litorânea nas vizinhanças, ou o contorno da praia representa, de modo assaz expressivo, interessantes e característicos detalhes. uma enseada (a do Mucuripe), aproximadamente no próprio local onde devia estar a cruz; e dali para oeste, o sinal da foz de um rio (porventura o rio Ceará), além do qual estão indicados o "*G. de arrecifes*" ou golfo dos arrecifes, correspondentes à enseada do Pecém ou Pericuara, ambas emparceladas e tendo a leste pontas coroadas de arrecifes, ainda é mais impressionantemente adequada. Adiante da ponta do *Rostro Hermoso* (Mucuripe), a linha da costa segue, a princípio, quase reta; logo depois se encurva para representar a enseada do IGUAPE. Protegida por uma ponta algo saliente, em frente da qual o mapa registra os dizeres *"punta del medano"*, com notável propriedade.

Realmente, na ponta do IGUAPE se eleva o morro do mesmo nome, com 394 pés de altura (cerca de 100 metros), visível a mais de 20 milhas do mar. E esse morro nada mais é do que uma grande duna de areias, um medano (que os espanhóis definem: *montón de arena casi a flor de agua*). Tal como é o caso ali.

A identificação do ROSTRO HERMOSO com o MUCURIPE resulta extraordinariamente clara do exame cuidadoso do mapa de La Cosa.

A leste da "punta del medano" (Iguape), no referido mapa, segue-se um trecho de costa uniforme e sem inscrições, que termina numa saliência ou ponta, à direita da qual, e bem próximo, está escrito: "Cº de Stma.", evidentemente *Cabo de Santa-Maria* e, provavelmente, o *de la Consolación*.

A posição deste cabo corresponde muito aproximadamente à que deveria ser a da PONTA-GROSSA. Tanto mais quanto, para confirmar a identificação, um pouco mais a leste, está representada uma praia relativamente uniforme, onde se lê: "Montes arenosos", justamente no lugar onde se eleva a série de morros agora conhecidos pelos nomes de Cajuaz, Manibu, Tibau etc.

Estas considerações completam, de modo insofismável, a identificação do cabo de Santa-Maria de PINZÓN com a PONTA-GROSSA ou da JABARANA, no litoral do município de Aracati, neste Estado".[129*]

*Consulte-se a rica bibliografia aí consignada.

Terá sido, deste modo, nas desnudas costas do Ceará que pela primeira vez pisou o europeu a terra brasileira.

Após Vicente Yanes e Lepe muitos outros navegadores e piratas percorreram, mais ou menos freqüentemente, essas mesmas costas, com a intenção de comerciar com os nativos.

Logo em 1501, tendo largado de Lisboa em 14 de maio, viajaram André Gonçalves e Gonçalo Coelho, trazendo, além de outros, o célebre cartógrafo Américo Vespúcio. Depois de demorarem doze dias em Dacar, àquela época chamada Bezeghice, continuaram caminho até encontrar, no dia 16 ou 17 de agosto, a costa do Brasil, numa angra a que deram o nome de São Roque, bem ao norte do atual cabo, provavelmente na costa do Ceará e não na do Rio Grande do Norte, como a princípio se aceitou. Talvez a enseada do Mucuripe ou a do Iguape; ou, como sugere Pompeu Sobrinho, a do Curumicoara.

Daí seguiu André Gonçalves para o sul e Gonçalo Coelho para o norte, com a missão reservada de reconhecer esse trecho litorâneo, até ali espécie de "terra de ninguém", por onde deviam correr os limites tordesilhanos.

Costeou o Ceará, como fez mais tarde, em 1513 ou pouco antes, uma caravela armada em Lisboa pelo holandês Cristóvão Haro e alguns portugueses, e que abicou na citada angra do Retiro Grande e foi até o Rio Camocim, porventura até o Maranhão.

Nessa mesma época, andaram perlongando os "verdes mares" Diogo Ribeiro e Estêvão Fróis, e tem-se notícia de que também o fez João de Braga.

Vindo com a armada de Martim Afonso de Sousa, desancorada de Lisboa a 3 de dezembro de 1530, a caravela "Princeza", comandada por Diogo Leite, recebeu instruções de rumar ao norte, indo ao Maranhão ou, talvez, ao Amazonas, tendo, pois, observado o litoral do Ceará, "perquirindo a sua geografia e anotando os fatos relevantes".

Seis anos mais tarde (1536), vem a expedição de Aires da Cunha, donatário da projetada Capitania do Maranhão.

Como se sabe, D. João III de Portugal, obrigado a dar solução ao problema do povoamento do Brasil, adotara o sistema meio feudal de Donatarias, já experimentado, com vantagens, nas ilhas açorianas, dividida a região em lotes ou tratos, separados uns dos outros, do mar para o sertão, por linhas paralelas ao equador, e dando-os a pessoas de sua nobreza, que os administrariam com prerrogativas tais que bem se poderia dizer, como o disse Varnhagen: estaria Portugal reconhecendo a independência do Brasil antes de ele colonizar-se.

Afora a de S. Vicente, confiada a Martim Afonso de Sousa, e a de Pernambuco, doada a Duarte Coelho, definharam as capitanias. Algumas nem sequer chegaram a ser tocadas pelos senhorios, principalmente

as localizadas ao norte da de Itamaracá, de que era titular Pero Lopes de Sousa.

Em meio a estas últimas, achavam-se três em cujas áreas se compreendia o atual território do Ceará: a) a de cerca de 100 léguas de frente, costa acima, dada a João de Barros em parceria com Aires da Cunha, e limitada entre a baía da Traição e a enseada dos Negros que, segundo uns, é a do rio Jaguaribe; para outros é a enseada do Iguape. De acordo com a opinião de Pompeu Sobrinho, é a enseada do Curumicoara, atualmente foz do rio S. Gonçalo; b) a de 40 léguas, contadas do último ponto do rio da Cruz, hoje sem discussão identificado como o Camocim, concedida ao Cavaleiro fidalgo da Casa Real, Antônio Cardoso de Barros, pela Carta Régia de 19 de novembro de 1535 e Foral do dia seguinte, figurantes no Livro n. 21 das "Doações de D. João III", fls. 18v., e Livro n. 22, fls. 108; finalmente, c) a com que se favoreceu Fernão Álvares de Andrade, medindo 75 léguas, a contar do rio da Cruz à ponta dos Mangues Secos, no Maranhão.

João de Barros, o afamado historiador, não podendo ou não querendo meter-se pessoalmente na empreitada, associou-se, com o seu parceiro, a Fernão Álvares e tentaram os três, "persuadidos das mais alegres esperanças e importantes fortunas", a conquista das suas doações, mandando para cá aparatosa frota de dez ou doze navios, sob o comando individual de Aires da Cunha, sem contudo lograrem êxito porque, morto o comandante em desastroso naufrágio, já nas costas maranhenses, a empresa aos poucos se desfez, vencida pelos índios, com quem, aliás, haviam feito amizade, até com eles cruzando.

Quanto á de Antônio Cardoso de Barros a chamada Capitania do Ceará, é certo que ele "não assinalou, por si ou por prepostos, a posse dela com algum esclarecimento", sendo contestável o parecer de Varnhagen de que sejam vestígios dessa assinalação "alguns indícios de pedra e cal encontrados depois em Tutóia", ou mais exatamente em Camocim.

Nunca chegou ele a vir, nem mandou pessoa sua ao lote ou trato que lhe fora presenteado e cujos direitos, na opinião do Barão de Studart, teria alienado em favor da coroa, em 1549, ou trocado pelo cargo que passou a ocupar no Brasil, isto é, o de Provedor-mor da Fazenda da Baía, ao tempo de Tomé de Sousa.

Falhando, no Norte, o regime das Donatarias, se bem que nas linhas gerais tenha concorrido para salvar a nova terra das garras doutros povos corsários, não perderam tempo os franceses em nela se instalarem, construindo feitorias e centros de comércio com os naturais, de cuja amizade souberam aproveitar-se.

A tal ponto que passaram a constituir sério incômodo aos capitães e governadores gerais, mais seriamente interessados em expulsá-los da baía do Rio de Janeiro, onde Nicolas Willegagnon, e depois o seu sobrinho Bois-le-Comte, contando com firme adesão dos tamoios, haviam organizado ativo porto de traficância dos produtos da terra.

Derrotados por Mem de Sá nas refregas de 1567, passaram os da "França do Sul" a freqüentar, mais de miúdo, as plagas do Norte, onde, posteriormente, dominando o Maranhão, viriam fundar a "França Eqüinocial".

João Ribeiro observou muito bem que, por mais de meio século, o domínio francês oscilou, nas terras do Brasil — entre 1555 e 1614; ou, como escreve Capistrano, "durante muitos anos ficou indeciso se o Brasil ficaria pertencendo aos Perós (portugueses) ou aos Mairs (franceses).[2 (p.30)]

Essa refluência dos normandos para o setentrião, onde igualmente se aliavam aos silvícolas, perturbando e impedindo a conveniente e exploração das capitanias do norte, esclarece por que se fez tão lenta a conquista desta parte do território brasileiro.

Capistrano lembra ainda, como causa do retardamento, a posição insular do núcleo de Itamaracá, "afastada e segregada de qualquer limite natural naquele rumo", e as correntes aéreas e marinhas da costa nordeste, dificultando a navegação da época para barlavento, na mor parte do ano,[1 (p.37)] resultando de tudo isso que somente depois de mais de cem anos do descobrimento cabralino haja começado a penetração do Ceará.

A traficância com os indígenas, ou *escambo*, troca de utilidades européias (machados, foices, tesouras, panos, quinquilharias etc.) por produtos da terra (matérias-primas, animais e pássaros), tomou tão grandes proporções que sucessivos navios eram carregados com destino ao Velho Mundo.

Não só os franceses, mas também flamengos e ingleses adquiriam o algodão, o âmbar e as madeiras, sendo as principais destas a tatajuba e o pau-violeta, pois não havia o pau-brasil. O âmbar mais encontradiço era o *gris* ou cinzento, oriundo da concreção intestinal das baleias e cachalotes e disputado a ótimos preços, muito mais que âmbar amarelo ou alambro, de origem fóssil. A tatajuba, ou pau-de-tinta, é madeira de cor amarelada, da família das urticáceas (*Morustinctoria, Broussonetia tinctoria*), conhecida em Sergipe por moreira e, em Pernambuco, por espinheiro-bravo. O nome tem outras variantes: Tataíba, tatajiba, tataí-y, tatarema, jataíba etc. Fornece boa matéria corante amarela, apropriada para tinturaria, sendo também utilizada em construções. Encontrava-se facilmente nas vizinhanças do rio Ceará e de Mucuripe, sendo de menor valor que o pau-violeta.

Este, como o nome indica, tem o lenho de coloração roxa e, entre os indígenas, era conhecido pela denominação de uburaquatiara (madeira pintada) ou iburã-quatiara, uguiraquatiara, ibria-coatria etc. Na França chamavam-no *bois de mandril* ou *bois violet*.

É uma papilonácea, cuja espécie não está determinada, sugerindo o Prof. Dias da Rocha a classificação *Dalbergia violeta*, donde surgiu o nome violeta pelo qual é vulgarmente conhecida.

Muito procurada, por se prestar admiravelmente à fabricação de móveis de luxo.

Embora a *terra do Ceará* fosse considerada "sem proveito algum", agora já era inadiável tirar o Maranhão aos franceses, cuja ousadia não encontrava limites, urgindo estabelecer, ao longo da marinha esquecida, pontos de defesa e de escala e suprimento às frotas que a demandassem, no serviço da conquista.

Estava bem claro no Regimento expedido pelo Governador-Geral Diogo Botelho, datado de 21 de janeiro de 1603, com que se firmava o procedimento de Pero Coelho de Sousa: "Porquanto á obrigação de meu cargo compete ordenar as coisas deste Estado na forma que se consigna o efeito que em semelhantes conquistas Sua Majestade pretende, que é, por meios lícitos, dilatar-se a nossa santa fé católica e *impedir o comércio de estrangeiros* que, contra as pazes capituladas e fora da obediência ao seu rei, vêm a portos deste Estado, e como, por experiência, se tem visto, depois do Rio Grande fortificado, irem a Jaguaribe, donde se sabe haverem levado amostras de ouro e suas terras — ordenei com deliberado conselho das pessoas que no estado há de experiência e letras, que se descobrisse por terra o porto do Jaguaribe e se *tolhesse o comércio de estrangeiros*, além de descobrirem-se as minas que na terra há, oferecendo-se pazes em nome de Sua Majestade a todo o gentio". [184 (v4, p. 5)]*

Pero Coelho, "homem nobre e fidalgo, casado, soldado velho que se achara em muitas jornadas estrangeiras", resolveu, de sua conta e risco, organizar uma *bandeira* para descontar-se de prejuízos anteriores sofridos em parceria com o cunhado Frutuoso Barbosa. Obtendo a necessária provisão de Capitão-mor da empresa, aprestou-se do que pôde reunir, em material e gente.

O melhor documento dessa viagem é Frei Vicente do Salvador, que ultimou a sua interessante "História do Brasil" em 1627, a pouca distância, portanto, daquele empreendimento.

"Querendo Pero Coelho de Sousa — vamos ouvir o frade baiano — ver se podia recuperar a perda, em parte, que com seu cunhado Frutuoso Barbosa recebera na Paraíba, e entendendo que, pois el-rei lhe tomara por eles não poderem conquistá-la, podia correr com a conquista de outros rios e terras adiante, especialmente da serra de Boapaba, que era mais povoada de gentio, pediu licença ao governador, mandou três barcos com mantimentos, pólvora e munições que o fossem aguardar ao rio de Jaguaribe, e ele se partiu da Paraíba por terra, este mesmo ano de 603, em o mês de julho com sessenta e cinco soldados, dos quais os principais eram: Manuel Miranda, Simão Nunes, Martim Soares Moreno, João Cide, João Vaz Tataperica, Pedro Congatan, língua e mais outro língua francês chamado Tuim-Mirim, e com duzentos índios frecheiros,

*Na carta que, em 9 de setembro de 1617, D. Luís de Sousa dirigiu a Domingos Lopes Lobo, esclarecia: "É que o intento principal com que o presídio do Siará se levantou foi para defender as aguadas e comércio que os franceses e outras nações estrangeiras faziam e tinham naquela parage".[51]

de que eram principais: Mandiopuba, Batatam, Caragatim, Tobajares e Garaguingueira, potiguar. Caminhando por suas jornadas, chegaram ao rio Jaguaribe, onde acharam os barcos de mantimentos. Dali mandou o capitão Pero Coelho um soldado com setenta índios a descobrir campo, os quais tomaram um que andava à comedia, do qual se soube que os seus estavam em arma e em nem um modo queriam pazes com os brancos. Contudo o contentou o capitão com foices, machados e facas, com o que mandou que os fosse apaziguar, como foi, e ao dia seguinte tornou em busca de um nosso língua com quem se entendesse, o qual lhe soube dizer tais cousas, e era gentio tão fácil e desapropriado que, deixando suas casas e lavouras, se vieram com mulheres e filhos, dizendo que não queriam senão pazes com os brancos cristãos e acompanhá-los por onde quer que fossem.

O mesmo fizeram depois os da outra aldeia à imitação destoutros e foram todos marchando até o Ceará, onde, depois de alguns dias de descanso por causa da gente miúda, tornaram a marchar até um outeiro a que depois chamaram dos Cocos, porque uns sete ou oito que plantaram à tornada os viram nascidos com muito viço. E dali foram à enseada grande do âmbar e á mata do pau-de-cores, que chamam iburá-quatiara, depois ao Camoci, que é a barra da serra Boapaba, para a qual marcharam o seguinte dia, véspera de S. Sebastião, 19 de janeiro de 1604, antemanhã. E clareando o dia foram logo vistos dos inimigos, sem haver mais lugar que para formar dois esquadrões e a bagagem no meio e outro esquadrão de parte com vinte soldados a ordem de Manuel de Miranda, para dali lançar mangas por onde fosse necessário, dezesseis soldados na retaguarda e nove na vanguarda, em companhia do Capitão-mor Pero Coelho de Sousa.

Nesta ordem foram recebidos meia légua ao pé da serra com muita flechada e com sete mosquetes que disparavam sete franceses e faziam muito dano. Contudo não deixaram de largar o campo com alguns mortos, porque os nossos o fizeram com muito ânimo e esforço e com duas horas de sol se situou o nosso arraial ao pé da serra, e se fez um reparo de pedras por falta de madeiras, que para o fogo se não achava, por ter sido escavado, e menos havia que cozinhar com o fogo, nem água para beber, pelo que começavam já a morrer algumas crianças. E sobretudo vindo a noite tornaram os inimigos do alto a atirar muitas flechadas e pedradas de fundas com que feriam os nossos, ralhando que festejavam a sua vinda, porque seriam senhores de cativos brancos e outras coisas desta sorte. Mas quis Nosso Senhor que às três horas da noite viesse um grande chuveiro de água, com que cessou o das flechas dos inimigos, e os nossos aplacaram a sede e, para ser a mercê maior, viram em amanhecendo uma gruta donde procedia um ribeiro de água, que os nossos índios cristãos tiveram por milagre, e se puseram todos de joelhos a dar graças a Deus, e o capitão com esta alegria mandou matar um cavalo, que ainda

levava, para confortar os soldados, que aos mais era impossível chegar, porque entre grandes e pequenos eram mais de cinco mil almas.

Das dez horas por diante começaram os da serra a tocar uma trombeta bastarda, a qual respondeu o nosso francês Tuim-mirim com outra, e pedindo licença ao capitão se foi a um outeiro a falar com os franceses, onde logo desceram três e, depois de se abraçarem e saudarem, disseram que o principal Diabo Grande queria paz se lhe dessem Manuel de Miranda e Pero Cangatá, e o petitório era de uns mulatos e mamalucos crioulos da Bahia, maiores diabos que o Principal com quem andavam.

O Tuim-mirim lhe respondeu que não havia o capitão fazer tal aleivosia, porque lhe seria mal contado de seu rei, com a qual resposta se tornaram e as duas horas depois do meio-dia desceu todo o gentio da serra e batalharam até a noite, que se tornaram a sua cerca ao alto, deixando muitos mortos dos seus e dos nossos dezessete e alguns feridos.

Pela manhã mandou o capitão marchar o exército pela serra acima, indo ele por uma parte com a mais gente, e Manuel Miranda por outra com vinte e cinco homens. Quando chegaram à cerca seria meio-dia, e logo se começou a batalha cruelmente, por serem os de dentro ajudados por dezesseis franceses, que com seus mosquetes pelejavam detrás de um parapeito de pedra. Mas, vendo que os nossos combatiam por outras partes e lhes matavam e feriam muita gente, abriram a cerca e fugiram, morrendo somente dois soldados dos nossos e os outros se recolheram nas casas da cerca que acharam muito bem providas de mantimentos, carnes, legumes, de que tinham assaz necessidade, porque nem castanhas tinham já, que era o com que até ali se vieram sustentando.

Ali estiveram vinte dias e no fim deles foram fazer guerra a outra cerca muito forte, que o Diabo Grande, com ajuda de outro principal mui poderoso chamado o Mel-Redondo, fez um quarto de légua destoutra, onde, posto que acharam grande resistência, também a ganharam e puseram o inimigo em fugida até a cerca do Mel-Redondo, a que se acolheram por ser fortíssima, com duas redes de madeiros mui grossos e fortes, uma por dentro, outra por fora, e três guaritas onde pelejavam os franceses. O que visto pelo capitão Pero Coelho de Sousa, mandou fazer uns paveses que cada um ocupava vinte negros em o levar, e indo detrás deles a bagagem e alguma gente, se chegaram a ajustar com a cerca e a combaterem dois dias onde nos mataram três soldados brancos e feriram quatorze, fora muitos índios, mas enfim foi tomada e dez franceses que estavam dentro, que os mais fugiram com o gentio, e os nossos lhe foram no alcance quatro jornadas até um rio chamado Arabé, onde se alojou o nosso arraial. E daí mandou o capitão dar alguns assaltos, e em poucos dias lhe trouxeram muito gentio e entre os quais um principal chamado Ubaúna, o qual era em aquela serra tão estimado que, sabido pelos outros, mandaram cometer pazes, com condição que lhe dessem, e o capitão lhe prometeu e deu aos embaixadores foices e machados, com que ao

dia seguinte vieram muitos principais já de paz e levaram o seu querido Ubaúna.

Ultimamente, daí a três dias veio o Mel-Redondo e o Diabo-Grande com todo o gentio e, antes que entrasse no arraial, largaram suas armas em sinal de paz, da qual mandou o Capitão-mor Pero Coelho fazer um auto por escrivão, prometendo uns e outros de sempre a conservarem dali em diante.

Daqui foram todos juntos ao Punaré, e quis Pero Coelho marchar mais quarenta léguas até o Maranhão, o que os soldados não consentiram porque andavam já nus, e sobre isso o quiseram alguns matar. Pelo que lhe foi necessário retirar-se ao Ceará, onde deixou Simão Nunes por capitão com quarenta e cinco soldados, e se veio à Paraíba buscar sua mulher e família para se tornar a povoar aquelas terras. Do que em chegando deu conta ao Governador Diogo Botelho, e lhe mandou de presente os dez franceses e muito gentio, pedindo juntamente ajuda e socorro para prosseguir a conquista, que o governador lhe prometeu mandar e não mandou por depois ser informado que se cativavam por esta via os índios injustamente e os traziam a vender e que seria melhor reduzi-los por via de pregação e doutrina dos padres da Companhia, como depois tratou com o seu provincial na Bahia, e nós trataremos outra vez deste sucesso em os capítulos quarenta e dois e quarenta e três deste livro".[5]

Quanto se há escrito sobre a *bandeira* coelhina não passa de repetição disso, ou de pura interpretação. Opiniões.

O certo é que o Capitão-mor ultrapassou, ferindo-as gravemente, às recomendações do sensato Regimento que lhe impusera o governante:

> "levará até quantia de duzentos homens que voluntariamente com ele quiserem ir, levando um ou dois sacerdotes de vida e costumes aprovados, com o gentio que, na mesma forma, com ele quiser ir, até a quantia de mil pessoas,
>
> .....
>
> "fará povoações e fortes nos lugares ou portos que melhor lhe pareçam, procurando a amizade dos índios, oferecendo-lhes paz e a lei evangélica, sem os induzir nem lhes prometer cousa que se lhes não cumpra,
>
> "achando alguns índios que tenham cativos contrários a uns que costumam matar em terreiro e comer, pelas guerras que com outros incitem, os poderá mandar resgatar e assim poderá fazer nas mais ocasiões, não se lhes fazendo força nem violência,
>
> "procurará que em cada aldeia que receber a paz se levante uma cruz com muito acatamento e veneração, declarando-se o mistério dela,
>
> "a paz que se fizer, mandará autuar com as condições dela; procurará a união de um gentio com outro e sendo ofendido de alguma outra razão se poderá defender sem ofendê-lo, procurando o melhor modo que puder para sua redução".[184] (v. 4, p.5)

Índios, preou-os, efetivamente, Coelho em grande número, escravizando-os e, quando de volta, presenteou ao Governador alguns deles junto aos dez franceses que havia capturado. Com este gesto, quis agradar a Diogo Botelho, a quem solicitou o ajudasse com reforços asseguradores da expedição, então em meio e dificultosa.

Gastou enorme tempo na tentativa de legitimar a venda dos escravos feitos e, por fim, com argumentos e razões insistentes, venceu as dúvidas da junta de letrados de Pernambuco, do Ouvidor Geral e dos desembargadores da Relação da Bahia.

Pelos autos, no entanto, não esteve o Governador Botelho que, suspendendo a execução da sentença favorável, recorreu para Lisboa.

"Diogo Velho amigo. Eu El-Rei vos envio muito saudar — eis a resposta régia, em carta de 22 de setembro de 1605.

Vi o que escrevestes sobre os índios que Pero Coelho de Sousa e os da sua companhia cativaram e como cativos seus mandaram a Pernambuco, onde o ouvidor geral desse Estado com parecer de letrados os julgou cativos; e sendo-vos enviados os autos da dita sentença, foram do mesmo parecer os letrados com quem comunicastes esta matéria. E, como tudo, mandastes sobreestar na execução da dita sentença e pareceres, para que os índios se conservassem até saberdes o que eu sobre isso vos ordenaria; no que procedestes conforme ao que de vossa prudência se devia esperar.

Ora, mandando eu ver os autos que me fizeram sobre o dito cativeiro e outras informações que tive da mesma matéria e razões muito urgentes do serviço de Deus e meu, se achou que o dito cativeiro não era legítimo, nem conforme às leis que sobre isso são passadas, nem era conveniente para o bom prosseguimento daquela conquista escandalizar os índios dessas partes com cativeiros, que eles tanto temem e aborrecem; e houve por bem de os haver a todos por livres e mandar que sejam tornados a suas terras, como vereis pelo meu alvará que sobre isso mandei passar"...
184 (v. 4, p. 7)

Confiado na promessa de ajuda de Diogo Botelho, e antes de lida esta carta pelo seu destinatário, voltou ao Ceará Pero Coelho com a mulher e os cinco filhos, viajando numa caravela, e ali foi recebido festivamente no seu fortim de taipa denominado S. Tiago. Mas os auxílios não chegaram, apesar de ter o Governador ordenado à Câmara de Olinda os enviasse, no montante de mil cruzados, deles portador João Soromenho.

Conforme a melhor prova histórica, não cumpriu este a obrigação e pela negligência respondeu criminalmente. A Provisão Régia de 19 de setembro de 1606, segundo afirma Varnhagen, condenou-o a processo e prisão. Morreu nos cárceres de Limoeiro, em Lisboa. Da existência de tal diploma se conclui não terem razão aqueles que não acreditam na interferência de Soromenho neste assunto. Convém, todavia, não esquecer que Frei Vicente Salvador nenhuma alusão faz ao mesmo Soromenho no seu relato da bandeira de Coelho de Sousa.

Cada vez mais baldo de recursos locais, conseqüência da seca — a primeira registrada nos anais cearenses — teve Coelho de abandonar com a sua gente e soldados a sonhada capital de Nova Lisboa, em procura de outro forte ou estacada que havia levantado na embocadura do Jaguaribe, ao tempo de sua primeira caminhada. E a defecção de Simões Nunes abriu-lhes a estrada das amarguras, pisada com os pés em chagas e tão ardente que nem a refrescaram as lágrimas de D. Tomásia e dos filhinhos e o suor dos companheiros traídos e do fiel índio Gonçalo. Até que, avisado pelos trânsfugas, veio ao encontro de tantos "cadáveres ambulantes" o Vigário do Rio Grande, Pe. Manuel Soares, salvando-os afinal.

A justiça da História tem querido apreciar o verdadeiro mérito de Pero Coelho, porém o austero fiel de sua balança ainda oscila.

Indiscutível é que espalhou o Capitão-mor no seio da indiada, em vez das pazes, a inquietação e o ódio. Nem levantou cruzes "com acatamento e veneração", pois nenhum missionário de Cristo quis ou pode ele agregar à sua expedição.

Martim Soares Moreno, que estivera na bandeira como soldado, registou depois na sua *Relação*, conquanto sem escrever nomes, que "ali (no Siará) houve muitos desassossegos dos índios por algumas sem razões que se lhes fizeram e assim foi forçoso despovoar-se aquele sítio adonde já era feita uma Cidade".

De igual modo se expressa o Pe. Luís Figueira na sua *Relação*, onde informa que, chegando ao Jaguaribe, encontrou índios que andavam escondidos dos portugueses, "por não virem presos por escravos, como muitos dos seus parentes, como também dos tapuias com os quais os ditos portugueses se confederaram, a fim de os haver à mão mais facilmente".

Transmite-nos o jesuíta o modo como o insidioso cacique *Cobra-Azul*, todo em zangas, se dirigiu certa vez ao filho que se manifestava ao lado do Padre: "ide vós, ide e levai o abaré, que ele vos irá vender a distribuir a seus parentes e sereis todos escravos". E as palavras doutro velho indígena, ao recebê-lo, a ele Figueira, na aldeia do Siará. . . "quando hoje vinhas, não te pude ir falar porque estava chorando de alegria de ver-me agora juntos, por amor de ti, a estes parentes que até agora andavam pelas covas e brenhas escondidos, mas agora só ficam as saudades que temos de nossos filhos e filhas que os brancos nos levaram". . .

Doutro lado, porém, deve-se reconhecer a Coelho de Sousa o merecimento de ter conseguido expulsar da Ibiapaba os estrangeiros inimigos do seu Rei e, mais que isto, haver predisposto novas jornadas àquela terra da sua imaginada *Nova Lusitânia*, rompida a "cinta de castidade", ficando, como fez, na praia do Jaguaribe e do Ceará os primeiros fortins assinaladores da civilização européia.

Deixou impresso naquelas areias ermas o rastro de um pioneirismo corajoso e nelas enterrou, molhando-as da água dos olhos em pranto, a sua própria carne, no corpo do filho primogênito, cujo sacrifício é bem o sentido do cruel malogro de sua destemerosa investida.

A Diogo Botelho impressionavam fortemente os procedimentos de Pero Coelho. E uma vez na posse da Carta d'El-Rei (de 22 de setembro de 1605), e já na Bahia, pediu ao Provincial da Companhia de Jesus, Fernão Cardim, mandasse padres a pregar aos gentios na Serra da Ibiapaba, onde andava aquele Capitão, "porque com isso se escusariam as guerras que lhes faziam e o custo delas, e se conseguiria o fim que se pretendia, que era a sua paz e amizade para se poderem povoar as terras" — nestas palavras de Frei Vicente.

O que o Provincial logo efetuou, enviando os padres Francisco Pinto, varão verdadeiramente religioso e de muita oração e trato familiar com Deus, entendido em os costumes e línguas do Brasil, e Luís Figueira, adornado de letras e de dons da natureza e da graça.

Diogo de Campos Moreno, na sua "Jornada do Maranhão", escreveu: "Acabado este sucesso (o de Pero Coelho) pareceu ao Colégio dos Padres da Companhia de Jesus que esta empresa era sua deles, e de opinião e doutrina, como enfim pessoas dedicadas a descer e amparar os índios. pelo que havendo-se bem aconselhado na matéria, pediram licença para dois Padres e quarenta índios irem até a serra da Buapava (Ibiapaba), e dela ao Maranhão, ou ao menos às partes a ele mais vizinhas. Porque entendiam que os mesmos Índios haviam de abalar-se para os receber e levá-los a tomar posse de todos aqueles mundos: porém Deus foi servido de outra cousa".[109]

Essencialmente evangélica, pois, a missão.

Tinha o Padre Pinto 54 anos de idade, nascera de estofo nobre (1552), em Angra da Ilha Terceira. Ainda menino, veio com os genitores para o Brasil e viveu em Pernambuco até os 17 anos, quando seguiu para a Bahia e ingressou na Ordem, em 31 de outubro de 1568. "Seus atos, modos e expedientes constituíram um como compêndio de ensinamentos para os missionários de seu tempo e os missionários futuros".*

Luís Figueira andava pelos 33, pois nascera em 1574, ou 1575, na vila de Almodavar, Arcebispado de Évora, em cujo Colégio entrou noviço em 22 de janeiro de 1592. Já sacerdote, chegou ao Brasil em 1602, exercitando-se daí por diante "nas fadigas do apostolado como discípulo aproveitado do venerável Francisco Pinto, em quem descobrira o mesmo intenso amor pela conversão e redução dos gentios". Bettendorf di-lo fornecido de muitas graças do Céu, dons naturais, raros talentos e grandes letras.

A expedição inaciana compôs-se tão-só das duas batinas e de índios mansos, tupinambás, potiguaras e tabajaras, comandados estes pelo de nome Belchior da Rosa, falecido de tuberculose pulmonar em meio às avançadas hostis pela terra semivirgem.

---

* Sobre os Padres Pinto e Figueira leia-se[66] (p. 51). Sobre este último, é de ler-se o comentário de POMPEU SOBRINHO[154] (cap. 1)

Muitos desses íncolas eram cativos de Pero Coelho, que El-Rei mandava restituir aos parentes. Nenhum soldado ou homem branco, para não alimentar qualquer suspeita nos silvícolas assustados.

Assassinado o Padre Pinto pelos Tacarijus, só restou capaz do testemunho escrito o Padre Figueira. *Tristis unus*. E ele o deu maravilhosamente minucioso e sincero, em documento datado da Bahia em 26 de agosto de 1609*, carta por ele dirigida ao Prepósito Geral da Companhia, em Roma, Pe. Cláudio Aquaviva, divulgada, em primeira mão (1903), pelo Barão de Estudart.[66]

A Figueira é que iremos ouvir, no seu estilo arrevezado o linguajar quinhentista:

"No mês de janeiro de 607 por ordem de Fernão Cardim provincial deta província nos partimos para a missão do Maranhão o Pe. Francisco Pinto e eu, com obra de sessenta índios, com intenção de pregar o evangelho àquela desesperada gentilidade, e fazermos com que se lançassem da parte dos portugueses, deitando de si os franceses corsários que lá residem, para que, indo os portugueses como determinam, os não avexassem nem cativassem; e para que esta nossa ida fosse sem suspeita de engano, pareceu bem ao Pe. Pronvicial que não levássemos conosco portugueses, e assim nos partimos sós com aqueles sessenta índios.

.....

Partimos, pois, para esta empresa o Pe. Francisco Pinto e eu de Pernambuco por mar até o rio chamado Jaguaribe, que são 120 ou 130 léguas; saímos em terra, pusemos nosso fato em ordem para o levarmos, e como alguns índios naturais de Jaguaribe logo se meteram pela terra para ver se achavam alguns de seus parentes, eis que dois dos nossos encontram com uns que andavam escondidos, assim dos portugueses para não virem presos por escravos como muitos seus parentes, como também por medo dos tapuias com os quais os ditos portugueses se confederaram a fim de os haver a mão mais facilmente.

Um dos nossos então foi com aqueles que se achavam a buscar outros que estavam em certa parte escondidos para virem ao seguinte dia; e o outro companheiro nos veio dar a nova que foi bem recebida por nos faltar gente para nos levar o fato e também porque eram parentes dos de nossa companhia.

No dia seguinte lhe mandamos três ou quatro outros ao caminho com farinha de refresco, os quais alta noite chegaram e trouxeram consigo quatro homens e uma menina; estes nos contaram como, no mesmo dia,

*Capistrano, in História de Frei Vicente, dá, por equívoca, a data de 26 de março. O ano da carta 1608 — é visível lapso de quem a escreveu e de quem a copiou. Talvez erro tipográfico; porque, se de março, não podia referir acontecimentos passados em agosto, mês em que (19 de agosto de 1608) o autor ainda se encontrava nas brenhas do Ceará.

tinham os tapuias matados os mais companheiros, levando alguns consigo por escravos, e foi por que ao nosso recado não se abalaram mais que os quatro, cuidando os outros que era ficção dos brancos para os haverem às mãos por meio de seus mesmos parentes.

Partidos pois os quatro, chegaram os tapuias e destruíram os mais que eram por todos dez, dos quais só escapou um mancebelhão, que veio ainda alcançar os outros. Um destes que vieram tinha já fugido dos brancos e fora escravo dos tapuias até então, dos quais andava fugido atualmente e trouxe consigo uma boa escopeta e alguma munição que seu senhor tapuia tinha tomado de um branco.

Vinham estes pobres sem arcos nem flechas como fugitivos cativos; vendo-nos, tomaram fôlego e, como ressuscitados da morte à vida, se alegravam com seus parentes. Perguntei-lhes se tinham os tapuias notícia dos padres, responderam que sim e que desejavam muito de irmos a sua terra, porque costumávamos trazer muitas ferramentas, anzóis e roupas, e que a todos dávamos, e que não faziam os brancos; enfim, trazendo-os conosco, nos partimos de Jaguaribe dia de Nossa Senhora das Candeias, 2 de fevereiro, depois de dizermos missa e comungarem alguns dos nossos.

O nosso ordinário modo de caminhar em todo este comprido caminho até a serra da Ibiapaba (que serão cem léguas ao direito) foi em forma de peregrinos da companhia: logo pela manhã rezávamos o itinerário e ladainha de Nossa Senhora e depois, entre dia, as dos Santos e com nossos bordões na mão e nosso cabaço d'água nos íamos caminhando, tendo nossa oração pelo caminho como podíamos e tempo que nos parecia; as jornadas eram de meia légua, uma légua e 2 e 3 para nos acomodarmos aos das cargas e também algumas crianças.

Vindo, pois, continuando nosso caminho, mandávamos índios naturais daquelas partes adiante, para que, se encontrassem alguns de seus parentes jaguariguaras, que andavam espalhados com o medo, os trouxessem e ajuntassem, assim para nos ajudarem como para lhe darmos as alegres novas da Provisão de Sua Majestade em que os havia a todos por livres e forros. Alguns destes pobres tiveram vista de nós e, cuidando serem os brancos que iam pescar âmbar, se esconderam e fugiram.

Um dia, porém, alguns dos nossos acharam um que nos andava espreitando para saber de certo quem éramos e para onde íamos. Trazido este, contou como tinha escondido dois outros companheiros e umas mulheres e meninos; foi para eles com outros dos nossos os quais todos pareciam que ressuscitavam, mostrando grande prazer e alegria, certificados de não irem em nossa companhia portugueses, dos quais alguns destes tinham fugido, tendo-os eles amarrados e com as mãos atadas; e acrescentavam que lhe tinham mandados presos para a Bahia, seus filhos, irmãos e irmãs e primos para serem cativos e que por isso eles e os mais andavam tão amedrontados e não se fiavam de ninguém.

Depois de termos caminhado todo fevereiro, chegamos aos 2 de março ao Pará, que é uma mui formosa e quieta enseada que dista de Jaguaribe trinta e cinco léguas pouco mais ou menos, em a qual entram três ou quatro riachos de água doce e outro rio caudal por um espraiado muito aprazível; está esta enseada em altura de quatro graus e é de grandes pescarias; aqui achamos aposentados os índios que proximamente tinham fugido aos portugueses, cujo principal se chamava Acajuí, um sobrinho do qual trazíamos em nossa companhia e outros parentes dos seus. Estes pobres nos receberam como vindos do Céu, porque tinham o mesmo medo dos outros; o dia que chegamos, tínhamos andado cinco léguas sem nos assentarmos em todo o caminho por causa da infinita água que choveu; em o qual caminho passamos quatro rios, todos a pé, com água pelos peitos e um deles com tanta corrente que foi necessário virem pegados em cada um de nós cinco ou seis índios para nos sustentarem com paus atravessados contra o ímpeto das águas; enfim daqui se pode coligir quais chegaríamos à boca da noite; logo nesse comenos, nos fizeram uma choupana de palma que já tinham colhido por terem notícia de nossa vinda, dando-nos com grandes festas *erejüpe*, que é o seu modo de dar boas-vindas, e fizeram grande fogo para nos aquentar, digo enxugarmos.

Depois de descansarmos, nos trouxeram alguns presentes de peixe; com eles estivemos cinco dias aparelhando-nos, para o caminho, de peixe por se nos acabar a farinha que trazíamos, e também porque do trabalho daquele dia nos adoeceram alguns dos nossos companheiros e foi necessário convalecerem, quanto mais nós, desacostumados a fazer semelhantes violências à natureza.

Os índios que aqui achamos — seriam por todos 50 ou 60 almas — ficaram com o intento de ajuntarem algumas relíquias dos seus que andam espalhados por esses matos para o qual nos pediram lhe levantássemos uma cruz, o que fizemos com gosto, para que à sombra desta árvore se vinham ajuntar estas avezinhas amedrontadas dos gaviões e aves de rapina, para que depois de juntos todos se viessem para a igreja como prometeram pelos certificarmos da liberdade que Sua Majestade lhes dava.

Pouco depois de passarmos daqui, nos apartamos do mar por carregar muito sobre nós o inverno que já nos tinha entrado e nos dificultar muito o caminho com as enchentes dos muitos e grandes rios que se metem no mar, e também porque está afastada do mar a Serra da Ibiapaba, a qual vínhamos demandar por ser só povoada de gente amiga (se amigos se podiam chamar os que até agora beberiam o sangue, se pudessem, aos portugueses) desde Pernambuco para cá, que serão como 230 léguas. O nosso intento em a virmos demandar foi para nela nos refazermos de mantimentos e mandarmos daí ao Maranhão a tomar língua do estado das coisas, principalmente se havia franceses, que se nos representava a maior dificuldade deste caminho; este necessário apartamento do mar nos trouxe outras infinitas incomodidades, que podendo-nos chegar à

serra da Ibiapaba em 15 ou 20 dias gastamos dois meses, porque nos foi necessário metermo-nos por matos e brenhas sem podermos dar passo senão como virem adiante dois ou três índios rompendo os matos, e em a maior parte do caminho com as lamas e águas quase até o joelho. E tudo isto nos pareceu fácil quando depois nos vimos metidos em uma serra a que chamam dos corvos que, com o nome, está declarando o triste caminho que leva quem nela se vai meter. Nela nos meteram os índios dizendo que acharíamos muito mel e ratos, que é o melhor mantimento que há nestes sertões afastados do mar; verdade é que disto achamos bastantemente nesta serra, mas tudo mais caro do que fora se comprado nas lojas dos vendedeiros, porque com as dificuldades do caminho que ao princípio se mostrou fácil, e com isso nos enganou, gastamos 12 ou 13 dias, sem saber bem quando manhã nem noite, com os espessos e altíssimos matos, por baixo dos quais íamos rompendo a força de braço e ferro, subindo e descendo montes e rochedos que excedem toda a exageração, saltando de pedra em pedra, ora para as nuvens, ora para os abismos; nem conto aqui as quedas e coisas que se quebraram que nos deram bem perdas que logo depois nos sentimos, por nos ir faltando vinho para as missas, e assim não dissemos mais que aos dias santos, missas.

Nesta triste serra dos corvos parece que se ajuntaram todas as pragas do Brasil, inumeráveis cobras e aranhas a que chamam caranguejeiras, peçonhentíssimas, de cuja mordedura se diz que morrem os homens; carrapatos sem conta, mosquitos e moscas que magoam estranhamente e ferem como lancetas, fazendo saltar o sangue fora e, assim, pareciam os índios leprosos das mordeduras; nem eu fizera caso de escrever essas cousas se não foram extraordinárias. Enfim, tornamos a sair desta serra ao cabo dos 12 ou 13 dias, sem ter andado de nosso caminho mais que obra de duas ou três léguas e no rodeio que fizemos andamos 5 ou 6.

Todos esses trabalhos se nos remataram com que nós muito mais sentimos: que foi morrer-nos um índio mancebo dentro em 15 ou 18 horas da mordedura de uma cobra; nem lhe aproveitou pedra de bazar, nem o licérnio, nem queimar-lhe a ferida, nem finalmente outras mezinhas e benefícios.

Morreu contudo confessado e sobre a sepultura fizemos um moimento, pondo-lhe uma cruz à cabeceira; era isto domingo de ramos em o qual, depois de os benzermos em aquele deserto, nos partimos continuando nosso caminho ao longo da mesma serra, passando muitos e grandes rios que todos íam cheios, pelas contínuas chuvas, e passamos todos aqueles dias tão santos de endoenças e paixões caminhando por matos e lamas como dantes, e ao sábado santo passamos um rio muito maior que todos chamado Aracategi, que compete com os grandes de Portugal e nos deu bem de trabalho buscar paus para jangadas para passar no tempo em que por cá todos se alegram e se dão as boas Aleluias; finalmente o passamos assentados nos paus que íam por baixo da água, vindo-se

o mundo abaixo com chuva, trovões e relâmpagos e ao longo desse rio debaixo de um espesso e triste arvoredo estivemos aquela tão santa noite e dia meios alagados d'água.

Nunca nestes caminhos me lembraram os colégios com saudade deles, senão nestes santos dias, por carecer da vista de tanta devoção como neles há; mas isto mesmo por outra parte me consola vendo que carecia de tanto bem por serviço daquele senhor que é o autor de todos eles.

Depois de deixarmos de todo esta serra dos corvos, caminhando pelos campos, eram tantas as lamas que não havia dar passo sem atolar; por onde nos foi necessário descalçarmo-nos, porém daí a poucos dias, das ervas e moscas e mosquitos que nos picavam se nos fizeram os pés leprosos, e a mim em especial me incharam, criando matéria em várias partes, pelo que a necessidade nos constrangiu a nos tornarmos a calçar, por onde nem descalços bem podíamos ir com lamas. Não quero apontar muitas particularidades nesta matéria para não parecer que exagero muito nesses trabalhos, nem ainda isto, que é o menor, escrevera, se me não persuadira que se consolavam muito nossos irmãos com o saberem o que por cá se passa para nos encomendarem mais ao Senhor.

Com estas dificuldades do caminho se nos ajuntou boa fome, porque por estes campos não há ratos nem se matou neles outra cousa alguma, de modo que nos foi forçado o comer das ervas quando ainda as achávamos, e estas cozidas na água sem outra alguma benfeitoria; viemos a lançar mão da maniçoba brava bem amargosa e sem saber e depois chegamos a comer da mesma raiz da mandioca brava assada, de que alguns se começaram a achar mal, eu então tive-me mais a fome, posto que não me fez mal a que tinha comido. E ainda destas cousas nos veio a faltar e passamos alguns dias sem comer mais que umas poucas raízes de ervas da feição de cebolinhas pequenas; cobras, lagartos e lagartixas para os índios era banquete, e eu também, tirando cobras, me esforçava a comer tudo, tendo por mais dificultoso de vencer a fome que o asco. Verdade é que em todas estas cousas achávamos mais gosto que noutro tempo em cousas que o tem, mas o que sobejava no gosto pela fome faltava nas forças pela sustância ser pouca.

Também nestes caminhos nos livrou o Senhor de muitos e evidentes perigos quase milagrosamente; em especial foi notável um que passou nesta forma: estávamos um dia assentados e bem cansados, o Pe. e eu comendo uns caracóis d'água, que nós mesmos tínhamos apanhado, metendo-nos pelos charcos, e era bom banquete em semelhante conjunção, e entre nós ambos, para uma banda, estavam umas ervas algum tanto altas nas quais alimpávamos as mãos por não haver outro guardanapo à mão, senão quando sentimos bolir as ervas e vimos sair dela muito pacificamente uma façanhosa cobra da mesma casta da outra que matou o mancebo em 15 ou 18 horas, mas muito maior que ela, era das que têm na cauda uns cascavéis, e ela usava de manha porque, passando por pedras, levantava a cauda para que não soassem os cascavéis.

Doutra me livrou Deus a mim que lhe não pusesse os pés em cima por lhe ouvir os cascavéis, vindo por baixo das ervas que eram altas. Outra se arromessou a uma índia e lhe mordeu na roupa, mas quis Deus que lhe não chegasse à carne, e outro índio teve bem de trabalho em se livrar de outra; finalmente na Ibiapaba, indo um índio gentio para a aldeia onde nós estávamos, um dia antes de chegar o mordeu outra cobra da mesma casta que cá são as mais ordinárias em. . . quantidade e em poucas horas expirou o pobre índio; muito lhe aproveitara se chegara a nós, ainda que não fosse mais que por um quarto de hora, com vida.

E por serem estas cobras tão peçonhentas lhe chamam estes índios verdadeiras, como se as outras o não fossem, e não ousam sair a caçar em todo o inverno enquanto a erva está crescida, mas esperam que se seguer para queimar os campos e verem por onde vão. Finalmente, houvemos de chegar alguma hora a esta serra da Ibiapaba, onde cuidávamos que pelo menos nos fartaríamos de farinha, porém estava esta gente em tanto fome que, vindo-nos uns índios ao caminho com refresco a receber seus parentes, com légua e meia antes de chegarmos à aldeia nos apresentaram, como cousa de grande preço (e não era menos), umas 15 ou 18 espigas de milho, as quais repartimos com o principal de nossa gente e com os nossos moços, de modo que para o dia seguinte nos ficaram cada um, uma e sobre este almoço nos pusemos ao caminho e andamos aquela manhã légua e meia que tinha por três pela altíssima ladeira que se sobe para a aldeia que está no alto da serra, e para subir é necessário haver escadas em alguns passos, ou de pau ou feitos na mesma terra e rochedos, e corre esta serra toda assim de norte ao sul cousa de 25 ou mais léguas, fazendo um muro de rochedo com suas como ameias naturais e por cima é terra chã e capina, e para a parte do poente tem muito pouca queda.

Como caminhamos bem aquele dia e partimos cedo, acabamos de chegar arriba às duas ou três horas, depois do meio dia, e em uma chã e rasa ladeira, antes de chegar ao mais alto, nos estava esperando o principal, e outros que, para nos esforçarem para o restante do caminho, nos tinham prestes umas poucas de raízes de mandioca a que chamam macaxeira, cozidas, e um pouco de sal e pimenta da terra e um palmito para assentar o estômago; e chegando-se o principal a nós nos abraçou dizendo *Yessü**, e logo se seguiram os demais a nos abraçar e dar as boas vindas, e uma índia nos queria chorar por festa como costumam, mas o Pe. lhe mandou dizer que não era necessário e com isto nos recolhemos da chuva que ainda entre tantas festas nos não deixou.

Metidos nós e agasalhados em uma das suas choças, que para isso tinham aparelhado, começaram a correr os presentes — quem meia dúzia

* Jesus.

de espigas de milho, quem um palmito, quem uma abóbora que era o de mais preço, enfim palmitos e algum milho foram as mais ordinárias cousas que aqui tivemos quinze dias que aqui estivemos nesta aldeia. Estes são os recebimentos que por cá há e eu posso escrever; escrevam outros embora os que se fazem nas cortes dos Reis e príncipes de Europa que, posto que tenham mais que escrever, não terão mais gosto que eu em o fazer; mas contudo logo contarei outro recebimento mais solene que este.

Um dos principais destes índios tinha dito a um mancebo mamaluco que aqui estava, que lhe doía muito a cabeça e que se fosse caso que se achasse mal, que nos dissesse em chegando, que o batizássemos; nem era bastante para lhe tirar a dor o ferro que era de freio de cavalo quebrado, o qual tinha em grande estima de santidade por lhe ter dado outro como cousa que viera do céu; este lhe tirei com muito trabalho. Daí a alguns dias, dizendo eu a este índio que andava mal disposto, ele me respondeu dizendo que era porque eu não tinha confiança em Deus como ele tivera e que por isso se lhe fora a dor de cabeça e andava já são. Enfim, fazia bom entendimento das coisas de Deus e vinha muitas vezes perguntá-la dizendo que para as ensinar a sua mulher lhas perguntava; este veio depois para a Igreja. Deus o faça bom cristão.

Este mancebo mamaluco de que falei tinha ido com outros brancos e por lá se ficou com outro, e havia três anos que se não se confessavam nem ouviam missa; logo os fizemos aparelhar de vagar, e confessar e comungar; estes por lá andam conforme aos com que tratam, despidos e em toda miséria, e o espírito pouco pode ser entre bárbaros infiéis sem missa nem sacramentos.

Nesta grande serra havia, há dois ou três anos, mais de setenta Aldeias de gentio que nos contaram por seus nomes, e depois de os brancos lá irem, e os receberam no princípio com guerra, se foram todos para o Maranhão com medo, dizendo que se os brancos tinham destruído todos os moradores de Jaguaribe sendo recebidos deles com paz, muito melhor os destruiriam a eles que no princípio os receberam com guerra, e estes pobres por derradeiro lá no Maranhão lhe fizeram guerra os seus contrários com os franceses e destruíram muitos e outros morreram de doenças contagiosas, e dos que ficaram a metade se tornaram, e, vindo, foram mortos e cativos dos tapuias, de modo que só seis ou sete chegaram por uma vez, e por outra obra de 20 casais e nesta serra tinham ficado só duas aldeotas, uma das quais é esta a que primeiro chegamos por estar mais perto do mar e teria vinte casais, e outra alguns 50 ou sessenta.

Posto-nos ali em tanta fome quanta dantes já trazíamos e estávamos como tísicos e magros que não tínhamos mais que a pele sobre os ossos, era necessário irmos fazer assento onde tivéssemos com que nos refazer. Mandamos recados a outra aldeia para sabermos se nos queriam lá e que viessem alguns a falar conosco, e também nos queríamos informar

dos que tinham vindo do Maranhão que lá estavam, principalmente acerca dos franceses que tinham por novas que estavam lá de assento com duas fortalezas feitas em duas ilhas na boca do rio do Maranhão.

O Principal daquela aldeia chamado o Diabo Grande nos mandou um irmão seu por nome o Diabo Ligeiro com outros índios que nos levassem já a sua aldeia; este Diabo Ligeiro (que é um índio mui disposto e em seu falar grandioso e arrogante) nos fez todos os cumprimentos, significando-nos os desejos de nos ver em sua aldeia; com isto nos ofereceu um pouco de milho e de feijão que trazia e, tendo palavra de nós que iríamos com ele, despediu logo os seus que fossem certificar o irmão de nossa ida que chegaríamos etc.

Partimo-nos com ele e toda a mais aldeia também se foi conosco, fugindo da fome com intento de se virem para Pernambuco, cem vieram; gastamos neste caminho onze dias, indo sempre diante o Diabo Ligeiro agasalhando-nos e assinalando nosso lugar para nossas choupanas ou tujipares; no caminho tivemos a festa da Ascensão e chegamos dois dias antes do Espírito Santo à Aldeia.

E por que para irmos da aldeia à sua havíamos de descer a serra e torná-la a subir por escusarmos um grande rodeio, cousa que não só nos era penoso mas quase impossível por nossa fraqueza e fome, quando chegamos ao pé da ladeira que havíamos de subir cousa de cinco léguas antes de chegarmos pelo trabalho daquele dia por ser o caminho aspérrimo e comprido, nos deitamos sobre umas pedras ao longo de uma água sem podermos dar passada por diante com fraqueza, nem podermos chegar ao lugar onde havíamos de dormir, senão quando chegam dois mancebos com uma pouca de farinha de milho em um cofo que para nós foram como o profeta Abacüc quando, guiado do anjo, levou o comer a Daniel. Enfim, comemos daquela farinha e bebemos daquela água, e assim podemos chegar aos tujuparos onde já os nossos estavam e tinham também chegado 15 ou 18 que o Diabo Grande tinha mandado em companhia de outro irmão seu mais moço com refresco de farinha, peixe, milho e abóboras e com preceito que nos levassem em redes, não só ao subir da ladeira, mas todas aquelas cinco léguas, o que eles fizeram com tanta diligência e caridade, quanto se não pode encarecer (aquelas cinco léguas andamos em pés alheios em todo este caminho); estando nós finalmente a uma só légua da aldeia aposentados, chegou a mulher do Diabo Ligeiro que nos fora a buscar com alguns índios que nos levaram outro presente do principal, de feijões, peixes e uma dúzia de abóboras.

Ao dia seguinte nos veio o mesmo principal receber ao meio do caminho, meia légua da aldeia, com todos os principais e algumas mulheres com seus presentes, e eles todos com suas buzinas, gaitas e cascavéis, que são seus instrumentos músicos, com tanta festa e alegria que eu fiquei pasmado, e o Padre, com ser antigo sertanista, me disse que nunca vira entre gentios cousa semelhante; enfim dali nos trouxeram a correr sempre

revezando, e todos a trazer as redes em que vínhamos como ganhassem perdões; eram tantos os gritos e festas que pareciam doidos.

Chegando à aldeia, saiu um grande tambor que já toda a manhã íamos ouvindo e com seus maracás (que são uns cabaços com uns feijões dentro) tangendo e cantando, e com essa solenidade nos meteram na casa que nos tinham aparelhado e nos trouxeram logo muitos presentes, e as músicas e danças continuaram dois outros dias com suas noites; bendito seja o Senhor que permite que estes bárbaros, sem o conhecer a ele, conheçam e honrem a seus servos só pelo serem.

Mas todos seus desejos eram ter aqui consigo, e os nossos eram levamo-los conosco ou mandamo-los vir para a Igreja. Mais abaixo direi o sucesso disto. Logo o principal nos ajuntou pela aldeia, de seu motu próprio, algum milho que havia, muito antes que se acabasse, porque farinha havia muito pouca, por causa da seca do ano passado.

Enfim, achamos os poucos que tinham vindo do Maranhão, os quais não tinham chegado ao mar; e por isso não sabiam dos franceses mais que terem eles vindo com a gente da terra a dar guerra a uns dos seus que se tinham dividido, como já toquei, mas estes não se tinham achado presentes nem viram os franceses; certificaram porém, que os havia, mas acerca do caminho nos informaram assim eles, como outros de várias nações de tapuias selvagens, por entre os quais não há passar senão à força de armas como estes tinham ido, ou à força de peitas e dádivas.

Conforme a isto, nos aparelhávamos e dispúnhamos nessas cousas e traças para caminharmos e rompermos as grandes dificuldades que se nos ofereciam e os medos que estes todos nos metiam, mas com grande confiança de haver de facilitar tudo aquele por quem a tudo nos atrevíamos, encomendando-nos a ele.

De modo que desta serra da Ibiapaba até o Maranhão tudo está cheio de selvagens que a todos matam ou cativam. Entram porém com eles alguns destroutos índios de paz quando vão tratar algum resgate ou cousa semelhante, mas com grandes cautelas dos tapuias, que de ninguém se confiam, e quando lá vão alguns, não hão de levar armas algumas e com as flechas nos peitos ou com o golpe feito lhe perguntam ao que vem, examinando-os muito bem e fingindo que lhe não crêem, e se trazem cousa alguma lha tomam, ainda que lhe digam que é para o seu principal, porque não lhe têm mais respeito que isto; mas depois de bem provados lhe dão mui de comer e os fazem dançar e cantar, a eles também lhe fazem a mesma festa. Estes que vieram do Maranhão nos contaram como a ida para lá. Vestiram uma roupeta comprida a um dos seus e puseram-lhe uma carapuça de rebuço, fingindo com isto e dizendo aos tapuias que aquele era abaré ou padre, e como os tapuias nenhuma notícia tinham de padres, nem ainda de brancos, facilmente se persuadiram ser assim e por outra parte cuidando que aquele e os de sua qualidade eram senhores da morte e da vida etc. Mostravam grandíssimo medo, dando-lhe muito

bem de comer e levando-o às costas para que lhe não fizessem algum mal, e se ele não fora também acompanhado, bem cuido que procurariam de lhe tirar a vida para tirar tal peste deste mundo.

Têm também por costume quando os seus morrem, se são homens, as mulheres lhe comem a carne e os ossos moídos lhes bebem para que não tenham saudade daqueles que metem nas entranhas, tendo-se por mais pios nesta impiedade que os que enterram os mortos apartando-os de si de todo o que é causa das saudades. O modo de viver destes é andar sempre como os antigos feitos com sua casa movida e todas suas riquezes e alfaias são seu arco e flecha com que caçam, e onde acham de comer aí dormem, sem cama nem rede mais que o chão, e como andam muito, raramente acham em um lugar de comer dois dias arreo, pelo que quase infalivelmente andam cada dia uma e duas léguas.

Inquirindo-nos pois o modo que teríamos para passar por eles, a todos nos pareceu que cometêssemos pazes, porque não tínhamos gente que bastasse para nos defender deles; tomada esta forçosa e mais própria de nosso hábito resolução, mandamos a duas partes mais propínquas por uma das quais de necessidade havíamos de ir; os que foram a uma das partes tornaram-se do caminho a primeira vez por não poderem romper os matos; os que foram a outra, levaram um presente ao principal deles a saber: um machado, umas facas e um pouco de fumo, que é a melhor e a mais preciosa droga que se manda e com esperanças que, vendo-nos e efetuando-se as pazes, seriam melhor apremiados.

A cabo de um mês tornaram com resposta a saber: que os primeiros com que encontraram lhe tomaram o machado e o mais que levavam, que assim costumam ordinariamente esses selvagens; nem aproveitou dizer-lho que era para o principal; só uma faca lhe chegou a mão, e que todos diziam que fossem os padres e que lhe levassem machados, facas, espelhos, tesouras etc. (Nomeando tudo por seu nome) e que lhes fariam pazes com outros de diante; e dizendo-lhe os nossos que os padres não levavam muito disso e que só os principais poderiam dar alguma cousa, responderam que a todos dariam e, quando não, lhe dariam vestidos, e já nós tínhamos notícia dessa sua cobiça insaciável que é tal que, vendo canastra ou caixa, acham de revolver e buscar tudo e tomar o que lhe parecer sem lhe irdes a mão, e se não derdes a todos, todos ficam descontentes, de modo que é necessário uma mão carregada para os contentar; e ainda isso era sofrível se fora só um magote deles, mas são muitas nações de 60, 80, 100 e mais casais.

Ajuntando-nos e conferindo esta resposta com a notícia que já tínhamos, ficamos quase desconfiado de podermos entrar por esta porta, porém encomendando sempre tudo a Nosso Senhor e pedindo-lhe nos abrisse o caminho, tornamos a mandar lá 2a. vez, indo por embaixador o soldado de nossa obrigação que fora conosco do Rio Grande, e levando outro presentezinho para que nos desse a conhecer a estes tapuias, informando-os

de como éramos muito diferentes dos seus feiticeiros e dos outros índios a que eles aborreciam e tinham por peste do mundo, e que vínhamos a dar-lhe notícia da outra vida e do Criador de todo mundo e da vida santa etc. Finalmente levava recado que trouxesse de lá algum tapuia ou algum escravo seu que fosse língua, para que visse e levasse a certeza aos seus de ser tudo verdade, e que deixasse lá alguns dos nossos em reféns, e no mesmo tempo mandamos cometer pazes ao Milho Verde que é inimigo capital dos brancos e dos índios da Ibiapaba com quem estávamos, e também as mandamos cometer a outro índio do mar, chamado Cobra Azul, para se fazer também amigo destes mesmos da Ibiapaba; todas estas empresas tomamos entre mãos. Os que iam ao Milho Verde não puderam chegar lá por estar o caminho impedido com outros tapuias.

O mancebo que foi com os índios aos tapuias, de primeiro, teve o sucesso que aqui direi: primeiramente o recebimento foi com as cerimônias que tenho dito e é ordinário entre eles; fez-lhe sua prática, por intérprete que era uma índia parenta de alguns dos nossos, escrava sua havia muitos anos; recebeu o principal o que lhe mandávamos e principalmente fez muita festa a uma boceta de flandre que lhe mandamos cheia de fumo; todos os vestidos que levavam lhe pediram, e todos deu, mas tinha pouco que dar e um a quem lhe dera os calções, depois de os calçar, se lhe ajuntaram as mulheres a roda a pranteá-lo por vestir os feitiços de branco como elas diziam e como esses todos os seus é matar e nisto mostraram sua valentia. Um mais valente perguntou ao mancebo se era ele valente e, respondeu-lhe que tanto como ele, o levou para seu rancho, fazendo-lhe por isto festa.

Em resolução lhe dera a índia, que era intérprete, para vir cá a nos ver e ali levar a certeza e notícia do que éramos, e em seu lugar ficaram três mancebos dos nossos. Vendo-nos essa índia a primeira vez, como aquela que nunca vira gente, estava diante de nós com os olhos no chão sem olhar para nós, e dizendo-lhe um índio: vês aqui os padres, este é o irmão mais velho e este outro é o irmão mais moço, — levantou os olhos e imediatamente os tornou a por no chão, e isto com medo, como ela depois que o perdeu confessou; que como ainda não fazia diferença dos feiticeiros e nós, os quais feiticeiros temem e aborrecem, nem ver nos podia, porém depois falava e ria e olhava com alegria mostrando muita satisfação de tudo, e nós a fizemos deter oito ou nove dias para esperar pela festa da Assunção de Nossa Senhora, em que tínhamos de fazer uma procissão com uma dança de meninos destes gentios e um diabrete, etc. O que tudo causou assim a ela, como aos outros desta aldeia, admiração por ser para eles grande novidade; e depois dela todos se foram para suas casas a prantear por verem que os antepassados morreram sem ver tanto bem como eles agora viam, como depois nos explicou um principal, acrescentando que ele também se não pudera ter se fora pôr a chorar e quando isto nos dizia mostrava ainda os mesmos efeitos.

Passado o dia da festa, despedimos a índia bem acompanhada, dando-lhe um cueiro para ela e mandando ao principal um espelho e um machado, e ela nos prometeu que havia de fazer vir cá o principal dos tapuias, o qual já dantes tinha dito que mandaria alguns dos seus conosco para nos guiarem; neste mesmo tempo mandamos também recado aos outros tapuias de outro caminho. A ida aos quais não tivera efeito a primeira vez, como já disse, e a resposta foi que estavam alvoroçados por nos ver e que fôssemos e lhe levássemos muitas ferramentas que devíamos de as trazer, que os que aqui passavam por suas terras lhe davam muitas cousas, quanto mais nós que éramos senhores das cousas, bem nos enfadaram com tanta cobiça junto com seres selvagens. Sem medo nem respeito nós estávamos contudo apostados a romper por todas as dificuldades, com o favor de Deus.

Depois de passarmos pelo Jaguaribe, como fica referido, tiveram notícia as relíquias que escaparam dos brancos e andavam embrenhados de nossa passagem, e de como trazíamos pazes e liberdade, pelo que foram saindo ao mar, um principal dos quais se chama Algodão, o qual não podendo crer (como dizem) tanto bem como os seus lhe certificavam, quis ir à Ibiapaba nos ver com o olho e ouvir as boas novas de nossa boca, partiu e foi para casa de Cobra Azul a que tínhamos mandado recado, e levou consigo um filho seu e outros 4 ou 5. Não posso explicar os efeitos da alegria que este Algodão mostrava de nos ver prometendo que, acabado de sair seus parentes, fariam o que nós quiséssemos e iriam para onde nós mandássemos, e juntamente se assentaram as pazes entre eles e estes da Ibiapaba, e o filho de Cobra Azul fez também em nome de seu pai pazes e trataram de se ajuntar a morar juntos do mar, perto do rio do Pará, que está entre a Ibiapaba e o Maranhão.

Agora direi alguns costumes destes da Ibiapaba e de algumas cousas que aconteceram em 4 ou 5 meses que com eles estivemos: primeiramente, tivemos uma grande perda e foi morrer-nos aqui o principal de nossa gente chamado Belchior da Rosa, capitão dos índios de Pernambuco, por provisão dos governadores, pelos serviços que tinha feito com sua gente; este era um índio mui bem entendido e de muita autoridade entre os seus, e no falar e entender as cousas era mais que índio do Brasil, pelo que todos lhe tinham muito respeito. Em suas pregações punha os padres nas estrelas e falava espiritualmente, declarando ao que íamos e o que pretendíamos, e na verdade me admirou a primeira vez que o ouvi pregar com o não entender ainda perfeitamente, porque a matéria de sua pregação foi de como nos íamos por amor deles e de suas almas e para lhe darmos notícia do caminho do céu, e que bem o mostravam nossos bordões e que se outra cousa pretendêramos levaríamos espingardas e soldados e outras cousas desta qualidade que não me causavam menos devoção que admiração. Morreu ético muito bem aparelhado, confessando-se e comungando duas vezes e fazendo seus apontamentos.

Para o enterramento se ajuntaram todos, assim os nossos como os outros todos com suas candeias acesas, o trouxemos em procissão à igrejinha em que dizíamos missa, em um esquife que lhe tínhamos mandado fazer, cousa que pasmou a estes gentios, porque o costume seu é enovelarem os seus mortos e assim os metem em um buraco que para isso fazem em qualquer mato. Com esta e outras ocasiões o tomávamos para lhe falarmos na morte e em sua infalibilidade, porque muitos destes tinham para si que eram imortais e ficavam pasmados quando lhe dizíamos que haviam de morrer, não podendo crer o que não queriam padecer, e o principal destes dizia que só a morte e o inferno o entristecia de nossas cousas; finalmente dissemos algumas missas pelo defunto com seus responsórios sobre a sepultura.

.....

Até agora estes pobres não reconheciam outro Deus mais que os chuveiros, trovões, relâmpagos, mas a este seu Deus nenhum amor tinham tendo grande terror; e o culto e reverência toda consistia em se pôr de cócoras pedindo aos trovões que os não matassem e aos relâmpagos que os não queimassem; tiramo-lhes esta gentilidade da cabeça facilmente com o lhe declararmos a seu modo que cousa eram trovões e relâmpagos. Ficaram muito contentes dizendo que agora acabavam de crer a verdade, e que lhe não chamariam mais Deus, e tudo são queixumes de seus antepassados que nem souberam nada nem lhes ensinaram nada.

Toda essa gentilidade, como é de pouco entendimento, não tem nenhuma resistência às cousas que lhe dizem, ainda que as não alcancem com o entendimento, nem sabem duvidar nem perguntar, e assim pouca ciência basta para os cultivar e fazer deles o que quiserem; só lhe dá trabalho deixarem as muitas mulheres que têm alguns, tendo muitos filhos delas, mas têm nisto um geral costume e facilidade e é que o que se descontenta do outro aparta-se dele, como se nunca fosse seu marido ou sua mulher, sem por isso serem reputados por ruins.

Entre estes há muitos de muito bom natural e de bem fazer, e posto que geralmente todos nos faziam o que podiam de bem; contudo muitos deles assim contiuavam em nos darem o que tinham. Entre outros se assinalou muito o principal desta aldeia — o Diabo Grande, dando-nos uma roçazinha de milho e outra de mandioca, além de outras miudezas de cada dia. Após ele se assinalou uma índia anciã, mulher de um principal, a qual, em nos vindo, começou com seus presentes dizendo-nos: eu sou aqui senhora da terra e estou em minha casa, por isso vos dou de comer, que vindes de longe; e continuou sempre como que fôssemos seus filhos.

São todos estes incrivelmente inclinados a cantar e dançar e porque os potiguaras são nisto afamados e conosco iam alguns nheengaraibos, ou mestres de capela, destinávamos que cantassem para os ensinarem e fazerem revezar ora uns, ora outros, cantando dias e noites de 24 em 24 horas sem interromper, até não poderem falar de roucos, tendo isto

por valentia e delírios, e a nós nos pediram lhe ensinássemos seus filhos o papel (como eles dizem), querendo dizer que lhes ensinássemos a ler e cantar o nosso canto, o que nós com facilidade fizemos para os domesticar, mas eles mostram muito pouco talento para o nosso canto, os do mar facilmente; com isto domesticamos muito os meninos que dantes fugiam de nós e alguns que estavam em suas roças me vieram dizer que queriam aprender o que eu ensinava aos outros. E muitos diziam resolutamente que se haviam de ir conosco fugindo de seus pais ou após nós, entre os quais teve graça um que representava 12 anos, em dizer que se os padres se fossem não tinha outra cousa que fazer senão abrir uma cova e meter-se nela e isto com grande sentimento. E outro, estando eu ocupado não sei em que, se chegou a mim e depois de estar um pedaço, me disse: Não sei que é isto que dantes fugia de ti e agora não me posso apartar. Isto nos servia para os ensinar e doutrinar e já sabiam muitos deles a doutrina e algumas cousas de nossa santa fé; também os faziam ensinar a dançar ao modo português que para eles era a cousa de mais gosto que pode ser.

.....

Rematando nossas cousas na aldeia do Diabo Grande, onde nos detivemos passante de quatro meses, tentando pazes com os tapuias sem terem efeito, no fim de setembro de 607 apareceu um cometa para a banda do Maranhão, a loeste, o qual estendia uma mui comprida cauda para a banda de leste, e durou muitos dias; os índios vendo tão grande novidade para eles, vinham muitas vezes perguntar que era aquilo, se se queimava o céu e se cairia, e outras perguntas conforme à sua capacidade; eu lhes declarei o que era e juntamente o que significava, e como ordinariamente quando aquilo aparecia havia mortes de grandes e morubixabas, com o que o principal atemorizado me perguntou se escaparia. Deus te dará vida, lhe respondi, mas aparelha-te tu para seres filho de Deus, porque nós não sabemos da morte nem da vida e, posto que este cometa significasse outras cousas maiores, contudo eu muitas vezes imaginei com pena e aflição se significaria algum trabalho na nossa missão do Maranhão.

Enfim, aos 17 de outubro seguinte, nos partimos daquela aldeia continuando nossa peregrinação; partiu conosco o mesmo principal levando consigo dois outros filhos com outra gente, com intento de roçarem no caminho junto das terras dos tapuias, os quais queríamos acabar de apaziguar e efetuar as pazes também começadas, para continuarmos nosso caminho até o rio do Pará, afamado entre eles, e para que dali palpássemos os vaus da terra e gentes e mandássemos recado a nossos Superiores como prometemos na Carta passada ao Pe. Provincial.

Indo nós cinco léguas da aldeia, nos alcançou um mancebo que trazia novas de como eram vindos uns poucos índios relíquias de 70 aldeias que com medo dos brancos e por se verem livres deles fugiram e foram acabar no Maranhão às mãos dos tapuias e franceses, e outra gente do

mesmo Maranhão que com os franceses lhe fizeram guerra, ajudando-os também a peste que lhes deu, e esperamos que chegassem a nós alguns para nos informar do que lá se passava.

Veio o principal chamado Mandiaré a nos ver e nos deu por novas haver lá muitos franceses. Assim no rio do Maranhão, como no rio e ilhas das Amazonas, e que tinham comércio, com eles, de prata, a troca da qual lhe davam vestidos e ferramentas e, demais disse, as ensinavam a usar de arcabuzes; ele porém não viu disto mais que os franceses com os quais teve guerra, e o demais ouviu a seus parentes; acrescentou este principal que queria tornar conosco a buscar alguns seus parentes que lá lhe ficaram espalhados e que já sabiam o caminho e terras, mas que para isto era necessário que ele, com os seus, descansasse e fizesse algumas milharadas, a qual ida sua nos era bem importante por não termos gente bastante para ir conosco; mas esperá-lo era de suma pena por nos vir entrando o inverno. Pegaram-se todos os nossos ao seu parecer, dizendo que esperássemos e roçássemos todos, e porque no xptão (sic) eles não reconhecem nenhuma superioridade, tanto que os afastais do que eles querem.

Ficamos em talas e necessitados, a condescender com eles por não haver outro remédio, e contudo tínhamos por provável haverem-nos de faltar com a palavra, pelo que nos pareceu bem mandar apelidar os potiguaras que fossem conosco e porventura que tivera efeito se depois não sucedera a morte do padre, meu companheiro, por se terem já saído da aldeia do Diabo Grande não quiseram tornar atrás como eu queria e persuadia ao Pe. Enfim, um pouco mais adiante donde estávamos, 12 léguas da aldeia, roçaram todos e fizeram casas onde o nosso mantimento era palmito e uns cocos, cujos miolos são como bolotas na feição, mas muito secos e dificultosos de engolir, senão enquanto são tenros, e quanto à farinha tinhamo-la por relíquias, e sem outro conduto mais que de quando em quando alguns peixinhos e por grande festa umas favas secas cozidas sem mais azeite, nem vinagre, nem sal; muitas vezes desejávamos uma porção que os nossos negros comem nos colégios, mas não deixávamos de fazer bom rosto a estas faltas, lembrando-nos que outros padres irmãos nossos, noutras partes do mundo, os passariam também alegremente por amor de Deus.

Daqui seria como 15 ou 20 léguas á terra dos tapuias chamados Cararijus, pelos quais queríamos passar e lhe tínhamos já por duas vezes mandado recados e presentes, dando eles boas mostras que queriam pazes, mas era tudo fingido; procurávamos nós que nos viessem ver, para crerem sermos nós e nos vermos com olho o que tínhamos neles, e para este fim lhe mandamos a terceira vez recado, com outros presentes; que viessem falar conosco alguns deles, e eles porém, usando de sua acostumada brutalidade, nos mataram os mensageiros, queimando-os vivos como costumam, reservando um só que depois lhe servisse de guia para nos virem matar

a nós, e no mesmo tempo mandaram recados a outros tapuias com que também tratávamos pazes, dizendo-lhe não dessem por nós nem por nossas pazes que tudo eram traças dos da Ibiapaba para os colherem lá e matarem.

Enfim, a tardança dos nossos extraordinária nos fazia evidente serem mortos o que confirmou depois um escravo dos outros tapuias a quem eles tiham mandado o recado que de lá veio a esta certeza de sua morte nos fazia bem evidente que nos queriam vir matar, e bem procurei eu que nos puséssemos logo em cobre que bem fácil era, mas este era o termo que havia de ter a santa vida do Pe. Francisco Pinto; finalmente daí a muitos dias nos quisemos pôr em cobre, e vendo que totalmente se nos fechava a porta do Maranhão (porque em 5 meses que tratamos fazer pazes com os tapuias não podemos alcançar deles nem ainda verem-nos, sem dúvida se nós partíramos e fôramos a suas terras, todos fôramos queimados e acabados sem de nós se saber mais) tratamos de nos descer ao mar e roçar, e entremente escrever a nossos superiores e ao governador de como as cousas estavam impossibilitadas para se ir por terra ao Maranhão, por não haver palmo de terra em cem léguas de caminho que não esteja povoada de tapuias; que quem dos primeiros e segundos escapasse, não escaparia dos terceiros e quartos, e conforme a ordem que nos viesse faríamos, e despedíamos um índio diante de nós a sexta-feira da infra oitava da Epifania*, fazendo conta de nos descermos da serra, passado o segundo domingo.

Saía pela porta o índio despedindo-se para o mar, quando os tapuias de súbito apareceram á nossa porta com mão armada; começam as frechadas de uma e outra parte com grande grita e em breve morreu um tapuia e outro, segundo dizem, foi, com as tripas fora, enchendo o caminho de sangue e provavelmente logo morreria, e porque os selvagens saíram á nossa porta, que estava no couce da aldeia, à borda do mato, e o Pe. estava dentro em casa rezando as horas menores, saiu com trabalho, tendo os nossos o ímpeto dos tapuias que o não matassem logo, e o foram amparando até entrarem no mato; os tapuias carregaram ali, seguindo-os e como o mato ali era estreito, logo saíram às roças limpas. Bradavam os nossos aos tapuias que estivessm quedos, que aquele era o Pe. Abaré que os queria apaziguar e ensinar a boa vida, e responderam eles que não tinham de ver com isso, que o haviam de matar.

Finalmente, se espalharam dois ou três nossos que ali iam, ficando só junto do padre um esforçado índio e benfeitor dos padres, chamado Antônio Carajbpocu, o qual o defendeu enquanto pôde, até morrer por ele e com ele; ainda ficou com vida mas sem sentido nem fala, e durou poucas horas. Chegaram então ao Padre e, tendo-lhe uns mãos nos braços, estirando-lhe para ambas as partes, ficando ele em figura de cruz, outros lhe deram tantas pancadas com um pau na cabeça que lha fizeram pedaços,

* 11 de janeiro.

quebrando-lhe os queixos e amassando-lhe as cachagens e olhos, o qual pau cheio de sangue trouxe como relíquia; despiram-lhe a roupeta somente e o cobriram com terra e o pau em cima; e porque sempre os ruins e menos necessários no mundo escapam, acertei eu, no tempo em que se começou a briga, de estar na casa dos moços, fora de meu costume naquele tempo, e posto que era defronte deles, contudo era um pouco desviado, e dali saí logo para outra parte.

Saiu comigo um nosso moçozinho que me foi a salvação, o qual me tomou a dianteira, correndo e bradando-me: Apressa-te, apressa-te, pai. Seguia-o eu não muito apressado; vendo ele que não corria eu tanto como ele queria, meteu-se em um matozinho bem estreito mas fechado, pelo que eu não pude dar por ele muitos passos, e assim nos ficamos logo à borda do mato ouvindo gritos junto de nós por todas as partes e esperando que logo chegassem, mas o que mais pena me dava era ouvir um cão que andava latindo no mesmo mato, persuadindo-me ser dos tapuias que com eles queriam descobrir os escondidos, o qual passou por diante de nós, mas sem dar mostra de nos sentir. Aqui, o moço meu companheiro me disse amedrontado: pai, eu aqui hei de morrer contigo; animei-o eu dizendo: filho, não morreremos, que Deus nos guardará, e assim guardou para o que ele sabe, espero eu que seja para lhe fazer muitos serviços na companhia. Enfim, foram-se recolhendo os tapuias, o que se reconhecia pela grita que levava, e foram então esbulhar tudo assim o que nós tínhamos em casa, como a ferramenta que tínhamos emprestada aos índios, não nos ficando mais que algumas cousinhas de pouca importância que tínhamos mandadas já diante para onde nós queríamos ir.

Levaram tudo da igreja e nossa roupazinha que tínhamos guardada para o restante de nossa missão e tudo o mais, e juntamente levaram dois outros meninos e duas índias moças, matando outras duas velhas. Aquietando-se tudo e bradando um nosso índio que saíssem todos que já eram idos os tapuias, então me disse o meu companheiro que iria ver em que estado estavam as cousas para me vir dar recado; foi e tornou-me com recado e novas tristes dizendo: — é morto o nosso Pe. Aqui comecei com ele a derramar lágrimas tristes e chorar meu desamparo, *in medio nationis pravae*, saí finalmente recolhendo-me a lugar mar seguro arreceando de me tornarem a buscar como depois soube que estiveram para fazer, mas Deus os impediu. Naquele lugar nos juntamos quase todos ali; fiz trazer as relíquias que os bárbaros deixaram por ali espalhados por lhe não servirem, como livros, papéis, etc. E o corpo do santo Padre com o vestido interior, tinha-se achado uma roupeta minha a qual lhe vestimos, e lavando-lhe o rosto e cabeça cheia de sangue e terra, e feita em pedaços, o compusemos em uma rede para o trazermos para o pé da serra.

Nisto me disseram que ficara lá em um mato um índio e que vivia ainda, mas que estava morrendo, e porque este era ainda catecúmeno, temendo que morresse no caminho sem batismo, se o mandasse buscar porque estava longe. Levei comigo uns poucos de índios e fui lá e ainda me respondeu a algumas cousas que lhe disse. Aparelhando-o para o batismo, batizei-o, e curei-lhe uma grande ferida que tinha na cabeça, apertando-lha com um lenço meu, e assim o fiz trazer comigo; dali me fui ao lugar onde morrera o Pe. a ver o índio que com ele morreu, que também arquejava ainda, mas não lhe pude tirar palavra alguma em sinal de acordo, pelo que o deixei estar pelo não acabar de matar com o movimento para o mandar trazer depois.

Com isto me fui e me desci da serra, trazendo diante de mim o corpo do Pe., e ao pé da serra o enterrei, fazendo um monumento de pedras sobre a sepultura para sinal dela, pondo-lhe também uma cruz à cabeceira. Mandei logo buscar os dois índios, um deles estava já morto, o outro morreu ao dia seguinte. Ambos fiz enterrar junto do Pe., para cuja defensão morreram, um de uma parte outra de outra, ficando ele no meio.

Aqui se remataram e coroaram tantos trabalhos passados do santo padre com esta ditosa morte, cujo intento era fazer muitas igrejas no sertão do Maranhão, e converter as Amazonas. Cortou-lhe Deus o fio, porque não era chegada ainda a hora. Uma das índias que os bárbaros levaram lhes meteu medo, dizendo-lhe: Vós outros haveis de morrer, porque logo hão de vir os brancos com instrumentos de fogo a vos matar e vingar a morte do Pe. que queria fazer pazes convosco, tomando-vos por filhos e ensinando-vos a vida santa, e vós levais a sua rede com seu vestido que vos hão de ser causa da morte. Respondeu-lhe um que lhe levava a roupeta: dizes verdade porque já eu estou tremendo e enfraquecido (e como estes bárbaros são imaginativos, sem dúvida morreriam, porque só a imaginação de cuidarem que alguém lhe lança a morte basta para os matar), mas já que tu dizes isso (acrescentou ele), torna-te e dize a teu irmão que aqui fica tudo que o mande buscar, e fez pôr toda a roupa sobre uns paus altos, e se foram, mandando a índia, a qual de tudo tomou a rede do Pe., sabendo que ficava eu com o chão por cama e por que eles se não tornassem a arrepender com toda pressa se veio e, referindo-me tudo, me certificou de como dantes disto estiveram para me virem tornar a buscar de caminho; á tarde se juntou comigo mais sete, mandei ao dia seguinte corpo de mancebos a buscar tudo, mas parece que os tapuias tornaram atrás a levar o que deixaram, porque só se achou a casula, estola e manípulo e frontal e os breviários; levaram cálix, alva, cordão e o missal e a farinha das hóstias etc. Cousa que me deu grande pena deixaram-me sem missa e sem sacramento naquele desterro. Seja o Senhor contudo, louvado para sempre.

Depois que enterrei o Pe. ao pé daquela alta serra da Ibiapaba, em um lugar que particularmente se chama Abaiara, ao longo de um rio dentro de um mato, esperei alguns dias pelo principal que estava ausente, para me despedir dele pelas caridades que dele tínhamos recebido; veio finalmente. Convidei-o para vir comigo para a igreja e a outros principais que ali se ajuntaram, e ele porém sempre se mostrou algum tanto duro, mas os outros me deram palavras de virem e em efeito se aparelharam, querendo logo desfazer as roças; mas como eu, por então, não queria mais que vir-me ao mar, a esperar que passasse o inverno, que entrava, pretendendo entretanto fazer algumas milharadas e avisar juntamente a meus superiores, os detive dizendo que me queria vir diante a esperar que eles se aparelhassem no que ficaram bem.

Foram para sua aldeia e o Diabo Grande celebrou e fez celebrar a todos as exéquias do Pe. a seu modo, mandando que se fizesse grandes e públicos prantos por toda aldeia, e se ajuntaram os índios na casa que fora nossa, e ao pé da cruz que no terreiro tinham feito levantar, fazendo nestes lugares principalmente grandes gritos e derramando muitas lágrimas, e os filhos do Diabo Grande deixaram crescer o cabelo, tingindo-se e tisnando-se em sinal de tristeza, que é o seu luto.

Partindo-se ele para a sua aldeia, me parti eu também para o mar, para a casa do Cobra Azul, que seriam trinta até 40 léguas; gastei no caminho 17 dias, mandei recado diante ao Cobra Azul de como me ia para sua casa, enfim cheguei. Fez-me medíocre agasalho, recolhendo-me em uma casinha que me tinha mandado fazer, deu-me logo uma roça para plantar de milho, e eu fiz fazer outra e comprei outra e a fiz plantar de milho, feijão, favas e abóboras, aparelhando-me para os que haviam de vir da Ibiapaba, mas foi pouco o que se colheu, assim por não chover, como por serem tantas as formigas que destruíam tudo; e como eu não tinha quem me tivesse cuidado de as matar, porque cada um tinha bem que fazer em acudir as suas necessidades, decidi fazer-me em feitor mandando fazer uma casinha no meio das roças, na qual me fui morar, levando comigo 4 ou 5 moços, os quais me ajudaram a cavar e matar formigas e queimá-las. A importunidade e multidão delas venceu nosso trabalho, e neste tempo, que foram quatro meses, nosso comer foram algumas frutazinhas e peixes sem outra cousa. Eu, porém, tive algumas castanhas de cajus e obra de uma quarta de farinha que eu tinha trazido da Ibiapaba, que fui guardando para a quaresma, com a qual ajejuei toda condutando (sic) como era razão.

Aparelhavam-se neste tempo os da Ibiapaba para virem e dois principais mandaram os filhos diante, temendo-se que me partisse e os deixasse. Mas como o inimigo de nossa salvação não dorme, lá revolveu os fantasmas aos feiticeiros e lhe meteu em cabeça que eu queria os trazer para os entregar aos brancos em recompensa da morte do Pe., por ser morto em suas terras sem eles o defenderem. Posto que eu trabalhei por desfazer

estas suas imaginações como quer que estava ausente, não me foi possível; contudo isso queriam vir muitos, mas como o Diabo Grande é sagaz, armou-lhe dois laços, um de medo, outro de esperanças, com que os prendeu a todos, metendo-lhes em cabeça e traçando que iriam primeiro a dar nos tapuias assalto para vingarem a morte do Pe. e que fariam o presente dos cativos, aos quais em triunfo fariam carregar os ossos do Pe. e os trariam ao Padre Grande, e finalmente se viriam para a igreja depois de fazer estas diligências e satisfação, nisto ficam mas não me parece que terá efeito.

Depois destas traças e conselhos me mandou o Diabo Grande visitar com dois irmãos seus, de que ele mais conta faz, chamados um o Diabo Ligeiro, e o outro Carapecu, grandes cavaleiros e valentes; estes me trouxeram dois cabaços de farinha que teria dois alqueiros, que chegaram a tempo em que nem frutas nem outra alguma cousa havia mais que alguns peixes; logo reparti um deles por toda a aldeia, sem ficar pessoa que não tivesse seu quinhão, com o que cobrei fama de liberal, que se estendeu por todo o sertão, porque não se falava noutra cousa senão na virtude do Padre que em tempo de tanta fome se lembrava de todos e os convidava. Esta fama se acrescentou muito com o ordinário costume meu, que sempre tive, a saber: que quando alguém me trazia algum presente, se eu tinha o que mediocremente me bastasse, não lhe aceitava, eu, quando muito, tomava alguma parte para o dar a algum mais necessitado, o que vendo, diziam que bem diferentes eram os padres dos brancos, que nunca estes enjeitavam nada por mais que lhe sobejasse, nem de que tinham os convidavam antes me diziam. Ó, quantas vezes desejávamos de comer um bocadiho de peixe ou carne que nós mesmos matávamos, mas não podíamos nem convidavam os nossos filhinhos; isto tudo conto e estimo pela glória do Senhor e honra da companhia que para com estes se ganhava. Depois destes me mandou outro principal outros dois cabaços de farinha com que me fui remediando até que houve feijão e milho nas roças.

Neste tempo que gastei em casa do Cobra Azul não me faltaram purgas e tragos bem amargosos com que o Senhor foi servido de me exercitar em penitência de meus pecados, alguns referirei para glória do Senhor e salvação de meus Pes. irmãos.

Este negro Cobra Azul é grande feiticeiro e valentão, donde lhe nasce ser soberbíssimo e falar sempre com grande arrogância. No tempo que eu estava na roça, depois de lhe ter dado muitas cousas e lhe mostrar muito amor e confiança mostrando ele a mesma de mim e mandando-me muitos presentes, fui um dia visitar a todos, e passando pela sua porta preguntei por ele e disseram-me que não estava dentro; entrei logo em outra onde ele estava com outros, e um deles, fazendo um arco, depois de os saudar, louvei ao outro o fazer arcos, e acrescentei dizendo quem me fará um arco para o meu moço, que não tem com que ir caçar, ao que o Cobra Azul acodiu dizendo por que o não mandava eu fender

um pau para isso; eu com alguma confiança lhe respondi: — Isso me dizes a mim, sabendo que não tenho mais que um moço que sempre me acompanha e tem cuidado de mim; manda um de teus filhos que tens muitos e és senhor de toda esta aldeia e todos te servem. Calou-se ele e, dissimulando, sai-se e entra em sua casa falando alto e dizendo: — Parece que este me quer tratar como Pero Coelho, pois me repreende como ele me reprendia; se ele assim me trata em minha casa, que fará se me colher lá na sua, não sabe ele que está aqui só e não tem quem o guarde?

E com isto toma um machado ás costas e sai-se e vai-se para a roça que era caminho por onde eu havia de ir para a minha; em ele saindo de casa, ficava nela uma velha prima e juntamente sogra que já não tinha dentes de roer ossos humanos, a qual tomou o agravo à sua conta por ver o primo perturbado, e falando no mesmo tom acrescentou: — Parece que alguém quer que o coma eu, pois far-lhe-ei bem preste um espeto e pô-lo-ei nele. Tudo isso se passou diante de uns mancebos que em sua casa se estavam aparelhando para ir pescar. E entre eles eram dois moços meus, mas como estes são selvagens em muitas cousas, não foram já me avisar, mas foram-se a pescar e, à tarde tornando, vinham cuidando e tendo por certo que me não achariam vivo. E chegando me disseram que cuidavam que me teria já morto o Cobra Azul, no que eu me achei novo, e perguntando-lhe pelo caso, me contaram tudo como tenho dito, e alegando outro que também ouvira tudo, o mandei chamar e soube dele o mesmo; estavam os meus moços bem afligidos e temerosos, mas eu me fingi muito seguro e os animei de palavra, posto interiormente não me faltavam agonias, sabendo quão fácil e gostoso é a estes matarem e comerem os de que se dão por agravados. E era isto já tarde, não ousei de fazer nada de mim, mas confesso que vigiei muitas horas aquela noite, por não poder dormir, encomendando-me a Deus e aparelhando-me para tudo.

Ao dia seguinte mandei-lhe dizer que me achava mal disposto, que por isso o não ia visitar, que quisesse vir a minha roça que tinha que falar com ele. Respondeu: — Eu irei; mas não foi, e assim me teve com a mesma perplexidade aquele dia e noite. Ao outro dia mandei-lhe o mesmo recado, porque queria de todo saber seu ânimo. Respondeu ao moço: pois quem o mete a repreender-me; e contudo não foi. Neste comenos levou Deus uns índios com umas cartas do Pe. Gaspar de São Perez, com a qual ocasião mandei chamar a todos e ele também, que viesse saber as novas; então veio com os outros e depois, indo-se os outros, o fiz esperar apaziguado e desculpando-me. Finalmente, ao dia seguinte me mandou um presente de cabaços verdes.

Durou porém pouco tempo a amizade, porque daí a alguns dias se enfadou outra vez, sem ocasião nenhuma mais que dizer eu que era falsidade certa mentira de um índio que fora do Rio Grande levar por

nova que devagar estava minha vinda e que não seria senão daí a três anos que assim lhe dissera Jerônimo de Albuquerque. E porque ele gostava com esta nova, contradizendo-lhe eu, levanta-se furioso bradando: — Espera, espera, espera, e com estes brados de doido se saiu do meu aposento e não me falou daí a muitos dias, passando algumas vezes por essa minha porta com grande tromba, e se foi fora à caça sem me falar.

Eu também me fui para o mar, que estava daí uma légua, como já dantes tinha determinado com os moços que me acompanhavam, onde fiz uma choça e estive vinte tantos dias comendo peixe que todos pescávamos, ao cabo dos quais me tornei, e ele chegou daí a três dias e mandou dois quartos de porco do mato, e daí a alguns dias se me escusou de me não visitar, dizendo que eu não sabia ainda bem a sua língua. Com esta capa se deu por bem coberto.

Neste tempo mandei recado aos de Ibiapaba convidando-os ultimamente se queriam vir comigo; entre os que de lá vieram vinha um a quem ele mandou pedir uma filha para mulher ou manceba, afora outras duas que tinha, e porque por minha ordem lha negou, avisou a todos os de sua aldeia que nada dessem nem convidassem os meus, e que algumas roças que alguns tinham dado lhas tomassem outra vez, e de efeito mandou logo avisar a uma índia que não pusesse mais pé na roça que lhe tinha dado outro índio. E com estes gestos passei quase seis meses que estive em sua casa, e sabe o Senhor quantas vezes me fugia o sono, e me punha a passear à meia noite por entre as redes dos moços que comigo dormiam no aposento, esperando como o nosso santo padre Dom Gonçalo que entrassem a me acabar e me consolava com Deus e com a consideração do mesmo padre.

Estes índios que ultimamente vieram da Ibiapaba trouxeram uma nova digna de se saber para nos compadecermos desta cega gentilidade, da qual se hão de saber algumas cegueiras que têm; têm grande medo de cair o céu, sobre eles e para impedir este mal alguns deles, pela manhã, em espertando, se levantam e fazem fincapé no chão com as mãos ambas para o céu, para terem mão nele que não caia e assim lhe parece que fica direito para todo aquele dia. Também os atormenta muito o medo de se abrir a terra e de os alagar o mar; os que entre eles são feiticeiros falam com o diabo muitas vezes, o qual lhes fala de noite, às escuras, posto que não o vêem. Ouvem-no e dão-lhe o fumo que beba, o qual vem estar no ar, mas não vê quem o tem, vêem porém as baforadas que lança e lhes diz, à volta de uma verdade, muitas mentiras e quando vão à caça lhes diz onde a acharam e onde está mel.

A nova, pois, que trouxeram os da Ibiapaba foi passando dois índios pelo caminho junto da sepultura do Pe. Pinto, que Deus tem, lhes aparecera o padre vestido em sua roupeta preta, seu chapéu e sua rede às costas e um cofo de farinha e um grande cão de caça, e lhes perguntou por dois grandes feiticeiros, mandando-lhe recado que logo ia ter com eles;

foram eles contar esta nota à aldeia, saíram os feiticeiros a interpretar, uns diziam que era a alma do padre e outras cousas; por derradeiro saiu o feiticeiro em que eles têm posto seu crédito e foi dizendo que não era senão o Deus Criador dos mantimentos que os vinha criar para terem o que comer, etc.

Estes da Ibiapaba ficam muito contentes por lhe ficarem os ossos do Pe. em sua terra, o qual cuidam lhe será valhacouto dos brancos, e aos que de lá vinham ameaçavam que os não trouxessem. Eu contudo mandei, à minha partida, quatro índios valentes saber se estavam já desfeitos para trazerem, mas acharam o corpo inteiro; outra ocasião haverá em que poderão vir os ossos.

Chegou finalmente recado do Pe. Reitor de Pernambuco Henrique Gomes em resposta das minhas cartas: que viesse em tempo que as milharadas estavam de vez, e o inverno era passado. Mandei recado a uma aldeia que estava no rio do Ceará, 25 ou 30 léguas mais para cá, para o Jaguaribe, pedindo que me fossem alguns buscar para me trazerem algum mantimento, e também me acompanharem em certo passo perigoso de tapuias; foram eles e, estando para me partir, se levantou outra tempestade nesta forma.

Este Cobra Azul tem um filho mancebo de 26 até 28 anos de boa índole, valente e muito benquisto, estimado entre os seus, também se chama Cobra Azul — o moço. Este desejava muito de vir comigo para o caeté. Procurou muitas veras de trazer o pai e todos os seus parentes. Finalmente, estando eu para partir, se foi ao pai a lhe dar a última. Bastaria com muitas razões que para isso lhe alegou, e achando-o sempre com a mesma dureza e esquivança, se saiu agastado e enfadado; quando veio ao dia seguinte de madrugada, começa a falar alto que todos o ouvissem desta maneira contra o pai:

Aparelhai-vos vós outros e vamos com o padre e deixemos ficar a este que tem o meu nome velho (declarando o pai com este circunlóquio por medo de desprezo) porque eu levarei o padre a sua casa, já que este se não lembra dos grilhões em que o Pero Coelho o teve três anos, e eu fui a causa de os brancos o não enforcarem, estando para o fazer três vezes, não sei em que confia, e sendo eu seu defensor e arrimo quem lhe será agora bom indo-me eu; ora, já que assim quer, fique-se ele e nos vamos nós com o padre.

.....

O pai ficou perturbadíssimo com ver contra si o filho por minha parte e todo aquele dia esteve brusco e empeçonhentando-se para o dia seguinte mostrar o veneno; levanta-se de madrugrada e, espertando todos, começa a dizer: — Ide vós outros, ide e levai o abaré que ele vos irá vender e distribuir a seus parentes e sereis todos escravos, e vós outros que viestes com ele de caeté, agora passareis de largo por defronte de vossas casas e com saudades desejareis de chegar para elas, mas debalde,

porque ireis para onde vos ele vender; e, falando por ironia, dizia: eu que não sei o que faço, me ficarei aqui perdido e miserável, dando-se por superior no saber a todos os mais que eram nécios em se entregarem ao cativeiro vindo comigo.

Amanheceu finalmente o dia seguinte que havia de ser o último de minha estada; aparelhamo-nos para nos partirmos, mandei avisar para que ao outro dia pela manhã nos partiríamos mas que primeiro nos ajuntássemos todos no terreiro e dali nos abalaríamos; aquela noite foi a de mais medo e arreceios, porque como era a última e o coração daquele bárbaro estava tão azedado, quase que me persuadi que se atrevia a cometer alguma cousa. Quis chamar quem me guardasse, mas para não alvoroçar ou dar a entender meu medo o não fiz, ainda que ele poucos dias havia que tinha dito que antes que nos viéssemos nos havia de matar, e enfim passou aquela comprida noite de angústia, e pela manhã nos ajuntamos todos no terreiro onde, estando todos ajoelhados diante de uma cruz, recitei o itinerário em voz alta, o qual acabado, disparando-se um mosquete, nos despedimos, ficando o bárbaro dentro da casa sem aparecer fora. Passei-lhe pela porta e da rua o saudei, e ele. . . de dentro me respondeu: — Vai-te embora; não lhe agradeço a ele não me matar que boa vontade me mostrou, mas agradeço à divina bondade que me livrou dos selvagens tapuias, e dele também, mas estes são os passos em que se medita bem na morte vendo-a de perto.

O filho deste também se partiu comigo e quase toda a aldeota; à primeira jornada Cobra Azul — o moço foi tão prudente que ainda que vinha agastado contra o pai contudo me foi falar pelo pai, dizendo-me que não me lembrasse de nada, que seu pai sempre tivera costume de falar áspero a todos, e que era costume dos grandes morubixabas para terem autoridade, e que ele o mandava comigo para que me trouxesse e visse o que passava na Igreja para depois vir também e que não quisesse eu apartar de todo a seu pai de mim.

Eu o consolei dizendo que mais me lembrava das boas obras que me fizera que de suas palavras; que não cuidasse que lhe queria mal, e bastava ser seu pai etc.

Dali a três ou quatro jornadas, chega após nós um mancebo sobrinho seu, pelo qual, para atemorizar os meus e fazer tornar o filho e parentes como feiticeiro e sabedor das cousas futuras, lhe mandou dizer que todos morreriam no caminho, e que os outros da aldeia para onde vínhamos nos haviam de dar uma sede d'água que pereceríamos à fome, e cousas semelhantes, com que perturbou muito os que vinham comigo, porque dão muito facilmente entrada a imaginações e feições de feiticeiros, mas contudo ninguém se me tornou.

Chegamos a outra aldeia que está junto ao rio chamado Ceará, vinte e cinco léguas além de Jaguaribe; receberam-nos com festas, caminhos feitos, emboscadas, tambores etc. Tinham-me feito uma casinha muito

bonita de pindoba, adonde me recolheram, parecendo-lhe que lhe vinha todo o remédio contra os brancos que até agora os tinham feito andar brenhas e rochas escondidos; e um velho me veio visitar e me disse: — Quando hoje vinhas não te pude ir falar porque estava chorando de alegria de ver-me agora junto, por amor de ti, a estes meus parentes que até agora andavam pelas covas e brenhas escondidos, mas agora só nos ficam as saudades que temos de nossos filhos e filhas que os brancos nos levaram, pedindo-me com isto lhes fizesse ir de cá.

A estes índios do Ceará convidei, e tinha já dantes convidado que viessem para a igreja, que além de haverem de ser filhos de Deus estariam livres dos tapuias e mais inimigos que até agora os desbaratavam, e que na igreja estariam livres das injúrias dos brancos, que é o em que mais falam que tudo. Porém, tinha-os já prevenido Jerônimo de Albuquerque com três ou quatro recados que lhe mandou, que não se bulissem nem desamparassem suas terras e pátria antiga de seus antepassados e que não ouvissem minhas palavras, nem lhe dessem orelha, que logo iria outro padre a morar com eles e lhe fazer igreja, e outras muitas cousas a este tom, e tais que, por elas não dizerem com a pessoa de Jerônimo de Albuquerque, lhe não deu crédito, e me persuadi que seriam fingidas pelos mensageiros, ainda que é verdade que estes senhores não cuidam outra salvação d'alma mais que enquanto não se encontra com seus interesses.

Vendo eu que os mais não queriam vir, procurei então de os ajuntar todos, porque em todo aquele sertão do Jaguaribe onde dantes havia grandissíssimo número de aldeias, agora serão, por todos grandes e pequenos, como oitocentas almas, os quais estavam em sete ou oito aldeotas; de todas ajuntei os principais e os persuadi se juntarem a roçar em certa parte mais acomodada, traçando-lhe as casas e levantando-lhe uma formosa cruz de cedro lavrada com seu talento; cousas que eles estimam muito e lhe pus nome à aldeia de São Lourenço, por ser em seu dia levantada a cruz; e agora esquecendo-se do nome antigo daquela terra, lhe chamam São Lourenço.

Deixei-os animados e com segurança dos brancos que já os não fariam escravos, nem lhe fariam guerra. E que eu os encomendaria ao Governador que os defendesse e amparasse deles; dei aos principais algumas relíquias de ferramenta velha que ficou dos tapuias, mas nem por isso os contentei, porque cuidam que tudo isso e muito mais se lhe deve. Aonde não abrangeram os machados e foices, dei algumas facas ou tesouras e entre estes havia um por nome Lagartixa-espalmada, o qual era soberbíssimo e, antes que eu viesse por várias vezes, me ameaçou que me havia de matar e aos meus, e por lhe dizerem outros alguns louvores meus com que o abrandaram, ultimamente disse que se havia de ir da aldeia antes que eu chegasse, para me não ver e por o não enganar com minhas palavras. Fazendo-o vir para a igreja, mandei do caminho desenganar que não

fugisse de mim, que não queria senão que roçasse em sua mesma terra, e que lhe daria com que roçar; ele contudo se foi apanhar algodão e não estava na aldeia quando eu cheguei.

Veio porém dali a dois dias ou três, mas não me foi visitar, até que eu o chamei; deteve-se ainda um pedaço depois de meu recado, enfim veio com um maço de frechas e seu arco na mão, e ele todo almagrado com urucu e depois de nos saudarmos, a primeira cousa que me disse foi que não me perturbasse por ver as frechas na mão que o seu costume era trazê-las sempre; nisto pediu fogo a um moço meu e, acendendo a palma em que trazia o fumo para beber, mo ofereceu; respondi que não costumava a beber fumo.

Tratamos então prática, em que eu o assegurei de o querer trazer, e que já o conhecia e amava como filho, e ele então me fez uma grande prática em que dizia que eu fora a causa de ele sair das lapas e matos a roçar em público, o que estava fora de fazer se algum branco viera que não fosse padre e que já agora estava descansado, e outras cousas a este tom. Prometi-lhe uma foice para roçar, posto que lha não dei logo, com que se despediu muito apaziguado. Àquele mesmo dia, à noite, estando os principais todos em terreiros praticando como costumam, sai ele de casa e em alta voz começa a falar desta maneira com os parentes: — Não sabeis vós que sou eu o vingador-mor, que ninguém me fez cousa que me não pagasse, que me vingarei dos tapuias e dos mais contrários de todas as mortes dos meus, pois quem é agora o que por detrás anda murmurando de mim, dizendo que me ausentei para não ver o Pe., quem isto diz mente, e quem me fez a mim sair dos matos porventura a vós outros é grande falsidade. Por amor do Pe. saí eu a pouco e estou hoje sem nenhum temor; ora isto baste que sois todos umas mulheres. Ouviram todos, mas ninguém falou palavra.

Ao dia seguinte, mais por medo que por vontade, lhe dei foice para roçar; soube-o um principalete a quem eu só tinha dado uma faca; indignado começa a pregar, dizendo: — estou muito agastado e agravado contra o Pe. que dá foice a quem dele murmura e fala, e a mim não me deu foice. Será porventura porque eu o não convidei. Neste tom esbravejou, dando-me muitas remocadas porque, não me tendo o outro dado nada, ele me trouxera por algumas vezes uns mingaus de mandioca brava que caro me custaram; mas de tudo isto teve o Senhor por bem de me livrar. Parti-me finalmente daquela aldeia aos 19 de agosto de 608 e, estando apresentado daí a légua e meia, me deram um escrito do Pe. Gaspar de São Perez que em um barco de Jerônimo de Albuquerque, com algumas farinhas e milho, me ia buscar; no que enxerguei a muita caridade sua, porque para este efeito desfez uma roça em farinha e fretou o barco e em pessoa se meteu nele apostando-se a viver ou morrer comigo. Foi este um dia de ressurreição para um pobre que de tantas mortes andava cercado. Mandei-lhe logo outro escrito e ao dia seguinte me fui logo

embarcar e viu-se a Providência de Deus, porque os marinheiros não conheciam a terra e cuidando que estavam em um porto se acharam em outro; e chegaram em o mesmo dia em que eu de caminho também chegava.

Detivemo-nos neste porto 17 dias ou 18 sem poder sair com ventos contrários até que dia de Nossa Senhora do Nascimento navegamos. Não pôde vir toda a gente no barco, assim por não ser capaz, como por não haver tantos mantimentos, por ser feita a detença no porto. Embarcamos somente os da Ibiapaba para que os de Jaguaribe os não matassem, que são os seus antigos contrários. Os demais se partiram por terra devagar.

São por todos os que comigo vinham 160; estando para me embarcar me disseram que se aprestaram mais dois principaletes; se vierem, chegarão a 200 almas. Chegamos ao Rio Grande onde fomos recebidos com muita alegria do Capitão-mor Jerônimo de Albuquerque e Antônio Ferreira, Tenente, e dos mais, e com muita caridade do Pe. Domingos Monteiro e Diogo Nunes; ali me detive alguns dias esperando embarcação e tempo, até que Deus o deu. Seja Ele louvado em tudo e tudo seja para sua honra e glória. Isto se me ofereceu para dar conta a V. P., em cuja bênção me encomendo, hoje 26 de março de 608.

Luís Figueira

3. FUNDAÇÃO DO CEARÁ

3.1. RELATO DE SOARES MORENO

A história de Martim Soares Moreno, o fundador do Ceará, deve começar narrada por ele, com a sua "Relação do Ceará", escrita em 1618 e em Lisboa:*

"Sendo de pouca idade, passei ao Brasil por soldado, em companhia do Governador Diogo Botelho; logo que cheguei a Pernambuco fui com o Capitão-mor Pero Coelho de Sousa a descobrir e conquistar a Província de Jaguaribe e Seará e Mel Redondo, servindo de soldado, onde tivemos muita guerra com aqueles índios que eram infinitos, e tinham muitos franceses em sua companhia. O que tudo ficou conquistado; e depois de seis meses de guerra, onde eu recebi muitas feridas com os demais companheiros, e vendo que nos não podíamos sustentar, nos retiramos, a Seará, para que com mais socorro fôssemos à conquista do Maranhão, tão desejada dos reis passados. Ali houve muitos desassossegos nos índios por algumas sem-razões que se lhes fizeram; assim foi forçoso a despovoar-se aquele sítio onde eu tenho agora uma fortaleza de maneira, que em uma e outra parte se gastaram três anos, onde sempre assisti com muitos trabalhos, sustentando-nos de cobras e lagartos, porque naquele tempo nunca se deu ordem a plantar mantimentos, e hoje há infinitos.

Ali, nos três anos que digo, aportaram muitos piratas que com aqueles índios comerciavam e carregavam muitos navios de algodões e pimenta malagueta, muitos bichos, como papagaio, bogios, sagüins e muito pau a quem os índios chamam Uburaquatiara, que é o melhor que até agora se há descoberto em todo o Brasil, por ser como damasco; e também carregavam pau de tinta chamado tatajiba, com algum âmbar.

Neste decurso de tempo aprendi muita parte da língua daqueles índios e travei com eles particular amizade, particularmente com o principal dali, chamado Jacaúna; logo que este sítio e conquista foi despovoado — donde Pero Coelho gastou toda a sua fazenda, que era muita, e ali

*O teor da *Relação* encontra-se em STUDART (Barão)[18] (pp. 133-49); em MORENO, Soares[158] (pp. 191-98) e em POMPEU SOBRINHO[153] (cap. 2).

perdeu seus filhos a fome e sede — foram dois Padres da Companhia de Jesus àquelas ditas partes, e com suas práticas domaram aqueles índios; e já que haviam feito muito, indo em demanda de umas minas, que dizem os franceses que estão na serra de Ponaré, foi um deles morto, que era muito grande religioso e muito bom língua dos índios, que chamavam Francisco Pinto, e outro companheiro que era o Padre Luís Figueira escapou entre um mato que não foi visto dos índios tapuias e se retirou a Pernambuco. Ficaram aquelas partes outra vez despovoadas como dantes.

E estando eu por tenente do Capitão-mor Lourenço Peixoto, servindo na fortaleza do Rio Grande, fui fazer novas amizades com os moradores daquela costa, até Seará, o que fiz pela amizade que me tinham; me arrisquei, só com dois homens, a me meter com eles, donde os incitei fosse um deles comigo à Bahia, a pedir ao Governador D. Diogo de Menezes padre que os fizesse cristãos e que eu iria assistir com eles; o que fizeram e foi um filho do principal Jacaúna à Bahia fazer este peditório, o que logo dito governador ordenou e me mandou negociado de todas as cousas necessárias, encarregou que me comerciasse por terra com os naturais do Maranhão, para se fazer aquela conquista, dando de tudo parte ao Conselho da Índia. E sendo no ano de 1611, cheguei a Seará com 6 homens em minha companhia e um Clérigo, onde fui muito bem recebido; logo a poucos dias fiz igreja e com retábulos que levei, se disse missa e se fizeram muitos índios cristãos.

Ali, no dito ano, degelei mais de duzentos franceses e flamengos piratas e lhe tomei 3 embarcações, donde uma delas veio a Sua Majestade a esta Cidade, toda a proa e popa douradas. Para fazer estes assaltos me despia nu e me rapava a barba, tingindo-me de negro, com arco e frechas, ajudando-me dos índios, falando-lhes de contínuo a língua e perguntando-lhes o que já sabia bem fazer; no dito ano fiz pazes com 3 castas de tapuias ali vizinhos e por meio deles tive novas do Maranhão. E foram índios dele a falar comigo, donde me deram notícias das boas terras que havia naquelas partes e gastando sempre muito de minha fazenda para fazer estas pazes.

De tudo avisei ao dito Governador D. Diogo de Meneses e com meu aviso escreveu ao Conselho da Índia o que passava, e os Senhores do Conselho mandaram que se fizesse a jornada e conquista dos ditos rios do Maranhão, e me mandou que eu fosse descobrir os ditos rios; e sendo no ano de 1613 fui em um pequeno barco a fazer o dito descobrimento, levando os índios que comigo haviam ido falar, os quais eram muito práticos naquela costa. E sendo já alguns dias de viagem, cheguei a Pereiá, a primeira boca do Maranhão, de dali fui por dentro dos rios e ao dia de S. Ana cheguei á ilha chamada Tucutenduba, a que pus nome Ilha de Santa Ana. Ali achei um grande porto de naus muito fundável, e nele um armazém que ali tinham os franceses com muito breu e muitas

cabascamastras e muito pau de tinta cortado e polés onde faziam muitos cabos, ao que pus fogo e dali fui a descobrir o sítio de Guaxenduba, donde depois o Capitão-mor Jerônimo de Albuquerque situou seu campo, e teve a vitória com os inimigos; isto feito me fui em demanda da Ilha que cheguei com o barco perto de terra donde desembarquei e pondo-me em cima de um penedo pregando que era filho de Jacaúna. Todos me ouviram e me levaram galinhas e muitos legumes; ali pus uma Cruz com um letreiro que dizia: aqui chegou o Capitão Soares Moreno a tomar possessão por El-Rei Católico. E, não sabendo que estavam povoados os franceses ali, me confessei e sem falta fora morto se um índio não me avisara que se veio comigo a esta Cidade, e com o dito aviso dei à vela, não fazendo agravo a nenhum daqueles índios, antes feito prática que dali a um ano tornaria com muita gente a povoar aquelas terras; neste tempo já os franceses tinham tomado a barra por onde eu havia de sair.

Permitiu Deus que me meti pelo rio acima donde escapei embrenhado em um braço dele, e dali a oito dias tornei a desembarcar de noite, donde arribei às Índias e dali vim com a Relação a esta Cidade e com ela e o meu Piloto se fez a jornada, donde Sua Majestade me mandou também e fui sem mercê nenhuma, onde servi de sargento-mor em ausência de Diogo de Campos Moreno, trabalhando em todas as cousas, descobrindo naus de guerra francesas, também buscando sítios na Ilha para o nosso Arraial, donde me procedeu uma enfermidade de que estive a risco de perder a vida.

Logo que chegou o Capitão-mor Alexandre de Moura o avisei do que passava entre os franceses e que bem sabia por haver 3 meses que estava com eles por reféns e curando-me de uma enfermidade, logo o dito Capitão-mor me mandou fosse quietar os índios da terra firme e a prender muitos franceses que andavam levantados entre eles, o que fiz. E vendo o dito Capitão-mor que fazia bem o que me encarregava, me elegeu por Capitão-mor da jornada do Pará, mas, considerando a grande necessidade que o Maranhão tinha da terra firme de Cumá e Tapuitapera, me mandou fosse assistir nela por Capitão, para o que me deu 25 soldados e 80 léguas de terra digo de costa, todas cheias de infinitos índios; e estando fazendo igrejas e quietando aqueles índios, com o grande trabalho me renovou a enfermidade de que havia padecido e, indo-me a curar dela, arribei a Índias a S. Domingos, donde o Presidente dali me encarregou de Cabo dos Navios que saíram do dito porto, e com um tempo me apartei da Companhia e encontrei com um navio pirata de 18 peças de artilharia com quem pelejei, e me matou toda a gente, que foram 19 homnes, não ficando mais que 3 e um menino, todos em pedaços e eu fique com 23 feridas, com uma mão cortada, e o resto com uma cutilada; e logo que fui em França que me conheceram haver

morto franceses de Diepa, acudiram viúvas e órfãos e a seu pedimento me prenderam e sentenciaram á morte e me tiveram 10 meses com rigorosas prisões, a que acudiu o Duque de Montalião, Embaixador, e fez-me soltar, mas com gastar muito em meu julgamento, de que estou muito empenhado.

Seará está 100 léguas da Capitania do Rio Grande para Leste e em todas estas léguas não há um palmo de terra que se possa povoar, nem que dê mantimento por nenhuma maneira; tudo são areais desertos, só em 3 rios tem 3 castas de tapuias de guerra, desde ali ao Maranhão; tão pouco não há cousa que se possa povoar, de que logo direi.

Este dito Seará é um rio que entram nele embarcações de 30 até 40 toneladas, está em 2 graus e 2 terços da parte do Sul, tem uma pequena fortaleza de madeira com 4 pedreiras, está sobre o rio, e tem junto de si um rio de água doce muito caudaloso e bom, está dali a 2 léguas a balravento uma grande enseada muito quieta para navios de 400 e 500 toneladas, que era antigamente porto dos franceses chamada Mucuripe, onde podem estar 4 peças de artilharia que não deixem ancorar ali navio ladrão nenhum. Dali a balravento está outra enseada chamada Iguape, que também era repouso de estrangeiros, que de contínuo há mister vigiada, porque de contínuo vão ali a consertar seus navios e tomar água, e ali tem madeira para tudo que lhe é necessário; a sotavento deste Seará há outra enseada chamada Pará que tem um rio de água doce caudaloso onde também se vão reformar os ladrões.

Todos os navios que forem ao Maranhão e Pará lhes será forçado irem a reconhecer as serras do Seará, porque é boa conhecença e como elas estão em 2 graus e 2 terços e o Maranhão em 2 graus e um terço da parte do Sul da linha, e as águas correm sempre a oeste; convém que os Pilotos se assegurem.

A Sua Majestade lhe convém ter aquela Colônia bem negociada para que os piratas se não apoderem dela, que como fica a balravento do Maranhão convém sustentar-se, o que se fará com pouco custo.

Também como toda a demais terra é inútil, e sem proveito de força, se deve de sustentar aquilo para estalagem dos que forem e vierem do Maranhão e Pará para Pernambuco, que indo destroçados do caminho ali se refazem, assim de mantimentos como de índios para os acompanhar; também servirá para os nossos navios para o que lhe for necessário, que cada dia vêm e vão em terra por não haver quem os encaminhassem, e os índios comiam os homens. Toda aquela costa é de muito peixe e os rios o próprio.

Tem muito sal de salinas que a natureza cria, muita abundância de ostras, muitos mariscos, tem muita caça, como é veados, que são com cabras e qualquer soldado com seu arcabuz os mata facilmente; também há muita quantidade de porcos, muito número de antas, de outras cousas do Brasil há muitos e bons papagaios, e bogios e sagüins, tem muita buraquatiara, que é a melhor madeira para obras que até agora se há

achado no Brasil, muito pau de tinta amarela, a que chamam tatajiba, com outra madeira preta de muito valor; tem muitos algodões, tem mais de 40 léguas ao redor de si de muitas frutas, as melhores do Brasil, como são cajus e mangabas, que os antigos plantavam, e no tempo desta fruta sustenta todos aqueles índios e recolhem muita castanha de caju para o inverno.

E fazem cada casal mais de três pipas de vinho do próprio caju e passam muitas que guardam para o inverno. O Rio em si tem muito bons pedaços de terra para engenhos e muitas madeiras boas para tudo o que for necessário, para casa e navios; pela serra e suas fraldas há muito boas terras para canas, que ficam do mar 4 e 5 léguas; tem esta nova Colônia 4 aldeias de índios, de que é senhor um índio chamado Jacaúna, muito bom índio e que me quer muito; para pastos de todo o gado são estas as melhores terras que hei visto, porque as porcas parem 4 vezes cada ano e muitos leitões de cada vez e com as frutas e marisco dos rios se fazem que donde se deitam se não podem levantar; ali tive cabras que pariram duas vezes cada ano e a 2 e 3 cabritinhas, as cavalgaduras se dão grandemente, as terras criam muitos mantimentos em grande maneira, convém a saber: de mandioca, milho zaburo, abóboras de muitas castas, feijões, favas, batatas, inhames; dá toda a hortaliça de cá, melões, pepinos, couves, muita quantidade de galinhas. As serras têm muito cristal em grande maioria e dá mostra de prata o que até agora se não buscou nem se entrou mais de 20 léguas a terra dentro.

Tem, em 70 léguas de circuito, 22 nações de tapuias, diferentes línguas. Os moradores índios dali me dizem que de uma serra daquelas carregavam os franceses quantidade de terra para a França, não sabem mais: o próprio da serra do Ponaré que está dali 60 léguas para o Maranhão; no ano de 1612 fiz um forte de madeira com suas guaritas e casas de soldados, dentro a sua ermida, onde se diz missa e onde estão 20 soldados que, como tão poucos naqueles desertos, não podem fazer mais que sustentar-se ali dentro: assim irá aquela Capitania em pouco crescimento. Ali deixei já 10 ou 11 casados com índios e mamalucos com muitos filhos.

Para que aquela Colônia vá em aumento, são necessários 50 soldados para que possam andar pela terra em descobrimento os 25, ou para acudirem a defender os portos dos piratas e para poder adquirir algumas nações assim e para que sem receio do inimigo possam andar nas suas grangearias, o que de outra maneira se não fará nada nem a terra será mais do que é hoje.

É necessário meter-lhe criações de todas as castas, como são éguas, vacas, burros, porcas e cabras, e ovelhas, o que os soldados tomarão à conta de seus pagamentos.

Até agora não há mais que Capitão e um Alferes, e tem necessidade de Sargento para acudir às cousas necessárias. Os pagamentos desta gente que se lhe fazem em Pernambuco, será necessário que a metade se lhe

faça em fazenda para se vestirem, em preços acomodados, e a outra metade em negros de Angola. Com o trabalho destes escravos breve se fará muito e irão os dízimos em crescimento.

Os soldados que ali residirem será bom serem casados, para trabalharem com cuidado, e para quietação dos índios.

Ali se apanha ás vezes quantidade de âmbar.

É muito necessário que ali haja dois frades, porque um só clérigo não está bem naquele deserto só.

Também é necessário que se mande ali 6 peças de ferro para defesa da barra porque até agora não tem cousa que a possa defender.

Isto é o que entendo acerca de Seará, e nesta cidade estão pessoas que também têm muito conhecimento datas cousas e daquela terra, como é o Capitão Alexandre de Moura e o Capitão Francisco de Frias, e outras pessoas de importância.

Oficiais de carpinteiro da ribeira para fazerem embarcações, ferreiro, estes são os dois mais necessários ofícios para ali.

Martim Soares Moreno"

3.2. POSSE DA TERRA

Farta literatura já mereceu Soares Moreno, tal a constância do seu nome nos fatos da crônica do Brasil-norte colonial e a singularidade e simpatia de seus cometimentos de soldado sempre ao serviço de Deus, d'El-Rei e do Estado.

Depachou-se rapazinho, sendo de pouca idade, talvez nos 18 anos*, de Portugal para Pernambuco, componente da comitiva do Governador Diogo Botelho, aportado ali em abril de 1602. Logo chegou, pouco mais de um ano, e o engajou o tio Diogo de Campos Moreno na bandeira de Pero Coelho, para a aventura do *Siará*. Soldado raso, não mais: "servindo de soldado", qual declara, tendo recebido muitas feridas, como os outros participantes.

Foi um dos primeiros a voltar a Olinda, certamente por discordar das sem-razões do Capitão-mor. Mas trazia bons inícios da língua dos gentios e sobretudo a boa amizade de alguns deles.

Mandado, depois, como tenente, para a fortaleza do Rio Grande, sob as ordens do Capitão Lourenço Peixoto Cirne, não esqueceu o Siará.

---

*No *Auto* que mandou fazer o Capitão-mor Alexandre de Moura, datado de 8 de janeiro de 1616, Moreno diz-se de "trinta anos de idade, pouco mais ou menos"[190]. Capistrano conjetura que viesse á luz do mundo em terras africanas (como o tio Diogo de Campos, nascido em Tânger), por 1585 ou 1586[4].

Seguro das cordialidades deixadas, apressou-se em voltar, tendo como companheiros apenas dois homens do fortim e com ambos procurando o principal Jacaúna, "um muito bom índio", no que revelou enorme ousadia e confiança em si.

Tudo dá certo e consegue vá à "Bahia, com ele, um filho cacique, para fazer petitório ao Governador-Geral, já agora D. Diogo de Meneses e Siqueira.

Isto, portanto, em 1609, porque, empossando-se este em 7 de janeiro de 1608, em Olinda, somente desembarcou em Salvador no dia 18 de dezembro, dia de N. Senhora do Ó.

Diogo de Meneses manifestara-se sempre a favor da conquista das terras, não pelas armas e sim "por invenção e manha; o gentio se defendia de nós, fazendo que a falta das coisas nos desbaratasse; fosse moderada a força para não espantá-lo".

Reconhecendo o valor e as boas intenções de Martim, o Governador atende à petição dos índios e o envia "negociado de todas as cousas necessárias", encarregando-o de "comerciar-se por terra com os naturais do Maranhão para se fazer aquela conquista, dando de tudo parte ao Conselho da Índia".

Não conduz senão seis amigos e um clérigo — o Padre Baltasar João Correia, que foi, portanto, o primeiro Vigário do Ceará.

Muito bem recebido, em poucos dias levantou igreja e com os retábulos que levava se disse missa. E fizeram-se muitos índios cristãos.

Saíra da Bahia em 1611 e desceu no rio Ceará em novembro desse ano. Com a invocação de São Sebastião contruiu pequeno forte, (iniciado em 20 de janeiro de 1612), no mesmo lugar em que Pero Coelho fizera o seu de "S. Tiago". A igrejinha teve como protetora N. Senhora do Amparo.

Desenvolve Martim Soares eficaz atuação, tanto no pacificar os motivos, como no defender o Siará da gana dos piratas: "naquele dito ano degolei mais de duzentos franceses e flamengos e lhes tomei 3 embarcações, donde uma delas veio (a *Relação* foi escrita em Lisboa) a Sua Majestade a esta Cidade, toda a proa e popa douradas". Perfeitamente caracterizado de índio, despido, barba raspada, tinto de negro, armado de arco e flecha, falando a língua local, conseguia iludir os flibusteiros e os derrotava.

Das notícias por ele mandadas a D. Diogo de Meneses resultou a jornada e conquista do Maranhão, para onde seguiu num pequeno barco, com os índios que o haviam informado da posição dos franceses de Daniel de la Touche, Senhor de la Ravardière, e Francisco de Razilly. Estava-se no ano de 1613.

A partir desse momento, tranfere-se para as acidentadas costas do Maranhão parte da história de Soares Moreno, empenhado em lutas ao lado de Jerônimo de Albuquerque e, ao cabo, indo arribar à ilha da

Trindade, desta à cidade de Cumana e enfim a S. Domingos, de onde o transportaram a Portugal.

Ficara o *castelo* do Ceará entregue ao comando de Estevão de Campos. Teve de suportar vários ataques de piratas, destacando-se o que em 1614 lhe fizeram os homens do francês Du Prat, a que heroicamente resistiu, graças aos encorajamentos do Padre Baltasar Correia. Infeliz na sortida, não menos o foi Du Prat na investida à estacada de Jericoacoara, erigida naquela enseada, havia pouco, por Jerônimo de Albuquerque: recebera o nome de N. Senhora do Rosário e também se notabilizou pela resistência a 300 silvícolas que contra ela arremeteram no princípio daquele ano. Para que não viesse a servir a inimigos, mandou-o demolir, em outubro, o seu fundador.

Dificuldades sem número afligiram o fortim de Moreno, de modo especial o seu quase desprezo, da parte dos funcionários da Coroa.

Soares Moreno voltou ao Brasil em 1615 e novamente lhe tocou a combater no Maranhão, auxiliando valentemente a Alexandre de Moura na expulsão definitiva dos normandos. Doente de uma fístula, que se tornara crônica, pediu fosse substituído no posto de Capitão de Cumá, que exercia, e, "indo-se a curar dela", navegou em desaparelhado barcote com destino ao Ceará, sendo arrebatado, no entanto, por violenta tempestade e dando novamente à ilha de S. Domingos. Encarregado pelo presidente desta ilha, D. Domingos Gomes de Sandoval, de conduzir uns navios que seguiam para a Europa, viu-se, em viagem, abordado por um corsário francês e, mortos quase todos os seus, achou-se preso, "estropeado com vinte e três feridas" e mutilada uma das mãos. Levado à França, "em prisões e ferros" e "recebendo muito mal tratamento", lá esteve dez meses.

Condenado à morte, foi salvo à custa dos esforços do embaixador espanhol, o Duque de Monteleón.*

Tantos sofrimentos, devidamente considerados por D. Filipe, lhe deram afinal a patente de Capitão-mor do Ceará.

"D. Filipe, etc, faço saber aos que esta minha carta virem que, havendo respeito aos serviços que Martim Soares Moreno me tem feito no Brasil por espaço de dezessete anos, servindo nos Cargos da milícia de que foi encarregado com bom procedimento plejando muitas vezes com os Imigos de que foi ferido. E ser o primeiro fundador da fortaleza do Seará. E tomar ali uma nau e duas lanchas de franceses com morte de muitos deles e assim aos serviços que fez no descobrimento e conquista do Maranhão, onde serviu de sargento-mor, e ser ultimamente cativo e muito ferido na briga que teve com um navio francês que o encontrou vindo arribado da Ilha de S. Domingos para a Espanha, havendo procedido esforçadamente na briga e aos trabalhos que padeceu em França na prisão

*Veja-se o relato que MORENO dirigiu ao Rei,[184] (v.1, p. 12)

e pela boa informação que tenho do dito Martim Soares Moreno, hei por bem e me praz de lhe fazer mercê da Capitania da dita fortaleza do Seará por tempo de dez anos com a qual havera o ordenado que por outra minha provisão de fora lhe mandar nomear e os prós e percalços que lhe direitamente pertencerem, pelo que mando ao Governador Geral do Estado do Brasil lhe dê a posse da dita Capitania e lha deixe servir pelo dito tempo sem dúvida nem embargo algum, e em minha Chancelaria lhe será dado juramento dos santos evangelhos que bem e verdadeiramente sirva, guardando em tudo meu serviço. E as partes seu direito de que se fará assento nas costas desta carta que se registrará nos Livros da casa da Índia, dentro de quatro meses primeiros seguintes. E antes que o dito Martim Soares Moreno parta deste Reino me fará pela dita Fortaleza preito e homenagem nas mãos do meu Vice Rei dele de que apresentará Certidão de Rui Dias de Meneses, do meu conselho e meu Secretário. E por firmeza do que dito é, lhe mandei passar a presente por mim assinada e selada do meu selo pendente. E a dita mercê faço ao dito Martim Soares Moreno além de outras que pelos mesmos respeitos lhe fiz. Gonçalo Pinto de Freitas a fez em Lixa* a XXVI de maio do ano do nascimento de nosso Senhor Jesus Cristo de mil e seiscentos e dezenove. Diogo Soares o fez escrever. D. Soares" — eis o teor da Carta Patente.

Os pareceres de D. Diogo de Meneses e Alexandre de Moura faziam-lhe o merecido elogio.[184] (v. 1, pp. 230-33)

Dispensado de prestar juramento na Bahia, para evitar maiores gastos de dinheiro e tempo, foi enviado à Capitania do Ceará, com ordem de receber posse do Capitão que aí estivesse. A seu pedido, deram-lhe "uma vestimenta e frontal e capa de asperges e um cálice, um pálio e um retábulo de Nossa Senhora, e uma imagem de S. Sebastião que é o orago daí, e um sino e ferro de hóstias e uma custódia". E também o ordenado anual de 400 cruzados a começar do dia da posse. (Alvará de 16 de julho de 1621). Bem como duas léguas de terra em quadra ou sesmaria, das doze que solicitara (Carta Régia de 9 de junho de 1621).

Assim provido de título e de coisas, chegou ao Ceará no dia 23 de setembro de 1621. E vale a pena ver como o encontrou:

"Fui muito bem recebido de todos os índios aqui vizinhos, os quais achei mui trabalhados com guerras que uns selvagens circunvizinhos lhes dão e a uns portugueses que aqui assistem de presídio da própria maneira. Achei a terra falta de mantimentos causada da falta de ferramentas, o que já tenho remediado, ficando mui empenhado em Pernambuco, de maneira que de abril por diante estará esta terra mui abastecida de todos os mantimentos, de sorte que quaisquer embarcações que aqui aportarem faltas deles as poderei reparar como se fez este mês passado a uma nau biscainha que ia com a armação das baleias para a Bahia e outra que

* Lisboa.

levava gente das Ilhas ao Maranhão, e o próprio a muita gente que dele veio por terra com aviso para Bahia. Também achei tudo muito desacomodado de recolhimento do forte, porque não há mais que uma estacada de varas que estão caindo com umas cabanas de palha, sem donde pudesse recolher uma pequena de pólvora; logo que cheguei fiz uma casa boa e segura do fogo, onde a recolhi com algumas armas.

É-me forçado andar no campo de contínuo, dando assaltos aos inimigos por não ter força onde os poder aguardar, e desta sorte determino de me fortificar, e sustentar até que de Pernambuco me socorram e V. Majd. seja servido mandar-me ordem para os cinqüenta soldados e fazer a fortificação que os Senhores do Conselho da Fazenda e do Estado assentaram com cuja palavra me vim meter neste deserto que V. Majd. não escusa reformar para respondência do Maranhão com Pernambuco, donde para cada uma das ditas partes são cento e cinqüenta léguas, e todos os navios que vêm desse Reino, das Ilhas e do Brasil pra a dita conquista de força reconhecem esta terra e tomam prática e Piloto da Costa.

E se V. Majd. é servido que ela se povoe e vá por diante, sirva-se de a mandar fortificar, mandando-lhe meter alguma artilharia, e pelo menos os cinqüenta soldados que estavam determinados darem-se, porque os índios naturais são muito mal acostumados e intentam cada dia mil traições, e os de guerra com assaltos têm enfadado vinte portugueses que aqui achei o não havendo força bastante para se estenderem pela terra não tem V. Majd. para que despender nela sua Real fazenda".[184] (v. 1, p. 295)

A tão clara exposição fez a Metrópole ouvido de mercador. No ano seguinte, em março, pelo Ceará passou Antônio Muniz Barreiros, Capitão da Conquista do Maranhão, e viu "martim Soares com alguns soldados muito falto do necessário, a que se deve acudir por ser praça de importância. [184] (v. 1, p. 300)

Em 1626, como recompensa honorífica dos seus afanos, trouxeram-lhe o Hábito de S. Tiago, do qual El-Rei lhe fez mercê, forneceram ao presídio alguma pólvora e artilharia e pagaram os atrasos da tropa já faminta. Essas providências foram dadas por Francisco Coelho de Carvalho, nomeado Governador do Maranhão, em viagem para assumir a administração respectiva.

Continuaram os descasos, a ponto de escrever Martim, ao Rei, repetidas cartas, mostrando achar-se a praça em risco de perder-se, "porque os Governadores dos Estados do Brasil não somente não querem dar cumprimento às Provisões Reais, mandando a gente e soldados de que V. Majestade manda prover este Presídio, mas ainda negam os pagamentos aos poucos com que, com tantos trabalhos, sustento esta Capitania há tantos anos, quatro há que nos faltam os pagamentos, com que os pobres andam todos despidos e doentes e tão desesperados que cada hora receio um motim (Carta de 17 de outubro de 1628).

A criação do Estado do Maranhão arrastara o Ceará para jurisdição deste, com inconvenientes que agravavam a situação, e Martim Soares não deixou de imediatamente reclamar, preferindo estar sujeito ao governo do Estado do Brasil: seria causa de se não fazer o serviço de S. Majestade, de meter em perigo a cidadela e impossibilitá-la de todo o socorro, "porque do Maranhão para aquela dita Capitania é a costa inavegável por respeito das águas e ventos correrem sempre em contrário; por terra há a mesma impossibilidade por respeito de haver infinitas nações de selvagens inimigos; e se põem cinco e seis meses no caminho, o que não é da dita Capitania do Seará para Pernambuco, porque se vai em quinze dias assim por mar como por terra, por onde há já caminho aberto".[185] (p. 198)

Houve pareceres contra, outros favoráveis. O de Estevão Soares de Albergaria sintonizou com os desejos de Moreno. Contra, o de Bento Maciel Parente, mas em tom conciliatório: que o Ceará continuasse no Estado do Maranhão, mas recebesse do Estado do Brasil socorros de dinheiro; e, de ambos, outras ajudas, conforme a ocasião e o tempo.[185] (pp. 226, 227)

As insistências de Soares não vingaram, eis que só em 1656 foi o Ceará desligado do Maranhão, o que se tem por aceito, conquanto não se conheça ato oficial determinando positivamente tal se fizesse.[188] (p. 32)

E assim andou o pouco feliz presídio da barra do Ceará, até que, esgotado o prazo de seu provimento de Capitão-mor, foi Martim substituído pelo seu dileto sobrinho, Domingos da Veiga Cabral, cuja nomeação é assunto da Carta Régia de 19 de julho de 1630.

A Domingos da Veiga mandara Martim a Lisboa em busca de recursos mais diretos e ele efetivamente os trouxe, aportando num patacho ao Ceará em 6 de janeiro de 1631, antecedido de dois dias de uma caravela, ambos com os socorros (é letra textual de sua Carta a El-Rei, datada de 8 do mesmo mês), "que V. Majestade manda aos soldados e índios desta Capitania, que foi grande ventura um e outro chegaram em paz, pelos muitos piratas que agora freqüentam estes portos, os quais saem de Pernambuco* a seus roubos, muito faltos de água e carnes, e se vêm descorrendo esta costa e em qualquer parte que tomam se lançam em terra como gente desesperada; eu por estes portos os vou enxotando o melhor que posso, com quatro soldados que tenho e com os índios que me ajudam com muita fidelidade".

Aludida carta ainda informa, precisamente: "No contorno desta Capitania tenho inimigos que são tapuias de corso que me dão alguns assaltos e eu lhes faço o mesmo e me defendo deles com facilidade porque tenho reduzido o gentio potiguar com mais sete nações de outros tapuias também de corso e os tabajaras da serra da Buapava, todos a serviço de Vossa

*Veja-se o relato que MORENO dirigiu ao Rei,[184] (v.1, p. 129)

Majestade, de maneira que os portugueses que navegam por esta costa e os que por esta terra caminham, todos acham colheita e abrigo nos ditos gentios sem risco de suas vidas e os rebeldes holandeses e mais piratas afugentam e botam de si, o que conservo com muito trabalho e despesa de minha fazenda, por maneira que se vai ao Maranhão e se vem com muita facilidade e com muita mais daqui a Pernambuco".

Ainda Soares acrescenta que, tendo recebido ordem para acudir a Pernambuco, chamou "o principal de todos estes sertões, que é um índio chamado Algodão", e dele obteve resoluto apoio, pelo que seguira com o seu contigente de ameríndios, para reforço dos que antes enviara, "tanto que teve aviso do mau sucesso daquela terra".

Em princípios de junho, já se achava nas refregas contra os flamengos, nas quais iria bordar de novas vitórias a sua farda desde mocinho vestida e rasgada de golpes nos seus quarenta e dois anos de serviço à Pátria, ao Rei a à Fé.

Soares Moreno é o *Fundador do Ceará*, título com que a posteridade o laureou. O seu nome revive na alma cearense, através da figura cavalheiresca do *Guerreiro Branco* apaixonado e forte, a quebrar a "flecha da paz" com a *Iracema* selvagem, "a virgem dos lábios de mel", nos enleios de cujo sorriso, "mais doce que o favo da jati", se conjuram, num simbolismo vibrante, as duas raças, gerando Moacir, o filho do sofrimento — na genial concepção de José de Alencar.

4. OS HOLANDESES

4.1. II EXCURSÃO E RETIRADA

Foi o aventureiro Gedeon Morris de Jonge quem incitou a ocupação do Ceará pelos flamengos.

Os fatos se conhecem através de publicação feita pelo Dr. José Higino no "Jornal do Comércio", do Rio de Janeiro e, depois, na "Revista do Instituto do Ceará", volume de 1896.

Estivera Jonge oito anos prisioneiro dos lusitanos no norte do Brasil e, conseguindo voltar à pátria, interessou os dirigentes da Companhia das Índias Ocidentais no conhecimento mais exato das terras setentrionais brasileiras, por meio de descrição dos "lugares denominados Maranhão, Ceará, Cametá, Grão-Pará e outros rios compreendidos na barra do famoso rio Amazonas, onde os portugueses têm assento".

Do Ceará dizia que "não é mais do um pequeno forte construído na costa sobre um monte de terra vermelha, habitado e guardado por cerca de vinte portugueses para, em caso de necessidade, defenderem-no", podendo-se esperar e obter da região "âmbar-gris, alguns rolos de fumo, uma sorte de madeira, que é excelente mercadoria, e certa quantidade de algodão". Esse lugar — acrescenta — é muito fértil e a terra própria para cana-de-açúcar, fumo, algodão, tintas, gengibre e tudo o mais que se queira plantar: o seu ar é saudável e há abundância de mantimentos.

O forte a que se referia Jonge era o de "São Sebastião", levantado por Martim Soares Moreno, em 1612.

Levado mais logo, Martim, com alguns soldados e índios amigos, a Pernambuco, conforme se disse anteriormente, com a intenção de combater o invasor flamengo, ficou a sua precária fortaleza mantida por uma guarnição desapercebida de melhores elementos bélicos e cedo entrando em conflito com os nativos, de tal modo que não só uma vez alvitraram o seu abandono com a transferência da pequena tropa para o forte de São Luís do Maranhão.

Antes, porém, que a medida se efetivasse, tomaram-no os holandeses no dia 26 de outubro de 1637.

Havia Morris de Jonge enviado à Companhia outro relatório das coisas do norte do Brasil, completado com as informações doutro aventureiro — Johan Maxuel —, também conhecedor da região, pois havia demorado ali, em cativeiro, perto de dez anos. Insistia na conveniência da conquista, no que era auxiliado pela ação dos aborígines descontentes com os lusos.

Em agosto daquele ano de 1637, chegava ao Recife uma delegação desses indígenas, representando outros, em número de quarenta, estacionados no Rio Grande, a pedir que os holandeses assaltassem o Ceará, pois a empresa era simples e de proveito, pelos muitos produtos da terra, inclusive o sal.

Após algumas protelações conseqüentes das dificuldades em que se achava Nassau com a expedição contra a Bahia, foram mandados 126 soldados nos iates de *Bracke Champhaen*, sob as ordens de George Garteman. Fizeram vela a 14 de outubro e a 25 aportaram na enseada do Mucuripe, começando o desembarque. No dia seguinte, com o adjutório do principal Algodão — ao todo cerca de 400 homens — atacaram o forte e o dominaram, não sem muita resistência dos defensores. Estes eram apenas 33. As suas armas, 4 peças de ferro de quatro libras e 1 de duas libras. Alguma pouca munição e pólvora.

O "São Sebastião" passou a ser comandado pelo Tenente Hendrik van Ham, que o reforçou devidamente, e em 1640 foi substituído pelo citado Gedeon Morris, nomeado seu "commandeur". Jonge tomou decididas iniciativas para dar vida e animação ao novo posto neerlandês, mas não pôde, ou não soube agradar à indiada, pouco a pouco revoltada com a falta de pagamento dos seus serviços e os maus tratos recebidos dos ocupantes brancos.

No seu empenho de obter algo para a Companhia, andou em muita atividade para descobrir salinas e explorar o pau-violeta. No Camocim chegou a montar obra de defesa fixa, da qual os cronistas do tempo não falam, nem ele sequer refere em sua correspondência; porém na realidade existiu e foi desmantelada pelos índios cearenses despejados ali (fevereiro de 1644), quando os holandeses fugiam do Maranhão em busca do Recife e os traziam das lutas contra Antônio Teixeira de Melo.

Havia plantado Morris de Jonge, no Buraco das Tartarugas (abra de Jericoacoara), outra fortificação provisória, igualmente reduzida a escombros pelos mesmos indígenas. Esta defensão teve como comandante Jacob Evans, depois morto de emboscada, com vários homens seus, nas brigas contra os portugueses em São Luís.

Tudo isso acontecia quase um mês depois de trucidados Jonge e sua tropa no "São Sebastião", infortúnio cujas dores mal se supõem, porquanto nenhum restou para dizer como morreram. Reduziram-se desta forma a zero os efeitos da ocupação septênia, recuperado pelos nativos o Ceará, em cujo solo durante um lustro não pisariam nem filhos de

Holanda nem os de Portugal. Rugiam agora bravios os mares verdes, no silêncio da Civilização aí tristemente fracassada, a despeito de quanto sonhara e fizera Martim Moreno.

De novo, no entanto, quiseram os de Nassau chamar às suas mãos a terra assim perdida. Foi em 1649.

A bancarrota dos cofres da Companhia impelia-os a isto. Em vez de vitórias em guerras reluzentes, a exploração duvidosa e chã dos minérios do ouro e da prata ocultos nos veeiros e cascalhos.

Sergipe, Paraíba, Rio Grande. . . Ceará.

O sagaz tuxaua Gaspar Paraupaba metia ilusões nas cabeças do Supremo Conselho, que cederam em apetrechar boa frota de três iates e duas embarcações menores, com trezentos homens sob o mando de Matias Beck. Era "a mais séria e prolongada tentativa deste gênero que se empreendia, entregue a capitão hábil, conhecido e reconhecido como tal. Sabe-se, em parte, autenticamente, do que houve pelos retalhos do seu "Diário", traduzidos pelo Dr. Alfredo de Carvalho.

Feitas as despedidas em 18 de março e saídos em 20 — um sábado —, no dia três de abril aproavam ao Mucuripe, informado o comandante de ser o sítio mais próximo do Ceará (rio) e capaz de ancoradouro para os iates. Na demora do Rio Grande estivera Beck a conversar com João de Albuquerque acerca da situação das minas que iam ser procuradas.

Cautelosos, desembarcam, pelotão a pelotão, e fazem contacto com os autóctones, com quem trocam boas-vindas e a quem oferecem dádivas. Bem arrumadas as coisas, e convencidos os locais de que os visitantes vinham "levantar uma considerável fortificação para defendê-los dos portugueses, bem como contra todos aqueles que lhes fizessem algum dano ou gravame", trataram de lançar os fundamentos garantidores da expedição. É escolhido não mais o rio Ceará, cuja barra não dava boa saída aos barcos, e sim o Pajeú, arroio que os olhos de Beck viram "belo rio d'água doce" e cuja foz se comprimia, pelo lado esquerdo, com o "outeiro chamado Marajaitiba".

É sobre esse morro ou duna que enfia o Capitão as estacas do seu baluarte e, sem por certo calcular, os alicerces da futura capital cearense.

Com efeito, no dia 10 "o engenheiro Ricardo Caar traçou o risco da fortificação, cuja construção foi diligentemente começada", assegura-nos o "Diário". Forte de Schoonenborch, assim lhe chamaram.

O mais é a luta pela prata da montanha Itarema (na serra de Maranguape), que se não quer mostrar suficiente, a despeito das repetidas e sonsas indicações dos "principais", loucos por tirar pingues lucros da situação. É um vaivém sem fim de pessoas, ferramentas, esperanças e decepções. O ourives mestre Jonas não consegue extrair coisa digna de consideração. Só as roças de mandioca, mandadas abrir pelo comandante, progrediam para sustento dos obreiros e da guarnição.

João de Albuquerque dera notícia de mina em Ussapava (serra de Ibiapaba) e o próprio Beck se confessou "de opinião que deve ser bem produtiva". Estava longe, 80 léguas, para os lados do Camocy (Camocim), qual uma tentação. Andaram por lá, sem todavia nada colherem.

Nesse diapasão de canseiras viveram até a retirada, exageradas as amarguras com a perigosa ameaça dos índios, os quais, fugindo às lutas de Pernambuco, pretendiam dominar o Ceará, em ordem a que, os senhores sozinhos deles, "não permitiriam nem aos Portugueses nem aos Alemães (holandeses) ali se alojarem jamais".

4.2. RELATO DE MATIAS BECK

Ponto bastante obscuro, entre os historiadores cearenses, essa retirada, agora felizmente esclarecido com o conhecimento de extensa carta escrita por Matias Beck, de Barbados, em 8 de outubro de 1654, aos Poderosos Senhores da Companhia, na Holanda.

"Vivi portanto desde o ano de 1649 até o ano de 1654 — são termos da missiva-relatório — em meio a enormes dificuldades e privações e hoje vejo com tristeza e vã esperança que passei meu tempo no Siará cercado de uma população selvagem, bárbara e perigosa, tanto Brasilianos (tupis) como Tapuias, e já contava com as probabilidades de um bom e vantajoso resultado, quando recebo a mais deplorável das notícias. Os Brasilianos que haviam fugido e se retirado de Pernambuco, mais de quatro mil almas que vinham de Tamarica (Itamaracá), Paraíba e Rio Grande, por terra, a refugiar-se no Siará, espalhavam abertamente que o Brasil acabava de ser vergonhosamente perdido e entregue, por assim dizer, sem resistência aos Portugueses, e não faziam senão jurar e trovejar contra os Alemães, a quem eles, fielmente, tanto haviam servido e ajudado durante grande número de anos. E, agora, sem mirar a face do inimigo, acabavam de abandonar Tamarica, com todas as fortalezas, Paraíba e Rio Grande, de sorte que, naquela conjuntura, somente esperavam cair, definitivamente, nas mãos dos Portugueses, para sofrerem escravidão perpétua. Estavam eles tão exasperados, que enviaram mensageiros aos Brasilianos do Siará com ordem de massacrar os Alemães, ali e onde pudessem encontrá-los, não permitindo nem aos Portugueses nem aos Alemães ali se alojarem jamais, pois desejavam fazer do Siará seu estabelecimento e ponto de reunião.

Achando-se sobriamente provido o nosso armazém no Siará e consistindo os nossos meios de subsistência principalmente na colheita imediata e nos produtos plantados recentemente, gozavam os nossos soldados de muita liberdade para afastar-se, a fim de caçar e pescar, enquanto outros

se encontravam distantes, com o objetivo de guardar e plantar as roças. Por isso, um grande número desses infelizes tombou vítima dos Brasilianos que, cientes da ordem supramencionada, mataram a sangue frio quantos conseguiram agarrar.

Quanto a mim, encontrando-me fora algumas vezes, assim como o Major Garsman, zelando nossas lavouras, não escapamos de suas mãos assassinas senão por milagre, tal como outras pessoas que permaneciam fora de nossa fortaleza. Apoderando-se de nossas roças, frutos da terra, negros e nossos bens essenciais e móveis, mantinham-nos os Brasilianos de tal modo bloqueados em nosso fortaleza, que teríamos caído inevitavelmente em suas mãos criminosas, dada a fome, se não aprouvesse ao Senhor Deus salvar-nos misericordiosamente. Fizera eu conduzir boa parte de meus cavalos, vacas, porcos e outros gados para lugar seguro, bem perto da fortaleza e sob a proteção de nossos canhões, e em seguida mandei matá-los a todos, para nos servirem de alimento, o que nos preservou a vida até a ocasião em que, pela providência e a graça de Deus, um barco novo da Companhia, que eu mesmo fizera construir no Siará e, anteriormente ao suprareferido acontecimento, fora enviado por mim ao Recife com informações ao alto governo ali, retornava, para nossa maior felicidade, carregado de víveres, de modo que o perigo de que estávamos ameaçados não teve conseqüências.

Com este barco chegou também outro português, com trezentos e catorze de seus soldados, tendo-lhe servido de comboio; e então recebemos igualmente cartas do alto governo com as capitulações concernentes ao acordo e às condições que acabavam de ser concluídas com o Mestre de Campo General português, ordenando-nos de conformarmo-nos com isso, como Vossas Altas Potências poderão ver na cópia, aqui anexada, da carta do aludido alto governo.

Vendo-se os Brasilianos frustrados nos seus planos contra nós, imaginaram então outro ardil, qual o de procurarem, os de Tamarica e Rio Grande, fazer-se nossos amigos, assumindo ares de inocentes e atribuindo a culpa de tudo à maldade e ignorância de alguns indígenas do Siará. Esperavam que, dando crença às suas afirmações, deixaríamos aos nossos soldados e aos outros a liberdade de outrora, saindo da fortaleza e, dessa forma, os pudessem massacrar. Posto que já constituíssem um grande grupo a fim de nos surpreenderem mais facilmente na fortaleza, não encontraram azo de realizar os seus projetos; e foi nesse ínterim que chegou, para libertar-nos, uma caravela portuguesa, com um Capitão-mor, seis capitães e não mais de cento e cinqüenta soldados, tanto brancos como Brasilianos, mulatos, mamalucos e negros, aos quais entregamos a fortaleza e tudo mais, em virtude da segunda ordem a esse respeito, vinda do alto governo e que se acha na carta aqui anexa.

Dispostos os Brasilianos contra nós, como acabo de dizer, era preciso escolher entre os dois males o menor e, após havermos deixado entrar

a guarnição portuguesa a 20 de maio, embarcamos, com todos os nossos militares, homens livres e servidores, a 1º de junho, numa caravela e dois barcos, e assim partimos para as pequenas Índias, resolvidos a seguirmos reunidos até a ilha de Martinica.

O pouco espaço e acomodação desses navios tornava impossível salvar outra coisa além de nossas pessoas e um baú com nossas roupas; e se bem tivesse havido alguma probabilidade, antes de minha partida, de recuperar nossos negros das mãos dos Brasilianos, que só meus era uma quarentena de homens vigorosos em suas mãos, não o quiseram fazer, influenciados pelos Portugueses, de maneira que não nos restituíram um sequer e, após a minha partida, os venderam aos ditos Portugueses a troco de uma bagatela. Razão por que parti de lá desprovido de tudo o que possuía".

Em adendo, Beck ainda esclarece que o Major Garsman, antigo comandante da milícia do Siará e seu companheiro de retirada num dos mencionados barcos, faleceu em viagem, antes de chegados a Barbados, não o tendo visto mais, portanto.[184] (v 1, p. 295)

No parágrafo 13 da Capitulação da Taborda ficara estipulado, efetivamente, que o Mestre de Campo Geral se obrigava a "mandar ao Ceará uma nau suficiente para se embarcar nela a gente, assim moradores com soldados vassalos dos Senhores Estados Gerais, com os referidos bens; a qual levará mantimentos para sustento da viagem de ditas pessoas que se embarcarem no Ceará".[184] (v.1, p. 300)

Veio receber a praça o Capitão Álvaro de Azevedo Barreto, um dos heróis da Restauração, pelo Mestre de Campo Geral Francisco Barreto de Meneses, em 4 de maio, nomeado Capitão-mor do Ceará. A aprovação régia dessa nomeação somente se deu pela Ordem de 23 de novembro.

Conduziu Barreto, ao seu comando, "a sua Companhia e mais três e também duas de índios e pretos". O Mestre de Campo decidira despachar "este golpe de gente" por saber "que os índios que estavam com os holandeses se lançaram por aquela parte e eles terem ainda naquela praça duzentos homens", sendo necessário a assistência, ali, do aludido Capitão-mor, nos primeiros anos. Aos soldados das companhias forneceram-se duas fardas e ração por três meses.[185] (p. 198)

Azevedo Barreto "houve-se com muita prudência assim no render os holandeses como no reduzir várias nações de gentio da terra à obediência de S. Majestade, fazendo despesa de sua fazenda em nos conservar e ter sujeitos, acudindo com 30 cruzados de sua casa, na falta de sustento, para a Infantaria, reparando ruínas daquele forte, até que com ordem se recolheu a Pernambuco, com muito trabalho, trazendo os índios rebeldes por evitar ocasião de novas revoltas" — são palavras do Conselho Ultramarino, em Parecer de 13 de fevereiro de 1659.[185] (pp. 226, 229)

4.3. ATAQUE AO FORTE

Mas é preciso algum detalhe.

A frágil paliçada portuguesa de "S. Sebastião", do Ceará Grande, mirrou-se cada vez mais com a ausência de Soares Moreno. Do Capitão Domingos da Veiga passou a Francisco Pereira da Cunha e deste a Bartolomeu de Brito, que não souberam manter a simpatia dos ameríncolas.

Atendendo a continuadas insinuações destes, em 1637, é que os holandeses deliberaram tomá-la, pois que, se fosse dominada a costa cearense, não ocupariam mais os lusos nenhuma até o Maranhão; e era quase positivo arranjar, com a posse da terra intermédia, mais vantagens para a Companhia.

Soltando as velas no dia 14 de outubro, chegam a 25 o Major Jorge Gartsman e o Capitão Hendrick Huss, com aqueles 126 soldados e os índios, à baía de Mucuripe.

Viram que o fortezinho era quadrado, sem flancos especiais, tendo duas torres nos dois ângulos, e o atacaram por dois lados. A muralha era de pedras soltas, sobrepostas sem cal, da altura de homem e meio ou dois homens, e foi imediatamente assaltada. "Apesar de aguma resistência oposta pela guarnição do forte, os nossos o tomaram, ficando alguns mortos do inimigo e da nossa gente poucos feridos. A guarnição inimiga compunha-se de 33 homens, que os índios, já rendido o forte, queriam matar, tomando-os aos nossos oficiais e soldados, e foi necessário empregar a força para salvá-los".[188] (p. 32)

Melancólico fim das inquietas andanças portuguesas nas areias do caminho ao Maranhão. . .

Não foram, entretanto, os batavos nem mesmo aonde haviam ido os derrotados. Remexeram a costa em cata de salinas e âmbar, meses a fio, simulando amizade à indiada, porém caíram na mesma falta, não correspondendo, na oportunidade e nos modos, às suas cobiças.

E tanta divergência houve que, em 1644, se deu o que era de esperar: os aborígenes, de surpresa, queimaram a fortificação e trucidaram os ocupantes, um a um.

Somente se soube disso porque, viajando do Maranhão para Pernambuco, os comandantes dos barcos *Bracke* e *Hasewint* abicaram no Ceará e, descendo em terra alguns oficiais e marujos, viram-se estes agredidos pelos índios, apenas escapando três dos treze desembarcados, que se atiraram ao mar, nadando até os navios.

Agora — e por bastante tempo — nem Portugal nem Holanda influíram neste trato difícil do Atlântico. Nada se efetiva para a volta daquela ou desta, a despeito das decisões tomadas.

É de 26 de maio de 1645, portanto mais dum ano decorrido, a Resolução Régia nomeando a Diogo Coelho de Albuquerque Capitão-mor

do Ceará. E de 13 de setembro, renovado a 24 de dezembro, o despacho da nomeação de André Roiz para Sargento-mor, com direito de substituí-lo. Ao novo dirigente se reconhece a ajuda de custo de cem cruzados (16 de outubro), porém a execução emperra. Em 21 de fevereiro do outro ano ainda se baixava decreto mandando Diogo de Albuquerque apressar-se para ir ao Ceará. Inutilmente, pois que a 3 de outubro outra Ordem Real determinava urgência nos socorros que para ali deviam seguir com o Capitão-mor.

E em virtude de ter seguido este para o Rio de Janeiro, "por causa da demora nos aprestos" daqueles socorros, — que assumisse sem demora o substituto — assim opinava afobadamente o Conselho Ultramarino (16 de agosto).

Em vão. A 10 de julho de 47, Francisco Coelho de Carvalho, Governador do Maranhão, reclama para a Corte a designação de Capitão-mor para o Ceará, bem como nova remessa de gente e munições, por se haver perdido a caravela que para lá seguira.[182] (v. 1, p. 63)

Tudo faz supor ter sido esta a embarcação portuguesa de que, "metidos nas suas canoas, os *Tremembés* se assenhorearam, matando todos os tripulantes" — conforme notícia dos índios a Matias Beck, mencionada no seu *Diário*[22].

O desaparecimento da caravela é matéria de decisão do Rei, que manda apurar como se perdeu, "pois não foi por tormenta nem em briga com inimigos", e quer saber o que seja necessário para povoar de novo aquela praça (Ceará) e que pessoa poderia ir a ela.[185] (v.3, p. 167)

Adiantaram-se então os flamengos.

Na citada segunda expedição retornaram à Capitania aparelhando suficiente esquadra, na qual meteram as ferramentas e os técnicos para a exploração das minas e o mais, que encher-se de prata e ouro era o seu desígnio.

Chefiou a armada Matias Beck, somando 298 toda a gente — marinheiros, soldados, índios e negros — arrumada em três iates e duas outras embarcações, largados do Recife em 20 de março de 1649. Houve uma demora no forte Keulen, no Rio Grande, para tomada de alturas e orientações; outra no Iguape (Igoá), para concerto dos movimentos táticos e, finalmente, na baía de Mucuriba (Mucuripe), em 2 de abril, "por volta do meio dia".

Processados os reconhecimentos, entabuladas as negociações com os nativos, sob a afirmação de que vinham, os da frota, defendê-los dos lusos e protegê-los dos tapuias inimigos, iniciou-se o desembarque no dia 5.

Ao chegarmos à praia, os "principais", acompanhados de muitos dos seus, vieram ao nosso encontro dar-nos as boas-vindas, dizendo que agradeciam a Deus fôssemos chegados, pois desde muito nos esperavam com grande ansiedade, — anota Beck.

Triunfa a calculada sortida. Só restava frutificassem as escavações do minério apetecido.

A leitura do citado *Diário* dá as minúcias. Nele estão escritas as esperanças e os desenganos. Mostra-se a porfia pelo bom sucesso fugidio. Até que não continua mais o *Diário*, ou porque não continuou mesmo, ou porque se extraviou a continuação, subtraído desta forma à história, adminículo tão importante.

Na foz do Ceará, provando, de fato, que nunca mais pisara ali o europeu, dormia o velho fortim do Ceará, desmantelado, desmoralizado, "junto dele ainda uma peça de ferro e um pequeno pedreiro", as vizinhanças pontilhadas de habitações de índios e plantas de mandioca, batatas, milho e feijões.

"A entrada do porto muito perigosa para nele penetrar qualquer embarcação, e ainda mais perigosa para dele sair". E o pior é que a pobre fortaleza estava situada sobre um outeiro, a tal distância do rio, que a sua guarnição poderia ser facilmente privada d'água.

É aqui, não restava dúvida, o melhor porto e situação para nos estabelecermos — decidia Beck do alto do morro dos catolezeiros; e este *aqui* equivalia ao desvio, para o Pajeú, do centro de gravidade de nova ordem político-sócio-econômica a lançar-se para o futuro.

A estratégia impunha: "nenhum sítio mais próprio e melhor do que aquele em que temos assentado o nosso quartel, assim por ter próximo um rio d'água fresca e doce, que do monte ou fortificação pode ser defendido, como por estar contíguo à praia, defronte ao porto".

A geografia condicionava a deslocação, que viria ferir de morte a preferência de Martim Soares. As dunas, cobrindo-as posteriormente, erigiram o túmulo do seu esquecimento. A *vila-velha* morreu para sempre.

Põe-se em execução a nova atalaia no Marajaitiba, à margem do regato, na foz. Roçagem do mato, limpeza do terreno, preparo dum armazém, para depósito dos utensílios de trabalho e provisões.

No dia 10, crava-se a primeira estaca, vale dizer a pedra fundamental da futura cidade, capital cearense: "Nesta data o engenheiro Ricardo Caar traça o risco da fortificação, cuja construção foi diligentemente começada por duas esquadras, consistindo ao todo 40 soldados, que serão diariamente revesados por ternos de esquadras até ser terminada a obra" — palavras do *Diário* que representam autêntico certificado de nascimento da Cidade da Fortaleza.

Beck sonda o ânimo dos índios, interroga-os veladamente, sacando-lhes as *arrière pensées*, medindo que extensão teria o perigo latente: "para que eles jamais possam encontrar-nos fora das armas e surpreender-nos".

E o edifício avança, trabalhando-se até nos domingos, que 11 foi um, sem interrupção, entregue aos cuidados do Comandante Maes, sempre

alerta a animar os trabalhadores com quartilhos de cacacha e fumo, "a título de extraordinário".

Não se perde vaza e a obra ganha estrutura. O *Diário* vai registando os progressos, tim-tim por tim-tim, o esforço do pessoal, o corte das madeiras, o carro rodando ao longo da praia sem parar, transportando do forte velho as telhas ainda sãs e os canhões e âncoras, e o pedreiro, tudo.

A 22, num *record*, salvo os portões e duas baterias, o reduto se mostrava "em completo estado de defesa".

O hiato do *Diário*, perdida a parte entre 3 de maio e 23 de julho, é o motivo por que não se sabe o dia da inauguração do *Schooenborch*, nome escolhido para homenagear o Governador do Recife.

Construção apressada, teve, não muito tempo mais, de ser ampliada, por incapaz de conter a tropa e não dispor de latrinas, forçando a deixar, à noite, abertos os portões. . .

Pensa-se novamente na posição do Siará, mas a barra achava-se imprópria. Tinha que ser ali mesmo, no Pajeú, no Marajaitiba: "depois de demorada inspeção, o Major Gartsman aprovou a construção do forte aqui, por achar-se em melhor situação do que o antigo" (10 de agosto). A deliberação é tomada em Conselho de guerra, reunidos Matias Beck, Major Gartsman, Capitão João Maes, Eduardo Stevens e Francis Pieterson; Tenente Himnervat, da companhia do Capitão Maes; João de Rijcke, da companhia do Capitão Stevens; o Preposto Vicente Drillenborck, os Alferes Henrique Zoendert e Huberto Thomassem, o Engenheiro Caar — no dia 18.

Quando Álvaro Barreto veio restabelecer a colonização portuguesa é que se verificou ser o forte todo de madeira e, "sobre ter um padrasto", estar fundado sobre paus enterrados a espaços e outros atravessados por dentro, em formato pentagonal. Tudo meio apodrecido, em virtude de, "depois de fabricado dito forte, se não haver reparado mais".

Sugeriu então o novo Capitão-mor se tratasse, quanto antes, de sua melhora, fazendo-se de pedra e cal ou tijolo por ser mais fácil e seguro, visto não haver ali torrão. E melhor seria — adiantava — que se procurasse local mais apropriado.[185] (v.2, p. 202)

Se alguma reforma introduziu Barreto, foi de pouca monta, pois em 1662, 1666 e 1684 tiveram que reparar o fortim, para evitar-lhe o desmoronamento.

Em 1708 veio ao Ceará o Engenheiro Diogo Silveira Veloso a fim de examinar a fortaleza e projetar-lhe a reparação com alvenaria de pedra; mas, enviada a Lisboa, foi a sua planta julgada imprestável, o que lhe custou a demissão do cargo de que era titular em Pernambuco.[200]

Provisão Régia de 24 de setembro de 1745 ordena outros reparos, porém só em 1812 é que se tratou de levantar de pedra e cal a velha

e cansada bateria calvinista, desde Álvaro Barreto catolicizada para "N. Senhora d'Assunção".

A 12 de outubro, "em amor do aniversário de D. Pedro de Alcântara", o Governador Manuel Inácio de Sampaio, obedecendo a ordens da Junta de Fazenda, inicia solenemente os serviços, para o que, perante toda a Câmara, Nobreza e Povo, "tomou uma enxada, cavou, deu três enxadadas na terra, desta forma dando princípio á edificação".

No mesmo sítio em que havia a antiga bateria — ficou explícito na ata da solenidade.[201] O Coronel de Engenheiros Antonio José da Silva Paulet, ajudante de Sampaio, foi o arquiteto. Afora material e serviços oferecidos gratuitamente, e até forçadamente obtidos, às vezes, recebeu o governo 16.103$267. Do cofre real gastaram-se 20.362$390.

Daquela ata consta que a fortaleza haveria de conter quatro baluartes: o do nordeste, sob a invocação de N. S. d'Assunção; o de sueste, o de S. José; o de noroeste, com o nome de D. João Príncipe Regente; e o de sudoeste, com o nome de Príncipe da Beira, D. Pedro d'Alcântara.

Em 1817, num dos seus muros, colocaram uma lápide com esta inscrição, um tanto presunçosa:

"Informem Montem me derisere Carinae:
Nuno, Arcem magnam respectu longe pavescunt.
Hic, me Sampayus, Sexto Regnante Joanne,
Fundavit pulchram: Pauleti oura refulget,
Muris me fortem reddunt civilia dona.
Armis me fortem faciunt dispendia regis."
(Costa Barros fecit)

Entretanto, ainda em 1825 não se achava inteiramente concluída. Em ofício de 9 de agosto, Silva Paulet informava ao Marechal Manuel de Sousa Lima: "Tenho a honra de levar à presença de V. Exa. a Planta de Fortaleza de N. Senhora d'Assunção, projetada e em parte já desempenhada, na Capital da Província do Ceará. É um quadrado fortificado e acomodado às circunstâncias do terreno; bate perfeitamente com duas ordens de fogo cruzado o ancoradouro do Porto que conduzem da praia para a Vila. A frente do mar está completamente acabada da parte de Nascente até junto dos quartéis da tropa, os quais já existiam quando se formou o projeto e por essa razão se não acham situados em simetria com os lados da fortaleza".

Tendo suportado as intempéries sem quaisquer corretivos, em 1847 sofreu os necessários reparos. Dez anos depois, pelo Aviso-circular de 11 de fevereiro de 1857, do Ministério da Guerra, passou a fortificação de 2a. classe e assim andou até 1880. Em 1910 foi desarmada; mas, por ocasião da primeira Grande Guerra Mundial, em 1917 e 1918 esteve guarnecida, sob o comando do Capitão André Bernardino Chaves. Hoje, constitui uma das relíquias da Capital cearense, admirada por todo mundo.

O *Schoonenborch* fora preparado para cobertura da exploração das minas cuja existência era jurada pelo cacique Paraupaba e as juras acreditadas pelos Nobres e Poderosos Senhores da Companhia.

Tão pronto firmou o pé no Marajaitiba, enviou Matias Beck os seus técnicos para a Itarema (serra da Taquara), junto ao monte Maragoaba (serra de Maranguape), local "donde dizem que os portugueses e especialmente Martim Soares Moreno, retiraram mineral que era muito rico de prata".

Seguiram, logo a 13, o comissário H. van Ham, o engenheiro João Castiliaen, o velho tuxaua Francisco Caraia como guia, mineiros, soldados e negros, cobrindo o rascunho das *Instruções* traçadas pelo Comandante; mas custaram a dar na fonte. Só no dia 24 chegou ao forte algum minério colhido, do qual o ourives Jones extraiu pequeno fragmento de prata, "do tamanho aproximado de um grão de saraiva", utilizando para a experiência uma libra de mineral.

Tão pobre a percentagem, que não pagava as despesas da extração, embora a amostra fosse bastante, na suposição do prateiro, para indicar um fértil veio nas proximidades.

O *Diário* comunica-nos a sofreguidão de Beck pela franca descoberta dos veeiros, que infelizmente se escondem das procuras cansativas. Nem a Itarema, nem Maragoaba correspondiam. Também não correspondeu o novo processo de tratar o mineral a fogo, no que diziam perito o técnico Henrique Balthus der Meulen, recém-chegado do Recife, mas na verdade um inexperto.

Acaba-se o retalho conhecido do *Diário* e nada de concreto se apalpa. Do que aconteceu daí por diante as notícias são precárias, sem qualquer positividade.

Como nas de Itarema e Maragoaba, nem tico saiu da Ibiapaba, onde a prata e o ouro seriam abundantes, segundo a sugestão de João de Albuquerque aos Grandes Senhores.

Findava-se, desse modo, influtífera a mineração que aliviaria as aperturas da Companhia, como infrutíferas teriam de ser as catas mais tarde tentadas.

Com efeito, em 1739, Antônio Gonçalves de Araújo que adquirira, a 17 de junho do ano anterior, a sesmaria e jurisdição concedidas pela Provisão Régia de 8 de janeiro de 1730 a Manuel Francisco dos Santos Soledade, conseguiu autorização para prosseguir nos descobrimentos de minas de prata, que dizia existirem nas serras dos Cocos e Ibiapaba (Ubajara), para isso recebendo, logo depois, as condições e privilégios constantes da Provisão de 3 de dezembro de 1740.

Munida da permissão que lhe dera a Carta Régia de 11 de outubro de 1742, mandou vir da Europa cinco mestres e oficiais peritos em fundir e separar metais, iniciando os ensaios em 1744 sob a direção de João Cristóvão Sporgel, no sítio Frecheiras. Prestou o respectivo juramento

a 22 de abril, perante o Ouvidor Manuel José de Farias, que, por sinal, virou fervoroso antagonista da empresa e das arbitrariedades do superintendente, o mesmo Gonçalves de Araújo, a seu ver simples régulo e impostor.

Aventureiro ou visionário, as informações deste ficaram em choque com a verdade, porquanto os peritos nada encontraram que satisfizesse. Os exames encomendados pelo governo de Lisboa aos técnicos Guilherme Good e Matias Aires Ramos da Silva, este provedor da Casa da Moeda, revelaram nenhuma presença de prata, e sim doutros metais sem importância e em quantidades ínfimas. O primeiro parecer é datado de 22 de fevereiro, e o segundo, de 20 de abril, ambos de 1745.

O desastre de Ubajara em breve teria símile noutro mais fragoroso — o das minas de São José dos Cariris.

Estava em vigor a Ordem Régia de D. João V ao Conde de Sabugosa, de 27 de março de 1730, condenando o estabelecimento de minas, a não ser nas Gerais; mas, como explica o Barão de Studart[195], atenuava-se o rigor da lei com a concessão de licenças não muito difíceis. Ao governador de Pernambuco, Luís José Correia de Sá, primeiramente por intermédio de José Honório Valadares Aboim e, três dias depois, por um positivo enviado de Domingos Álvares de Matos, Coronel da ribeira dos Cariris Neves, chegaram notícias de descobrimento de ouro nessa região, acompanhadas de amostras e sem tardança confirmadas pelo Capitão Bento da Silva e Oliveira.

Remetendo notícias e amostras a Portugal, nem esperou o Governador a licença do Rei e mandou imediatamente ao Cariri uma expedição, chefiada por Jerônimo Mendes de Paz, que, recebendo a ajuda de duzentos mil réis, embarcou a 17 de maio (1752) com trinta soldados infantes, via Aracati, em companhia do mesmo Valadares Aboim.

Ao chegar, já encontrou Jerônimo de Paz, ali, o Governador do Ceará, Luís Quaresma Dourado, e o Ouvidor Alexandre de Proença Lemos, a investigar de perto a veracidade das informações também chegadas a Fortaleza e Aquirás.

Não viram ambos com bons olhos a interferência direta do governo pernambucano e daí certa resistência, de sua parte, a Mendes de Paz, velada a princípio e depois ostensiva, chegando-se a expor ao Rei a desvantagem das explorações, o que, aliás, de futuro se confirmaria. A oposição de Quaresma Dourado extremou-se a ponto de intencionalmente protelar o pagamento dos soldados e dos índios das minas, omissão que provocou incessantes reclamações de Correia de Sá a Lisboa, e de desenvolver forte campanha de descrédito contra os trabalhos, afastando, por esse meio, os pretendentes à mineração.

Porém Jerônimo Mendes, sempre ajudado por Domingos de Matos, que lhe proporcionava todas as facilidades, foi-os realizando sem levar em conta a ação de Quaresma: organizou a repartição da intendência,

utilizando-se dos auxiliares que trouxera e doutros que encontrou no local, e ficando ele como intendente. Construiu casa e aquartelamentos cobertos de telhas fabricadas pelos próprios soldados; e dispôs, enfim, as coisas de modo a policiar a região, para prevenir a evasão dos quintos e os roubos e crimes, que, aglomerada, vivia ali gente de todo jaez.

Substituído, no Recife, Correia de Sá por Luís Diogo Lobo da Silva, em 1754, e, no Ceará, Quaresma Dourado por Francisco Xavier de Miranda Henriques, viu-se Jerônimo de Paz, com esta última substituição, em grande desafogo, por livrar-se de tão pertinaz opositor. Por outro lado, no entanto, encheu-se de apreensões, sentindo que lhe faltava o apoio sempre decidido do Tenente-coronel de Pernambuco.

Em face dos insignificantes resultados obtidos, Lobo da Silva julgou melhor formar uma companhia — a Companhia do Ouro das Minas de S. José dos Cariris — com a duração de um ano e vinte sócios, que se obrigaram a subscrever, para os fins sociais, certa quantia em dinheiro e a entrar com determinado número de escravos. A idéia provocou o espírito de imitação nos senhores de engenho, animando-os a constituir outra companhia, a que o governador cortou o vôo, decretando que a nova empresa somente seria possível se os associados provassem possuir completas, em pessoal, as lotações dos seus engenhos.

Redigidas as cláusulas do contrato da Companhia do Ouro, datadas de 3 de agosto de 1756, coube o cargo de administrador ao sócio Capitão Antônio Jacó Viçoso que, a 19 de novembro, saiu do Recife com uma expedição, levando 73 escravos, dos quais chegaram apenas sessenta e nove.

Resgatando o metal encontrado e multiplicando esforços no combate ao contrabando, pôde Jerônimo enviar, em 15 de dezembro, para o Recife, cinco libras de ouro comprado a diversos, fazendo novas remessas em 3 e 29 de abril seguinte. Mas Jacó Viçoso não suportou as asperezas da missão e tratou de abandonar a Companhia e o cargo, que serviu durante pouco mais de um ano, sendo substituído por José Pinto. E não mostrando o negócio nenhuma renda, vieram todos a compreender a inutilidade da mineração.

Dissolveu-se em conseqüência a Companhia e, com o seu malogro, deliberou a Corte suster quaisquer serviços de catas, não só as de São José, como em toda a Capitania.

A Fazenda Real despendeu, pelas Provedorias do Ceará e do Recife, 25:166$476, além dos gêneros que vieram de Lisboa. Como compensação, arrecadou 36 marcos, 5 oitavas e 26 grãos de ouro, que, reputados a 1$500 a oitava, produziram 3:464$250, quantia visivelmente mesquinha. A S. Majestade saía cada oitava ao preço de 10$899!

A seu turno, os da Companhia, em 21 meses e 9 dias de atividade, colheram 906 oitavas de ouro, líquidas de quintos e quebras, valendo 1:382$060, e gastaram 5:649$478, "donde se vê que, não estimando o

serviço de cada escravo por dia mais que a 60 rs., por lhe darem de comer, ficarão perdendo quatro contos, 267 mil e 418 réis, não obstante os contínuos descobertos com que sucessivamente se estava persuadindo o seu melhoramento".

Outra vez pensou a Metrópole nas jazidas do Ceará, movida por uma remessa de pedras feita, em outubro de 1784, pelo Governador Montauri. Uma carta de 26 de outubro de 1789 pedia amostras a seu sucessor Fco. e Torres, mas daí não passou.

Também não foi avante o privilégio dado por El-Rei D. José ao Capitão Luís Quaresma Dourado, mediante a Provisão de 14 de dezembro de 1754, para cavar minas de prata em Uruburetama e Maranguape, que o concessionário afirmava haver ali descoberto. Não se sabe onde ficam tais minas e não consta se fizessem quaisquer escavações na primeira dessas montanhas e novas nesta última, além das de Beck. Aliás, o cientista Dr. Capanema examinou a região da Taquara e assegurou não haver encontrado elementos que justificassem os trabalhos da antiga mineração holandesa.[29] (p. 104)

Nas margens do riacho Juré, Município do Ipu, em 1844, o Cel. Diogo Lopes de Araújo Sales experimentou tirar o ouro, fazendo vir para auxiliá-lo um mineiro do Sul, mas nenhuma compensação conseguiu; e a empresa de repente parou, insinuam uns que por falta d'água para as lavagens, e outros que por ter o assassínio do mineiro, por um escravo, desanimado o dono da exploração.[174]

As pesquisas do naturalista João da Silva Feijó, com relação ao salitre, foram objeto de máxima atenção oficial. Trouxe-o de Lisboa o Governador Bernardo Manuel de Vasconcelos (setembro de 1799 a novembro de 1802), com o objetivo de estudar a geografia da região, de modo particular as nitreiras de que se tinham roteiros. (Ler João da Silva Feijó, *Um Naturalista no Ceará*, de Geraldo S. Nobre, Grecel — Gráfica Editora Cearense Ltda., 1978).

O salitre tinha então grande procura porque insubstituível na fabricação da pólvora, desconhecidas que eram as propriedades dos derivados da glicerina, da celulose e outros. Apresentava-se, portanto, de capital interesse para Portugal, que o importava da Índia, extraí-lo nas suas colônias, e daí a razão da vinda de Silva Feijó e do especial carinho com que eram vistos oficialmente os seus trabalhos.

Por muitos anos esteve Silva Feijó às voltas com estudos chamados por ele mesmo "averiguações filosóficas".

Primeiramente, no lugar Tatajuba, então Município de Santa Quitéria (hoje do Município de Quixeramobim), depois, em Boaçu-Velho, atualmente Ibeaçu, do Município de Granja, e mais tarde no sítio Pindoba, na serra da Ibiapaba.

Até 1801 tinham sido produzidos 34 quintais, ou seja 1997 quilos, do referido nitrato, com a despesas de 1:249$360, gastando-se, portanto, 621 rs. para a aquisição dum quilograma, sendo menos consolador ainda

o resultado do ano seguinte, pois somente se extraíram 1248 quilos (cerca de 21 quintais), mediante o dispêndio de 1:440$020, ou seja à base de 1$154 cada quilo. Preço exorbitante em relação ao salitre do Oriente, que aportava ao Reino por 205 rs., bem assim ao de Minas Gerais, que não ia além de 327 rs.

O insucesso inicial dessas nitreiras foi acremente criticado pelo deputado-escrivão Targine, em representação enviada ao Príncipe-Regente, na qual pedia mandasse "suspender a extração do salitre nesta Capitania e a continuação das obras do laboratório de lixiviação e cristalização do dito gênero na Tatajuba, e da refinação dele nesta vila" (Fortaleza).

Ainda em 1804, com o ofício de 17 de maio, o Governador João Carlos d'Oeynhausen explicava para a metrópole que a extração e remessas do precioso nitrato só poderiam continuar se as pesquisas passassem a ser feitas não mais em Tatajuba, dadas a degradação da mina, a grande distância e as dificuldades do transporte, determinando um preço não compensador; e sim nas vizinhanças de Granja, onde, segundo se dizia informado, havia "sete minas muito ricas e virgens, a 29 léguas de distância de um porto próprio para a exportação direta para essa Capital, em lugar de 59 léguas que medeiam entre a Vila da Fortaleza e a mina Tatajuba, com um caminho cômodo e que admite fácil condução em carretas, em lugar de um caminho invadível a maior parte do ano, por causa da falta de pastos e águas, e tão mau que não consente que a condução se faça senão às costas dos animais".

Iludira-se o Governador, pois que resultaram estéreis as explorações de Iboaçu.

Igualmente fracassadas em Pindoba, foram encerradas, por fim, em virtude de uma ordem da Junta de Fazenda, datada de 1805, apesar do muito que em favor delas fez o citado Governador João Carlos.

A produção da fábrica da Tatajuba, no período de novembro de 1799 a dezembro de 1803, atingiu a 5.563 quilos, ou 97 quintais, nada constando sobre os resultados das nitreiras de Pindoba.

Antes das investigações de Silva Feijó já se pensara na indústria do salitre, quando das faladas minas dos Cariris, também sem nenhum êxito. Depois delas não mais se cogitou do assunto.

Para explorar e lavrar minerais no território cearense, José Barnardo Teixeira, pelo Decreto Imperial nº 1982, de 3 de outubro de 1857, obteve concessão, que foi alterada pelo Decreto nº 2033, de 21 de novembro do mesmo ano.

Em 1867, com o Decreto nº 3779, de 12 de janeiro, deram-lhe outra concessão, também inutilmente, para lavrar, durante 30 anos, ouro, chumbo, soda e outros minérios na Comarca do Ipu. Do mesmo modo, em 1865, alcançaram permissão o inglês John Witfield e o Cap. João Ernesto Viriato de Medeiros para escavar ouro e outros minerais nas comarcas de Sobral, Ipu, Granja e Viçosa e nos limites do Ceará com o Piauí.

Outros Decretos autorizaram coisa semelhante — um, n. 5356, de 1873, a Joaquim da Cunha Freire (Barão de Ibiapaba), José Joaquim Carneiro e Francisco Gonçalves da Silva, para retirarem chumbo e outros metais no lugar Caracuzinho, compreendendo as comarcas de Maranguape e Fortaleza; e outro, n. 6752, de 24 de novembro de 1877, para José Borges Gurjão fazê-lo quanto ao ouro e prata em vários pontos da Província. De 21 de outubro de 1882 é o Decreto 8718 que permitia a Francisco Marques de Sousa e Henrique Marques da Silva procurar veeiros em Granja, Sobral, Viçosa, Acaraú.[64] (p. 105)

Não obstante afirmar-se — como faz Paulo Albuquerque, ser o território cearense um promissor campo de pesquisas mineralógicas, com uma equivalência comparável a Minas Gerais e outras regiões brasileiras já inteiramente identificadas,[166] (p. 5) não foi rasgada a geologia do Ceará com decisão mais firme do seu amplo aproveitamento econômico.

5. CAPITANIA

5.1. DOMÍNIO LUSO E COLONIZAÇÃO

Com a vinda de Álvaro de Azevedo Barreto, soldado que tanto se distinguira nas refregas da restauração pernambucana, de novo respirava o lusitano os ares do Ceará.

Somente, no entanto, iria firmar-se aqui o domínio luso a troco de muito sangue e duras fadigas, no trabalho sem trégua de enfrentar e sossegar os silvícolas em rebeldias impertinentes, por imbuídos, ainda, da influência neerlandesa. "Nos índios do Ceará — correspondia-se o Padre Antônio Vieira com o seu Pronvincial — há grandes raízes de heresias dos Holandeses, que entre eles deixaram plantadas nos muitos anos que ali estiveram, as quais — com a falta de doutrina e com os maus exemplos dos soldados da fortaleza, que sempre são fascinorosos e menos conscienciosos — antes crescem do que se arrancam".[184] (v 3, p. 203)

Por isso mesmo deram-lhe, a Azevedo Barreto, quatro companhias de soldados e mais duas de índios e pretos, "todos com as suas fardas e ração para três meses". O provimento do cargo era de três anos e recebeu a data de 4 de maio de 1654, mais tarde confirmado por Ato real (23 de novembro).

Chegado em maio referido, em 15 de agosto já havia erigido uma pequena ermida no forte flamengo, cujo nome trocou pelo de Nossa Senhora da Assunção.*

Gastando muito de sua casa, acudiu á infantaria, reparou o fortim como lhe esteve ao alcance e indagou das minas abertas pelos holandeses, enviando para Lisboa alguns barris de amostras, com os esclarecimentos devidos, inclusive o de que sobre tais escavações não havia senão a notícia de se terem tirado, na Holanda, de quatrocentas libras de pedra, vinte e cinco onças de prata, havendo informações sobre a existência de duas

* Como observa Carlos Studart Filho, não há documento mencionando expressamente essa igrejinha, mas o fato é registrado por quantos se ocupam da história do Ceará.[199]

minas no Camocim, uma de ouro, outra de prata, das quais os flamengos haviam extraído pedra.[184] (v 3, p. 20)

Reduziu várias nações do gentio da terra à obediência de S. Majestade, "fazendo despesas de sua fazenda em os conservar e ter sujeitos"; e por fim se recolheu a Pernambuco, em viagem difícil, levando consigo os índios rebeldes, para evitar ocasiões de novas revoltas.[184] (p. 210)*

Tais revoltas eram de conseqüências muito sérias e nelas foi interferência perigosa o cacique Algodão, que residia perto da fortaleza e se levantou com toda a sua gente, deslocando-se para o rio da Cruz (Camocim), razão de urgente construção doutro forte ali, precisamente no lugar e que os flamengos teriam feito um. Providência que esteve aos cuidados de André Vidal de Negreiros, receoso das tropelias dos indígenas e por julgar que, levantando a defensão, seria possível conciliar com os portugueses aquele principal, acobertando-os de suas hostilidades e atraindo-o à fé católica e, de modo mais particular, facilitando o caminho de S. Luís para Pernambuco.

Socorrer-se-ia, desta forma, com maior prontidão a praça do Ceará, pelo domínio de toda aquela costa, acolhendo melhormente, nos portos, os navios para os seus refrescamentos e mantimentos.[184] (v 3, p. 20)

A pacificação dos ameríndios mostrava-se cada dia mais complexa, à proporção que era preciso penetrar o interior. No combatê-los, os Capitães-mores gastavam as atividades e não menores esforços empenhavam os jesuítas, resolvidos a catequizá-los para as suas missões do Maranhão.

O fuzil e a cruz entraram pela mata a dentro, cada qual a seu jeito e à sua fortuna, para meter nela a civilização que se movimentava na sua grande marcha para o oeste, em avançadas e recuos não raros cruentíssimos. O historiador cearense João Batista Perdigão de Oliveira, em achegas à *História da Província do Ceará* do Conselheiro Tristão de Araripe, discrimina documentadamente as expedições que o governo da Capitania, ora só com a sua milícia, ora auxiliado de índios domesticados, foi obrigado a jogar sobre diversas tribos em continuadas depredações contra os brancos ou contra as aldeias avassaladas.[122]

Metro por metro, os colonizadores empurravam a indiada para mais dentro, na avançada imperiosa. Cada sesmaria outorgada selava muitas manchas de sangue, mal necessário que se praticava contra os autóctones. Para o forasteiro europeu a terra era *res nullius* e não se indagava do mais.

A partir de 1680, limite porventura arbitrário. As sesmarias anteriores são apenas nominais.

---

* Na petição que dirigiu ao Rei, alegando serviço (3 de fevereiro de 1659), vê-se quanto deu de si na causa da pátria.[184] (p. 217)

Tudo dominado pelo "complexo da água", de que nos fala Abelardo Montenegro[108 (p. 5)] e ao determinismo da geofísica, que não prometia outras estradas senão as dos currais da pecuária.

Muito diferente da demografia das zonas de mineração, no Brasil, que, segundo Caio Prado Júnior, impeliu o homem, num arremesso, do litoral para o coração do Continente, deixando atrás de si um espaço intermediário que várias vias de comunicação atravessam,[154 (p. 49)] processo do povoamento do Ceará, vai caracterizar-se no sentido do pastoreio, derramando-se sem claros ou hiatos, fazenda ligada a fazenda, cobrindo o território até os confins, através da intrincada rede dos rios e ravinas.

O nódulo do forte de N. Senhora d'Assunção, sede do governo bastante mofino, não pudera dar impulso mais sensível à ocupação, que havia de enfiar-se com mais vigor pelo Jaguaribe, colocado em posição de servir de junção às duas grandes correntes penetradoras — a de Pernambuco e a da Bahia; aquela, para usar o sabido conceito de Capistrano, caminhando pelo *sertão de fora*, e esta, pelo *sertão de dentro*.[217, 148]

As primeiras sesmarias do Ceará são litorâneas, não se nega, mas umas representam a continuação natural das concessões no Rio Grande, enquanto as outras, bem poucas, ficaram nos vestíbulos dos rios, permanecendo indecisas, por muito tempo. Datam de 1678 a 1682.

Entrando pelo Jaguaribe, até 1681 "nunca povoado de brancos", é que Manuel de Abreu Soares, Teodósio de Gracismão e outros riograndenses começam, definitivamente, a povoar o interior.

A influência hidrotrópica, ou, mais precisamente, a potamotrópica, governava irresistivelmente a expansão e a conseqüente distribuição das sesmarias, que se justapunham acompanhando a linha dos rios, ou em redor das lagoas e aguadas.

Dos sesmeiros, situavam-se por si mesmos apenas alguns raros, trazendo os seus gados e construindo precárias instalações; outros os confiavam a prepostos ou vaqueiros, homens experimentados nas agruras do sertão, capazes de defrontar as rudezas do meio e o ataque dos índios e das feras. É o regime do "absenteísmo" de que fala Capistrano.

Quando enorme o perigo do gentio bravo, surgiam as "expedições do governo, a empurrá-lo mais para o interior ou a dizimá-lo, e desta maneira, numa continuidade persistente, alargava-se a campanha árdua dos sertões, ficando à retaguarda os "currais", que aos poucos se consolidavam em fazendas ou "sítios" distanciados uns dos outros, comunicando-se somente pelos ruis "caminhos das ribeiras", futuras vias para as cavalhadas, em "comboios", transportarem o comércio da Capitania.

Os "homens do Rio Grande", assim vulgarmente conhecidos os da "corrente pernambuca", enchiam o baixo Jaguaribe e já pisavam a "ribeira do Icó" quando, desbravado o sertão de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte pelo sertanista Matias Cardoso de Almeida e seus lugares-tenentes, principiaram a tocar os "baianos" as margens daquela ribeira,

misturando-se paulatinamente e, juntos, reunidas as duas hastes da pinça bandeirante, prosseguiram a marcha, pertinazmente.

Isto pelos últimos anos do século. Apareceram as primeiras compras de fazendas existentes e novas datas eram solicitadas, operando-se, daí por diante, a ocupação em maior estilo.

Em 1701, Cristóvão Soares de Carvalho e seis companheiros entram no Oriabebu, depois Riacho das Pedras ou Riacho do Sangue. O explorador Francisco Ribeiro de Sousa, em 1702, galga o Banabuiú; no mesmo ano vem a povoar-se, com Duarte Pinheiro e Antônio Pinto Correia, o seu afluente — o Quixeramobim. Gil de Miranda e Antônio Mendes Lobato, também em 1702, escalam o Rio Salgado e, por ele, em 1703, avançam Manuel Carneiro da Cunha e José Rodrigues Ariosa, este último remexendo o Cariri, que afinal (1714) passa à família Lobato.

Com Antônio Bezerra poder-se-á assegurar, sem medo de erro, que pelo fim do ano de 1707 o Jaguaribe até as nascenças estava conhecido e mais ou menos povoado,[23] (p. 108) constituindo, portanto, mera força de expressão a afirmativa de Capistrano de que "findo o século XVII, estava todo o Ceará devassado, os índios uns reduzidos a aldeias, outros vivendo em paz ao lado dos colonos".

Efetivamente, muito restava a fazer, e só depois de 1707 ganharam força as explorações, multiplicando-se as dádivas sesmeiras. A Carta Régia de 18 de agosto de 1706, mandando fornecer armas aos moradores para uso comum e defesa contra o índio, e a outra de 20 de abril de 1708, recomendando se fizesse a este guerra de morte, ambas aliadas à emulação e ao natural espírito de ambição, propulsionaram a ação dos curraleiros, animando-os a novas conquistas e a mais ousadas arremetidas.

Já fora até possível lançar uma "finta" sobre 200 currais da "ribeira do Jaguaribe", de dois bois cada um, e uma contribuição de dez tostões das terras de cada curral, para a construção da igreja do povoado de Russas (hoje cidade deste nome), conforme se vê da Carta Régia de 18 de julho de 1709,* dirigida ao Desembargador Scares Reimão, nessa época residindo ali, com o dever de demarcar as terras da mencionada ribeira.

Ao mesmo passo, incrementava-se a investida nos outros rios ao sul da fortaleza — o Piranji, o Choró, o Pacoti, havia muitos anos ingurgitada na ante-sala de suas barras; ao norte, Manuel de Góis e vários co-heréus localizavam-se no baixo Acaraú, ao passo que Pedro Rodrigues, com os seus companheiros, tomava conta do Mundaú, do Aracati-mirim e Aracatiaçu.[22] (p. 21)

Contrariando a tendência geral do povoamento, mas ainda estritamente presa ao invencível tropismo fluviátil, entrava do oeste, esgueirando-se pelo boqueirão do Poti, a gente do bandeirista Domingos Jorge Velho, que dominou este rio com as suas habitações e lavouras, como certifica

* Transcrita em BEZERRA, A.[23] (p. 252)

a sesmaria que a 3 de janeiro de 1705, receberam do Governador de Pernambuco a viúva daquele paulista, Da. Jerônima Cardim Fróis, e oficiais subalternos do seu "terço".*

Contemporâneo desses fatos é o povoamento do extremo-norte da Capitania, guiado pelo Coreaú, onde se defrontavam com os colonos os padres de Santo Inácio, agora retornados, sob as ordens de Ascenço Gago, às ditas paragens, que dantes já haviam servido de grande púlpito às suas doutrinações.

Arrefecia, aos poucos, o ciclo do desbravamento e agora se arroteava o terreno para o *processus* doutro ciclo de mais estabilidade — o das fazendas organizadas, aquele que muito adequadamente Capistrano intitulou "época do couro", e que, no Ceará, condições peculiares definiram, por algum tempo, como a época das "oficinas" ou ciclo das carnes secas.

A síntese dos acontecimentos históricos até aqui examinados permitirá dizer que, no século 17 e primeiros anos do século 18, a vida econômica da Capitania nada apresenta de mais substancial. Ao contrário, é de penúria, débil, pobre, e de todo deficitário o balanço das suas resultantes em relação ás arcas do Rei.

Ainda em 1691, lamentava-se este de não poder ordenar certos serviços atinentes à defesa da costa do Ceará, "em virtude dos poucos meios que a Fazenda Real tem nessa Capitania".[53]

Em verdade, não deve ter sido de monta o que à Metrópole propocionou o atrofiado e atropelado comércio do âmbar e das madeiras, a ele anexo e de algumas especiarias, de longe em longe levados pelos seus barcos para a Europa.

Aquilo que na terra se produzia, e era muito pouco, limitava-se ao indispensável ao consumo local, porque não existia com quem, nem como alimentar a permuta de riquezas.

Nem mesmo entrara em jogo, para facilitar os rudimentares negócios, o fator estimulante da moeda, de vez que as transações revestiram aquela forma primitiva do escambo, pagas as mercadorias por outras mercadorias.

Cunhara-se, no Recife, pelos holandeses, o primeiro dinheiro metálico brasileiro (1645-1647), porém não há notícia de que o tenham introduzido no Ceará, como nenhuma se conhece da existência, aqui, das peças metálicas fabricadas posteriormente na Bahia e no Rio de Janeiro.

A falta de numerário afligia todos os pontos mais povoados do Estado do Brasil, de tal sorte que se determinou trouxesse cada navio, vindo

*Tal é a força polarizadora dos rios, que toda a bacia superior do Poti conhecida por "sertão de Crateús", apesar de colocada aquém da Ibiapaba, devendo, portanto, geograficamente ser do Ceará, ficou pertencendo ao Piauí, formando a Comarca de Príncipe Imperial, somente incorporada ao território cearense depois do Decreto 3017, de 22 de outubro de 1880. Por esse Decreto foi permutada com a freguesia de Amarração aludida Comarca. Já em 1784 o Capitão-mor Azevedo Montauri considerava que o distrito de Crateús, pertencia ao Piauí "contra toda a boa razão" [195] (v. 1, p. 413). Ver COSTA, [45] (p. 21)

de Portugal, pelo menos mil cruzados em moedas de cobre, para melhorar a diminuta circulação.

Como recurso forçado e por fim tolerado oficialmente, adotaram-se "unidades de valor" representadas por certos gêneros de primeira necessidade e preço menos variável, como o algodão, a planta-moeda que circulava em forma de novelos ou rolos de pano, de peso ou tessitura determinados, sujeitos, como é fácil de compreender, a inúmeras falsificações, metendo-se, por exemplo, dentro dos novelos trapos ou paus, e fabricando-se o pano mais ralo, de dezoito a vinte cabrestilhos, em vez de vinte e seis, taxados nos alvarás.[37] (p. 388), 121 (p. 21)

Tão cedo não se modificaria tal sistema, pois na sua minuciosa "Memória Sobre a Capitania Independente do Ceará", escrita em 1814, ainda alude o Governador Barba Alardo de Meneses ao uso dos nimbós ou novelos de fio de algodão servindo de dinheiro.[106]

Os mesmos soldos dos homens do presídio e as diárias dos trabalhadores índios eram satisfeitos, quando o eram, em roupas, mercadorias e. . . mercês honoríficas.

A título de rendas ou direitos, para o Real Erário só entravam, representados em cativos, os quintos das presas quase sempre sonegadas, recolhidas pelos capitães-mores.

Ao tempo de Soares Moreno, o volume ou "praça" de escravos feitos nas "guerras justas" contra o gentio não avassalado dividia-se entre o capitão-mor e os soldados, nada se destinando a Sua Majestade. Posteriormente, o quinto das "peças" cabia à Fazenda, remetidas ao Provedor em Pernambuco, não sem resistência dos detentores.

Com o fim de coibir as sonegações, severas determinações eram expedidas: "Ordeno que pessoa alguma de qualquer qualidade que seja não possa resgatar peça escrava assim a índios como a tapuias sem primeiro se ter ajustado as peças que hão de dar a sua Alteza" — são termos dos editais ou "bandos" da época.*

Nas desobediências eram impostas multas rigorosas, pagas em cativos, ou a pena de prisão corporal.

Somente em 1683 teve a Provedoria ânimo de destacar um dos almoxarifes — Domingos Ferreira Pessoa, para "cobrar dízimos das lavouras, pescarias e alguns gados". O rendimento de tais dízimos somaram 20$000 no primeiro ano, no segundo quase o mesmo, e no terceiro parecia que teriam algum aumento".[184] (v 4, p. 237); 5

Como curiosidade, convém anotar, que, antes de findos os primeiros cem anos da evolução da Capitania, já rodavam nos difíceis caminhos

---

*". . . se moveram entre os índios avassalados como também da nação das jaguaribaras muitas dúvidas a respeito de eu procurar das peças que trouxeram cativos o quinto delas para Sua Alteza por entender lhe tocar. E fazendo presentes os índios me deram escravos para Sua Alteza e que ao tempo do Capitão-mor Martim Soares Moreno sucedeu outra semelhante e a praça que tomaram se dividiu pelo Capitão-mor e soldados índios.[52]

da ribeira do Jaguaribe carros de boi, indício da confiança que se ia implantando na mente dos colonizadores.[55]

Mas, na sede da Capitania já se reclamava por ministros e oficiais que decidissem as dúvidas e sentenciassem as causas;[54] e o século 18 abrir-se-ia presenciando as reivindicações em torno da instalação da primeira vila.

5.2. AS VILAS

Foi, contudo, barulhenta a instituição do governo civil na Capitania. Exigira-o em constantes reclamações o *povo*, que eram alguns poucos homens de maior influência e cabedais, moradores no burgozinho da Fortaleza e arredores, e em cujo espírito, embora iletrados e rudes, já se aninhavam idéias de acentuado individualismo reacionário contra as arbitrariedades dos capitães-mores.

"Para assim se atalharem parte das insolências destes e se administrar melhor a justiça", é que El-Rei, com a citada ordem de 13 de fevereiro de 1699, foi servido de "resolver que se crie em vila o Ceará e que tenha oficiais de Câmara e juiz ordinário, na forma que mandei praticar com muitas terras do sertão da Bahia, para por este meio se evitarem muitos prejuízos que até agora se experimentavam por falta de terem em seu governo, aqueles moradores do Ceará, modo de justiça".[182 (v. 1, p. 114)]

Originou acesas desavenças a escolha do local, da nova vila, fazendo-se a eleição dos vereadores e juízes, a 25 de janeiro do ano seguinte, no Iguape, distante alguns quilômetros do forte, sob o pretexto de que "se não há decidido o lugar separado donde há de ser fundada, por haver várias opiniões.[126 (v. 1, p. 12)]

Serviu de razão o ser inferior o porto da Fortaleza, ao contrário do Iguape, suficiente para entrarem e saírem embarcações, e existirem junto deste terras boas para lavra e muitas águas de abundância e pescarias.*

Da resolução discordou o governador de Pernambuco, que decidiu se fundasse a vila na povoação existente, o que realmente se deu, plantando-se o pelourinho ao pé da Fortaleza, *para ficar debaixo das armas dela.*

Sucederam-se outras mudanças, conforme mudavam os camaristas ou a vontade dos capitães-mores, ficando a almejada sede da vida municipal, não só um turno, ora na barra do rio Ceará, ora ao lado do forte, ora no Aquirás, núcleo afastado cinco léguas, no rio Pacoti, perto do

*Representação da Câmara a El-Rei, datada de 15 de maio de 1700 e transcrita em STUDART[182 (v. 1, p. 123)].

dito do Iguape e "com abundância de mantimentos, peixe e pasto para gado vacum e cavalar".

Atanazado de quantos aperreios, determinou a certa altura S. Majestade que a vila se conservasse infalivelmente em Aquirás, pois "do contrário me haverei por mui mal servido de vós,* mas ainda assim não cedeu a confusão, até que pela Ordem de 11 de março de 1725 teve cabo a disputa, permanecendo a vila no Aquirás e criando-se outra na Fortaleza, inaugurada esta, afinal, a 13 de abril de 1726, pelo Capitão-mor Manuel Francês.**

Entrementes, pela Carta Régia de 7 de janeiro de 1723, fora criada a Ouvidoria, desligada da de Paraíba, e a ela anexa a Provedoria da Fazenda, separada da do Rio Grande, embora continuasse, administrativa e judiciariamente, o Ceará subalterno de Pernambuco.

A trilogia — câmaras, capitães-mores, ouvidores — formava a estrutura governamental da Capitania. Deviam reciprocamente completar-se e harmonizar-se, porém nunca o fizeram; antes viveram em continuados atritos e intrigas, mais prisioneiros dos caprichos e interesses pessoais que zelosos das suas funções. Não tiveram cobro os abusos, desde que que começaram entre o mesmo Manuel Francês e o primeiro ouvidor, José Mendes Machado, de tão negativas tradições.

Nas moxinifadas envolviam-se as Câmaras que, via de regra constituídas de analfabetos, assinando de cruz as correições e também jungidos a pirronices, quando não moralmente entibiados, não souberam ou não puderam colocar-se convenientemente, na defesa dos munícipes contra os desmandos dos governantes e magistrados.

Dessas incompreensões perniciosas entre aqueles a quem estava afeta a obrigação de fomentar os meios de progresso e a ordem, teriam, juntamente a outras causas perturbadoras de surgir o desestímulo geral e o atraso no desenvolvimento social e econômico.

Às câmaras, corporações de eleição triênia, incumbia a administração municipal, com atribuições ligadas à regulamentação das feiras, mercados e do trânsito; à gerência dos bens do Conselho e suas receitas; à construção, reparos e conservação das estradas, pontes e calçadas; à arborização e limpeza das ruas e praças; à construção de edifícios; ao exercício do comércio e dos ofícios; ao abastecimento de víveres; à cultura das terras, tudo enfim que interessasse ao bem comum, sendo-lhes facultado o direito de representação às autoridades superiores e ao próprio monarca.

Eram o veículo das queixas e aspirações populares, sem contudo lograr satisfazê-las, pois que sempre lhes escaparam os meios pecuniários, produto do erro original dos atos que as criavam, com uma finança mesquinha, inane para permitir, com alguma largueza, quaisquer empreendi-

* Ordem Régia de 11 de outubro de 1721.

** OLIVEIRA[125] esgotou esta matéria.

mentos de ordem material indispensáveis ao crescimento das vilas principiantes.

"O único patrimônio que aqui têm as Câmaras — dava conta à Rainha o Ouvidor Costa Dias e Barros em carta de 25 de junho de 1779 — consiste no talho das carnes, que arrematam sempre por preço certo a quem melhor donativo oferecer a favor das mesmas; o qual nunca é suficiente para as sobreditas despesas", tendo antes esclarecido que a suma indigência em que as havia encontrado vinha da "comissão e incurialidade com que foram criadas estas Vilas, não se lhes estabelecendo logo os suficientes e sólidos Patrimônios".*

A forma habitual da arrecadação anual do imposto das carnes era a arrematação dos *contratos*, e, se por algum motivo não se verificava esta, o recurso eram as *fintas* lançadas aos repúblicos.

Compreende-se facilmente que em região como o Ceará, periodicamente assolado pelas secas, nem sempre seriam possíveis as arrematações, à míngua de licitantes.

A contribuição era de 200 rs. por rês abatida, cobrando-se paralelamente o subsídio literário, pertencente à Fazenda Real, de 32 rs. Nos tempos normais, e enquanto o valor do boi variava na base de 1$600, ou no máximo 2$000, o negócio oferecia lucro compensador e apareciam os lançadores. Porém mais para a segunda metade do século, com a alta do valor do boi, que chegou a duplicar em virtude do comércio de exportação das carnes secas, sem um correlativo aumento do preço de venda da carne fresca nos açougues das Câmaras, os arrematadores, rareavam, por temerem prejuízos.

Argumentava muito bem à Rainha, em carta datada de 3 de fevereiro de 1787, o Ouvidor Avelar de Barbedo, que de modo especial se dedicou ao estudo das coisas do Ceará: "Porém não durou muito este valor e reputação dos patrimônios das Câmaras, e a experiência mostrou em bem pouco tempo quanto ele era precário. Porquanto, multiplicadas as fábricas de couros e solas e estendida a exportação das carnes secas para as Capitanias de Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro, e ainda mesmo para fora da Comarca, veio a subir a reputação dos bois a 4$000 e a 4$500 em que atualmente se conserva e que excede o dobro do seu antigo valor. Daqui resultou que, desde essa época para cá, não houve mais quem se atrevesse a lançar nos ditos contratos, patrimônio das Câmaras,sendo obrigados a vender ao povo a arroba de carne a $320, antigo preço por que a vendiam no tempo em que compravam os bois por metade do seu atual valor e ainda menos; de sorte que, neste presente ano, o primeiro do meu cargo, não houve, em todas as dozes vilas da comarca,

---

*Coleção Studart (documentos), livro 2, f. 500. Esta coleção valiosíssima, se guarda no arquivo do Instituto do Ceará.

contrato algum que fosse arrematado, ou não, ou ao menos que tivesse algum lance".*

Recorria-se, então, à outra modalidade de arrecadação do imposto das carnes — as *derramas*, que vêm a ser, nas palavras de um documento contemporâneo, "obrigar a Câmara os donos de fazendas de gado do seu distrito a mandarem cortar carne no açougue às semanas ou aos meses alternadamente, à proporção dos gados que cada um possui", observado aquele preço e sujeitos aos citados tributos.**

Aparentemente, este sistema nenhuma alteração traria em relação aos cofres da Câmara e à Fazenda Real, que de idêntica maneira arrecadaria os seus impostos, e mesmo em relação ao povo, que teria carne ao preço usual. Na realidade, todavia, o prejuízo era de todos: sem levar em conta as possibilidades oferecidas, aos donos de fazenda, de vender a melhor preço as suas reses, muito custoso e embaraçoso lhes era remetê-las por conta própria à sede das vilas e manter ali os seus prepostos, até que estivesse terminada a sua quota de contribuição. "Nem sempre este meio de suprir as necessidades do povo pode ter o devido efeito, porque algumas vezes a estação do tempo impede o transporte dos gados, o que não sucede arrematando-se o contrato em tempo competente, em que pode o contratador prevenir-se com gados de reserva para as ocasiões precisas" — diz o aludido documento. Isso acarretava a redução de reses nos açougues e, *ipso-facto*, a diminuição dos réditos públicos e do suprimento às necessidades das populações.

Se não era bastante o rendimento dos contratos de carnes, podiam as Câmaras lançar fintas, que alcançavam os moradores da vila e seu termo e se destinavam à efetuação de determinado serviço público. Dependiam de informação e autorização da coroa, e delas unicamente escapava quem, em direito e por sua categoria, tivesse certos privilégios, bem assim os mendigos. Tratando-se de obra em pontes, calçadas, muros, ou fortes, para furtar-se à finta era exigido privilégio especial.

Em 1793, para exemplo, a Câmara de Fortaleza lançou uma que rendeu 55$320, com o fim de ser reedificada a ponte do rio Cocó. Em 1799 excusou-se, perante Lisboa, de não lançar outra, ordenada para o custeio da vinda ao Ceará de um médico, um cirurgião, hidráulicos e topógrafos, em virtude do estado lastimoso a que ficara reduzida a Capitania com a última seca.[182] (v. 1, p. 428)

Pela Carta Régia de 20 de outubro de 1738, a Câmara de Aquirás foi autorizada a abrir uma dessas fintas para a construção da cadeia; também por meio de outra, a do Icó deliberou construir a cadeia da vila, na vereação de 2 de setembro de 1741.

Não poucas vezes tais imposições, pelo seu próprio caráter ou pelo rigorismo da cobrança, provocavam a revolta do povo, como v. g. aquela

* Coleção Studart, Livro 2, f. 201.
** Idem, f. 105.

que o governador de Pernambuco, a solicitações do Bispo, impôs à população do Icó. O povo, amotinado, cercou a casa da Câmara, onde o Ouvidor presidia a uma reunião, e tão veementemente manifestou a decisão de não pagar, que esta autoridade mandou suspendê-la.[110]

Para ter-se melhor idéia da pobreza das Câmaras, basta destacar que a mor parte não possuía casa própria. Trinta anos depois de instalada, a de Aquirás funcionava em prédio alugado por dois cruzados mensais e, à guisa de cadeia, possuía um tronco.[182] (v. 1, p. 213)

A de Fortaleza, em 1783, porque não tinha a sua, nem cadeia de castigo, dirigia-se à Senhora Rainha, lembrando a qualidade de capital, e rogando licença para instituir "uma leve imposição sobre cada arroba de algodão, cada couro salgado e meio de sola que se exportarem do Distrito, ou termo da Vila, à imitação do que se pratica na de São João da Parnaíba, da Capitania do Piauí, e nas de Sobral e Granja",[136] com que pudesse levantar o seu paço. Antes, em 1783, já havia pedido uma ajuda de custo para dita casa, "por não ter este Senado dinheiro suficiente para este fim, e nem patrimônio que haja render".[135] (p. 91) Não fora a Câmara atendida naquela solicitação e, premida pelas necessidades, novamente representou a S. Majestade, pedindo agora a graça de poder pôr em arrematação, mediante contrato, a introdução das aguardentes de cana na vila e território do seu termo.

Avelar de Barbedo, sempre preocupado em dotar melhormente as Câmaras, "sem vexame dos povos e sem prejuízo dos rendimentos reais", corrobora perante a Rainha a petição camarista, por considerá-la atendível.

É interessante conhecer as suas reflexões: "Primeiramente: não podendo entrar este gênero no clima do Brasil, muito mais no do Ceará, nem no número dos de primeira necessidade e ainda mesmo de utilidade, todo ele aqui degenera em mero luxo, e luxo pernicioso, como uma experiência constante tem mostrado; porque sendo incrível, como é, a decidida paixão, que têm todos os habitadores da América por esta bebida, ela é a fonte da maior parte dos execrandos e freqüentes atentados, assassínios, que se cometem nestes sertões; assim como tão bem o é da inata estupidez, inação, e amada ociosidade das gentes deste continente; donde parece que nada haveria mais justo e apreciável, que o projeto de fazer derivar para a sociedade cômodos e utilidades daquela mesma fonte, que a é igualmente de prejuízo, e desordens. Em segundo lugar porque sendo este um gênero nativo do próprio país, nada há mais natural, que a imposição de qualquer ônus útil em o consumo dos gêneros desta natureza, pedindo todas as regras de uma bem entendida Política se não onerem os gêneros de exportação de qualquer colônia, porque aqueles vêm a redundar em dano do comércio das Capitanias, pela regra geral de que sempre as taxas e imposições vêm a recair sobre os compradores, e raras vezes sobre os vendedores, que se sabem acomodar nas suas vendas segundo os encargos que têm os seus efeitos. E em terceiro lugar: porque,

atendendo à natural inclinação das gentes d'América para a dita bebida, poucos gêneros do país estariam em igual razão, como este, de poderem assegurar um rendimento sólido e certo às Câmaras, sem o mais limitado gravame do mesmo povo, como passo a mostrar".

O mesmo Ouvidor Barbedo, na intenção de atrair os lançadores dos açougues, mandou que algumas Câmaras, principalmente as das vilas dos índios, que eram as mais pobres, assim como tinham subido o preço dos bois, subissem o preço da carne cortada para o consumo, fixando para esse efeito em $400 a arroba, o que entretanto não se operou, diante da oposição do governador capitão-mor.

Ouvidores que antecederam a Barbedo haviam tentado outros modos de acrescer alguns pequenos rendimentos subsidiários aos patrimônios das edilidades, para evitar a total ruína que as ameaçava. Assim, determinaram que na vila de Aracati todas as sumacas carregadas, entradas naquele porto, pagassem 10$000 a benefício do Conselho; na de Granja, para o mesmo fim, impuseram a módica taxa de um vintém de cada boi que se extraísse para as sumacas, que naquele porto iam fazer carga de carnes secas; e, na de Sobral, com a mesma aplicação, ordenaram que "das terras desertas e incultas da serra da Beruoca pagassem os novos cultivadores uma moderada e proporcional quantia em razão do foro, ou do senso para a dita Câmara".

"Porém — aduz o documento — pela sua negligência na arrecadação destes rendimentos secundários, eles não têm podido impedir o progresso da decadência, para que vão caminhando com grandes passos todas as Câmaras sem excetuar alguma nesta Capitania".*

As aguardentes vinham dos engenhos de Pernambuco e, por isso, o Tenente-general governador deixou de anuir ao tributo. . .

Umas Câmaras, exemplo a do Icó, no ato da sua criação ficaram com o direito de cobrar foros dos terrenos de suas doações, mas nunca o tornaram efetivo até a interferência do Ouvidor Costa Dias e Barros, que mandou pô-lo em execução nas vilas de Crato, Icó e Sobral, ampliando a cobrança dos foros até mesmo a terras doadas em sesmarias a particulares, sob o fundamento de que "estes Povos vivem sumamente aliviados de Impostos, porque não pagam outro algum tributo direto e coletivo que o Dízimo a Deus".**

Amofinando ainda mais a ação das Câmaras, freqüentemente lhes faziam oposição os Capitães-mores Governadores, os mais deles autoritários e vaidosos dos seus poderes com jurisdição sobre a Capitania, pois que simples letra morta no terreno da prática eram as limitações legais a que estavam sujeitos. Nomeados por patente régia, com exercício em três anos, cabia-lhe a inspeção das tropas e fortalezas, a proteção das autoridades civis, a manutenção da independência dos representantes da

* Coleção Studart, Livro 2, p. 204.
** Coleção Studart, Livro 2, f. 539.

Justiça e da Fazenda. Militar e policial, a sua atuação por miúdo era despótica, desabusada, violenta. Ganhavam, anualmente, 400$000 e percebiam emolumentos pelo provimento dos ofícios e datas de sesmarias.

Colimando atenuar-lhes as exorbitâncias, "para se atalharem as suas insolências", como se disse, foi que a Metrópole criou a governação civil na Capitania. Uma Ordem Régia, de 20 de outubro de 1738, advertia-os de que não podiam intrometer-se com as matérias da Fazenda, nem na Justiça: outra letra morta.

Nas vilas do interior, exerciam a polícia os Capitães-mores de milícias ou ordenanças, de funções gratuitas,* e dependentes dos governadores que os nomeavam. Logo em 1730, escrevendo ao Rei, expunha o Ouvidor Loureiro de Medeiros "Não é menor a confusão que há nas ordenanças da terra, nascida da muita cópia de coronéis, tenentes-coronéis, sargentos-mores, comissários e outros oficiais de semelhante graduação, sendo a maior parte deles tão indignos que muitos são vaqueiros e não poucos negros e mestiços, alguns com presunção de que são escravos fugidos a seus senhores; sendo os soldados tão poucos que a quarenta oficiais que se contam na ribeira do Ceará se acham só sete soldados".**

Poder-se-ão prever, quanto à ordem e à paz da Capitania, os efeitos desta organização milicial.

No judiciário-fisco os ouvidores, de nomeação régia e trienal, com ordenado da Real Fazenda e aposentadoria e propinas das Câmaras, superintendiam os juízes ordinários, juízes vintaneiros ou pedâneos, almotacés, todos cargos gratuitos.

Além doutras, puramente cíveis e criminais, eram suas atribuições proceder à eleição das Câmaras, nos casos em que não eram realizadas em tempo, e tomar conta dos réditos destas, a fim de que fossem bem arrecadados e despendidos. Depois de anexado ao de ouvidor o cargo de provedor da Fazenda, qual se resolvera "atendendo a que por este meio não só se aumentarão mais as minhas rendas, mas que com os emolumentos dados à dita ocupação se ajudará mais o dito ministro, para suportar os encargos do seu ministério", tocava-lhes, com subordinação à Junta da Fazenda em Pernambuco, fiscalizar e arrecadar as rendas da coroa e recolhê-las ao Recife. De lá é que se abonavam as importâncias dos ordenados e despesas da Capitania cearense.

Este sistema de Ouvidoria-Provedoria durou até 1799, ano em que se decretou a extinção desta última, criando-se a Junta da Fazenda do Ceará.

Completavam o quadro fiscal o almoxarife, encarregado dos recebimentos das rendas, e o escrivão da Fazenda incumbido da escrituração,

---

* Ordem de 25 de março de 1765, expedida por Borges da Fonseca, autorizou os Capitães-mores das vilas a perceberem $80 mensais de cada índio dado à soldada.[184] (v. 1, p. 311)

** Coleção Studart, Livro 2, f. 613.

afora outros oficiais menores, indispensáveis ao serviço. Ao Ouvidor pagavam-se 400$000 de ordenado, 100$000 para aluguer de casa, e mais, como provedor, 128$000 de propina na arrematação dos dízimos; tinham 2% sobre o valor dos bens que arrecadavam como provedor da Fazenda de Defuntos e Ausentes. Das Câmaras, nas correições ânuas, percebiam, a título de estada ou aposentadoria, uma propina fixa que, pelo uso, variava conforme as posses de cada vila, pois umas marcavam 12$800, outras 20$000 e terceiras 25$000, distribuídos entre o ouvidor e o escrivão e oficiais. Percebiam delas, outrossim, as propinas chamadas de *luto*, quando da morte de altas personalidades da corte, ou de *iluminárias*, quando das alegrias reais: casamentos, nascimentos etc. De tais impostos, causa de muitas extorções às míseras Câmaras, livraram-se estas pelo Alvará de 13 de julho de 1751.

O Almoxarife ganhava 50$000 de ordenado e 64$000 de propina, quantias que o escrivão da Fazenda também percebia, além de 1,5% nas dívidas cobradas por via executiva, à custa dos devedores.[195] (p. 341)

Nem sempre havia pontualidade e honestidade no recolhimento das receitas, nem boa ordem nas escriturações. Em várias ocasiões se fizeram sindicâncias para apurar as irregularidades e responsabilidades: em 30 de agosto de 1740, D. João, em carta ao governador de Pernambuco, mandou executar o que era devido à Fazenda, seqüestrando-se os almoxarifes e seus fiadores até justarem contas, baseado no relatório que lhes levara o Desembargador Marques Cardoso, das diligências que fizera em anos anteriores.[182] (v. 1, p. 203) Ainda a 1º de março de 1770 estava o Ouvidor Carneiro e Sá a pedir funcionários dos Contos do Recife, para reduzir à ordem e clareza os desordenados e confusos livros da Provedoria.[182] (p. 327)

A fonte substancial dos impostos régios eram os dízimos, suplementados pelo subsídio para as despesas com os casamentos dos príncipes reais, pelo subsídio militar, pelo subsídio literário e pelos quintos das minerações.

O *dízimo*, de início, aplicava-se especialmente às despesas eclesiásticas,* e por fim, na ausência de outros meios, a todas as despesas. "Imposto meio civil, meio eclesiástico", chama-lhe Capistrano de Abreu.

O *subsídio militar* destinava-se ao pagamento da tropa, e o *literário* ao dos professores primários.

Os dízimos cearenses arrematavam-se englobadamente com os do Rio Grande do Norte, mas a Ordem Régia de 16 de setembro de 1697, ao Provedor da Fazenda na Bahia, determinou fossem arrematados em separado. Criada a Provedoria do Ceará em 1725, passaram a ser objeto

*Dos rendimentos dos dízimos, D. João, autorizou em 15 de março de 1721, que se dessem para as obras do Hospício do Aquirás seis mil cruzados em três anos, dois mil cada ano, e se pagasse, anualmente, a Côngrua de 40 mil réis a cada Padre.[182] (v. 1, p. 153)

de arrematação, na sede da Comarca, em Aquirás, todos os anos. O ano corria de 1º de julho a 30 de junho.

A partir de 1755, as arrematações fizeram-se trienalmente e por freguesias separadas, recaindo, em geral, nos lanços de pessoas ricas de Pernambuco.

O pagamento dos contratos, em muitas ocasiões, era um mito, e tanto se acumularam as omissões que, em 31 de dezembro de 1796, os débitos ativos da Fazenda montavam a mais de setenta contos de réis.[20] (p. 124)

A maneira descurada com que se efetuavam a arrecadação e as prestações de contas havia de dar nisto: "os dizimeiros que o arrematavam depois de ter feito a experiência, preferiam deixar a outros o trabalho da arrecadação: um dos fazendeiros ou qualquer pessoa capaz do interior, em seu nome, ia pelos vizinhos a recolher os bezerros dizimados, pois a paga realizava-se em gêneros; depois de alguns anos, três ou quatro conforme a convenção, prestava contas: cabia-lhe pelo trabalho um quarto de gado exatamente, como aos vaqueiros".[2] (p. 148)

Este uso veio até os dias atuais, e sabe-se quantos vexames nasceram daí.

Informa Araripe que em 1718 rendeu tal imposto apenas 1:200$000. Somam 4:800$000 em 1730, diz, em carta ao Rei, Duarte Sodré Pereira, Tenente-general de Pernambuco. produzia mais ou produzia menos, se as épocas eram normais ou de perturbação, ou se era menos ou mais honesta a intervenção de apaniguados dos governadores, no momento das hastas.

Seja como for, a arrematação para 1755-1756, em quatro lanços — Icó, Russas, Acaraú e Ceará, somente produziram — 1:567$000.

Depois de 1770, já mais animado o comércio, foi aumentando o preço do gado e, por via, o produto dos dízimos.

Assim é que, no ano iniciado a 1º de julho de 1764, o total foi de 11:219$000, distribuído nas seguintes parcelas para cada ribeira: Ceará, 1:120$000; Acaraú, 3:330$000; Jaguaribe, 2:929$000; Icó, 3:840$000.

Nos crespúsculos do século, a ser exato o que informava o Escrivão Targino a Bernardo Manuel de Vasconcelos, não eram menores de oitenta contos de réis em cada triênio.[195] (p. 500) [20] (p. 129)

A coleta do *subsídio para as despesas de bodas reais* teve início em 1728, e recaía sobre cada cavalo ou cada rês que saísse para fora da Capitania, à razão de dois cruzados, e dois tostões, respectivamente.

Em 29 de maio desse ano, o Governador de Pernambuco estranhava, em carta aos vereadores de Aquirás, o pouco gosto com que se acolhera o novo subsídio; e em carta de 1º de junho explicava ao Governador e ao Ouvidor as maneiras e cláusulas da sua arrecadação, para a qual a Câmara logo baixou e expediu recomendações aos Capitães-mores das ribeiras, a fim de que ninguém retirasse gado vacum e cavalar para Minas

e Bahia, sem previamente prestar fiança ao imposto. A primeira arrematação, realizada a 25 de junho, por três ramos, alcançou 600$000 para a ribeira do Jaguaribe, a 270$000 para a do Acaraú e 206$000 para a do Ceará.[182] (v. 1, p. 178)

O outro tributo, *subsídio literário*, instituído pela Carta de lei de 10 de novembro de 1772, com o fim de custear as escolas criadas na forma de carta idêntica datada de 6 do mesmo mês, consistia: a) em dez réis sobre canada de aguardente fabricada na Ásia, África ou América; b) um real sobre cada arrátel de carne vendida na Ásia ou na América e sobre cada canada de vinho; c) quatro réis sobre cada canada de aguardente do Reino; d) $160 sobre cada pipa de vinagre.[182] (v. 1, p. 332)

Contendo uma arroba 32 arráteis, era de 32 rs. o subsídio sobre cada arroba de carne, cobrado juntamente com o imposto edil de 200 rs. por rês abatida, nos açougues das vilas e distritos.

O *subsídio militar*, ordinariamente conhecido por subsídio de sangue, estabelecido, desde 1654, pela Carta Régia de 15 de maio, incidia no gado vacum, quatrocentos réis por bois e trezentos e vinte réis por vaca que se transportassem para fora da Capitania, ou que nela se consumissem, fosse nos açougues particulares, fosse na sustentação dos lavradores e criadores.

Quanto aos *quintos*, apenas tiveram ensejo de ser recolhidos quando da exploração das minas de S. José dos Cariris Novos, em que, aliás, a Fazenda Real gastou muito para em compensação receber migalhas, como já ficou visto.

Deveriam adicionar-se, a todos esses tributos entrados para as arcas metropolitanas, o produto do gado do evento e os resíduos ou sobras dos réditos das Câmaras. Destas últimas esclarecia Feo e Torres, nas informações dadas ao Rei sobre o procedimento de Coutinho de Montauri (27 de fevereiro de 1791), ser "indubitável que tais resíduos nunca houve nem os haverá jamais, enquanto esta Capitania não florescer por meio da agricultura e comércio".*

Entretanto, Alencar Araripe assevera que, nos últimos anos do centênio, chegaram á altura de vinte contos de réis.[20] (p. 129)

Dos primeiros, dos bens eventuais, cuidou a Carta Régia de 5 de setembro de 1697, declarando propriedade da Real Fazenda, e não dos Carmelitas do Recife que os pretendiam, os gados bravios, sem divisa e marca, esparsos pela Capitania do Ceará.[182] (v. 1, p. 105) O Capitão-mor Pedro Lelou, a 20 de agosto do ano antecedente, havia dado aviso a Lisboa da existência de grande quantidade desses gados. Desde a expedição do diploma régio de 2 de junho de 1728, pertencia ao real erário o produto do evento assim como o dos escravos que fossem achados sem senhores.[170]

* Coleção Studart, livro 2, p. 579.

5.3. O DIFÍCIL DESENVOLVIMENTO

Não foram razões exclusivas do retardamento do progresso da Capitania as desavenças entre autoridades e a pobreza das finanças camarárias e reais.

Efetivamente, palmilhado pelos conquistadores o território, ocupado virtualmente todo ele, inclusive as serras, derradeiros redutos da indiada em fuga, houve de ser árdua e dificultosa a mútua adaptação de colonizadores e de naturais ao novo *habitat* criado pela invasão, onde uma civilização diferente se formava, norteada para uma sociedade essencialmente pastoril, de cunho muito próprio, pode-se afirmar peculiaríssimo, não só pela transformação étnica que se operava, na mistura racial dos dois elementos — ádvenas e autóctones — como pelas características duma organização econômica bem específica, que eflorescia do processo adaptativo.

A terra convidava, insinuava, forçava o colono às mais suaves e calmosas atividades pastorícias, e as circunstâncias o impeliam, apesar de vencedor e culturalmente mais adiantado, a aceitar, adotar do aborígine vencido hábitos e métodos que, afinal, consubstanciariam um regime novo de vida e trabalho.

Não resta dúvida, o ádvena, o homem-da-terra-a-dentro, na linguagem de Pedro Calmon, superpôs, à primitiva do índio, outra civilização, substituindo-a: "tomou-lhe (do índio) mais que o cabedal de experiência, os costumes, a sua atitude da natureza e dos problemas da vida campestre, a índole do selvagem. . . Continua, perpetua o aborígene. Ele desapareceu, caçado pelos colonos, porém subsiste na realidade social dos vencedores, absorvidos por estes, redivivo no seu mimetismo, consciente ou hereditário.[61] (p. 66)

No imperativo da acomodação, simplificou os costumes portugueses, tomando aos naturais o jeito de viajar, alimentar-se, viver, bater-se e dormir. "O sertanejo seminômade, o bandeirante, o vaqueiro, não só conheceram a rede de fio, que lhes legara o índio". "Copiam dos índios o sistema de plantar as roças, pedindo assim à terra nova a mandioca, o milho, a batata, o fumo". O sertanejo passou a morar, trabalhar, caçar como o indígena." [51] (p. 194)

Euclides disse doutra forma: "O sertanejo tomando, em larga escala, do selvagem a intimidade com o meio físico, que ao invés de deprimir enrija o seu organismo potente, reflete na índole e nos costumes, das outras raças formadoras, apenas aqueles atributos mais ajustáveis à sua fase social incipiente.[47] (p. 111)

Varnhagen minuciosamente explica e discrimina por que e como o colono se afez e tomou para o seu sistema de vida, no Brasil, usos, costumes e processos indígenas.[20] (v. 1, p. 264) Alexander Marchant resume Varnhagen

e extrai da sua exposição considerações de ordem econômica muito lógicas.[57] (p. 26) É vantagem lê-los.

Nas inter-relações que elaboraram o tipo nordestino, dentro deste o cearense, o *contingente da geografia* foram os magníficos campos forrageiros e as caatingas sadias; a qualidade das terras esquivas a uma agricultura compensadora com os recursos agrários da época; a mesmidade do clima reprodutor por excelência, batido de ventos e sol, anulando as endemias, embora dominando tudo, vez por outra, em fúrias de aniquilamento — as secas, o signo maldito do Nordeste. A *contribuição humana* foram as qualidades aventurosas do luso destemido e as volúveis do ameríndio valente e insedentário, as omissões da Metrópole, dando lugar ao despoliciamento, à desassistência moral e à fraqueza de organização da vida social; e, finalmente, a orientação mesma do povoamento, trazendo de fora, para o ambiente, homens já inclinados e afeitos à criação e ao vaqueirismo.

Na soma das influências recíprocas desses fatores fisiográficos e antropogeográficos parece que preponderaram os primeiros, plasmando aquele tipo.

Antropologicamente, ao autor de *Os Sertões* ele se apresentou, não afirmamos se com acerto, como a expressão de uma subcategoria étnica já constituída, "feições e estatura variando ligeiramente em torno de um modelo invariável, logo ao primeiro lance de vista distinto do mestiço proteiforme do litoral". Com vigor, desenhou o Euclides, naquela página-jóia: "O sertanejo é antes de tudo um forte. . ."

Psicologicamente, resultou este debuxo: "Despreocupado, fatalista, indiferente aos perigos, o cearense é ambicioso e hospitaleiro, quase nômade, perseverante, com fino espírito de observação, corajoso e intrépido, orgulhoso e ao mesmo tempo simples, alegre e imaginativo, social e comunicativo, amigo dos divertimentos, sobretudo da música, da dança, do jogo, dos desportos, da vida militar, das intrigas políticas.[145] (p. 17)

Por certo existe a explicação etiológica.

A vadiagem dos primitivos tempos, numa existência ao deus-dará, de fazenda em fazenda, arranjando *encosto*, deu-lhe a despreocupação e o identificou com as situações perigosas. Os anos maus, de estiagem, obrigando-o a suportar penúrias, a desdobrar-se em esforços ingentes, a retirar-se, por fim, para buscar alhures a subsistência, imprimiram-lhe n'alma a tenacidade, a resignação à dor, a sobriedade e esse asaverismo que o tem conduzido aos pontos mais afastados do globo.

A fartura dos anos bons, dando demais para as suas poucas exigências, incrustou nele o sentimento da prodigalidade e da hospitalidade, e o seu alheamento do mundo civilizado o transformou num curioso, num observador, a ansiar por novos conspectos.

E porque foi educado na escola do pastoreio, necessariamente tinha de ser, antes de tudo, vaqueiro. Apegado à vaqueirança, restringe as suas relações ao círculo estreito da fazenda, que dirige , discricionariamente

adquirindo ares de orgulhoso ou desconfiado, de resto só aparentes, porque, desfeita a cortina da desconfiança, se transmuda, talvez vaidosamente, num expansivo e num loquaz, de alma simples, porventura ingênua. A vida livre dos campos, sem horas de expediente, trabalhando naquele dia se quer ou até quando quer, conservou-lhe o congênito espírito de liberdade e insubmissão.

Filho duma gleba sofredora, sofrendo com ela e por sua causa, fez-se um bairrista, um saudosista, se ausente, roído a todo momento da vontade de voltar.

Por isso tudo, acumularam-se na sua psique qualidadese aptidões, se não excepcionais, ao menos singulares, particularmente suas, indiscutivelmente admiráveis, que o lirismo tem enfeitado ao exagero, pois não é de duvidar que se tenham forgicado mais pelas forças exteriores, exógenas do meio, numa resultante incoercível, do que pela ancestralidade ou hereditarismo dos componentes rácicos, endôgenos, que o produziram.

Convenha-se em que para ele, mais do que para qualquer outro homem no Brasil, a luta é condição de vida. Não tem lazeres nem tréguas: se hibernar, morre. A geografia amarra-o a uma alternância enervante: nos períodos invernais da abundância, trabalha e luta *economicamente* — produz; nas reviravoltas dos céus, negando-lhe as chuvas, luta e age instintivamente — salva-se. Mas luta sempre.

Noutro cenário, estamos em que seria o Jeca. Aqui, é o Mané Chique-Chique[10] que não vegeta de cócoras, nem modorra no silêncio; ao contrário, fala, canta, ri, ama e vive. O que ele não teve, desgraçadamente, foi ajuda, instrução, desde a era colonial, e por aí ficou pisando o mesmo terreno, recrutamente marcando passo. Não se é autodidata sem certo lastro de noções iniciais, de que se vão deduzindo as mais complexas. E na esfera da economia política muito mais difícil é o autodidatismo, porquanto os métodos racionais do trabalho, a organização do trabalho, não se conseguem por intuição individual.

Sair do misoneísmo, romper com o ramerrão, é obra de educação orientada e intensa. De longe que estava, não pôde ver como se trabalhava melhor e se produzia melhor.

Misoneísta, aferrada ao naturismo originário, havia de ser, por conseguinte, a vida econômico-social do homem sertanejo.

Na miscigenação cearense o europeu, padreador principal, já veio racialmente mesclado e o ameríndio na maioria era tapui, o que fez emergir da conjugação um mamaluco difuso — o *caboclo*, a misturar-se em subcombinações multiformes, até que, trazendo um pouco de sossego às índias, entrassem, mais tarde, na trama dos cruzamentos, as matrizes das negras afras, passivas e acomodadas, gerando mais *cabras* cafuzes do que mesmo crioulas, e baralhando mais ainda a mestiçagem, sem deixar antever um molde biotípico, uma uniformidade, absorvente indagação dos estudiosos da nossa sociologia, que, em sua metaquímica sonhadora,

nada mais têm encontrado do que meros "precipitados fictícios", na interessante comparação de Euclides.

"A cor dos sertanejos, observou Koster, varia do branco (os quais em pouco número necessariamente) ao moreno escuro, com tantas gradações que será raro encontrar-se dois indivíduos com a mesma variedade de coloração. Os filhos dos mesmos pais raramente têm a mesma cor e as diferenças são às vezes sensíveis e, em certos casos tão flagrantes, que se podia duvidar da legitimidade, mas o fato é tão comum que a indecisão desaparece".[87] (p. 207)

Os brancos, que formavam a classe mais diminuta, retendo os cabedais da civilização e os dos gados trazidos e reproduzidos, constituíam a casta rica, proprietária, enfeudada nas fazendas e servida, a troco de compensações mesquinhas, por agregados e forasteiros.

O resto vagabundeava, ou preguiçava nas pequenas aldeias missioneiras, plantando, se muito, uma lavourazinha que mal lhe dava o sustento do estômago.

Ficaram, assim, os donos armentosos, a consolidar na multiplicação dos rebanhos a sua riqueza privada, que era, ao mesmo tempo, a base econômica da Capitania, enquanto por outro lado os demais teriam de amassar proletariamente o pão da vida, impelidos pelo indomínio dos instintos à ociosidade, ao furto e ao crime, paralvilhos e tunantes, objeto de quantas representações das Câmaras e não poucos atos repressivos do governo. "Em extremo vadios, dissolutos nos costumes e cheios de vício que pode produzir no coração humano uma vida licenciosa no centro da mais crassa ingnorância — observou o naturalista João da Silva Feijó.

Já, em 1720, se inquietavam os conselheiros ultramarinos com a punição de malandros e malfeitores do Ceará, que a Carta Régia de 16 de maio ordenava fossem degredados para a guarnição dos presídios de Angola, o mesmo tendo imposto a Ordem de 27 de maio de 1729. A 7 de agosto de 1744 a Câmara do Aquirás representava à Metrópole contra eles, que não cessavam de infestar a Capitania.

Providência mais ampla e enérgica viria depois, como a que se encerrava na Ordem de 22 de julho de 1766, obrigando fossem distribuídos tais vagabundos e ladrões nos povoados existentes com 50 fogos para cima, "repartindo-se-lhes com justa proporção as terras adjacentes, sob pena de serem os refratários considerados salteadores e inimigos comuns". A medida deu margem à criação das vilas de Sobral, Quixeramobim, Russas e Tauá, mas na realidade, não feriu o alvo, uma vez que após muitos anos, em 1795, o Capitão-mor Feo e Torres publicava um bando (23 de fevereiro), salientando a ação nociva e devastadora dessa espécie de indivíduos, "ainda mais perniciosa do que a mesma seca com que a mão onipotente quis flagelar a maior parte deste continente".[182] (v. 1, p. 404)

Anteriormente, talvez exagerando, expusera o Ouvidor Avelar de Barbedo à Rainha: "Metade dos habitadores desta comarca (que era toda a Capitania) são vadios sem ofício, ou vagabundos por natureza, como os árabes; uns e outros não vivem mais de que de furtos de gados, de que abunda o país, andando sempre forasteiros em toda parte".

E passou a sugerir os meios que julgava bons para torná-los "úteis à sociedade de que são cargas infrutuosas": as Câmaras, segundo as idéias do Ouvidor, juntariam em primeiro lugar aqueles vadios de cada distrito e os obrigariam a trabalhar, sustentando-os, a princípio, até a colheita das suas plantações, e fornecendo-lhes utensílios e ferramentas necessários à agricultura, até que os pudessem adquirir, agrupados, para não haver confusão, em pequenas sociedades ou companhias, "a que se assinassem proporcionalmente diferentes retalhos do país para cultivar, e a cuja conduta e manejo velassem os comandantes dos distritos (já que de nenhuma outra coisa servem na América), ficando responsáveis da distribuição e arrecadação de todos os aprestos e mais auxílios que as Câmaras fornecessem".

Em segundo lugar, deviam as mesmas Câmaras oferecer módicos prêmios aos cultivadores, "já aos que de novo abrissem e plantassem terras até ali incultas e desertas, já aos que descobrissem modos fáceis de descapuchar o algodão e outros semelhantes objetos".

Ninguém escutou o proponente.

Quanto à pobre indiada, suportava esta toda sorte de vexação da brutalidade e ganância dos fazendeiros, até das autoridades e dos padres, contra todos os quais nenhumamente a acobertaram as ordens e previsões enviadas a Portugal, objetivando a sua proteção e a das mulheres e filhos.

Um alvará em forma de lei, de 23 de novembro de 1700, fizera concessão, a cada missão de índios, de uma légua de terra em quadro, para a sustentação destes e respectivo missionário, devendo cada aldeia compor-se ao menos de 100 casais. Não se passaram dois meses (11 de janeiro de 1701) e novas régias decisões regulavam a vida dos naturais, prescrevendo-se, entre outras coisas, que os Capitães-mores não pudessem tirá-los para os misteres privados de suas casas, currais e outros serviços, sem consentimento do missionário e o devido pagamento, nem se utilizarem das farinhas de suas roças; para o serviço real só os poderiam deter durante o tempo máximo de 15 dias. Fora das aldeias, os Capitães-mores de milícia os deveriam ter sob sua jurisdição, no seu distrito; e estabeleceram-se processos especiais para os casos de fuga dos escravos índios, cuja compra e venda deveria ser feita com ordem do juiz distrital e mediante comprovação da qualidade de senhorio. E uma Provisão de 10 de dezembro de 1720 proibiu que os viajantes se hospedassem nas casas dos índios, a fim de se evitarem a sedução das mulheres e outros abusos alicantinos.

Em face disso, as povoações missionadas, que o começaram a ser pelos jesuítas desde a Carta Régia de 22 de outubro de 1735, valhaceitavam

os egressos das fazendas, as quais a cada passo se desfalcavam de braços necessários à sua movimentação: "os moradores desta Capitania estão sem ter quem os sirva pela falta que lhes têm feito os escravos que tinham filhos da terra, e por essa mesma experimentação considerada perda na criação de seus gados, que é o de que vivem neste sertão por lhe servirem de pastores, e fábrica deles" — clamavam os vereadores do Aquirás a El-Rei, na petição que lhe dirigiram a 16 de dezembro de 1748.[182] (p. 241)

Idêntica representação, e com os mesmos argumentos, contra os missionários fez a Câmara do Aracati recém-instalada: "além da rigorosa seca que tem experimentado esta Capitania do Ceará desde o ano de quarenta e três a esta parte, pondo os seus moradores em considerável diminuição de bens, que são os gados em que consistem seus cabedais e criação nestes sertões", acumulava-se outra causa, "que é a falta dos escravos filhos da terra; porque sem eles não podem aproveitar e beneficiar os ditos seus gados que lhes servem de fábrica, assim como nas partes deste Reino os nossos pastores, sendo a causa desta falta a fuga que fazem a seus Senhores há anos a esta parte refugiando-se a qualquer Aldeia e Missões, onde são defendidos pelos Revdos. missionários delas".[182] (p. 342)

Ao contrário do que era de supor, a coroa não lhe deu ouvidos e firmou-se no propósito de proteger cada vez mais os nativos, ao ponto de decretar a legitimidade e limpeza dos casamentos dos seus vassalos, do Reino e da América, com as índias, preferindo, mesmo, aqueles que os aceitassem e assim os seus descendentes, nos empregos públicos, que poderiam ocupar sem necessidade de dispensa alguma. Foi a tanto o zelo, que proibiu que alguém, por desprezo, lhes chamasse de caboclos, sob a pena de degredo para fora da Comarca, e não demorou sobreviesse o conhecido alvará de 8 de maio de 1758, que estendeu aos primitivos habitantes de todo o Brasil as disposições dos de 6 e 7 de junho de 1755, em razão dos quais lhes era dada, no Maranhão e no Pará, a liberdade pessoal e a de seus bens e comércio, sem restrição alguma.[182] (p. 275)

Depois, veio a extinção da Companhia de Santo Inácio e, como resultado, a entrega das aldeias missionadas a vigários coadjutores, diretores e mestres, sem na realidade nada lucrarem os aldeados, nem o progresso da Capitania, em que pese à elevação das mesmas aldeias à categoria de vilas.

Se eram eles explorados pelos jesuítas, muito mais sem eles o iriam ser daí para a frente.

Dá vaga idéia das suas atribulações o bando do Governador Feo e Torres, de 18 de maio de 1798, no qual, recordando as incessantes providências dos seus antecessores e dele próprio, tenta coibir as fraudes que "muitas pessoas de consciência menos ajustada cada dia cometem nas negociações clandestinas com os índios, vendendo-lhes os gêneros

por exorbitantes preços e por medidas e pesos falsos, e usando finalmente de todas as traças que a malícia pode inventar".[182] (p. 422)

Foi dessa maneira que também os encontrou Bernardo Manuel de Vasconcelos: "No Ceará só se têm visto os índios trabalharem para os Pes. jesuítas extintos e para si, e de presente para os Governadores, Ouvidores, Diretores e Vigários com o pequeno salário de $50 por dia, que lhes dá o Diretório, que os não satisfazendo, fogem das Povoações e se ocultam nas montanhas onde vão cultivar um terreno que lhes dá para si e suas famílias quanto necessitam, gozando a paz duma vida tranqüila e livres da cobiça dos europeus que tanto os consternam".

E mais: "Examinando o Mapa vejo que a Capitania do Siará tem sete Povoações de Índios denominadas — Arronches, Messejana, Soure, Monte-Mor-o-Velho, Monte-Mor-o-Novo, Vila Viçosa e Crato, hoje consideravelmente diminutas pelo vexame que lhes causa o bárbaro costume dos Governadores, Ouvidores, Diretores e Vigários arrancarem os filhos dos braços de seus pais e os mandarem servir a diferentes Capitanias, donde jamais voltam a sua Pátria, debilitando-se assim a cultura tão necessária daqueles terrenos".[195] (p. 498)

Preso por ter cão e por não ter: tentavam a paz de espírito e a liberdade, fugindo dos senhores rurais para as aldeias, e destas para as serras desabitadas, mas sempre torpemente espoliados e sofredores.

Olhe-se, enfim, para o que eles ganhavam, além da comida e roupa, conforme o Regimento de suas soldadas, baixado em 1787: os de doze a quinze anos de idade, 3$600; os de quinze a sessenta, 4$800; se mestre de ofício, 20$000. Anualmente, não se deve esquecer!

A diária de cada índio nos trabalhos da construção da ponte do rio Cocó, em 1794, era de 40 rs.

Tudo isso, ou seja, as hostilidades mútuas e sem termo das autoridades, atropelando o seguimento natural da administração; o erro de origem da criação das vilas, deixando as Câmaras à mercê das maiores aperturas financeiras, sem poderem realizar os melhoramentos coletivos; o desamparo das classes pobres — indígenas e caboclos — e o seu recalcamento a uma situação material e moral injusta e miserável, até arrastá-las a uma passividade quase indu; a ausência de polícia educativa, preventiva e punitiva, favorecendo a ociosidade e o crime; a incultura dos habitadores, dispersos e analfabetos, no insulamento duma demografia rarefeita, trancando as inteligências e os corações aos pensamentos e sentimentos mais esclarecidos e apurados, e forçando a uma rotina pesada nos métodos de trabalho, tudo isso aliado às intermitências da vida econômica, provocadas pelas estiagens arrasadoras, colocando o homem em constante recomeçar, eram motivos para que se apresentasse tarde, frouxo, desconexo, o desenvolvimento da Capitania.

E não se deve omitir outra causa danosa: a indemarcação das terras, mãe de sérias indisposições, que degeneravam em verdadeirs guerras entre os sesmeiros.

A 27 de maio de 1731 a Câmara do Aquirás pedia a atenção para os graves prejuízos da falta de medição das sesmarias, tendo El-Rei ordenado, logo a 26 de novembro, providências neste sentido. Entretanto as despesas das medições em confronto com o valor das terras, por muito elevado, privavam resultados satisfatórios, continuando tudo como dantes. Théberge escrevia em 1862 o que se pode repetir atualmente, sem tirar nem pôr: "esta omissão foi preparando para o futuro uma confusão do direito de propriedade territorial, que hoje faz o desespero da justiça e dos legisladores, e esta confusão vai aumentando cada ano e tornando-se cada vez mais incurável".[195] (v. 1, pp. 142-87)

Os governos e os tribunais ainda hoje não atinaram nesta causa de tropeço econômico: os primeiros, indiferentes a ela, e os últimos, superpondo ou preferindo, nos julgamentos dos processos demarcatórios e divisórios, à realidade e necessidade da vida, as teóricas belezas das teses jurídicas e as questiúnculas estéreis das interpretações processuais.

Fiat justitia, pereat mundus. Que o mundo despenque, porém não se toque no tabu daquele artigozinho do código de processo.

Os grupos de população distanciados e sem relações entre si, à falta de comunicações mais rápidas, não tinham, salvante duas ou três, apreciável vida comercial; e a pequena sociedade que neles residia conformava-se a um mínimo de bem-estar material, morando em casas desconfortáveis e alimentando-se quantitativamente bem, mas, é certo, sem as regras do bom gosto culinário. Comia-se mais do que se ingeria alimento nutritivo.

Intelectualmente, marasmavam sem leitura, sem correio e sem notícias, que lhes chegavam demoradas e sem vibração, trazidas, por não haver imprensa, pelos tangerinos de retorno. Ou pelos mascates, "vendedores ambulantes que percorriam, em constantes viagens, as vilas e as freguesias, as fazendas e os engenhos, os sítios e os povoados, as feiras e as estradas, e que, ao mesmo tempo que faziam o seu negócio, lançavam modas, introduziam usos e costumes, estimulavam a adoção de novos hábitos, exerciam, enfim, uma grande influência, contribuindo insensivelmente para que fossem desaparecendo, aos poucos, as feições bem distintas e características da vida do litoral e do interior, este mais retardatário e menos adaptável às inovações".

A inexistência de bons portos na costa areiosa e sem recortes, e o encabrestamento dos negócios a Pernambuco estiolavam mais a mais a expansão da Colônia, onde o dinheiro só muito escassamente circulava, porque ainda preponderava o regime dos escambos, mercadoria por mercadoria, e pagamento, em gêneros, dos serviços e salários.

Em açúcar é que o Ouvidor Mendes Machado recebeu, em 1733, por intermédio de seu procurador, a quantia de 606$570, que lhe devia, de ordenados, a Fazenda Real, e somente depois da Ordem Régia de 10 de fevereiro de 1744 as côngruas dos padres passaram a ser efetivadas em moeda. Em mercadorias continuava a pagar-se a infantaria do presídio.

Recolhidos em espécie eram os impostos — dízimos, quintas e fintas, assim como em farinha os vencimentos dos mestres das escolas das aldeias (criadas pela Ordem de 13 de setembro de 1768), à razão de um alqueire, anualmente, para cada rapaz ou rapariga que as freqüentasse, não sendo entretanto obrigado cada chefe de família a contribuir com mais de dois alqueires, se para elas mandasse mais de dois alunos. A farinha, se faltasse, seria substituída por outros gêneros alimentícios.

Para não ir muito longe, basta lembrar que ainda em fevereiro de 1778, reiterando resoluções tomadas em vereações anteriores, de 1º de fevereiro de 1768 e 2 de dezembro de 1774, a Câmara da vila de Soure, pertinho da Capital, regulamentava a maneira de evitar a falsificação dos novelos de fio de algodão ou *nimbós*, cada um valendo um vintém, e oito pesando uma libra, os quais, sem repugnância, corriam entre os moradores como dinheiro mais pronto.[182] (pp. 317, 338, 344)

Todavia, é bom deixar esclarecido que, em 1787, Avelar de Barbedo dava referência a "avultadíssimos dinheiros pertencentes à Fazenda Real", por ele arrecadados na correição que estava fazendo, e de modo particular falava de "perto de 10 mil cruzados de prata", que tornavam de pesados, incômoda e onerosa a sua condução.[195](p. 388)

Ia, assim, rolando a centúria.

Em 1738, instalara-se a vila do Icó, o arraial de maior movimento do interior, capitaneando a mais povoada das ribeiras — o médio Jaguaribe. A de Aracati, primogênita do negócio das carnes secas e que, em vista disso, teria de ser a mais rica, inaugurou-se dez anos depois. Sob a égide da Ordem Real de 14 de setembro de 1758, graduaram-se em vilas as antigas aldeias das missões jesuítas — Ibiapaba, Caucaia, Parangaba (1759) e Paupina (1760), recebendo os nomes portugueses de Viçosa, Soure, Arronches e Messejana. A de Baturité só o foi em 1764, com o nome de Monte-Mor-o-Novo da América. E em 1773 a antiga fazenda de Caiçara recebia o título pomposo de Vila Distinta e Real de Sobral, e a Macavoqueira o de Vila da Granja. A última seria a de Campo Maior de Quixeramobim, promovida em 1789.

Aquela subordinação aos interesses do Recife amarrava demais, peava: a Câmara da Fortaleza gritava pela libertação do comércio direto com Lisboa (27 de setembro de 1783), porém debalde. O Ouvidor Avelar de Barbedo, em 1786, fez-se eco desta reivindicação, mandando dizer para lá que se "devia averiguar a mútua utilidade que deve resultar ao Reino e a esta Capitania, fazendo-se o Comércio dela direto daqui para Portugal, e não intermediariamente por Pernambuco, o que faz perder aos gêneros uma terceira parte do seu valor, que podia redundar em benefício do Reino, e não de uma outra Colônia".*

* Coleção Studart, t. 2, p. 244.

Igualmente assim, o irrequieto e progressista Montauri promete tudo à Capitania se "tiver a felicidade de ser auxiliada e promovida, com cujo benefício talvez não só igualasse mas também disputasse a primazia às outras florescentes Capitanias deste continente do Brasil, com bem vantagem e interesse do real serviço" — são palavras da sua dialética ao Ministro do Rei.

A resposta, apesar de tudo, somente viria em 1799.

Bernardo Manuel de Vasconcelos entrevê as origens furtivas da protelação da Coroa, nesta transpaginação, a despeito de longa, necessária: "A desgraça com que se cobre aquela importante colônia, enquanto a mim, é a mais principal não ter uma navegação direta à Capital de Lisboa, pois como os seus gêneros se recebem por Pernambuco, se reputam a maior parte deles legítimos de Pernambuco, não merecendo por isso o Ceará a menor contemplação nem o menor empenho, que felicite o seu argumento. A navegação d'Oeste para Leste bem como a do Norte para o Sul na costa da América meridional é lenta e trabalhosa pela escassez da monção, falta de ventos próprios, correntes das águas, e tão perigosa pelos escolhos, recifes, e parcéis, que bordam toda a Costa, principalmente do Ceará até a enseada de Vasa Barris nos mares da Bahia. Conhecendo os povos do Ceará estes riscos do seu comércio, ouvidas as Câmaras, requereram a sua Majestade lhes permitisse uma navegação direta à Capital, porém mandando-se ouvir aos Generais de Pernambuco, estes embaraçaram com simulados ou inadvertidos pretextos a concessão desta graça, fazendo essa objeção um corte sensível da felicidade daqueles povos e aumento da Real Fazenda. O destroço é conhecido e lamentável em contínuo prejuízo daqueles colonos, pois os gêneros que produz o Ceará os embarcam em sumacas, que vão a Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro, levados por um frete maior do que pagariam se viessem em direitura à Capital, com viagens que excedem o duplo das usuais daquele continente e por práticos ou mestres, que pela sua imperícia e ebridade naufragam miseravelmente com perda grave daqueles povos e comércio, pois é raro o ano em que não se contam muitos destes naufrágios, que remediariam se a navegação fosse direta a essa Capital. Estas são as tristes conseqüências dos obstáculos fictícios com que os Generais de Pernambuco impugnaram a navegação direta a Lisboa, sem se acordarem destas ruínas, atendendo talvez somente ao ambicioso capricho de dominarem com ilimitada jurisdição mais mil e duzentas léguas quadradas, que tantas compreende a Capitania do Ceará e de terem mais mil e duzentos contos de réis, que passam a avultar mais as suas remessas, que tantos anualmente derrama o Ceará, pelas suas produções, em Pernambuco! E quem será que conhecendo os riscos dobrados daqueles transportes, os cômputos das despesas não afirme que por esta causa se dobram as impossibilidades daqueles colonos, da cultura e aumento da colônia?

Não se pode argüir a menor impossibilidade para a navegação ser direta a esta Corte, pois bem se conhece que as barras de Moçoró, de Jaguaribe, do Acaraú e do Camocim dão suficiente entrada a corvetas pequenas, e por haverem sumacas de maior lote, que entram naqueles Portos pelo comércio das carnes e várias embarcações que têm arribado ao Ceará."[195] (p. 500)

Toda essa série de contratempos abafava os estímulos dum adiantamento de maior envergadura. Mas veja-se que de cem mil não passava a população da Capitania, que o mesmo Bernardo de Vasconcelos considerou "uma colônia de homens que tem vivido mais segundo a lei da Natureza do que segundo os princípios da Sociedade e Civilidade humana e cristã".

5.4. OS CAPITÃES-MORES

Acompanha-se melhor a evolução administrativa e militar do Ceará até 1800, conhecendo-se a relação cronológica dos seus Capitães-mores governadores, sobre alguns dos quais as informações são quase indigentes:

01) *Pedro Coelho de Sousa* — Açoriano, morador na Paraíba. Homem de linhagem nobre, foi o precursor dos bandeirantes do Ceará. Não pôde realizar os seus sonhos de fundação de uma *Nova Lusitânia*, cuja capital seria *Nova Lisboa*, tentada na foz do rio Ceará. A sua *bandeira* arruinou-o e viveu o resto da vida a implorar paga dos seus serviços, até morrer paupérrimo em Lisboa.

02) *Martim Soares Moreno* — Veio para o Brasil muito jovem. Dotado de muito destemor pessoal e bastante senso da vida prática, soube conquistar o título de "Fundador do Ceará." Sua existência, ele a devotou ao serviço do seu Rei. Durante 46 anos seguidos, em triunfos e amarguras, esteve no cenário da vida colonial do Brasil norte. O documentário das suas atividades é volumoso. Muito se há escrito sobre Martim.

03) *Manuel de Brito Freire* — É fora de dúvida que dirigiu o forte de "S. Sebastião" cerca de 14 meses, recebendo-o de Soares Moreno quando este, em 1613, teve de acompanhar Jerônimo de Albuquerque ao Maranhão a fim de expulsarem os franceses. Há historiadores que sustentam haver ficado Estêvão de Campos no comando do forte, mas, se isto aconteceu, foi por tempo exíguo, como pensa o Barão de Studart.

04) *Martim Soares Moreno* — Novamente, com provimento de dez anos. Nomeado em 26 de maio de 1619, somente tomou posse em 23 de setembro de 1621. Deixou definitivamente o Ceará em 1631, já esgotado o seu período, seguindo para Pernambuco, a dar combate aos flamengos.

05) *Domingos de Veiga Cabral* — Nomeação de 19 de julho de 1630, por seis anos. Recebeu o cargo do próprio Martim, que era seu tio e a quem muito auxiliou. Chegou ao Ceará em 6 de janeiro de 1631 com o título de Capitão-mor e o de Capitão da infantaria que o acompanhava, para guarda do forte.

06) *Francisco Pereira da Cunha* — Nomeado pela Carta Régia de 26 de outubro de 1637. Já, então, se achava o Ceará em poder dos holandeses que, antes de sua chegada, arrebataram o fortim do Ceará aos portugueses, prendendo Bartolomeu de Brito, seu comandante, e os soldados da guarnição, em número de 23. A sua nomeação foi renovada em 3 de janeiro de 1641, sem nenhum efeito, porém, dado que o Ceará continuava dominado pelos soldados de Nassau.

07) *Diogo Coelho de Albuquerque* — Nomeado pela Carta Régia de 13 de julho de 1645. Não tomou posse, pois a fortificação do Ceará continuava abandonada completamente destruída que fora pelos índios, assassinados todos os holandeses defensores. Naufragou a caravela que devia trazê-lo.

08) *Álvaro de Azevedo Barreto* — O primeiro a governar a Capitania após a expulsão dos holandeses. Indicado por Francisco Barreto de Meneses, Governador de Pernambuco, em data de 4 de maio de 1654, teve a sua nomeação confirmada por Ordem Régia de 23 de novembro seguinte. Foi quem deu ao forte Schonenberch o nome de Nossa Senhora d'Assunção, que invocara como protetora da ermida por ele construída no citado fortim. Serviu na guerra da Restauração com insigne valor e constância, sendo Alferes da Companhia de que era Capitão Antônio Jácome Bezerra, pelejou em Serinhaem com esforço tão desmedido que bem mostrou ter herdado com o sangue o valor de seus maiores. "A medida das ocasiões subia de crédito o seu nome e eram tantas as ocasiões que se não podem reduzir a número".

09) *Domingos de Sá Barbosa* — Nomeação pela Patente Régia de 13 de setembro de 1655.

10) *Antônio Fernandes Menxica* — Nomeado pelo Governador de Pernambuco, André Vidal de Negreiros, não quis obedecer às ordens do Governador do Estado do Maranhão a que o Ceará, pelo menos oficialmente, continuava sujeito.

11) *Diogo Coelho de Albuquerque* — Segunda nomeação. Administrou a começar de 1660 e entregou o governo a João de Melo de Gusmão, em 14 de dezembro de 1663. Em carta de 16 de maio de 1661, faz queixas contra o Governador de Pernambuco Francisco Brito Freire, que abusivamente lhe tirava a jurisdição e enviara à Capitania um preposto com o fim de desmoralizá-lo. Em razão disto, propunha ficasse a praça do Ceará subordinada diretamente ao Governo Geral, devendo ser efetivos no presídio os respectivos soldados, e não mandados de Pernambuco

todos os anos, como até então se praticara. Diogo foi Comendador da Ordem de Cristo, Cavaleiro da Casa Real e Governador de Angola.

12) *João de Melo de Gusmão* — Nomeado em 18 de novembro de 1660, só em 14 de dezembro de 1663 assumiu as funções de cargo. Teve licença para trazer a mulher e os filhos e efetivamente os trouxe. Foi a sua a primeira família branca a vir ao Ceará, depois da de Pero Coelho. Até a chegada de sua aludida família, apenas havia a infantaria de presídio que, como ficou visto, era anualmente substituída por outra, enviada do Recife. Conhecia bem a língua geral e os costumes dos indígenas. Em 3 de dezembro de 1666, ainda no cargo, ordenou se desse guerra aos Paiacus, que se achavam nas proximidades da fortaleza (sítio Precabura) e se "matasse a todos os que pudessem pegar em arma". A medida extrema era determinada pelo fato de terem os mesmos indígenas assassinado a várias pessoas e viverem em constante atitude de "traidores desleais", pondo em alvoroço as Aldeias dos pacificados. Faleceu Gusmão no Ceará, tendo-se retirado a viúva e os filhos para o Maranhão, em viagem penosa, pela praia.

13) *João Tavares de Almeida* — De acordo com o parecer do Conselho de Ultramar, datado de 31 de maio, a Resolução Régia de 4 de junho de 1666, nomeia-o Capitão-mor, por três anos.* A Carta Patente é de 27 de julho seguinte. Foi seu sucessor

14) *Jorge Correia da Silva* — Também nomeado por três anos. Carta Patente de 5 de agosto de 1670. Muito lutou contra os índios rebelados, principalmente os Paiacus, aos quais faz guerra a pedido dos principais João Algodão e Francisco Arajiba, da Aldeia de Parangaba, e dos chefes dos Jaguaribaras, de nome Cachoe e Muxuare.

15) *João Tavares de Almeida* — Segunda vez. Havia ficado no Ceará, a servir no presídio. A sua nova Carta Patente é de 2 de outubro de 1673, mandando-o servir por três anos; mas faleceu em 1674, antes do término do prazo. Substituído por

16) *Bento Correia de Figueiredo* — Nomeado por D. Pedro de Almeida, Governador de Pernambuco. De 1674 a 1678. Houve-se com habilidade e coragem, "acudindo com todo o cuidado a defensa daquela Praça (Ceará), fazendo quartéis e estacadas, assistindo com grande trabalho à reedificação dela com sua pessoa e dispendendo muito da sua fazenda com índios que trabalhavam, oprimindo ao gentio com guerras por inquietar os índios domésticos, destruindo os tapuias Arerius que desobedeciam, assistindo a cura dos doentes e feridos com a sua fazenda e procedendo em tudo com muita satisfação".[188] (83)

* Os provimentos eram por três anos, mas em 12 de julho de 1690 a Junta das Missões propôs ao Rei fossem anuais e recaíssem nos capitães dos terços da guarnição da praça do Ceará. o Governador de Pernambuco adotou a proposta, porém S. Majestade, em cartas, respectivamente, de 22 de março de 1691 e 21 de março de 1692, desaprovou a sugestão da Junta e do Governador.[182] (v. 1, pp. 94, 95)

17) *Sebastião de Sá* — Carta Patente de 7 de maio de 1678. Findou a sua gestão em 11 de setembro de 1682. Reedificou a fortaleza e reparou a ermida de N. S. d'Assunção. Muitas sesmarias foram por ele concedidas. Teve como sucessor

18) *Bento de Macedo de Faria* — Ato Régio de 29 de maio de 1681 deu-lhe em provimento a Capitania. De 14 de junho, a Carta Patente. Já estivera interinamente no cargo de Capitão-mor, em substituição a João Tavares de Almeida, falecido antes de concluir o triênio. A sua administração foi irregular, pois que, abusando das funções, entrou no comércio ilícito com navios holandeses vendendo-lhes pau-violeta, gados e cavalos em troca de fazendas e outros produtos, o que lhe valeu sérias denúncias.

19) *Sebastião de Sá* — Segunda vez, escolhido em 26 de setembro de 1684. Carta Patente de nomeação datada de 13 de outubro.

20) *Tomás Cabral de Olival* — Escolhido em 19 de julho de 1687, de acordo com o parecer unânime do Conselho Ultramarino, expedido em 21 de junho. Patente de 4 de novembro. Posse em junho de 1688.

21) *Fernão Carrilho* — Veio governar o Ceará, mandado pela Carta Régia de 8 de março de 1693, a fim de substituir Pedro Lelou, impedido de assumir as funções para as quais havia sido nomeado, em virtude do processo a que respondia, apontado como falsificador de documentos em favor de seu filho Luís Lobo Albertim. Cerca de dois anos durou a sua gestão, pois em 1695 Lelou pôde tornar ao cargo, já em virtude de nova Patente, datada de 14 de novembro do ano seguinte. Fernão Carrilho foi o vencedor dos afamados índios Paiacus ou Pacajus, Jandoins e Icós, que infestavam a Capitania, mais particularmente "os limites e terras do rio Jaguaribe e Banabuiú, com perdas de muitas fazendas de gado e vida de moradores", como se vê do registro da patente de Capitão da infantaria em que foi provido Francisco Dias de Carvalho, expedida pelo referido Carrilho em 1694.[124] De sua fé de ofício consta que auxiliou poderosamente a missão do Padre João Leite de Aguiar entre os Jaguaribaras, e construiu três casas fortes de estacadas em Jaguaribe. [182] (v. 1., p. 116)

22) *Pedro Lelou* — Filho de Ludevico Wolf (Lobo) e daí o nome, através do francês *Le lou*. Veio para o Brasil em 1671. Foi muito acusado de, no seu governo do Ceará, tratar mal os moradores e os indígenas e por haver criado postos de capitão de cavalos contra as ordens existentes e sem prévia autorização. Contra ele foi instaurada devassa que, em 19 de dezembro de 1697, era remetida à Relação de Lisboa, a qual o absolveu. Mesmo assim absolvido, contra a sua volta ao cargo de Capitão-mor do Ceará, em 14 de março de 1698 se manifestou o Conselho de Ultramar, apesar de lhe faltarem dois anos de sua provisão. Em 21 de março aludido, foi nomeado Sargento-mor da Capitania de Pernambuco.

23) *João de Freitas Cunha* — Nasceu no lugar Beberibe, perto de Olinda. "Soldado de muito valor, foi Mestre de Campo de terço da guarnição do Recife".

24) *Francisco Gil Ribeiro* — Esteve no cargo a mandado de D. Fernando Mascarenhas, Governador de Pernambuco com a Portaria de 30 de junho de 1699. Na sua administração é que foi instalada, com o título de S. José de Ribamar, a primeira vila do Ceará, motivo de sérias desavenças entre os *repúblicos*. Ainda em abril de 1702, tomava Francisco Gil parte nesses acontecimentos. Foi seu sucessor Jorge de Barros Leite.

25) *Fernão Carrilho* — Segunda nomeação de 7 de julho de 1699, de acordo com o parecer do Conselho, de 6 de maio anterior. Por ter sido promovido a Lugar-tenente do Governador do Maranhão, parece não chegou a vir ao Ceará.

26) *Jorge de Barros Leite* — Nomeação pela Ordem Régia de 26 de novembro de 1699 e Carta Patente de 29 de dezembro de 1700. Empossado em fins de dezembro de 1702. Foi dispensado do cargo por Carta Régia de 11 de maio de 1703, mas só o deixou meses depois. Em sua gestão amotinaram-se os soldados da fortaleza, e que obrigou a vinda de Plácido de Azevedo Falcão, Capitão do presídio do Jaguaribe, para acalmá-los, sendo obrigado a prender 18 deles, que remeteu para Pernambuco, numa sumaca.

27) *João da Mota* — Enviado pelo Governador de Pernambuco para substituir Jorge de Barros Leite. Enquanto não chegou o sucessor, fez guerra aos Icós e Carateús, chefiada a expedição pelo Capitão Pedro de Mendonça (1704), que prendeu a muitos deles.[123] Permaneceu até fins de dezembro de 1705 ou janeiro de 1706, pois naquele mês concedeu, até o dia 16, várias sesmarias.[48] (v. 1, pp. 147-76)

28) *Gabriel da Silva do Lago* — Nomeação pela Resolução Régia de 12 de agosto de 1704, em face do Parecer de 9 do mesmo mês, do Conselho Ultramarino. Começou a governar em janeiro de 1706, quando ainda ia intensa a disputa em torno da definitiva localização da Vila de S. José de Ribamar. Chamado a Pernambuco, em agosto de 1708, deixou interinamente no governo o Capitão Carlos Ferreira, que, na noite de 11 desse mês, foi vítima de tiros de espingarda, sofrendo dois balaços no braço direito.* Em 20 de janeiro de 1709 ainda concedia sesmarias.

29 *Francisco Duarte de Vasconcelos* — Começou a sua gestão em princípios de 1710. Não está claro em que data deixou o cargo, sendo certo que em 1713 (ao que parece em outubro) o substituiu o comandante da guarnição do forte, Plácido de Azevedo Falcão, em virtude de ordem de Félix José Machado de Mendonça, Governador de Pernambuco. Em 31 de agosto de 1715 o Governador de Pernambuco transmitia-lhe, em

* Ver, sobre o processo, STUDART, Barão.[182] (v. 1., pp. 136-9)

carta, Ordem Régia de 8 de fevereiro, mandando "fazer guerra e exterminar o gentio bravo".

30) *Manuel da Fonseca Jaime* — Em 30 de maio de 1713 o Conselho de Ultramar indica-o para o cargo. A nomeação é de 26 de junho. Resolução de 17 de julho reconhece-lhe a ajuda de custo de 100$000. Outra de 21 de fevereiro de 1715, confirmando-a, lhe dá direito a vencer o soldo desde o dia do seu embarque em Lisboa. Assumiu as suas funções em outubro do mencionado ano, pois a 3 de novembro já expedia à Câmara de Aquirás. Tendo expedido o Conselho Ultramarino, em 22 de dezembro de 1715, provisão aos Capitães-mores do Ceará e Rio Grande do Norte, facultando-lhes dar sesmarias, em conformidade com a Resolução Régia de 17 de dezembro do dito mês,[182] (v. 1., p. 149) inúmeras expediu Fonseca Jaime.

31) *Salvador Alves da Silva* — Escolhido em 22 de abril de 1777, teve Carta Patente de nomeação em 25. Somente tomou posse no dia 1º de novembro de 1718. Fora Capitão-mor no Rio Grande do Norte entre 30 de novembro de 1711 e 20 de junho de 1715. Mandaram suceder-lhe

32) *Manuel Francês* — Apresentado pelo Conselho Ultramarino à escolha real em 19 de maio de 1720, no dia 4 de junho ela se efetivou. Patente de 26 de agosto. Esteve no cargo durante seis anos e quase dois meses, a começar da posse em 11 de novembro de 1721. Apesar do nome, era português de Beja. Foi quem instalou, em 13 de abril de 1726, a Vila da Fortaleza de N. Senhora da Assunção, criada pela Carta Régia de 11 de maio do ano antecedente.

33) *João Batista Furtado* — Proposta do Conselho em 15 de julho de 1724 e escolha de 1º de agosto de 1726. Posse em janeiro de 1728. Ainda em 29 de janeiro de 1731 dava sesmarias. Era Cavaleiro professo da Ordem de Cristo.

34) *Leonel de Abreu Lima* — Escolha de 31 de agosto de 1729. Posse em 15 de fevereiro de 1731. Governou até março de 1735. Sesmaria de 25 de abril já é assinada pelo seu sucessor.

35) *Domingos Simões Jordão* — Cavaleiro da Ordem de Cristo. Proposta de 17 de fevereiro de 1734 e escolha de 6 de março. Posse de 11 de março de 1735. Serviu em Pernambuco e Bahia durante mais de 33 anos, em vários postos, inclusive, no Ceará, o de Coronel de Ordenança do Distrito de Banabuiú e Sitiá. Era pernambucano.

36) *D. Francisco Ximenes de Aragão* — Nomeação de 6 de abril e Carta Patente de 10 de 1739. Posse em 7 de setembro seguinte. "Fez ótima administração, segundo se vê do auto de residência, que lhe tirou o Ouvidor Manuel José de Faria". Governara o Maranhão (1722-1728). A sua fé de ofício está em *Datas e Fatos*, de Studart, vol. 1, p. 197.

37) *João de Teive Barreto e Meneses* — Escolhido em 4 de outubro de 1742, sendo a proposta do Conselho de 20 de setembro. Empossado

no dia 2 de fevereiro de 1742. Foi Capitão-mor do Rio Grande do Norte (1734-1739). Transcrita por Studart a sua fé de ofício em *Datas e Fatos*, v. 1, p. 209-211. Entregou o governo, perante a Câmara de Fortaleza, a

38) *Francisco de Miranda Costa* — Nomeado em 3 de março de 1746, depois de proposto em 7 de fevereiro. Posse de 17 de agosto de 1746. Por duas vezes ocupara o cargo de Capitão-mor de Sergipe d'El-Rei. Faleceu em 1º de setembro de 1748, ainda no cargo. Veio substituí-lo, interinamente,

39) *Pedro de Morais Magalhães* — Empossado em 19 de outubro do referido ano de 1748. Era Sargento-mor do terço do Recife. Passou o cargo a Luís Quaresma Dourado, em 18 de agosto de 1751. Faleceu em 4 de novembro de 1757, na cidade de Olinda, de cujo Regimento era Tenente-coronel.

40) *Luís Quaresma Dourado* — Escolha de 29 de dezembro de 1750, mediante parecer de 10 de junho. Carta de nomeação de 21 de janeiro de 1751. De 18 de agosto seguinte, a posse. De sua gestão, como das dos outros Capitães-mores, até o último com a nomeação de Governadores, se ocupa minuciosamente o Barão de Studart na sua obra *Notas para a História do Ceará, Segunda Metade do Século XVIII*, Lisboa, 1892. Faleceu em Fortaleza, deixando filhos e filhas que se casaram.

41) *Francisco Xavier de Miranda Henriques* — Nomeação pela Carta Régia de 2 (outros afirmam 19) de dezembro de 1754. Fora proposto a 27 de novembro. Tomou posse a 22 de abril do ano posterior. Ocupara o cargo de Capitão-mor do Rio Grande do Norte (18 de dezembro de 1739-30 de maio de 1751). Do Ceará, foi governar a Capitania da Paraíba, nomeado Capitão-mor por Decreto de 10 de maio de 1757.

42) *João Baltasar de Quevedo Homem de Magalhães* — Nomeado em 13 de setembro de 1757 e empossado em 11 de janeiro de 1759. Faleceu em 24 de janeiro de 1765, no exercício das funções do cargo. *Casa-mortis* — hidropisia. Mas houve murmúrio de ter sido envenenado, o que era falso.

43) *Antônio José Vitorino Borges da Fonseca* — Nascido em Pernambuco, Recife, em 25 de fevereiro de 1718. Designado, interinamente, a 26 de março de 1765, embarcou no Recife para o Ceará no dia 28. Em 25 de abril tomou posse perante a Câmara de Aquirás. Longa e profícua a sua administração, que se estendeu até 10 de outubro de 1781, data em que entregou o governo a uma junta. Homem de cultura, deixou escrita a célebre *Nobiliarquia Pernambucana*. Escreveu, também, uma *Notícia sobre a Capitania do Ceará*. Membro da Ordem de Cristo e da Casa Real. Falecido em 9 de abril de 1786.

44) *João Batista de Azevedo Coutinho de Montauri* — Nomeação de 7 de agosto de 1780. Chegado a Fortaleza somente a 3 de maio de 1782, empossou-se a 9. Governo de disciplina um pouco exagerada, o seu. Muito se interessou pela instrução pública e pelo aumento econômico

da Capitania, trabalhando com entusiasmo a favor do comércio direto do Ceará com o Reino. Para lá enviou inúmeras amostras de produtos cearenses, com esse intuito. Todas bem descritas e classificadas.

45) *Luís da Mota Fco. e Torres* — Nomeado em 26 de novembro de 1788. Carta Régia de 12 de janeiro de 1789. Chegou ao Ceará no dia 4 e tomou posse em 9 de novembro desse ano. Até 21 de agosto de 1799 se manteve no cargo, entregando-o nessa data, a uma junta. Foi o último dos Capitães-mores dirigentes, pois que Francisco Inácio de Cid Melo e Castro, nomeado seu sucessor, não veio ao Ceará. Havia resolvido a Metrópole, pela Carta Régia de 17 de janeiro daquele mesmo ano de 1799, livrá-lo da subordinação imediata de Pernambuco e, para inaugurar a nova ordem político-econômica, chegou em 25 de setembro, o primeiro dos Governadores — Bernardo Manuel de Vasconcelos, empossado a 28.

6. BASES ECONÔMICAS

6.1. CHARQUEADAS

A grande preocupação do século XVIII foi realmente a indústria pastoril.

"O caráter salino do solo, a abundância de pastos suculentos, os campos mimosos e agrestes determinaram a multiplicação do gado vacum". Sem tardança — como ficou salientado — criou-se nos sertões cearenses, qual já se dera noutras paragens do Nordeste, a civilização específica do pastoreio, a única adequada e, sem dúvida, possível.*

Época do couro, crismou-lhe Capistrano, numa das suas sempre vigorosas sínteses.

E escuse-se a repetição: de couro fabricavam-se todas as coisas, pois que era o couro a matéria-prima mais à mão e duradoira. "De couro era a porta das cabanas, o rude leito aplicado ao chão duro, e mais tarde a cama para os partos; de couro todas as cordas, a borracha para carregar água, o mocó ou alforge para levar comida, a maca para guardar roupa, a mochila para milhar cavalo, a peia para prendê-lo em viagem, as bainhas de faca, as broacas e os surrões, a roupa de entrar no mato, os banguês para curtumes ou para apurar sal; para os açudes, o material de aterro era levado em couros puxados por juntas de bois que calcavam a terra com seu peso; em couro pisava-se tabaco para o nariz".[2] (p. 143)

Também de couro era a mobília (cadeiras de encosto, tamboretes), as cadeiras baixas de estar à almofada de bilros, os baús-guarda-roupa, arabescados de pregaria dourada.

Multiplicaram-se as fazendas, pequenos mundos, maiores umas, menores outras, sem delimitação certa, motivo freqüente de rixas entre confi-

* "A indústria que, durante séculos, conseguiu prosperar nas caatingas nordestinas, suplantando quaisquer outras, foi a criação dos gados bovinos, eqüinos, caprinos, ovinos, por isto que se correlaciona intimamente com a natureza seca da terra, com os caminhos e com a cultura do povo. Nem as secas, nem os índios reacionários puderam optar obstáculos sérios ao desenvolvimento da pecuária, malgrado os seus métodos rudimentaríssimos, porém suficientes para o tempo e para o meio social de então". POMPEU SOBRINHO.[146]

nantes, senão de lutas armadas e de conseqüências as mais graves, interessando diretamente a famílias, parentes, amigos e agregados.*

A modalidade comum coincidia com a do pequeno latifúndio. "Não se encontra na Capitania uma fazenda que produza anualmente mil bezerros; as maiores, e muito raras, são de quatrocentos, e as há até de trinta", afirmava, ainda em 1816, o autor da Descrição Geográfica Abreviada da Capitania do Ceará, imputada ao engenheiro Silva Paulet, antes de identificada como da autoria do Ouvidor Rodrigues de Carvalho.[134]

No começo era assim: "adquirida a terra para uma fazenda, o trabalho primeiro era acostumar o gado ao novo pasto, o que exigia algum tempo e bastante gente; depois ficava tudo entregue ao vaqueiro. A este cabia amansar e ferrar os bezerros, curá-los das bicheiras, queimar os campos, alternadamente, na estação apropriada, extinguir onças, cobras e morcegos; conhecer as malhadas escolhidas pelo gado para ruminar gregariamente; abrir cacimbas e bebedouros. Para cumprir bem o seu ofício vaqueiral, escreveu um observador, deixa poucas noites sem dormir nos campos, ou ao menos as madrugadas não o acham em casa, especialmente no inverno, sem atender às maiores chuvas e trovoadas, porque nesta ocasião costuma nascer a maior parte dos bezerros e pode nas malhadas observar o gado antes de espalhar-se ao romper do dia, como costuma; marcar as vacas que estão próximas a ser mãe e trazê-las quase como à vista, para que, parindo, não escondam o filho de forma que fiquem bravos ou morram de varejeiras. Depois de quatro ou cinco anos, começava o vaqueiro a ser pago; de quatro crias, cabia-lhe uma; podia assim fundar fazendas por sua conta".[2] (p. 143)**

Não se fez esperar que vaqueiros *promovidos* e homens ricos vindos da Bahia, Pernambuco e Rio Grande se ombreassem, de igual para igual,

* Matéria para alentado capítulo da Sociologia Criminal do Nordeste fornecem tais lutas. Brígido ofereceu delineamentos para quem desejar escrevê-lo. Os Montes e Silva, do Icó, *versus* Feitosas, dos Inhamuns, ensangüentaram a história do Ceará, durante muitos anos da primeira metade do século 18. Logo depois, os Ferreira Aço e os Ferreira Ferro. Na centúria seguinte, no Icó e redondezas, os Cavalcanti e os Teixeira Mendes, de João André, alcunhados de *canelas pretas*, não se perdoaram e quase se aniquilaram, reciprocamente. Tal como os Maciéis ou Carlos enfrentaram os Araújos, nos sertões de Quixeramobim e Boa Viagem, mais para a terceira década. Também os Cunha Pereira, de José Leão, contra os Patacas, no Boqueirão do Jaguaribe. Leia-se BRÍGIDO,[35] (pp. 81-6, 224-84); PINTO.[144]

** "As pessoas que tomam conta do gado e vivem nesses domínios chamam-se vaqueiros. Têm uma parte dos bezerros e galinhas que criam no campo, e quanto aos carneiros, porcos e cabras etc., não prestam contas ao proprietário. o grosso da manada de gado é contado descuidosamente, sendo evidentemente lugares aceitáveis e lucrativos, mas os deveres são pesados, exigindo coragem considerável, grande força física e atividade. Alguns donos vivem em suas terras mas a maioria das fazendas que visitei é propriedade de homens de ampla prosperidade que residem nas cidades litorâneas, onde são igualmente plantadores de cana-de-açúcar".[87] (p. 208)

todos ufanos do nome de fazendeiros, que lhes era título de honorificência, sinônimo de *criador* ou *homem de bens*.

Prosperavam as herdades com o aumento dos rebanhos, a ponto de ser impossível, muitas vezes, distinguir os gados de posseiros vizinhos, o que determinou o uso, aos poucos inveterado, de matarem as reses no campo, dando parte uns aos outros do que matavam, para se inteirarem reciprocamente.* Em 1780 já eram 972 as fazendas.[96]

Em cada uma delas crescia o número de agregados ou moradores, na mor parte índios mansos que, por fim, constituindo famílias, aí ficavam como pessoas da casa, de cujas alegrias ou desventuras participavam, não faltando, para integrar o pequeno feudo, o *encosto* de forasteiros, quiçá fugitivos da justiça, ou da ação vingativa dos parentes de suas vítimas.

Nesses pequenos organismos, que eram as fazendas, nós duma rede de malha frouxa, distanciadas as respectivas sedes umas das outras e somente de quando em quando mantendo contacto entre si, fazia *de pater familias* o dono, com autoridade quase absoluta sobre todos, severa, se não demasiada, que o levava a excessos de pundonor e amor próprio, não raramente a crimes hediondos por ele tidos como simples exemplificação ou merecido justiçamento.

Toda a vida da fazenda girava em torno da sua própria finalidade: o gado. A lavoura para nada mais servia que para atender, supletivamente, às necessidades de quantos nela se ocupavam:** dos roçados, na época das chuvas, colhiam-se o feijão, o milho, as abóboras e a mandioca, depois que o cultivo desta foi introduzido; no estio, o celeiro eram as *vazantes* dos rios, onde se plantavam melancias, melões, feijão ligeiro e não muito mais.[79] (nota 241, p. 142)***

A abundância da carne, da variada caça, do peixe e do mel silvestre (jandaíra, jati, cupira, enxu, capuxu, o delicioso enxuí), não dava maiores canseiras ao pessoal, tanto mais que eram restritas, as suas necessidades primárias, de conforto e exigências da alimentação.

"Durante a estação das chuvas — escrevia mais tarde o inglês Gardner — e mesmo alguns meses depois, o leite é abundante e de excelente qualidade; mas depois não se encontra mais, durante os quatro meses da seca senão nas grandes cidades. Os habitantes fazem algum queijo, mas de manteiga nem cogitam: o leite que sobra do almoço, porque as vacas só se ordenham de manhã, fica de lado até a noite, coalhando ao calor do dia. Este prato, grandemente apreciado pela gente da terra, adoça-se com açúcar mascavo, a que chamam rapadura e que lhes vem da zona acima do Icó".[73] (cap. 5, 6.)

---

*Leia-se o documento transcrito em BEZERRA[23] (p. 213)

**"Consomem-se os frutos no terreno de sua produção e se desperdiçam por se não poderem reservar sem corrução de uns anos para outros, como sucede ao milho e ao mesmo arroz". Rev. Inst. Ceará, *12*: 8

***Algumas partes desta obra convenientemente adaptadas, são aproveitadas no presente livro.

Antes, anotara Koster: "A alimentação dos sertanejos consiste principalmente de carnes, nas suas três refeições, às quais ajuntam a farinha reduzida a uma pasta, ou arroz que às vezes o substitui. O feijão, chamado comumente na Inglaterra "favas francesas", é a iguaria favorita. . . O queijo do sertão é excelente quando fresco, mas no fim de quatro ou cinco semanas fica duro e coriáceo. Poucas pessoas fabricam manteiga, batendo o leite em garrafas comuns".[73] (cap. 7, 8.)

Só o gado empolgava a gente da fazenda, no seu amanho, na sua conservação, na *junta* das boiadas que se remetiam para as feiras, e na matança para o preparo de couros e solas destinados ao consumo próprio, e à exportação: "o único ramo da indústria é o curtimento de sola e pelicas, que se trabalha em todos os sertões; servem-se dos couros das reses que matam e dos couros que vão comprar às terras do Piauí; o curtimento, porém, é grosseiramente feito pelos poços dos riachos".[134]

Andreoni (Antonil) narra-nos sugestivamente como a boiama caminhava para o destino: "constam as boiadas que ordinariamente vêm para a Bahia, de cem, cento e sessenta, duzentas e trezentas cabeças de gado; e destas quase cada semana chegam algumas a Capoame, lugar distante da cidade oito léguas, onde tem pasto e onde os marchantes as compram; e em alguns tempos do ano há semanas em que cada dia chegam boiadas. Os que as trazem são brancos, mulatos e pretos, e também índios que com este trabalho procuram lucro. Guiam-se indo uns adiante cantando, para serem desta sorte seguidos pelo gado; e outros vêm atrás das reses tangendo-as e tendo cuidado que não saiam do caminho e se amontem. As jornadas são de quatro, cinco e seis léguas, conforme a comodidade dos pastos onde hão de parar. Porém onde há falta d'água, seguem o caminho de quinze, vinte léguas, marchando de dia e de noite, com pouco descanso, até que achem paragem onde possam parar. Nas passagens de alguns rios, um dos que guiam a boiada, pondo uma armação de boi na cabeça e nadando, mostra às reses o vau por onde hão de passar.[2] (p. 144)

Do estouro da boiada não nos diz Antonil, para o fazer Rui, naquela página vibrante e magistral: "Vai o gado sua estrada mansamente, rota segura e limpa. . ."

Capistrano achega: "Por maior cuidado que haja na condução das boiadas, transviam-se algumas reses, outras por fracas ficavam incapazes de continuar a marcha. Contando com isso, alguns moradores se estabeleceram nos caminhos e por pouco preço compravam este gado depreciado, que mais tarde cediam em boas condições. Além disso, faziam uma pequena lavoura, cujas sobras vendiam aos transeuntes; alguns, graças aos conhecimentos locais, melhoraram e encurtaram as estradas, fizeram açudes, plantaram cana, proporcionaram aos sertanejo uma das suas alegrias — a rapadura".[2] (p. 145)

Não poucas vezes, ao redor desses entrepostos se aglomeraram habitações, de que resultaram vilarejos, hoje cidades importantes.

O grande escoadouro era a *estrada das boiadas*, depois chamada *caminho dos Inhamuns*, que drenava, do Piauí e dos sertões mais centrais do Ceará, as manadas de corte para aqueles mercados pernambucanos e baianos.

Outras estradas apareceram, ligando os grupos pastoris às embocaduras dos grandes rios, futuros portos exportadores dos produtos da Capitania. Uma comunicou mais facilmente a serra da Ibiapaba e o Camucim; por outra, a *estrada geral* do Jaguaribe, despejavam-se os bois e as coiramas das ribeiras do Jaguaribe e do Icó, bem como dos Inhamuns, para o ancoradouro de Santa Cruz do Aracati. Várias outras se abriram, conquanto estreitas e empeçosas, favorecendo os intercâmbios.[204]

Fazendeiros havia proprietários de diversas fazendas, tornando-se dinheirosos, prestimosos, gênese da figura indefectível do *chefe político*. Bons, burros e bravos, qualificou-os Brígido, que se refere ao inventário de um deles, iniciado em agosto de 1719, o do Capitão Mendes Lobato, no qual foram descritas 3.945 reses vacum.[35] (p. 387)

O Capitão Félix da Cunha Linhares, morador na ribeira do Acaraú, no testamento que deixou, feito em livro do tabelião Francisco Cardoso Pereira e datado do sítio Muritiapuá em 7 de setembro de 1723, declarava-se dono de seis fazendas, nas quais havia mais de 8.000 cabeças de bovinos, 150 éguas e 50 cavalos. No espólio do Capitão Vitoriano Correia Vieira, de Quixeramobim, inventariado em 1740, figuram 1.150 vacas, 220 bois, 200 boiotes, 160 novilhas, 310 garrotes, 320 garrotas, 150 bezerros e 150 bezerras, no total de 2.260 cabeças.

Nota-se nestas cifras a desproporção entre o número de bovinos e o da raça cavalar, denunciando que eram pequenos os rebanhos eqüinos. A despeito de Capistrano os ter quase como inexistentes, nem por isso é menos certo que seguiam para a zona dos engenhos, onde tinham grande utilidade, sucessivas cavalhadas, ameaçando prejudicial diminuição dessa espécie de gado.

Com o intuito de evitá-la é que o governo de Portugal dirigiu, em 1761, uma Ordem ao de Pernambuco (14 de novembro) proibindo terminantemente a entrada de muares no Ceará e obrigando a apreensão dos que fossem encontratos:[160, 135] (pp. 216, 387) com os machos e mulas visava-se a substituir os cavalos. Somente em 1766, outra Ordem Régia, de 16 de julho, revogou aquela medida tão radical, considerados os enormes serviços que prestava a burralhada.[182] (v. 1, p. 313), 211

Bem que os "comboios" ou "tropas", avançando aos "estalos" das *ponteiras* dos tangerinos, iriam costurar o comércio entre as viletas dispersas do centro e as povoações litorâneas, servindo-se do fio tênue das veredas e caminhos.

Já envolvera a fazenda para aquele estágio a que se reporta Capistrano: "casas sólidas, espaçosas, de alpendres hospitaleiros, currais de mourões por cima dos quais se podia passear, bolandeiras para o preparo de farinha, teares modestos para o fabrico de redes ou pano grosseiro, açudes, enge-

nhocas para preparar a rapadura, capela e até capelães, cavalos de estimação, negros africanos, não como fator econômico, mas como elemento de magnificência e fausto",[2] (p. 146) tudo sintoma duma situação de maior fartura, inclinada para um luxo e requinte *sui generis* que, no século imediato, caracterizará a aristocracia matuta, forcejando, sem o conseguir, por nivelar-se, igualar-se à nobreza dos engenhos, vaidosa e ademanada.

Lastro dessa abastança era exclusivamente o boi que, em si e a um só tempo mercadoria, frete e transporte,[1] (p. 227) ia trocar-se por objetos, panos e escravos nas praças pernambucanas, baianas e até mineiras.

Logo, porém, convenceram-se os vaqueiros cearenses de que nesse comércio levavam vantagem os do Rio Grande e Paraíba, mais perto do consumo do Recife, Olinda e Salvador.

As dificuldades e prejuízos nascidos das compridas travessias e o ônus decorrente do subsídio de sangue, que se cobrava à taxa de quatrocentos réis por boi e trezentos e vinte réis por vaca, minguando o lucro das boiadas, forçaram-nos a preferir a venda da sua matéria-prima já industrialmente preparada, reduzida a carne a mantas conservadas pelo sal e capazes de resistir, sem deterioração, a longas viagens.

Cedo o produto obteve a aceitação dos comandantes de barcos que faziam a pequena cabotagem nos portos da Capitania, e foram eles que o levaram às outras praças das Capitanias próximas.

Depois, a experiência veio demonstrar a conveniência de erguer nos próprios portos de embarque as *salgadeiras*, transportando para aí as reses a carnear.

Nestes mesmos portos se conjugavam, vantajosamente, os elementos que a indústria requeria: o sal em depósitos naturais e, portanto, de utilização facílima, ventos constantes para a secagem, e as facilidades dos embarques, saindo o produto, sem maior despesa, das fábricas de beneficiamento para as embarcações — sumacas e barcos de vários tipos.

E tamanho foi o êxito dessas *fábricas*, também designadas com o nome de *charqueadas* ou *oficinas*, que pelo resto do século constituiu o principal e quase exclusivo comércio da Capitania — a exportação da chamada *carne do Ceará*.

Na evolução econômica cearense bem se poderá afirmar que o tempo de duração dessa indústria formou um ciclo próprio, de alta relevância, o ciclo das oficinas, que passou mais tarde ao Rio Grande do Norte e ao Piauí.

Oficinas sucederam-se nas embocaduras do Jaguaribe, do Acaraú, do Corearu, e fora do Ceará, nas do Açu, Moçoró e ao longo do Parnaíba.

Constavam de instalações mais ou menos toscas para os processos da carneação, da salga e da secagem: "a tanto se chamava na época — segundo Simões Lopes Neto, aludindo à charqueada fundada pelo cearense José Pinto Martins no lugar, hoje cidade de Pelotas, no Rio Grande do Sul — uma apressada construção de galpões cobertos de palha, varais para estender a carne desdobrada, salgada, e algum tacho de ferro para

a extração de parca gordura dos ossos por meio de fervura em água. O sal do reino só se empregava para encharque — salgação da carne. A courama era estaqueada, seca ao sol; o sebo, simplesmente lavado, posto ao tempo em varais e depois secado, em formas de madeiras cúbicas, produzindo pães de peso variável. A ossamenta era amontoada e queimada e esta cinza tirada para aterros, ou servia, empilhada, para fazer mangueiras e cercas. Todas as outras partes do boi não tinham valor comercial e eram atiradas fora".[16] (v. 2, p. 106)

Saint-Hilaire viu-as, talvez já mais aperfeiçoadas: "Diante da residência do senhor Chaves, estende-se um belo gramado e além vêem-se várias fileiras compridas, de grossos paus fincados na terra. Têm cerca de 4 pés, sendo cada um terminado por uma pequena forquilha. Essas forquilhas recebem varões transversais destinados a estender a carne a secar, no tempo das charqueadas. Ao lado destes secadouros existe o edifício onde se salga a carne e onde é construído o reservatório denominado tanque".[137] (p. 85)

Preparava-se a carne de duas formas — de tassalho e de posta, e depois de seca se recolhia em tabuleiros ao armazém, donde era depositada em pilha no porão do navio e, quando este cheio, acomodando-se o restante da carga em *garajaus*.[45] (p. 101)

O carregamento duma sumaca correspondia, aproximadamente à produção de duas mil reses, ou seja, no mínimo 80.000 quilos de carne seca, imputado a cada uma o peso médio de 200 quilos (o que não é exagerado para o gado da época) e o rendimento de 20%, o que nos parece pouco.

A carne de tassalho provinha das mantas, em número de duas, formadas pelas massas musculares que cobrem o pescoço, as costelas e os flancos, ao passo que a outra provinha dos quartos, que davam seis postas, duas para cada traseiro e uma para cada dianteiro.[26]

Não se sabe ao certo quando principiaram a funcionar as charqueadas do Ceará, mas é fora de dúvida que datam de época anterior a 1740 e surgiram primeiramente no pequeno arraial de São José do Porto dos Barcos, depois elevado á categoria de vila com o nome de Santa Cruz do Aracati, hoje cidade do Aracati. Já a 2 de junho de 1741 a Câmara de Aquirás, de acordo com um provimento deixado pelo Ouvidor Tomás da Silva Pereira, impusera aos donos e mestres de navios, ali entrados para receberem carnes e couros, um tributo destinado às suas despesas, equivalentes a 8$000 para o barco que carregasse menos, e a 4$000 para os que levassem somente courama.[182] (v. 1, p. 21)* Tal resolução mereceu severa repreensão do Rei, que pela Ordem de 6 de setembro de 1741 mandou restituir o imposto recebido.[182] (p.208)**

---

* Posteriormente publicado na Rev. Inst. Ceará, *61*:148.

** Ver, GIRÃO, V. C. [79], NOBRE.[113]

Ganhava cada dia maior vulto o movimento comercial da povoação, para a qual afluía gente de toda a casta, e isso originou, em 8 de janeiro de 1743, sugerir o Capitão-mor Dom Franscisco Ximenes de Aragão a necessidade de irem um juiz ordinário e um tabelião de Aquirás para o lugar do Aracati de Jaguaribe, como meio de evitarem-se desordens, mormente quando aportam os barcos "que todos os anos vão aí fazer carnes".[197] E como não tivesse resposta, insistiu na sugestão a 8 de junho imediato.[182] (v. 1, p. 212)

No ano seguinte, em 24 de julho, o Ouvidor Manuel José de Faria propôs a criação de uma vila no Aracati que, a seu ver, "viria a ser a corte deste Ceará em breves anos, por ficar nas margens do rio Jaguaribe, navegável às mesmas sumacas em distância de três léguas; e de fato vêm ao seu porto, todos os anos, vinte e cinco e mais que, a troco de fazendas que trazem, levam a carne e courama de dezoito até vinte mil bois para Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro".[197]

Com efeito, aprovada a proposta em 4 de maio de 1745 pelo Capitão-governador do Pernambuco, reuniram-se os principais moradores do Aracati e suas vizinhanças na casa do Capitão-mor João de Teive Barreto e Meneses, para tratarem da criação da vila (8 de março de 1746); e, tendo opinado a favor o Conselho Ultramarino (12 de dezembro de 1747), foi realmente criada dita vila pela Resolução Régia de 11 de abril de 1747, sendo instalada a 10 de fevereiro de 1748, pelo citado Ouvidor Faria. Até então o ramo de indústria das carnes secas tanto crescera que se fabricavam, anualmente, 20 a 25 mil bois.[14]

A vila de Santa Cruz do Aracati veio a tornar-se o mais movimentado e rico empório de transações da Capitania, muito especialmente passada a época anual das chuvas, quando se facilitavam as viagens das boiadas e cavalhadas e dos carros de boi transportando do interior couros, vaquetas, solas e algum algodão, e voltando para as fazendas carregados de sal e outras mercadorias.

É verdade que, logo após a criação oficial da vila, o movimento afrouxou em virtude de certas determinações das novas autoridades, a que os armadores não quiseram sujeitar-se, e também das últimas inundações do rio Jaguaribe: "Nem o edificar-se e erigir-se (a vila) no dito Aracati a aumentou" — explica o Ouvidor Proença Lemos — antes se diminuiu muito o concurso dos barcos porque, vendo-se os negociantes vexados das posturas daquela Câmara, e sem a franqueza que gozaram antes de ali haver vila, começaram a fazer viagens para a Parnaíba e Ribeira do Acaraú.*

* ". . . O porto da vila do Aracati, que é adonde desembarcam as fazendas em que se provê a ribeira do Jaguaribe, Icó e Cariri, e adonde se embarcam couros e carnes secas ordinários efeitos daqueles sertões não admite entradas de outras embarcações mais do que os barcos que navegam esta costa pela maior parte demandam menos água que as lanchas de pescarias de alfama" — Carta de Luís José Correia a Diogo de Mendonça Corte Real — 17.2 - 1753.[n.129]

No entanto, a sua posição privilegiada em relação aos mercados de Pernambuco e Bahia não deixou, nada obstante a pouca profundidade do seu porto, morresse ela completamente, sobrevindo, pelo contrário, vigoroso reflorescimento que lhe trouxe inegável hegemonia econômica e também social, por muito tempo, sobre os demais centros de população do Ceará.

A indústria saladeril que se desenvolvera colateralmente no Acaraú, no Camucim e em Granja, alargou-se ao Parnaíba, no Piauí, e ao Açu e Moçoró,* no Rio Grande, concorrendo extraordinariamente, de par com um constante aumento da exportação dos couros e solas, para a valorização do gado, elevando-se o preço do boi (1787) a 4$000 e 4$500, o dobro do antigo valor.

No ano de 1770, segundo se lê no *Roteiro do Maranhão a Goiás*, de Pereira Caldas, abriu João Paulo Dinis, negociante da vila de S. joão da Barra da Parnaíba, um novo caminho para a extração dos referidos gados (boiadas que iam vender-se à Bahia), levantando oficinas nas margens do dito rio, oitenta léguas acima da sua foz, "onde os reduz a carnes secas, que carrega em barcos pelo mesmo rio até a dita vila, para daí serem exportadas à Bahia, Rio de Janeiro e Pará".[161]

No Moçoró e no Açu, as oficinas, se bem que menores, provocaram séria crise no abastecimento da carne verde às populações do Recife e da faixa dos canaviais, supridas pelos gados dos sertões norte-rio-grandenses, e onde não mais apareciam, abatidos que eram naqueles pontos de salga.

Zelosa dos interesses do fisco, que se prejudicava, com a ausência das boiadas, em seus impostos, oficiou a Junta da Real Fazenda de Pernambuco à Câmara de Natal (23 de novembro de 1785), provocando-a acerca do assunto, o qual a levou ao exagero de opinar pela supressão integral das exportações das carnes de sol em mencionados portos.

Foram seus argumentos: ". . . e ponderando nós os fundamentos deste Comércio, quanto a esta Capitania, achamos não se dar dele utilidade alguma senão para os donos dos Barcos, estabelecendo-se o cômodo destes, que são bem poucos, na ruína de quase todos os indivíduos desta Capitania, que são bem muitos pelas numerosas propagações que nela se têm difundido. Em segundo lugar, têm sido bem funestos os efeitos dessa negociação, pois, extraídos por mar os gados em carnes seca, se acha esta cidade e maior parte desta Capitania padecendo à falta bem considerável deste comum alimento; motivo por que nesta Câmara não há quem remate o contrato das carnes pela carestia dos gados, e irem quase todos para os barcos. Em terceiro lugar, consideramos prejudicial à Fazenda Real

*As de Moçoró fundou-as o Sargento-mor Antônio de Sousa Machado que residia em Russas, Ceará, sendo de crer tivesse levado para ali a arte de preparação da carne seca — LIMA, n. 91.

a dita negociação, por não estar estabelecido o pagar cada barco o subsídio do sangue, que são quatrocentos réis por boi e trezentos e vinte réis por vaca, como pagam os mais que matam gado vindo as rendas reais a ficar sem avultada quantia que podiam perceber de quase duas mil cabeças de gado, que cada carrega".[92] (v. 2, p. 123)

Dois anos posteriormente, a 23 de maio de 1788, o Governador de Pernambuco, D. Antônio José de Melo, escrevia a Martinho de Melo e Castro, ministro da Sua Majestade, fazendo-lhe ver que, ao chegar à Capitania, a encontrou desprovida dos gêneros indispensáveis ao sustento do povo, já havia muito. "Entrava na praça muito pouca farinha, nos açougues não existia carne fresca, e a salgada dos sertões também se não encontrava".

Adotou medidas "de que resultou pouco efeito, pela rebeldia e contumácia dos criadores e senhores de gados nos sertões, acostumados por tantos anos a matarem e salgarem a maior parte das reses". Por fim, agravando-se o mal, lançou mão de recurso extremo, qual o de "impedir que nos dois portos vizinhos desta Capitania, chamados do Açu e do Moçoró, se mate cabeça alguma para salgar e transportar, porque das Fazendas de gado que ali há, é que sempre se proveram os açougues da Capitania da Paraíba e toda esta, e porque só dali, pela sua vizinhança, é que pode aqui vir gado".

A proibição deixara de incluir o porto de Aracati, mas somente enquanto os criadores de Moçoró "não levarem lá os seus bois para salgarem, deixando de os trazerem a esta capital".

"E é tão grande a ambição dos proprietários daquelas Fazendas do dito Moçoró e Açu — justificava o Governador — que deixam na maior necessidade os seus habitadores. . . E matam e salgam e navegam todo o gado que criam, sendo o mais forte dos motivos por que assim obram irem vender a carne na Bahia, onde não pagam subsídio algum, pagando-o nesta; e é tão grande o número dos barcos, que algumas vezes ali se ajuntam, que muita carne se perde e outra tem de voltar aqui, como sucede agora, em que a carne que está à venda e o resto de um barco cá não teve saída."[163]

Ulteriormente, instava D. Antônio José de Melo na execução do seu ato proibitório, dizendo-se "na posse de melhor notícia e dobrados motivos".

Como era de prever, o fechamento dos portos rio-grandenses favoreceu enormente as charqueadas do Ceará, já refeitos os rebanhos da seca de 1777, de tão clamorosas resultantes para as riquezas nordestinas, ainda sobretudo porque foi nesse ano que do Aracati se retirou para o Rio Grande do Sul o cearense José Pinto Martins, que, fundando às margens do arroio de Pelotas, em 1780, nas terras concedidas pelo Governador José Marcelino Figueiredo a Manoel Carvalho de Sousa, um salgadeiro ou *fábrica*, transportou para o extremo meridional do país os conheci-

mentos e a prática da indústria, escrevendo dessa forma a sentença de morte do frutuoso comércio que, por tantos anos, fora o sustentáculo econômico duma grande porção do Nordeste.

Efetivamente, em derredor e ao exemplo da pequena oficina do aracatiense ousado, estabeleceram-se outras, dando origem não só à hoje cidade de Pelotas, como ao charque gaúcho, de que se abastece todo o Brasil.*

Aracati prosperara em progresso invulgar, quase uma ostentação, consideradas as coisas do tempo.

O Capitão-mor Azevedo Montauri, quando realizava um dos seus giros de inspecção, manifestara que "das vilas todas da Capitania só esta do Aracati merece o nome, e até os mesmos habitantes dela, ou porque sejam a maior parte deles forasteiros, que vêm de outras partes fazerem os seus negócios, ou porque a Providência assim o permite, são os mais quietos e pacíficos desta Capitania".[195] (p. 352)

Sobremaneira significativa é a exposição feita, a 17 de julho de 1787, pelos vereadores da Câmara da vila ao Rei, solicitando mais território ao seu termo, até ali reduzidíssimo para o maior dano do povo: "Todos sabem que o Aracati é um porto mercante de consideração, que o seu comércio tem promovido, e promove cada dia a povoação, de tal sorte que hoje se contam na vila e seus subúrbios perto de quinhentos fogos; duas mil pessoas de comunhão; cinco ruas públicas, trezentas casas, que a ornam e fazem um aspecto público, por serem as mais delas de sobrado; e mais de setenta lojas de mercadores, mais a ocorrência da gente marítima, e de todos os sertões desta Capitania, e ainda do Piauí e Rio Grande do Norte, que continuamente a ela vêm, por ser situada na ribeira mais fértil e mais comerciada nesta Capitania a fazem muito populosa, e conseqüentemente mais e mais necessitada de providências, para o seu bom regime, sossego público, e segurança dos cabedais, que nela se maneiam. É bem evidente que o comércio desta vila sobe todos os anos à soma de um milhão, porque o Mestre de Campo Auxiliar, Pedro José da Costa Barros, recolhe todos os anos na sua loja para o comércio mercantil, em dinheiro e fazenda, cem mil cruzados; o Capitão-mor João Pinto Martins o mesmo; e o Capitão João Coelho Bastos outro tanto, além

* Observa Ferdinand Denis: "Na província do Rio Grande do Sul os indivíduos que à criação dos gados se aplicam, nem sempre são os que se empregam na preparação das carnes secas. Chamam a estes, charqueadores ou salgadores, e comumente situam seus estabelecimentos junto à borda dalgum rio, que facilita as arribadas. É na época em que os gados estão em melhor estado, desde novembro até abril, que se começa a chacina. Hoje essa província é quase o único lugar a que de todas as partes do império, concorrem em busca de charca ou carne seca, conhecida também pelo nome de carne do sertão; e ainda assim, foi só em 1780 que o desenvolvimento desta indústria começou".[49] (v. 1, p. 305)

Consultem-se a respeito: STUDART[183] (v. 2, p. 192) ; OSÓRIO[127] (pp. 29, 31); ORINCÃO. . .[165]; CALMON[38] (v. 3, p. 368 ; MELO[102] (p. 193) ; ANAIS. . .[16] (p. 106). José Pinto Martins faleceu em 1826, com cerca de 80 anos de idade.

de outras lojas dos mercadores de fundo, e comerciários avulsos que recolhem a trinta, vinte, quinze, doze, dez, oito, cinco, quatro e três mil cruzados, sendo certo que não há nenhuma só loja ou venda das mais diminutas que todos os anos recolha menos de um conto de réis, regulando-se entre todas a entrada de quinhentos mil cruzados; e a saída que pelos três acima nomeados, e pelos mais mercadores e comerciantes é a entrada deste porto de trinta sumacas carregadas de carne e efeitos da terra, que a esta vila ocorrem de todos os sertões desta Capitania, e de fora dela tão bem é regulada em outra tanto soma, sendo igualmente certo que o fundo das lojas estáveis não há de descer muito de duzentos mil cruzados, sendo estas razões que têm constituído a esta vila a mais populosa e a de melhor civilidade, assim no asseio público, como no culto divino, de tal sorte que pela sua opulência, formosura e boa civilidade se faz digna de ser a Capital".[50]

Isso, a despeito de ter sido marcado à vila, no ato de sua instalação, minguada área territorial, meia légua em quadro à entrada da barra, em ordem a que as fazendas de gado, que se justapunham rio acima a somente alguns quilômetros, pertenciam ao Aquirás, vinte léguas distante.

Só pela Provisão de 17 de dezembro de 1793 se mandou ampliar o território do termo, dando-lhe novos e convenientes limites. Nesse diploma régio considerava-se que "a vila do Aracati presentemente é a mais populosa, rica e de comércio que tem a Capitania do Ceará, e pelo seu porto célebre e de consideração".[155]

"Na Memória dos principais Estabelecimentos, Fatos e Casos Raros Acontecidos no Aracati", o citado vereador Esteves de Almeida dá testemunho de que, "depois de edificada a Vila, cresceu o comércio das carnes, de sorte que constitui hoje a mais populosa de toda a comarca do Ceará, não só pelos seus belos edifícios nela levantados, senão pelos seus habitantes e pela maior parte civis e ricos, que costumavam conduzir para ela bastantes fazendas e outros gêneros de negociação, que orçavam todos os anos em quatrocentos mil cruzados". E adianta: "Além deste ramo de comércio da fábrica das carnes, havia outros muitos com que se fazia grandioso negócio, como sejam couros de boi, vaquetas, couros de cabra e pelicas brancas, que se costumam fabricar nos sertões e nesta vila, cujos gêneros orçavam em cada ano de 25 a 30.000 couros salgados, 50 a 60.000 meios de sola e vaquetas, 30 a 35.000 couros de cabra, 2 a 3.000 pelicas."[14] (v. 1, p. 83)

Aracati, entretanto, não fora o único a locupletar-se com a suspensão das oficinas do Moçoró e do Açu, e sim também os demais centros distribuidores do Acaraú, do Camocim e da Granja.

Pelo Acaraú, transitavam os artigos e mercadorias que saíam ou demandavam os sertões do norte da Capitania.

As primeiras fábricas, aí, foram levantadas no modesto "Porto dos Barcos", afastado cerca de 5 km da barra do rio, onde, no lugar denomi-

nado "Outra Banda", se instalaram outras, fundamento do povoado que se adensou com o nome de Oficina, hoje cidade do Acaraú.*

"A denominação de Oficinas provém da grande quantidade de charque que embarcava por aqui, pois que neste ramo de negócio consistia quase toda a exportação daquele tempo" — explica Antônio Bezerra.[104] (p. 351)

E pôde, ainda no comecinho do século 19, escrever o Governador Bernardo Manuel de Vasconcelos: "A vila da Granja, que domina a foz do rio Camocim, tem em si um grande comércio de carnes e algodão, que atrai pelo seu cômodo muitas embarcações e traficantes das Capitanias circunvizinhas".**

Enriquecia-se, pois, o Ceará com o negócio das carnes preparadas, e eis que nova calamidade o assalta, a seca de 1790-1793, espantosa nos seus efeitos gerais e aniquiladora da rendosa indústria.

As crônicas nordestinas estão refertas de alusões a esta seca, chamada vulgarmente *seca-grande* ou *a comprida* que, matando os rebanhos quase inteiramente, liquidou em definitivo o comércio das carnes, cujos mercados consumidores passaram a ser abastecidos, algum tempo ainda, pelas fábricas do Parnaíba, e depois e até hoje pelo charque do Rio Grande do Sul.

Lamentavelmente, não se positivaram de todo as esperanças do vereador: com o correr dos anos a pecuária cearense se recompôs, mas as exportações das carnes conservadas, duma vez por todas, se extinguiram.

Do Piauí chegara o gado para a reposição, porém ficara, sustentada pela perenidade do Parnaíba, último ponto de resistência, a exploração dos salgadeiros do Nordeste. Às suas margens, no sítio conhecido como "Porto dos Barcos" ou "Feitoria", desde antes de 1767 haviam sido localizadas oficinas, as quais cedo alcançaram tal importância, freqüentadas por crescido número de navios, que para ali foi transferida a vila de S. João da Parnaíba, dantes sedeada em "Testa Branca", lugarejo insignificante e decadente.

José Francisco de Miranda Osório, citado por Pereira da Costa na sua *Cronologia do Piauí*, em carta dirigida em 1877 ao Des. Cândido Gil Castelo Branco, afirma que essas charqueadas eram seis, das quais em 1813 conheceu três, que se fecharam respectivamente em 1820, 1824 e 1827, e onde ainda se matavam de seis a oito mil bois. Era o português

---

* O sítio ou data de "Porto dos Barcos", que teve o nome de "Oficinas", pertenceu a Antônio dos Santos e foi vendido pelos seus irmãos e herdeiros a José Monteiro de Melo, por escritura pública de 23.12.1793, em notas do tabelião João de Melo e Silva, de Sobral. Monteiro de Melo, em testamento, legou dito sítio a N. S. da Conceição, Orago da freguesia de Sobral.

** *Apud* STUDART[195] (p. 499)

Domingos Dias da Silva, proprietário de algumas e monopolista da compra da produção de todas, que exportava para Pernambuco, Bahia, Maranhão, Pará e algumas vezes para o Rio de Janeiro.[182] (v. 1, p. 123)

Daí para os nossos dias, não mais o Nordeste soube reconquistar a lucrativa indústria. Mas a *carne de sol* continua a sustentar a população sertaneja, como uma necessidade e um regalo.

6.2. ALGODÃO

A partir de 1777 é que, no Ceará, se cogitou do algodão como elemento comerciável, e não simplesmente matéria-prima de rudimentar indústria caseira na feitura de fios, panos grosseiros e redes de dormir.[78] (nota 317, p. 205)

Naquele ano, transportara-se "com o seu negócio", de Lisboa para Fortaleza, onde se estabeleceu, o português Antônio José Moreira Gomes, e foi devido ao seu tino e aos seus corajosos esforços que o famoso arbusto veio constituir-se, ao lado do boi, em substancial fonte econômica da Capitania.

Iniciava-se com o algodão o ciclo agropecuário do Ceará.

Será bom repetir as próprias palavras de Moreira Gomes deixadas escritas num requerimento de justificação por ele solicitada, "para certos registros", ao juiz ordinário da Capital, que a julgou por sentença em 28 de setembro de 1802:

"1) q' o Supe. viera pa. esta Capnia. no anno de 1777 com o seu negócio, onde existe té o presente nesta villa;

2) q' no predito anno fora a Serra da Uruburetama, distante mais de trinta legoas desta Va, a seu negócio e vendo ali vários péz de algodoens junto as casas da moradia de alguns abitantes, e observando a qualidade de algm. ser excelente, pela experiencia q' delle tinha, animara a alguns delles, bem como a Franc°, Escorcia Dormont, a plantarem o dito gênero com maior abundância;

3) q' logo a estes mencionados sujeitos, e no anno seguinte a outros muitos, adiantara o Supte porsão de dinheiro, e fazendas, a fim de os animar a dar princípio a hú ramo de commércio neste paiz até então desconhecido;

4) q' igoalm. e aos mesmos assima referidos insinuara o modo de fazer-se os engenhos p[a] o descarossamento do algodão, e a emsacallo em pluma;

5) q' nos primeiros três ou quatro annos não ouve neste paiz negociante algum, q' quisesse comprar este gênero (a reserva do Supte) por ignorarem

a vallia, estimassão, e sahida q' teria este ramo de commércio; não querendo por este principio exporem-se a empate, ou prejuízo;[75] (nota 328)

6) que no prim.º anno daprodução deste gênero apenas ouve setenta e oito arrobas, as quais o Supte. e comprou por ter-se obrigado a isso, e as fez embarcar para Bahia onde as vendeu a Julião Putier;

7) que no segundo anno, avendo duzentas trinta e quatro arrobas, não estando o dito Putier na Bahia por ter-se retirado p.ª Lisboa, não ouve naquella Praça q. desse pello dito algodão ao menos o q' tinha custado, por ser ali desconhecida a sahida deste genero, e por esta razão o fez embarcar por sua conta pa Lisboa remetido por Luis da Costa Gomes a Bandr.ª & Comp.

8) que oje se axa aquella Serra produzindo, huns annos por outros, sinco mil arrobas de algodão em pluma, em q' vêm os Riais Dizimos a receber um aumento proporcionado a esta crecida plantação;

9) que os abitantes dos contornos desta Va da Fortaleza vendo os progreços da agricultura daquella Serra, se animarão à porfia na plantação do dito gênero, de tal sorte q' hé o maior ramo do comércio neste paiz;

10) que, vendo os abitantes das Vargens de Jagoaribe o aumento da agricultura deste genero nesta freg.ª da Fortaza, e q' vez se hia aumentando mais, comessarão a dar principio ali a esta plantação, donde vião palpavelm.te tirar-se grandes interesses e igualmente foi graçando esta plantação não só por esta Cap.nia como tãobem nas sirconvizinhas. E por este princípio vem exportar-se desta mesma Cap.nia trinta, ou quarenta mil arrobas de algodão em pluma analme.e

11) que, em razão da grande plantação do algodão, têm os Reais Dízimos crescido em duas ou três partes mais por que então se rematavão;

12) que não obstante a triste e lamentável seca do ano de 1792, em q'em alguas ribeiras desta Capitania perecerão todos os gados, e em outras apenas escaparia a quarta parte e apesar de tudo, a arrematação q' se seguiu dos Reais Dízimos depois da mesma seca, foi por hum tal preço, que nunca se havia arrematado antes della, o q' se deve à crescida miunsa, em razão da grande plantação de algodão".

Exsurge daí um marco de saliente interesse: no alvorecer do século passado já os agricultores cearenses exportavam anualmente, da sua produção algodoeira, de trinta a quarenta mil arrobas de pluma.

As espécies cultivadas eram o crioulo ou inteiro (*Gossypium brasiliense*) e o quebradilho (*Gossypium purpurescens*), ambos arbóreos.

Bem vira Moreira Gomes que, interrompidas as remessas da América do Norte, em virtude da guerra de sua independência, sentia a Europa premente necessidade do algodão de outras origens, valorizando-se assim dia a dia o seu preço, e que, no Ceará, eram propícias à sua cultura as condições de clima e a natureza do solo.

Com efeito, muito intensa se tornou a procura, pelos comerciantes ingleses, do algodão brasileiro, reputado excelente e que chegou a ser-lhes

vendido a preço entre 24 e 34 dinheiros, nos anos de 1778 a 1801, e até ao de 42 dinheiros em 1799.[30] (p. 4)

O produto saía do Brasil pelos portos do Maranhão e do Recife, o deste em grande parte oriundo do Ceará. Por aquele primeiro, conforme os dados de Roberto Simonsen, os navios carregaram em 1778, segundo ano da luta americana, 66.510 arrobas, valendo 444:577$344, a 7$500 a arroba. De 1805 a 1812, a média de exportação foi de 296.298 arrobas. Entre 1796 e 1798 os preços, muito oscilantes, variaram entre 1$560 e 5$900 a arroba. De 1803 a 1805 estiveram estáveis: de 1808 a 1811, caíram para 3$401; em 1812 variou entre 3$100 e 3$200; em 1814 o preço era de 5$500; em 1815, era de 6$000. De 8$000 em 1816-1818; de 6$500 em 1819, de 6$000 em 1820; de 4$500 em 1821.[173]

Em Pernambuco chegou a nivelar-se ao açúcar, tendo-o sobrepujado em 1805.

Mas, como sempre acontece, a ganância dos vendedores venceu a honradez dos negócios: "A avidez do ganho fez com que só se atendese à quantidade na produção, desprezando-se a principal condição, a qualidade; e o resultado foi cair em descrédito este importante produto de nossa lavoura, perdendo no seu valor e deixando de ser procurado nos mercados de seu consumo".[65]

Decidira-se a coroa, em face disso, a expedir a Carta de 27 de junho de 1792, mandando inspecionar os algodões destinados à exportação, medida que, no Ceará, principiou a ser executada a 1º de janeiro de 1800, mediante deliberação da Junta da Fazenda.

"Acorrendo aos danos que se seguiam ao público, assim nesta Capitania como na praça de Lisboa, do descrédito do algodão em rama, pelas falsificações e roubos até agora praticados pelos agricultores e revendões do dito gênero, assás precioso à Capital e suas Colônias pelo saldo e lucro que lhes provém deste artigo na balança do seu comércio", publicou a mesma Junta edital datado de 1º de dezembro de 1799, determinando: 1º) que, daquela data em diante, somente nos portos de Jaguaribe (Aracati), Mucuripe, Acaraú ou Itapagé, e Camocim se poderá embarcar para fora da Capitania o dito gênero; 2º) que todo o algodão em rama que se pretende embarcar nos ditos portos será inspectado nas respectivas Mesas de Inspeção, para o dito efeito erectas, pagando os mesmos 160 réis por arroba, que se pagam na Capitania do Maranhão na conformidade da mesma Carta Régia acima referida; 3º) que, em utilidade da marinha mercante, todas as sacas de algodão serão imprensadas na Prensa Real de cada um dos respectivos portos de embarque, pagando tão-somente, os proprietários ou mestres das embarcações de cabotagem, 160 réis por fardo de duas sacas, que vem a ser metade do que em Pernambuco se paga pelo mesmo benefício.[78] (p. 21)

Para a arrecadação e escrituração do novo imposto expediram-se minuciosas instruções, redigidas pelo escrivão Bento Targino e segundo as quais:

"1) A Mesa da Inspeção será composta do Isnpetor Juiz da Balança e recebedor do novo imposto e do Escrivão da Inspeção, Balança e Receita e Despesa do mesmo rendimento, aos quais toca privativamente a indagação e averiguação de todo o algodão que se exportar para fora da Capitania, a fim de que vá limpo de toda e qualquer matéria heterogênea, e sem as falsificações até agora praticadas pelos lavradores e revendões deste gênero. Para o dito exame mandará, portanto, o inspetor, pelo escrivão do seu cargo, abrir, em qualquer parte que lhe parecer, as sacas de algodão, que houveram de ser inspectadas, e com um gancho de ferro pontagudo, tirará de dentro da saca aquela porção que julgar bastante para conhecer se há vício ou fraude no preparo do dito gênero, e seu acondicionamento, ficando responsáveis os ditos, escrivão e inspetor, por todo o dano proveniente da falta do dito exame, as partes invervenientes no tráfego e comércio do dito artigo.

2) O inspetor e seu escrivão serão obrigados a assistir ao peso de toda e qualquer porção de algodão que os carregadores embarcarem para fora da Capitania, dando 2 libras de tara a cada saca ordinária e às maiores libras, além de mais 1 libra por saca, a título de bom peso.

3) O escrivão da balança na presença do mesmo inspetor juiz dela, porá, na cabeça de cada uma saca pesada, a quantidade do seu peso, em arrobas e arráteis, a saber: as arrobas ao lado esquerdo e os arráteis ao direito, de forma que no meio fique um espaço ou claro para se lhe pôr o carimbo S, ficando a outra cabeça da saca livre e desmbaraçada, para o carregador lhe pôr a sua marca; advertindo-se, porém, que em cada um dos portos de embarque desta Capitania se porá, debaixo do carimbo geral dela, as letras ou letra inicial do porto onde se embarcaram as sacas do algodão, a saber: um I — Jaguaribe, um F — Fortaleza, um A — Acaraú, um C — Camocim.

.....

9) Do Armazém da Inspeção ou da Casa da Prensa das sacas de algodão, não poderá sair saca alguma depois de inspectada para se embarcar, sem que seja com a assistência do guarda da costura, que vencerá 10 réis de amolumento de cada saca que acompanhar do armazém para a postura de embarque, e 5 réis de cada saca que se pesar na balança da Inspeção.

10) O mesmo guarda de embarque e fiel da balança será o porteiro da Casa da Inspeção, assistindo ali todas as manhãs, enquanto durar ao despacho; abrirá as portas às horas que lhe forem determinadas e ficará responsável a dar conta de toda e qualquer porção de sacas de algodão que entrarem para o armazém da Inspeção.

.....

12) Nos primeiros três dias de cada mês, indefectivelmente entregará o recebedor ou tesoureiro do novo imposto, e nos dez dias consecutivos a cada quartel os outros recebedores do Aracati, Acaraú e Camocim,

no cofre da Tesouraria Geral da Junta da Fazenda, todo o dinheiro que houver rendido o dito novo imposto no mês ou quartel antecedente, cujo cômputo deve constar por certidão do escrivão respectivo, extraída do próprio livro da receita.

.....

14) Os trabalhadores índios que forem precisos para o peso das sacas e arrumação delas nos armazéns da Inspeção vencerão por dia em que trabalharem 160 réis de jornal, formando a folha deles o fiel porteiro e guarda da Inspeção.[78] (nota 33)

Deu-se pressa o Governador Bernardo Manuel de Vasconcelos em instalar convenientemente as Casas de Inspeção, que ele julgava "o maior benefício que se poderia fazer a este povo agrícola e traficante, que pelas fraudes que ultimamente praticava em um gênero tão útil à nação e às colônias, o tinha desacreditado nos mercados estrangeiros, fugindo já os comerciantes portugueses de comprarem o algodão de Pernambuco, pela falta de limpeza e cavilação das jaças e pesos, e dando maior preço pelo do Maranhão (que antigamente era de menor valor) depois que teve dita Inspeção".*

A de Fortaleza estava pronta a 30 de junho de 1802, com o dispêndio, na sua construção, de 2:436$440, e a 30 de setembro a do Aracati, em que se gastou quantia quase igual — 2:432$480, tendo ficado superior àquela, como declara Barba Alardo de Meneses na sua conhecida "Memória sobre a Capitania Independente do Ceará".[82]

Foram bons os resultados da fiscalização, assim no tocante ás coletas do tributo, como à melhora e asseio do algodão a despeito das reiteradas manifestações desse mesmo Governador contra a existência de múltiplos lugares de inspeção, e não um só, na capital, como se dava em relação às outras capitanias, a fim de "se evitarem, como argumentava, as despesas, que fazem quatro inspeções e ainda mesmo os extravios e fraudes que, de tão longe, se não podem remediar com toda a nossa vigilância".[190](222)

Realmente, apesar da diminuição no preço do algodão brasileiro, oriunda da volta aos mercados europeus do concorrente americano, enchiam-se os navios da malvácea cearense, levando-a para as praças consumidoras. "Enquanto à cultura do algodão, escrevia em abril de 1804 o Governador d'Osynhausen, ela se acha nesta capitania em plena florescência, e brevemente se poderá fazer uma crescida exportação para os portos desse Reino, vindo a concorrer maior número de embarcações".[140] (p. 169)

A maior exportação se fazia, então, para a praça do Recife, a cujos balcões timbravam em acostar-se os negociantes do Ceará.

Com o intuito de favorecer o comércio sem intermediário com o Reino, havia sido expedida a Ordem de 27 de abril de 1803, isentando-o

* Vê-se que o mal vem de longe. . .

de direitos sobre entrada e saída das mercadorias na Capitania, mas nem por isso aqueles comerciantes dos quatro portos de inspeção deixavam de ir todos os anos a Pernambuco, "praça de que são mais depressa caixeiros do que sócios", na expressão do mesmo Governador João Carlos: "Longe de aproveitarem o benefício que Sua Alteza Real fez de perdoar os meios-direitos de todas as fazenda e gêneros que se exportassem ou importassem pelo espaço de seis anos nos portos desta Capitania, antes querem ir comprar fazendas carregadas com os direitos inteiros de Pernambuco, e além disto com os interesses de vinte e de trinta por cento, tanto pode a cegueira, a tanto obriga a pobreza e falta de meios!"[141]

Só em 1809, já abertos os portos do Brasil aos barcos das nações amigas, pela tão sábia Carta de 28 de janeiro de 1808, pôde o Ceará, estabelecer contacto direto com o comércio de Londres.

Acentuava-se o bom efeito das inspeções, porque já então o produto recebia a indispensável preferência dos comerciantes britânicos, "sobre todos os mais deste Continente, pela sua belíssima qualidade, alvura e asseio", como afirmava ao citado Governador Alardo de Meneses o comandante do navio "Gavião", de propriedade da firma londrina Barroso, Martins, Dourado & Carvalho e chegado ao Ceará trazendo "escravatura, açúcar, farinha, cachaça e outros gêneros de consumo".[192] A mesma coisa lhe assegurava o capitão da escuna inglesa "Mayflower": "O algodão desta colônia já era reputado em Inglaterra como um dos melhores deste Continente".

Em 1810, pelo porto de Fortaleza embarcavam 169.072 kg; pelo do Aracati, 138.750 e pelo do Acaraú, 87.885, num total de 395.707 kg. Nos anos de 1811, 1812, 1813, 1814 e 1815 o porto da capital exportava, respectivamente, 172.071 kg, 152.550 kg, 312.675 kg, 316.705 kg, e 245.895 kg., dando a soma de 1.244.896 kg. e uma média de 248.977 kg. Em 1816, 1817, 1818 e 1819, remeteu ainda o mesmo porto, também respectivamente, 358.875 kg, 181.440 kg, 462.960 kg e 636.360 kg., parcelas da soma de 1.639.635 kg, fornecendo a média de 409.933 kg.[30] (p. 97)

As principais regiões produtoras eram os distritos de Fortaleza e Aracati e as serras de Baturité, Uruburetama, Meruoca, Pereiro e Aratanha. Nesta última o plantio havia sido muito ampliado pelo rico proprietário Albano da Costa dos Anjos.

No ano de 1821, como atrás ficou registrado, a exportação da Capitania só para Lisboa igualou-se a 21.229 arrobas, ou seja, 318.445 kg. Daí por diante, a competição americana se intensificou, pondo em nível mais baixo as exportações brasileiras. Em 1800, o algodão dos Estados Unidos representava 12% da sua exportação total; em 1820, 35%, em 1830, 52%, e em 1850, 60% ao passo que o do Brasil, que em 1796 representava 20% das nossas remessas para o estrangeiro, somente alcançou 28% em 1805, descendo a 18% em 1819 apesar de sua superioridade

em relação ao ianque, visto como em Londres, por exemplo, em 1828, tinha aquele preço maior 31% que este.

Entretanto, a partir de 1822, os negócios do algodão declinaram sensivelmente na Província, em conseqüência não só de doenças que o atacaram e também das comoções políticas que a intranqüilizaram por muito tempo, como principalmente em vista da queda dos preços na Europa.

O Presidente Marechal de Campo Pereira da Silva, na sua *Fala*, por ocasião de se instalar o Conselho Geral da Província, a 1º de dezembro de 1829, referia-se a grande desfalque na riqueza desta, causado pela "baixa do algodão que, sendo outrora fonte primária da prosperidade do Ceará, hoje não paga de certo o trabalho do lavrador".

Colimando "fazer outra vez rendosa a cultura do algodão", pleiteou sem ser atendido a criação de uma fábrica de fiação e tecelagem: "O estabelecimento de uma ou mais fábricas poderia suavizar em parte a situação, principalmente esta da fiação e tecidos, não só pela decadência do mesmo algodão na Europa, como pelo consumo do país, e mesmo de importação para esta Corte, pois sendo o país benigno na sua produção, seria até grande prejuízo aos direitos da Nação o seu total abandono" — expunha Pereira da Silva no ofício que a 27 de abril de 1829 mandou ao Ministro do Império.[119]

Como que se escondem os informes estatísticos referentes aoprimeiro período que se seguiu à data da nossa Independência até o primeiro governo do Pe. Martiniano de Alencar, época em que, de modo especial em 1835, foi maior a safra algodoeira. "Colheita formidável", chamou-lhe o Presidente, vendida a ótimo preço, que atingiu 12$000 por arroba, conforme carta ao ministro da Fazenda, Castro e Silva.[11]

Em 1836, a colheita não foi boa e no ano seguinte entrou o Pe. Alencar a fazer compras de algodão, para enviá-lo à Inglaterra, de acordo com ordens recebidas do mesmo Ministro: "Fico procurando dar execução à sua ordem para a compra de algodão, comunicava-lhe em abril. Já me vou vendo gago com pedidos dos negociantes para serem os encarregados da compra, cada qual querendo ter a preferência. . . Letras de certo modo não há quem as saque para a Inglaterra, e mesmo a compra do algodão, se não for boa a safra, não se poderá fazer sem alterar o gênero. Tendo crescido o comércio, é aqui uma ciência comprar gêneros de exportação, porque a demanda é grande e a quantidade pouca, e por isso quase sempre está aqui o algodão mais caro do que em Pernambuco, e para ser comprado é necessário adiantar-se dinheiro para se receber na safra".[78] (p. 222)

Em junho já havia o Padre "deitado para fora do Tesouro uns 25 contos de réis para algodão".

Tal sistema de financiamento iria perpetuar-se no Ceará. . .

Neste mencionado ano a Lei n. 45, de 14 de setembro, autorizava o governo a adquirir máquinas para servir de modelo entre elas uma

de descaroçar algodão, as quais ficariam expostas ao público, a fim de que pelos mesmos modelos, se fizessem outras que a qualquer pessoa conviessem.

Logo a seguir, pela Lei n. 48, do dia 19, ficou o Executivo autorizado a conceder, por dez anos, "privilégio exclusive a José Maia para que só ele nesta Província possa fabricar máquinas de descaroçar algodão da sua invenção", e que seriam examinadas no Rio de Janeiro "por três ou quatro indivíduos entendidos na matéria", ficando no entanto livre a introdução de outras máquinas destinadas ao mesmo fim, se de invenção diferente.

Essas máquinas, inventadas por José Maia, chamavam-se "Imperiais", e parece que a sua vinda para o Ceará não se deu por força daquela autorização, porque, muito posteriormente, em 1857, outra lei da Assembléia Provincial, a de n. 838, de 2 de outubro, permitia ao Presidente emprestar ao Dr. Frederico Augusto Pamplona a quantia de Cr$ 6.000,00 para montar na Província uma delas. Silveira de Sousa, na sua mensagem de 1858, afirma que foi pessoalmente vê-la trabalhar, mas não se achou suficientemente habilitado com certos esclarecimentos e garantias necessárias à efetivação do empréstimo.

Em 1848 pudera o Presidente Fausto Augusto de Aguiar consignar no Relatório lido à Assembléia Legislativa em 1º de julho: "O algodão cuja cultura esteve algum tempo abandonada por causa do mofo que o perseguiu, já continua a ser lavrado com vantagem, e creio mesmo que este ano teremos muito algodão, segundo estou informado".

Na verdade, a produção foi muito maior do que as das safras anteriores, e nunca mais deixaria o algodão de estear firmemente a economia cearense, nesta marcha evolutiva até os nossos dias:

Anos (pelo porto de Fortaleza)	kg	Valor
1845-6	124.757	39:981$000
1846-7	46.378	12.632$000
1847-8	249.603	73:207$300
1848-9	511.322	131:397$120
1849-50	368.207	110:316$800
1850-1	717.293	270:596$982
1851-2	630.337	201:728$700
1852-3	991.628	340:991$150
1853-4	746.915	300:071$050
1854-5	703.303	237:875$640
1855-6	954.062	357:163$200
1856-7	904.334	369:468$000

continua

continuação

Anos (pelo porto de Fortaleza)	kg	Valor
1857-8	1.128.168	519:573$280
1858-9	1.091.375	524:658$605
1859-60	1.139.354	596:318$340
1860-1	863.479	419:810$372
1861-2	745.828	470:479$800
1862-3	646.050	659:234$960
1863-4	888.290	1.415:096$280
1864-5	1.403.261	1.415:096$280
1865-6	2.002.114	1.776:325$900
1866-7	2.380.838	2.256:927$000
1867-8	4.332.412	2.249:267$000
1868-9	4.686.300	3.684:815$000
1869-70	5.219.147	4.911:190$000
1870-1	7.253.893	4.033:040$000
1871-2	8.324.258	4.503:356$000
1872-3	4.970.064	3.070:278$000
1873-4	4.878.044	2.608:364$000
1874-5	5.738.090	2.599:072$000
1875-6	3.505.580	1.456:223$865
1876-7	3.082.420	1.163:313$600
1877-8	1.314.574	444:485$280
1878-9	628.948	283:214$000
1879-80	683.879	354:695$000
1880-1	2.071.625	945:553$000
1881-2	5.270.269	2.262:849$460
1882-3	4.345.702	1.911:289$998
1883-4	4.433.771	1.830:552$200
1884-5	3.072.195	1.300:005$700
1885-6	3.159.515	1.342:360$100
1886-7(18 meses)	9.904.256	3.441:408$180
1887-8	4.811.977	1.536:591$480
1888-9	1.670.116	560:451$140
1889-90	2.337.714	1.075:348$440
1890-1	3.245.354	1.303:878$700
1892	2.675.443	1.388:005$420
1893	2.636.442	1.484:132$890
1894	2.417.238	1.170:657$800
1895	1.835.555	1.040:264$400
1896	1.258.269	833:341$805
1897	1.093.821	839:757$720

continua

continuação

Anos (pelo porto de Fortaleza)	kg	Valor
1898	604.411	542:000$000
1899	948.205	790:386$000
1900 (Em todo o Estado)	2.008.330	2.616:095$000
1901	1.134.516	704:637$970
1902	4.786.750	2.890:894$300
1903	2.328.328	1.568:435$900
1904	3.214.320	2.526:444$900
1905	4.243.350	2.327:828$000
1906	3.914.470	3.361:161$000
1907	4.956.668	3.771:345$500
1908	3.006.372	2.382:996$700
1909	3.971.200	3.209:013$600
1910	3.043.250	3.128:019$800
1911	6.332.660	5.203:524$500
1912	7.045.900	7.045:907$000
1913	8.618.000	8.617:968$000
1914	8.829.200	7.445:737$000
1915	9.929.230	3.943:387$600
1917	5.409.000	
1918	9.299.335	
1922	16.005.368	
1925	10.016.040	
1926	15.026.100	
1927	10.349.460	
1928	11.601.880	
1929	20.070.400	
1930	16.107.100	
1931	11.547.665	
1932	4.089.091	
1933	11.375.522	
1934	32.000.000	
1935	25.000.000	
1936	33.000.000	
1937	32.000.000	
1938	28.037.116	
1939	27.540.000	
1940	28.000.000	
1941	21.934.397	
1942	19.047.434	
1943	27.070.545	

continua

continuação

Anos (pelo porto de Fortaleza)	kg	Valor
1944	30.000.000	
1935	25.000.000	
1936	33.000.000	
1937	32.000.000	
1938	28.037.116	
1939	27.540.000	
1940-41	31.009.193	
1941-42	19.633.061	
1943-44	17.276.254	
1944-45	17.285.314	
1945-46	24.625.795	
1946-47	28.262.392	
1947-48	26.310.424	
1948-49	21.202.174	
1949-50	23.711.958	
1950-51	36.555.315	
1951-52	17.118.996	
1952-53	30.047.007	
1953-54	17.493.490	
1954-55	30.887.004	
1955-56	36.174.414	
1956-57	38.105.168	
1957-58 (Estimativa)	40.000.000	

São flagrantes nesta coluna barométrica as quadras da produção nos anos de seca e nos das suas imediatas conseqüências: 1846-7, 1878-80, 1900, 1915, 1919, 1932, 1942.

O sucessor de Fausto de Aguiar, Presidente Inácio Silveira da Mota, interessando-se vivamente pela lavoura do algodão, conseguiu, em 1850, do governo imperial o envio de uma máquina descaroçadora, das fabricadas por Augusto Mullet, a qual chegou a Fortaleza pelo navio "Imperador" no dia 1º de junho do ano seguinte. Exposta à curiosidade pública, foi depois confiada, a título de empréstimo, ao adiantado agricultor de Maranguape, Inácio Pinto de Almeida e Castro, para serem verificadas as suas vantagens, comparada com as do tipo usado na Província. Mediante autorização daquele governo ficou, afinal, a máquina em poder do mesmo Inácio Pinto, obrigado tão-somente a mostrá-la aos plantadores que a desejassem ver.

Dando conta das experiências, informou ele, decorrido algum tempo, ser o descaroçador "incontestavelmente mais útil do que os engenhos

de que até agora nos temos servido, visto como, apesar da pouca fortaleza das peças, que não consentem grande impulso, descaroçará metade mais que os engenhos, sem fatigar o trabalhador e saindo a lã mais limpa".

Esses *engenhos*, com os quais se fazia o descaroçamento, eram um conjunto de dois cilindros de madeira de um pé ou mais de comprimento e meia polegada de diâmetro, movendo-se em sentido contrário, para engolir ou moer o algodão. Os cilindros, presos em suas extremidades a um banco de madeira, tinham cada qual uma manivela, podendo-se, por meio de parafuso e cunhas, aproximá-los, conforme o tamanho do caroço do algodão. Duas pessoas sentadas uma em cada lado do aparelho, movendo as manivelas em direções opostas, conseguiam descaroçar duas arrobas de algodão, que davam meia arroba de lã. A pessoa que introduzia o algodão entre os cilindros, era chamada cevadeira ou metedeira.

Sendo este trabalho exaustivo e pouco rendoso, adaptaram o descaroçador à chamada roda de mão, feita de madeira, de seis palmos de diâmetro, colocada a cinco toesas (20 pés) de distância daquele aparelho, ao qual era ligado por meio de dois cordões da grossura de uma e meia linhas, de algodão, linho, caraguatá, tucum, caroá ou couro, sendo os mais estimados os de couro de veado capoeiro. Um homem, por meio de uma manivela, impulsionava a roda de mão, que por sua vez fazia o descaroçador movimentar-se, conseguindo assim duas pessoas, de seis às dezoito horas, descaroçar de seis a oito arrobas de algodão, que davam uma e meia a duas arrobas de lã.

Em plantações maiores adaptavam duas, quatro, seis, oito e até mais descaroçadores a uma bolandeira, puxada por dois animais. Oito descaroçadores assim combinados descaroçavam diariamente 128 arrobas de algodão, que davam 31 arrobas de lã. Havia também descaroçadores movidos a água. Embora os cilindros de madeira fossem melhores por pegarem o algodão com mais facilidade, adaptaram-se depois cilindros de ferro, pelo fato de serem mais resistentes.

Diferente desses mesmos engenhos, a descaroçadora cedida a Inácio Pinto apresentava, além da manivela e dos cilindros, uma escova destinada a tirar e a bater o algodão descaroçado, tendo sido enviadas instruções do Conselho Administrativo da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional sobre o seu funcionamento, juntas ao ofício do Ministro Gonçalves Martins ao Presidente Almeida Rego, datado de 22 de dezembro de 1852.

Àquela mesma época, Joaquim Marcos de Almeida Rego, governante que se seguiu a Silveira da Mota, concordando com este sobre a grande vantagem que resultaria, para a Província, de que a cultura dessa planta fosse levada ao seu maior grau de perfeição, e que, por outro lado, "o motivo da decadência da mesma cultura tem provindo da má qualidade das sementes e da moléstia que tem no germe, sendo certo que, na Paraíba, ela estava prosperando muito em razão da medida de mandar vir novas sementes dos Estados Unidos da América do Norte" — conseguiu lhe

fosse remetida uma lata de caroços de algodão herbáceo, cultivado nas imediações do Rio de Janeiro, distribuindo-os aos agricultores por intermédio de algumas municipalidades do interior.[115, 8]

Introduzia-se, assim, no Ceará, o algodoeiro *Gossypium hirsutum*.

Então, as quantidades exportadas da Pronvíncia montavam a 582:115$661, contribuindo o algodão com cerca de 60%:

Algodão	341:115$661
Café	89:645$695
Couros	70:078$400
Açúcar mascavo	18:155$575
Animais vivos	13:736$000
Outras parcelas menores	

Rodolfo Teófilo deu esta pincelada de tons fortes:

"Em 1845, segundo a estatística da alfândega, a exportação foi de 124.757 quilogramas. Em 1876, vinte anos depois, nota-se um progresso imenso, a exportação subiu a 4.426.491 quilogramas. Acresce que não foi aquele o ano da maior exportação; em 1871, já havia baixado o preço do algodão, ela subira a 7.907.941 quilogramas.

O extenso desenvolvimento do cultivo do algodão foi devido á alta deste produto nos mercados europeus, conseqüência da guerra civil dos Estados Unidos.

De um ano para outro, a Província cobriu-se de algodoais; derribavam-se as matas seculares do litoral às serras, das serras ao sertão; o agricultor com o machado em uma das mãos e o facho n'outra deixava após si ruínas enegrecidas. Os homens descuidavam-se da mandioca e dos legumes, as próprias mulheres abandonavam os teares pelo plantio do precioso arbusto; era uma febre que a todos alucinava, a febre da ambição.

Em breve, porém, começaram as economias do lavrador a enriquecer as províncias vizinhas, onde se iam prover de farinha e legumes: as sobras do ouro estrangeiro voltavam em troca de objetos de luxo, de fazendas finas.

Aqueles que assim não dissipavam seus lucros, os empregavam na edificação de casas. Próximo aos pontos mais produtores de algodão, levantaram-se arraiais, transformados logo depois em povoações. Mal aplicada economia, porque, além de ser ínfimo o rendimento da quantia despendida, a propriedade ficaria sem cotação.

A colheita de 1863 fez duplicaram-se as lavras, que no ano seguinte produziram 1.135.650 quilogramas.

Convém notar que este resultado era todo devido ao trabalho livre; o lavrador preferia pagar aos assalariados 1$280 diários, a empregar nas roças os seus poucos escravos.

Durante a safra, o comércio da capital apresentava uma animação extraordinária: ruas e praças cheias de animais que tinham transportado

do interior os fardos de algodão; lojas apinhadas de comboieiros, de freteiros, de donos de mercadorias, cada qual com o seu rol de encomendas, a comprar o necessário e o supérfluo.

A notícia da grande produção do algodão em breve atraiu, de outros pontos do Brasil e da Europa, especuladores, que fundaram novas casas comerciais.

Era a idade de ouro. Em 1866, na cidade de Fortaleza, foram vendidos 2.066.673 quilogramas de algodão a 26$000 os 15 quilogramas, o maior preço que atingiu.

Cada vez mais se acelerou a atividade dos lavradores ambiciosos e imprevidentes. Aos golpes do machado destruidor iam caindo diariamente as matas; devorava-as depois o incêndio; surgiam novas e numerosas lavras.

De 1867 a 1870, exportaram-se 22.765.214 quilogramas. Em 1871, restabelecida a paz nos Estados Unidos, começou a baixar o algodão. Negociantes e lavradores tentam arcar com a crise, abrindo novas e imensas lavras que produzem 7.906.944 quilogramas, e o preço a baixar sempre! Estavam os lavradores vencidos, pobres e individados. O ricaço de ontem estava com as propriedades empenhadas, e sem meios de ganhar a vida, o pequeno lavrador via-se na dura necessidade de trabalhar a 500 réis diários, que a tanto desceram logo os salários. Restava algum gado que foi vendido para se pagar a última parte da ilusória opulência, que durou tão pouco! Dela apenas ficaram alguns prédios no sertão".[212] (p. 22)

Mas, em 1881, já o Presidente Leão Veloso podia adiantar: "o algodão é o produto mais importante do Ceará e pode ser considerado a base da riqueza da Província, atenta à extensão de terras que ela possui, apropriadas a esta cultura".

O desaparecimento do trabalho escravo, uma série de grandes estiagens — 1877-78, 1888-89, 1900, 1901, 1902, 1915, 1919 — a crescente emigração para o Amazonas, a incúria e, quando não, a ineficiência da ação governamental conjuraram-se para manter, sem maiores surtos, a produção algodoeira até 1921.

A seca de 1915 quase aniquilou os algodoais cearenses e com a intenção de recompô-los o Presidente Benjamim Barroso adquiriu, em 1916, sementes de algodão mocó (*Gossypium vitifolium*) seridoense, do R. G. do Norte, espalhando-as pelos agricultores sertanejos. No jardim do Palácio da Luz, a título de demonstração, plantou dois pés, que floresceram e frutificaram exuberantemente.

Neste mesmo ano, o Dr. Pompeu Sobrinho plantou no seu sítio "Ibaque", em Quixadá, um pequeno campo com algodão mocó, tendo verificado que a semente germinou muito bem e deu visivelmente 4 tipos ou variedades, dos quais dois chamavam a atenção, um pela beleza e extensão da fibra, e o outro pelo bom rendimento, tanto em algodão bruto, como em lã. Os dois restantes tipos eram evidentemente híbridos com caracteres mistos dos primeiros.

Alguns anos depois, em 1922, ao mesmo Pompeu Sobrinho foi cedida pelo Cel. Francisco Alves Linhares um de seis sacos de sementes desse algodão, que recebera do Seridó e distribuiu entre vários amigos. Tem-se como certo que as demais não produziram qualquer resultado, mas o Dr. Pompeu, com as que lhe couberam, fez o plantio de 4 hectares nos campos da Escola Agrícola de Quixadá. A germinação foi ótima e com o auxílio da irrigação foi o desenvolvimento vegetativo excessivo. A produção regular, porém, não foi capaz de despertar o interesse dos agricultores. Ao examinar as fibras, observou se tratava de tipo notável pelo rendimento, fato que o animou a fazer outra plantação, de cinco hectares, nas terras do seu sítio "S. João", e de 6 a 8 hectares na sua fazenda "Jardim". Acompanhando cuidadosamente o cultivo em "S. João" chegou à conclusão de que a cultura dessa variedade oferecia inestimáveis vantagens: a) pela rusticidade da planta; b) pelo bom rendimento do produto; e c) pela ótima qualidade da fibra. Desde então, continua o Dr. Pompeu a plantá-la, sempre utilizando a própria semente obtida em "S. João" ou em "Jardim", tendo várias vezes vendido as suas sementes ao governo estadual e ao Instituto do Algodão, que as distribuía aos lavradores do Estado.

Também no mencionado ano, o Presidente João Tomé de Sabóia e Silva importou outras sementes, de S. Paulo, porém da variedade "big-ball", que julgava "apropriada às condições do meio", sem contudo obter resultados que correspondessem à expectativa, dado que as sementes eram de má qualidade, excessivamente misturadas com as de outras variedades, sendo exígua a quantidade das do verdadeiro "big-ball".

Já então devastava as culturas algodoeiras a praga da lagarta rósea, que os governos federal e estadual persistiam em debelar, providenciando para que "todas as sementes do algodão não descaroçado sejam guardadas em depósitos especiais, devendo ser feito o expurgo não só das sementes destinadas ao plantio, como as destinadas a qualquer outro fim".

O remédio indicado era a criação de usinas centrais de beneficiamento e prensagem do produto, e a Lei n. 1598, de 9 de outubro de 1918, autorizou o Executivo a contratar a instalação delas, que levantaram em Iguatu e Sobral pela firma contratante do industrial Trajano de Medeiros, o qual se obrigava "a beneficiar nas usinas não só o algodão que adquirir, como também o de terceiros, fazendo a classificação segundo os padrões normais dos Estados Unidos da América do Norte e aditando ao tipo do algodão o comprimento da fibra, quando este for igual ou superior a 3 cm". Forneceria gratuitamente o governo sementes selecionadas e desinfetadas para distribuição aos agricultores e faria nas estações experimentais, que estabelecesse o tratamento adequado das pragas e doenças do algodoeiro.

Em 25 de maio de 1920, contratou o governo uma terceira usina com Teófilo Gurgel Valente, sita no bairro do antigo matadouro, hoje Farias Brito, de Fortaleza.

Passo mais firme deu, no entanto, o Presidente Ildefonso Albano, criando o Serviço Estadual do Algodão e chamando, a 30 de junho de 1924, especialistas ingleses — um selecionador e um classificador — com o fim de operar "a completa remodelação dos velhos processos culturais e de aumentar, com a máxima intensidade, a nossa produção".

O contrato com o classificador Harold C. Egan, em vista da inoportunidde de sua atuação, foi rescindido amigavelmente em abril de 1925; porém o técnico de seleção, Dr. B. G. C. Bolland, entrou a trabalhar com relativo proveito, ajudado mais tarde pelo Agrônomo Esmerino Gomes Parente que em 1926, designado pelo governo estadual, fez um curso de classificação na Superintendência do Serviço do Algodão do Ministério da Agricultura, no Rio de Janeiro.[130]

Criou-se, em 1925, a Estação Experimental de Santo Antônio de Pitaguari (Município de Maranguape), distante 33 quilômetros da Capital e, sem demora (1926), duas fazendas de sementes: uma no vale do Jaguaribe, em Russas, e a outra no vale do Acaraú, em Três Lagoas, perto de Sobral. Neste último ano, a 1º de setembro, instalou o Ministério da Agricultura, no Ceará, o Serviço Oficial de Classificação Comercial, iniciando os serviços os técnicos Ulisses Gil e Tarcílio Mattioli.

De logo, em virtude do ofício n. 36, de 27 de outubro, da Diretoria da Despesa Pública à Delegacia Fiscal, ficou a Alfândega de Fortaleza autorizada a não permitir a saída do algodão a não ser acompanhado do certificado de classificação oficial, o que sobremodo favoreceu a defesa do produto e a fiscalização das rendas do Estado.

Existiam então, 11 usinas de prensamento: as de Boris Frère & Cia, Gradvohl & Fils, Mirtil, Lima & Cia, Exportadora Cearense Ltda., J. Lopes & Cia., Salgado, Filho & Cia., Camilo & Cia., Joaquim Gonçalves & Cia. e Castelar & Cia.

Objetivava o Serviço Estadual de Algodão:

a) seleção individual;

b) seleção massal;

c) aclimação de variedades exóticas;

d) processo de hibridação, visando ao comprimento e regularidade da fibra, bem como ao aumento da produção por indivíduo.

Os trabalhos de selecionamento individual foram iniciados na Estação de Santo Antônio, numa área de 4 ha, com sementes que, oriundas dos descaroçadores locais, apresentavam as características das espécies herbáceas e arbóreas, tendo sido escolhidas, pela somática botânica, 225 plantas das melhores existentes.

Os exames de campo e de laboratório, a que se procederam nessas plantas, revelaram que o algodão cearense se achava inteiramente misturado, não havendo nenhuma variedade definida e notando-se extraordinária desigualdade no comprimento e na percentagem das fibras produzidas pelas diversas plantas, variando entre 18 e 36 mm e entre 16 e 40%.

A planta que tomou o número 105 deu origem à variedade H. 105, cujo comprimento médio da fibra era de 28-30 mm.

Essa variedade foi cultivada em larga escala, tanto em Santo Antônio como nas fazendas de Três Lagoas e Russas, divulgando-se as suas sementes por entre os lavradores do Ceará, o que muito concorreu para o melhoramento da cultura algodoeira.

Antes da criação da referida variedade, o algodão herbáceo consistia numa mistura de fibras de diversos comprimentos, encontrando-se no mesmo fardo grande quantidade de algodão tão curto que se tornava inteiramente inútil a qualquer fim industrial, ao passo que o resto era constituído de fibras que rivalizavam com as melhores conhecidas.

Para os trabalhos de aclimação foram introduzidas as variedades egípcias Casuli, Poleion, Zagora, Sakel, Ashmouni e 310, e as americanas Delta Type Webber, Cleveland e Lightning Express, das quais apenas o Delta apresentou qualidades que se recomendavam para a continuação dos estudos.

Posteriormente, em 1928, não satisfazia mais o H-105 ao comércio exportador, porquanto a sua fibra, apesar dos cuidados seletivos, não ultrapassava de 30 mm e os mercados estrangeiros exigiam algodão de 32-34 mm. Esta variedade foi nessa mesma época levada para os Estados da Paraíba e Pernambuco, onde se difundiu largamente, porque substituía com vantagem o algodão Mata, daqueles Estados, de fibra de 24-26 mm.

No citado ano de 1928 a variedade americana Delta Type Webber, que já havia sido introduzida em Santo Antônio (1925) com a fibra de 28-30 mm, passou a mostrar fibra de 32-34 mm e percentagem média de 34%, graças aos trabalhos seletivos, merecendo a preferência dos agricultores e exportadores.

Em 1929 terminou o contrato do sr. Bolland, que regressou ao seu país, ficando a cargo do dedicado Agrônomo Esmerino Gomes Parente a direção dos serviços do algodão.

Não se tendo adaptado bem o Delta na zona norte do Ceará, experimentou-se a introdução de outra variedade americana — o Delfos 6.102, que também possuía fibra de 28-30 mm. Submetido aos processos de seleção, em 1932 tal variedade já fornecia fibra de 32-34 mm, sendo enviada para o campo de Três Lagoas, e hoje cobre extensas áreas de cultivo naquela zona.

Quanto ao melhoramento do Mocó, somente em 1930 pôde merecer o devido cuidado. Em 1944 ficou deliberado, numa reunião de técnicos realizada no Recife, que esse melhoramento seria feito por meio de enxertia, processo que vem sendo executado com auspiciosos resultados na Estação de Santo Antônio.

A partir de 1933, as variedades Delta, Delfos e Mocó têm dominado as áreas culturais do Estado, continuando o Ministério da Agricultura, por intermédio da sua Seção do Fomento Agrícola, a zelar pela melhoria

do algodão na referida Estação Experimental de Santo Antônio e nos campos de sementes de Três Lagoas, Quixadá e Missão Velha, extinto que foi o de Russas.

6.3. AÇÚCAR

Não pôde, efetivamente, o "outro Nordeste" transformar as suas canas-de-açúcar em aristocracia semelhante à das casas grandes do Nordeste das terras doces do massapê, tão elogiadas por Gilberto Freyre.

Teve que preferir a criação de bois para sustentá-la de proteínas e da força motriz que afinal fizeram daqueles aristrocratas "a civilização moderna mais cheia de qualidades, de permanência e ao mesmo tempo de plasticidade que já se fundou nos trópicos".[71]

Mas chegaram ao Ceará as canas da ilha da Madeira e foram plantadas e "deram-se expantosamente", na hiperbólica expressão de Soares Moreno.

Remetendo para Lisboa, em 1783, diversos produtos naturais e outros da indústria cearense, o Capitão-mor Azevedo de Montauri juntou um caixote de açúcar fabricado pela primeira vez nos subúrbios de Fortaleza, "cujo distrito todo e a maior parte da Capitania são abundantíssimos nas mesmas canas de que só se serviam (os naturais) para fazer rapaduras, que são como uns pães de um açúcar muito mascavado e da mais ínfima qualidade, *mais para incitar o nojo que de servir o paladar*".

Outro caixote continha "açúcar feito nos Cariris Novos desta Capitania, onde se fabrica suficientemente este gênero por ser o continente próprio para a cultura das mesmas canas, porém é o extremo da mesma Capitania pelo sertão a dentro, na distância de cento e cinqüenta léguas do mar".[210, 195(p. 408)]

Talvez se pudesse chamar de *Nordeste da rapadura* o "Nordeste duro" de Gilberto Freyre, porque foi e ainda é a rapadura, mais que a carne dos novilhos, a comida forte e generalizada do homem desta parte do Brasil.

A rapadura tornou-se, na expressão de Capistrano, uma das alegrias do sertanejo; e longe de "incitar mais o nojo que servir para o paladar", é saboreada gostosamente a todo instante por alguns milhões de brasileiros.

"As canas do país (Ceará) são desmanchadas, em pequenos engenhos, em rapaduras que, com farinha, servem ao sustento do povo, que o prefere com gosto a outro alimento".

Gardner deixou-lhes a descrição e o elogio;. . . "adoça-se com açúcar mascavo, a que chamam rapadura e que lhes vem da zona acima do Icó. A rapadura é feita em pedaços de umas seis polegadas de comprimento por três de largura, e é duríssima. Por muito tempo fui obrigado

a usá-la como sucedâneo do açúcar. Embora não a apreciasse muito no princípio, acabei por achá-la tão boa, que a preferi ao açúcar, como toda a gente desta zona, a quem vi muita vez fazer sua refeição só de rapadura com farinha".[73] (p. 134)

Ficaram afamadas até hoje as rapaduras do Cariri, as dos tabuleiros do Ceará e as da Serra Grande, que se exportam em grandes quantidades, por terra, para os Estados vizinhos do Piauí, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e até para a Bahia.

Por volta de 1860 havia no Cariri mais de 300 engenhos, na maioria de madeira. No Crato, 130, sendo 8 de ferro. Em 21 dos 34 municípios, a estatística do Senador Pompeu anotou 1.200 deles, maiores e menores.

Havia-os até puxados a braços, dos quais nos dá notícia o professor Ximenes de Aragão nas suas "Memórias": "Este engenho, em lugar de almanjarras, tinha de cada lado dois paus encruzetados verticalmente atravessando as pontas das moendas, que eram duas e achavam-se na altura mais ou menos de 12 palmos, para dar lugar a que as cruzetas passem sem tocar no chão. Cinco pessoas tangiam-no, empurrando com o ombro nas pontas dos tais paus encruzetados, cada um de sua vez; isto é, empurrava o pau que lhe tocava, passava para diante, para dar lugar ao companheiro que o seguia, alcançar também o que lhe tocava e para alcançar igualmente o pau de diante, quando fosse pondo em atitude de ser por ele pegado. Isto, de modo que o engenho não parava e nem tão pouco eles paravam, caminhando em roda dele, até o tempo que fosse preciso moer. O engenho nem por isso dava menos garapa do que os puxados a boi".[19]

Nessa época a produção de rapadura, açúcar e melaço (mel) não era menor de 500 mil arrobas. Do açúcar se mandavam para fora da Província 210 mil e se consumiam 40 mil. Não se exportavam mais do que 40 mil arrobas de rapaduras, das 350 mil que somavam a produção. O consumo interno "per capita" era, anualmente, de 25 libras dos três produtos, valendo 1$650.

O Presidente Almeida Rego, em 1852, dizia-se "persuadido de que a produção progride, atentos os lucros que vai colhendo o lavrador e disto tenho quase certeza quando vejo o afã com que são procurados os engenhos de ferro, até agora tão raros na Província". O primeiro destes fora montado pelo Padre Alencar no seu sítio Alagadiço Novo, em Messejana.

As altas do preço do algodão, de 1862 em diante, concorreram para o desânimo da fabricação do açúcar: e quando, em 1875, se organizou o mostruário com que o Ceará se apresentaria à Exposição Nacional, nada mais a comissão encarregada do Catálogo pôde adiantar senão que a indústria ia em atraso e decadência progressiva, já estando Pernambuco novamente a abastecer deste gênero o Ceará. Para a Inglaterra, onde era beneficiada, se enviava alguma quantidade de açúcar mascavo ou de gamela, pago a preço mísero.

A mesma comissão sugeria: "Aos altos poderes do Estado compete a aplicação dos meios, em ordem a tirar esta indústria do completo abatimento em que se acha, nesta Província. A criação de um estabelecimento bancário, rural e hipotecário, em que o agricultor pudesse obter os meios pecuniários de que precisa anualmente para as suas culturas e indústria a um prêmio razoável, seria uma medida salvadora. Ela de há muito é encarecida e reclamada. Também uma medida de muito alcance é a separação do trabalho da fabricação do açúcar, do da cultura da cana. Sob a iniciativa de um distinto cidadão, filho do Ceará, e não obstante a profissão de médico, todo entregue aos labores da lavoura e indústria açucareira — o Dr. Joaquim Bento de Sousa Andrade — aventa-se atualmente, nesta Província, a idéia da fundação de um engenho central, no fértil e rico distrito agrícola de Messejana. Será de suma vantagem a realização de uma tal idéia".[159] (p. 23)

Somente em 1929 veio a ser movimentada a primeira usina de açúcar cearense, no vale do Acarape, com máquinas Squier, americanas. Fracassou a tentativa da instalação de outra no município do Crato, de iniciativa do industrial paraibano Virgílio Maracajá.

A seca de 77-79 desmantelara a agricultura açucareira no Ceará, que ainda logrou reanimar-se consideravelmente até a seca seguinte de 88. O máximo de produção foi no período de 81-88, com a média ânua de 1.901.440 kg. As maiores remessas deram-se em 83-84, com 3.175.153 kg. A menor, em 84-85, atingiu 1.010.292 kg.

6.4. CAFÉ

A introdução do café no Ceará processou-se vinte anos depois que Melo Palheta o trouxe de Caiena para o Pará.

Mas não proveio deste o café cearense, e sim dum exemplar de Moca que, adquirido numa de suas viagens à Europa, pelo pernambucano de nascimento José de Xerez Furna Uchoa, do Jardim das Plantas de Paris, graças ao intermédio interessado do Duque de Choiseul, ministro de Luís XV.

Havia conseguido duas mudas, porém uma de logo morreu no caminho. A outra, ele plantou, em 1747, no sítio "Santa Úrsula", na serra de Meruoca, onde residia. Foi o mesmo Furna Uchoa, Capitão-mor de Sobral, quem, igualmente, introduziu em terras cearenses a parreira e o tamarindo.

Certo, no entanto, é que a cultura da disputada rubiácea se limitou a amanhos acanhados em quintais e pequenas quadras de terreno, para uso particular, exclusivo.[194]

Na já referida coleção de objetos e artigos que em 1793 Montauri remeteu á corte, com o fim de mostrar ao Rei o valor da Capitania, se incluem unidades ou amostras de minérios, plantas, artefatos manuais, salitre, amianto, pedras, arroz, madeiras, algodão, tabaco, açúcar, resinas, chá da Ibiapaba, pimenta-longa etc., havendo até alusão a trigo plantado no Acaraú. Nenhuma é feita ao café, prova de que ele não se vulgarizara.

Da Meruoca, porventura, transplantou-se à Serra Grande.

Informa o Senador Pompeu que as primeiras sementes de café chegaram à serra do Araripe, via Pernambuco, em 1822. Dali se mandaram algumas ao capitão Antônio Pereira de Queirós, em Baturité, que as semeou em redor da casa do sítio "Mungaípe".

Desses cafeeiros Domingos da Costa e Silva colheu sementes e as levou para a serra da Aratanha, no sítio "Serrinha", do qual o irmão João da Costa e Silva, em 1826, mudou poucos pés para a sua propriedade "Imboaçu", fazendo em 1829 a primeira colheita. Deve-se, assim, à família Albano e, de modo especial, a um dos seus membros, José Antônio da Costa e Silva, pai do poeta Juvenal Galeno, o desenvolvimento do cultivo do café naquela serra.

Concorrentemente em 1824, Filipe Castelo Branco trazia mudas ou sementes do Pará e as fixava no sítio "Bagaço", mais tarde denominado "Corrente", em Guaramiranga. Segundo o Barão de Studart eram da variedade Bourbon.[194] (p. 95)

Seja como for, só após 1846 entra o café para as listas de exportação, cingindo-se o seu consumo até então ao território da Província.

Da safra de 1846-47 escoaram-se pelo porto de Fortaleza 9.795 kg no valor de 2:404$800. Logo em 1848-49 eram remetidos 113.625 kg, valendo 17:317$000. Dada a superior qualidade, melhor que o do Rio de Janeiro, incrementou-se o seu comércio. Escreveu ao Dr. Nicolau Moreira, autor de "Breves considerações sobre a história e cultura do cafeeiro", em 1873, pág. 90, que em 1845, e em anos subseqüentes, carregamentos de café do Ceará chegados ao mercado de Antuérpia patentearam todos os caracteres das melhores sortes de café Bourbon, Java, Ceilão etc. e neste momento as circulares das praças comerciais européias são unânimes em elogiar o café cearense, "de cor chumbada, que substitui o Laguaíra escuro na atualidade, cotando-se aquele por preços elevados, visto reunir todas as qualidades deste".

Superou, em valor, as exportações do algodão entre os anos de 1860-61 a 1864-65 e no ano de 1877-78. De 1890 em diante, os dois gêneros conservaram mais ou menos o mesmo volume, até que o venceu novamente o ouro branco em 1898-99.[31] (p. 13)

A serra de Maranguape, por algum tempo, foi o principal produtor.

O Presidente Silveira da Mota deu cuidados ao progresso do cafeeiro, encomendando máquinas de despolpar e ventiladores para cessão gratuita aos plantadores. Predominaram, apesar disso, os *rodeiros*, "pesada roda

de madeira, fixa a um eixo horizontal, apoiada a um suporte vertical em torno do qual, por uma cava circular de alvenaria, a roda se desloca. Uma cruzeta de madeira pesada, apoiada em quatro ângulos da sala, serve de apoio a este sistema. Os rodeiros são movidos por animais que em 12 horas de trabalho beneficiam 50 arrobas de café".[28] (v. 2, p. 73) Posteriormente, entraram em função as máquinas "Amaral", "Arens" e "Elgenberg", movidas a vapor, a roda d'água ou a eletricidade.

Os incentivos de Silveira da Mota proporcionaram satisfatórios efeitos, pois cedo cobraram alento as culturas, vestindo as faldas da serra de Baturité, que se transformou no mais forte centro de produção. Dos atuais 16 milhões de cafeeiros cearenses, 7.500.000 estão na mesma serra: Pacoti, 6.635.000 pés; Baturité, 769.100. Os outros municípios mais produtores são os da Ibiapaba: Ibiapina, 2.624.000; São Benedito, 1.851.410; Tianguá, 1.139.020; Ubajara, 978.435; Viçosa, 574.700; Inhuçu, 360.850; Ipu, 65.700. A produção do Cariri ficou reduzida a 487.000 pés em Missão Velha; 150.000 em Brejo Santo; 48.000 no Crato; 15.000 em Caririaçu, e pouco mais.

Da serra de Maranguape quase desapareceu (60.200 pés), substituído pela exploração mais rendosa da laranja, da banana e outras frutas. Na Meruoca, do cafeeiro de Furna Uchoa somente existem 389.850 descendentes. E na Uruburetama não vão além de 60.000.

No Ceará, não é possível falar numa aristocracia do café, como a do Rio de Janeiro e de São Paulo. No entanto merece destaque a pequena nobreza dos cafezais baturiteenses, de famílias ricas, com hábitos e costumes mais apurados e projeção social mais saliente. os Linhares, os Caracas, os Holandas, os Ferreira Lima, os Queirós, os Sampaios, os Dutras, dos quais hão saído homens ilustres, são os representantes mais em alto daquela fidalguia serrana. Os Dutras descendem do pernambucano Manuel Dutra de Sousa, proprietário do sítio "Álvaro" que passou ao filho coronel Alfredo Dutra, estudioso das especialidades agrícolas e introdutor, por intermédio da Casa Boris Frères, de Fortaleza, de novas espécies de café, inclusive da Libéria, bem assim da utilização do bucare (*Erythrina glauca* Willd), como árvore apropriada ao ensombramento dos cafezais.

A demonstração abaixo, organizada pelo Barão de Studart, dá bem o índice da influência do café na vida econômica cearense:

1846-47	9.795	2:404$800
1848-49	113.625	17:317$680
1849-50	23.306	3:174$000
1860-61	1.293.300	506:091$000
1862-63	2.810.940	1.678:054$000
1863-64	1.605.651	670:261$620
1881-82	3.937.980	1.253:148$440

continua

continuação

1882-83	2.694.316	639:108$008
1883-84	2.710.955	919:172$453
1891	2.599.751	1.479:026$150
1895	2.106.549	2.600:756$800
1899	16.964	15:275$150
1905	2.877	3:020$500

Desde o último lustro do século passado, quase toda a produção cafeeira é consumida internamente, salvo alguma exportação da Serra Grande para o Piauí, por via terrestre.

6.5. CERA DE CARNAÚBA

Naquela mesma coleção de coisas do Ceará preparada por Montauri, também estava inclusa "hua bengala feita de pau carnaúba de que he abundante este paiz, bengala feita na mesma terra por um curioso, a primeira que se fabricou aqui, mandando-a eu fazer para ver se esse pau seria bom para isso, como eu supunha e verifiquei pela obra".

Deu o mesmo Capitão-mor talvez a primeira descrição oficial da carnaubeira: "Este pau carnaúba, ainda que não he madeira consistente e que não pode dar táboas de mayor grossura da que vai na amostra n. 16 e de mayor largura do que a de meyo palmo e comprimento à proporção da árvore que he grande e da figura do coqueiro, he contudo hua grande utilidade neste Paiz, porque delle se fabricão a mayor parte das casas e seus madeiramentos e se fazem os sercados dos quintais e dos currais das fazendas de gado. Deste mesmo pau he que se extrahe goma ou farinha de que acima se falla. Dá huas fructas à semelhança das nossas azeitonas grandes, que pendem em caxos, como de uvas, que são de um grande recurso para os pobres, que dellas se sustentão no tempo das secas, que he o de mayor flagello deste sertão".

Como nota especiosa, aduz o Governador: "Dizem que do mesmo pau costumam extrair hua espécie de cera, porém ainda não vi e o tenho por apócrifo".[209]

Embora não o acreditasse, era certo que àquele tempo já havia notícia da cera da carnaúba, objeto hoje de vasta literatura e inúmeras aplicações técnicas.

Pouco depois (1796) o botânico brasileiro Arruda Câmara anunciou a existência do produto, o que fez mais por julgá-lo "objeto curioso de química"; e em novembro de 1808, numa informação ao governador de Pernambuco, confirmou o anúncio "remetido a um dos editores do Palácio Português, onde foi publicado", esclarecendo que até então não

se encontrava tão persuadido, como agora, da grande serventia da cera no "uso civil".

"O produto da cera se extrai das folhas novas — explica o naturalista: cortadas estas e secas, desapega-se da sua superfície em abundância um pó alvo que, posto ao lume, se derrete em cera branca, com o mesmo cheiro e todas as outras propriedades da cera, com a diferença, porém, de ser mais dura e quebradiça; mas este defeito corrige-se misturando-se com duas partes de cera branca do comércio; nesta proporção se formam velas perfeitas e que dão boa luz; mas deve o cerieiro alisá-las com mais presteza do que as de cera ordinária. Eu tenho excitado a muitos habitantes do sertão a traficarem com este objeto, e em algumas partes já se tem extraído quantidade que vendem a 60 réis cada libra; depois de se ter extraído a cera das folhas, servem estas para se tecer chapéus e esteiras, que se aformoseam tingindo as palhas de diversas cores. . . Não posso por ora informar da quantidade de cera que se pode extrair de cada folha, ou o que pode render cada planta, porque sobre isso não fiz experiência, assim como se poderá servir para alguma espécie de verniz, dissolvendo-a no espírito de vinho, o que brevemente farei".[28] (v. 2, p. 247)

Arruda Câmara faleceu no ano seguinte (1810) e não concluiu as suas investigações sobre a carnaúba, a que deu o nome científico de *Corypha cerifera*.

Por justiça, devera chamar-se a famosa árvore *Arrudaria cerifera*, como propôs o Dr. Marcos de Macedo, autor da excelente monografia *Notice sur le Palmier Carnauba*, editada em Paris (1857). Ficou, ao contrário, classificada como *Copernicia cerifera*, denominação de Martius, oferecida em 1819.

Nessa mencionada *Notice* o Dr. Macedo revela que, no começo do século passado, Manuel Antônio de Macedo descobriu no Ceará a cera de carnaúba e, conquanto ensinasse o modo de obtê-la, ninguém disto de início se ocupou. Supõe ser a descoberta anterior a 1810, porque somente neste ano e em face da descrição de Arruda Câmara passou a cera a ser conhecida e a produzir impressão de novidade, despertando o interesse das autoridades brasileiras. O Conde das Galvêas enviou nessa ocasião à Lloyd Grandville, na Inglaterra, certa quantidade de cera e sobre esta William Thomas Brand leu, em 9 de maio de 1811, à Sociedade Real de Londres, circunstanciada "memória", *pour voir si ce produit peut être substitué à la cire des abeilles et devenir une branche de commerce entre le Brésil et l'Anglaterre"*.

Tal "memória", entre o mais, esforça-se por distinguir a cera brasileira doutra semelhante, a do *ceroxylon anticola* descrita por Humboldt, e refere que este, ao andar no Brasil, soube por um sr. Correia da existência da carnaúba, palmeira assim conhecida pelos índios, e produtora de cera.

O pioneiro da grande riqueza dos modernos dias, o citado Manuel Antônio de Macedo, do Ceará viajou ao Piauí, ensinando o processo

de extração. Era rio-grandense-do-norte e primeiramente residiu no município de Russas. Morava por fim na povoação, hoje cidade de Boa Viagem e, já velho e pobre, dele se lembrou o governo imperial, concedendo-lhe uma pensão de 6 mil francos, segundo afirma o Dr. Marcos de Macedo.*

Hugo Vítor, historiógrafo cearense, deu publicidade aos vários ofícios trocados entre o Ministro dos Negócios do Império e a Presidência do Ceará, todos tendentes a descobrir, como efetivamente se fez, o paradeiro de Macedo.[86]

Gardner, na sua falada viagem, atravessou os densos carnaubais do Jaguaribe e, minucioso como era, certamente descreveria a carnaubeira. Fê-lo de maneira concisa e clara e termina dizendo que "se extrai dela uma espécie de cera tirada das folhas novas, que se cobrem de pólen glauco, de fácil extração, açoitando-se (batendo-se) as folhas cortadas. Cada uma destas produz cerca de cinqüenta grãos de um pó alvacento que, recolhida a quantidade desejada, é posto num pote e fundido ao lume". Há alguns anos, adianta, remeteram para Lisboa grande porção desta cera; ali, porém, não souberam como utilizá-la. Os brasileiros costumam usá-la para falsificar a cera comum".[18]

Ferdinand Dinis, igualmente, descreveu a carnaúba.

Universalizado, o préstimo da cera, notadamente no fabrico de velas de todos os tipos, aumentou dia a dia, tornando-se hodiernamente uma das principais riquezas do Ceará.

Em 1837, o mesmo Dr. Marcos de Macedo, que freqüentava a Sorbonne, deu para estudos meio quilo dela ao preparador de química Barruel, o qual apenas se limitou a assegurar que se prestaria ao enceramento de soalhos. No entanto, logo mais uma companhia parisiense se propunha a montar, no Ceará, uma fábrica de velas de cera vegetal, pois se havia descoberto o modo de alvejá-la devidamente. A empresa não alcançou objetivação e assim continuou a exportação de velas e da própria cera a fazer-se como dantes, em cabotagem, para os portos brasileiros.

Os tratados de química já então se ocupavam com minúcias do valioso produto.

No governo de Almeida Rego, em 1851, foi votada a primeira lei de proteção à carnaubeira, proibindo-se o seu corte para a extração da palha, fosse para esteiras ou outro fim, "devendo as pessoas que se empregarem neste ramo de indústria cortar a palha sem derribar a árvore, sob pena de pagar quatro mil réis para as despesas da Câmara por cada carnaúba que derribar, ou quinze dias de prisão".**

A exportação da cera de carnaúba, que se faz principalmente pelo Aracati para Pernambuco — expunha, decorridos alguns anos (1858), o Presidente Silveira de Sousa — é um dos ramos de nossa indústria

* Consulte-se o jornal Pedro II, de Fortaleza, ed. de 17 janeiro de 1862.
** Lei n. 543, de 20 de outubro de 1851.

agrícola que muito conviria proteger-se e aperfeiçoar-se, pois que, se os processos de sua extração e aproveitamento melhorassem, far-se-ia um comércio muito mais extenso deste gênero e a Província tiraria daí renda avultadíssima. Os carnaubais são imensos e abundantíssimos em toda a ribeira do Jaguaribe, em toda a extensa zona de território entre Aracati e o Icó e ainda em muitos outros pontos da Província; e a animação a alguma empresa que tentasse formar aí um estabelecimento regular e em ponto grande para o cultivo e utilização dessa árvore tão prestimosa em todos os sentidos, seria uma medida digna de louvores.

No ano de 1856-57 embarcaram-se, pelo porto de Aracati, 538.568 kg de cera, e pelo de Fortaleza 26.112. No ano seguinte, 562.160 e 31.808, respectivamente. Através das fronteiras as saídas são enormes, e grande o consumo interno.

Pelos cálculos do Senador Pompeu, em 1862, época em que muito cresceu a extração da cera, a exportação dos dois citados portos subiu a 720.000 kg, e o consumo local a 560.000 kg, no total de 1.280.000 kg. Em 1863, foi a um milhão o conjunto das remessas e a outro tanto, aproximadamente, os gastos na Província. Jogando com esses algarismos e com o número de folhas de carnaúba anualmente transformadas em cera (96 folhas, dando 1 kg, 807 por árvore) o Dr. Macedo computou em 1.106.799 as carnaübeiras cortadas no Ceará naquele ano.

Tornou-se a *Arrudaria cerifera*, chamada por Dinis uma das "árvores da vida", a árvore símbolo do Nordeste, espécie de árvore sagrada, árvore-tudo, integralmente proveitosa — a raiz, o caule, as folhas, o fruto.

"Ce merveilleux palmier est veritablement l'arbre universel par excelence. L'homme peut avec ce végétal seul construire sa demeure, la meubler et l'éclaiter. Il y trouve de quoi se nourrir, se vêtir et se guérir. On en extrait même du sucre et de l'alcool. De plus, on en obtient une bonne alimentation pour les troupeaux et les animaux de basse cour. Nulle autre plante n'a reçu de la nature un aussi grande nombre de proprietés utiles que la carnauba, qui est au règne végétal ce que le fer est au règne mineral".

A cera de carnaúba é um lipídio ternário ou mais especificamente um cerídeo vegetal, como a da licuri e a da candelília, e, segundo a maioria das opiniões, produzido pela árvore como proteção à influência exterior, no caso o ressecamento. Os seus principais componentes são o éter melíssico do ácido cerótico, álcool melíssico e ácido cerótico, respectivamente livres. Inúmeras as suas utilizações técnico-científicas, tais como na fabricação de vernizes e graxas, no preparo de couros, nos encerados, lubrificantes, emplastros, ungüentos, fósforos, sabonetes, isolantes, nos cilindros e discos de fonógrafos, no enceramento e lustração da madeira, na pintura

de automóveis e mil outras coisas, sendo insubstituível em muitos casos e daí a sua cada vez maior valorização.*

A produção da cera do Nordeste é, anualmente, de mais de 10 milhões de quilos, dos quais o Ceará forneceu:

ANOS	QUILOS
1936	4.241.126
1937	3.435.997
1938	3.710.947
1939	4.289.622
1940	3.289.439
1941-42	3.936.114
1942-43	3.946.570
1943-44	4.227.132
1944-45	3.962.415
1945-46	3.948.854
1946-47	4.060.875
1947-48	4.903.990
1948-49	6.821.633
1949-50	5.449.171
1950-51	4.983.160
1951-52	6.324.318
1952-53	5.027.388
1953-54	4.928.742
1954-55	4.003.181
1955-56	6.855.758

Da palha da carnaúba, faz-se um mundo de coisas: chapéus, bolsas, esteiras, surrões, cordas, redes de dormir e outras obras trançadas. A indústria cearense da palha de carnaúba é muito generalizada, destacando os chapéus tipo Chile, de fabricação esmerada, imitando perfeitamente os legítimos Panamás. Entre 200 e 300 mil chapéus são vendidos pelo Ceará, para diversos pontos do Brasil, anualmente. O artesanato da palha oferece inúmeros produtos, dos mais diversos feitios.

É assunto sediço a descrição das propriedades industriais e até medicinais da carnaúba. Muito apreciados são os moinhos de vento (cataventos) feitos todos da madeira da carnaúba, exceto as engrenagens, tão comuns e úteis no baixo Jaguaribe, transformados os aluviões secos em ricos pomares, à sua custa.[167] (p. 120)

* É vantajosa a leitura da monografia GOMES[80] e da bibliografia aí contida. Também a do trabalho que escreveu ANDRADE[17] (P. 54) E BRASIL[28] (v. 2, p. 245). O Decreto Federal n. 7.444, de 25.06.1941 regulamenta a fiscalização da cera para efeito de exportação visando à padronização recomendada pelo Decreto n. 5.739, de 29.05.940.

6.6. MANIÇOBA

Pode-se dizer episódica a interferência da borracha, como fator econômico no Ceará. Não se extraía da *Hevea brasiliensis,* senão doutra euforbiácea mais modesta — a maniçoba ou *Manihot gloziovii* e, em tímida escala, da ainda mais pobre apocinácea — a mangabeira, *Mancornia speciosa,* esta quase adstrita à região do Araripe e à norte-praieira do Mundaú.

Espalhadas nos aclives das serras de Maranguape, Pacatuba, Baturité, Jubaia, Juá, Machado e Uruburetama e certas zonas de terrenos do sertão, especialmente os de Assaré e Aracatiaçu, as matas de maniçoba só entraram em função econômica após 1845, fornecendo o látex para as procuras comerciais, que o cotavam como tipo próprio, com o nome de *Ceará scrap.* [78 (nota 509)]

Datam, com efeito, daquele ano os primeiros registros exportáveis, ainda muito mesquinhos, não mais de alguns mil quilos anualmente, porém na safra de 1854-55 a curva ascende vertiginosamente para 239.325 kg, provocada pela exageração dos preços da borracha, já em pleno êxito o processo de vulcanizá-la, achado por Goodyear, na América do Norte, e Hancook, na Inglaterra e, portanto, ampliada às aplicações do produto na indústria mundial.

Homem esclarecido, o Presidente Correia de Vasconcelos na sua *Mensagem* à Assembléia aconselhou, em 1847, a criação de prêmios aos plantadores de maniçoba, "incentivo poderoso, conforme as suas palavras, por termos, pela sua sombra, nossas terras abrigadas dos ardores do sol e, pelo seu produto, mais um gênero de exportação e riqueza provincial".

A gana do lucro, infelizmente, determinou a quase *debacle* da nascente mercancia, cujo volume de remessas caiu violentamente no ano posterior (1855-56) para 57.780, "em conseqüência não só da imperfeição do processo de sua extração e preparo, mas também porque a fraude dos especuladores a fez depreciar ainda mais nos mercados estrangeiros", como acentua outro Presidente, o Dr. Silveira de Sousa.

Sem mais sensíveis reações, conservou-se a exploração mercantil da preciosa goma, até que de 1870 se abre outra fase de grandes ofertas e excepcional valorização, que somente depois de 1878 arrefeceu por força dos efeitos da seca com o desaparecimento de extensos maniçobais. Cerca de 250.000 kg foi a média anual de produção nesse período.

Novo soerguimento nota-se a partir de 1886-87, quando o total exportado foi de 300.000 kg, com variações para mais ou para menos até 1912, início da depressão que levou à morte o comércio da borracha brasileira, voltado agora o mundo consumidor para os seringais selecionados do Ceilão e da Malásia. As maiores vendas cearenses deram-se em 1898, com 1.001.856 kg. Em 1912 não passou de 666.659 kg. A média ânua

pelo porto de Fortaleza, no decênio 1901-10, foi de 480 toneladas, o que na verdade representa muito pouco em confronto com a exportação global do país, orçada na mesma década em 34.500 toneladas.

De nada valeram as providências, já fora de tempo, dos poderes públicos para salvar a hévea nacional da degringolada iminente. De sua parte, o governo cearense tentou meter escoras à queda da sua seringueirazinha, diminuindo impostos que a oneravam, com o intuito de fechar a evasão pelas fronteiras com os Estados lindeiros e cogitando doutras medidas, porém o mal tinha raízes mais fundas e tudo seria em vão.

Caio Prado Júnior considera o drama da borracha brasileira assunto mais de novela romanesca do que de história econômica.

No Ceará, talvez nem uma coisa nem outra. Apenas se dirá que no doloroso drama o grande protagonista e o grande sacrificado foi o cearense.[78] (nota 510)

6.7. OITICICA

A oiticica, ao lado da carnaúba, é a segundo árvore sagrada do Nordeste, nativa, espontânea no sertão e certas partes do litoral, agrupando-se ao correr das margens dos rios. Cantada em prosa e verso pela sombra farta e amiga que oferece, eleita para *rancho* dos comboieiros e morada dos que se vêem sem teto, era, contudo, pelo trabalho custoso da derrubada, óbice ao aproveitamento das terras, por assim dizer desvalorizadas com a sua presença.*

Mal utilizado o lenho no feitio de *gamelas* e colheres de pau, da sua baga se espremia o óleo, com que, sem outras aplicações, se fabricava o sabão sertanejo, inconsistente e grosseiro, cheirando insuportavelmente, mas o único daquelas brenhas.

Arruda Câmara deu à oiticica o nome de *Pleragina umbrossissima* e Martins classificou-a entre as Moquiléias.

Valeu, porém, a classificação de Benthan — *Licania rigida*, das Rosáceas. Tamanha veio a ser a sua importância na vida do Ceará, que tomou durante certo tempo a denominação de Licânia uma das suas cidades — Santana do Acaraú,** em cuja região há extensos oiticicais.

O conselheiro Freire Alemão, que andou no Ceará (1859) como um dos componentes e chefe da conhecida "Comissão Científica", acom-

* A Lei n. 2.774, de 20 de novembro de 1929, proibiu o corte de oiticicas e autorizou o censo das existentes no território cearense.

** Hoje novamente com este nome.

panhado, entre outros, de Guilherme Capanema, Ferreira Lagos, Raja Gabaglia e o poeta Gonçalves Dias, num dos seus afamados relatórios refere-se, de modo peculiar, à oiticica e ao seu fruto que "se não pode usar devido ao sabor e ao cheiro, podendo ser que a química o consiga purificar".

Convencido da prestabilidade do óleo para fins industriais, o Barão de Ibiapaba, em 1876, pôs em funcionamento uma fábrica para extraí-lo e empregá-lo no preparo do sabão. Tal fábrica compunha-se dum esmagador de sementes, de duas prensas verticais e um motor a vapor, mas o resultado foi negativo; é que o óleo obtido "coalhava como queijo". A fim de colher melhor êxito, enviou o Barão à Europa o seu empregado Jacques Grafe, que ali demorou meses e, ao voltar, nada adiantou, com enormes prejuízos para a empresa.[59]

Muito depois, no Rio Grande do Norte, em 1914, outra fábrica foi tentada, pela Companhia Fabril e Navegação, igualmente sem bom sucesso, por se não ter conseguido neutralizar o mau odor do suco oleaginoso.

Mas em 1929, no mês de agosto, em troca de quantas aflições financeiras e desenganos, a obstinação dos comerciantes cearenses Carlito Narbal Pamplona e Franklin Monteiro Gondim, sócios da firma C. N. Pamplona & Cia., venceu terreno tão crespado de dificuldades, e instalou em Fortaleza uma pequena usina de prensamento de óleo, vinda da Alemanha, para onde, ao mesmo tempo que para o Estados Unidos, haviam despachado amostras do produto, destinadas a pesquisas. Objetivavam fazê-lo sucedâneo do óleo de linhaça nas pinturas, substituindo, por um nacional e barato, esse óleo estrangeiro, de aquisição muito cara.

Posteriormente — são palavras de um prospecto informativo da empresa Brasil Oiticica S.A. — a Condoroil Tintas S.A., Rio de Janeiro, no intuito de nacionalizar, no que fosse possível, as matérias-primas utilizadas naquela importante indústria de tintas e vernizes, encontrou este produto até então sem aplicação alguma. Continuando o seu programa de investigar todas as possibilidades das matérias-primas brasileiras, com utilidade na indústria de tintas, estudaram os químicos da Condoroil Tintas S.A. as qualidades e aplicações do óleo de oiticica; em conexão com estas pesquisas a Condoroil Tintas S.A., com enormes despesas, convidou o Dr. Henry Gardner, diretor da Secção Científica da National Paint Vernish and Lacquer Association, dos Estados Unidos, autoridade de reputação mundial no fabrico de tintas e vernizes, para fazer um estágio no Brasil em 1934, a fim de cooperar nos estudos do óleo de oiticica. Este cientista, depois de sua chegada ao Brasil, confirmou que o óleo podia ser usada na indústria de vernizes, como substituto ou auxiliar do óleo da China ou óleo Tung. Após esse laudo pericial, imediatamente a Condoroil iniciou as necessárias investigações sobre a comercialização

do produto; e, tendo esses estudos apresentado resultado positivo, foi finalmente fundada, em fins de 1934, a Brasil Oiticica S.A., sob a presidência do sr. M. B. Marvin, a qual encampou a fábrica de C. N. Pamplona & Cia., sem demora remodelada e ampliada.

De par com a ajuda dos governos dos Estados produtores da oiticica, e objetivando facilitar o desenvolvimento da indústria de óleos e vegetais, deu o Governo Federal seu apoio moral e material à firma fundadora da indústria e, subseqüentemente, também às que surgiram posteriormente. Mais tarde, com o desenvolvimento dos negócios, a fábrica da Brasil Oiticica S.A. foi transferida para novas, grandes e ultramodernas instalações, onde se acha, sob a denominação de "Fábrica Oitivila", em Fortaleza. O desenvolvimento sempre crescente levou-a a construir, em todos os centros de produção de oiticica, armazéns para o recebimento do produto; em 1936 e 1937, a construir instalações também modernissimas em Pombal, no Estado da Paraíba, e em Moçoró, no Rio Grande do Norte, destinadas à extração de óleo. Foi assim que nasceu uma indústria de relevante importância para a economia brasileira. A riqueza que a oiticica trouxe para o Brasil tem aumentado ano após ano. Em 1938, a exportação do seu óelo chegou a perto de 5.000 toneladas, no valor de Cr$ 12.000.000,00, aumentando, em 1939, para 8.500 toneladas que, ao preço médio de Cr$ 5,00 por quilo chegou a Cr$ 40.000.000,00. Em 1940, o óleo exportado chegou a 8.000 toneladas, no valor comercial superior a Cr$ 47.000.000,00, passando a ser, depois da cera de carnaúba, o produto de maior importância para a economia estadual. O ano de 1941 marcou um novo recorde, alcançando a exportação total a cifra de 18.000 tons., no valor aproximado de Cr$ 1.000.000.000,00, ocupando o primeiro lugar nas exportações do Ceará. O óleo de oiticica, portanto, do nada chegou a assumir um papel preponderante, representando agora, pelo seu valor, significativa percentagem das exportações nacionais e estando em ótimo na lista das matérias-primas exportadas em todo o Brasil. As variações quantitativas se devem às inconstâncias das safras de oiticica, enquanto que o preço sempre crescente é o reflexo da maior aceitação, no mercado internacional, dos óleos vegetais. A 2a. Guerra Mundial contribuiu decisivamente para o aumento dos preços em face da maior procura do óleo para tintas e vernizes de fins bélicos, o que auspiciosamente vinha significar o desenvolvimento da indústria. Isso se pode explicar melhor tendo em vista o preço pago pelas sementes nas diversas épocas. Quando a Brasil Oiticica S.A. fundou a indústria, o preço por quilo da semente variava entre Cr$ 0,80 e 0,15, posto nas fábricas. Não houve, é claro, na economia nordestina, produto que haja assinalado avanço tão pronunciado e que tenha vencido tantos obstáculos — esses foram tremendos — pela iniciativa particular de uma empresa. De 1935 até esta data, a Brasil Oiticica S.A. conseguiu exportar a maior parte da produção do

Nordeste, alcançando percentagens de 50 e até 80% sobre o total embarcado". (GIRÃO[146], p. 333)

Conta-se por mais de um milhão o número de árvores de oiticica no Ceará. No Município de Icó, a Fazenda Boa Vista tem arrolados 10.000 pés. A produção, por árvore e por safra, varia em 60 e 100 kg de sementes e é muito oscilante. É excepcional a colheita de mais de 500 kg por pé.

Estes números indicam as exportações a partir de 1941:

ANOS	SACOS	QUILOS
1941	—	28.336.899
1942	—	3.878.905
1943	—	1.602.619
1944	—	16.080.684
1945	—	21.795.527
1946	—	19.755.052
1947	—	29.736.977
1948	831.108	33.609.331
1949	55.719	2.979.248
1950	258.411	14.124.830
1951	481.999	25.548.229
1952	78.492	4.500.567
1953	297.894	18.213.304
1954	179.061	9.157.018
1955	359.967	19.409.246
1956	504.425	27.224.917

6.8. CAJU

Outra fagueira esperança, já no *processus* duma objetivação proveitosa e altamente promissora, é o caju, a *uva cearense*, como lhe têm chamado.

O cajueiro (*Anacardium occidentale* Lin., da família das Anacardiáceas) bem poderá ser visto como outra árvore sagrada do Ceará, dispersa ao longo do litoral, nalgumas serras e no vale do Cariri.

Cientificamente, o fruto é a castanha, um aquênio reniforme, mas comumente tem-se como tal o pedúnculo polposo e suculento cheio de

glicídios, ácido galatânico e escórbio, uma e outro admiráveis no que podem produzir, ou no em que podem transformar-se.

"O caju é a substância comestível mais rica de vitamina C, tão indispensável à vida, muito mais vitaminosa mesmo que a laranja e o limão. Para 100 gramas de suco obtém-se daquela vitamina, em miligramas: caju amarelo — 210,43; caju vermelho — 168,83; laranja-lima — 55,48; mamão — 50,80; laranja comum — 47,57. É, pois, cerca de cinco vezes mais rico de vitamina C do que a laranja e muito mais barato".

Quem escreveu sobre as propriedades benéficas do caju, propôs: "Caju, portanto, no café, pela manhã, no almoço, no jantar, no *tira-gosto*, aos domingos, debaixo dos cajueiros, para mostrar que temos bastante compreensão para entender as intenções da natureza ao colocar, no semiárido Ceará, o cajueiro maravilhoso, fábrica de vitamina que, de tempos em tempos, dá às populações um alimento riquíssimo, para compensar a escassez de vitaminas do resto do ano. Os nossos clubes de dança deveriam dar a "festa do caju", como prova de gratidão dos cearenses à Natureza que lhes deu o fruto mais vitaminoso do mundo inteiro".

A primeira industrialização do caju fizeram-na os nossos avós aborígines, fabricando vinho (cauim) e recolhendo as castanhas para o sustento.

"E fazem cada casal mais de três pipas de vinho do próprio caju e passam muitas que guardam para o inverno" — afirma Soares Moreno na sua tão apontada *Relação do Siará*.

Jean de Léry, o conhecido autor de *Viagem à terra do Brasil*, descreveu o caju (acaiú), "que tem a forma e o tamanho de um ovo de galinha. Quando madura, a fruta se torna mais amarela do que o marmelo e não só tem bom gosto mas ainda dá excelente caldo acidulado, agradável ao paladar".[24, 111]*

Era pela floração do cajueiro que os índios contavam os anos.

Velho negócio e modesto, o vinho do caju com álcool deixou de andar pelas prateleiras das mercearias e tascas, para as bebericações dos viciados, só mais de novo acreditada a cajuína, menos proletária, mais da sala, e hoje objeto de procura no sul do País e néctar deliciado em todas as festividades e reuniões. Convertido em doces, é também delícia das mesas e já se exporta com inteira aceitação.**

Mas a castanha é que o reputa no estrangeiro: pela amêndoa que encerra e pelo óleo que fornece. A primeira tem uma série de aplicações alimentares, em farinhas e confeitamentos. O óleo pode ser tirado da amêndoa e nela existe na proporção de 36 a 40%, sendo comestível,

---

* MOTA em *O Cajueiro*, como que esgota o estudo do caju e a sua geografia.

** Os produtos Jandaias, de Pacajus, e os da Industrialização do Caju S.A., de Aracati, gozam justa preferência.

ou da casca ou pericárpio e é o que os americanos e ingleses chamam *cardoil*, de largo emprego na constituição de matérias plásticas e isoladores do calor e da eletricidade, na preparação de forrros dos freios de automóveis, na de vernizes e isolantes de toda espécie, nas indústrias elétricas, nos cabos submarinos e nos motores de pequenas dimensões, na de impermeáveis para papel e seda, na de cilindros de máquinas de escrever misturado à borracha, na de inseticidas e outras muitas, que se vão descobrindo.

O óleo da casca é tóxico, ao passo que o da amêndoa é inocente e mesmo tônico, de indiscutíveis propriedades farmacêuticas. O Dr. Juarez Furtado, químico cearense, tem feito demoradas análises desse óleo, a seu ver eficiente na cura da lepra. Sustenta que, embora não-preventivo, ele corrige as metaplasias, tendo influência sobre os fenômenos de óxido-reduções tissulares e sangüíneas, com tendências a restabelecer o equilíbrio. Em colaboração com o Dr. Odorico de Morais Filho, diretor da "Colônia de Leprosos Antônio Justa", de Maracanaú, fez experimentações em vários doentes, revelando-se em todos "aumento de força, mais disposição para o trabalho, maior resistência no esforço físico, acentuada e benéfica influência sobre os olhos", e até a volta da sensibilidade.[58]

A Brasil Oiticica S.A. mantém moderníssima aparelhagem para beneficiamento da castanha do caju.

Segundo cálculos recentes, há cerca de três milhões de cajueiros no Ceará.*

6.9. MAMONA

É o *Ricinus communis* Lin, da família das Euforbiáceas. Para Mill — *Ricinus vulgaris*.

A mamoneira ou carrapateira — é um arbusto grande, anual, monóico, de 2 a 3 metros de altura, com grandes folhas palmipartidas e de comprido pedúnculo: as flores estão dispostas em panículas terminais, com os dois sexos.

O fruto é uma cápsula, com sementes de forma oval e veios marmóreos. O albúmem contém uma substância gordurosa da qual se extrai o óleo de rícino, de variadas aplicações na indústria e na medicina.

Há muitas variedades desta planta em culturas do Ceará. As mais produtivas são as de bagas pretas e as de sementes médias e cor cinza, com veios esbranquiçados. Essas variedades produzem aproximadamente

* Proveitosa a leitura de BRAGA.[27]

de 2.000 a 3.000 quilos de sementes por Ha, dando de 35% a 40% de óleo.

SAFRAS	QUILOS
1940-41	21.019.840
1941-42	35.435.569
1942-43	27.232.221
1943-44	21.560.354
1944-45	21.779.484
1945-46	31.693.159
1946-47	35.201.458
1947-48	24.071.369
1948-49	32.830.743
1949-50	25.636.244
1950-51	25.735.600
1951-52	15.218.654
1952-53	3.559.231
1953-54	17.889.573
1954-55	18.213.333
1955	

6.10. LAGOSTA

"A lagosta é um crustáceo decápode macruro, da fam. *Palinurídeos: Palinurus argus* ou Lagosta Vermelha e *Palinurus laevicauda*. A primeira é o representante no Brasil do lagostim europeu (Palinurus vulgaris), mas outras espécies da mesma família têm tesouras nos três primeiros pares de patas como as outras lagostas européias". Os mares da costa de Pernambuco e Paraíba eram os pontos conhecidos da existência do original crustáceo e a sua pesca se tornou intensa porém mais pelo processo artesanal.

Em 1954 esteve em Fortaleza o americano Mr. Morgan que reconheceu a forte incidência do produto nas costas cearenses e associando-se ao Dr. Luís Campelo Gentil, do Banco Frota & Gentil, foi organizada a primeira empresa — a "Lagosta Verdes mares", que iniciou a pesca industrializada, tendo exportado, naquele ano, destinada à firma "Atalanta" de Nova York, lagostas no valor de US$ 5.000.000.

De tal forma se desenvolveu a indústria pesqueira (principalmente depois da definição do mar territorial brasileiro em 200 milhas (1970),

com o afastamento de barcos pesqueiros de outros países), que atualmente existem 19 firmas exportadoras (a mais antiga permanece em atividade — a IPECEA), inclusive a CEPESCA (Ceará Pesca S.A.) mantida pelo Governo do Estado, além de sete frigoríficos processadores de pescados, com 409 armadores registrados na SUDEPE, 324 barcos de pesca maiores e 1.110 de menor calado. Há um órgão representativo desta categoria empresarial, que é o Sindicato das Indústrias do Frio e Pesca do Estado do Ceará. As exportações cearenses de caudas de lagosta representam 80% do total brasileiro. A cauda representa 1/3 do peso total de uma lagosta e é exportada congelada e mantida a 20°C abaixo de zero. Seu transporte é feito em câmaras frigoríficas, sendo cada cauda embrulhada em papel celofane e acondicionada em caixas contendo 10 libras (4,545 kg peso líquido). As caudas são classificadas por peso e tamanho, e a negociação com os compradores estrangeiros é efetivada contra Carta de Crédito irrevogável, por via bancária mediante comprovação do embarque.

Dos anos de 1975 até 1984 as exportações de lagostas pelo porto de Fortaleza obedeceram à seguinte discriminação.

ANO	VOLUME/KG	VALOR FOB/FOR US$
1975	1.794.958	15.599.517,48
1976	1.772.926	20.009.176,37
1977	2.164.833	23.627.884,24
1978	2.663.672	32.477.557,09
1979	3.031.801	42.838.727,76
1980	2.095.223	31.315.026,21
1981	2.221.349	45.365.456,29
1982	2.153.601	38.486.308,73
1983*	1.244.404	22.341.592,20
1984**	2.214.106	39.354.713,00

* 1983 foi o último ano da série de 5 anos de seca. A produção de lagosta sofreu uma queda de 47% em relação ao ano anterior.

** O volume de 2.214.106 kg representa a exportação exclusiva das empresas cearenses. Não temos ainda o total exportado pelo porto de Fortaleza em 1984 incluindo produção do RGN.

7. AS SECAS

7.1. IRREGULARIDADES CLIMÁTICAS

Não há descrição que sirva para, sequer aproximada, formar idéia das calamidades clímicas do Nordeste.

Pode ser vigoroso o estilo, a frase rica, colorida a adjetivação, ajustadas as impressões, mas faltará a terceira dimensão das imagens. Jamais será perfeita a fotografia.

Não têm havido mais satisfatórios resultados na procura da causalidade do flagelo, tudo ainda no terreno incerto, duvidoso, às vezes fantasioso das hipóteses científicas. Os sábios cogitam e excogitam, mas não sabem alcançar a gênese dos colapsos; e, pretendendo disfarçar o insucesso das suas investigações, apenas tiram a conclusão, um tanto acaciana, de que. . . as secas são inevitáveis. Os mais ousados aceitam se possa dalgum modo predizer o advento das crises — afirmação, todavia, sem muita confiança, vislumbre só de uma verdade nevoenta.

O Padre Dr. Tomás Pompeu de Sousa Brasil (Senador Pompeu), cearense ilustre que deu coordenação e sistema aos estudos da Geografia no Ceará, imputa a causa principal da regularidade ou irregularidade das chuvas, na região, à posição desta relativamente às correntes aéreas que sopram constante e paralelamente, ou quase paralelamente, ao equador.

Observando-se a marcha das chuvas no Ceará, tem-se que reconhecer a influência que nela exerce a rotação da terra, que essas correntes acompanham, ora menos, ora mais intensas, constantes e violentas.

Desses dois fatores depende, *principalmente*, a maior ou menor abundância pluvional. Poupeu, em pessoa, declara conformar as suas idéias, neste particular, à teoria do "anel de nuvens equatoriais", imaginada pelo hidrógrafo americano Mathieu Maury, o criador da meteorologia náutica.[103]

De acordo com o Senador, manifestou-se posteriormente o Conselheiro Álvaro Joaquim de Oliveira, outro cearense erudito que escreveu sobre o delicado problema.[172]

Ambos consideram a alteração do regime normal das chuvas produto da devastação das matas pelo machado e o fogo (diminuindo as águas

e, conseqüentemente, a evaporação das partículas aquosas que saturam o ar); e pela irradiação, fazendo baixar a temperatura — fenômenos esses que concorrem "para chamar as chuvas e tornar mais constantes as estações". Em resumo: "a influência das matas em qualquer região é de efeito incontestável para a unidade da atmosfera e, por conseguinte, para as chuvas. Logo, a conservação daquelas que Deus criou e a plantação de outras pelos homens deve ser um meio de melhorar o clima do Ceará".

Mais recentemente, desenvolvendo "explicações judiciosas e acordes com dados científicos e observações dos ventos, das pressões e das chuvas nordestinas", o engenheiro Dr. Francisco Gonçalves de Aguiar, estudioso da meteorologia do Nordeste, tira ilações muito aproximadas relacionadas das afirmativas do Senador Pompeu.[25]

Entretanto, para os raciocínios relacionados com a interferência das manchas solares na meteorologia nordestina é que convergiriam atenções mais demoradas, notadamente a partir de 1877, quando, em face da seca daquele ano, se reuniu, por insinuação do Imperador, o Instituto Politécnico do Rio de Janeiro, a fim de "estudar e depois dizer o que era necessário fazer para premunir o Ceará contra as devastações periódicas". Afirmou ali o Barão de Capanema que o *mínimo de manchas solares corresponde aos anos de secas*, aplicando ao Nordeste o que antes deduzira Meldrum no tocante à Maurícia ou Ilha de França, Adelaide e Brisbane, baseado em idéias como as de Baliani, William Herschell, Gautier, Barral e Rodolfo Wolf.

Rodolfo Teófilo contesta essa tese depois de confrontar as máximas e mínimas das manchas solares de 1712 a 1878, segundo os dados do Observatório de Zurich, com os anos de grandes estiagens no Ceará. Somente duas vezes encontrou coincidências das secas com as mínimas. Do lado oposto, comparando as datas dos grandes invernos do Ceará com as do máximo das manchas, deparou uma única e simples coincidência, em 166 anos.

Filia-se Rodolfo Teófilo àqueles que dão às correntes atmosféricas a responsabilidade das secas: "Tenho assistido a todas as secas que assolaram o Ceará desde 1877. Nunca vi esse fenômeno climatérico sem ser acompanhado de ventos fortes de leste e sudeste. Quantas vezes, nesses calamitosos tempos, o vento amainava um pouco e os vapores se acumulavam em escuros nimbos prestes a se resolverem, e eu assistia a toda essa manobra, esperando a queda da chuva que, a meu ver, era iminente; mas qual não era a minha decepção quando, inesperadamente, uma lufada violenta de alísios passava uivando de espaço afora e varria para longe, para a região dos Andes talvez, toda aquela massa de vapores prestes a se condensarem".

Tomás Pompeu de Sousa Brasil, homônimo do pai (Senador Pompeu), reconhece a coincidência: "Os dados tradicionais e recolhidos de 1849 para cá (1909), abonam a influência solar na produção desse fenômeno

meteorológico. Creio mesmo que um estudo mais completo de ambos — manchas e chuvas — mostrará a conexão íntima entre eles, apenas entrevistas".[29] (p. 380)

Os Engenheiros J. A. Fonseca Rodrigues e Ferraz Sampaio são partidários de tal correlação e, para um e outro, não é possível negar influam na previsão das secas a variação periódica das manchas, os valores de insolação e os dados termométricos terrestres. Pelo menos aproximada, é viável a previsão, como igualmente afirma Adalberto Serpa, no seu trabalho intitulado "Meteorologia do Nordeste Brasileiro", publicado na *Revista do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*.

Merece destaque o estudo do inglês Francis Reginald Hull sob a epígrafe — "A freqüência das secas no Estado do Ceará e sua relação com freqüência dos anos de manchas solares mínimas", lido no Rotary Clube de Fortaleza, sessão de 15 de março de 1939, publicado no *Almanaque do Ceará* (1942) e mais tarde reproduzido no *Boletim da Secretaria de Agricultura e Obras Públicas do Ceará*, n. 4º , 1953.

Engenheiro radicado, havia longos anos, em Fortaleza, deu-se a interessantes comparações entre a seqüência das manchas de sol e a das secas do Ceará, e achou-se autorizado a afirmar: "Desde que o Estado do Ceará foi colonizado, nos primeiros anos do século XVII, as secas que têm assolado seus sertões têm sido relatadas por historiadores e, nos últimos anos, os Drs. Tomás Pompeu e Barão de Studart organizaram listas das secas desde 1692.

Houve cinco *grandes* secas de dois ou mais anos de duração, sete secas *totais* e onze *parciais* com o total de 44 anos secos.

As cinco grandes secas foram:

1721/25, 1777/78, 1790/93, 1824/25, 1877/79.....	16 anos
As sete secas totais foram em:	
1692, 1710/11, 1809/10, 1844/45, 1888/89, 1915, 1932/33....	12 anos
Onze secas parciais ou invernos deficientes nos anos de:	
1736/37, 1745/46, 1784, 1804, 1816, 1832, 1891, 1898,	
1900, 1902/03, 1907, 1919, 1926.....	16 anos
Total de anos secos.....	44 anos

O primeiro exame dessas datas aparentemente mostra grandes irregularidades no período entre secas, que varia de 2 a 32 anos. Se, todavia, pusermos de parte os anos de secas parciais, verificar-se-á que existe um período de retorno, de 11 anos, ou múltiplo de 11, entre as épocas das secas, quer grandes, quer totais.

No espaço de tempo entre 1710 e 1923, ou seja, 222 anos, a freqüência das secas mostra 20 períodos ou ciclos de 11,1 anos. Este ciclo das secas de 11,1 anos abrange um período de 4 anos, durante os quais elas se verificam, e um período de 7,1 anos, nos quais há invernos normais.

De 1692 a 1933 houve 44 secas. Trinta e três delas, ou seja 75%, se verificaram dentro ou se iniciaram no período seco dos 4 anos.

Sir James Jeans, o astrônomo, escreve em seu livro intitulado "Through space and time" (Através do Espaço e do Tempo), 1934, o seguinte:

"Falando-se de um modo geral, os cientistas não são ainda capazes de descobrir qualquer ligação entre o tempo e quaisquer fenômenos astronômicos a não ser as manchas solares. Há, entretanto, alguma evidência que o tempo passa através de um ciclo regular que tem o mesmo período de 11 anos que a freqüência das manchas solares. Com o aumento de declínio do número de manchas os estios passam gradualmente de quentes e secos a frios e úmidos e voltam novamente. O ciclo completo compreende cerca de 11 anos."

O número de manchas, ou uma espécie de índice do seu predomínio na superfície do sol, tem sido fielmente registrado desde 1749. Essas observações e seu registro foram iniciadas pelo astrônomo Wolf, em Zurich, e daí ser esse índice conhecido como o número de Wolf. Desde 1749, os números das manchas solares têm sido calculados mês por mês e ano por ano. Antes de 1749, há também registros dos anos de manchas solares máximas e mínimas.

As últimas investigações mostram que, em geral, a temperatura média da terra em certas zonas é ligeiramente mais alta no tempo das manchas mínimas do que no tempo das máximas.

As secas, no Ceará, podem ser consideradas como demonstrando os períodos de manchas solares mínimas, durante os quais a superfície da terra recebeu o máximo calor do sol. Em conseqüência, o aumento de calor produziu a máxima evaporação da superfície da terra. Então, enquanto as manchas aumentam em número, a temperatura da terra decresce pelas chuvas resultantes, que aumentam até ter alcançado o máximo de manchas solares.

As datas de todas as bem determinadas máximas e mínimas de manchas solares têm sido publicadas por Wolf e seu sucessor, Wolfer. Seus dados mostram 22 ciclos completos, desde a mínima de manchas de 1690 à mínima de 1933. O intervalo de tempo médio entre uma mínima de manchas solares e a seguinte é 11,05 anos, nesses 243 anos, havendo um período de 4 anos secos e 7,05 anos de chuvas normais.

São as seguintes as datas das máximas e mínimas:

Máximas:

1694, 1705, 1718, 1727, 1739, 1750, 1761, 1769, 1778, 1797, 1804, 1816, 1830, 1837, 1848, 1860, 1870, 1883, 1893, 1905, 1917, 1928, 1937.

Mínimas:

1690, 1700, 1712, 1723, 1734, 1745, 1755, 1766, 1775, 1784, 1798, 1810, 1823, 1833, 1843, 1856, 1867, 1878, 1889, 1901, 1913, 1823, 1933.

Os estudos das datas dos anos secos e das datas das mínimas de manchas nos fazem chegar às seguintes conclusões:

1) Existe estreita relação entre as secas do Ceará e as épocas de mínimas das manchas solares.

2) O ciclo da freqüência, em conjunto, das manchas e secas do Ceará deve ser calculado em 11,10 anos.

3) Há um eixo comum para esses ciclos ou freqüências, que passa através dos anos de 1656, 1767, 1878, 1909. Foi 1878 o ano central da grande seca de 1877/79.

4) O biênio de cada lado desse eixo comum representa o "período seco".

5) Os anais do Ceará acusam 44 secas em 243 anos, de 1690 a 1933. Trinta e três delas, ou seja 75%, se verificaram dentro desse "período seco" de quatro anos, ou nele tiveram seu início.

6) No idêntico espaço de 243 anos, as observações de Wolf, em Zurich, mostram que houve 23 anos de mínima nas manchas, dos quais 20, ou 87%, se verificaram no "período seco" de 4 anos.

Tracei um diagrama para mostrar a relação entre os anos secos no Ceará e as épocas de máxima e mínima de manchas solares. As datas das secas foram retiradas dos dados históricos, dos arquivos dos capitães-generais, governadores e prelados, que assinalaram essas épocas como período de sofrimentos e devastação, nos quais falharam as colheitas e secaram as águas. Os infortunados habitantes dos sertões eram obrigados a abandonar seus lares e procurar auxílio e refúgio nas cidades litorâneas. Nas grandes secas, "retirantes" emigravam, às dezenas de milhar, para a região amazônica e para os Estados do Sul. Os que registraram essas secas nada conheciam de manchas solares, porém as datas por eles assinaladas podem ser consideradas como período da maior irradiação solar, quando a temperatura do solo, no sertão, estava no máximo e provocava a seca.

A análise dos números de manchas e de seus períodos pode ser utilizada para predizer as épocas em que esses flagelos deverão ser esperados. A freqüência das mínimas nas manchas solares varia de 9 a 14 anos; nos últimos 200 anos, de 1733 a 1933, quando se pode dizer que o número das manchas foi cuidadosamente observado, há cinco períodos de dez anos entre essas mínimas e cinco períodos de 11 para um total de 18 períodos. Há, portanto, uma perspectiva de ser o período normal entre mínimas de manchas solares, de cerca de 11 anos. Padre Aires de Cazal escrevia, em 1817, que "esse flagelo se repete de dez em dez anos".

As secas correspondem com as mínimas nos anos de 1723, 1745, 1784, 1810, 1878, 1889 e 1933, e também correspondem com as máximas nos anos de 1778, 1804, 1816. Cumpre, porém, acentuar que os números de máximas de 1804 e 1816 foram abaixo de 50.

O professor Maunder, do Observatório Real de Greenwich, na Inglaterra, após uma busca nos antigos registros das observações de manchas, declara que sua pesquisa revelou grande ausência delas de 1645 a 1715. Nesta época os anais do Ceará se referem somente às secas de 1692 e 1710/1711.

No século seguinte, novamente, não se registrou qualquer seca de 1746 a 1776, e, mais uma vez, isto se repetiu, cem anos depois, de 1846 a 1876. O Dr. C. G. Abbot, da Smithsonian Institution, Washington, que há muito se vem dedicando às investigações das variações solares e do tempo, diz que os Estados Unidos estão (1937) se aproximando do final de um período de considerável seca que, de acordo com as suas previsões, não se produzirá até 1975. Baseia sua predição sobre o duplo do ciclo solar no registro da atividade solar e do tempo conjuntamente. O diagrama que organizei mostra que os anos de 1934 a 1946 caem no período seco dos 4 anos e minhas previsões levam-me a dizer que haverá uma seca entre 1942 e 1947. Deverá ela, porém, ser seguida de invernos normais por espaço de cerca de 30 anos, ou seja, até 1976".[112] (pp. 47-51)

Pompeu Sobrinho, em sua *História das Secas*, com a indiscutível autoridade que todos proclamam, expõe e comenta essas diversas opiniões, oferecendo este resumo orientador:

"Nesta primeira metade do século (atual), a evolução das idéias sobre o fenômeno das secas nordestinas, ou mais precisamente das *secas* em geral, experimentará notável desenvolvimento. Em primeiro lugar, ficou estabelecida a relação entre a freqüência das manchas solares e a ocorrência dos invernos ou das secas, ou, de uma maneira geral, de certas modificações da circulação atmosférica, de que resulta a variação da pluviosidade no Nordeste, ou mesmo em qualquer órgão da superfície do globo. Em segundo lugar, um grande número de relações referentes aos determinantes imediatos do fenômeno, isto é, das anomalias da circulação aérea, ficaram esclarecidas e correlacionadas. Compreendeu-se, em terceiro lugar, que as secas nordesinas não constituem fenômenos isolados, mas apresentam manifestações de perturbações atmosféricas muito amplas, sobretudo cobrindo grandes extensões do Continente Sul-Americano e quase toda a área do Oceano Atlântico. Ficou também esclarecida que a possibilidade da previsão das secas a longo prazo não é uma utopia.

Tivemos a indicação prévia, certa e bastante aproximada de duas secas, a de 1942 e a de 1951-52, com a antecedência de anos, a primeira pelo Dr. Sampaio Ferraz e a segunda, simultaneamente, por aquele hábil meteorologista patrício e o Sr. F. R. Hull".

Também será de interesse, para ilustração desta sempre momentosa perquirição em torno da causalidade das secas, divulgar a hipótese formulada pelo Professor General Wicar Parente de Paula Pessoa, ex-catedrático dos Colégios Militares do Ceará e do Rio de Janeiro.

"A narrativa da retirada de Pero Coelho — vamos transcrever as notas que nos forneceu — com a sua família, por terra, atravessando os tabuleiros e as catingas qu medeiam entre os rios Apodi, Piranhas, Amargoso e Potengi; região onde, normalmente, escasseiam as aguadas e as caças, constitui a primeira notícia sobre as secas no Ceará.

Segundo o Barão de Studart, o grande historiador cearense, houve uma seca de 1614.

O terceiro registro dessa anormalidade climática está na carta dirigida, em 1653, pelo comandante do forte Schoonenborch ao comando geral holandês no Recife, a qual foi interceptada pelos luso-brasileiros.

Três séculos já são decorridos deste acontecimento e nesse período dezenas de secas têm sido registradas e várias hipóteses foram feitas sobre a sua causa, hipóteses que variam entre o castigo de Deus e a oscilação da atividade da massa do Sol.

Quando menino, assisti, em 1904, no sertão de Santa Quitéria, às novenas em honra de S. Isidro, com ladaínhas cantadas e o objetivo de obter, do Santo, chuvas naquele escassíssimo inverno. As chuvas não vieram porque na Natureza tudo está sujeito a leis rigorosamente cumpridas.

Na Terra, o recuo das geleiras, a deriva dos *icebergs*, bem como outros fenômenos, são periódicos; o mesmo acontece com a variação da calota polar de Marte. Esses períodos não se enunciados em números exatos, porque medimos o tempo servindo-nos da rotação da Terra e da sua translação, movimentos esses independentes da atividade da massa solar. O ritmo da atividade solar não influi na translação da Terra, razão porque cem translações não coincidem, exatamente, com nove intervalos entre as calmas solares.

A circulação das correntes naturais é conseqüente da desigualdade da temperatura entre os pólos e o equador, os mares e os continentes, dos movimentos turbilionários provocados pela troca do ar aquecido das baixas camadas da atmosfera, em contacto com o solo e ar frio das altas camadas, tudo isso afetado pela rotação da Terra. São movimentos complexos sujeitos a leis conhecidas e que produzem o tempo "meteorológico".

E admite-se que a atividade da massa solar perturba a circulação do ar e dos sistemas de nuvens.

O conhecido Observatório de Greenwich, fundado em 1675, por Carlos 2º, vem registrando que, na Europa, os invernos normais ou doces situam-se no primeiro terço de cada século. É que da desigual atividade solar resultam variações periódicas e quantitativas da imensa energia calorífica e da eletricidade e magnetismo irradiados pelo Sol, dos quais uma pequeníssima porção incide sobre a Terra.

Das erupções solares são emitidos feixes de ondas energéticas que, incidindo sobre a capa gasosa que envolve a Terra, provocam movimentos

microssísmicos, pouco a pouco ativados, até se transformarem em vagas perturbadoras da circulação atmosférica normal.

Parece que essa massa energética é resultante das transformações nucleares que ocorrem no corpo solar. À Bethe devemos a teoria do desprendimento de energia do Sol e das estrelas com a formação do Helium, pela transformação do Hidrogênio em Dêutron e Tristium, ou usando como veículo o Carbono.

Aceita-se serem essas transformações o responsável pela maior ou menor atividade solar. No tocante às secas e às inundações que ocorrem no Nordeste, não padece dúvida de que as mínimas dessa atividade são fator decisivo no aparecimento desses extremos climáticos.

Não são a causa única, entrelaçando-se com elas outros fatores, ainda desconhecidos.

É ponto pacífico que do conformamento do anticiclone dos Açores e da atividade da circulação atmosférica ao Atlântico Sul depende a maior ou menor entrada da F.I.T (frente intertropical), rumo ao Nordeste. Se o anticiclone dos Açores se conserva, de janeiro a junho, sobre este Arquipélago, e a circulação de ar no Atlântico Sul for fraca, tem-se seca ou inverno escasso. Isso acontece porque a F.P.A. (frente polar ártica) é detida pelo anticiclone pre-falado. Na hipótese de a zona anticiclônica açoriana abrir-se, deslocando-se uma parte para o Norte da África e outra rumo às Bermudas, e de a circulação no Atlântico Sul ser intensa, teremos bom inverno no Nordeste. Isso ocorre porque a brecha aberta no citado anticiclone permite a entrada da F.P.A., com o descolamento da F.I.T. para o Sul e fortes movimentos convectivos nessa massa de ar úmido, o que vem favorecer a queda de chuvas convectivas na chamada zona da seca. Quanto maior for a cobertura, maior será o inverno no Ceará.

Os mapas organizados pelo Weather Bureau, desde antes de 1850, sobre a circulação atmosférica no Atlântico Norte comprovam o que estamos afirmando. Interessante é que esses fatos se repetem mais ou menos em um período entre 99 e 101 anos e de um modo singular, pois no fim do período pode aparecer o fechamento ou a abertura do anticiclone aludido e, em conseqüência, se verificarem grandes secas ou grandes invernos.

Pensamos que isso sucede devido à interferência de causa ou causas perturbadoras.

Exemplifiquemos.

Em 1605, tivemos um ano de pouca chuva; em 1705 outro ano ruim; em 1805 um grande inverno; e em 1904 um inverno escassíssimo, por nós testemunhado.

O ano de 1653 foi seco; em 1754 tivemos grande inverno; 1853-1854 foram anos escassos, e 1953-1954 muito escassos.

Tivemos seca em 1692; em 1792-1794 uma grande seca; e em 1892-1894 grandes invernos.

As crônicas apuram que 1724-1725 e 1825 foram anos secos; e o maior inverno dos últimos tempos foi o de 1924, seguido do abundante de 1925.

O quadro seguinte mostra o acerto dessa afirmação:

SÉCULO XVII

1605	seca	1705	seco		1805		inundação	1904	seca	inundação
									parcial	
1614	seca	1715	escasso		1816	muito		1915	seca	
						esc.			total	
		1724	seca		1824	seca		1924		inundação
		1725	total		1825	total				
		1732		inundação	1832		inundação	1932	seca	
									total	
		1742		inundação	1842		inundação	1942	seca	
		1743							parcial	
1652	seca	1754	seca		1853	quase		1952	muito	
1653						seco		1953	esc.	
		1766	seca		1866		inundação	1958	Seca	
							1966	Seca		
		1777	seca		1877	seca		1970	Seca	
			total			total		1974		inundação
								1976	Seca	
								1979		
		1788		inundação	1888	seca		1983	Seca	
		1789			1889					
1692	seca	1792	grande		1892		grande			
		1794	seca		1894		inv.			
		1797		inundação	1897		inundação			

Pode ser mera coincidência, porém, como *natura non facit saltum*, somos levados a acreditar que, realmente, se trata de uma periodicidade.

A ser verdadeira a nossa suposição, podemos desde já ter a certeza de que em torno de 1966 teremos nova grande seca o um grande inverno, pois 1966 foi seco e 1866 enorme inverno.

Não dispomos, atualmente, de meios para evitar as secas; resta-nos a faculdade de prevenirmo-nos contra os seus efeitos.

De tudo isso se vê que o fenômeno *seca* é de ordem telúrica, inevitável e até hoje considerado imprevisível. A ação dos governos e dos cientistas e técnicos diante dessa inexorabilidade tem consistido no empenho de minorar o mais possível os efeitos das estiagens, e o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), criado com o nome de Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS) tem a sua estrutura toda montada para obter a tal respeito resultados ótimos.

Mas a previsão da incidência do fenômeno há sido objeto de preocupação de estudiosos, de leigos *profetas* e de quantos efetivamente se interessam mais diretamente pela solução do complexo problema.

De mais recente, os melhores estudos desse mesmo fenômeno vêm sendo assunto de meticuloso e profundo trabalho exercitado pelo C.T.A. (Centro Técnico Aeroespacial), instalado em S. José dos Campos, São Paulo, iniciativa corajosa, dir-se-á demasiadamente afoita do cearense, hoje Marechal do Ar, Casimiro Brasil Montenegro Filho, a quem a Aeronáutica Brasileira deve os mais assinados e reais serviços, traduzidos na mais dedicada e inteligente das cooperações.

O C.T.A., com a antecedência devida *previu* secas no Nordeste nos anos seguidos de 1980 a 1985 e quase de tudo acertou, e diz-se *quase* porque dentro do período previsto o ano de 1984 foi de copioso inverno. ...Tem-se como certo que, de futuro, as pesquisas do C.T.A. se positivem devidamente, dando-se então grande passo para saber-se encarar, com eficiência, o flagelo das grandes estiagens.

Ao lado disso, já se avança muito no terreno difícil da precipitação de chuvas que normalmente não cairiam sobre a terra.

Baseado em pesquisas feitas nos Estados Unidos pelo cientista norte-americano Braham Jr., entrou, em Fortaleza, o médico João Ramos Pereira da Costa a investigar a maneira como seria possível essa precipitação salutar, e de experiência em experiência chegou à conclusão de que uma descarga da solução de cloreto de sódio (sal de cozinha) dentro da nuvem carregada de água (nuvem estável) o fato se verificaria. Corajosamente, utilizando pequeno e velho avião fez a primeira e perigosa tentativa, e o resultado foi satisfatório. Choveu! E de tanto persistir sozinho, acabou convencendo da utilidade do processo, inclusive o Governo do Estado que, de logo, criou a FUNCEME (Fundação Cearense de Meteorologia), encarregada especificamente da chamada *nucleação artificial*, na verdade

de ação positiva. . . se existirem no céu nuvens *estáveis*. Tanto quanto estas se apresentem, a atuação da FUNCEME se tem feito positiva.

Tem-se ido mais: já está em pauta a formação de nuvens a bombardear, objeto do chamado *Projeto Modart*, desenvolvido em 1973 por uma equipe do Instituto de Pesquisas do Centro Técnico Aeroespacial, já convicta da possibilidade da plena execução do que está planejando. Afirmando-se que a concretização do Projeto Modart depende unicamente das verbas necessárias. Será a ansiada redenção do Nordeste.

Dito Projeto visa a "modificar o atual clima da região semi-árida nordestina, restabelecendo, de forma permanente, o ciclo hidrológico e regularizando a precipitação pluviométrica, o que terminará com a longa história das secas da região".

7.2. GRANDES SECAS E CALAMIDADE PÚBLICA

"La véritable histoire du Ceará, sans doute ce serait celle de ses sécheresses" — é assertiva de Ferdinand Denis, que bem poderia dispensar outras quaisquer notas e alusões.

Mas, por isso mesmo que a seca *encha* a hitória cearense, não faz mal alinhar algumas para, num esboço apenas, mostrar como se exacerbam os seus efeitos.

Por certo, as crises climáticas, como fato telúrico, recuam na inexorabilidade das suas incidências, para muito atrás da época histórica, ou mesmo pré-histórica do Nordeste, escapando aos anais respectivos.

No primeiro século do povoamento do Ceará, os cronistas só vagamente se referem a secas em 1607, 1614, 1663-64 e 1692.

A primeira é mais dedução inferida de notícias sobre a fome e sede suportadas pelo bandeirante Pero Coelho, ao abandonar o Ceará em retorno à Paraíba. Da segunda, conhece-se o curto verbete do Barão de Studart, sem detalhe algum, em suas *Datas e Fatos*: "Neste ano houve grande seca no Ceará".

Identifica-se a terceira pelo teor da Carta Ânua do Padre Ascenço Gago ao Provincial Alexandre Gusmão, datada de 10 de outubro de 1665, na qual se lê: — Desta paragem (do alto da Ibiapaba) descemos (ao gentio Tabajara) para o mar, adonde a seca *destes dois anos passados* que lá foi extraordinariamente grande, nos não deixou planta alguma, e nos reduziu a extrema necessidade de fome, obrigando-nos esta, a todos, a sustentarmo-nos de várias imundícias, até que me resolvi a mandar o gentio todo para a Serra a fazer lá plantas, antes que se acabassem as águas que na Serra nunca faltam nos tempos costumados".[90] (v. 3, p. 40)

Da última, não mais existe que um tópico das *Memórias Históricas de Pernambuco*, de Fernandes Gama, transcrito pelo Dr. Tomás Pompeu de Sousa Brasil no seu trabalho *Secas no Ceará* tópico mais atinente, porém, à Capitania pernambucana.[28]

Como ficou visto, o inglês Francis Hull discrimina as secas verificadas nas centúrias seguintes, salientando que no século XVIII houve três das chamadas *grandes secas* — 1721/25, 1777/78/1790/93, uma seca total — 1710/11, e três *parciais* ou invernos falhos — 1736/37, 1745/46 e 1784. Algo arbitrária essa classificação de *grande, total* e *parcial*, mas vá lá.

Da grande de 1721, mal se sabe através de Rocha Pita e Acioli.

A de 1777/78 mereceu de Studart esta achega: "Nesse ano manifestou-se uma seca, em conseqüência da qual ficou reduzido a um oitavo o gado da Capitania e suas vizinhas".[182 (v. 1, p. 344)] Fazendeiros que recolhiam mil bezerros não ficaram com vinte, no ano posterior.

Mais esclarecimentos tem a de 1790/93, para evidenciar o âmbito e extensão da miséria que trouxe às populações de todo o Nordeste. No Ceará, tamanho foi o prejuízo, que exterminou os rebanhos totalmente, liquidando com as charqueadas.

Documento da época é a sua melhor comprovação — a *Memória* do vereador do Aracati, Manuel Esteves de Almeida, datada de 30 de dezembro de 1795, da qual se podem extrair esses trechos significativos:

"No ano de 1790 principiou, além de outras mais moderadas, uma seca tão terrível e rigorosa que durou o espaço de 4 anos, porém no ano de 1791 e 1792 mais excessiva, de tal sorte que derrubou, destruiu e matou quase todos os gados dos sertões desta comarca; e por isso veio a perder aquele ano o comércio das fábricas de carnes secas desde o ano de 1793 exclusive, porque no ano de 1794 já houve gados que se matar.

.....

No ano de 1791, com as secas referidas, foi crescendo a falta de alimento necessário que se puseram estes no maior extremo de necessidade que se pode considerar, de forma que, sendo o preço da farinha de pau a 1$000 réis, desta sorte saíram os habitantes dos sertões de suas moradas, deixando os seus bens, a procurar recursos da vida; e no caminho encontravam a morte pela fome em que laborava o tempo, de sorte que comiam bichos e tais que nunca foram alimento humano, como seja corvos, carcarás e cobras, ratos, couros de boi, raízes de ervas, como fossem o xique-xique, mandacarús, mandioca brava etc".

Três, senão quatro crises *grandes*, se podem anotar no século XIX, se bem que o Mr. Hull aponte somente duas — a de 1724/25 e 1877/79. São de acrescentar a de 1845 e a chamada dos *três oito*, (1888/89) — todas de agudas conseqüências.

A primeira delas — a de 1824/25 — foi arrasadora.

O Senador Pompeu é quem nos oferece o quadro da desorganização, com estas impressionantes palavras:

"O ano de 1824 fora escasso e o de 1825 seco; mas não tanto que não chovesse em algumas ribeiras, ainda que pouco, e levantasse algum pasto, insuficiente para manter os gados.

O que, porém, agravou os efeitos da calamidade física foi o concurso de causas morais, depois a peste.

Desde os anos de 1821 e 1822, certa agitação começou a abalar o espírito público por causa da revolução portuguesa, e em seguida pela independência do Brasil, em 1824 pela revolução republicana, e pela reação monárquica que se estendeu por todo ano de 1825.

O ano de 1824 legara a seu sucessor, não só a escassez do inverno, já a penúria e a desolação pela guerra civil, e morticínios.

O de 1825 começou e continuou sob a influência de tríplice calamidade: seca e fome, guerra civil e morticínio, e mais logo a peste da bexiga. Este cortejo de calamidade foi ainda agravado pelo recrutamento extenso e horrível dos braços válidos restantes da Província.

As fazendas de gado arrasaram-se, e o que escapou à seca não escapou aos ladrões. Muitas fazendas ficaram abandonadas; imensos tratos do sertão ficaram completamente desertos.

A mortalidade do povo nos centros e nos povoados, mesmo na capital, foi horrível. Todavia, nos maiores povoados as vítimas de fome foram raras, porque a alimentação veio de fora da Província; porém a aglomeração de povo imigrado do centro concorria para aumentar a mortalidade.

Estima-se em um terço da população a que morreu, quer de guerra, assassinatos, peste, fome, e a que emigrou, ou foi recrutada.

Na seca de 1825 observou-se um fenômeno botânico, que não me consta se tenha repetido, ao menos com tanta abundância. O juazeiro (*zizyphus*), árvore que reverdece no rigor da seca, e que abunda nas várzeas e margens dos rios, e nunca perde a folha, destilava das folhas mel em tal quantidade que a gente pobre o colhia para alimentar-se e vender.

Não consta que a pública administração tomasse, durante a calamidade de 1825, o menor interesse em minorar a desgraça do povo.

O centro provincial ficou quase deserto de todos os criadores, ou fazendeiros, que procuravam a capital, Sobral e maiores povoados, refúgio contra a fome e quadrilheiros, que em bandos armados talavam o sertão e se apoderavam das propriedades, como em pleno comunismo.

Os infelizes, que fugiam aos ladrões e à fome, corriam em bandos aos grandes povoados; e pelas estradas, campos, praças e ruas iam deixando insepultos os cadáveres dos que não podiam resistir.

A intervenção oficial, que em Sobral, na capital e provavelmente em outros grandes povoados, se exerceu, consistiu em mandarem as municipalidades cercar de estacas um campo, para fazer sepultar os cadáveres, que se encontravam nas ruas e praças.

A peste da varíola, que veio logo depois ou acompanhou a fome no princípio do ano de 1826, acabou de aniquilar a população mendigante que correra à capital.

A falta de chuvas em 1825 não foi tão absoluta que em algumas ribeiras não fizesse pasto, e escapasse pelo menos a décima parte do gado.

O governo geral só em fins de 1826, ou seja, em 1827, quando o mal passava, mandou alguma farinha para o Ceará, que não se aproveitou."

Nestas pegadas descritivas andou João Brígido: "o inverno de 1824 foi péssimo, o de 1825 nenhum. Foi tríplice, pois, o flagelo que pesou sobre o Ceará — a guerra, a fome e a peste.

Em princípios, eram bandos de fanáticos, que matavam, espancavam, prendiam ou faziam fugir os pedreiros livres ou patriotas; depois os malfeitores e famintos, que curavam da subsistência pela força. Um recrutamento bárbaro sobreveio, cujo resultado era a morte na viagem de mar pela varíola ou, na Cisplatina, pelo ferro, pelo cansaço ou pelo frio, só por centésimos voltando à pátria os proscritos. Em cinco navios diversos, Conrado (Niemeyer), desatendendo a todas as súplicas remeteu 2.150 homens, recrutados no furor da fome e da peste, para a guerra da Cisplatina. Destes infelizes, morreram na viagem ao Rio de Janeiro 412, extraviaram-se 18, e entraram para os hospitais 314. As execuções e rodas de pau, as delações, processos e mil flagelos completavam o público infortúnio.

No Icó, os chefes imperialistas instituíram uma comissão de guerra e mandaram solenemente fuzilar, em novembro de 1824, no pátio da Câmara municipal, quatro patriotas, entidades aliás mui secundárias no movimento.

O governo imperial não subscreveu os compromissos tomados, em seu nome, por Lamenha, tão pouco os que tomara Cochrane, mais alto personagem a seu serviço.

Fez o Presidente deposto reassumir o governo em 1º de dezembro, e para logo sucedeu-lhe José Félix (12 de janeiro de 1825), não deixando ao primeiro senão o tempo preciso para, num triste documento, indicar as vítimas, cujas cabeças deviam cair!

José Félix devia, para expiação da sua aliança com Tristão, e para apagar a memória dela, fazer de simples referendário na ditadura militar, que se seguiu.

Em 22 de abril, dava começo ao julgamento dos republicanos uma comissão militar presidida por Conrado Jacó Niemeyer, carvalhista outrora em Pernambuco, o qual, devendo dar arras também da sua conversão, pesou horrivelmente sobre o partido vencido e constituiu-se, pelo terror, o único poder efetivo na Província.

Em meio do flagelo da seca, e quando a fome começa a lançar as suas garras sobre a população, foram passados pelas armas na Fortaleza:

— em 30 de abril de 1824, o padre Gonçalo Inácio de Loiola Albuquerque e Melo Mororó, secretário da República, antigo redator do "Diário do Governo do Ceará", e o coronel João de Andrade Pessoa Anta, chefe liberal de Granja; em 7 de maio, Francisco Miguel Pereira Ibiapina, chefe do serviço de fazenda da república; em 16 de maio, o Major de milícias Luís Inácio Azevedo Bolão, preso em Santa Rosa; e em 28 de maio, o Tenente-coronel de milícias Feliciano José da Silva Carapinima, mineiro, antigo secretário de Rubim.

Muitos outros estavam condenados à mesma pena, quando o governo imperial, conveio em suspender as execuções, fazendo aceitar embargos e sujeitá-los a seu conhecimento. Seguiram-se as comutações, que separaram para sempre da Província a muitos patriotas, e só em 20 de junho de 1826 o tribunal de sangue deu por finda a sua missão, voltando-se ao governo civil.

A província agonizava.

A seca tinha ceifado de parceria com a varíola; os cemitérios regorgitaram e as estradas estavam semeadas de cruzes, assinalando o chão, que consumia os restos dos que sucumbiram à fome, à peste, e à guerra.[35] (p. 34)

Nunes Belfort, o 3º Presidente do Ceará, mal havia chegado, narrava, em ofício de 8 de fevereiro de 1826, ao ministro Marquês de Barbacena: "A cidade de (Fortaleza) apresenta ao homem sensível um quadro tocante e desconsolador: as ruas sempre apinhadas de um sem número de mendigos; o Palácio do Governo, as casas dos particulares abastados, constantemente cercados destes desagraçados, apresentam o triste espetáculo de miseráveis esqueletos mirrados de fome, só cobertos de pele, que são outras tantas imagens da morte: a miséria, a consternação e a pobreza pública aparecem em todas as partes da Província. O número dos que têm perecido à míngua é incalculável.

Os principais ramos que formam as rendas da Província e riquezas dos particulares, como o gado e o algodão, sendo quase tudo extinto pelas perturbações de 1824 e pela longa e flagelante seca, os cofres públicos se acham exaustos, sem se poder pagar a tropa e empregados da Província; os mesmos particulares e negociantes, privados aqueles de seus bens e estes dos gêneros que formavam a base do seu comércio e especulação mercantis, estão uns arruinados, outros em pobreza: a Província toda, finalmente, falta de todos os gêneros de sua exportação e necessitada de receber mantimentos de fora, tem esgotado todo o numerário que possuía; pois que só dinheiro é o que dá em troco dos necessários víveres que tem importado; apesar de que a Província muito tempo deverá passar primeiro que sua receita se torne capaz de fazer face às suas despesas e que seus arruinados habitantes possam sair do estado de pobreza e necessidades a que se acham reduzidos".[118]

Ainda ao instalar-se, em sessão de 1º de dezembro de 1829, o Conselho Geral da Província, criado por decreto muito anterior, de 26 de março de 1824, não lhe sonegou, na sua *Fala* inaugural, o Presidente Pereira da Silva estas impressões: "Cuido dever levar à vossa consideração o estado deplorável em que se acham o comércio da Província, a sensível deterioração da sua agricultura, e pelo conseguinte o desfalque das rendas públicas e a progressiva decadência individual de seus habitantes, tudo proveniente das perturbações políticas, pestes e secas, que tiveram lugar nos anos pretéritos, parecendo-me um objeto digno das vossas primeiras deliberações a proposição de algumas vantagens ou privilégios qualquer a favor do arruinado comércio da Província e da sua deteriorada agricultura; e nesta mormente, em benefício de dois gêneros — açúcar e aguardente, que novamente começam a prosperar e que, sendo coadjuvadas com alguma franqueza de direitos, poderão talvez, para o futuro, suprir o desfalque que à riqueza da Província tem causado a baixa do algodão que, sendo outrora a fonte primária da prosperidade do Ceará, hoje não paga de certo o trabalho do lavrador".[119]

Não menor de efeitos que esta, sobreveio a seca de 1844/45, da qual faz descrição o historiador Pedro Théberge, testemunha ocular, e, portanto, invocável:

"O inverno deste ano para o de 1846 foi tão escasso de chuvas que faltaram completamente os meios de sustento não só para a população, como ainda para tornar a fome mais horrenda com a grande escassez dos dois anos precedentes.

A população dos sertões, pois, achou-se reduzida aos maiores apuros, e obrigada a sustentar-se de vegetais agrestes e baldos de princípios nutritivos, quando não continham propriedades nocivas, levando esta situação à prática de atos horrendos e de crimes de homicídios, que se tornaram então numerosos, sendo quase todos ocasionados por questões de alimento.

Não achando os sertanejos mais o que comerem, abandonaram suas moradas, retirando-se para o Cariri e mais serras úmidas da Província. Para a Capital convergiram mais de 30.000 pessoas sem recursos e reduzidas em geral a um estado de magrém espantoso. A caridade pública por si só não podia acudir às precisões de tanta gente, e o governo, à espera das ordens do ministério, a quem tinha dado parte do estado da Província, demorava-se em dar as providências urgentemente reclamadas por tão críticas circunstâncias. As mulheres, morrendo à fome, depois de venderem por quase nada as últimas jóias de ouro que possuíam, entraram a vender a própria honra, última jóia que lhes restava, estabelecendo homens depravados, sem consciência nem pudor em tais conjunturas, companhias de sedução para atraírem às suas infames redes esses espectros esfaimados, que andavam batendo às portas dos abastados, onde freqüentemente caíam de inanição.

Igual espetáculo apresentava-se em muitos pontos do Cariri e do litoral, de modo que a população dos grandes povoados receou até que a necessidade impelisse os esfaimados moribundos aos últimos excessos para com ela; mas nada disto aconteceu, porque os cearenses possuem um fundo de bondade e de docilidade, que se não encontra sempre em outros lugares; e, além disto, o Presidente mandou, por fim, vir farinha do Pará e Maranhão e a expôs à venda por preço medíocre, medida esta que, isolada, não podia ser suficiente para aliviar a todos os necessitados vindos de fora e que não tinham meios para comprá-la.

O capuchinho italiano Frei Serafim veio, por este tempo, abrir missão na Capital. Um tal fato ainda mais atraiu a população para esta, e aumentou a afluência dos retirantes, que entraram a entregar-se ao roubo, sem que o missionário os pudesse conter. Todavia pôde aproveitar a muitos braços inativos, dando execução a um calvário em frente à matriz, obra ao gosto italiano, que erigiu por meio de contribuições tiradas dos ricos, com as quais pagava o serviço dos pobres, ainda que por preço insignificante.

Nesta situação aflitiva, bem que tarde, chegou por fim, da Corte, ordem ao Presidente para dispor dos fundos gerais, a fim de acudir aos pobres. Esta medida era urgente, e outro Presidente menos timorato e mais enérgico já teria lançado mão dela, à vista do estado de apuros dos cofres provinciais, que se achavam então completamente esgotados, sendo que, por uma coincidência fatal, a receita orçada para o exercício que corria era muito inferior a quantas tinham sido orçadas até então. No sentido, pois, das ordens emanadas do governo central, o Presidente lançou mão dos dinheiros gerais, mandou vir farinha de todo o litoral do Brasil, ordenou a sua distribuição pelos indigentes, foi-lhes retribuído ou com mantimento ou com dinheiro; e como eles andavam arranchados nos matos, ao redor das cidades, expostos às intempéries, mandou levantar no Campo d'Amélia grandes palhoças, em que se agasalharam muitas famílias de retirantes.

.....

Como neste inverno não chovesse suficientemente para segurar o pasto, o gado vacum e cavalar morreu em grande parte, e os pobres levados pela necessidade, deram fim ao resto. Houve freguesias onde não ficou uma única rês, e as comunicações para o interior foram impossibilitadas pela falta absoluta de animais que estivessem em estado de suportar a viagem, de modo que só com uma necessidade extrema é que o governo pôde fazer transportar para o interior a farinha destinada a socorrer os indigentes. Assim mesmo, quando chegou a seu destino, já era tarde.

Coligi nesta época — prossegue Théberge — e em presença de tantos horrores formei o juízo de que uma das necessidades mais urgentes da Província é a abertura de uma estrada de rodagem, que estabeleça, entre o litoral e o centro, um meio de comunicação fácil; e o ponto mais conveniente para ela é o vale do Jaguaribe, que sempre oferece recursos, em

razão das suas vazantes e da abundância das águas que conservam os seus poços.

Nesta situação calamitosa, ficaram os campos juncados de ossadas e o ar empestado pelas emanações animais em putrefação, desenvolveu na Província uma epidemia devastadora de febre tifóide, que levou à sepultura um grande número de vítimas, contribuindo para o mesmo fim a má alimentação dos necessitados, e a opressão moral que se apoderou dos proprietários do sertão, à vista dos seus animais que morreram até o último, e do estado de pobreza e penúria a que ficaram reduzidos. O comércio que se alimenta na Província, do produto do gado e dos animais cavalares, sofreu um abalo irreparável; as casas de negócio, não recebendo dos compradores o produto de suas vendas, também não puderam cumprir seus tratos e afinal quebraram. Finalmente, é impossível descrever todas as conseqüências de uma seca semelhante; e contados certos episódios deste calamitoso flagelo, custa-se muitas vezes a dar-lhes crédito, sem ter presenciado".

Trinta anos de alívio, curando da vida e da prosperidade, viveu o nordestino desprevenido das traições do céu, esquecido do amargor da taça que sorvera.

Mas, para contracâmbio dessa ventura de três decênios chuvosos, de novo arremetia o destino telúrico na cegueira dos seus desígnios, preparando na forja da maldição outras aflições para a gente cearense.

Outra "insurreição da natureza contra o homem", como conceituou Euclides, de repente se escancararia, em gana moloqueana, como nunca o fizera, tragando tudo.

O problema do Nordeste, de tão sério, ganharia o âmbito das discussões nacionais deixando de ser apenas regional, para desafiar a capacidade de visão sociológica e prática dos governos e dos homens públicos, desnorteados até o ponto de afirmações as mais errôneas e sugestões as mais levianas.

A seca de 1877-79 fez descer ao índice mais rasteiro a curva ascencional da riqueza cearense, assim como a das províncias limítrofes. As forças infernais confluem para uma devastação sem termos, obrigando o despovoamento da terra pelo homem, pela fauna, dir-se-ia pela própria flora que foge das ostentações da clorofila e é agora galhada nua, sem fruto, sem flor, sem folha, que o vento sacudiu e o sol calcinou: "Até as aves arribaram. Não era raro ver-se, nos arrabaldes da capital, bandos de papagaios, jandaias e pombas d'asas brancas que, forçados pelo instinto da conservação, vinham deixando os sertões em procura das praias".

A capital inflava duma população adventícia, esfarrapada e esquálida, correndo incessantemente de todos os cantos da Província e das suas vizinhas. A 7 de julho, por via marítima, chegam-lhe de Moçoró 168 retirantes. Pelas fronteiras, dir-se-ia uma invasão militar, tantos contin-

gentes entrando dos sertões de Pernambuco, da Paraíba, do Rio Grande do Norte.

Cedo Fortaleza converteu-se na metrópole da fome, capital dum pavoroso reino, o reino macilento do martírio coletivo dum povo em penúria. Em dezembro já estavam aí, a mais, 85.000 pessoas, que em março de 78 eram 100.000 e em setembro 114.000. A sua população normal pelo censo de 72, orçava em 21.000. Agora podia ser de 25.000.

Aracati, cidade de 5.000 habitantes, estava comportando mais de 60.000.

O estado psicológico dos dirigentes da administração e do povo não tinha medida. De tal modo, que não se pudera encontrar uma diretriz lógica para destrinçar a confusa equação, a não ser a solução menos digna e menos humana, qual o expatriamento dos flagelados para regiões longínquas. Rodolfo Teófilo acompanhou a *via crucis*, ano por ano, mês por mês, dia por dia, nas horas, nos minutos, em cruéis cenas de fome, da peste, da desonra das virgens, da prostituição, da maldade dos homens corvejando os vinténs que o Governo e a generosidade dos particulares mandavam para evitar que tudo se acabasse em nada.

Quem quiser contemplar, cinematograficamente, o martírio indescritível, vá para as páginas dos seus livros de narração histórica, para o realismo dos seus romances, para os seus protestos nos jornais, para os seus gritos de indignação diante de um exército de molambos sem lar e sem norte, a devorar o pão que o diabo amassou, comendo, no desespero, o repugnante e o nocivo, bebendo podridões e lodo, na mais inconcepta desvergonha do instinto de conservação.

Palavras não podem traduzir à exata a dolorosa paixão do cearense e admira como haja sobrevivido ao violento colapso.

A negrura de fatos tão pungidores nunca se apagará das mentes enquanto existirem, para a memoração, os relevos desta página do relatório do Presidente José Júlio de Albuquerque Barros:

"Ao assumir a administração, achei a Província nas mais tristes e aflitivas circunstâncias.

Nesta capital muitos milhares de indigentes viviam aglomerados nas ruas e praças, em vários edifícios públicos ou casas alugadas pelo Governo, por já não caberem nos abarracamentos do subúrbio. Todos imploravam o pão, o vestido, um abrigo, ou passagem para fora da Província.

A população faminta, seminua, desvairada, precipitava-se do centro para o litoral, como uma torrente, alastrando de cadáveres as estradas, porque chegava a todos os pontos a notícia de que, por falta de transporte, somente se distribuiriam socorros nas cidades próximas ao mar.

A aglomeração desenvolvera a peste, e a mortalidade era enorme. Conforme o arrolamento, que achei incompleto e mandei concluir, havia então, só na capital, 80.000 retirantes, e todos os dias entravam muitas centenas no estado mais lastimoso. O palácio da Presidência era sitiado

desde 5 horas da manhã por milhares deles, que se revezavam no decurso do dia, à medida que os primeiros chegados se distribuíam pelas comissões de socorros. Trazia a pele colada aos ossos a maior parte dos que não vinham deformados pela anasarca ou por edemas; homens, mulheres e crianças quase em completa nudez, macilentos e inanidos; muitas das pobres maes com os filhos pendentes do colo e já moribundos.

As condições das localidades do interior ainda eram mais dolorosas. Estava quase aniquiladas as duas indústrias de que subsiste a Província, a lavoura e a criação de gados; o resto da lavoura era devorada pelos famintos; o resto dos gados, 20 a 30 por cento que a seca poupara, continuava sujeito aos azares das retiradas para fora da Província, para o litoral, e algumas das serras. Os gêneros alimentícios tinham subido a um preço superior às possibilidades dos próprios abastados; em muitos lugares um quilograma de carne 1$000 a 1$500, um litro de farinha 1$000. Não havia cereais e por quase toda a parte a água só se obtinha a grande profundidade do solo e quase sempre salobra e impura. O pensamento e o preparativo da emigração, como último recurso para a salvação da vida, preocupavam todas as classes da sociedade. Estava morto o comércio. Os serviços públicos tendiam à completa desorganização: as câmaras municipais, o júri, as diversas juntas administrativas não podiam funcionar por falta de número; os professores abandonaram as suas cadeiras, alguns párocos a freguesia. A força começava a desertar.

Nas classes desfavorecidas dos meios da fortuna, que constituem a máxima parte da população, reproduziam-se todas as misérias e infortúnios de que rezam as crônicas das grandes secas de 1722-23, 1777-78, 1790-93, 1824-25 e 1845.

Depois de alimentar-se de raízes silvestres (especialmente da mucunã), de algumas espécies de cáctus (xique-xique, mandacaru), e bromélias (coroatá macambira), do palmito da carnaúba e de outras palmeiras, das amêndoas e entrecasco de cocos, o faminto passara a comer carnes as mais repugnantes, como a de cães, a dos abutres e corvos, e as dos répteis. Se bem que raros, davam-se casos de antropofagia, e por cúmulo do horror ainda houve, não sei se diga um perverso, se um infeliz, que procurou, no município da Lavras, vender, ou trocar por farinha um resto de carne humana de que se alimentava. Alguns cadáveres foram encontrados que conservavam nos membros semidevorados os sinais de extremo desespero das vítimas da fome".

Após considerações sobre a fome que na Inglaterra, na França e na Índia acabou com populações inteiras no mesmo século 19, continua o Presidente:

"A calamidade que pesa sobre o Ceará é do número daquelas que iludem todos os cálculos da previsão humana, e muitas vezes tem produzido males irreparáveis, antes que se manifeste claramente. É que, a par da *seca normal*, regular, benéfica, vem inopinadamente a *seca extraor-*

dinária, cujo princípio e termo é igualmente difícil determinar, dependendo de causas meteorológicas incertas e variáveis, podendo uma chuva de mais ou de menos originar uma ou outra, interromper ou prolongar o seu curso. Os danos produzidos pela seca regular, que se espera de julho a dezembro, podem com razão ser imputados à improvidência dos habitantes, e noutra parte os lancei à conta de defeituoso sistema de criação, e de atraso da agricultura. Mas nas atuais condições da Província não está nas forças do homem impedir que as grandes secas, acompanhadas sempre de mortíferas pestes, produzam os maiores estragos e sofrimentos".

Tomando palavras do seu antecessor que, ante a impossibilidade de remeter socorros aos diversos pontos, aconselhara o povo a procurar abrigo na capital ou noutros lugares onde pudesse mais facilmente ser auxiliado, continua o Dr. José Júlio:

"Com efeito, desde dezembro de 1877 tornaram-se excessivamente difíceis os transportes, e alguns, que se conseguiam para diversas localidades do interior, custavam o triplo e o quádruplo do preço dos gêneros alimentícios. Em vários lugares empregavam-se os homens em puxar a 20 e 30 léguas de distância os carros que transportavam os gêneros destinados aos socorros públicos. A máxima parte das obras, em que se ocupavam os retirantes, foram suspensas; a fome começou a dizimar a população e as estradas encheram-se de retirantes que demandavam o litoral. Para fazerem a viagem, vendiam por preço ínfimo a última jóia da mulher e filha; e alguns que ainda traziam animais, não tendo meios de sustentá-los, os entregavam ao primeiro comprador por qualquer quantia. Homens que há pouco possuíam fazendas de gado de lavoura, ocupavam postos elevados na guarda nacional e os primeiros cargos municipais, vinham pedir lugar no alojamento dos indigentes ou uma passagem para fora da Província".

Na verdade, da vassourada da destruição só restaram os detritos.

Perdera o Ceará um terço da população pela fuga e pela morte. A sua riqueza pastoril, que antes da seca se calculara em 24.000 contos de réis, não valia agora mais de 200 contos. A agricultura desaparecera completamente.

Exauriu-se a terra. O homem extenuou-se.

Seria porventura sadismo repetir ou repintar tamanhas desgraças, só para descrever outras igualmente dolorosas, varificadas em 1888, 1900, 1915,1919, 1932, 1942, 1952, 1958, 1980-84, números que valem como negras cruzes às margens de uma estrada de expiações, aberta friamente pelo destino para um povo andar e tropeçar.

Não mudariam as cenas, nem o painel, nem os protagonistas, nem o enredo. . .

7.3. ÊXODO RURAL

A ignorância do conteúdo e das resultantes do fenômeno das secas e, doutra parte, a vagarosidade dos atos administrativos atinentes à solução dos problemas, ainda que os mais sérios e urgentes, acabaram conduzindo os homens públicos do Brasil a feias condutas, quando obrigados a adotar medidas para safarem-se da incômoda pressão dos fatos.

Chamados ao exame da equação, os cientistas e técnicos da Corte portaram-se como criança, tartamudeando sugestões infantis, externando conceitos, sobre-ridículos, de alcance imoderadamente danoso à vida econômico-social do Nordeste.

O deslocamento dos flagelados da seca para outros *habitats* foi uma daquelas sugestões. Contra essa decretada emigração insurgiram-se as pessoas sensatas, inclusive o Presidente José Júlio de Albuquerque Barros, mas a providência acabou oficializada. E a terceira classe dos navios emprenharam da nefanda carga de nordestinos, embarcados aos muxicões, em sórdida promiscuidade, sem nenhuma assistência governamental, e levadas ao ignorado hostil, às avernais florestas da Amazônia. Quando terminou a seca, 54.875 cearenses haviam deixado a terra das suas saudades.

A deliberação oficial de despachar emigrantes teria, no entanto, teor mais profundo que não o simples aliviamento de uma situação sufocante. Deu corpo à corrente emigratória que se desenhara em 1845, fazendo do nordestino nova espécie de bandeirante em conquistas que compuseram uma epopéia e fornecem matéria a robusto capítulo da sociologia brasileira.

O centrifugismo emigratório, tipicamente *de expulsão*, cedo se transformou numa emigrância de *atração*, dominado o homem pelas ilusões do ouro amazônico. "Já não era a seca que os expatriava, era a ambição de riqueza que os fazia sair em busca do El-Dorado; era a inveja de alguns que voltavam ostentando dinheiro no traje e nas jóias que traziam expostas, que os fazia embarcar" — expressa-se Rodolfo Teófilo, [214 (p. 26)] que enriqueceu a literatura nacional com o mais descarnado realismo, romanceando a fome e personalizando em Zé Simão o "paroara" invejado.

Era forma nova, e muito mais alarmante, do êxodo até então de caráter quase estritamente interno e passageiro, inter-regional, ou, quando muito, interprovincial, feitas as *retiradas* para outros pontos da mesma província ou para províncias mais próximas, porém com refluência quase total ao núcleo originário, logo que cessava a causa determinante.*

O pioneiro do "paroarismo" teria sido, na sua expressão mais lídima, o cearense de Uruburetama, João Gabriel de Carvalho e Melo, que se

* Lopes de Andrade, sociólogo pernambucano, denomina esses dois tipos de emigração — migração de fome e migração de fortuna, respectivamente — *Apud* BARROS[21 (p. 27)]

localizou no Rio Purus, explorando-o e povoando-o, fazendo-se largamente abastado e afinal prestigiado com o título de Comendador e senhor de muitos seringais, todos ocupados de cearenses por ele mobilizados.

Paroara, voltou ao Ceará após longos anos, reencontrou a família, encheu de benefícios os parentes e foi novamente para o Acre, para o seu seringal-sede — *Tavariá*, onde faleceu aos 75 anos de idade, em fevereiro de 1895.

Outro pioneiro vitorioso, João Damasceno Girão, de Morada Nova, fundaria Antimari, a futura cidade de Floriano Peixoto, do qual foi o primeiro prefeito. Rio Branco, a capital acreana, é expansão demográfica do barracão *Empresa*, de Neutel Maia, também *cabeça chata*.

É sem fim a lista dos desbravadores: Antônio Geraldo da Silva; os irmãos Luís Francisco e José Felício de Melo; José de Matos; Francisco Inácio Pinto; Antônio Mariano Pereira de Santana; Alexandre de Oliveira Lima, que é o afamado Barão da Boca do Acre; João de Pontes Nogueira; Francisco Fernandes; Francisco Xavier de Freitas; Jerônimo Correia Padre; Anselmo Melgaço; Francisco Nunes Pereira; João Nunes Pereira; Sabino Tomás da Rocha; João Veriato Nobre; José Vicente Nobre; Ladislau Ferreira da Silva; Ricardo Carneiro; os irmãos Heráclito, Frutuoso, Enéas, José e Antão Leite. . .

Foram estes e uma infinidade deles que acresceram ao Brasil a dadivosa extensão acreana, na mais patriótica das insurreições, cuja história não cabe aqui, porém confirma que há males que vêm para o bem. Noutros termos, a migração da fome, *de expulsão*, cheia de dor e ilogismo na sua explicação, gerou uma epopéia, envaidecedora e uma distensão territorial legítima e admiravelmente valiosa.

A exploração amazônica é página de consagração irrefutável do homem do Nordeste, como os de Liliput, pigmeus endemoniados sugigando Gúliver.

8. A RELIGIÃO

8.1. CAMINHOS DA CATEQUESE

Quem entreabriu as cortinas da crônica religiosa no Ceará foi o jesuíta.

A morte do Padre Pinto é o batismo de sangue. Derramado nos vértices da serra, como que para assinalar a magnitude da missão catequética. Quase uma crucificação como a do Gólgota, martirizado o *Abaré* com os braços esticados em cruz, pelos Tocarijus assassinos.

Se a Igreja não fosse realmente divina, sê-lo-ia por nos apresentar a figura do Nazareno com a mansidão e sublimidade da sua confortante doutrina de igualdade e amor; e também, e muito, por haver inspirado as abnegações, as resignações, os rasgos de coragem da evangelização.

Comove e entusiasma ver ou conhecer como os ministros da fé cristã vão além das humanas forças, nas suas renúncias, no ânimo de sacrifício com que alcandoram as suas cruzadas espirituais. Realizam o quase impossível sem um til de recompensa e os de Loiola nisto se esmeraram, plasmando, pode dizer-se, a história do Brasil.

Esta não poderia ser escrita até se fizesse completa a da Companhia, bem advertira Capistrano. Mas já se acha hoje virogosamente levantada, mostrando que, de fato, os inacianos constituíram as vigas-mães da complexa civilização brasileira.

Na gleba cearense a missão continuaria após o trucidamento de 1608 e só quietaria quando os editais de Pombal lhe tolhessem os movimentos.

É na mesma Ibiapaba que o trabalho ingente se desenvolve, sempre contra a maré.

Viria agora do norte para o sul. Do Maranhão, a que o Ceará, pelo menos formalmente, pertencia e onde o grande Antônio Vieira, chegado em 1655, erguera seu quartel general.

Mas a Serra transformara-se — na própria linguagem do taumaturgo do gênio — em composição infernal ou mistura abominável de todas as seitas e de todos os vícios, formada de rebeldes traidores, ladrões, homicidas, adúlteros, judeus, gentios, ateus — indígenas vindos do Recife, nascidos e criados entre os holandeses, ou fugidos do *Siará*, depois de contaminados do calvinismo de Beck.

O maravilhoso tribuno define mais precisamente: os moradores da Ibiapaba, naquela época, eram de três categorias sob o aspecto religioso — gentios que nunca tinham recebido a fé; católicos, mas que a haviam esquecido ou a desmentiam nos costumes; e hereges. Além dos Tabajaras, antigos donos da Serra, os que de novo e de diversas tribos ali chegaram, idos de Pernambuco.[218]

Por dois turnos a Missão andou enfrentando aquelas gentilidades.

Foi a primeira em 1656, depois que o tabajara Francisco Muririba conseguiu levar-lhes, àqueles ímpios nativos, cartas do Governador André Vidal de Negreiros e do Superior das Missões, assegurando-lhes "perdão e esquecimento geral de todos os delitos passados e dando-lhes ciência de serem chegados ao Maranhão os Padres da Companhia, seus primeiros pais e mestres, para sua defesa e doutrina". Aos tropeços de toda sorte, já quase um ano decorrido, é que voltava ele com a resposta, exatamente quando, desenganados do retorno do mensageiro, velejavam com destino a Pernambuco, numa embarcação latina, o Padre Manuel Nunes para o Ceará, e o Padre Vieira para a Bahia, o primeiro a "cultivar os índios daquele distrito e o outro para trazer sujeitos que pudessem acudir aos demais".

Encontraram-se no caminho: Muririba vinha acompanhado de dez outros, portadores de cartas dos *principais* da Serra, "metidas, como costumam, em uns cabaços grandes tapados de cera, para que nos rios que passam a nado se não molhassem". Escritos em papel de Veneza e fechados com lacre da Índia, coisa de espantar. Mas "até dessas miudezas estão aqueles índios providos tanto, assinala Vieira — pela terra dentro pela comunicação dos Holandeses, de quem também tinham recebido as roupas de grã e de seda, de que alguns vinham vestidos". A letra e estilo das cartas eram dos índios antigos discípulos dos Padres; "davam parabéns pela vinda destes e manifestavam o grande alvoroço e desejo com que ficavam esperando para viverem como Cristãos, recordando em saudades o *Pai Pina*, que assim chamavam ao Padre Pinto".[219]

Chegada ao Maranhão esta resposta, — ainda é de Vieira — tão conforme ao que se desejava, se resolveu logo que a viagem se fizesse por terra, e foram nomeados para esta Missão o Padre Antônio Ribeiro, prático e eloqüente na língua da terra, e o Padre Pedro de Pedrosa, que pouco antes havia chegado de Portugal.

Viagem pioneira esssa, de agruras e vexames, sendo-lhes a cama o lugar onde os tomava a noite, sobre a mesma praia e também debaixo dela, porque marchavam na época dos maiores ventos que os cobriam de areia. Trinta e cinco dias para terminar a jornada, vencida pelos Padres, no dia 4 de julho (1656), a Serra seu objetivo, "sem alento, nem cor, nem semelhança de vivos, que tais os tinha parado o caminho e a fome".

Aqueles *principais* — precisamente aqueles, e por artes do demônio, como diz Vieira— convenceram-se de que os Padres não vinham tratar

de sua salvação, senão de sua ruína e para demovê-los dessa suposição muito custou.

Obrigado, em certa altura, a ir o Padre Ribeiro até o *Siará*, com o fim de restabelecer a amizade dos Guanacés com os Jaguaruanas, excitados estes pelo apoio que lhes dava o Capitão da fortaleza, — ficou sozinho Pedrosa, sofrendo as conseqüências da demora do companheiro, alvo das suspeitas, esquivanças e ameaças dos caciques prevenidos, "mais prisioneiro de suas ovelhas, que como pastor delas".

Situação que não se modifica após a volta de Ribeiro, agora em apuros os dois, jurados de morte, decorrência na nova de terem sido chamados ambos ao Maranhão pelo Superior da Companhia, aparente confirmação das suspeitas de não passarem de disfarçados espiões dos portugueses.

Vieira insiste no imputar ao demônio quantas aflições purgavam os missionários, no meio inseguro daqueles morubixabas de cabeças envenenadas e, assim, em perigosa incompatibilidade com as pregações católicas.

Mas, acima de tudo, — e Vieira não perde linha em salientá-lo — pior que tudo as urdiduras de Satã, ele em pessoa movendo os fatos, que a tanto não bastara a ruindade daqueles tuxauas, muito passante de quanto lhes tivessem podido ensinar os hereges de Calvino e Lutero.

Sob atmosfera tão carregada, no entanto, progrediam os Padres, batizando meninos, convencendo os moços dos rudimentos da fé e obtendo pazes entre grupos inimistados, levantando igrejas, acumulando indulgências para o Céu e credenciais de admiração para a posteridade.

Até que em março de 1660, palmilhando estorvos e sofrimentos, bateu ali o Padre Antônio Vieira, com o Padre Gonçalo de Veras e um coadjutor, este, de recente, vindo do Reino e metido já em semelhantes alhadas.

Entraram na Serra em quarta-feira de trevas pela uma hora; e logo na mesma tarde começaram os ofícios, que se fazem com toda a devoção e perfeição, por serem quatro os sacerdotes, e os índios de Pernambuco terem vozes e músicas de canto de órgão com que também cantaram a missa de quinta-feira e, à sexta-feira, a Paixão em que vieram todos adorar a cruz com grande piedade.[220]

Uma imagem de S. Francisco Xavier recebia a veneração de todos. E, como produto satisfatório do comparecimento pessoal do Superior, efetivaram-se muitas medidas acertadas: fazer voltar a Pernambuco os índios de lá, para que os mesmos da Serra, desempedidos de sua dogmática reformista, pudessem receber mais livremente a doutrina romana; reunir estes últimos numa só povoação, em que se faria templo capaz de todos; obrigar o casamento dos amancebados, que não eram poucos; e, finalmente, convencer um a um da aceitação das leis da Santa Madre e do dever de freqüentar escola.[221]

Doze dias e as suas noites duraram as festas rejubilares, findas as quais retrocede Vieira ao Maranhão, levando o Padre Ribeiro e deixando a substituí-lo o Padre Gonçalo.

Este e Pedrosa permaneceram, ainda, até setembro de 1662, naquele aliciamento percalçoso, que infelizmente teve de suspender-se com as suas retiradas.

Já o Ceará passara definitivamente, na ordem civil, para o Estado do Brasil e, como efeito, na religiosa, se desligara do Estado do Maranhão.

Mas, outro período catequético na mesma Ibiapaba abririam os jesuítas.

Em 1663, — como se informa numa das Cartas Ânuas (de 1664) — mandaram-se dois Padres para a Fortaleza do Ceará, à custa da Fazenda Real, e foram eles Jacobo Cócleo e Pedro Francisco Cassali, que se localizaram na Aldeia da Parangaba, donde cuidavam até aquela Serra tão disputada e famosa.

Reconhecia o Governador Geral do Brasil, Antônio Luís Gonçalves da Câmara Coutinho que, verdadeiramente, só os da Companhia "têm préstimo para este negócio" — o das missões, e para elas mandou os Padres Manuel Pedroso e Ascenço Gago.

Em carta de 20 de junho de 1651 a Roque Monteiro Paim, dito Governador explica não serem os Capuchos "muito dados às missões" e acresce que desde que chegara ao Brasil tão-somente vira "eficiência em converter o gentio em João Lobo, que era dos Quintais, e no Padre Pedrosa, que foi para a serra do Ceará acometer aquele gentio chamado os Tabajaras". Adianta que vários destes, com o seu principal, lhe vieram à presença e ele os vestiu, deu-lhes terçados e patentes de governadores de índios em nome de El-Rei. Mostra que o Capitão-mor do Ceará não tem ajudado os missionários e, por isso, escrevera ao Governador de Pernambuco, mandando adverti-lo de que não faltasse aos Padres o melhor auxílio.[46]

Os acontecimentos desta nova fase da Missão da Ibiapaba constam, nas minúcias das Cartas Ânuas do Padre Ascenço Gago, notadamente a de 10 de outubro de 1695 e a de 25 de julho de 1697, transcritas pelo Padre Serafim Leite na sua obra monumental.[33]

Afinal, assentava-se a Aldeia de N. Senhora d'Assunção, no dia oficial de 15 de agosto de 1700. "Daqui iam os Padres visitar outras Aldeias de Tapuias, afeiçoando-os e persuadindo-os a deixarem o corso e a se aldearem e serem doutrinados. E os de Ibiapba conservam-se em paz com todos. E os jesuítas ampliaram o âmbito de civilização fazendo mais pazes com os selvagens da Serra para o interior. Ibiapaba ficou a maior aldeia da Província com mais de 4.000 almas. E a população aumenta sempre".[32]

Aduza-se este detalhe: a Aldeia formou-se de três outras, cada qual com o seu morubixaba vaidoso de sua chefia, o que tornou difícil harmoni-

zá-los. Foi preciso colocá-los em *bairros* diferentes, respeitando-se as "preeminências de antes, quando viviam separados". A povoação constituía-se, dessa forma, de várias ruas, e não duma quadra única — a forma comum das aldeias. Levantou-se a Igreja, onde foi posta em culto a imagem da Virgem Senhora Nossa da Assunção. Construíram-se a Residência dos Padres, "de pedra de alvenaria" e dita comumente Hospício, e a Casa dos Hóspedes, destinada aos brancos que por ali passavam freqüentemente a caminho do Piauí e para que não desencaminhassem as índias quando hospedados em casas destas.[88] (v. 3, p. 63)

É hoje a cidade de Viçosa do Ceará (Lei n. 1994, de 14 de agosto de 1882), depois de ter sido Vila Viçosa Real, assim erecta em 7 de junho de 1759.

.....

Sonhou com um Hospício ou residência que acolhesse os missionários o Padre Ascenço. Desejava se fundasse uma Casa que servisse de ponto de irradiação aos irmãos na faina da catequese e de asilo para os seus repousos, quando doentes ou valetudinários.

Endereçou ao Rei uma exposição de motivos e foi atendido. Considerou o Monarca quanto havia obrado o missivista com os Padres seus companheiros e levou em conta "o incessável espírito com que os Religiosos da Companhia de Jesus trabalhavam na conversão dos índios, desprezando os descômodos e os perigos de vida". Ordenou se fizesse o desejado Colégio.

Para que desta tal Casa — ordena Sua Majestade — possam os Padres entrar nas terras e assistir nas Aldeias, servindo como cabeça principal da Missão, em que se criem os sujeitos e possam sair operários para cultura e seara das almas.

E, a fim de que "possuam lugar onde se recolham, refazendo-se dos trabalhos padecidos na missão, ou se curem os que adoecerem nela", determinou se lhes assinassem terras bastantes à instalação de dois currais de gado, com cujo rendimento se pudessem sustentar.

Para a edificação do Hospício e compra dos gados marcou-lhes o provento de 6.000 cruzados, pagos duma vez só, e as côngruas necessárias por tempo de seis anos.

E como sugerisse o Padre Ascenço a vantagem de situar junto da costa os índios missionados, — que se lhes dessem, aos missionários, em sesmaria, as terras que ficassem desde a barra do Aracati-mirim á do Timônia, cortando desde as barras dos ditos sítios a rumo direito para a Serra da Ibiapaba, entrando na sesmaria tudo o que os rumos apanhassem da Serra até entestar com os campos gerais, que lhe ficam da outra parte.

Recomendou, por último, se proporcionasse decidida ajuda aos mesmos Padres e de nenhuma maneira se lhes alterasse a posse, nem lha tirassem os brancos, dos quais tanto se arreceavam.*

Apesar disso, não se concretizava o Hospício requerido.

E não seria na Ibiapaba que ele se erguesse. Melhor no litoral, talvez na Fortaleza, assim pensava, como outros, o Padre alemão natural, da Boêmia, João Ginzel ou João Gueldes.** E não só Residência, mas também casa de ensino. Como que um Seminário.

E, de fato, aconteceu.

Em 1723, por ordem do Provincial Gaspar de Farias, aportou na povoação do Pajeú aquele Padre e mais o Padre Félix Capeli, português de Lisboa, como mestre de meninos, o Padre Manuel Batista, do Porto, como ecônomo, e o Irmão Manuel da Luz, de Proença, como coadjutor "e com suas habilidades médicas".

Alojaram-se precariamente em casa emprestada e logo improvisaram a sua, de taipa, com acomodações regulares e sala de oração, localizada, porém, em terreno exíguo, incapaz de ampliações.

Foi quando, em 1727, o Coronel João de Barros Braga lhes ofereceu área de todo apropriada, mas no Aquirás. E por não ser fácil encontrar os materiais de construção no arraial do Forte, a oferta se converteu em escritura — 6 de setembro do mesmo ano. Acha Studart que os começos do Real Hospício datam desse ano.[195] (p. 223)

Enquanto Guedes e Manuel da Luz permaneciam em Fortaleza, Capeli e Batista movimentavam as obras, auxiliados pelo irmão Antônio Nunes, recém-trazido do Recife.

Construído de pau-ferro e barro, era uma casa baixa, térrea, com um mirante donde se podia espraiar a vista sobre a vila e o rio Pacoti, que, nas cheias, vinha até a horta. Compunha-se, ao oriente, de uma sala em que se recolhiam provimentos, utensílios e mais coisas vindas de Pernambuco e de uma outra destinada ao serviço da sacristia. Ao poente, seis quartos e ao sul outros tantos. Ao norte, as oficinas, despensa e refeitório.

Na própria portaria esteve provisoriamente a capela. À igreja deu-se princípio só em 1748, enterrada a pedra fundamental no dia de Santo Inácio — 31 de julho. Era encarregado da construção da mesma igreja, inicialmente, o Padre Manuel Pinheiro, auxiliado por artífices pernambucanos, e depois o Padre Francisco de Sampaio.[98]

Quando, por força da Provisão de outubro de 1735, vieram as Aldeias para a responsabilidade da Companhia (1741), tomou o Hospício a forma de Casa Central da Missão, todas a ela se agregando. Ficou dito Hospício

---

* Cartas Régias de 8 de janeiro de 1697, transcritas em STUDART[182] (v. 1, P. 101); MARTINS.[99]

** De vários modos tem sido escrito: Gunzel, Guinzel, Guades, Guedes, Guedas.

"na história da instrução e educação pública como o da primeira instituição cearense onde se ensinaram Humanidades; e também na história eclesiástica do Ceará, por ter sido, de fato, o seu primeiro Seminário.[89] (v. 3, p. 83), 187*

Ibiapaba, Parangaba, Caucaia, Paiacu e Paupina eram as aldeias curadas pelos jesuítas. Esta última havia sido reforçada com os índios da Aldeia do Paraná-mirim, da qual chegou a tomar posse o Padre Luís Jácome. Indisposição sua com os missionados deu causa à transferência.

A administração dos Padres, aí, deve ter sido igual à que caracterizara a sua habitual maneira de missionar, acusada de alimentar ambições materiais e demasiado apego ao poder temporal, mas sem nenhuma dúvida utilíssima pelo seu sistema de trabalho e pelos ensinamentos das letras, das artes e da vida prática fornecidos aos catecúmenos, cuja vida e liberdade eram defendidas, ardorosamente, contra a ganância e a sensualidade dos colonos.

Decretado pelo Marquês de Pombal o fechamento da Companhia, expediu-se, em 14 de setembro de 1758, a Ordem Régia obediente à qual o Ouvidor de Pernambuco deveria vir ao Ceará com a diligência de seqüestrar os bens dos inacianos e converter em vilas as Aldeias por ele governadas.

O Desembargador Bernardo Coelho da Gama Casco desincumbiu-se, à risca, do seu mister, acompanhado do Escrivão Luís Freire de Mendonça e do Meirinho Manuel Pereira Lobo.

Não houve item das "Instruções" que não tivesse cabal execução. Foram arrecadados "pretos, escravos, bestas, taxos, caldeiras e outros semelhantes, todos produtos do comércio ilícito que têm feito os tais Religiosos".

Nada escapou ao seqüestro: nem bezerros, nem poltros, nem chibatos, tudo anotado por miúdo.

Tendo a Ordem Régia às mãos e nas mãos as recomendações do Governador Luís Diogo Lobo da Silva enviadas às autoriades e aos índios mais influentes e fiéis à Coroa concitando-os a ajudá-los, — o Ouvidor Gama Casco, tão prestes chegou, principiou a espoliação decretada.

Studart discrimina as entregas que à comitiva judicial fizeram os Padres.[195] (pp. 190-250)

No dia 5 de junho (1759) recebeu o Ouvidor a Aldeia da Ibiapaba, onde estava o Padre Rogério Canísio (alemão) com dois leigos da Ordem, passando-a ao Vigário Luís do Rego Barros. No dia 7, a Aldeia é erecta em vila com o título de Vila Viçosa Real.

No dia 15 de outubro foi a da Caucaia, agora Vila Nova de Soure, substituído o Padre José Inácio pelo Vigário Antônio Carvalho da Silva.

* Enumera todas os Superiores do Hospício, desde 1725 até o último, João de Brito (1757).

Em 25 do mesmo mês, a da Parangaba, mudado o nome para o de Vila Nova de Arronches, tomando o Vigário Antônio Coelho Cabral, do Padre Antônio Dantas, a direção do aldeamento.

A da Paupina, no dia 1º de janeiro de 1760, mudado o Padre José de Amorim pelo Vigário Manuel Pegado de Siqueira Cortez, e o nome do povoado para Vila Nova de Messejana.

Porque não dispusesse do número da casais bastante e, portanto, sem capacidade para erigir-se em vila, teve a Aldeia do Paiacu a categoria de Lugar, com a denominação de Montemor da América. Missionava-a o Padre José Caetano, que a entregou ao Vigário Antônio Pires e Cardenas.

Escoltados por Manuel Correia Vasgnes, com um sargento, dois cabos e dez praças, em fevereiro do ano seguinte, seguiram para Pernambuco os Padres da extinta Companhia.

Temor reverencial à Carta-circular do Bispo de Pernambuco aos Párocos do Ceará, "principiando da Vila de Fortaleza até a última que se compreender na Comarca", — explicaria os festejos e *Te Deum* celebrados em virtude das "excelentes graças devidas ao Altíssimo pelo benefício de haver suprimido o nosso Santo Padre Clemente XIV, ora reinante na universal Igreja de Deus, a Companhia chamada de Jesus". . .

E assim entre esses chocantes regozijos eclesiásticos e as sinceras lágrimas dos nativos avassalados, foram-se os inacianos, sem vintém, resignados, incientes das futuras penas que os haviam de vexar e a inúmeros sacrificariam nas masmorras de Portugal.

No meio destes, o Padre Rogério Canísio, que tantos serviços prestara à Religião e ao Ceará, e acabou os dias nas celas do forte de S. Julião.

8.2. IGREJA CATÓLICA

A assistência religiosa dos brasis cearenses, lateral às missões jesuíticas, mostrou-se sempre frágil, porque via de regra os eclesiásticos "preferiam a vida fácil e suave das cidades aos trabalhos missionários em distantes rincões". E a tal ponto que, designado certo padre a exercer no Ceará as funções de vigário, escondera-se, ao ser procurado para embarcar rumo à sua vigararia. [198*]

Exceção a esse "comodismo desnaturante e corrosivo", é aberta pelo Padre Baltasar João Correia, que se aventurou com Martim Soares e cinco soldados do forte do Rio Grande a meter-se pelo litoral até o Siará,

* Neste documentado estudo muito nos inspiramos para escrever esta parte do presente Capítulo.

numa expedição dir-se-ia lendária pelo seu ineditismo e por tanta audácia no defrontar a indiada que se indispusera com Pero Coelho.

Trazia o diploma de Capelão do presídio e ele e Martim fiavam-se simplesmente na amizade de Jacaúna, um em mil naquela gentalha de bárbaros de todos os matizes; e, por cima, o perigo dos flibusteiros, encontradiços nas costas do Ceará.

Enérgico e firme nas suas ações em prol da catequese, não restringiu o Pe. Baltasar, ao que parece, suas atividades missionárias ao âmbito do fortim e das aldeias cristianizadas. Itinerante incansável, derivou-as para arraiais menos próximos, no inflexível intuito de incutir a fé nos índios broncos. Repetidas vezes abandonou a sede da Capitania, encaminhando-se para outras circunscrições a negócios próprios ou da religião que apostolava.[198] (p. 25)

Não é bem conhecida a data em que, indo ao Maranhão em busca de paramentos e objetos de culto para a sua capela, por lá ficou.

Antes de 1615 na certa, pois que de 31 de janeiro desse ano é datada a carta do Governador Gaspar de Sousa a El-Rei, comunicando-lhe já ter achado construído o presídio do Ceará, cujo sustento reputava da maior importância. E o mesmo Governador houve por bem "acrescentar-lhe (ao presídio) um cura". "Como fiz, para administrar os sacramentos àquela gente e catequizar os índios daquele distrito" — expressa-se assim.[185] (v. 2, p. 160)

É duvidoso que tenha vindo o cura, o qual tenha sido ele. Mas é certo que em 10 de outubro daquele ano de 1615 desceu em terra o Pe. Manuel Gomes e com os naturais palestrou longamente, fato que é narrado sem qualquer referência à presença do Pe. Baltasar.

Outros que pisaram o *Siará* viram o forte semi-abandonado, com os soldados passando necessidades. Vaga notícia há de que, em 1624, teria Frei Cristóvão de Lisboa deixado com eles dois sacerdotes, sobre cuja atuação, no entanto, nada restou nas crônicas.

Coisa alguma registram estas, e nem poderiam fazê-lo, relativamente ao período de 1637 a 1654, triste hiato do domínio luso na região.

Com Álvaro de Azevedo Barreto, reaparece a Igreja de Roma, no Ceará, através do Padre Pedro Morais, acompanhante da tropa de ocupação do *Schoonenborch* e armado do título de Capelão do Presídio e Vigário de toda a Capitania, o qual, porém, não demorou nem um ano, tendo sido substituído por Frei Manuel da Cruz, franciscano, aliás de atuação quase nula.

Após a expulsão dos jesuítas, os núcleos dêmicos do Ceará receberam, para orientá-los no espiritual, os padres amaristas (Congregação de S. Filipe Néri), como os de S. Inácio sobremodo dedicados. Nomes como os dos Padres Francisco Ferreira Lemos (1671), Frei Francisco de Sá (1673), Amaro Fernandes de Abreu (1683) figuram nos anais eclesiásticos do tempo.

Enfraquecia, entretanto, lamentavelmente, o apostolado católico.

Chamados os capuchos franceses, verifica o Capitão General do Brasil que, à maneira dos congregados de outras ordens religiosas, também eles se negavam às fadigas e aos perigos das entradas sertanejas em busca de neófitos, preferindo permanecer entre os gentios domésticos, na segurança e relativo conforto das aldeias já vassaladas".

Cansativo seria aludir a todos os clérigos mais intimamente ligados à vida cearense. Consulta ao citado trabalho de Carlos Studart Filho inteira as informações.

.....

O programa da ação da Igreja condicionar-se-ia necessariamente à evolução político-social, crivada das omissões e dificuldades próprias, da formação dum povo atropelado de tantos óbices e carências, sem saber livrar-se do infortúnio da ignorância e da falta de disciplinação moral, filhas, além doutros fatores, das ausências e fraqueza assim da justiça, como da autoridade civil e da Religião, só muito diluidamente chegadas àquelas brenhas e sertões.

Os templos católicos, de si muito pobres, sem um mínimo de arrojo arquitetural, sem arte de nenhuma espécie, com os pisos de tijolo comum, índice de debilidade econômica, — quase sempre se apresentavam em desmantelo, negligenciados pelos Vigários que, recebendo insuficientes côngruas, os mais deles derivavam para misteres temporais mais lucrativos, entregando-se não raro á política, ou preferindo a criação de gados e os negócios do comércio.

Decaídos da dignidade e correção do sacerdócio, à mingua da vocação indispensável, porque ordenados na maioria por determinação dos pais, desejosos de ter um filho ministro de Deus, muitos esqueciam os votos sagrados e constituíam família, com filhos que acabavam legitimando, sem que maior escândalo social isto causasse.

Os livros dos cartórios civis têm folhas cheias de escrituras e testamentos, em que sacerdotes confessam a *fragilidade humana* dos seus *acasos* com barregãs teúdas e manteúdas. Filhos de padre têm sido individualidades notáveis nas letras, na administração e na política do Brasil.[69] (p. 321)

Concorria para esse estado de coisas, no Ceará, a lonjura do Bispado de Olinda, a cuja jurisdição, como Vigararia forânea, obedecia. O Governador Barba Alardo bem o sentiu, e salientou, em exposição datada de 10 de abril de 1809, a "urgente precisão que tem o Ceará de um prelado douto, com plenos poderes, por ser impraticável remediarem-se tantos males com o atual recurso eclesiástico tão distante".[175]

O Presidente Alencar, insuspeito porque também padre, recriminava tais desmandos e pedia à Assembléia leis para coibi-los.

"Subdivididas as freguesias como estão — dizia-lhe numa de suas *Falas* — e sendo diminutíssima a côngrua estabelecida, elas não chegam

para a subsistência dos Párocos. E que vantagem pode presentemente oferecer o estado clerical, que convide pessoas a habilitarem-se competentemente? O que sucede, Senhores, digamo-lo francamente, é que quase ninguém hoje se destina ao estado eclesiástico, senão quando não tem préstimo para nenhuma outra cousa, resultando daí que, guardadas algumas exceções, a consciência e direção espiritual do povo estão entregues a homens a que faltam todos os elementos necessários para desempenharem o custoso ofício de pároco.[117]

No seguinte *Relatório* ao Legislativo (agosto de 1836), repetia: — "Acresce que não se encontrando vantagens no estado clerical, quase ninguém, que tenha préstimo para qualquer outro mister, a ele se dedica e pelo conseguinte vai padecendo o culto por falta de sacerdotes, ou por ser exercido por Clérigos em que se não dão as qualidades indispensáveis para bem dirigi-lo".[12]

Tardou, mas veio o remédio.

A Lei Geral n. 693, de 10 de agosto de 1853, autorizou o Governo do Império a solicitar, da Santa Sé, Bulas de criação de um Bispado em Minas Gerais e outro no Ceará.

Com a Bula *Pro Animarum Salute*, de 6 de junho seguinte, atendeu Pio IX à impetração.

Nomeado primeiro Bispo (Decreto de 27 de fevereiro de 1855), o Padre baiano João Quirino Gomes não aceitou o múnus. Outro, o Cônego Francisco José Tavares da Gama, identicamente o recusou.

Recaiu, afinal, a nomeação no Padre Luís Antônio dos Santos, fluminense de Angra dos Reis, no momento residindo em Mariana, Minas Gerais. Confirmado o Decreto (de 1º de fevereiro de 1859) pelas letras apostólicas *Nobis ex Alto*, em 27 de setembro do ano seguinte, foi sagrado D. Luís naquela cidade mineira (14 de abril de 1861) por D. Antônio Ferreira Viçoso, notável Antístite.

Tomou posse solene da Diocese em 29 de setembro, já instalado o Bispado, desde 16 de junho,* por procuração sua, pelo Cônego Antônio Pinto de Mendonça. Celebrou-se a primeira missa pontifical em 8 de dezembro.

Não perdeu tempo D. Luís em consertar os defeitos que afeavam o clero e refletiam descrédito na religião.

Primeiramente, tratou de fundar um Seminário em Fortaleza, e sem parar as canseiras o inaugurou, com dez alunos, em 18 de outubro de 1864, fazendo-se ele próprio o seu primeiro Reitor e confiando-o aos Padres de S. Vicente de Paulo (Congregação da Missão).

Paralelamente, cuidou de abrir um educandário para moças a ser dirigido pelas Irmãs de S. Vicente (Irmãs de Caridade) e, vitoriosamente, o instalou no dia 15 de agosto de 1865. É o Colégio da Imaculada Concei-

* O termo de inauguração acha-se transcrito em STUDART.[206]

ção, ainda o mais importante da capital cearense.

Para o sertão era urgente levar a reforma saneadora e, nesse intento, dirigiu-se ao Crato, onde pretendia levantar outro Seminário. Lançou os fundamentos em agosto de 1874 e por lá ficou seis meses, comandando os trabalhos da construção. Obstáculos vários impediram o melhor aceleramento das obras , para ganhar tempo, improvisou barracões de taipa cobertos de palha, nos quais situou capela, sala de aulas e dormitórios, indo ele em pessoa residir num deles, sem comodidade alguma. Terminado o edifício, deu ao lazarista Lourenço Eurile a Reitoria. Com a morte deste, o Seminário parou, mas, depois, reabriu e andou meio lá meio cá, até consolidar-se com a criação da Diocese do Crato, em 1914.

Materializou D. Luís muitos outros planos seus, firmando conceito de alta capacidade de realização e lúcida visão aos problemas socio-religiosos no Ceará. Governou vinte anos o Bispado. Até 11 de agosto de 1881, dia em que o transferiu ao Vigário Capitular, Mons. Hipólito Gomes Brasil, deixando a Diocese sede vacante.

Havia-o convocado a Santa Sé para exercer as funções de Arcebispo Primaz da Bahia. Do Imperador recebeu o título de Marquês de Monte Pascoal (1888). Em 1884, esteve novamente no Ceará, refazendo-se da saúde, e pôde assistir às festas da libertação dos escravos, em Fortaleza. Faleceu em 11 de março de 1891. Nascera a 3 de março de 1817.

Mons. Hipólito Brasil regeu a Diocese até o preenchimento com a posse de D. Joaquim José Vieira, paulista de Itapetininga.

Era Cônego da Sé de São Paulo, quando mereceu a escolha, confirmada por Leão XIII, em 9 de agosto de 1883. Sagrado em Campinas, no dia 9 de dezembro, por D. Lino Deodato Rodrigues de Carvalho, cearense, Bispo daquela então Província. Empossou-se, pessoalmente, em 24 de fevereiro do ano seguinte, pois já o fizera, por procurador, o referido Mons. Hipólito, em 22 de novembro anterior.

Foi um grande Prelado, pela sua modéstia e doçura de coração, pela dignidade com que exerceu os seus deveres, pela severidade aprumada das decisões, pela absoluta indiferença às ostentações terrenas. Na célebre questão do misticismo do Juazeiro do Padre Cícero mostrou, à mais rigorosa evidência, o tom da sua autoridade superiormente aplicada. Jamais cedeu às aparências dos *milagres* e, no fim, a sua imperturbável serenidade pôde assistir à desarticulação da burlaria em que foi centro a *beata* Maria de Araújo.

Só isso teria valido o seu Bispado, se, na realidade, inúmeros fatos e gestos eloqüentes de caridade e compreensão humana não o creditassem à máxima consideração do povo, dos poderes públicos, das ovelhas do seu rebanho.*

Nasceu o paulista ilustre em 17 de janeiro de 1836 e faleceu na cidade de Campinas em 8 de dezembro de 1917. Durante os seus 29 anos de

* Sobre D. Joaquim, leia-se QUINDERÉ.[156]

labor pastoral se ordenaram, no Ceará, 188 padres.

A idade o obrigara a sair, já escorado no auxiliar, o Coadjutor D. Manuel Antônio de Oliveira Lopes, baiano, o qual, entretanto, não se adaptando ao clima local, também largou o pastorato. Havia chegado em 20 de novembro de 1908 e apenas demorou pouco mais de um ano e meio.

Para substituí-lo, veio outro filho da Bahia, D. Manuel da Silva Gomes, cuja sagração se deu em 29 de outubro de 1911, na Sé de Salvador. A renúncia de D. Joaquim transferiu *in totum* a D. Manuel a Diocese. O dia 8 de dezembro de 1912 marcou o início solene do seu ministério, que terminou em 1941, igualmente por meio de renúncia expressa (7 de junho), ficando outra vez a Diocese sede-vacante, administrada por Mons. Otávio de Castro.

D. Manuel nascera em 14 de maio de 1874 e acabou os dias, após sério e longo padecimento, em 14 de março de 1950, em Fortaleza.

Homem de personalidade vertical, enérgico, culto, orador fluente, encheu com a sua figura máscula os fastos do sólio episcopal enquanto o ocupou.

"Mercê de sua ação infatigável, surgem novos templos, organizam-se obras de amparo social, multiplicam-se as casas de caridade, abrem-se escolas populares, inauguram-se colégios" — fez-lhe justiça Mons. José Quinderé, que ainda com toda a justiça acrescenta: "A atividade de D. Manuel se me afigura um calidoscópio, tais as cores variadas e os matizes surpreendentes do seu apostolado".

Nessa gestão de quase três décadas, pelas Bulas *Catholicae Ecclesiae*, de 20 de outubro de 1914 e *Catholicae Religionis Bonum*, de 10 de novembro de 1915, foram criados, respectivamente, os Bispados de Crato e Sobral. Também o de Limoeiro do Norte — 8 de maio de 1938. E a Diocese de Fortaleza eleva-se para Arquidiocese, tendo sido, assim, D. Manuel o primeiro Arcebispo do Ceará.

O primeiro Bispo do Crato, D. Quintino Rodrigues de Oliveira e Silva, cearense, recebeu sagração em 21 de outubro de 1916, das mãos de D. Jerônimo Tomé da Silva, também cearense. Arcebispo Primaz do Brasil. Nasceu em Quixeramobim, no dia 30 de outubro de 1863. Falecido em 28 de dezembro de 1929. O segundo, D. Francisco de Assis Pires, baiano. D. Vicente de Araújo Matos é o atual Bispo sagrado em 11 de junho de 1955.

No de Sobral, exercitou o cargo D. José Tupinambá da Frota, desde a sua investidura, em 22 de julho de 1916, pois, transferido para a Diocese de Uberaba, Minas Gerais (abril de 1923) não chegou a deixar a sua Diocese, por anulada a transferência (10 de março de 1924). Como D. Quintino, foi sagrado por D. Jerônimo Tomé (29 de junho de 1916), na Bahia. Admiráveis serviços de ordem material, social e espiritual há prestado D. José à comunhão sobralense. Nasceu na progressista cidade do norte do Estado em 10 de dezembro de 1882. Contou de data mais

recente, com um Bispo-Auxiliar, D. José Bezerra Coutinho, sagrado em 28 de outubro de 1956. Depois Bispo de Estância, Sergipe. O atual Bispo é D. Walfrido Teixeira Vieira.

A Diocese de Limoeiro do Norte, desde a sua instalação, foi dirigida por D. Aureliano Matos, nascido em Itapagé, Ceará, em 17 de junho de 1889. Eleito Príncipe da Igreja em 30 de junho de 1940, foi sagrado, na catedral de Fortaleza, por D. Manuel da Silva Gomes, no dia 29 de setembro , falecendo em 19 de agosto de 1956. Substituiu-o o Bispo Coadjutor, D. José Freire Falcão, a que sucedeu o atual Antístite D. Pompeu Bezerra Bessa (Bula de 25.01.1973).

A escolha de segundo Arcebispo de Fortaleza recaiu no mineiro, de S. João d'El-Rei, padre salesiano, D. Antônio de Almeida Lustosa, de grande cultura intelectual e excelsas qualidades de abnegação, singeleza d'alma e amor às ovelhas que apascentou. Substituiu-o D. José de Medeiros Delgado, que assumiu o governo da Arquidiocese em 11 de maio de 1963. Paraibano, nascido em 28 de julho de 1905, no Município de Pombal, renunciou ao múnus, deixando-o em 4 de abril de 1973. Durante a sua gestão, foi vendido, à Prefeitura Municipal de Fortaleza, o antigo prédio sede do Arcebispado, chamado Palácio do Bispo, hoje sede da Prefeitura.

Para substituí-lo, veio o gaúcho D. Aloísio Lorscheider, da Ordem dos Frades Menores, promovido em 26 de março de 1973 e empossado a 5 de agosto seguinte. Criado e publicado Cardeal pelo Papa Paulo VI, no Consistório de 24 de maio de 1976. A sua atuação foi decisiva na conclusão da majestosa Catedral de Fortaleza, inaugurada solenemente em 22 de dezembro de 1978, após longo tempo a contar do seu início (pedra fundamental) em 1939.

Criado em 25 de março de 1961, por Decreto do Papa João XXIII instalou-se o Bispado de Iguatu, com a sagração do seu primeiro bispo, D. José Mauro Ramalho de Alarcon e Santiago, no Aracati, no dia 5 de janeiro de 1962. O Bispado de Crateús foi de iniciativa do Papa Paulo VI, com a Bula *Pro Apostolico Munere*. O seu primeiro e atual Bispo, D. Antônio Batista Fragoso, empossou-se em 9 de agosto de 1964.

A Diocese de Quixadá foi instituída pela Bula *Qui Summopere* de 13 de março de 1971, do citado Papa Paulo VI, sendo primeiro Bispo D. Joaquim Rufino do Rego, nomeado pela Bula *Dilecto Filio*, de 21 de abril, empossado no dia 20 de agosto do mesmo ano.

A mesma Bula também instituiu a Diocese de Tianguá, da qual é nomeado Bispo D. Frei Temóteo Francisco Nemésio Cordeiro, sagrado em Canindé, sua cidade natal, em 4 de julho de 1971.

A de Itapipoca, por igual, é resultante daquela citada Bula de 13 de março de 1971, sendo seu primeiro titular D. Paulo Eduardo Ponte, sagrado em 21 de novembro do mesmo ano de 1971. Removido para a Arquidiocese de S. Luís do Maranhão, veio ocupar o cargo D. Benedito Francisco de Albuquerque, que era vigário da Paróquia de São Vicente, em Fortaleza.

8.2.1. Episcopado

Singularmente, nenhum cearense teve assento no sólio episcopal do Ceará, porém muitos hão dirigido, e outros ainda dirigem Episcopados em várias jurisdições brasileiras.

Fique este discrime, pela ordem das ordenações: 177, 13 (p. 649), 93

Nome	Lugar de Nascimento	Bispado	Ordenação	Sagração
1. Manuel do Rego Medeiros	Aracati	Olinda	29.06.853	12.11.865
2. Lino Deodato Rodrigues de Carvalho	Russas	São Paulo	25.07.850	09.03.873
3. Jerônimo Tomé da Silva	Sobral	Pará	21.12.872	26.10.890
Idem	Sobral	Bahia	21.12.872	27.02.894
4. José Lourenço da Costa Aguiar	Sobral	Amazonas	30.11.870	11.03.894
5. Antônio Xisto Albano	Fortaleza	Maranhão	30.05.887	16.06.901
6. Quintino Rodrigues de Oliveira e Silva	Quixeramobim	Crato	19.06.887	31.10.915
7. José Tupinambá da Frota	Sobral	Sobral	29.10.905	29.06.916
8. Carloto Fernandes Silva Távora	Jaguaribe	Caratinga	07.08.898	18.09.921
9. Joaquim Ferreira de Melo	Crato	Pelotas	06.11.898	18.09.921
10. Aureliano Matos	Itapagé	Lim. do Norte	30.11.914	29.09.940
11. José Terceiro de Sousa	Boa Viagem	Caetité	30.11.933	20.06.948
Idem	Boa Viagem	Bahia (Auxiliar) Depois resignou.	30.11.933	
12. Francisco Expedito Lopes	Sobral	Oeiras	30.10.933	12.12.948
Idem	Sobral	Garanhuns		
13. Raimundo de Castro e Silva	Aracoiaba	Teresina (Auxiliar)	04.12.932	15.08.950
Idem	Aracoiaba	Fortaleza (Aux.)		
14. Hélder Pessoa Câmara	Fortaleza	Olinda e Recife	15.03.931	20.04.952
15. Zacarias Rolin de Moura	Umirim	Cajazeiras	08.12.937	26.07.953
16. Expedito Eduardo de Oliveira	Pacatuba	Fortaleza (Aux.) Depois Bispo de Patos, PB	30.11.933	13.12.953
17. Vicente de Paulo Araújo Matos	Itapagé	Crato	29.11.942	11.06.955
18. José Bezerra Coutinho	Capistrano	Sobral	03.12.933	28.10.956
19. José Freire Falcão	Pereiro	Lim. do Norte (Atualmente no Arcebispado de Brasília)		
20. Paulo Eduardo Ponte	Fortaleza	Itapipoca (Atual Arcebispo de São Luís-MA)		21.11.971
21. José Mauro de Alarcon e Santiago	Russas	Iguatu		05.01.962
22. Temóteo Francisco Nemésio Cordeiro	Canindé	Tianguá		05.07.971
23. Benedito Francisco de Albuquerque		Itapipoca	04.06.971	(Não sagrado ainda)

8.3. PROTESTANTISMO

A primeira semente da Igreja Reformada trazida ao Ceará não vingou.

Veio com os holandeses, na segunda expedição (1649-1654). Com a tropa e o resto da gente, estava o ministro Kempins, acompanhado do seu criado — um índio mestre-escola, de nome João Gonçalves.

Sabia o *predicant* a língua geral e por isso tinha dupla função: a de representante de Deus e a de intérprete.

Na hora de receberem os da frota flamenga, mostraram-se os locais muito alegres com a pessoa do ministro, "porquanto tinham muitas crianças para batizar e adultos para casar" — informa o *Diário* de Beck, tão falado. E, com efeito, muito se deram com ele, daí por diante, recebendo-o amistosamente em suas aldeias.

Nas palavras do relatório: "saía para instruí-los, batizar aqueles de seus filhos que ainda estiverem pagãos, casar os que viverem juntos ilegitimamente, esforçar-se por imprimir entre eles boa ordem e disciplina cristã, pregar-lhe em sua língua a santa palavra de Deus e fazer tudo para o que foi enviado pelos Nobres e Poderosos Senhores e em que consiste o seu dever e missão".

A idéia calvinista venceu as resistências dos nativos e neles dominou por algum tempo.

Recorde-se quanto lutaram o Padre Vieira e os seus missionários para neutralizá-la, quando de suas catequeses na Ibiapaba.

Foi, porventura o único vestígio deixado pela efêmera ocupação beckeana. Mas aos poucos se desfez.

Do Recife haveria de vir, de novo, a chamada Boa Semente.

Conduzia a sacola pioneira o americano De Lacy Wardlaw, recebido a bordo do vapor "Pará", no dia 27 de setembro de 1881, pelo Capitão do Porto, Antônio Severino Nunes, e sua esposa, pelo chefe dos Correios, Dr. José de Oliveira, e por José Damião de Sousa Melo, que seria o seu primeiro converso. A capital cearense achava-se em plena agitação da campanha abolicionista e Damião deveras a ajudou, com o seu brilhante talento de jornalista e poeta.

Wardlaw era bacharel em ciências e letras e nasceu no Estado de Tennessee, em 1856. Muito jovem, pois. E já tendo aos ombros a responsabilidade da evangelização presbiteriana em país longínquo.

Iniciou o culto, cercado dos primeiros sectários, no hotel mesmo em que se hospedou — o Hotel do Norte, na Praça dos Mártires (Passeio Público), e o foi estendendo com alguma vantagem, vulnerando a crosta compacta da crença católica pacificamente estratificada desde as origens de 1654.

Em 1883, dia 8 de julho, batizou treze adeptos: Dr. Albino José de Farias e sua mulher, Ludovica magno de Farias, Flávio Magno, J.

Vitorino Cavalcante, Francisco Firmino, Manuel F. Braga, o citado José Damião de Sousa, Alfredo Damião de Sousa, Manuel F. Teixeira, Cristóvão Pereira Guerra, Maria Carolina de Farias, Donamerite de Farias e Ângela de Sousa.

O Missionário Dr. John Rockwell Smith, organizador das igrejas no norte do Brasil, vez em quando visitava o Ceará, para dar incentivo ao trabalho de Wardlaw. Em 1885 estiveram ambos em Baturité e Itapagé. Na primeira destas cidades sofre Wardlaw forte perseguição, chegando os seus adversários ao ponto de lançarem-lhe terra no prato de suas refeições, no hotel, privando-o de alimentar-se. Recebeu, nessa ocasião, o apoio de Auxêncio Rodrigues, que o levou para casa e permitiu que fizesse leituras da Bíblia para a sua família. Aderiu esta ao prostestantismo, embora Auxêncio pessoalmente nunca o tenha feito.

Em 6 de agosto de 1890 organizou-se definitivamente a Igreja de Fortaleza, cujo templo, entretanto, só em 1897 pôde ser começado. E só em 1919 veio a ser concluído.

De Lacy, em 1892, estabeleceu-se com o comércio de livros evangélicos e entre os misteres de livreiro e os de reverendo distribuía as suas atividades.

Deixou o pastorado em 1897, substituído pelo médico Dr. Reynald Price Baird, que ampliou o âmbito da pregação, levando-a à cidade de Senador Pompeu, onde instalou uma Congregação com cerca de quarenta membros, na maioria pertencentes às famílias Varela e Cortez. Ao obreiro Alfredo Ferreira, que já havia servido em Baturité, confiou Baird essa Congregação.

Vários outros pastores demoraram em Fortaleza nessa fase inicial do presbiterianismo.

O reverendo W. C. Poster, durante dois anos, o Dr. J. J. Harrell, em 1891. Em 1892, o reverendo James Dick, que faleceu de infecção variólica. Em épocas diferentes, os revdos. Maxwell, Wright, C. Womeldorf e A. Blackford. Miss Carrie Cumingham, missionária, professora, foi vítima da varíola antes de abrir a sua escola. A que veio substituí-la, Miss Chambers, não se deu bem e, sem entrar em função, regressou aos Estados Unidos.

Os reverendos Justino Marinho (1880-90), Martinho de Oliveira (1900-901) e Jerônimo Gueiros (1901-902) trabalharam no Ceará. O último deles sustentou forte polêmica, sobre a Eucaristia, com o Padre católico José de Arimatéia Cisne, depois apóstata. Com o Padre Constantino Gomes de Matos, outra acalorada discussão, pela imprensa, mantiveram Wardlaw e José Damião de Sousa Melo, versando temas sobre o culto das imagens e sobre o purgatório.

De novembro de 1907 a fevereiro de 1911, predicou o revdo. Dr. A. Almeida. Daí até 1915, Raimundo Bezerra Lima.

A partir de dezembro deste último ano, recebeu o rebanho cearense a direção do professor e homem de letras Natanael Pegado de Siqueira Cortez, que o robustece bastante, trabalhando intensamente na capital e no interior. Muitas vezes teve que defender pelas colunas dos jornais as idéias reformistas e viu-se exposto à fúria de católicos menos tolerantes. Entre 1922 e 1927 sobremodo o auxiliou o revdo. A Teixeira Gueiros. Desde 1953 Natanael Cortez, até falecer, foi Pastor Emérito. O Pastorado foi a seguir exercido pelo revdo. Alcides Nogueira.

8.3.1. Presbiterianismo

Baseado no direito e no dever do livre exame e plena liberdade de consciência, ao protestantismo não repugnavam as práticas maçônicas. Pedreiros livres e presbiterianos davam-se as mãos. Filiados à Marçonaria eram inúmeros ministros, presbíteros e crentes.

Em 1898, porém, levanta-se a questão de ordem relativa à incompatibilidade daquelas práticas e o ensino do Evangelho.

Na imprensa paulistana o Dr. Nicolau Soares de Couto Esher publicou vários artigos doutrinários, nos quais mostrava o antagonismo entre as idéias profanas e a fé.

Os debates continuavam acesos e em 1903 o Sínodo de S. Paulo, por sua maioria, 52 votos contra 17, resolveu não aceitar o manifesto dos antimações pedindo que abandonassem a maçonaria os presbíteros a ela filiados.

Liderados pelos revdos. Eduardo Carlos Pereira e Ernesto Luís de Oliveira, retira-se a minoria e organiza uma cisão, de que resultou a Igreja Presbiteriana Independente Brasileira, declarada oficialmente em 1º de agosto daquele ano.

Enquanto isto, no Ceará, os adeptos evangelistas externavam as suas simpatias às atitudes do professor Carlos Pereira, não hesitando em dirigir-lhe (noite de 24 de abril de 1901) um protesto de solidariedade, firmado por 38 crentes reunidos em comunhão, sendo primeiras assinaturas as de Jerônimo Gueiros (então seminarista, substituindo interinamente o revdo. Baird, ausente nos Estados Unidos) Albino José de Farias, presbítero (e ex-mação grau 30) e Cândido Olegário Moreira, também presbítero e Francisco Fernandes de Oliveira, diácono.

Com a criação da Igreja Independente Brasileira, animam-se os crentes cearenses, mas encontram forte barreira: o pastor Baird, novamente à frente da Igreja, era *pedreiro* de grau elevado, sobre ser muito querido de suas ovelhas, o que e certo modo concorreu para arrefecer o entusiasmo dos signatários do protesto.

No ano seguinte, chega a Fortaleza o revdo. Vicente Temudo, o primeiro missionário independente a vir ao Norte, o qual é bem recebido,

hospeda-se na residência do Dr. Albino e faz o seu primeiro sermão juntando os fiéis em casa de um deles — o irmão Flávio Magno.

O presbítero Cândido Olegário, corajosamene, batiza um dos filhos na Igreja Nova e celebra em sua casa a santa ceia. Vai além: ele e a mulher fazem público testemunho antimaçônico, imitados por Albino José de Farias, Antônio Laurindo e Flávio Magno.

Outro missionário vem depois ao Ceará — o Revdo. José Maurício Higgins, enviado pelo Presbítero Independente de S. Paulo. Tal qual se dera com o Revdo. Temudo, recebe a hospedagem do Dr. Albino Farias (1905). Baird procura neutralizar a dissidência: convida o comissário a pregar na sua própria igreja, amortecendo, desse modo, ação mais ostensiva da parte do visitante.

Já voltando do extremo-norte, no dia 17 de março de 1906 desembarca em Fortaleza o Revdo. Bento Ferraz, que profere uma série de conferências sobre os *ismos*, inclusive o maçonismo, empolgando o auditório, com o visível desapontamento de Baird, que chama de Baturité o Pastor Alfredo Ferreira, a fim de auxiliá-lo na defesa de seus pontos de vista.

Tudo contraproducente, pois que o ministro baturiteense, influenciado pela argumentação daquele missionário, acabou aderindo ao cisma brasileiro, na hora exata em que se organizava a Igreja Independente de Fortaleza — noite de 26 de março. Perdeu Ferreira o seu pastorato, porém ganhou o da nascente organização: foi escolhido o seu primeiro pastor, enfrentando os ódios dos presbiterianos ortodoxos e os da Maçonaria. A seu lado permaneceram o Dr. Albino José de Farias e Cândido Olegário Moreira.

8.3.2. Igreja Evangélica

A Igreja Evangélica Assembléia de Deus somente chegou ao Ceará em 1914.

Em julho, veio de Belém do Pará para a cidade de S. Francisco de Uruburetama, hoje Itapagé, o Pastor Adriano Nobre, com a especial missão de pregar ali o Evangelho de Cristo.

Rapidamente estabeleceu duas igrejas, uma na fazenda "Lagoinha" e outra no sítio "Santana", ambas a pequena distância da cidade, não sem a pronta reação dos católicos.

O chefe político local serviu-se de soldados da polícia para perseguir os "fanáticos", mas aquelas praças nenhum excesso praticaram, diante daquela pouca gente desarmada e humilde, limitando-se a conduzir preso o Pastor Adriano, que na prisão, entretanto, foi vítima de sérias humilhações. uma ordem de *habeas-corpus* o livrou de maiores dissabores.

Posto em liberdade, o Pastor Adriano Nobre regressou à capital paraense, via Fortaleza, deixando as duas igrejas entregues aos irmãos Vicente de Sales Bastos e Raimundo Gomes.

Em 1915, o Missionário sueco Gunnar Vingren visitou o município de S. Francisco e consagrou Pastor a Vicente de Sales Bastos e Diáconos a Raimundo Gomes e a Raimundo de Sales.

Quatro anos mais tarde, em 1916, o Missionário Oto Nélson, também vindo da Suécia, visitou a cidade de S. Francisco, ocasião em que pregou, com muito sucesso, no salão da Câmara Municipal.

Neste mesmo ano, Vicente de Sales Bastos visitou o Município de Paracuru, estabelecendo Congregações nos sítios "Jardim" e "Alagadiço".

Decorridos dois anos, alguns crentes paraenses em visita a parentes no lugar Miguel Calmon, hoje Ibicuã, no Município de Senador Pompeu, conseguiram a conversão de várias pessoas ao Evangelho de Cristo. Os convertidos foram batizados no ano seguinte, 1922, pelo Evangelista Antônio Rego Barros, que instalou a Igreja ali.

Em agosto de 1922, José Teixeira Rego, posteriormente Pastor Regional no Ceará, iniciou o trabalho da Assembléia de Deus na Capital, unindo-se a Antônio Rego Barros, no subúrbio de São João de Tauape.

Foi lento o progresso dessa Igreja em Fortaleza, pois em janeiro de 1923, quando Rego Barros regressou ao Pará, deixou, sob os cuidados de Teixeira Rego apenas 20 crentes. Destes, 15 foram batizados pelo Pastor José Felinto, na "Lagoa do Tauape", hoje Jardim América. Esse Pastor estava de passagem por Fortaleza, vindo da Capital Federal, e realizou o mencionado batismo em junho de 1923.

Não se pode negar que a falta de recursos materiais deu causa a muitas dificuldades no trabalho pentecostal. Os anos que se seguiram, foram quase infrutuosos no que se respeita ao progresso da causa na capital cearense. A Igreja passou sem Pastor até 1929, quando chegou, enviado pela Igreja de Belém, o já agora Pastor Antônio Rego Barros. Este, juntamente com Teixeira Rego e outros seis crentes, fundaram a 7 de setembro de 1929, oficialmente, a Igreja Evangélica Assembléia de Deus, em Fortaleza, com sede na Rua Santa Terezinha n. 146, no Bairro Moura Brasil.

Em 1932, José Teixeira Rego chegou do Rio de Janeiro, onde fora consagrado para o Ministério do Evangelho, e, a 1º de maio daquele ano, assumiu o Pastorato da Igreja, com 42 membros em comunhão.

Grande foi a luta travada pelo Pastor Teixeira Rego durante o quarto de século do Pastorato em Fortaleza. As perseguições, as incompreensões, a falta de apoio e garantias por parte das autoridades competentes, a ausência de recursos materiais para a manutenção do trabalho foram obstáculos que a fé e a coragem de Teixeira Rego transpuseram.

Hoje, conta a Igreja Evangélica Assembléia de Deus, em Fortaleza, com mais de 6.000 membros em comunhão (afora crianças) e 14 templos próprios nos seguintes locais: Rua Teresa Cristina (templo central), Parque Bela Vista, Itaoca, Amadeu Furtado, Monte Castelo, Pirambu, Lagoa Funda, Cachoeirinha, Floresta, Arpoador, Aerolândia, Santa Luzia do

Cocó, Parque Santa Fé e Mucuripe. A Igreja possui, ainda, para construir novos templos, terrenos nos seguintes bairros: S. João do Tauape, Casa Popular, Santa Luzia e Jardim Acácia. Mais tarde, procedeu-se a uma reforma no templo central ficando com capacidade para 3.000 pessoas.

O progresso da Assembléia de Deus se fez sentir, igualmente, em todo o território cearense, sendo hoje a maior Igreja Evangélica do Estado, possuindo mais de 10 casas Pastorais e inúmeros templos próprios espalhados nos municípios de Crato, Iguatu, Jucás, Jaguaribe, Icó, Cedro, Pereiro, Jaguaretama, Limoeiro do Norte, Russas, Itaiçaba, Aracati, Senador Pompeu, Pedra Branca, Campos Sales, Tauá, Independência, Crateús, Morada Nova, Quixadá, Quixeramobim, Maranguape, Aquirás, Cascavel, Caucaia, S. Luís do Curu, S. Gonçalo do Amarante, Paracuru, Trairi, Pacajus, Itapipoca, Uruburetama, Itapagé, Sobral, Camocim, Acaraú, Tianguá, Granja, Coreaú, Pentecoste, Canindé, Baturité, Acarape, Itapiúna, e noutros municípios existem pequenos núcleos.

A última estatística interna da Igreja acusou cerca de 25.000 membros em comunhão no Estado do Ceará, sem contar crianças de menos de 12 anos de idade.

9. JUSTIÇA

9.1. ABUSOS E TENTATIVAS DE ORGANIZAÇÃO

Da homogeneidade para a heterogeneidade. Da confusão para a diferenciação.

Os direitos das pessoas não haviam de continuar ao mero arbítrio dos capitães-mores sempre inclinados, por força mesmo das circunstâncias de tempo e de lugar, a decisões despóticas.

Definia-se, embora muito devagar, a organização social na grande colônia portuguesa da América do Sul e só lentamente se foi coarctando o abuso dos governantes para dar lugar a uma estrutura jurídica mais consistente, de melhores garantias das liberdades individuais.

Sucediam-se as ordens e recomendações do Rei objetivando centralizar o mais possível a ação abusiva dos dirigentes, evitando que eles se excedessem no desempenho de suas atribuições e se imiscuíssem na esfera de funções dos representantes judiciários.

A primeira brecha, na colônia cearense, fora a separação do poder civil, retirado das mãos daqueles capitães governadores com a criação da primeira vila pela conhecida Ordem de 13 de fevereiro de 1699,, tão embaraçosamente executada.

Devia também desemaranhar-se o judicial para que a sua situação de fato viesse corresponder à situação de direito estabelecida nos diplomas régios.

Passou-se a aplicá-los, conquanto deficientemente, de modo a permitir a organização das justiças, nas suas diversas instâncias.

A gradação, de baixo para cima, iniciava-se com o juiz de vintena ou vintaneiro, leigo, escolhido por indicação popular, pela Câmara, para julgar, de plano, questões de valor não-excedente de quatrocentos réis. Decidia verbalmente e sem apelação e o faziam de pé. Daí o nome de pedâneo, com que era designado comumente. Não conhecia de matéria criminal, nem de demandas sobre bens de raiz.

Depois vinha o juiz ordinário, igualmente leigo, eleito trienalmente pela Câmara nos lugares onde morassem até duzentos vizinhos, com atribuições para julgar dissídios até a quantia de mil réis se se tratava de

bem móvel e até quatrocentos réis, se de imóvel. Ouvia as partes verbalmente e apenas lançava o escrivão, no livro competente, a decisão, que era executada por meio de alvará. Não havia recurso dessa sentença. Distinguia-se o juiz ordinário pela bengala ou vara encarnada que sempre conduzia, como insígnia.

Acima do vintaneiro e do ordinário, estava o juiz de fora, com alçada, sem apelo nem agravos, sobre litígios de valor até quatro mil réis, em bens de raiz e até cinco mil réis, nos outros casos. Era nomeado por três anos, pelo Rei, de cujos cofres recebia ordenados, devendo a nomeação recair em bacharel em direito. Somente nas vilas mais importantes havia magistrado desta espécie. Onde estivesse ele não estaria juiz ordinário. Gozava das vantagens de aposentadoria (pousada ou hospedagem) e, ao lado dos ordenados reais, percebia propina ou gratificação paga pelos rendimentos da Câmara. Como distintitivo, usava vara branca.

No Ceará houve juizado de fora em Fortaleza, Sobral e Aracati.

Aquele foi criado por alvará de 24 de junho de 1810 e compreendia os distritos de Soure (Caucaia), Arronches (Parangaba), Messejana e Aquirás; teve como primeiro titular o Dr. José da Cruz Ferreira.

Os dois outros resultaram do Alvará de 16 de junho de 1816. O de Sobral abrangia os distritos de Granja, Viçosa e Vila Nova d'El Rei (Guaraciaba do Norte). O Bacharel Vital Raimundo da Costa Pinheiro foi quem primeiramente ocupou o cargo para o qual, muito tardiamente, havia sido mandado por Decreto Imperial de 19 de setembro de 1828. O segundo e último foi Bernardo Rabelo da Silva Pinheiro, nomeado em 7 de novembro de 1832. Ao juizado do Aracati pertencia o distrito de São Bernardo (Russas). Primeiro juiz, o Bacharel Francisco Rodrigues Cordeiro, empossado em 25 de outubro de 1818.

O Ouvidor ocupava o ápice da hierarquia da magistratura singular. Nomeado pelo Rei por três anos, tinha alçada, sem qualquer recurso, até oito mil réis e dez mil réis, se as querelas versavam sobre imóveis ou móveis, respectivamente. Não tomava conhecimento de causas em grau de apelação e sim das que lhe vinham por meio de agravo ou carta testemunhal. Podia, em certos casos, avocar a si os processos-crimes ou cíveis, se lhe parecia que os juízes inferiores tivessem agido suspeitamente. Era obrigado a fazer visitas de correição, anualmente, o que, porém, só de raro em raro fazia. As apelações subiam à relação da Bahia, instituída por Filipe III em 7 de março de 1609. Esse tribunal foi extinto por Alvará de 5 de abril de 1626, mas restaurado por outro, de 12 de setembro de 1652.

Completava-se o aparelho judiciário com os escrivães dos almotacés, os tabeliães do judicial e notas junto aos juízes ordinários, os alcaides, que eram encarregados das diligências e mandados, e os carcereiros, aos quais tocava a guarda das cadeias. Servindo à Ouvidoria, havia os escrivães privativos e os meirinhos de correição, com o respectivo escrivão.

Até 1711 esteve o Ceará, judicialmente, na dependência da Ouvidoria de Pernambuco. Carta Régia de 30 de janeiro desse ano transferiu-o para a da Paraíba.

Entretanto, não se modificou o incômodo estado de coisas: os moradores do território cearense reclamavam com insistência contra a falta da presença do Ouvidor e, de sua vez, os pernambucanos, de início, e depois os paraibanos, não se conformavam com as ausências dele, por ocasião das suas visitas correicionais.

As reclamações chegaram a S. Majestade e daí a Provisão de 7 de janeiro de 1723, com que D. João criou o lugar de Ouvidor Geral do Ceará, "por ser conveniente a meu serviço e à boa administração da justiça dos meus vassalos conviventes na capitania do Ceará e se atalharem os insultos que eram freqüentes nas terras dela".[196]

Unida à nova Ouvidoria mandou ficasse a Provedoria da Fazenda, até então anexa à do Rio Grande do Norte.

O primeiro ouvidor escolhido foi José Mendes Machado, cuja nomeação data de 3 de abril do aludido ano de 1723. Reconhecia-se-lhe a ajuda de custo de quatrocentos mil réis e mais cem mil réis de aposentadoria, aluguer ou despesas da residência e o ordenado anual de trezentos mil réis. José Mendes tomou posse no cargo em setembro seguinte e, de logo, mostrou não possuir as qualidades indispensáveis ao respectivo desempenho. Depois de estar em visita de inquietante correição à ribeira do Acaraú, passou à do Jaguaribe e ao Cariri. Acompanhavam-no — como aos demais — "os seus escrivães, o meirinho-mor, os alcaides e oficiais de justiça, em numeroso séquito de cargas às costas de animais."

Nas comitivas dos ouvidores e nas cavalgatas que lhes saíam ao encontro, havia ostentação e luxo próprios do tempo — transmite-nos Brígido. "Os cavalos com suas selas ginetes traziam cabeçadas semeadas de bonitos de prata, rabichos com a mesma ornamentação e estribos deste metal, às vezes com altura de um palmo. Os ricos montavam assim, os pobres como Deus era servido, e todos iam render o seu preito ao grande senhor; depois, os presentes eram em fartura, as bajulações sem par e o respeito qual o medo e a ignorância costumam engendrar. A estada de um Ouvidor em localidade que houvesse padre era uma quadra de festas de igreja com repiques de sino e tiros de roqueira. Nestas e noutras solenidades aparecia a elite dos sertões — os grandes metidos em suas casacas de pano fino, cuja gola subia além da nuca, dura como um lenho, obtidas de Lisboa, Bahia e Pernambuco, acompanhados da família em solenes atitudes".[35]

Foi, porventura, com recepção dessa ordem que os Feitosas, localizados nos Inhamuns, receberam o Ouvidor Mendes Machado e obtiveram o seu apoio nas rixas mantidas, havia tempos, contra os Monte e Silva, localizados no Icó. Abusiva, portanto, seria a sua atuação, que o espírito de parcialidade não deixava tornar-se equânime. A história mostra-o aos

pósteros como magistrado venal, alcunhado de "Tubarão", ávido de dinheiro e desobediente aos ditames da serenidade e da isenção, a despeito das solicitações advertentes que lhe fazia o Capitão-mor Manuel Francês, então governador, e dos protestos do Senado da Câmara do Aquirás, sede da Ouvidoria. Até que foi obrigado a fugir para a Bahia, tangido pela revolta popular, tendo ficado nas funções do cargo o vereador mais velho, Valentim Calado Rego.

A segunda nomeação de Ouvidor recaiu em Antônio de Loureiro Medeiros e é datada de 21 de novembro de 1728. Tomou posse no dia 5 de junho do ano seguinte. Diz-se que era briguento e de altivez demasiada. Teria embaraçado a instalação do hospício dos jesuítas no Aquirás, e neste intento aliara-se aos criadores de gado, que não queriam submeter-se à taxa lançada em favor da manutenção do mesmo convento.

Acabou rebelando-se contra a posse daquele que lhe fora nomeado sucessor — Pedro Cardoso de Morais Pereira (nomeação de 1º de junho de 1730), aqui chegado prematuramente, nascendo do desentendimento de ambos séria perturbação da odem geral. Graças à energia do Capitão-mor Leonel de Abreu Lima, não se verificaram mais graves acontecimentos, pois que Loureiro organizara e municiara um grupo de apaniguados e criminosos com o fim de oferecer toda a resistência às ordens legais. Terminou retirando-se para o Acaraú (13 de junho de 1732), levando consigo muitos partidários, os livros da Câmara e os cartórios de escrivães e lá praticando atos de torpes violências e perseguições. Ousadamente, veio com sua gente para Fortaleza, fortificou-se numa casa que tomara, mas cercado pela tropa do governo, rendeu-se afinal, tendo sido preso e depois remetido para Pernambuco e de lá para Lisboa.

O quarto ouvidor foi Vitorino Pinto da Costa Mendonça, designado pela Provisão régia de 31 de março de 1735. Durante a sua gestão, que se estendeu até 1739, deu-se a instalação da vila do Icó (4 de maio de 1738).

Sucedeu-lhe Tomás da Silva Pereira, que acabara de ocupar a Ouvidoria da Paraíba, e foi substituído por Manuel José de Farias, que viera em virtude da Provisão de 11 de outubro de 1742. Instalou em 10 de fevereiro de 1748 a vila do Aracati (Santa Cruz do Aracati), cuja criação propusera, em 1744.

Alexandre de Proença Lemos foi o seu continuador, nomeado por Ato de 17 de maio de 1747 e empossado no dia 18 de janeiro de 1749. Desenvolveu grandes atividades contra as investigações das minas de São José dos Cariris, mas foi, por último, seu Superintendente.

Pela Provisão de 13 de outubro de 1755 foi nomeado oitavo Ouvidor Vitorino Soares Barbosa, cuja posse se deu em 27 de junho de 1756. Inaugurou a vila de Monte-Mor o Novo da América (hoje Baturité) e a do Crato, antiga Missão do Miranda ou Aldeia do Brejo. Acusado de conivência em contratos lesivos à Fazenda Real e de haver envenenado

o Capitão-mor governador Homem de Magalhães, teve, entretanto, a sua inocência cabalmante comprovada.

Fez as sindicâncias da sua gestão ou, como se dizia ao tempo, tirou-lhe residência, o seu sucessor João da Costa Carneiro e Sá, cuja designação é de 6 de abril de 1769. Empossado a 1º de janeiro seguinte. Instalou em 5 de julho de 1773 a vila de Sobral e, em junho de 1776, a vila de Granja, antigamente povoação de Macavoqueira.

A Costa Carneiro sucedeu o décimo Ouvidor, José da Costa Dias e Barros, nomeado pela Carta Régia de 4 de outubro deste último ano de 1776 e empossado em 14 de março do ano imediato.

Substituiu-o André Ferreira de Almeida Guimarães, em face da nomeação que recebera, datada, ao que parece mais precisamente, de 5 de julho de 1781. Começou a exercer as funções do cargo em 26 de maio de 1782.

Foi seu sucessor o Dr. Manuel de Magalhães Pinto e Avelar de Barbedo, com a Provisão de 8 de novembro de 1785 (ou, em face de alguns documentos, 31 de agosto) e posse em 3 de março de 1786. Este Ouvidor, como o seu antecessor, esteve fortemente envolvido em turras com o Capitão-mor governador Azevedo de Montauri, na administração da Capitania desde maio de 1781. Inaugurou a Vila de Campo Maior de Quixeramobim, então povoação de Santo Antônio (13 de junho de 1789).

Foi décimo terceiro ocupante da Ouvidoria, empossado em 16 de novembro de 1793, José Vitorino da Silveira. Havia sido nomeado pela Carta Régia de 4 de novembro de ano anterior. Teve como substituto Manoel Leocádio Rademaker, que instalou a vila de São Bernardo das Russas e, retirando-se em agosto de 1801 para Pernambuco, entregou o cargo a José Antônio de Sousa Galvão, que o exerceu interinamente até a chegada de Gregório José da Silva Coutinho (outubro de 1801). Este transmitiu as funções a Luís Manuel de Moura Cabral, décimo sexto Ouvidor efetivo, nomeado por Ato de 20 de setembro de 1802.

Substituto de Moura Cabral foi Francisco Afonso Ferreira, cuja indicação é assunto da Carta Régia de 15 de julho de 1806. Passou a administração ouvidorial a Manuel Antônio Galvão, e este, por sua vez, a João Antônio Rodrigues de Carvalho, nomeado a 6 de outubro de 1814.

Rodrigues de Carvalho, que era baiano, empossou-se no dia 8 de maio de 1815 e foi o derradeiro dos Ouvidores em jurisdição em todo o território cearense, pois que pelo Alvará de 27 de junho de 1816 foi criada a Comarca do Crato, dirigida por outro Ouvidor, o primeiro deles José Raimundo do Paço de Porbém Barbosa, empossado em 17 de dezembro de 1817. Referido Alvará determinava que a sede da Ouvidoria no Aquirás passasse para Fortaleza. Na gestão do Ouvidor Carvalho erigiu-se em vila a povoação da Barra do Jardim (1816). Foi, no regime provincial, Senador pelo Ceará e Ministro do Supremo Tribunal de Justiça.[196]

Da Relação da Bahia, por desmembramento, saiu a do Maranhão (Resoluções de 23 de agosto de 1811 e 5 de março de 1812), a que ficou sujeito o Ceará. Mas, criada a de Pernambuco, por Alvará de 6 de janeiro de 1821, para a jurisdição desta se transferiram as duas Comarcas cearenses.

É quando, em maio de 1833, se dá execução ao novo Código do Processo Criminal Brasileiro, obedecidas as instruções baixadas com o Decreto Imperial de 13 de dezembro do ano anterior.

Reunido em sessão extraordinária de 6 de maio, o Conselho Geral da Província traça a nova divisão judiciária, com os detalhes constantes da ata respectiva, cuja consulta fornecerá bons elementos informativos.

Esse Conselho, em sessões anteriores, não se cansava de pedir providências que melhorassem a administração da Justiça "entorpecida e ilaqueada pelos grosseiros laços de uma chicana terrível, suspirando por uma reforma radical que a habilite a desempenhar os utilíssimos fins para que foi instituído na sociedade esse poder independente." Solicitava dos legisladores "sábias leis, que encurtem o processo e venham banir para bem longe as subtilezas com que arteiramente se preparam muitas vezes algemas à inocência e a palma do triunfo para o crime."[180]

Na sua *Fala* de 1837, o Presidente Alencar referia-se com tristeza à anarquia judiciária, "muito pouca gente com as qualidades necessárias para ser Juiz."

Havia falta de bacharéis, pois as Academias de Ciências Jurídicas e Sociais só em 1827 entraram a funcionar.

Aos poucos é que foi despertando o interesse, nas famílias do Ceará, de enviar para elas os seus rapazes, principalmente à de Olinda, depois Faculdade de Direito do Recife (1853), por ser tudo mais fácil. Dez anos após iniciadas as aulas, já vinte cearenses haviam colado grau. Daí até 1850, mais vinte e nove. Até a proclamação da República seriam 233. Na de São Paulo, exatamente vinte, até 1900.

Muitos deles, vultos ilustres que se projetaram na política e na vida intelectual do País. Outros abraçaram a magistratura.

Florescera a cultura mental com os impulsos inovadores do Senador Pompeu, que se bacharelara em 1843.

Em todo o caso, somente um cearense pôde figurar no grupo dos sete formadores da Relação do Distrito de Fortaleza, instituída em 1873 — Lei n. 2342, de 6 de agosto — e inaugurada em 3 de fevereiro seguinte.

Decorrido um século e meio da criação da primeira Comarca cearense, a jurisdição do novo Tribunal abrangia o Ceará e o Rio Grande do Norte.

Aquele único cearense era João de Carvalho Fernandes Vieira, de Maranguape, nascido em 1823. Ao tempo de sua nomeação estava desembargador da Relação Maranhense. os demais eram: dois alagoanos — Mateus Casado de Araújo Lima Arnaud e Silvério Fernandes de Araújo Jorge; um baiano — Leovegildo de Amorim Filgueiras; dois pernambucanos — Manuel José da Silva Neiva e José Nicolau Regueira (Procu-

rador da Coroa, Fazenda e Soberania Nacional; e um sergipano — Conselheiro Bernardo Machado da Costa Dória, o Presidente. Todos formados em Olinda, menos Silvério Jorge, que concluiu o curso em S. Paulo.

Pela Carta Política cearense de 23 de dezembro de 1890, o sodalício judiciário ficou mantido, mas com a denominação de Tribunal de Apelação, reduzido para cinco o número de seus membros. A Constituição de 12 de julho de 1892 alterou o nome para Tribunal da Relação e restaurou o *quorum* de sete. A de 4 de novembro de 1921, deu-lhe o título de Superior Tribunal de Justiça e permitiu aumento para nove desembargadores, um dos quais seria o Chefe de Ministério Público.

A Constituição Federal de 1934 uniformizou a denominação dos Tribunais estaduais, chamando a todos *Corte de Apelação*, porém a promulgada de 1937 restabeleceu a de Tribunal de Apelação, conservada até vigorar a atual Constituição do Estado (de 23 de junho de 1947), quando passou a chamar-se Tribunal de Justiça, na conformidade de preceitos da Magna Carta Brasileira de 1946.

A Lei Básica cearense em vigor, apesar de fixá-la em dez, deixou ao Tribunal a faculdade de indicar ao Poder Legislativo a ampliação do número de seus componentes (Art. 53 e Parág. Único).

.....

9.2. DESENVOLVIMENTO JURÍDICO

Terminaria bem este capítulo com a transpaginação do trecho do trabalho, sob o título "O Direito e a Justiça no Ceará", inserto no livro *O Ceará* (3a. ed., Editora Instituto do Ceará), pág. 445, organizado por A. Martins Filho e Raimundo Girão, trabalho de autoria do culto jurista Ministro Ábner de Vasconcelos, do Superior Tribunal Federal de Justiça.

"Fechando o parêntesis da apreciação propriamente individualista, voltemo-nos à análise social do desenvolvimento jurídico.

Embora o progresso do direito já tivesse desde muito repercutido no País, foi incontestavelmente a criação da Faculdade de nosso Estado que veio trazer o incremento do estudo, despertar aptidões, aumentar o número de profissionais e estimular a competência que é um dos fatores do aperfeiçoamento cultural. Logo de início, transformou-se a vida intelectual do ambiente. Uma brilhante plêiade de moços de outros Estados, juntando-se aos da terra, imprimiram todos uma atividade até então desconhecida no meio. Infelizmente, um desagradável incidente determinou logo a emigração ostensiva de quase todos esses elementos de valor. Motivado pela irreflexão de outros estudantes que fundaram, sob os auspícios de um professor, um jornal anônimo para combater, pelo ridículo, o

órgão acadêmico, degenerou numa crise. E como a polícia amparou os autores do órgão dissidente, já desmascarados e agiu com a força contra os insultados, todos os acadêmicos de outros Estados e alguns cearenses pediram transferência para outras Faculdades. Entre eles figuravam Henrique Castriciano, Rodrigues de Carvalho, Luciano Pereira, Álvaro Adolfo Bezerra Filho, José Vieira, todos de projeção intelectual.

Este incidente causou retraimento sensível nas colônias de estudantes dos Estados vizinhos e da Amazônia. Mas a Faculdade seguiu a expansão natural do seu progresso. A partir de 1907, começaram a sair as suas turmas. Antes, formaram-se os que já haviam começado o curso noutras Escolas, dentre os quais Feliciano de Ataíde, para completar a parte de Ciências Jurídicas, e Francisco Gomes Parente, depois catedrático de Direito Criminal.

Até 1938 havia formado 629 bacharéis.

As seivas novas foram aos poucos infiltrando-se na organização social do Estado. A magistratura recebia elementos valiosos; o foro movimentava-se melhor — surgiram nomes que tanto se distinguiram depois. Com a Codificação Civil, houve um surto de entusiasmo jurídico, por toda parte e o Estado não podia ficar alheio a esse movimento cultural. A cátedra se expandia, a magistratura era reflexo do direito novo, com acórdãos e sentenças que honram os seus prolatores.

Nessa época floresceram grandes advogados. Sem falar nos velhos, já referidos anteriormente, surgiram espíritos de talento e de cultura, como Eduardo Girão, Matos Peixoto, Moreira de Azevedo, Edgar de Arruda, Dolor Barreira, Frota Braga, Gomes de Matos, Virgílio de Morais Filho, Olavo Oliveira, Valdemar Falcão, Clóvis Fontenele e Quintino Cunha, literato e orador que por sua eloqüência foi uma das primeiras figuras da nossa tribuna judiciária. Que trabalhos magníficos saíram da pena desses moços de valor! Teses opulentas com que conquistaram a cátedra, como *Obrigações Contratuais* de Eduardo Girão; *Unidade do Processo* de E. de Arruda; *Concurso de Delitos* de O. Oliveira; *Estudos de Economia Política e Direito Administrativo, Estado de Sítio e habeas-corpus, Uti possidetis e Usucapião, e Homologação de sentenças estrangeiras*, de F. Braga; razões da advocacia que primavam pelo descortino jurídico, todas elas publicadas, muitas das quais verdadeiras monografias. Foi essa a quadra áurea da advocacia cearense. Na justiça de primeira instância da Capital distinguiram-se Gabriel Cavalcante, Torres Câmara, Livino de Carvalho, Silva Moura.

Quanto ao Tribunal, as referências já foram feitas. Complemento de uma boa aplicação da lei e compreensão do direito, é uma modelar reforma de organização judiciária e uma perfeita codificação processual. O governo de então, sob a inspiração do titular da justiça José Sabóia de Albuquerque, juiz culto e de alto descortino, sem recorrer a elementos estranhos, com a própria prata-de-casa, obteve talvez o mais perfeito

Código do Processo Civil do País, graças, sobretudo, a Eduardo Girão e Matos Peixoto, juristas notáveis, e Olívio Câmara, juiz de grande destaque, e bem assim as outras leis integrativas da reforma, ultimada no período presidencial de Justiniano de Serpa.

Com a faculdade, sempre prolífica em suas turmas de bacharéis, e com a ação renovadora do tempo, o foro ia-se transformando e se intensificando. Figuras diferentes surgiram; outras, com a experiência, subiam de graduação; as culturas se afirmavam; as vocações se apuravam. Professores de outro período, como Antonele Bezerra, de talento e cultura, logo arrebatado pela morte; Andrade Furtado, completo nos altos predicados exigidos pela cátedra, jornalista exímio; Antônio Furtado, tanto de cultura e de talento, cujo excesso prejudicava a serenidade do espírito, morto inesperadamente; Leiria de Andrade, orador, grande cerebração que, contudo, não produziu o que era de esperar, desviado que foi para outras atividades, falecido prematuramente; Menezes Pimentel, educador experimentado e culto, distraído da cátedra para as funções de governo; José Vitor Ferreira Nobre, espírito amadurecido na experiência, inteligente e preparado; Belém de Figueiredo, abalizado cultor do direito, com devotamento à sua cátedra mais recentemente falecido.

A partir de 1930, houve um forçado estacionamento na vida jurídica do País. Em período revolucionário, o direito torna-se instável; a legislação volta-se para demolir o passado; o Judiciário fica privado da plenitude da sua competência julgadora, por força das injunções impostas pela necessidade política dos governos transitórios.

Contudo, o Ceará foi de rara felicidade nessa fase anormal de sua vida pública, exceto no período final de sua administração, em que tanto periclitaram a tranqüilidade e a ordem. No governo Carneiro de Mendonça, a justiça teve a lei judiciária mais ampla até então conhecida no País, a de nº 1.007, de 2 de maio de 1933, que instituiu o sistema de auto-administração, restringindo-se o Executivo ao mínimo possível de interferência, devido aos princípios estruturais do regime.

Normalizada a vida constitucional, o direito, o foro e o Judiciário retomaram o ritmo normal. A Faculdade recebeu novos elementos de valor, como José Martins Rodrigues, advogado, moço de talento e de cultura, dotado de grande energia e capacidade de realizações, por muito tempo afastado para a esfera administrativa; e Dolor Barreira, organização poderosa de causídico, rico de inteligência e de saber.

O foro, que perdera muitos dos advogados que tanta honra lhe fizeram, ganhou outros profissionais como Francisco Sabóia, Raimundo Girão, Clodoveu e Vicente Arruda Coelho, Olinto Oliveira, Lincoln Matos, Dário Correia Lima, Antônio de Alencar Araripe, Gomes Coutinho, Canamari Ribeiro, Estêvão Mosca, Sudá de Andrade, Ibiapina Siqueira, Valmique de Albuquerque, R. Arruda Filho, Humberto Fontenele, Wagner Barreira, Antônio Martins Filho, F. Carvalho Pereira, Lauro Maciel

Severiano, Olavo de Sousa, Hortêncio Pinto, Cardoso de Alencar, Jefferson Albuquerque, além de outros anteriormente enumerados.

Outros mais novos iniciaram-se sob os melhores auspícios. São exemplos — na área trabalhista — Mário dos Martins Coelho, Lauro Maciel Severiano, Iúna Soares Bulcão e Aderbal Nunes Freire. Na área criminal — Raimundo Euvaldo Ponte, Ernando Uchoa Lima, Jurandir Porto Rosa, José Cardoso de Alencar e Luís Cruz de Vasconcelos. Na área cível — José Feliciano de Carvalho, Luís Cruz de Vasconcelos, Wagner Turbay Barreira, José Adriano Pinto, José Dindival de Freitas, Evandro Carneiro Martins e Marco Antônio Forte. Na área administrativa — João Farias, Oscar Pacheco Passos, José Stênio de Carvalho Lima, Waldemar Machado, Itamar Espínola, Vilebaldo Monteiro.

9.3. DISPOSITIVOS SOBRE DIREITO NO CEARÁ

Decreto nº 196 de 5 de junho de 1891 — Organiza a Justiça do Estado.

Decreto nº 200, de 6 de junho de 1891 — Organiza o pessoal da justiça do Estado.

Decreto nº 202, de 15 de junho de 1891 — Dispõe sobre a parte de organização judiciária que deve entrar em execução depois de promulgada a Constituição do Estado.

Lei nº 37 de 1º de dezembro de 1892 — Organiza a justiça estadual.

Lei nº 330, de 2 de setembro de 1896 — Dispõe sobre nomeação de juízes de direito e estabelece diversas disposições sobre a organização judiciária e ordem do processo.

Lei nº 414, de 6 de agosto de 1898 — Adita a lei nº 420, de 20 de setembro de 1897 e estabelece outras disposições de ordem judiciária.

Lei nº 506, de 31 de agosto de 1899 — Estabelece diversas disposições de ordem judiciária.

Lei nº 655, de 22 de agosto de 1901 — Autoriza o Presidente do Estado a rever a divisão judiciária e a fazer nova classificação das comarcas.

Lei nº 688, de 2 de agosto de 1902, — Dispõe sobre as férias do foro e adota outras providências de ordem judiciária.

Lei nº 731, de 28 de agosto de 1903 — Estabelece diversas disposições de ordem judiciária.

Lei nº 766, de 12 de agosto de 1904 — Autoriza a rever a divisão judiciária.

Lei nº 1949, de 23 de dezembro de 1921 — Dispõe sobre a Organização Judiciária do Estado.

Decreto nº 947-A, de 22 de novembro de 1926 — Consolida as disposições legais concernentes à organização judiciária do Estado.

Lei nº 2707, de 16 de setembro de 1929 — que reforma a organização da justiça.

Decreto nº 62, de 27 de dezembro de 1930 — Reorganiza a magistratura do Estado.

Decreto nº 87, de 15 de janeiro de 1931 — Dispõe sobre a ajuda de custo dos membros da magistratura do Estado e revoga o art. 143 da Lei de Organização Judiciária em vigor.

Decreto nº 122, de 21 de fevereiro de 1931 — Regula a substituição dos membros do Superior Tribunal de Justiça.

Decreto nº 206, de 6 de junho de 1931 — Altera a atual Divisão Judiciária do Estado e dá outras providências.

Decreto nº 1007, de 2 de maio de 1933 — Dispõe sobre a organização da magistratura do Estado e dá outras providências.

Decreto nº 1271, de 29 de maio de 1934 — Reorganiza a divisão judiciária do Estado.

Decreto nº 1276, de 6 de junho de 1934 — Dá diversas providências de ordem judiciária.

Decreto nº 1409, de 17 de dezembro de 1934 — Estabelece diversas providências de ordem judiciária (Dir. n. 357, de 19.12.34).

Decreto-Lei nº 690, de 3 de abril de 1940 — Adapta as Leis de Organização Judiciária do Estado ao novo Código de Processo Civil da República.

Lei nº 213, de 9 de junho de 1948 — Dispõe sobre a Organização Judiciária do Estado (atualmente em vigor, com ligeiras modificações).

Lei nº 967, de 8 de março de 1951 — Incorpora à Lei nº 213, de 9 de junho de 1948, as alterações e retificações constantes da presente lei.

Lei nº 1499, de 30 de setembro de 1952 — Altera e retifica dispositivos da Lei nº 213, de 9 de junho de 1948.

Lei nº 2267, de 29 de dezembro de 1953 — Altera disposições da Lei nº 213, de 9 de junho de 1948.

Lei nº 1873, de 3 de julho de 1953 — Faz modificações de natureza judiciária.

Lei nº 1122, de 12 de março de 1956 — Altera a Lei de Organização Judiciária, de 9 de junho de 1948.

Lei nº 3179, de 28 de maio de 1956 — Também faz idênticas alterações.

10. AUTONOMIA ADMINISTRATIVA E ECONÔMICA

Os Capitães-mores Borges da Fonseca e Azevedo Montauri já haviam compreendido que o maior fator do retardamento do progresso do Ceará era a sujeição a Pernambuco. Todas as providências administrativas e as transações comerciais tinham que vir do Recife ou ser feitas com o Recife.

Longo processo de reclamações e esclarecimentos acerca desse grave empecilho antecedeu ao pronunciamento da Metrópole mandando fazer a desanexação.

A Carta Régia de D. Maria 1ª, datada de 17 de janeiro de 1799, pôs termo, afinal, a esses inconvenientes, "tanto ao meu Real Serviço como ao bem dos povos, determinados pela dependência em que os governos da Capitania do Siará e da Paraíba se acham do Governador e Capitão General da Capitania de Pernambuco".

Atendendo a que "pela distância em que dito Capitão General reside, não pode dar com prontidão as providências necessárias para a melhor economia interior daquelas Capitanias, principalmente depois que lhes têm aumentado de população, cultura e comércio", — foi servida a Rainha separá-las da subordinação ao Governo de Pernambuco, "em tudo o que diz respeito à proposta de oficiais militares, nomeações interinas de ofícios e outros atos do governo, ficando porém os governadores das ditas duas capitanias obrigados a executarem as ordens dos governadores de Pernambuco no que for necessário para a defensa interior e exterior das três Capitanias e para as polícia interior das mesmas".

Corolário lógico da medida era esta outra disposição, constante da mesma Carta: "Igualmente deermino que do Siará e da Paraíba se possa fazer um comércio direto com o Reino, para o que se estabelecerão em tempo e lugar convenientes as bases de arrecadação que forem precisas e se darão outras providências, que a experiência mostrar, para a comunicação imediata e o comércio das ditas duas Capitanias com este Reino"*.

* Carta Régia, de 2 de agosto de 1798, já recomendava que se examinassem os portos da capitania, a fim de ser escolhido um "em que se estabelecesse uma Casa de Alfândega, para os primeiros fundamentos de um comércio e navegação direta com Lisboa".

A concretização desses desejos reais foi confiada ao encanecido Chefe de Esquadra Bernardo Manuel de Vasconcelos que, chegando ao Ceará a 25 de setembro do citado ano de 1799, iniciaria uma seqüência de Governadores somente quebrada com a deposição de Francisco Alberto Rubim, em 3 de novembro de 1821.

Empossou-se o primeiro Governador do Ceará no dia 29, seguinte ao do seu desembarque. Trazia como auxiliares mais graduados Francisco Luís de Mariz Sarmento, como Secretário; o Coronel de Engenheiros e naturalista João da Silva Feijó, encarregado de estudar as coisas e recursos naturais da Capitania; e Francisco Bento Maria Targini, a quem seria dada a direção da Junta de Fazenda a ser instalada, como o foi, em 1º de outubro. Antes, estivera Targini no Ceará como Escrivão da Provedoria da Fazenda, tendo andado em teimas com o Capitão-mor Montauri, como viria a andar com o próprio Bernardo Manuel, com quem, sem maior demora, se inimistou.

Targini, apesar de brigão, era homem capaz de realizações e culto, conhecedor das línguas francesa, inglesa e alemã, e poeta.

O seu discurso na inauguração da Junta é concisa exposição das condições em que se encontrava a Capitania cearense, tão prejudicada pela obrigação de comerciar com Pernambuco sem poder fazê-lo diretamente com Portugal.

Depois de mostrar as enormes desvantagens da importação dos gêneros, mercadorias e utensílios por intermédio "de uma colônia remota qual é Pernambuco", com aumento de direitos e fretes onerando os preços, aprecia Targini as vantagens das negociações livres no tocante às exportações.

Explica: "Os gêneros de exportação desta Província são levados à praça de Pernambuco por uma enfadonha e arriscada navegação, que equivale à desta Colônia em direitura à Capital; pagam um frete quase igual a que pagariam sendo da mesma forma levados a Portugal; e o lucro, que na metrópole deviam encontrar, fica nas mãos de negociantes de Pernambuco que têm sabido tirar, pela experiência, o melhor partido possível da falta de navegação e comércio direto desta Província com a sua Capital. Dobrados fretes, dobradas comissões e triplicadas despesas evaporam o lucro do triste agricultor, ou lho diminuem ao ponto de não poder trocar os produtos das suas fadigas, e das suas lavras, pelos gêneros importados da metrópole, precisos à manutenção dela e que são objetos essenciais do consumo desta Colônia. Eis aqui a causa física do lento progresso da agricultura, da indolência e inércia do Ceará".

Bernardo de Vasconcelos entrou a enfronhar-se nos vários problemas que se abriam ao seu governo e, apenas corridos três meses, já do Aracati dirigia à corte as suas primeiras impressões: "A arte da agricultura e quase todos os seus utensílios são absolutamente desconhecidos, e dos núcleos de população só alguns raros merecem, isso mesmo em sentido estrito, o nome de povoação".

Destaca Aracati, cujo comércio bem estabelecido e tratado, com algum sistema, aliado à civilidade e polidez dos seus habitantes, fazem a vila "assaz recomendável, juntamente a isto uma agradável e regular arquitetura nas suas casas, e de grande número delas os donos possuem avultados cabedais". "Do porto desta vila marítima se embarcam em sumacas e outros barcos costeiros todos gêneros exportáveis, assim para os outros portos da Capitania como da de Pernambuco e, por isso, de nenhum dos portos desta Capitania se poderia começar a navegação direta à Capital desse Reino como deste".

A outra vila que mereceu citação especial foi a de Fortaleza, "um montão de areia profunda apresentando dos lados pequenas casas térreas", onde há falta absoluta de todas as cousas de primeira necessidade, estando a riqueza depositada nas mãos de dois ou três moradores, reputados ricos por possuírem 25 ou 30 mil cruzados, dos quais parte consiste em algumas roças de mandioca, outra muito tênue em dinheiro e o resto em dívidas, umas pouco seguras e outras dependentes ainda das decisões de leis e opiniões forenses".

Se difíceis eram os gêneros de primeira necessidade, sendo preciso, para os haver, procurá-los "com dificultoso e enfadonho incômodo da distância de 5 e mais léguas", pior era a situação quanto aos demais que "nem dentro da mesma terra, nem em seus redores aparecem, sendo certo que se alguma desta ou de outra classe por acaso aqui chega, é comprada por alto preço em Pernambuco, que depois pelos compradores vem a ser vendida por outro intermediário envolvido em um ganho desmarcado; esses excessos de preços só desaparecerão com a navegação direta com essa Capital, porque então é que também o comércio tomaria uma forma sistemática, porquanto sendo os algodões, gados, solas e couros gêneros exportáveis desta Capitania, à exceção dos negociantes do Aracati o resto dos outros, que têm esta denominação, por uso do país, e habitam no sertão, tratam o comércio daqueles gêneros imitando mais a permutação arbitrária e das primeiras do mundo, do que uma compra e venda dirigida por combinações e sujeita a sistema".(56)

Era, de fato, o Aracati o ponto obrigatório do comércio com Pernambuco; por ele saíam na mor parte os gêneros de exportação e entravam os artigos de importação com que se supriam as ribeiras do Jaguaribe, do Icó, o Crato e os Inhamuns, através do centro de distribuição que era a vila do Icó, inda não conhecida de Bernardo Manuel e por essa razão não mencionada naquelas impressões mandadas a Lisboa. Mais tarde, fazendo intercâmbios diretos e por terra com Recife e Campina Grande, transformar-se-ia num empório comercial de primeira grandeza.(205)

De igual, não conhecera o governador, àquele tempo, a vila de Sobral, então núcleo de crescente comércio distribuidor entre sertões do norte e o porto do Acaraú.

Duas ordens de razões, entretanto, opunham-se ao deslocamento, para Portugal, das permutas e negócios.

Primeiramente, a inércia, o conservantismo dos comerciantes, já habituados às transações com Pernambuco, por longos anos, auferindo lucros certos: se a carestia dos preços prejudicava o consumidor, a eles isso pouco importava, visto que incluíam nas vendas os seus ganhos. Mancomunados aos do Recife, tudo envidavam para ver derrotada a medida régia, e não poucas vezes chegaram a manifestações de caráter hostil. Insistiam na velha prática de mandar por terra os seus cavalos e bois às feiras pernambucanas, fazendo voltar por via marítima os artigos e panos para as suas lojas. Por mar enviavam os produtos armazenados do Aracati, esperando pacientemente as monções favoráveis.(34)

O segundo motivo residia no temor dos piratas que, freqüentemente, interceptavam a navegação entre o Brasil e a Europa, roubando as cargas dos navios. Bernardo Manuel reuniu os negociantes do Aracati e mostroulhes os benefícios da nova forma de comércio, porém todos lhe fizeram ver o receio de arriscarem sobre os mares, cobertos de ladrões, os seus barcos e mercadorias, ressalva aliás muito justa, porque realmente o oceano estava infestado de embarcações corsárias, chegando a ser aprisionada uma delas às alturas da costa do Ceará.(78)(nota 289)

Tão-só em 1803, a 10 de março, pôde vir em direitura à enseada do Mucuripe, tendo partido da cidade do Porto e apenas tocando na Ilha da Madeira, o primeiro barco fazendo a nova navegação — a escuna "Flor do Mar", sob o comando de Antônio Nunes, nada encontrando de aparelhamento alfandegário, nem foral que regulasse o pagamento de direitos. Foi então incumbida das providências da descarga a Junta da Fazenda, servindo de armazém a Casa de Inspeção dos algodões, cujas prensas trabalhavam pela primeira vez no preparo de sacas de algodão, destinadas ao carregamento do barco em torna viagem.

O segundo navio chegado de Potugal, pela mesma rota, foi a polaca "Felicidade", que aportou a 2 de dezembro do mesmo ano e pertencia a Antônio Manuel Alves e José Pacheco Spinosa, este último português, que exerceu as funções de Inspector do Tesouro e se radicou definitivamente ao meio com saliente atuação. Trazia "uma carregação pouco avultada de fazendas das nossas fábricas (do Reino), e outros gêneros tanto secos como molhados e pagou de despachos a quantia de 313$125, correspondentes a meios direitos de acordo com o Alvará de 27 de maio do mesmo ano de 1803, e mais a importância de 46$550, rendimento do selo das fazendas, tudo no total de 359$685". Ainda à falta de alfândega, regularam-se os despachos pela pauta da de Pernambuco encarregado delas o Escrivão da Real Fazenda, Marco Antônio Brício.

Os problemas mais palpitantes da rotineira Capitania mereceram as atenções de Bernardo Manuel. Quer os referentes à economia, quer as atinentes à administração.

Abriu estrádas, fomentou a produção do arroz, da farinha de pau (farinha de mandioca) e a do salitre, reprimiu severamente os contrabandos,

levantou um conjunto de baterias no Mucuripe, para melhor defesa da vila, tratou de reedificar as vilas de índios — Arronches (Parangaba), Soure (Caucaia) e Messejana, construiu as Casas de Inspeção dos algodões em Fortaleza e Aracati, "providas de todos os instrumentos necessários", melhorou o quartel da tropa.

Todavia, foi a sua mais importante iniciativa a instalação da Junta da Fazenda, diretamente subordinada ao Real Erário e criada pela Carta Régia de 24 de janeiro de 1799. Extinguiu-se, assim, a Provedoria da Fazenda Real.

Na Junta assistiriam, com assento e voto, o Governador da Capitania, como presidente; o Ouvidor-Geral, como juiz dos feitos, a cargo de quem ficaria a jurisdição contenciosa, com apelação e agravo para o juiz dos feitos da Fazenda Real; um Procurador da Fazenda, com o ordenado de 300$000 anuais; um Tesoureiro-Geral, vencendo 400$000 por ano, emprego para o qual seria escolhida pessoa dotada de inteligência e probidade e muito abonada e desembaraçada de contratos para o com a Real Fazenda; um Escrivão, da receita e despesa, chamado Escrivão Deputado, igualmente com o vencimento anual de 400$000, os dois últimos percebendo os mesmo prós e percalços que venciam os antigos almoxarifes. O Governador ganhava anualmente 1:600$000, além das propinas que "diretamente lhe competiam pelas arrematação dos contratos", o que em suma era de minguados efeitos, porquanto sendo incertas, e não rendendo tanto como se diz, pode acontecer entrar e sair governador sem elas".

Eram atribuições da mesma Junta: 1 - fazer arrematações dos contratos a ser arrematados na Capitania e reger as administrações assim dos rendimentos, que por ordem real não fossem à arrematação, como dos mais que, após prudente exame, as ocorrências não aconselhassem pôr a lanço; 2 - promover a arrematação dos preços dos mesmo contratos e encargos deles e de todos os rendimentos não contratados; 3 - satisfazer as despesas que à Real Fazenda coubesse efetuar na Capitania, "nas formas das folhas e costumes legalmente estabelecidos", ou que fossem ordenadas pelas cartas ou provisões régias. Anexos lhe ficavam o Almoxarifado, por onde se faziam as compras de materiais necessárias ao serviço real, e a Vedoria da tropa e armazém de munições e petrechos de guerra.

Deviam os membros da Junta "estar sempre na inteligência de que ao mesmo tempo que é de sua principal obrigação promover a pontualidade dos pagamentos e exata arrecadação de minha Real Fazenda, procurando com todo o cuidado e aplicação possível que as rendas tenham maior aumento, não é de menos da sua obrigação a vigilância que deve em que as despesas se façam com toda a decente e justa economia, evitando-se todas as que pareceram indevidas ou supérfluas e prejudiciais às aplicações a que os rendimentos estão destinados, por serem objeto de que depende a autoridade de minha Real Coroa a subsistência dos meus fiéis vassalos".*

* Coleção Studart, v. 10.

No momento da instalação do novo órgão administrativo, a 1º de outubro do mencionado ano de 1799, exaltava-lhe as vantagens o Escrivão Bento Targini: "Mas para complemento da organização de todo este edifício em que se encerra o bem comum dos habitantes do Ceará e de sua metrópole, era preciso que o cômputo dos rendimentos reais desta Capitania, ou o estado das finanças dela, tivesse em aumento uma administração, arrecadação e distribuição capaz de lhe servir de base de apoio. Que importa que o sábio e vigilantíssimo ministério delineasse, com o cetro da Majestade que nos domina, o plano da felicidade e aumento da província que habitamos, se não curasse ao mesmo tempo dos meios de o pôr em prática, meios sempre dependentes do Tesouro Régio, além da concorrência dos vassalos? Da boa administração pende o aumento das rendas do Estado e deste aumento parte a felicidade de se executarem todos os projetos do bem geral de uma sociedade, que é sinônimo da opulência, da força, da glória, do respeito, do grande nome de uma Nação".

E, depois doutros argumentos: "Daqui provém a necessidade de se arrecadarem nesta colônia os mesmos rendimentos que nas colônia circunvizinhas se cobram para a manutenção da força, polícia das vilas, obras públicas e reais, fomento do comércio e sustentação das três classes de membros empregados no Ministério do Altar, que tem por base a religião; na Milícia, que constitui a segurança do domínio; e na Ordem Civil e Judicial, que reintegra cada um dos indivíduos nos seus direitos e faz executar a lei, estabelecendo a paz e a justiça, sem a qual não há sociedade. É pois a esta Junta da Administração dos Réditos Reais que pertencem privativamente a arrecadação e distribuição destes subsídios para os importantíssimos fins enumerados".

Como é óbvio, a ação da Junta de Fazenda, instituída para meter ordem nos negócios tributários da Capitania, havia de provocar a desarticulação de antigas praxes e vícios, no meio deles o desprezo pelo pagamento de impostos, a ponto, como lamenta a Carta Régia, de ficar o cofre do erário desfalcado de entradas no valor de 100.000 cruzados incobráveis.

Das arcas da extinta Provedoria passara para a Tesouraria da Junta o saldo de 20:658$190 e mais 473$955 do subsídio literário.

Até ali, a fonte de réditos quase exclusiva eram os dízimos, produto da quase única riqueza geral — os gados vacum e cavalar.

"Nos cofres reais desta Capitania — explicava Targini ao auditório da sessão inaugural da Junta — não entrava até agora outro rendimento para ocorrer ao vosso bem público que não fosse aquele rédito primitivo, que é de direito divino, estabelecido pelo Senhor, apenas classificou o seu povo: tal é o dos dízimos cujo cômputo anual secularizado, depois de deduzida a despesa eclesiástica, não tinha proporção alguma com as vossas necessidades, com o dispêndio atual do Estado".

O subsídio militar quase nada fornecia, em face da grande evasão: somente resultava do consumo das reses que se matavam nos talhos públi-

cos desta Capitania, "pois que das que os donos de fazendas de criação de gados consomem nestas, persistem eles na mesma tenacidade de não pagarem" — informava Bernardo Manuel em Março de 1802.[74]

No ofício de 8 de fevereiro de 1800, com que mandou ao Ministro Rodrigo de Sousa Coutinho a cópia de sua oração, o escrivão Targini dava-lhe parabém pelo "aumento de 16:680$000 que teve o Patrimônio Régio com a arrecadação dos dízimos desta Capitania, primeiro assunto da administração desta nova Junta".*

No triênio 1800-1803 renderam as dezenove freguesias que compunham o Ceará 91:945$000. No de 1803-1806, 92:095$000. No de 1806-1809 subiram para 119:355$000 e no de 1809-1812, um pouco mais — 119:912$000.

Embora incapacitado, por fatores diversos, de realizar por si, e administrativamente, a arrecadação dos seus réditos, o governo colonial não abandonava o sistema das arrematações.

Em 14 de julho de 1800, perguntava a Bernardo de Vasconcelos qual método seria melhor: se a arrecadação dos dízimos por administração, ou se a arrematação por freguesias, opinando em 31 de dezembro o governador por este último, visto que, adotado o primeiro no triênio 1794-97, houvera um prejuízo de mais de 30% nos rendimentos.

Origem da Carta Régia de 18 de março do ano seguinte que, atendendo "à pouca execução em que até aqui tem sido administrada na maior parte dos meus domínios ultramarinos a minha Real Fazenda", e não obstante a vantagem colhida pela Junta de Fazenda da Bahia com a administração das Rendas, — mandou pôr a lanço todos e quaisquer contratos reais "não só pelo que respeito a cada um em totalidade, mas ainda divididos em ramos ou pequenas porções, com a condição de prestarem os arrematantes bons fiadores e de pagarem cada quartel adiantado, dentro do prazo de 15 dias, depois que o mesmo quartel houver principiado". Ordenava a mesma Carta se fizesse a revisão dos contratos existentes, para o fim de se verificar se em algum havia lesão enorme à Real Fazenda e, no caso afirmativo, mandá-lo entregar a quem novamente o arrematasse.

Resolvera a Junta de Fazenda orientar de maneira mais rigorosa as arrecadações e, ao mesmo tempo, acaso exorbitando de suas atribuições, cobrar novos tributos. Baixou instruções minuciosas para a administração e arrecadação de alguns deles, como os subsídios militar, literário e o de aguardente e o imposto do algodão, todas assinadas pelo escrivão Targini.

Quanto aos dois primeiros, determinava que os administradores cobrassem, a título de subsídio militar, 640 réis de cada rês vacum e 50 réis de cada ovino ou caprino que se cortassem nos talhos públicos e nas casas e fazendas dos particulares, ou que se extraíssem da Capitania

* Coleção Studart, v.10.

para as circunvizinhas ou respectivos portos de mar; e a título de subsídio literário, 224 réis de cada cabeça de gado bovino e 15 réis de cada lanígero ou cabrum que se talhasse, assim nos açougues das vilas e lugares públicos, como nas casas de fazendas, para a sustentação da fábrica e família dos senhores delas.

Prescreviam-se quais os livros da respectiva escrituração e o modo de se fazerem os lançamentos, não se isentado dos referidos subsídios "pessoa alguma, de qualquer condição ou qualidade que seja". Aos expedidores de boiadas além-fronteiras eram fornecidas, gratuitamente, guias de passagem, depois de pagos os impostos ou prestadas as fianças, podendo-se estabelecer avenças com as partes para o pagamento anual dos subsídios, tomado por base o número de pessoas da família dos fazendeiros, ou o vulto do comércio do marchantes. Nos distritos de passagem de boiadas era exigida a apresentação daquelas guias, sob pena de pagamento de novo imposto, ou seqüestro do gado, no caso contrário. Era proibida a extração de vacas e novilhas, pena de multa, uma de cujas metades cabia ao denunciante e a outra ao fisco. Os administradores recolhiam à tesouraria da Junta, findo cada quartel, o produto das arrecadações e juntamente com o do último quartel os livros da escrituração.

Tais inovações feriam fundamente, não havia negar, os interesses de muita gente habituada à quietude de uma vida primitiva, de exigências limitadas ao mínimo.

A Câmara da capital, cuja população era atingida mais de perto, fez-se advogada de todas, enviando a Lisboa longo arrazoado (18 de agosto de 1801).

Muito retardada, é certo, chegou a solução, com a Carta Régia de 23 de agosto de 1805: em vista daquela informação de 10 de junho de 1803 e depois de ouvidas a Junta de Fazenda de Pernambuco, os Provedores Fiscais e "outras pessoas inteligentes e zelosas" do seu Real Serviço, declarou a coroa que em verdade nenhum magistrado ou Tribunal possuía jurisdição para impor tributos e subsídios e, portanto, se excedera em autoridade a Junta de Fazenda do Ceará quando pôs em execução o assento de 16 de agosto de 1800, criador daquele subsídio. Mas, consideradas bem as causas que a levaram a assim fazer, criando imposições que, além de não-gravosas, redundavam em proveito e pública segurança dos seus fiéis vassalos, havia por bem se conservasse o mencionado subsídio militar, o qual fora menos oneroso que em Pernambuco, exceto no tocante ao gado exportado vivo e na parte relativa ao dispositivo que fazia nele incidirem as reses abatidas em casa para o próprio sustento dos seus donos.

Sua Majestade aproveitou bem a deixa.

Quanto ao subsídio literário, outra Carta Régia da mesma data determinava, interpretativamente, diante das dúvidas suscitadas em algumas Capitanias quanto ao peso das carnes, que se devia regular cada cabeça de gado vacum abatida para venda, fosse em açougue ou nas oficinas

de salgar e secar, pelo peso ordinário de 10 arrobas, tivesse mais ou tivesse menos, de maneira a vir pagar cada rês 320 réis pelo imposto de um real estabelecido na lei.

Essa mesma Carta indicava, outrossim, a medida a ser usada para a aguardente: os 10 réis da tributação sobre o produto da terra, único taxado, deviam ser calculados tendo-se como base a canada de Lisboa, qualquer que fosse a denominação do recipiente, que haveria de reduzir-se àquela.

Prende-se o assunto à decisão da Junta, em 31 de outubro de 1801, lançando o imposto de 6$000 sobre pipa de aguardente da terra (cachaça) que, por mar, entrasse na Capitania, com aplicação especial à construção de estradas e de um cais no Mucuripe. As instruções referentes a este subsídio, começadas a vigorar no dia 1º de janeiro de 1802, estabeleciam que a pipa conteria 80 canadas do país, ou 320 de Lisboa, pagando 15 réis cada canada da medida da terra ou 4 da capital do Reino. Se o subsídio excedesse de 20$000 até 40$000, o despachante ou proprietário do gênero tinha o prazo de três meses, quando ultrapassasse a última quantia. Até então calculava-se em 500 o número de pipas entradas na Capitania. (208)

Não é demais acrescentar que tal imposto muitos procedimentos judiciais provocou da parte da Fazenda contra os contribuintes faltosos.

Em 30 de maio de 1820 outra vez foi taxada a cachaça, à razão de 8$000 a pipa, com igual má vontade da parte dos contribuintes, tendo-se recusado, entre várias, a Câmara do Aracati a pagar tal imposição, numa representação datada de maio de 1822 e remetida à autoridade régia por intermédio da Junta de Fazenda. (182)(v.1, p.512, 519)

Incorporou-se também ao novo regime tributário o chamado imposto do papel selado, instituído pelo Alvará de 10 de março de 1797 e depois alterado e ampliado pelo de 27 de abril de 1802. Teve a sua cobrança iniciada no Ceará em virtude da previsão do Real Erário, de 28 de janeiro de 1803, montando a 1:000$000 a primeira remessa de sua arrecadação, feita em 8 de março de 1804, por meio de uma letra daquele valor sacada por Bento José da Costa contra José Bento de Araújo, de Lisboa. Por alvará de 17 de julho de 1809 foi tornado extensivo aos livros dos negociantes, das câmaras municipais dos tabeliães, das irmandades, confrarias, assim como os livros de assento de batismo, casamentos e óbitos e aos papéis forenses. (42)(p. 256)

Em 1808, a 22 de dezembro, efetuou-se o primeiro lançamento do imposto direto da décima urbana ou imposto predial (10% do rendimento), criado pelo Alvará de 27 de junho anterior e incidindo sobre todos os prédios que "segundo as demarcações das câmaras fossem compreendidos nas cidades, vilas e lugares notáveis, sitos na orla marítima. O Alvará de 3 de junho de 1809 estendeu a décima a todos os prédios situados ou não à beira-mar. No referido primeiro lançamento foram avaliados em Fortaleza 159 prédios, produzindo o imposto total de 236$559 réis.

Até 8 de julho de 1833 funcionou a Junta da Fazenda, quando foi instalada a Tesouraria de Fazenda, criada, como para as demais províncias, pela Lei Imperial de 4 de outubro de 1831, composta de um inspetor, um contador e um procurador fiscal, e destinada à arrecadação, administração, distribuição, contabilidade e fiscalização de todas as rendas públicas.

Resume-se nos incisos abaixo o quadro tributário do Ceará no primeiro quartel do século passado:

Sobre a Pecuária:

1) Dízimo dos gados bovino e cavalar e das chamadas miunças: caprinos e ovinos.

2) Subsídio militar — 640 réis de cada rês bovina e 50 réis de cada cabeça de ovelhum e cabrum cortadas nos açougues públicos.

3) Subsídio literário — 224 réis de cada rês bovina e 15 réis de cada lanígero ou caprino, cortados nas mesmas condições.

4) Produto das vendas do gado do evento.

Sobre a Agricultura:

5) Imposto de 160 réis sobre arroba de algodão em rama exportada através das Casas de Inspeção.

6) Taxa de 160 réis pelo prensamento de cada fardo de duas sacas na prensa real das referidas Casas, paga pelos proprietários ou mestres das embarcações carregadoras.

Sobre propriedade Imóvel:

7) Décima urbana.

Outras Incidências:

8) Dízimos das alfândegas, ou direitos pegoa pelos gêneros e mercadorias importadas diretamente do Reino e outros países, ou para eles exportados.

9) Selo do papel.

10) Direitos sobre o provimento de ofícios de justiça.

11) Propinas pagas por atos de nomeação aos governadores e outros funcionários administrativos.

12) Sobras dos réditos das Câmaras Municipais.

Bernardo Manuel de Vasconcelos, dada a sua avançada idade e superveniente decadência de saúde, não pôde ir além nos seus propósitos de governo, vindo a morrer de diabétis no dia 8 de novembro de 1802. Por mais de 52 anos serviu ao seu Rei. Feleceu no posto de Chefe de Esquadra efetivo.

A administração da Capitania ficou sob a direção interina de uma junta, constituída do Dr. Gregório José da Silva Coutinho, Ouvidor Geral e Corregedor Interino; Capitão José Henrique Pereira, Oficial de Guerra de maior patente na Praça; e Antônio Martins Ribeiro, Vereador mais antigo.

Somente após um ano é que veio o substituto. Nomeado por Decreto de 14 de novembro daquele ano de 1802, chegou o novo Governador, João Carlos Augusto d'Oeynhausen, no dia 11 de novembro de 1803 e tomou posse a 13. Recebeu mais tarde o título de Visconde e depois Marquês do Aracati. Governou o Mato Grosso e, proclamada a Independência do Brasil, foi Senador pelo Ceará.

A sua passagem pela administração cearense é assinalada por atos de energia e de acertada visão. Encontrou no entanto a Capitania devastada por três anos de maus invernos seguidos de terrível seca, razão por que não lhe foi possível relatar maior soma de realizações.

Usando de sangue frio e tato, ele em pessoa efetuou a prisão do célebre potentado Mauel Martins Chaves e seu lugar-tenente Francisco Xavier de Araújo, "além dum grande número de criminosos que viviam sem temor, ainda que carregados de crime naquela coitada" Vila Nova d'El Rei (depois Campo Grande e hoje Guaraciaba do Norte) enviando os dois primeiros para Lisboa.*

Da mesma maneira que recebeu, a uma junta provisória ele entregou o cargo. Encontrava-se no Aracati e de lá endereçou à Câmara de Fortaleza ofício em que lhe comunicou haver deixado o Governo, a partir de 14 de fevereiro (1807). Não voltou à capital. No dia 13 embarca para Pernambuco. A junta que o substituiu compôs-se do Vigário-Geral Pe. José Pereira de Castro, do Ouvidor Francisco Afonso Ferreira e de Francisco Xavier Torres, Comandante do batalhão da tropa de linha em Fortaleza.

Continuaria a série desses Governadores Luís Barba Alardo de Meneses e Manuel Inácio de Sampaio.

Barba Alardo — na opinião de João Brígido — foi "incontestavelmente o homem do governo de mais capacidade e iniciativa que Portugal enviou ao Ceará e melhor cogitou de seu progresso ou mais contribuiu para ele". Studart di-lo governador de vistas adiantadas e largo descortino e dá-lhe o título de "benemérito do Ceará".

Era fidalgo da Casa Real. Tomou posse do cargo a 21 de junho de 1808, metendo braços sem tardança à tarefa de aproximar o comércio cearense com o da Inglaterra, atraindo para tanto as boas disposições dos homens ricos da capital. O primeiro navio a conduzir para Londres artigos e produtos da terra foi a galera "Dois Amigos", carregada, sob seu patrocínio, por Antônio José Moreira Gomes, o dono; José Pereira de Castro; José Agrela Jardim e outros. "Esta primeira tentativa que vão fazer os pobres negociantes desta capital para aquele Reino, relatava ele a D. Fernando José, é uma prova bem evidente dos desejos que eles têm de aumentar o amortecido comércio desta nascente Colônia; e o motivo também por que eu os animei a ela".[176]

*Em ofício de 22 de janeiro de 1806, narra João Carlos, minuciosamente, essa prisão. PEREIRA[139]

Apenas chegava a carga ao grande porto britânico, e já resolvera a firma Barroso, Martins, Dourado & Carvalho, estabelecida ali, mandar à Capitania, a fim de conhecer-lhe mais de perto as possibilidades, o sócio Lourenço da Costa Dourado que, radicando-se ao meio, lhe prestou os mais assinalados serviços. "Quando a história do comércio brasileiro merecer divulgação, reaparecerá o nome desse precursor das trocas diretas", assim a ele se refere Câmara Cascudo, anotando o livro *Travel in Brazil,* de Koster.

Oriunda dessa aproximação, em que Alardo descobria poderosas vantagens, é a vinda, em 1801, do irlandês William Wara, o fundador da primeira organização mercantil estrangeira no Ceará, a qual, com o nome popular de "Casa Inglesa", se notabilizou no comércio cearense pela sua prestança e longevidade, tendo chegado até dias mais recentes, através de diversas modificações.

É igualmente do patrocínio de Alardo de Meneses a montagem, em Fortaleza, de uma fábrica de louça vidrada que, segundo as suas palavras mesmas, rivalizava com as da Bahia; igualmente, o meticuloso estudo de sondagens do porto do Ceará, feitas pelo Capitão-de-Fragata Francisco Giraldes.

"Deu todo o impulso ao plantio do algodão e mandou ao governo amostras de tucum e croatá, supondo poder torná-los artigos de exportação.

Foi ao tempo de sua administração que esteve em visita ao Ceará o aludido inglês Henry Koster e privou da sua estima, notando-lhe certa vaidade entusiástica sempre que se referia às coisas do território sob seu mando. Alardo de tal sorte se lhes afeiçoou que, já fora do governo, elaborou no Rio de Janeiro um mapa cartográfico da Capitania, oferecido ao Príncipe Regente, e escreveu sobre a mesma curiosa "Memória" ou monografia, repleta de dados úteis e necessários a quem deseje conhecê-la mais minudentemente nos inícios do século passado.[105]

Deixou o Ceará em 3 de maio de 1812.

O outro Governador, Manuel Inácio de Sampaio, que veio a ser mais tarde o 1º Visconde da Lançada, empossou-se, substituindo Barba Alardo, a 19 de março de 1812, e manteve-se na função até 12 de janeiro de 1820.

Studart reputa-o o "administrador mais inteligente e enérgico" do Ceará colonial.

Realizou, efetivamente, consideráveis melhoramentos materiais e foi inflexível na defesa da ordem pública, o que lhe valeu, aliás injustamente, a balda de tirano.[114] Homem ilustrado, achou derivativo para os almejos de sua inteligência nas reuniões literárias que provocava no seu palácio, congregando em animados *outeiros* ou tertúlias, os poucos intelectuais do lugar.

Mais intimamente, muito obteve de sua atuação a capitalzinha da Colônia, que vivia a sonhar com a honras de cidade, sem olhar-se a si de tão pequena e atrasada, aquela mesma vilazinha em formato quadrangular, de quatro ruas querendo sair, sem coragem, da indefectível praça ou largo da matriz e do pelourinho, edificada em cima das areias quase escaldando os pés dos seus ralos 1.200 habitantes — tal o giz de Koster.

O arquiteto Antônio José da Silva Paulet, trazido por Sampaio como Ajudante de ordens do Governo e seu mais inteligente e esforçado auxiliar, traçou-lhe o plano de reforma e crescimento, inspirado no urbanismo mais em voga então, consertando vielas tortas em ruas linheiras, cruzadas perpendicularmente, ao gosto das urbes hispano-americanas.

Distingue-se, ainda, na administração de Sampaio a criação da Alfândega de Fortaleza, autorizada, desde antes, pelo Alvará régio de junho de 1810, e a instituição do correio terrestre regular, até ali não existente, senão para a correspondência oficial, por meio de "positivos" ou de pessoas de confiança, embora tivesse sido objeto de resolução real muito anterior à adoção do serviço postal no Brasil.

Para esse serviço postal, articulou Sampaio meticuloso projeto, que a Junta de Fazenda aprovou em sessão de 2 de abril de 1812. Era seu objetivo facilitar as comunicações das vilas da Capitania em Pernambuco, ponto de correio marítimo, e, por via de Pernambuco, com as outras do Brasil e com Portugal. A inuaguração deu-se em 1º de maio, com absoluto êxito, porquanto cedo se estenderam as malas até o Maranhão e o Pará.

O plano, bem entrosado, consta de 34 itens e ficou definitivamente estabelecido em data de 1º de outubro. A sede da administração ficou em Fortaleza, "como ponto central de toda essa vasta região". Era chefe o Escrivão da Junta de Fazenda. De Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Maranhão, Parnaíba e das principais vilas do Ceará partiam e chegavam correios bimensais. O porte de carta ordinária, a de peso até quatro oitavas, era de 80 rs., dumas para outras vilas cearenses e para Parnaíba, pagando mais 40 rs. cada duas oitavas excedentes. Das vilas do Ceará para Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Maranhão e vice-versa, era de 60 rs., sendo o excedente de 80 rs. Meio-porte cobrava-se de jornais, impressos, autos e papéis cintados. Nada pagavam as cartas de agente a agente e a correspondência de certas autoridades.

Conquanto assim em execução, só em 1820, pela provisão de 18 de agosto, do Real Erário, mereceu aprovação dito plano.

Nova organização sofreu o serviço por meio de decreto de 5 de março de 1829, criada uma administração, em Fortaleza, desligada da Junta de Fazenda. Outra reforma em 1874 e organização definitiva em 1909.[171]

Mandou Sampaio fazer arrolamento da população do Ceará (1813) e construiu de alvenaria a fortaleza de Nossa Senhora da Assunção.

Em 1817, teve de enfrentar as tentativas de implantação, no Ceará, da revolta nativista pernambucana chefiada por Domingos José Martins.

Com o intuito de infiltrar o movimento em todo o norte do País, o governo republicano do Recife espalhou os seus emissários, que não demoram muito a chegar em Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte. Para o Ceará foram mandados, por mar viajando numa jangada, Francisco Alves Pontes e Matias José Pacheco, ambos aprisionados antes da chegada a Fortaleza, no lugar Canoa Quebrada, perto de Aracati (26 de abril); e, por terra, o seminarista José Martiniano de Alencar, acompanhado de Miguel Joaquim César de Melo e com destino ao Cariri, onde gozava de largo prestígio a família Alencar. Já antes (30 de março) fora preso, como implicado, o Ouvidor João Antônio Rodrigues de Carvalho, que é remetido para o Maranhão (20 de abril) e de lá para Lisboa. Carvalho, segundo o Barão de Studart, encarnava o espírito liberal na Capitania cearense e era amigo íntimo de Domingos Martins, fato do conhecimento do Governador Sampaio, estreme defensor do legalismo, desdobrando-se em mil providências para preservá-lo.

Valendo-se da amizade que lhe dedicava o padrinho, Vigário Miguel Carlos da Silva Saldanha, e julgando, após furtivos entendimentos, contar com as simpatias de José Pereira Filgueiras, homem de enorme influência na região, para onde vivera desde tenra idade, e sem a ajuda de Miguel César, que ficara no Rio do Peixe, — Alencar, auxiliado pelo frade carmelita Francisco de Santana Pessoa, pelo irmão Tristão de Alencar, por Inácio Tavares Benevides e outros e adotando a estratégia de boatos alarmantes sobre a expulsão de Sampaio, conseguiu trazer para o movimento revolucionário bom número de adeptos no Crato. E no dia 3 de maio, após a missa conventual, leu a proclamação do governo de Pernambuco e proclamou a república, renovando a seguir o senado da Câmara, soltando os presos da cadeia, derrubando o pelourinho e arvorando a bandeira republicana. Ao seu lado figuravam sempre em todos esses atos Inácio Benevides, Bartolomeu e José Manuel Alves do Quental, Joaquim Francisco Gouveia Ferraz, Francisco Carlos Zacarias e o pardo Jerônimo de Abreu. Na casa da Câmara lavraram ata do ocorrido e uma mensagem dirigida ao governo pernambucano.

No dia 5, seguiram para a villa do Jardim onde fizeram coisa igual, com a adesão de Leonel Pereira de Alencar, tio de José Martiniano.

Calculadamente, não esteve Filgueiras presente a nada disso, resguardado no seu sítio "São Paulo", distante quatro léguas do Crato. Instado por Leandro Bezerra Monteiro, por intermédio de seu filho Gonçalo Luís Teles e do Padre Francisco Gonçalves Martins, acabou por manifestar-se a favor da causa legalista. Consertaram imediatamente a contra-revolução e no dia 11 penetraram, com forças bastantes, na vila do Crato, hastearam novamente a bandeira real e prenderam Francisco Carlos, Bartolomeu Alves, José Martiniano, o Padre Carlos José dos Santos e Tristão

Gonçalves, enviando-os, no dia seguinte para o Icó, onde foram entregues ao Capitão Manuel da Cunha Freire Pedrosa, que de lá os despachou para Fortaleza.

D. Bárbara de Alencar, mãe de José Martiniano e de Tristão, bem como o Padre Miguel Carlos foram surpreendidos numa de suas fazendas do Rio do Peixe e, igualmente, mandados para a Capital. A mesma sorte tiveram Frei Francisco de Santana e Inácio Benevides.

Ao todo, 25 réus inconfidentes, que após atrozes padecimentos nas prisões do Quartel da Tropa de Linha tiveram de embarcar para Pernambuco, acompanhados dos processos respectivos. Do Recife seguiram para Salvador, em cujas celas deram entrada em 9 de outubro de 1818, ali já recolhidos, desde agosto, o Ouvidor Rodrigues de Carvalho e os emissários Alves Pontes e Matias Pacheco.Só em 1821, quando anulada a devassa pela Relação da Bahia, foram postos em liberdade os últimos indigitados, sem que, felizmente, nenhum experimentasse a dura sina de outros cabecilhas da revolução, enforcados sem piedade. Da. Bárbara fora solta, em virtude de perdão, por mandado de 17 de novembro de 1820, e o Padre Carlos e Leonel Pereira de Alencar, por mandado de 17 de dezembro.

Assim terminou a sonhada república nativista, que durou, vitoriosa, não mais de 75 dias em Pernambuco e 8 no Ceará. João Ribeiro, com razão, disse que essa tentativa emancipacionista foi "a de maior vulto até então realizada".

Muito se há discutido sobre o sentido dessa rebelião, por alguns considerada acontecimento meramente ocasional e imprevisto, simples e inesperado rompimento de relações entre lusos e brasileiros desafetos. Na verdade, porém, nasceu da estratificação lenta e constante dos sentimentos de independência naturais nos povos colonizados que atingem a consciência de sua autonomia.

Talvez no Ceará, não tivesse passado do estremecimento patriótico de uma família de prestígio político, qual a dos Alencares, visto que não se achava ainda bem amadurecido o sentimento republicano, notadamente nos longínquos recantos do sul caririense.

Como quer que seja, foi estopim aceso que somente não queimou mais longe devido à energia do Governador Sampaio, na defesa pronta dos interesses e estabilidade do regime que encarnava. Procedeu com a oportunidade e o zelo de que está no dever de sustentar e garantir o princípio da autoridade constituída.

Manuel Inácio deixou o governo em 12 de janeiro de 1820, transmitindo-o a uma junta de que fizeram parte Adriano José Leal, Juiz de Fora e Ouvidor interino; Joaquim Lopes de Abreu, Vereador; e Francisco Xavier Torres, Sargento-mor Comandante da Força regular.

Caberia ao seu sucessor — o Capitão-de-Mar-e-Guerra, Francisco Alberto Rubim, fechar, ainda que a contragosto, o proveitoso período

de administração inaugurado com a execução da Carta Régia de 17 de janeiro de 1799.

Nomeado por Decreto de 4 de julho de 1818 e Patente Régia de 23 de dezembro de 1819, tomou posse em 13 de julho de 1820.

Inicialmente, desenvolveu Rubim esforços para melhorar a cultura do arroz e da mandioca e incentivar o comércio direto com o Reino.

Mas, cedo, encontrou-se às voltas com dificuldades de ordem política e não esteve à altura de vencê-las.

Fora mal recebida pelos moradores do Crato a decisão de D. João VI, jurando em 26 de fevereiro (1821) a Constituição que se fizesse em Lisboa.

Preferiam os caririenses o antigo regime e, em conseqüência, o movimento de reação engrossou com a adesão de José Pereira Filgueiras, Capitão-mor da vila, e do Coronel Leandro Bezerra de Meneses, bem como a dos mulatos e "cabras", exaltados com a falsa notícia de que pela mesma Constituição seriam escravizados.

Rubim, prepotente mas de ânimo fraco, confiou ao ex-Ouvidor Porbém Barbosa a missão de harmonizá-los, sem contudo nada conseguir, ao mesmo tempo que em Fortaleza crescia movimento inverso, ou seja em prol da proclamação da nova lei,

Punha-se à frente desse movimento a tropa de linha que, postada na praça do palácio do governo, pedia fosse proclamada a Constituição a ser feita (14 de abril). Gerou-se a confusão, agora a soldadesca a exigir aumento de soldo, sem que Rubim conceda em atender aos seus reclamos, por não julgar-se legalmente autorizado. A fim de livrar-se da dificuldade lembrou a organização de um Conselho Consultivo, a que estaria afeto sindicar os abusos da administração e propor os meios de saná-los.

Ainda assim os oposicionistas não moderaram, gritando pela formação de um Conselho, não-consultivo, mas deliberativo, de membros eleitos e não-nomeados pelo Governador.

Cede mais uma vez Rubim e, a despeito da eleição dos Conselheiros, continuam as anormalidades, que o levam, por fim, à renúncia do cargo, com a instalação de um Governo Provisional, sob a presidência de Francisco Xavier Torres (3 de novembro).

11. INDEPENDÊNCIA, REPÚBLICA DO EQUADOR, ABRILISMO

11.1. INDEPENDÊNCIA

O decênio da história política brasileira, que se aperta entre 26 de abril de 1821, dia do embarque de D. João VI para Portugal, com a sua corte e os seus criados, e 7 de abril de 1831, dia da Abdicação, é de intranqüilidades e efervescências e repleta-se confusamente de belos gestos, de arrebatamentos, fraquezas e corajosas decisões de Pedro I.

Antes de tudo, a sua luta íntima de Príncipe Regente, colocado entre a parede e a espada: dum lado, os insistentes e carrancudos chamados que lhe mandavam as Cortes de Lisboa, na intenção antipática de recolonizar o Brasil, aos quais devia obedecer; do outro, a firme decisão dos brasileiros de não deixá-lo sair, dirigindo-lhe, por fim, a significativa representação de 9 de janeiro de 1822, que o leva ao célebre Fico, na realidade "a primeira palavra da próxima independência".

Daí ao 7 de setembro, sabe-se como foi.

Depois, os empecilhos, sucessivos e graves, da consolidação do Grito do Ipiranga: a reação das tropas portuguesas na Bahia, no Pará e Maranhão, as agitações na Constituinte de 1823 e a dissolução desta, a Constituição jurada de 1824, a conseqüente República do Equador, no Norte, e a separação da Cisplatina, no Sul, o incontentamento dos partidos, dos parlamentares e da imprensa e, como remate, a renúncia abdicatória em favor do filho-menino.

A despeito de estar muito longe e da morosidade das comunicações, conhecidas as novidades com atraso de um mês ou mais, vindas, pois não havia ainda o telégrafo, em navios sujeitos aos percalços da navegação a vela, no Ceará todos aqueles fatos ecoavam freneticamente, tal a exaltação do espírito nacionalista.

Decreto das Cortes Gerais Extraordinárias e Constituintes, datado de 29 de setembro de 1821, mandara se procedesse a eleição de Juntas Governativas nas Províncias. Em 15 de janeiro seguinte são eleitos e em 17 de fevereiro empossados os membros da Junta do Ceará: o Ouvidor José Raimundo de Paços de Porbém Barbosa — Presidente, José de Castro e Silva, Padre Francisco Gonçalves Ferreira Magalhães, Mariano Gomes

da Silva, comerciante, e José de Agrela Jardim, fazendeiro. Ausente de Fortaleza, Porbém Barbosa somente em 29 de março tomou posse.

Esta Junta nomeia, interinamente, Comandante das Armas a Francisco Xavier Torres, que, em 29 de agosto, comunica ao Ministro da Guerra não haver até "esta data nenhuma alteração na tranqüilidade pública da Província", quando o certo é que a demora na execução do Decreto de 3 de julho, do Príncipe Regente, convocando uma Constituinte brasileira, já determinara procedimentos denunciadores de incontido mal-estar.

Na capital, oficiais da tropa de linha e o povo exigiam do Governador das Armas a destituição e prisão do Comandante da mesma tropa, Sargento-mor Francisco Ferreira de Sousa, que é embarcado, à pressa, em 14 de setembro.

No interior, no dia 1º do mesmo mês, José Pereira Filgueiras e Tristão Gonçalves de Alencar ordenam à Câmara do Crato a execução daquele Decreto de 3 de julho, e ela, no dia 9, intima o comandante do destacamento, José Félix de Mendonça, a deixar a vila indo reunir-se ele ao tenente Manuel Antônio Diniz, no Icó, forte reduto de ricaços portugueses.

Temendo que os dois militares pudessem constituir ameaça do Colégio ou Corpo Eleitoral da Comarca, a reunir-se ali em 16 de outubro, a mesma Câmara do Crato pede à do Icó sejam retirados ditos oficiais.

No mencionado dia 16, coincidentemente o da Aclamação de Pedro I no Rio de Janeiro, de fato reúne-se o Colégio e declara-se contrário à Junta Governativa Provisional de Fortaleza, acusada de constitucionalista e reacionária. Instala um Governo Temporário, "em nome de todas as Câmaras e povos que representam nesta Comarca e mais que tudo em nome de S.A.R., até que a Exma. Junta Provisória se desenvolva a favor da mesma causa e dê plena execução às ordens de S.A.R. e evidentes provas de seu zelo e patriotismo, em favor da santa causa do Brasil". Impõe-se que os membros do novo Governo sejam eleitos pelas Câmaras das vilas componentes da Comarca, um para cada uma, e invoca-se a proteção de Pereira Filgueiras e do Coronel Leandro Bezerra Monteiro.[182] (v.1., p.521)

Como era de esperar, Diniz e José Félix insurgem-se contra a resolução do Colégio, prendem vários eleitores e dispersam os restantes à pata de cavalo.

Em 21 é Filgueiras eleito para o Governo Temporário, como representante do Crato, e trata de organizar uma milícia com que possa libertar os eleitores guardados na cadeia do Icó.

No dia 26, realmente, os liberta, depois de dominar a vila. Diniz e Félix, batidos no lugar Forquilha pelos patriotas do Riacho do Sangue, é que, agora, são postos em custódia.

A 29, assinando-a do seu "quartel general" no Icó, expede Filgueiras uma proclamação, na qual declara insubsistente a Junta Provisional e,

acompanhado de numerosa tropa, segue para Fortaleza, onde veio a penetrar em 23 de janeiro (1823).

Havia notícia de que marchava ele pela estrada do Icó ao Aracati e desta vila à Capital, e por isso preferiu a Junta demitir-se, entregando a administração governamental ao Comandante Xavier Torres, que a mantém em caráter interino, assim agindo ante as recusas de Filgueiras a entendimentos com Porbém Barbosa, por intermédio do Padre Francisco Pinheiro Landim.

No mesmo dia de sua chegada, toma posse o Governo Temporário, constituído de Filgueiras, como presidente, eleito no Crato; Vigário Antônio Manuel de Sousa, secretário, eleito no Jardim; Vigário José Joaquim Xaier Sobreira, em Lavras; Tenente-Coronel Antônio Bezerra de Sousa Menezes, no Icó; Major Francisco Fernandes Vieira, em São Mateus (hoje Jucás); e Joaquim Felício Pinto de Almeida e Castro, em Quixeramobim.

Já então se tinha verificado a adesão solene do Ceará à Independência, em memorável sessão efetuada em Fortaleza, presentes o "Exmo. Governo Provisório, tropa, clero, nobreza e povo", e na qual se "aclamava Imperador Constitucional do Brasil o Sr. D. Pedro de Alcântara, à imitação da província do Rio de Janeiro, segundo consta das folhas públicas" (24 de novembro).

E, também, já fora realizada a eleição dos representantes cearenses nas Cortes do Império, tendo sido votados os nomes de Pedro José da Costa Barros, Padre José Martiniano de Alencar,Padre Xavier Sobreira, Dr. João Antônio Rodrigues de Carvalho, Padre Manuel Pacheco Pimentel, Padre Manuel Ribeiro Bessa de Holanda Cavalcante e Padre Antônio Manuel de Sousa.

Em 3 de março (1823), na Capital, em substituição ao temporário do Icó, é escolhido outro Governo, de que fizeram parte: Padre Francisco Pinheiro Landim, presidente; Miguel Antônio da Rocha Lima, secretário; e, como vogais, Tristão Gonçalves, Padre Vicente José Pereira e Joaquim Felício Pinto de Almeida e Castro, cabendo a Filgueiras o lugar de Comandante das Armas.

Enquanto isso, no Piauí, era a Independência tenazmente combatida pelos lusitanos, confiados na ação do Comandante das Armas João José da Cunha Fidié, com sede em Oeiras.

De lá, era a ajuda do Ceará requerida incessantemente.

Em 17 de janeiro havia chegado ao Crato José de Souza Coelho, representante do governo piauiense, trazendo a missão de obter socorros, e a Câmara, na ausência de Filgueiras, decide-se pela incontinenti remessa de uma expedição que, todavia, não segue devido à opinião desfavorável de Leandro Bezerra e Joaquim Pinto Madeira. Ainda a 7 de fevereiro, Tristão de Alencar sugeria à Câmara, sem resultado, o envio de socorros aos patriotas do Piauí.

Antes, em outubro, ajudado pelo Coronel de Milícias Simplício Dias da Silva e outros, o Juiz de Fora da Parnaíba, Dr. João Cândido de Deus, ardoroso nacionalista, declarava independete a vila, sem contudo dispor de elementos aptos para sustentar-se.

Informado da insubmissão, reuniu Cunha Fidié o seu exército e dirigiu-se no dia 13 de novembro para ali, a fim de debelar a insurreição popular, mas ao chegar nada teve que fazer, porque os insurretos, ante a superioridade de forças, haviam abandonado a vila, passando-se para o território cearense e indo localizarem-se em Granja.

Daí, em nome da "santa causa brasileira", vem para Fortaleza Frei Alexandre da Purificação (pernambucano) a solicitar auxílios contra a resistência portuguesa. Resolveu-se, então, que o Ceará deveria socorrer o Piauí, fazendo "seguir imediatamente tropas auxiliares com destino a três pontos daquelae Província, isto é, do Cariri para Oeiras, dos Inhamuns e Crateús para Campo Maior, e da Vila Viçosa Real, Sobral e Granja para São João da Parnaíba."

Quando ainda no governo Xavier Torres, uma tropa, de que eram chefes o Major Luís Rodrigues Chaves, João da Costa Alecrim e Alexandre Néri Ferreira, fora organizada com homens do campo recrutados em Uruburetama, Sobral e Serra da Ibiapaba, para acudir os independentes do Piauí.

A essa força juntou-se outra, maranhense, pequeno contingente comandado por Salvador Cardoso de Oliveira (baiano) e ambas, no dia 13 de março, meteram-se em combate com os legalistas nas proximidades de Campo Maior, lugar denominado Jenipapo, sendo derrotadas com pesadas baixas, porém com o mérito de haver tomado a Fidié quase toda a sua bagagem (munição, botica, armas e dinheiro).

Da parte dos independentes houve 200 mortos e feridos, além de cerca de 500 prisioneiros. Fidié viu mortos 19 dos seus e 60 feridos.

A gente do comandante português somava cerca de 1.600 homens bem municiados, dispondo de onze peças de artilharia, ao passo que as falanges inimigas estavam deficientemente armadas, manejando apenas duas peças. A precipitação de Rodrigues Chaves teria determinado a derrota.

Acontece que, em vez de retornar a Oeiras, onde deixara uma Junta Governativa, achou melhor Fidié demorar-se nas margens do Parnaíba, seguindo depois para Caxias, no Maranhão, e fortificando-se no Morro da Taboca.

Na persuasão de que Fidié, ao abandonar Parnaíba, voltaria a Oeiras, deliberou o Governo do Ceará (28 de março) enviar exército para combatê-lo, sob as ordens de Pereira Filgueiras, que "pela sua influência e prestígio poderia não só salvar aquela Província, como também o Ceará, se porventura Fidié não fosse derrotado". Para seu lugar-tenente foi designado Tristão Gonçalves, um dos vogais do Governo. Juntamente, ou

de *per si* teriam plenos poderes para dirigir a expedição, agindo civil e militarmente. Saíram de Fortaleza em 29 de março.

Por onde passavam — Aquirás (30 de março), Aracati (4 de abril), Icó (dia 20), Lavras (dia 27), Crato (5 de maio), iam ajuntando reforços e solicitando subscrições, em dinheiro e gêneros, para sustento da tropa. Com os seus incitamentos patrióticos conseguiam afastar ressentimentos e ódios, concorrendo, deste modo, para a quitação de tantos distúrbios que, notadamente, intranqüilizavam o sul da Província.

No Crato, ponto marcado para convergência dos vários troços expedicionários, demoraram-se até 27 de maio, dia em que partiram para Várzea da Vaca (hoje cidade Campos Sales), lugar onde seria definitivamente estruturado o Exército Libertador e Pacificador, como foi denominado.

Durante a viagem, soube Filgueiras da sua nomeação para Comandante-Chefe das Forças Independentes do Piauí e Maranhão, assinada em 16 de abril pelo Imperador. Entraram em Oeiras em 15 de junho, já vila em poder de uma Junta Independente. Estão em Caxias a 23 de julho, com os seus 6.000 soldados, que alguns calculam em 8.000. Colocam-na sob cerco, já ocupada toda a Tresidela e intimam Fidié a render-se, fazendo-lhe ver Filgueiras que não se julgasse "abarracado em uma Tróia muralhada e fornecida". E acrescentava, na intimação: "Não tenho prevenções conra V. Sa. e hei de recebê-lo e tratá-lo como a um meu semelhante". Após os entendimentos necessários, rendido Fidié, ocupou o Exército Libertador a vila no dia 1º de agosto, proclamando-se, no dia 7, após eleitos a Câmara e o Juiz de Fora, a Independência, com o juramento de fidelidade a Pedro I.

Foi remetido Fidié para Oeiras e de lá para o Rio de Janeiro, com a demora de quase um mês na Bahia, onde esteve recolhido ao Forte do Mar.

No momento da rendição estava reduzida a sua tropa a 700 homens e foram apreendidos 20 canhões e 5 bandeiras.

Quatro dias depois da proclamação de Filgueiras, soube-se que Lord Cockrane (Alexandre Tomas) se havia apoderado de São Luís desde 26 de julho e para lá seguiu uma comissão composta do Tenente-Coronel Luís Pedro de Melo César, Capitão João Manuel Lopes de Oliveira e Antônio Joaquim de Carvalho, a fim de entender-se com o Almirante e as autoridades da Capital.

Conquistada, assim, a liberdade política das duas Províncias, passou a ser dissolvido o Exército Libertador, pagos os soldados com o dinheiro fornecido pelo governo maranhense e com as multas impostas aos anti-independentes de Caxias, no total de mais de cem contos de réis. Regressam Filgueiras e Tristão ao Ceará, onde chegaram nos primeiros dias de novembro, triunfalmente recebidos.

Encontraram, no entanto, o Governo a que pertenciam enfraquecido e desmoralizado. Contra esse mesmo Governo encabeçara forte pressão

o Comandante das Armas interino, Francisco Félix de Carvalho Couto, insinuado por elementos da família Castro, antinacionalista, principalmente Manuel de Castro e Silva e Joaquim José Barbosa.

Vê-se, de tudo isso, quão altamente importante, de caráter extenso e sério foi a atuação dos cearenses nos auxílios militares ao Piauí e Maranhão.

Sem pretender negar-se a de Cockrane, impossível é deixar de reconhecer que a sua tarefa, ali, não encontrou dificuldade. A derrota de Cunha Fidié — isto sim — havia ensarilhado as armas da reação portuguesa.

O historiador Oliveira Lima é de opinião que melhor caberia a Filgueiras o título de Marquês do Maranhão, dado ao Almirante inglês.

Igualmente poderia dizer-se quanto a Tristão de Alencar, figura que iria agigantar-se, logo mais, nas pelejas da Federação do Equador, em que vão ambos encontrar a desventura e a morte.

11.2. REPÚBLICA DO EQUADOR

Sob o pretexto de que a Constituinte havia "perjurado ao tão solene juramento que prestou à Nação, de defender a integridade do Império, sua independência e minha dinastia", D. Pedro I, com o Decreto de 12 de novembro de 1823, dissolveu aquela Assembléia, no momento em que, invadida pelo povo, "quase se transformava numa Convenção".

O ato imperial foi recebido com espanto e indignação, tanto na Corte, como nas Províncias à medida que a elas chegava a notícia e, para minorar-lhe os efeitos, viu-se forçado o Imperador a outorgar, como fez em 25 de março seguinte, uma Carta Constitucional, a ser jurada pelas Câmaras Municipais em todo o País.

Sacrificava-se, dessa forma, "o princípio teórico de que a Constituição devia ser a representação da vontade nacional".

O Padre José Martiniano de Alencar, um dos deputados constituintes, sai do Rio de Janeiro e vem para o Norte, no propósito de coordenar a reação e, ao demorar-se no Recife, teve oportunidade de assistir à sessão do Grande Conselho de Pernambuco, na qual foi eleito Presidente da Província Manuel de Carvalho Paes de Andrade.

Esses grandes Conselhos, compostos de seis membros, tinham sido criados por um decreto, de 20 de outubro de 1823, em substituição às Juntas Governativas, passando a eles e a um Presidente o Governo das Províncias. Seria Vice-Presidente o Conselheiro mais votado.

Embarcado no Recife, em 12 de fevereiro, chega Alencar a Fortaleza, no dia 15, encontrando o Ceará preso das irritações causadas pela intempestiva dissolução.

A 9 de janeiro, a Câmara da vila de Campo Maior de Quixeramobim, presentes camaristas e o povo e considerando a "horrorosa perfídia de Pedro I", declarara excluído do trono o Imperador e decaída a dinastia bragantina.

Era, não resta dúvida, deliberação mais que ousada e, então, organizou-se,ali, um governo de cunho republicano, sob a chefia de Pereira Filgueiras, o qual deveria assumir, oportunamente, o Comando Geral das Forças da Província.

Saiu de Quixeramobim, com destino ao Icó, uma delegação constituída do Padre Gonçalo Inácio de Loiola Albuquerque e Melo, mais tarde Padre Mororó, Belarmino de Arruda Câmara e Antônio Francisco de Queirós.

O Padre Gonçalo, na verdade, fora o inspirador da audaciosa declaração, tangido pela ardência de suas idéias independentistas, apuradas mais ainda depois que fizera amizade com Frei Caneca, na capital pernambucana, onde estivera, em companhia de seu amigo e colega de sacerdócio, Pe. Ambrósio Rodrigues Machado, a defenderem-se, perante a Relação de Pernambuco, de processo intentado contra ambos.

No mesmo dia 9, Filgueiras e Tristão de Alencar, chegados do Piauí e Maranhão, comunicam à Câmara e ao povo do Crato ter sido dissolvida a Constituinte.

No dia 14, com parte das forças da expedição contra Fidié, chega Tristão ao Icó, onde o encontram (dia 18) os três emissários da Câmara de Quixeramobim, que imediatamente convidam a Câmara local a tomar conhecimento daquele corajoso ato.

É, então, mandada às Câmaras do Aracati e de São Bernardo das Russas uma representação composta dos expedicionários Manuel Rodrigues César, Francisco de Paula Martins e José Fernandes Lima, a fim de conseguir a adesão ao ideal republicano.

Aqueles três emissários de Quixeramobim, em pessoa, vão ao Crato e obtêm a solidariedade da respectiva Câmara ao plano revolucionário (2 de fevereiro).

Os camaristas do Aracati, por sugestão do Juiz de Fora, Luís Francisco de Paula Cavalvante de Albuquerque, excusam-se de manifestação mais frontal, mas sugerem a criação "não de uma Junta Provincial que será sempre um governo débil, mas de uma Regência ou Governo Salvador que resida no Recife e que em nome de S. M. o Imperador governe as cinco Províncias do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas". Idéia que seria aceita mais tarde, quando da República do Equador, mas sem a submissão monárquica.

Convulsionada assim a Província, os dois caudilhos vitoriosos de Caxias, com os seus velhos expedicionários, chegam a Fortaleza em fins de fevereiro. Retoma Tristão o seu lugar na Junta Governativa e Filgueiras o seu de Comandante das Armas. Efetuam a prisão do Comandante da Força de Linha, Francisco Félix de Carvalho, o ferrenho imperialista

que passara a perseguir os patriotas e a fazer toda espécie de pressão contra a mesma Junta, e restabelecem a autoridade desta.

Porém não ficariam aí os acontecimentos ligados à desobediência dos cearenses às determinações imperiais.

Em 31 de março, o Governo Provisório remete ao Imperador veemente protesto em que lhe manifesta o "indizível e universal desprazer causado na Província do Ceará pela infausta notícia da dissolução de Assembléia Geral Constituinte e Legislativa da Nação Brasileira no fatal dia 12 de novembro do ano passado". Num dos períodos, declarava-se abertamente: "O povo é demasiadamente zeloso de seus Direitos e de sua liberdade, e é por isso que muito nos há custado contê-lo nas suas obrigações, até porque já não conhece limites a sua desesperação, não obstante a sua natural docilidade do gênio americano".[131]

Em ofício datado do dia seguinte, 1º de abril, os membros do Governo pedem a continuação de Filgueiras no Comando das Armas.

Decorrida uma semana (dia 8) e, pretendendo-se dar execução ao citado Decreto de 20 de outubro, fizeram-se as eleições dos membros do Conselho do Governo não sem impugnação da Câmara do Crato, sendo escolhidos Tristão Gonçalves (o mais votado), Padre Joaquim Paula Galvão, José Félix de Azevedo e Sá, Padre Antônio José Moreira, José Gomes Parente e Padre Manuel Pacheco Pimentel.

Entretanto, logo a 14, aporta a Fortaleza o primeiro Presidente da Província nomeado pelo Imperador, em carta de 25 de novembro, Tenente-coronel Pedro José da Costa Barros, o que motiva ser extinta a Junta Governativa pelo Ouvidor e Corregedor da Comarca, Dr. Joaquim Marcelino de Brito, e pela Câmara da Capital, ambos trabalhados pelos antipatriotas ou *corcundas,* na sua maioria portugueses.

E como ainda não estivesse apurada, em definitivo, a eleição dos Conselheiros, formalmente assumiu as funções de Presidente da Província o Presidente da citada Câmara, Cel. Manuel Martins Ribeiro, dando-se posse a Costa Barros na madrugada de 15, para tal fim sub-repticiamente desembarcado. Desejando acalmar os ânimos, redigiu Costa Barros vibrante proclamação, de quase nenhum efeito, todavia, mostrando as boas intenções do Imperador.

Recusa-se a Junta a reconhecer a sua extinção e retira-se para a vila de Arronches (hoje Parangaba), acompanhando-a Filgueiras, o Comandante das Armas. Sem demora procura-a o novo Presidente e, depois de se acertarem convenientemente, voltam todos a Fortaleza, reassumindo Filgueiras o seu posto (dia 18).

Novo desentendimento se verifica, e desta vez os membros da Junta e Filgueiras se localizam em Aquirás, onde montam quartel. No dia 25, com tropas ali arranjadas, marcham sobre Fortaleza e acampam em Messejana, de onde Filgueiras ordena ao Major Luís Rodrigues Chaves, coman-

dante do corpo de linha, efetive a prisão do Ouvidor Marcelino e de outras pessoas tidas como responsáveis pela destituição injusta.

E oficia a Costa Barros intimando-o a entregar o Governo a Tristão Gonçalves, por ele Filgueiras nomeado para o cargo, temporariamente, até que se fizesse a apuração final das eleições do Conselho, do qual fora ele o Conselheiro mais sufragado.

Cumpridas as ordens do Comandante das Armas, são recolhidos à cadeia vários imperialistas "cabeças da conjuração". A 28 voltam os insurgentes à capital e a 29, convocados a Câmara e o povo, em sessão extraordinária, pronuncia Filgueiras "impetuosa fala" de acusação ao Presidente Costa Barros, "suspeito e execrável aos povos", explicando as razõs do seu procedimento. Dá em seguida o sentido das suas decisões — as "de um homem que sempre se tem dirigido nos negócios de sua Pátria sem outras vistas mais do que defender o seu Direito Sagrado em abono dos quais protesta derramar até a última gota de sangue".

Sem meios de resistência, Costa Barros resigna, afinal, porém consegue fique o seu protesto, por extenso, consignado, na ata da mesma reunião em que se registrou a renúncia. Embarca, no brigue inglês *Mathilde* para a Corte, proibido de desembarcar em qualquer porto da Província.

Bem acentua Brígido que os sucessos da guerra contra Fidié haviam feito subir de ponto a audácia dos patriotas, que se acreditavam capazes de empresas as mais árduas.

De feição tipicamente política, veemente mas simples protesto contra as atitudes de Pedro I, a revolução sofria deflexão violenta para a mudança do regime monárquico.

Filgueiras dirige-se ao Governador das Armas de Pernambuco, justificando as suas providências radicais com este ofício cheio de sinceridade:

"Tendo-me a Providência socorrido com a graça de acabar felizmente a minha tarefa política, na marcha expedicionária e restauradora das duas províncias de Piauí e Maranhão; e fazendo-me recolher em paz, ao seio de minha família, eis que ainda não bem convalescido de tão penosa viagem, fui chamado aceleradamente a esta capital convulsa e prestes a sucumbir-se por uma conjuração tramada por uma facção criminosa, que junta em certo clube vertiginoso e desorientado fazia o fatal foco desta capital.

Feliz e legalmente marchava o governo desta província em sua tarefa; e tendo marcado o dia dezoito de abril próximo passado, dia em que esperava limpar as pautas dos diferentes pontos da reunião do colégio eleitoral desta província, para apuração dos votos que marcassem os conselheiros para o governo, na forma da carta de lei de 20 de outubro do ano próximo passado, para então fazer legalmente sua demissão, eis que no dia 14 do mesmo mês aparecem nos nossos horizontes as flâmulas tremulantes nos gurrupés da Charrua, que trazia o excelentíssimo senhor Pedro José da Costa Barros, presidente eleito para esta província por

S.M.I., o que tudo aqui se realiza da ata da sessão do mesmo governo; sendo esta deliberação tomada na suposição de que sua excelência tivesse alguma demora como costuma acontecer nas viagens do mar.

Pessoas porém mal intencionadas, solapados inimigos da nossa causa, que, arrastados pelo espírito de vingança, de união com a câmara desta capital, tramaram a mais feia conjuração contra o mesmo governo existente então, e assim reunidos Joaquim Marcelino de Brito, Ouvidor pela lei desta Comarca, Manuel José Martins Ribeiro Júnior, coronel graduado do 1º Corpo de Cavalaria de 2a. linha desta cidade, Joaquim José Barbosa, Capitão-mor da mesma, João Facundo de Castro, Sargento-mor do Batalhão dos Nobres, José Narciso Xavier Torres, Sargento-mor e Comandante do batalhão de 1a. linha e outros, fazendo seduzir uma tropa susceptível de enganos e costumada a obediência, congregados no aquartelamento militar, deliberaram tumultuosamente derribar o legítimo governo então existente, tomaram a fortaleza, abocaram as peças para palácio, tocaram um rebate geral, reforçaram a guarda do paiol da pólvora, e puseram-se em toda atitude hostil.

Nesta crise tão funesta é que me resolvi marchar a pé e aceleradamente, acompanhado dos bons e beneméritos brasileiros, e uma pequenina tropa que, pela limitação do seu número, se fazia incapaz de rebater aquele inimigo superior em força, e como igualmente para salvar a vida, prestes a perder ao furor dos inimigos da causa do Brasil.

Foi na vila de Arronches, uma légua distante desta capital, que me refugiei; e tomando as mais enérgicas medidas, juntei tropa suficiente para restaurar a capital.

Foi nesta vaga, que o excelentíssimo senhor Pedro José da Costa Barros, pelas duas horas da manhã do dia quinze, desembarcou, e marchando diretamente ao quartel de 1a. linha daí foi conduzido a palácio, onde pela mesma facção foi lavrado um ato de posse; se essa ação é criminosa ou não, ignoro; por isso sujeito-me ao juízo de V. Exa.

Qual seria a minha admiração, quando, no dia 15, recebi um ofício de sua excelência em que me dizia: Não quero tomar uma posse duvidosa, depois de se terem dado estes passos.

Prestes eu a marchar com as tropas, eis que vem a encontrar-me em Arronches Sua excelência no dia 16, pedindo pelos facciosos, e rogando-me o perdão dos mesmos, e que se passasse a esponja neste acontecimento, e igualmente se não desse parte a S.M.I., C. e L. (cousa impossível), o que dava indícios de apoiar esse tão vil atentado.

Minha sinceridade foi iludida, e então se viu no dia sexta-feira santa a linguagem da piedade na boca de um impostor; com efeito cedi, larguei as armas, marchei respeitosamente para a capital, onde o governo de que eu era membro lhe deu posse solene, tornou a paz, iluminamos as nossas casas, na boa-fé de termos um patrício, que aderiu à nossa causa, e aos puros e liberais sentimentos dos cearenses salvasse a nossa província.

Mas, oh! Desgraça fatal! Quem diria que o excelentíssimo Sr. Pedro José da Costa Barros servia àquele mesmo que, deixando cair o véu que cobria seus malvados sentimentos, fosse o mesmo que, lançando mão dos facciosos, e a eles unidos, logo que soube do bloqueio em Pernambuco, deliberou estreitar o círculo dessa província que faz o baluarte da nossa liberdade, e privar-lhe qualquer socorro pelo centro: oficiando ao chefe dos corpos, para estarem prontos a obedecer às ordens do Cockrane, a quem S.M.N.I. C. e L. tinha elevado à dignidade de chefe das armadas navais do Império.

Daqui se vê, que os sentimentos de sua excelência são totalmente aderidos ao sistema do ministério do Rio de Janeiro, e diametralmente opostos aos sentimentos liberais desta, e dessa província, só emcaminhados a por-nos na triste situação de cedermos à escravidão: pérfido!

Resolveu em seu danado conselho, organizado pelos nossos inimigos europeus e brasileiros degenerados, a maquinação contra a minha vida (segundo a freqüência de avisos que me davam) ou exterminando-me, fazer-me passar pela triste sorte do Grande Barata, de saudosa memória, que, ilustrando os brasileiros, se tornou vítima da liberdade brasílica.

Não me achava então na capital, porque razões de amizade me tinham levado a visitar certo amigo na distância de seis léguas, quando fui avisado de que em minha ausência se tinha deliberado a minha desgraça e decidido a minha sorte, e então foi que o fogo mal extinto senti renascer os briosos sentimentos do mais terno amor à minha pátria; não hesitei, reforcei o brado do meu patriotismo, marchei à capital, e à frente das minhas tropas derribei o tirano e lancei-o por terra; enfim dei um golpe decisivo, fazendo prender os seus satélites, com a felicidade de não derramar uma só gota de sangue humano; e fazendo conservar a boa ordem, convoquei a Câmara e os cidadãos bons para instalação de um governo; e a pluralidade absoluta de votos saiu eleito presidente o excelentíssimo senhor Tristão Gonçalves d'Alencar Araripe, homem de bem, um dos beneméritos da pátria, que tem dado provas decididas de patriotismo, e particular aderência a nossa causa.

Resta-me agora, Excelentíssimo Senhor, dizer a V. Exa., com toda a franqueza, os puros sentimentos do meu coração liberal, e incapaz de ceder ao servilismo.

A minha idade são sessenta e cinco anos; mas para defender à causa da minha pátria tenho vinte e cinco; de todo o coração me ofereço à defesa de Pernambuco, essa briosa província, quero-me coligar com V. Exa e fazendo um só corpo defendermos o sistema liberal das nossas províncias; e seja esse o ponto central dos nossos sentimentos.

Não se desanime V. Exa.; perdoe-me esta recomendação, que é puramente filha de um coração liberal.

O Ceará tem brio; seus filhos têm valor, eles tomarão parte nas gloriosas fadigas de Pernambuco; haja união, haja coragem, haja valor

e disposição que o próprio céu nos abençoará, uma vez que a causa é justa.

Devo lembrar a V. Exa. que esta província se acha inerme; espero, portanto, que V. Exa. de comum acordo com o Excelentíssimo Senhor Presidente, a quem amo e respeito, haja de fornecê-la do melhor modo possível de armas; e sem demora, uma vez que são bem críticas as atuais circunstâncias dignas da consideração de V. Exa., que verdadeiramente ama o nosso país.

Deus guarde a V. Exa., por dilatados anos. Quartel da Fortaleza do Ceará, 1º de maio de 1824, 3º da Independência e do Império. Ilmo. e Exmo. Sr. Governador das Armas da Província de Pernambuco — José Pereira Filgueiras".[132]

Proclamada em 2 de julho, no Recife, a "Confederação do Equador", não vê outro passo Tristão Gonçalves senão a ela aderir, a despeito das ponderações do irmão Padre José Martiniano que, segundo testemunha o Conselheiro Araripe, "julgava extemporâneo movimento e falho de segurança no futuro, fundando os seus raciocínios em sólida apreciação dos fatos, da índole e do estado de civilização do nosso povo". Também o Comendador José Antônio Machado, de grande influência moral, econômica e política, "o aconselhara a deixar o posto perigoso que ocupava, e procurou dissuadi-lo a embarcar para os Estados Unidos — informa João Brígido, tendo ido a palácio expressamente declarar-lhe que Pernambuco se achava rendido e que Cockrane em breve estaria bloqueando o porto de Fortaleza, e pondo à sua disposição dois navios que tinha à carga, um deles no Porto do Acaraú".

A chegada, em 21 de maio, dos emissários Diogo Gomes Parente e Francisco Alves Pontes, trazendo boas notícias de Pernambuco incitara O Presidente Tristão de Alencar a uma proclamação convidando os cearenses a abraçarem a causa patriótica.

Alguns dias mais, e os portugueses são privados dos cargos públicos e das funções militares.

A intrepidez dos republicanos alenta-se mais ainda com o recebimento de armas e munições, vindas de Londres, oferecidas pelo cearense José Joaquim da Silva Braga.

Haviam chegado pelo brigue inglês "Helen", no dia 8 de junho, já declarada a "federação" por Paes de Andrade.

Sem nada saber desses fatos, em Granja, João de Andrade Pessoa (depois Pessoa Anta), conclama o povo à luta pela sustentação da independência, ameaçada por uma esquadra, que em Portugal, se havia preparado e, "já sulcava os mares, para nos escravisar" (10 de julho), ao mesmo tempo que a Câmara do Icó recusava juramento à Constituição de Pedro I, ordenado pelo Decreto de 25 de março.

Fizera antes (16 de junho), tal juramento as das vilas do Aracati e São Bernardo de Russas "caindo nessa fraqueza infamíssima — palavras

do próprio Tristão — iludidas pelo Juiz de Fora Luís Francisco de Paula Cavalcante de Albuquerque".

Por fim, em 26 de agosto, adere o Ceará à Confederação, através da deliberação do seu Grande Conselho, reunidos 455 eleitores e representantes das Câmaras do interior e com a assistência direta das Câmaras da Capital, do Aquirás e de Messejana.

"Aos vinte e seis dias de agosto de mil oitocentos e vinte e quatro, 3º da Independência e 1º da Liberdade do Brasil, e Confederação das Províncias do Equador, nesta cidade de Fortaleza, capital do Ceará, na sala do governo onde se achava o Exmo. Sr. Presidente do Governo da província Tristão Gonçalves de Alencar Araripe, os vogais do Conselho, o Exmo. Sr. Governador das Armas, os Srs. Ouvidores das duas comarcas, o Senado da Câmara desta cidade e das vilas do Aquirás e Messejana, com os procuradores das demais Câmaras da província, presentes os reverendos párocos das freguesias e na sua falta os seus procuradores, os chefes dos corpos militares de 1a., 2a. e 3a. linha, os seus procuradores, os eleitores de paróquias, e no seu impedimento os suplentes em maioria de votos, o clero, muitos oficiais militares, homens bons abaixo assinados, com a competente nota de seus postos e graduações; e sendo em voz alta e inteligível propôs o Exmo. Sr. Presidente que a vista dos perjúrios de D. Pedro I, Príncipe de Portugal (chamado Imperador do Brasil) estava roto nosso pacto social, tantas vezes assegurado por ele, e outras tantas violado publicamente a face das nações em afrontas daqueles mesmos povos, dos quais ele de moto próprio havia tomado o título de Defensor Perpétuo, não lhes tendo sido até agora senão um opressor encarniçado, não respeitando os foros da liberdade do Brasil, quando despoticamente e a força d'armas aboliu a Assembléia Geral Constituinte da Nação inteira, prendendo, degradando ainda para reinos estrangeiros, e despedindo com ignomínia os seus representantes, arrogado a si o direito absoluto de legislar e constituir por si, como se viu do infame projeto de Constituição, que não só deu mas também mandou arbitrariamente jurar por todas as câmaras das províncias do Brasil, reputando-nos escravos ou propriedade sua, contra suas promessas e juramentos. Que além de todos estes motivos do mais descarado despotismo, acresciam mil traições visivelmente aparecidas nos seus decretos, alvarás, avisos, manifestos e proclamações com que pretendia sujeitar-nos novamente ao domínio português; não cumprindo assim com as obrigações essenciais pelas quais havia subido ao trono. Atentas pois tantas circunstâncias de justo ressentimento dos povos (concluiu o Sr. Presidente) que a pátria estava no maior perigo e era necessário salvá-la do cativeiro apesar de todos os sacrifícios da parte de seus filhos, pelo que o conselho deliberasse, lançando mão de meios os mais prontos e enérgicos, e mais plausíveis da sua segurança: e assim apresentou o sr. presidente um plano de nova forma de governo, para ser discutido livremente com imunidade de pessoas e de opiniões

para ser ou não aprovado pelo congresso. E com efeito, foram lidos doze artigos e a leitura de cada um deles ressoava de todas as salas, cheias de gente apinhadas, vivas aclamações de apoiado e um prazer geral se divisou no semblante de todo o congresso, dando-me uns a outros os parabéns de sua mútua felicidade. Logo que foi aprovado geralmente o plano oferecido, propôs o Sr. Presidente que o grande Conselho elegesse presidente e secretário para assistirem às suas sessões na discussão da matéria sem coação dos votantes, mas o congresso uniformemente elegeu o mesmo Sr. Presidente Tristão de Alencar Araripe para presidente e para secretário do grande conselho ao Padre Gonçalo Inácio de Loiola Albuquerque e Melo Mororó. Desceu o Presidente desarmado, assim como tinha assistido ao ato com o sr. governador das armas e grande parte d'assembléia para os quartéis da tropa de primeira linha, onde igualmente se achou o senado da câmara desta cidade com o novo estandarte da liberdade, já por ele de antemão preparado, e depois voltando todos se dirigiram com o Sr. Presidente no centro da tropa, para a igreja a render ações de graça ao Soberano autor da nossa felicidade, e aí benzeram-se as bandeiras, e o sr. governador das armas foi pessoalmente entregar uma ao corpo da tropa reunida. No fim de um elegante discurso oratório patriótico recitado pelo reverendo vigário da vila de Arronches, cantou-se um solene *Te-Deum* ficando adiado para hoje o juramento dos Santos Evangelhos, cujo teor é o seguinte:

Eu F. juro aos Santos Evangelhos voluntária e solenemente defender e guardar a Religião Católica Apostólica Romana. Juro dar a última gota de sangue para manter e ser fiel à Confederação do Equador, que é a união das quatro províncias ao norte do cabo de S. Agostinho e as demais que para o futuro se forem unindo debaixo da forma de governo que estabelecer a Assembléia Constituinte. Juro fazer guerra ao despotismo imperial, que pretende usurpar nossos direitos, escravizar-nos e obrigar-nos a fazer ainda a união do Brasil com Portugal, a qual jamais admitiremos por nenhum título que seja. Juro enfim a fazer guerra eterna a todo despotismo, que se opuser à liberdade da nossa pátria e igualmente juro obediência ao Governo Supremo Salvador; assim Deus me ajude. E reunidos todos novamente na sala do governo com efeito prestaram o juramento na forma acima dita em o livro dos Santos Evangelhos apresentado pelo Sr. Presidente, o qual recebeu e prestou primeiro que todos nas mãos do primeiro conselheiro do governo o Exmo. Sr. Joaquim de Paula Galvão. E tudo para constar mandou o Exmo. Sr. Presidente lavrar a presente ata, autorizando-me para o fazer, no impedimento do secretário do governo o Padre Gonçalo Inácio de Albuquerque Mororó, na qual todos assinarão com a competente nota. Palácio do Governo em Grande Conselho provincial aos 27 do mês de agosto de mil oitocentos e vinte e quatro, 3º da Independência e 1º da Liberdade e Confederação do Equador. Eu, Francisco de Paula Andrade, 2º Oficial da Secretaria do Governo a escrevi

— Tristão Gonçalves de Alencar , Presidente — Coadjutor Joaquim de Paula Galvão, conselheiro — coronel José Félix de Azevedo e Sá, conselheiro — vigário Antônio José Moreira, conselheiro — coronel José Inácio Gomes Parente, conselheiro — vigário Manuel Pacheco Pimentel, conselheiro — governador das armas José Pereira Filgueiras — Francisco Miguel Pereira Ibiapina, escrivão-deputado — Miguel Antônio da Rocha Lima, Ouvidor interino da comarca do Ceará — Gonçalo Inácio de Albuquerque Mororó, secretário do governo — Bernardino Lopes de Sena, ouvidor do Crato — José Cassiano Freire de Castro, capitão adido ao estado maior e ajudante d'ordens do Presidente". Seguem-se mais 439 assinaturas.[133]

No dia imediato presta o juramento de adesão o Grande Conselho e a 28 instala-se o Colégio Eleitoral para eleger os deputados do Ceará ao Congresso Federativo de Pernambuco. Recai a maioria dos sufrágios no Padre José Martiniano de Alencar; em Luís Pedro de Melo César que fora Secretário da expedição de Caxias; José Francisco de Gouveia Ferraz (do Crato, expedicionário de Caxias); José Ferreira Lima Sucupira (ordenou-se posteriormente); Francisco Miguel Pereira Ibiapina, Joaquim da Coata Alecrim, Padre Manuel Pacheco Pementel e Padre José Costa Barros Jaguaribe.

A 3 do mês seguinte, partem os eleitos em demanda do Recife, mas começa para a novel República o desagregamento, o seu rolar para a rocha tarpéia.

Será de interesse pintar parte do quadro de dor e sangue dessa queda com as tintas de sabor quase contemporâneo, que são as impressões de Brígido, nascido em 1829 e crescido menino e feito homem ao contacto do meio físico e social envoltório de tão pungentes fatos: "Tristão tinha combinado com Filgueiras uma expedição à Paraíba, onde se dizia estar preso Luís Rodrigues Chaves e serem reclamados socorros do Ceará. Também deviam ser escoltados até Pernambuco os deputados que tinham de tomar parte, pela província, em um congresso que ali se devia reunir, com o fim de dar uma constituição à República do Equador.

Para efeito de organizar a expedição Filgueiras partiu da Capital, vindo adiante como seu diretor o Padre Alencar, e alguma tropa de linha, oficiais, armas e munições.

No dia 23 de setembro de 1824, passaram eles no Icó, de marcha para o Crato, onde Tristão, desde agosto, fazia chegar ótimo armamento.

Filgueiras era apenas chegado a seu sítio "São Paulo", e começavam os preparativos da expedição, quando se soube das desordens, no dia 28, no Jardim.

Antônio Francisco de Melo, procurador da Câmara dali, residente em Porteiras, onde dominava o povo rude e assassino daquelas paragens, de acordo com Miguel Torquato Bezerra de Bulhões, o sogro deste, Matias Francisco de Amorim, Manuel Tavares Muniz, Manuel João de Campos

e João de Caldas Campos, influentes realistas mui poderosos, na ausência de seu chefe o vigário Antônio Manuel, que se achava em Pernambuco, atacou de surpresa a vila com cerca de trezentos homens e assassinou Leonel Pereira de Alencar, seu filho Raimundo, o Tenente-Coronel Bandeira e José da Costa Sozinho, membros preeminentes do partido republicano, o primeiro dos quais, tinha, há pouco, chegado da capital, onde tomara parte nas deliberações do Grande Conselho.

Este caudilho, tendo cometido muitos outros excessos, se fez árbitro da vida e fortuna das famílias dos infelizes, as quais abandonaram suas casas e se fizeram aos matos.

Na noite do dia 29, tocou-se alarma no Crato, e à meia-noite todas as tropas que ali existiam, o batalhão 32 de caçadores de 2a. linha, de que era comandante Tristão, e interinamente o major Pedro José de Carvalho Borborema, e pessoas que se puderam reunir, marcharam a se encontrarem com Filgueiras, que formava em seu sítio uma numerosa corte de milicianos.

Iam com ele Alencar, Alexandre Francisco Cerbelon Verdeixa e José Calixto Teles de Meneses (desembargador), instrutor do batalhão 32, e muitos outros indivíduos influentes da época.

Estas forças, formando um pé de exército numeroso, partiu do, "São Paulo" na manhã do dia 30, passou o meio-dia na Serra-do-Mato, e à noite foi acampar na quebrada da serra do lado do Jardim.

José Vitoriano Maciel, com a gente de ordenanças e outras forças que pode reunir, partiu do Crato, na manhã do dia 30, em direção ao Jardim, pelas "Cacimbas", onde pernoitou, devendo atacar a vila pela descida do "Croatá", enquanto Filgueiras o fizesse pela descida da "Cabeça-do-negro".

Na tarde do dia 30, a vanguarda do exército de Filgueiras, ao mando de José Tavares da Silva e outros, tinha já forçado o desfiladeiro e batido os postos avançados dos imperialistas aí fortificados, matando e prendendo a todos que encontrou, abrindo caminho ao grosso exército, que penetrou na vila na manhã do 1º de outubro, sem mais dar um tiro, e levando consigo os prisioneiros.

Amorim, Torquato, Antônio Francisco e todos os realistas tinham abandonado a vila.

A resistência pelo lado do "Croatá", também foi nenhuma. Limitou-se a uma escaramuça entre a guarda avançada de José Vitoriano, ao mando de Antônio José Batista, à morte de alguns realistas da guarnição e à prisão de outros; e poucas horas depois da chegada de Filgueiras esta coluna entrou também no Jardim.

Foi cruel o procedimento dos republicanos com os prisioneiros. Metiam-nos em um quadrado, e os espancavam a cacete até expirarem; depois arrastavam-nos pelas pernas e os atiravam dentro da matriz para serem sepultados.

Foram muitos os que assim pereceram; nenhum sobreviveu ao suplício.

Verdeixa, que veio a ordenar-se depois, distinguiu-se muito nesta carnificina. Ele mesmo aplicava o terrível castigo das pauladas.

Esta reação foi bárbara. Muitos dos assassinos do dia 28 ficaram mortos!

Filgueiras demorou-se poucos dias no Jardim. Os Expedicionários tinham ido com a camisa do corpo. Voltou, deixando um destacamento de 50 homens, e o comando da vila ao sargento-mor Antônio Geraldo de Carvalho, cunhado de Leonel.

Este homem pretendeu prender a Torquato, e fez algumas marchas em sua procura; mas não o encontrou. Voltando ao Jardim, com o fim de chamar à ordem a população, novamente saiu da vila, com 30 homens em direção a Porteiras.

Chegando à Salva-terra, deixou a força e seguindo apenas com 7 homens, a pequena distância, quando descansava em uma casola, foi atacado por Luís Ferreira de Melo, que conduzia um numeroso grupo de assassinos.

Fez uma resistência desesperada contra toda a multidão, ele só com um afilhado: e tendo perdido este companheiro, sem forças mais para bater-se e todo ferido, saiu da casa em que se defendia, cruzou os braços, recostou-se à parede e fechando os olhos, deixou-se fuzilar com uma paciência e sangue frio admirável!

Ele só com sua arma, tinha morto muitos. No entanto, seus 6 soldados, esmorecidos e ocultos em um paiol de algodão, deixaram-se matar a faca sem dar um só tiro! (15 de outubro).

Quando este acontecimento se deu, Filgueiras já tinha partido para Pernambuco. Tem-se ignorado o dia desta marcha, mas em verdade ela foi de 8 a 10 de outubro de 1824.

O exército expedicionário era de perto de 2.000 homens, das melhores tropas.

O caminho foi a ribeira do Salgado, daí em direção ao Umari, onde Filgueiras se demorou, destacando Calixto com um corpo de exército em demanda da Santa Maria.

Calixto estava já a um dia de viagem de Santa Maria e já de marcha (ignora-se para onde), quando recebeu a notícia do massacre do corpo de guerrilhas do capitão Maximiano Rodrigues dos Santos (Maxi), o qual tendo saído do Crato com cerca de 200 homens, formando a guarda avançada do exército republicano, se tinha atirado ao caminho a matar, incendiar e roubar, sem que dele houvesse mais outra notícia, que os destroços que assinalavam sua passagem.

Passando em Santa Maria, havia tomado uma carga de aguardente, e seguira.

Na Picada, quando sua gente estava toda ébria e debandada, de súbito, foi atacado pelas tropas de José Dantas Rothéa e Joaquim Pinto Madeira, ao mando do português major Luís José da Cunha, que o meteu entre dois fogos e obrigou a se entrincheirar na casa e currais que ocupava. Aí, tal foi o seu descaso e surpresa, que acometido a ferro frio, pereceu com toda sua gente, escapando 5 indivíduos!

Um fugitivo, correndo a cavalo em desfilada, tinto de sangue da cabeça aos pés, assomou no caminho, que Calixto levava, e surpreendeu os expedicionários com a terrível visão e a narrativa do sucesso, mais trágico ainda!

Calixto, ao saber deste acontecimento, retrocedeu a sua marcha e seguiu para a Picada, bem resoluto a vingar Maxi e a seus companheiros.

Chegou à noite a este sítio. Mas só dois indivíduos encontrou. Eram um acutilado, que se salvara debaixo dos cadávares, que tantos eram na casa e nos currais, que estavam aos montes, e um outro indivíduo do mesmo modo ferido.

No dia seguinte, fêz-se de volta, em procura de Filgueiras, a quem achou acampado, neste momento, na Boa Vista. Suas forças tinham tido dois grandes tiroteios no Umari e Tabuleiro Grande, com as tropas de Joaquim Pinto e realistas do Rio-do-Peixe.

Imbecil! Ocupava-se em fazer cartuchos no meio dos soldados e oficiais do exército!

Da Boa Vista, o exército, formando um só corpo, sempre precedido da cavalaria, avançou até o Brejo-das-Freiras, onde o veio encontrar um emissário de Tristão, trazendo uma bandeira para o Batalhão 32 e cartas para Filgueiras.

Não sei se alguma contra-ordem de Tristão, se a fraqueza de Filgueiras em frente das dificuldades que lhe punham os realistas, que o vigiavam de perto, ou se o fantasma da Picada, o levaram a regressar.

Ele fez-se de volta, com todo o exército, para a Boa Vista, daí para o Abraão, e no dia 23 de outubro estava no Icó, em contra-marcha para o Cariri.

Foi durante sua pequena demora, que se deu o fato do saque da casa de José Pinto, de que V. Sa. me fala.

No dia 24, uma grande avançada deste exército bateu-se em marcha, com as forças realistas, perto do Boqueirão, e no dia seguinte, todo o exército ocupou Lavras, hasteando de novo a bandeira republicana, que tinha sido derrubada.

Aí, abandonou Luís Pedro, furtivamente, o exército: o que foi para os republicanos um motivo de escândalo. Desta saída foi para o Piauí, viagem em que foi assassinado. Era uma das glórias do partido liberal da província pela sua capacidade.

Foi também nas Lavras que se uniu ao exército o Major Francisco de Arruda Câmara e seu irmão o cadete Belarmino de Arruda Câmara,

ao primeiro dos quais foi desde logo confiado o comando de todo o exército. Parece estarem vindo fugitivos de Pernambuco para Quixeramobim.

È preciso dizer-lhe que, enquanto Filgueiras andava por aí, dando espetáculo de sua inépcia, Francisco da Fonseca, com seus cabras da serra de São Pedro, José Vitoriano, verdadeiro Caim do Cariri, e até Antônio Martins de Almeida, parente de Filgueiras, a quem fora confiado o comando do Crato, fizeram no dia 23 de outubro uma contra-revolução, plantando de novo aqui a bandeira de D. João VI, diziam eles que por não terem outra!

Ao mesmo tempo, um troço das forças que faziam frente ao exército republicano, algumas das quais parece terem tomado parte na matança da Picada, conduzido pelos portugueses Porto e Luís José, do Rio-do-Peixe, com José Dantas Rothéa e Gabriel José de Figueiredo, de Milagres, e outros, aproximou-se do Jardim, e, fazendo junção com alguns grupos dispersos, entrou na vila e executou diversas crueldades.

O vigário interino, padre Estevão José da Porciúncula,ex-secretário de Filgueiras, muito conhecido por alguns belos sonetos, dedicados a Filgueiras e a Manuel Inácio de Sampaio em 1817, foi cercado na ocasião em que dizia missa em sua matriz e, daí arrancado, sofreu morte ignominiosa, sendo seu cadáver castrado e deixado no meio das ruas, aos insultos de uma cabraria bêbada, assassina e andrajosa, que metia horror. Essas gentes fizeram do Jardim seu receptáculo.

Daí, reforçado por Torquato, Amorim e outros, imperialistas sem forma alguma de corpo do exército, mas em grupos à mercê de si mesmo, matando e pilhando pela estrada, vieram fazer sua entrada no Crato, no dia 25 ou 26 de outubro.

Não ficou no Crato senão uma casa cujas portas não foram derribadas. Tudo mais foi esbandalhado, a matriz ficou limpa de jóias e alfaias; as toalhas, as vestes sacerdotais, tudo foi roubado. As famílias fugiram espavoridas e ninguém ousou voltar à vila.

Tal foi a malvadeza e o desatino desta gente, que não poupou os próprios imperialistas do Crato.

Daí começou entre uns e outros tal aversão que nunca mais se entenderam.

Francisco Pereira salvou nesta ocasião muitas vidas, sujeitando-se a todas as humilhações por que quiseram fazê-lo passar. Bandos saídos da vila roubaram os sítios vizinhos, e José Pedro Nolaço de Carvalho, pai de Borburema, foi assassinado com outros.

Espoliados e mortos foram muitos nessa ocasião.

Caminho do Icó, Filgueiras encontrou nas Emboscadas as primeiras partidas desses bárbaros, que deixavam o Crato.

Sendo conhecidos, Calixto com alguns camaradas tomaram a divisa, que os imperialistas costumavam trazer, e com ramos verdes, avançaram de manso a parlamentarem.

A estratégia aproveitou, tendo Calixto passado impunemente, voltou contra eles as armas e, metendo-os entre dois fogos, os prendeu e desbaratou. Essa é a terrível posição das Emboscadas, que José Mariano tanto temeu em 1832.

À pequena distância, foi encontrado o grosso dos imperialistas, que ocupavam toda a linha, desde Cachoeira até Missão Velha.

Empenhou-se então novo fogo que, começando logo pela manhã, foi terminar ao meio-dia dentro da povoação, depois de uma luta encarniçada.

Uma pequena força de primeira linha do Brejo-de-Areia, que fazia guarnição da povoação, voltou as suas armas contra os imperialistas, e muito concorreu para o sucesso da jornada.

Houve uma matança cruel nos fugitivos, a quem os republicanos não deram quartel.

Um cadete coxo que se tinha unido à força republicana, de nome Jesuíno, homem terrível e sanguinário, mandou fuzilar no alto do Rosário, fora das vistas do quartel general, 18 indivíduos que tinham sido presos nas Emboscadas.

Só um logrou escapar, porque, estando todos amarrados com relhos, uma das primeiras balas lhe cortou as ligaduras. Todos os outros, assim amarrados, ficaram no campo, passados de balas.

De Missão Velha, toda a força seguiu para o Crato. Filgueiras foi primeiro a seu sítio "São Paulo".

Ao aproximarem-se as forças republicanas, um acampamento de imperialistas, que estavam na estrada que conduz de Missão Velha ao Crato, foi abandonado, e os republicanos o pilharam no pouco que havia, pois esta gente não conduzia muita cousa mais que a sua clavina.

Borburema tinha sabido da morte do pai e, armado duma granadeira, matava a quem quer que encontrava, querendo, dizia, vingar a morte dele.

Francisco Pereira, não tendo forças capazes de fazer frente ao exército republicano tinha abandonado o Crato fazendo-se forte em seu sítio "Barateira", para onde conduzira padre Carlos, irmão de Alencar, o pai deste e alguns parentes, presos políticos, que tirara da cadeia.

Na manhã seguinte à ocupação do Crato, partiu Borburema com o alferes Canuto José de Aguiar, levando uma força respeitável para batê-lo.

Francisco Pereira e José Joaquim Teles defenderam-se algum tempo, mas as forças republicanas passaram o ribeiro e do outro lado os bateram completamente, pondo-os em fuga com perda considerável.

O exército republicano estava forte em número, em armamento e em disciplina: desmoralizado, porém, pelo desânimo e desacordo dos chefes.

Ao chegar, achando-se arvorada a bandeira portuguesa, Jesuíno a derribou. Mas Filgueiras quis que não se hasteasse o pavilhão republicano e que em seu lugar se colocasse a bandeira imperial. Muita gente era deste partido, sobretudo a tropa de linha.

Originou-se daí um conflito tal, que por momento correu perigo de irem às mãos as tropas de linha com as de milícia.

Venceram, porém, os exaltados e subsistiu o pendão republicano.

Os expedicionários não tinham mais confiança no futuro de sua causa, e, antevendo o perigo, não ousavam fiar-se uns dos outros.

Se se fizesse uma debandada, era certo que uns prenderiam os outros, para se justificarem; a contra-revolução da Capital, do Icó e mais pontos já era conhecida. Da sorte de Tristão, a sós, abandonado e sem recursos, ninguém se ocupava; cada um cuidava da própria segurança e de fugir sem rumor. E poucos eram os espíritos que restavam inabaláveis.

Filgueiras tinha saído do seu engano de andar ao serviço do Imperador, e estava horrorizado de ser republicano. Falava em ir-se justificar aos pés do trono.

Nestes termos, Alencar lembrou que deviam passar ao Exu. Era seu plano, como depois confessou, ganhar o seio de sua família e evitar que fosse preso no Crato em uma debandada.

Todo o exército fez-se de marcha, largando o Crato ao segundo ou terceiro dia de sua chegada, e Francisco Pereira o ocupou de novo.

Mesmo o Crato não oferecia segurança. A vila, como vimos, estava completamente desmantelada e cercada de grupos de imperialistas, que faziam não haver o menor trânsito e comércio, faltando até víveres para as tropas.

No meio dos desertos do Araripe se mandou fazer alto, e Alencar, depois de uma breve arenga, declarou que estava dissolvido o exército, e lícito era a cada qual tomar o caminho que lhe parecesse.

Houve uma cena de confusão, choro, inquietação, desespero, raiva e exaltamente. Todas as tropas de linha, tendo à sua frente Canuto e o alferes Matias, regressaram ao Crato, e se vieram unir aos imperialistas.

As demais tomaram direções diversas. Cerca de mil homens perfeitamente armados, Alencar e seus parentes, Filgueiras, seu filho e genro, os dois Arrudas, José Francisco de Gouveia Ferraz, Joaquim Antão e seu irmão, e muitos outros comprometidos prosseguiram a marcha para o Exu.

Ao chegarem à ladeira, atiraram o armamento em um abismo, que lhe está contíguo, e ocuparam a povoação, onde eram esperados.

Aí, houve nova dispersão no resto dos fugitivos republicanos.

Filgueiras no seu propósito de ir até ao Rio de Janeiro, e receando ser preso por outrem que o maltratasse, foi entregar-se, com os de sua família, na Taboca, ao Capitão Reinaldo de Araújo Bezerra, seu antigo companheiro de armas, mulato, irmão de Manuel Rodrigues, da fazenda Abraão, nesse tempo.

Reinaldo fugiu de medo ao aproximar-se Filgueiras.

Muito instado, porém, e aliciado, voltou à casa, recebeu-o como prisioneiro e partiu para o Rio, por Minas.

Sempre receando dele, às escondidas mandava dispor gente adiante para i-lo sucessivamente escoltando, por bons modos.

Chegados a S. Romão, a autoridade dali tomou conta de Filgueiras e lhe tendo posto um par de algemas, tal foi o seu despeito e raiva, que não mais comeu, nem falou, e ao cabo de três dias espirava!

Filgueiras Filho e seu cunhado Muniz, em companhia de Reinaldo, chegaram à Corte, foram perdoados e voltaram para a capital, onde Muniz faleceu.

Alencar seguiu outro rumo.

Tomou cem homens, e se propôs a ir a Bahia, seguindo a estrada de Cabrobó.

Não achou porém, embarcações para atravessar o rio São Francisco e, dispersando a comitiva, voltava para o Exu em companhia de alguns parentes, quando abalroou com as tropas de Manuel Nunes (ora comandante superior de Boa Vista), cujos soldados lhe mataram um companheiro, seu parente, Manuel Antão, e fizeram-no fugir.

Perseguido, foi preso e conduzido à presença de Manuel Nunes, que não só o amparou, mas desde esse momento o defendeu, até fazê-lo partir com toda segurança para o Rio de Janeiro.

Aqui começa uma série longa de assassinatos e roubos, cometidos em nome do Imperador, cousa atroz, capaz de meter horror.

As partidas de legalistas assaltavam todos os esconderijos, penetravam a província limítrofe de Pernambuco e matavam os emigrados liberais, que lá encontravam.

Muito se distinguiu nestas correrias Joaquim Pinto Madeira, e querem que Leandro Bezerra, seu padrinho e seu amigo, não fosse estranho a algumas das suas crueldades.

Bandos saídos do Jardim prenderam nas caatingas de Pernambuco a Inácio Tavares de Benevides e, amarrado, o trouxeram para a vila, onde fizeram-no passear ligado com duas cordas, puxado pelas quais caía, ora de bruços, ora de costas. Depois de assim martirizado, moeram-no a cacete e lançaram-no em uma fogueira adrede preparada, onde morreu dando gritos de dor que eram respondidos pelas vaias da canalha!

Pouco depois, entrou igualmente preso um negociante das Alagoas, conhecido por Manuel de Oliveira Mataquari, o qual, depois de experimentar igual tratamento, foi também queimado vivo, restando no meio da rua o seu cadáver mal carbonizado, até que os cães o devoraram! A longa série de assassinatos não se pôde acompanhar.

No dia 16 de novembro, Agostinho, José do Vale e Costa Braga, de São Mateus, ocupavam o Crato por sua vez.

Já tinham feito a carnificina do Icó, conhecida por execuções da Comissão Matuta.

Fizeram aqui jurar a constituição e se retiraram, a fim de enfrentarem com Félix Antônio, no "Juiz", depois do dia 22 de novembro.

O Padre Alexandre Francisco Cerbelon Verdeixa foi um dos signatários do juramento à constituição!

Dizem que a intriga de Joaquim Pinto com Agostinho data desta época, sendo causa ter ele obrigado Agostinho a restituir a um seu protegido uma besta, que lhe tinha sido furtada.

Já ia esquecendo dizer-lhe que Filgueiras entregou-se a Reinaldo, na Taboca, depois do dia 13 de novembro; pois que este, naquele dia, assistiu no Crato ao juramento à constituição.

Releva também dizer-lhe que Matias, Canuto e toda a força de linha seguiram com Agostinho para o Juiz, onde teve lugar a capitulação das forças republicanas, perseguidas, desde as proximidades do Recife, pelos legalistas ao mando do Major Lamenha (Bento José Lamenha Lins).

Não há idéia de uma retirada mais heróica, do que a da gente chamada de Casumbá sob as ordens de Félix Antônio. Cortados da fome e sem mais esperanças, visto a dispersão dos republicanos do Crato, convieram aqueles bravos em se entregarem, e dali seguiram presos para Recife Caneca (Frei Joaquim do Amor Divino Caneca) e outros, para serem entregues às mãos do carrasco.

Nem as vítimas, nem os algozes tiveram culpa de tantas atrocidades. Quando um povo toma outro caminho, começa por se atropelar.

Todos vinham, além disto, da má escola da força, para tão depressa terem noções dos direitos alheios, terem idéia melhor do respeito que deviam à segurança e à opinião dos adversários."*

Aquele Major Luís Rodrigues Chaves, paraibano, emissário de Tristão junto a Carvalho Pais, viu-se aprisionado no caminho e em troca da liberdade recebeu, já no Recife, a incumbência de voltar ao Ceará e ajudar a contra-revolução. Tropas imperialistas, pelo general Francisco de Lima e Silva lhe foram postas à disposição e com elas chegou ao Aracati, tomou conta da vila, com a mole conivência do republicano Antônio Ricardo Bravo Suçuarana, e aí instalou um governo temporário — 13 de outubro.

Avisado dessas deserções, o Presidente revolucionário, no dia 17, marcha rumo ao Jaguaribe, confiando a administração da Província ao conselheiro José Félix de Azevedo e Sá. Com relativa facilidade retoma a vila, pondo em fuga Rodrigues Chaves, mas, sabendo do desbarato da República em Pernambuco e da chegada de Lord Cockrane a Fortaleza, com a capitulação de José Félix e do povo da Capital, procura a solução mais lógica, a de reunir-se a Filgueiras no sul da Província, ainda inciente da vicissitudes deste naquela região. Recusara, briosamente, o oferecimento de perdão do almirante.

---

*Carta de Brígido a Pedro Théberge, de novembro, de 1855, datada do Crato. Publicada em BRÍGIDO[36]

Seguiu pelas margens do rio, porém os seus soldados o acompanhavam de ânimo acovardado, diminuindo de número em sucessivas defecções. Estava, não havia dúvida, desarticulada a sonhada Confederação. O selo maior da desdita foi a morte do cabecilha herói e idealista (31 de outubro), na várzea ressequida de Santa Rosa, escombro daqueles tão acendrados anseios de liberdade.

Sozinho em campo, trucidaram-no os homens brutos de José Leão Pereira da Cunha, seu antigo comandado da expedição de Caxias contra Fidié e hoje inimigo rancoroso. Cortaram-lhe uma das orelhas, mutilaram uma das mãos e puseram o corpo insepulto, espectralmente, numa árvore, no mais repugnante dos escárnios.

O sombrio colorido da cena traz-nos Tomás Lourenço da Silva Castro, que a ela assistiu: "Quem escreve estas linhas viu o seu cadáver em pé, recostado a uma jurema. Seco e esmurrado estava ele, o peito varado por uma bala, que se via de um a outro lado como por um óculo, os braços abertos, a mão direita golpeada, ficando suspensa e caída por terra, e com outro golpe na nuca.

Nesta ocasião presenciaram não menos de 300 pessoas o Ajudante da Fortaleza, e depois Capitão, J.P.L., pegar-lhe a mão cutilada e pronunciar, com todo o cinismo as seguintes palavras: V. Exa. com esta mão foi que assinou a sentença para ser eu fuzilado? Empunhando uma grande faca, com a ponta dela lança em terra o cadáver e depois, pegando no mesmo cadáver, o coloca no lugar em que estava.

Não satisfeito ainda, custa a crer, corta-lhe o resto do membro! É verdade o que refiro, e sinto referi-lo. E juro por alma de meus pais, e por tudo quanto há de mais sagrado que, tanto eu como o Padre Monteiro, capelão da força, reprovamos tão feio e indigno procedimento. Não é assim que se procede com os mortos. Não me recordo do que disse mais. Logo que cheguei ao acampamento, comuniquei ao Chaves (o referido Luís Rodrigues Chaves), que comandava a força, e este, fora de horas, deu sepultura, na capela de Santa Rosa, ao cadáver do mártir T.G. de Alencar Araripe".[182] (v.2, p.27)

Não ficaria nisso a vindita imperialista.

Novos peitos iriam ser furados de bala, no cumprimento de sentenças iníquas.

Decreto Imperial de 5 de outubro estendera ao Ceará as atribuições da Comissão Militar criada para, sumariamente, julgar os implicados na rebeldia. Para o Ceará veio uma a que presidiu o Tenente-Coronel de Engenheiros Conrado Jacó de Niemeyer. Outros componentes, o Bacharel Manuel Pedro de Morais Meyer, como relator, o Major Gervásio de Queirós Carreira, e os Capitães Luís Maria Cabral de Freire, João Sabino Monteiro e João Bloem. Nenhum cearense, deve ser registrado.

As decisões da Comissão valem como uma ceva de ódios. Começam os trabalhos a 22 de abril de 1825 e rapidamente se escrevem as conde-

nações: o Padre Mororó, João de Andrade Pessoa Anta, Francisco Miguel Pereira Ibiapina, Feliciano José da Silva Carapinima, Luís Inácio de Azevedo Bolão, Frei Alexandre da Purificação, Antônio Bezerra de Sousa e Meneses e José Ferreira de Azevedo sofreriam a pena de morte, por terem sido adeptos do "malvado sistema republicano".

O pátio ou campo de pólvora, depois Passeio Público ou Praça dos Mártires, de Fortaleza, seria o palco da tragédia, erguida no meio a forca infame, que não funciona à falta de quem, "na conformidade da lei ou por contrato", concordasse fazer de carrasco.

Ordena-se, então, que os passem por armas: Mororó e Pessoa Anta a 30 de abril, Ibiapina a 7 de maio, Bolão a 16, Carapinima a 28.

Decreto do Imperador, de 23 de julho, manda suspender as outras execuções capitais. Assim procedia Sua Majestade "por efeito dos paternais sentimentos do seu coração, sempre propenso a enxugar as lágrimas de todos os seus súditos".

Em degredo para o Rio Negro, no Amazonas, converteu-se a punição de Frei Alexandre, Sousa e Meneses e Ferreira de Azevedo. Sousa e Meneses antecipa a amargura dando a alma ao infinito, antes de suportá-la.

Um foi morrer de trabalhos forçados no Fernando de Noronha — Alexandre Raimundo Pereira Ibiapina, filho de Francisco Miguel.

Afirmou Joaquim Catunda, sempre chumbado ao ceticismo, que a República morreu pela incapacidade *nativa* da raça para qualquer regime de liberdade política.

Não foi. A Confederação espatifou-se porque a "raça" não estava devidamente educada para compreender o idealismo dos seus líderes. Faltava-lhe integral consciência do verdadeiro sentido da insurreição. Bronca, ignorantes de idéias melhores, metida nos matos em sua faina rudimentar, criando bois ou plantando de enxada, não podia sentir, ainda, os eflúvios do alto pensamento regenerador que movia os dirigentes paladinos.

Só os arrastavam, esses menos instruídos, à "raça", a emulação, a admiração pela bravura dos protagonistas; o espírito de aventura e, para muitos, o mísero interesse de um ganha-pão.

Serviu a República de 24 para gravar na pedra dos nossos fatos políticos letras imorredoiras.

O sangue dos sacrifícios de Santa Rosa e do Passeio Público autoriza-nos, indiscutivelmente, essa vaidade cívica.

11.3. ABRILISMO

Mal se refazia a Província de tantas lutas e da seca de 1825 e posteriores invernos maus, quando em 13 de maio de 1830 ancorou no porto de

Fortaleza o brigue inglês "Atlas", trazendo o anúncio da abdicação de Pedro I.

Viu-se, então, quanto era impopular o jovem Imperador, em virtude de suas preferências pelos portugueses, principalmente a que se ligava à organização do ministério de 5 de abril. As suas declarações de que nada desejaria fazer pelo povo, embora estivesse pronto a tudo para ele fazer, cavaram o descontentamento.

Tão logo se soube daquela renúncia, explodiu o sentimento de reação e no mesmo dia da chegada da notícia prepararam os patriotas, à noite, um comício no Campo da Pólvora e puseram por terra, a machado, a forca ali erguida pela Comissão Militar e destinada à execução dos mártires da República do Equador.

No interior, como na capital, fizeram-se manifestações entusiásticas, plantando-se em muitas localidades árvores comemorativas, chamadas "árvores da liberdade", e rezava-se *TEDEUM* votivo pela felicidade do rei-criança — Pedro II, em favor de quem se dera a abdicação. *Le roi est mort, vive le roi!*

O Vice-Presidente Castro e Silva não cessava de expedir ofícios recomendando calma e respeito aos afeiçoados do monarca abdicante, mas ainda não estavam bem fechadas as feridas morais dos que haviam sido vítimas das desgraças de 1817 e 1824.

Os choques de ressentimento não tinham corretivo, e não tardaram a tomar aspecto de verdadeira anarquia, em particular no Cariri, onde a figura de Joaquim Pinto Madeira*, herói matuto de refregas passadas e residente no Jardim, era visada por inimigos rancorosos. Tinham estes conseguido da Regência (4 de julho) a cassação do Decreto de 1º de outubro de 1827, que o elevara ao posto de Coronel do Batalhão nº 78 de Caçadores de 2a. linha do Exército, sob o pretexto de ter sido "ilegalmente promovido", e no Crato crescia o ódio ao destemido cabecilha. "Alguns — escreve Irineu Pinheiro — enciumados da importância do caudilho caririense, que o povo apelidava Governador do Centro, esforçavam-se por afastá-lo do campo político, fosse como fosse".

Necessário se tornou que o governo enviasse àquele região o seu Comandante das Armas, Tomás Antônio da Silveira, sem, no entanto, nada lograr em benefício de uma pacificação razoável. A ação dos denominados "cabras", reputados por Silveira "perfeitos cossacos, que não temem a lei e a religião", inquietava, de mais a mais, as autoridades e o próprio Comandante das Armas, sugeria a urgência de colocar-se na vila do Crato, "como a mais arriscada a qualquer tentativa dos jardinenses, uma força de 60 praças de primeira linha comandada por oficial de conceito".

Castro e Silva, em 7 de outubro, passara a Presidência ao 2º Vice-Presidente João Facundo de Castro Meneses e este, por sua vez, ao outro

*Sobre Pinto Madeira, leia-se MONTENEGRO[108], PINHEIRO[142]

Vice, Manuel Antônio da Rocha Lima, que ordena ao Ouvidor do Crato proceda a uma devassa contra os habitantes do Jardim. Constituiu essa determinação "ato de extrema imprudência que acabou por provocar o conflito entre as duas localidades caririenses, de relações políticas já muito tensas".

Pinto Madeira, partidário dos restauradores, diante de tantos fatos desagradáveis, quis deles afastar-se, porém cedeu às instâncias do vigário do Jardim, Padre Antônio Manuel de Sousa, que lhe prometia o apoio de todo o seu prestígio. Mais por estes motivos de ordem local, do que por intuitos de patriotismo teria preferido lutar.

Nascem daí as hostilidades, aliciando ambos grossos contingentes de sertanejos que, à falta de armas de fogo, em grande parte se muniam de cacetes, em cujo manejo eram afamadamente amestrados. Antônio Manuel ia-nos benzendo aos montes e distribuindo-os, originando-se daí o apelido de "Padre Benze-Cacetes".

Para comandar esse numeroso exército de quase 2.000 homens fora designado Francisco Xavier de Sousa, mas como não estivesse este à altura do comando, assumiu-o o próprio Pinto Madeira, que marchou contra o Crato (23 de dezembro), ao ter ciência de que os legalistas cratenses se preparavam para fazê-lo em relação ao Jardim. No dia 27, perto da Vila de Barbalha (Sítio Buriti), verificou-se o encontro dessas tropas, a do Crato, dirigida pelo Tenente Luís Rodrigues Chaves, que sofreu total derrota, penetrando Joaquim Pinto, sem nenhuma resistência, na capital caririense no dia seguinte, e sem poder evitar que os seus soldados saqueassem e cometessem muito desatino. Um troço deles, sob as ordem de Francisco Xavier Matos (vulgarmente conhecido por Veneno), matou o governista José Pinto Cidade, e esta morte serviria, mais tarde, de razão para o fuzilamento de Pinto Madeira.

Céleres, chegaram os ecos de tais acontecimentos à Câmara do Aracati e ao Presidente da Província, em Fortaleza, já então o Tenente José Mariano de Albuquerque Cavalcante, desde 8 do mês de dezembro.

Em 22 de janeiro (1833) é expedido o Comandante das Armas, Major Francisco Xavier Torres, para dar combate aos rebeldes que, segundo as informações, tencionavam atingir Fortaleza e já se aproximavam do Icó, com o objetivo de combater os cratenses para ali recuados. Defrontaram-se os revoltosos e legalistas nas ruas daquela vila, saindo vitoriosos os primeiros (4 de abril), porém em seguida são, ali mesmo e de inopino, batidos e muitos feitos prisioneiros, os quais, remetidos para a Capital sob a responsabilidade de Francisco Martins de Almeida Galucho, foram liquidados em caminho, impiedosamente. É tido esse combate como um dos mais ferozes da história guerreira cearense.

Em 20 de março, o Presidente José Mariano, pessoalmente, viera dirigir a ação contra os pintistas. Fazendo penosa viagem, dada a inverneira,

chegou ao Icó no dia 10 de abril e de lá seguiu para Crato, onde Madeira e o Padre Antônio Manuel, refluídos do Icó, estabeleceram reduto.

Em 13 de junho o Major Francisco Fernandes Vieira, depois Visconde do Icó, desbaratou grande número de revoltosos no lugar Cachoeirinha, perto de Santanópole, e em 22, à frente de sua tropa, o Presidente Mariano de Albuquerque derrotou, no lugar Emboscadas, em Missão Velha, os chefes Pinto Madeira e Padre Antônio Manuel, apossando-se da povoação. Seguiu-se a queda do Crato (24 de junho) e Jardim (8 de julho), abandonadas pelo inimigo, continuando José Mariano a sua perseguição aos rebeldes, até que achando-se na fazenda Macacos, no riacho das Antas, foi informado da vinda do General Pedro Labatut. Retornou ao Icó, onde o encontrou e lhe passou o comando geral das forças governistas (31 de agosto).

Labatut, chegado a Fortaleza em 23 de junho, era francês, de Marselha, e veio ao Ceará a serviço do governo imperial. Procedeu com elevação militar e sabedoria no apaziguamento dos espíritos, tão agitados de parte a parte, o que não agradou à facção legalista, ávida de vingança. A sua ação, no Ceará, pode dizer-se "imparcial, justa e patriótica".

No Cariri, em proclamação datada de 22 de setembro, convidou os rebeldes a renderem-se, e não demorou que o fizessem cerca de 700 deles na vila de São Mateus (hoje Jucás) e no lugar Ponto do Cotovelo. E logo mais outros em número aproximado de 800, no seu acampamento do Correntinho. Antes de chegar a este mesmo acampamento já havia recebido cartas e mensagens verbais de Pinto Madeira e do Padre Antônio Manuel, pedindo-lhe que — segundo as suas palavras mesmas — "se eu lhes assegurasse as vidas e os mandasse incontinenti presos para o Rio de Janeiro à disposição do Regente do Império, se me viriam entregar no Correntinho. Prometi-lhes cumprir o que me pediram em nome da regência — acrescenta Labatut — e assim, logo que chegaram a minha presença, remeti-os presos ao Jardim, e seguem a Pernambuco guardados pelo bravo e subordinado Capitão José Joaquim da Silva Santiago. Eles vinham acompanhados de inúmeras famílias: eu e a pouca tropa que me acompanhava vimo-nos cercados de mais de mil pessoas de todos os sexos e idades; os que vinham armados com armas da nação m'as entregaram, e as fiz conduzir para a vila do Crato".[123]

Efetivamente, levaram os dois valentes vencidos para a capital pernambucana e tiveram de suportar inúmeros sofrimentos durante a viagem, apontados, por onde passavam, como "monstros de que convinha purgar a terra".

Do Recife, em cujos cárceres padeceram, foram remetidos para o Maranhão, em agosto de 1833, a bordo do brigue "29 de Agosto". Demoraram em Fortaleza algum tempo, e reembarcados, chegaram ao destino no dia 25. Supunham ambos que os iam deixar aqui, para serem submetidos

a julgamento. Em 15 de outubro do ano seguinte Pinto Madeira é trazido para o Ceará, tendo ficado no Maranhão o Padre, por motivo de doença.

José Martiniano de Alencar, seu inimigo político, na Presidência da Província fazia apenas nove dias, encaminhou-o para o Crato, bem guardado por forte escolta comandada pelo seu Ajudante de Ordens, tenente João da Rocha Moreira, e pelo Tenente Manuel Franklin do Amaral, com recomendações rigorosas em favor da integridade pessoal do preso, que reputava sagrada.

Entregue à justiça local, no dia 26 foi condenado ao enforcamento, por um júri faccioso, a que presidia o juiz leigo José Vitoriano Maciel. Fizeram-no responder não por delito de sedição e sim pelo assassínio de Joaquim Pinto Cidade, morto por um dos seus lugares-tenentes nas guerrilhas de 1831, e do qual fora, em última instância, impronunciado pela Relação de Pernambuco.

Ao réu foi negado o comezinho e legal direito de apelar e daquele tribunal iníquo mal recebeu a indulgência de ser fuzilado, em vez de enforcado, isso a instantes protestos seus. O arcabuzamento efetuou-se na manhã de 28, no subúrbio da vila denominado "Alto Vermelho". Por mais de vinte anos permaneceu ali a forca que se lhe destinara e na qual foram pendurados outros réus comuns. Em 1856, foi destruída por ordem do Chefe de Polícia, Dr. Herculano Antônio Pereira da Cunha.

Desse crime jurídico, escapou o Padre Manuel Antônio porque ao ser julgado em 17 de julho de 1837, já o tempo desmanchara de muito as prevenções, e as censuras à sentença de Pinto Madeira eram uma advertência. Mereceu a absolvição e morreu pobremente, cego e desiludido dos seus ardores patrióticos.

12. PRESIDENTES DA PROVÍNCIA

Decreto Imperial de 20 de outubro de 1823 extinguiu as Juntas Governamentais das Províncias, transferindo a administração, destas a um Presidente, auxiliado por um Conselho do Governo, cujo membro mais votado seria o Vice-Presidente. A Constituição do Império confirmou a criação daquele cargo, e a Lei nº 40, de 3 de outubro de 1834, deu-lhe atribuição exclusiva, como primeira autoridade provincial, tendo como auxiliar direto um Secretário. Por essa mesma Lei, os Vice-Presidentes passaram a ser escolhidos bienalmente pelas Assembléias Legislativas, em lista tríplice submetida à consideração do Imperador, que determinava a ordem das respectivas substituições. Decreto de 18 de de setembro de 1841, porém, tornou dependentes de Carta Imperial as nomeações dos Vice-Presidentes.*

Cinqüenta e cinco Presidentes governaram o Ceará de 1824 a 1889, inclusive Tristão Gonçalves, que o foi durante o período vitorioso da República do Equador, nesta Província.

1 — *Pedro José da Costa Barros* — Cearense, nascido em Aracati no dia 7 de outubro de 1779. terminou sua carreira militar como Tenente-Coronel do Exército. Eleito, em 1821, deputado pelo Ceará ao Supremo Congresso das Cortes de Lisboa, não chegou a assumir as funções, preferindo permanecer no Rio de Janeiro, "só para tomar parte nos destinos de minha Pátria e servir às ordens de Sua Majestade Imperial", segundo suas próprias palavras. Foi um dos oito deputados cearenses à Constituinte geral. Dissolvida esta em novembro de 1823, recebeu a nomeação de Ministro da Marinha e logo em seguida a de Presidente do Ceará (Carta Imperial de 25 de novembro). Tomou posse em 14 de abril de 1824, em momento difícil da vida política da Província sendo obrigado a deixar o governo no dia 29, diante da imposição dos chefes independentistas Pereira Filgueiras e Tristão Gonçalves. Reassumiu o exercício das suas funções em 17 de dezembro, já derrotada a Revolução do Equador, mas, removido para a Presidência do Maranhão, deixou-as em 13 de janeiro seguinte. A sua gestão no governo maranhense foi muito atribulada. Em 1826, o Ceará o elegeu Senador, escolhido por Decreto de 22 de janeiro e Carta Imperial de 19 de abril de 1827. Era homem de boa cultura e poeta. Faleceu no Rio, em 20 de outubro de 1839.

2) *José Félix de Azevedo e Sá.* Também cearense, nascido em Fortaleza, no dia 25 de março de 1781. Eleito conselheiro do Conselho do Governo, com votação imediata à de Tristão Gonçalves, passou a exercer a Presidência quando este se deslocou para Aracati, a fim de combater os imperialistas. Mas, diante da intimação de Lord Cockrane, tomou posição contra os republicanos, chefiando a contra-revolução, não sem o desejo de ver poupados amigos revolucionários, inclusive Tristão de Alencar, a quem dirigiu comovida proclamação, concitando-o a abandonar as armas. A fraqueza de caráter fê-lo endossar as crueldades de Conrado de Niemeyer, o truculento presidente da Comissão Militar, que mandou ao fuzilamento vários integrantes da infeliz República. Foi galardoado com o posto de Coronel e a comenda da Ordem de Cristo. Faleceu em 7 de novembro de 1827, no seu sítio São Félix, do Município de Caucaia. Transmitira, em 4 de fevereiro do ano anterior, a administração da Província a Nunes Berford,

3) *Tristão Gonçalves de Alencar Araripe.* Nascido no Crato, sítio Salamanca, em 1790. Filho da heroína Bárbara Pereira de Alencar e do português José Gonçalves dos Santos. Um dos heróis da Independência do norte do País. Com Pereira Filgueiras, vencedor de Fidié em Caxias do Maranhão. Os acontecimentos dessa mesma Independência levaram-no à Presidência temporária do Ceará, em substituição a Costa Barros, deposto pelos insurgentes. Eleito pela pluralidade da Assembléia Popular de 29 de abril de 1824, "até que se apurasse a votação dos colégios eleitorais da Província". Proclamada a República do Equador no Ceará, em 26 de agosto, foi ele, "uniformemente" aclamado o presidente do novo Estado federado. Em defesa dos seus princípios, sai da capital para dar combate aos imperialistas, no Aracati, mas, vendo-se abandonado dos seus, é, afinal, trucidado pelo inimigo no lugar Santa Rosa, às margens do Jaguaribe (atual município de Jaguaribara), em 31 de outubro.

4) *Antônio de Sales Nunes Berford (Coronel).* Nomeado em 1º de agosto de 1825. Tomou posse no dia 4 de fevereiro de 1826, recebendo o governo das mãos de José Félix. Encontrou o Ceará às voltas com terrível seca.

Exonerado pela Carta Imperial de 17 de setembro de 1828, entregou a administração ao Vice-Presidente José Antônio Machado (posteriormente, Comendador Machado) em 2 de janeiro do ano seguinte. Era Coronel do Exército.

5) *Manuel Joaquim Pereira da Silva (Marechal de Campo).* Português de nascimento. Nomeado em 29 de fevereiro de 1829, empossou-se em 6 de abril, dia seguinte ao de sua chegada a Fortaleza. Instalou (1º de dezembro) o Conselho Geral da Província, eleito fazia bastante tempo, mas sem funcionar à falta de sede apropriada. Muito se interessou pela restauração econômica da Província, tendo solicitado do Governo Central a fundação duma fábrica de fiação e tecelagem, bem como medidas em

favor do "aumento do gado lanígero e tratamento de suas lãs". Igualmente, a criação dum bispado e dum seminário "à imitação do de Olinda". No seu Governo teve início o primeiro farol do Mucuripe e muito prosperaram as obras da nova Matriz ou Sé (demolida, mais recentemente, para, em seu lugar levantar-se a catedral). Para sucedê-lhe na administração cearense, primeiramente foi nomeado em 17 de abril de 1830 o Coronel José Tomás Nabuco de Araújo, que não chegou a empossar-se. A outra nomeação recaiu em José Mariano de Albuquerque Cavalcante. Em 7 de julho o Marechal de Campo Pereira da Silva deixou o Ceará, retirando-se para a Paraíba, a que ia presidir. Chegara retardada a Carta Imperial de 23 do dito mês determinando continuasse na Presidência do Ceará. Faleceu o ilustre e sensato militar e administrador no Rio de Janeiro, em 21 de abril de 1839, já no posto de Tenente-general graduado.

6) *José Mariano de Albuquerque Cavalcante.* Nascido na fazenda Pau-caído, do Município de Santana do Acaraú, Ceará, em 20 de maio de 1772. Mudando-se para o Recife e ingresso na carreira das armas, tomou parte saliente na Revolução de 1817, o que lhe valeu a prisão "de corrente ao pescoço", e sofrimentos na Bahia e em Lisboa. Em segundo casamento, havia-se ligado a uma filha de José Barros Lima, o "Leão Coroado". Anistiado e restituído à sua patente militar, nela reformou-se. Graças à atuação do Padre Alencar, foi um dos deputados cearenses à Constituinte Geral e, em 29 de agosto de 1831, nomeado Presidente do Ceará, cargo em que se empossou no dia 8 de dezembro. A sua gestão enfrentou sérias dificuldades de ordem política motivada pela ação de Joaquim Pinto Madeira e do Padre Antônio Manuel de Sousa, tendo ido pessoalmente combatê-los no sul da Província. Foi ele quem, no Ceará, pôs em execução (6 de maio de 1833) o Código do Processo Criminal do Império, com a divisão judiciária da Província, e instalou (8 de julho) a Tesouraria da Fazenda, criada pela Lei Geral de 4 de outubro de 1831. Os derradeiros dias de sua gestão trouxeram-lhe novos dissabores, com a sedição militar de que eram cabeças o Major Francisco Xavier Torres, os tenentes João da Silva Pedreira, João Antônio de Noronha e José Joaquim Soares Carneviva, os Alferes Felipe da Silva Santiago Boi e João Batista de Melo e o cadete Marcos de Castro e Silva, começada na noite de 10 de novembro e, afinal, debelada pela valentia do Presidente. José Mariano deixou o cargo em 29 do mesmo mês de novembro e embarcou em 12 de dezembro para o Rio, onde ia tomar assento na Câmara Temporária (legislaturas de 1834-1837). Faleceu no sítio Guapemirim, em Majé, Estado do Rio de Janeiro, em 20 de agosto de 1844.

7) Inácio Correia de Vasconcelos (Tenente-Coronel). Baiano de Santo Amaro. Amigo do Padre Senador Alencar, a este, principalmente, deveu a sua nomeação, constante da Carta Imperial de 1º de agosto de 1833. Empossado em 26 de novembro (e não a 29). Governou menos de um

ano, pois transferiu as rédeas do governo ao sucessor em 6 de outubro de 1834. Administraria o Ceará segunda vez.

8) José Martiniano de Alencar. Cearense. Nasceu no então povoado de Barbalha, hoje cidade, em 16 de outubro de 1794. Filho de Bárbara de Alencar e irmão de Tristão Gonçalves. Ainda simples diácono, chefiou o frustro movimento revolucionário de 1817 no Ceará, adstrito, aliás, ao Crato e adjacências. Em 1821, eleito suplente de deputado à Constituinte portuguesa, viu-se chamado a Lisboa, por não ter podido seguir o deputado José Inácio Gomes Parente. Foi um dos que abandonaram aquela Assembléia e se homiziaram na Inglaterra. Representou o Ceará na dissolvida Constituinte Brasileira. Elemento de alta influência na Confederação do Equador, de 1824, esteve preso e conseguiu ser absolvido. Em 1830 é eleito Deputado Geral, ao mesmo tempo por Minas gerais e pelo Ceará, tendo preferido representar a terra natal. Senador, pela Carta de 10 de abril de 1832, tendo substituído a João Carlos Oeynhasen, Marquês de Aracati, por ter este acompanhado Pedro I a Portugal, deixando vaga a cadeira. Pela Carta de 23 de agosto de 1834 foi nomeado Presidente do Ceará, datando a sua posse de 6 de outubro.

Idealista e patriota, foi Alencar sobretudo um antecipado, de iniciativas e providências governamentais muito além do estalão comum. E também um bravo, masculamente enérgico, qualidades que o apoiaram solidamente na efetivação dos seus projetos e resoluções.

Lançou, como afirma Brígido, os fundamentos do progresso moral e material do Ceará, ensaiando com grande intuição do futuro quantos melhoramentos a Província mais tarde veio a considerar indispensáveis à sua civilização.

A sua primeira grande batalha foi contra o que ele próprio chamava "criminosos prepotentes e de séquito", destacando-se no meio deles, João André Teixeira Mendes, da vila do Icó, autor de muitas mortes, abertamente protegido pelo partido da oposição, mas por fim condenado a 20 anos de degredo para o Rio Negro. E, além de muitos outros, os afamados Moirões, família belicosa que se fizera o desassossego da região-limítrofe entre o Ceará e o Piauí, e "cujas maldades não se podem descrever".

Um dia pôde escrever na sua *Fala* ou Mensagem de 1º de agosto de 1837. "Felizmente já se não ouvem todos os dias as formidáveis empresas de Moirões, Zolhões, Malambas, Tetéus, Bem-ti-vis, Mata-velhos, Faz-fomes, Famas, Folgazões e outros cruéis e afamados assassinos que por suas façanhas haviam adquirido celebridades e apelidos consentâneos a suas crueldades.

Outro problema absorvente era o da reconstituição da economia geral e das finanças oficiais, em desordem ambas por influência de múltiplas causas, destacando-se a fragilidade das transações comerciais pela difusão de dinheiro falsificado ou de peso inferior ao legal, que após a independência invadiu algumas províncias, não tardando a atingir o Ceará.

Conspurcava-se o já de si minguado metal circulante, notadamente o divisionário, que era a moeda de cobre.

De tal forma se avolumou esta, pela falsificação, que ocasionou o desaparecimento da moeda de prata. A imitação a princípio cuidadosa terminou generalizada, havendo fábricas de moedas até nos matos, à vista de todo o mundo. De tão fina, na sua espessura, recebeu o nome de "xenxém", porventura onomatopaico.

Daí a medida governamental de 22 de outubro de 1830, ordenando fosse pesado o dinheiro no momento das pagas, a fim de obrigar o seu peso legal, e, mais tarde, outra — 18 de outubro de 1832 — segundo o qual a moeda, menos o "xenxém", devia correr livremente, mas recarimbada pela repartição do governo.

Em 1833, uma lei, de 3 de outubro, impôs a substituição da moeda de cobre por moeda-papel, metade por cédulas e metade em "conhecimentos" provisórios emitidos pelas Províncias.

Não foram todavia satisfatórios no Ceará os resultados da medida, porque insuficientes as cédulas enviadas, tendo sido forçado o governo da Província a emitir enorme soma de conhecimentos provisórios, que não recebiam aceitação fácil e concorriam para irritar a situação, em vez de minorá-la. Desconfiados da precariedade desses títulos provisórios, os interessados exigiam o seu destroco, em meio as mais sérias reclamações, e foi nesse momento que Inácio de Vasconcelos, imitando o que se fizera no Maranhão, pôs de novo o cobre recolhido em circulação, reduzido da metade do seu valor e contramarcado com um carimbo em forma de estrela de 5 pontas fixada em cada ponta uma das letras da palavra "Ceará".

O novo surto do mercado do algodão, exigindo, pela elevação do preço, maiores numerários, principalmente em 1835, agravou a crise, mas não se entibiou o novo Presidente e pôs mãos ao trabalho do saneamento monetário.

Em meio a tais aperturas e com a intenção de conjurá-las e melhorar as condições do comércio, resolveu criar um estabelecimento de crédito, empreendendo a que ninguém, senão ele, ao seu tempo, se aventuraria, o que de fato concretizou, instalando a 7 de setembro de 1835 o "Banco Provincial do Ceará", daí em diante motivo especial do seu entusiasmo realizador. Depois do Banco do Brasil de D. João VI, era o primeiro a funcionar em território brasileiro. Tinha caráter emissor, de circulação e depósito.

Na ânsia de consolidar a instituição, fez-se Alencar o seu primeiro acionista e tudo envidou para que ela vencesse a indiferença e a desconfiança do meio.

Com a retirada de Alencar, em 25 de novembro de 1837, determinada pela renúncia do Regente Feijó e conseqüente queda dos liberais, entrou o Banco em apuros e acabou fechando as portas em maio de 1839.

Inúmeros outros empreendimentos testemunham eloqüentemente a inexcedível disposição de vontade do governante.

Em 7 de abril de 1835 instalou a Assembléia Provincial, dando nesta parte execução ao Ato Adicional.

Tudo estava por fazer: dominava a insegurança individual, o desmantelo da instrução pública, o abandono da religião, entregue, guardadas algumas exceções "a homens a quem faltam os elementos necessários para desempenharem o custoso ofício de pároco". A agricultura precisava de braços, não havia estradas, não havia obras públicas e nas finanças o déficitera grande.

Mas, depressa os facínoras conheceram a prisão, a morte ou a fuga, e as escolas, em vez de muitas e inúteis, com professores ganhando ninharia, passaram a ser em menor número e mais eficientes.

Para sanar a deficiência orçamentária, em lugar de aumentar os impostos o que se devia fazer — dizia — era cobrar os existentes, "cujo produto atualmente não entra no tesouro talvez pela metade do que devia".

De referência ao incremento da produção, aconselhava formar-se em cada município uma Companhia de Trabalhadores, em que se alistassem os indivíduos que, não tendo renda bastante para constituí-los guardas nacionais, pudessem ser assalariados pelos agricultores ao preço corrente, tirando-os assim da ociosidade.

Para a construção das obras públicas, idéia originalíssima, seria criada uma dessas companhias com homens "efetivamente pagos, vestidos e aquartelados à custa da Fazenda e entregues à disposição do governo", em tudo semelhante a uma companhia de guarda policial, com a única diferença de que teria no seu quartel "em vez de armas, foices, machados e todos os instrumentos de laboragem".

Era preciso habilitar o governo a abrir estradas, primeiramente para as vilas do Icó e Sobral, "que facilitem a condução dos produtos destas duas importantes localidades da Província para a Capital".

E não esquecia, encarando o problema das secas, a feitura de açudes.

Até as fontes artesianas foram objeto de cogitação, embora reputasse "esta empresa superior às nossas possibilidades, convindo antes esperarmos que elas apareçam em alguma outra Província do Brasil, para então com melhor conhecimento de causa nos propormos a efetuá-las em a nossa".

A Lei nº 5, de 16 de maio daquele ano de 1836, aprovara o engajamento, pelo Presidente, de seis oficiais europeus, que também trabalhariam em obras particulares, quando não houvesse as do governo. Conseguira-os por mediação de Antônio Marques da Costa, do Recife.

Indo mais longe, recebeu autorização legislativa (Lei nº 43, de 14 de setembro de 1836) para mandar engajar em St. Cloud, na França, 50 trabalhadores adestrados no preparo de estradas, para serem empregados nas obras públicas da Província, e, assim autorizado, encarregou da incumbência o conhecido cientista Bacharel Marcos Antônio de Macedo.

Muito retardados chegaram ao porto de Fortaleza, com escala pelo Recife, 16 obreiros, uma mulher e duas meninas. Em vez de homens com a necessária aptidão para o trabalho de estradas, segundo a crítica do sucessor de Alencar, Felizardo Sousa e Melo, na sua *Fala* de 1º de agosto de 1838, vieram quatro pedreiros, dois carpinteiros de obras grossas, um de carros, um ferreiro, um arquiteto, um serralheiro, dois marceneiros, dois cavoqueiros e dois cantareiros.

Falhara, pela inoportunidade da chegada e má escolha dos artífices, a providência do estadista.

Decisão de maior alcance, no entanto, havia de ser a que pleiteou na sua referida *Fala:* "adquirir colonos, que venham povoar as nossas terras devolutas e aumentar a nossa cultura. Em reconhecimento desta necessidade não me tenho descuidado de fazer tudo ao meu alcance para introduzir na Província alguma colonização; minha correspondência a este respeito vos será apresentada, e por ela vereis que breve devemos aqui esperar alguns centos de colonos. Mas ainda não é isto bastante — acrescentava. Convém que por vossas leis encorajeis a colonização, e eu lembro a idéia de diminuir pela metade os impostos provinciais a todo aquele agricultor que lavrar em sua fazenda com um certo número de colonos, que a vossa sabedoria julgar conveniente. Isto, que a muita gente parecerá causar um desfalque nas rendas provinciais, será pelo contrário um incentivo para que elas tenham um rápido aumento".

Mas somente a 15 de novembro de 1837, apenas 10 dias antes de transmitir o exercício do cargo ao Vice-Presidente Major João Facundo de Castro, aportaram a Fortaleza 120 colonos, vindos pelo brigue "Maria Carlota".

Esculpem-se no pedestal granítico da gestão do Padre Alencar em sem conto de outras iniciativas, que o consagram, sem favor, o maior dos homens de governo do Ceará, em todos os tempos.

Acoroçoou a construção de açudes e conseguiu do governo central um engenheiro técnico em fontes artesianas, "com os utensílios necessários para se abrir uma delas".

Pensou na importação de camelos para fins de aclimação ao meio, criou em Parangaba a feira dos gados grossos e providenciou na aquisição de modelos de máquinas para o efeito da educação rural, tais como engenhos de serrar, de descaroçar algodão, de fazer manteiga, descascar café, debulhar milho, moer, espremer e peneirar mandioca, arados, cultivadores, grades de campo etc. (Lei nº 45, de 14 de setembro de 1836).

Como exemplo ou estímulo, mandou vir um engenho de ferro para moer cana, o primeiro que chegou à Província, e fê-lo assentar em seu sítio "Alagadiço Novo", encarregando da montagem o francês Gagné.

Dotou a capital com a iluminação de azeite e serviço de abastecimento d'água por meio de chafarizes, e muito se esforçou pelo levantamento de um desembarcadouro, confiados o plano e orçamento ao Engenheiro João Estêvão Seraine.

No domínio das finanças agiu com sabedoria, procurando a todo custo melhorá-las sem o sacrifício dos contribuintes.

9) *Manuel Felizardo Sousa e Melo* (Capitão de Engenheiros). Fluminense. Nomeado pela Carta de 16 de outubro de 1837. Posse em 16 de dezembro. Contava, então, 32 anos de idade. Vinha representando o partido Conservador, e apesar de não alimentar, inicialmente, prevenções aos liberais, com o correr do tempo, no governo, dada a pouca experiência e arrastado pelo trabalho solerte dos adversários do Padre José Martiniano, terminou excedendo-se em perseguições, correspondidas por violenta oposição dos perseguidos, com maioria na Assembléia Provincial. Magoado por esses fatos, solicitou a sua exoneração e esta foi concedida, pelo que entregou o cargo ao sucessor, em 15 de fevereiro de 1839. Já estava nomeado Presidente do Maranhão, onde iria enfrentar a revolução dos *Balaios.* Depois, governou as Províncias de Alagoas, São Paulo e Pernambuco. Foi Ministro, Conselheiro e Senador do Império. Era professor muito culto e faleceu no posto de Marechal de Campo, em 16 de agosto de 1866.

10) *João Antônio de Miranda* (Dr.) — Nomeado em 20 de dezembro de 1838, tomou posse no dia 15 de fevereiro seguinte. Antes de perfazer um ano de administração, passou-a ao Dr. Francisco de Sousa Martins, em 3 de fevereiro de 1840, indo para a Presidência do Pará. faleceu como Senador do Império, por Mato Grosso, em 1º de novembro de 1861.

11) *Francisco de Sousa Martins* (Dr.) — Nascido em Oeiras, Piauí, no dia 6 de janeiro de 1805. Bacharel em Direito. Magistrado. Deputado Geral. Presidiu a Bahia (1834-1835). Nomeado Presidente do Ceará pela Carta Imperial de 18 de dezembro de 1839. Em 3 de fevereiro de 1840 investiu-se nas funções respectivas. Recebido com simpatia pelos liberais oposicionistas, dele sem demora irremediavelmente se afastaram estes levados pelos acontecimentos políticos desenrolados em torno da eleição de Senador, para preenchimento da vaga decorrente do falecimento de Costa Barros. Mal começava a governar, e eis que há necessidade de reprimir os *Balaios,* em incursão pelo norte da Província, tangidos do Maranhão e Piauí. Sousa Martins, de pronto, preparou um contingente de 80 praças, confiado ao Major Joaquim da Rocha Moreira e ao qual devia juntar-se outro em Sobral, debaixo das ordens de Joaquim Ribeiro da Silva. E porque lhe chegassem notícias mais alarmantes, igualmente sem tardança aprestou força militar maior, de seis companhias de caçadores, inclusive artilharia, ao todo 400 soldados e 13 oficiais, comandados pelo Coronel Francisco Xavier Torres, seguindo ele próprio com essa expedição, para melhor eficácia das medidas adotadas.

Permaneceu vários dias em Sobral, de onde se passou para a Granja, Viçosa e Ipu, à proporção das necessidades da campanha.

A "balaiada" — como se sabe — irrompera no território maranhense em torno de Manuel dos Anjos Pereira, apelidado "Balaio", filha das

disputas políticas entre conservadores e liberais, tomando, depois, aspecto separatista. Constituídos, principalmente, de "cabras" e negros foragidos, sem disciplina e subordinação hierárquica, os agrupamentos "balaios" combatiam preferentemente de emboscada ou em pequenos surtos, de modo a se tornarem extremamente perigosos.

Chegaram a apoderar-se da povoação de São Pedro de Ibiapina (hoje cidade deste último nome), na Ibiapaba, mas ali mesmo foram destroçados pelo batalhão cearense (10 de julho de 1840).

Dominou-os afinal, pacificando o Maranhão, o Coronel Luís Alves de Lima e Silva, posteriormente Duque de Caxias.

Paulino Nogueira, sempre muito documentado e imparcial, disse de Sousa Martins que "ao Ceará ainda não veio o administrador de mais talento e ilustração, nem mais partidário". Por ter sido exonerado, transmitiu o cargo, não sem contrariedade, ao Vice-Presidente João Facundo de Castro e Meneses, seu adversário, em 9 de setembro. Porém, na legislatura de 1843-44, representou o Ceará na Câmara Geral. Faleceu na Fazenda Cana Brava, em Oeiras, no dia 5 de maio de 1857.

12) *José Martiniano de Alencar.* A maioria de Pedro II, por que tanto se batera, trouxe novamente o Padre Alencar à tona do prestígio oficial. Na sua casa de residência, no Rio, é que se fundou, em 15 de abril de 1840, a Sociedade Promotora de Maioridade de D. Pedro, o chamado Clube de Maioridade, cujos estatutos ele redigiu e ao qual desveladamente serviu, até o triunfo da idéia. Segunda vez, recebeu a missão de dirigir os destinos dos cearenses, consubstanciada a nomeação na Carta de 10 de setembro de 1840. Posse em 20 de outubro.

Foi, porém, apenas de seis meses a sua demora no poder, porque decaídos os liberais ou chimangos, teve a sua demissão lavrada em março do ano seguinte (1841). Contra ele não se perdiam tempo os oposicionistas, que fomentavam revoltas aqui e ali, tais como Aracati, Russas e Muxuré (Quixeramobim), Icó, sendo a mais séria a que se verificou em Sobral. Nesta vila, não querendo recolher-se ao quartel em Fortaleza a despeito de repetidas ordens, permanecia o Coronel Francisco Xavier Torres com os seus homens, remanescentes da guerrilha contra os "balaios", e tendo lá casado com a irmã de Manuel José de Albuquerque, chefe da oposição, integrou-se na facção política deste, o que deu margem à ida de Alencar, sabedor dos intuitos sediciosos de ambos. Acompanhado de 30 praças de linha e dois canhões, além do comandante Capitão José Félix Bandeira e dos oficiais Tenente Xilderico de Alencar e do Alferes Luís Xavier Torres, chegou a Sobral, hóspede do Capitão-mor Francisco de Paula Pessoa (mais tarde Senador) e intimou Torres a apresentar-se.

E porque não o fizesse, antes mandara ao Presidente um abaixo-assinado de correligionários-caranguejos pedindo a sua continuação, foi demitido, com ordem de seguir para a Capital.

Fingindo obediência, veio entender-se pessoalmente com Alencar que, atilado e suspicaz, guardou-se em cautelas, e eis que à noite (14 de setembro) estoura o movimento armado, que o Padre resolutamente enfrentou. Ao primeiro ataque dirigido pelo oficial rebelde Joaquim Ferreira de Sousa Jacarandá, responde Alencar com um tiro de canhão, que feriu a muitos e matou dois dos atacantes. Sucederam-se outras investidas mas, ao amanhecer, quase todos se renderam, menos Xavier Torres, que fugiu com alguns companheiros para o Piauí e, tempos depois, acabou preso em Baturité, no lugar "Caiçara" (19 de janeiro de 1841), juntamente com Jacarandá, que se foragira após a primeira prisão. Num dos manifestos de Torres, apreendidos após a luta, este se dirigiu aos cearenses, concitando-os a unirem-se para "duma vez livrar a nossa província das garras da demagogia em que a pretende submergir o atual Presidente José Martiniano de Alencar, esse ingrato patrício nosso que, sendo verdadeiro inimigo do Brasil desse 1817, pretende torná-lo republicano".

Sempre considerado um dos próceres e mentores do Partido Liberal, o Senador Alencar faleceu no Rio de Janeiro a 15 de março de 1860.

13) *José Joaquim Coelho* (Brigadeiro). Português de nascimento. Nomeação de 1º de abril de 1841. Posse de 9 de maio, dia seguinte ao de sua chegada a Fortaleza. Durante a sua gestão foi assassinado, na capital, noite de 8 de dezembro de 1841, o Major João Facundo de Castro Meneses, imputando a sua família ao Presidente conivência no crime, cujos autores materiais foram condenados, sem que se positivassem quem o mandante. Processado como tal o Capitão do Exército Joaquim Ferreira de Sousa Jacarandá, logrou final absolvição, por voto de Minerva, confirmada a sentença do júri pela Relação do Recife. Nas eleições realizadas no seu governo para Deputados Gerais foi ele um dos escolhidos e, a fim de tomar parte nos trabalhos parlamentares, embarcou para a Corte no dia 14 de março de 1843, transmitindo nesse mesmo dia o exercício da Presidência ao 1º Vice-Presidente Joaquim Mendes da Cruz Guimarães. Pelos relevantes serviços que prestou à causa da legalidade na afamada Revolução *Praieira,* em Pernambuco, teve a promoção de Marechal de Campo graduado (1848). Mais tarde, por Decreto de 3 de março de 1852, subiu ao posto de Tenente-general em 1856. Agraciado com o título de Barão da Vitória com honras de grandeza, em 1860, por Decreto de 14 de março. Faleceu nesse ano, dia 19 de junho, no Recife.

14)*José Maria da Silva Bittencourt* (Brigadeiro). Carta da nomeação datada de 12 de janeiro de 1843 e posse de 2 de abril. Exonerado em 2 de outubro de 1844, passou o exercício do cargo ao sucessor, em 4 de dezembro. Deu caça aos bandoleiros que infestavam a Província, prendendo a muitos, entre eles o célebre Conduru — Antônio Ferreira Braga, que remeteu, depois de condenado, para o presídio de Fernando de Noronha. Fraca a sua administração, constantemente interrompida por sua ação político-partidária tergiversante e apontada como desleal. Viera ao

Ceará como delegado do Gabinete Conservador de 20 de janeiro (Honório Hermeto), porém não se meteu em dúvidas no praticar a orientação política do Gabinete equilibrista de Almeida Torres (2 de fevereiro de 1844). Acabou reformado no posto de Marechal de Exército, tendo falecido na Corte, em 9 de dezembro de 1875.

15) *Inácio Correia de Vasconcelos* (Coronel). Nomeação de 4 de novembro de 1844. Posse em 4 de dezembro. Segunda vez na Presidência do Ceará. Exonerado pela Carta de 10 de julho de 1847, passou em 2 de agosto a administração provincial ao Vice-Presidente João Crisóstomo de Oliveira. Faleceu, na Bahia, em 14 de fevereiro de 1859.

16) *Casimiro José de Morais Sarmento* (Dr.) Nascido em Oeiras, Piauí, em 13 de agosto de 1813. Bacharel em Direito (21 de outubro de 1836) e doutor (6 de março de 1840). Havia presidido ao Rio Grande do Norte, realizando excelente administração, quando foi transferido para o Ceará, nomeado pela Carta de 12 de setembro de 1847. Tomou posse em 14 de outubro. Decidido amigo do Senador Alencar. Foi quem mandou construir o Cemitério de São Casimiro, ou do Croatá, o primeiro que possuiu Fortaleza, e iniciou a iluminação pública da Capital. De gênio alvo irascível, deram-lhe, por isso, a alcunha de Morais Malcriado, desde os bancos escolares. Transmitiu o cargo ao Vice-Presidente João Crisóstomo em 13 de abril de 1848. Advogado. Catedrático da Escola Militar. Faleceu em Angra dos Reis no dia 1º de fevereiro de 1860.

17) *Fausto Augusto de Aguiar* (Conselheiro). Nasceu no Rio, em 19 de dezembro de 1817. Bacharel em Direito de 1839, pela Academia de São Paulo. Advogava na capital do Império quando, aos 30 anos de idade, recebeu a nomeação de Presidente do Ceará. Carta de 5 de abril de 1848. Desembarcado em Fortaleza no dia 11 de maio, empossou-se no dia 13. Trazia como Secretário do Governo o Dr. Inácio Joaquim Barbosa. Administração muito agitada a sua, no terreno das competições partidárias. Removido para a Presidência do Pará, deixou o Ceará em 5 de agosto de 1850, depois de ter passado o cargo, no dia 1º ao Vice-Presidente Joaquim Mendes da Cruz Guimarães. Faleceu em 25 de fevereiro de 1890. A República o encontrou Senador pelo Pará.

18) *Inácio Francisco Silveira da Mota* (Dr.). Quando, em 19 de junho de 1850, o Imperador firmou a Carta que nomeou presidente do Ceará, governava Silveira da Mota o Piauí. Chegou a Fortaleza em 14 de novembro e no dia 16 prestou juramento. Soube conservar-se alheio às paixões dos partidos, cuidando dos interesses de ordem geral, especialmente no combate ao banditismo, no que se mostrou intransigente. Por toda a parte se fez sentir a sua interferência direta e saneadora. Recapturou Conduru e outros evadidos de Fernando de Noronha e enviou-os aos seus destinos. procedia severamente, porém sem arbitrariedade, obtendo sempre ótimos resultados. No zelo das finanças públicas não cedia ponto. Mereceu todos os elogios e aplausos, assim dos seus governados, como da imprensa

da Corte e do Parlamento. Transmitiu o governo ao seu sucessor no dia 6 de julho de 1851, exonerado que fora, a pedido, em 31 de maio. O povo da Capital em massa o acompanhou ao trapiche de embarque. Com o povo, marchou ele a pé, até ali. Presidiu, também, à Província do Rio de Janeiro. Por decreto de 16 de janeiro de 1875 foi agraciado com o título de Barão de Vila Franca. Era bacharel em direito. faleceu aos 70 anos de idade.

19) *Joaquim Marcos de Almeida Rego* (Dr.). Nomeado por C. I. de 31 de maio de 1851. Juramento em 6 de julho. O primeiro médico a ocupar a Presidência cearense. Diplomara-se na Faculdade do Rio de Janeiro em 1838. Chegava bem a tempo, dominado que estava o Ceará pela febre amarela. Os efeitos da epidemia eram alarmantes. Produziram, no fim, o terror. Mas o Presidente não arredava o pé, no contacto com o mal, procurando debelá-lo. Mortos ilustres entraram na lista imensa e pavorosa, na Capital e no interior. Muito lhe deve o Ceará, como governante e médico solícito. Deixou o cargo em 28 de abril de 1853.

20) *Joaquim Vilela de Castro Tavares.* Nomeado em 21 de março de 1853. Posse de 28 de abril. Exoneração de 12 de janeiro de 1854. No dia 20 de fevereiro passou a administração ao Pe. Pires da Mota. Deixou excelente relatório de sua gestão. Era pernambucano e foi lente da Faculdade de Direito de Recife. Faleceu em 1858, em Pernambuco.

21) *Vicente Pires da Mota* (Padre Doutor). Nomeação de 12 de janeiro de 1854. Posse de 20 de fevereiro. Em virtude de ter sido removido para o Paraná, entregou o Governo, em 11 de outubro de 1855, ao Vice-Presidente José Antônio Machado. Professor e Diretor da Faculdade de Direito de São Paulo. Em sua administração, muito proveitosa, sofreu radical reforma o Palácio do Governo, bem como o Quartel do Exército. Faleceu em São Paulo no dia 30 de outubro de 1882.

22) *Francisco Xavier Pais Barreto* (Dr.). Nomeado em 15 de setembro de 1855, tomou posse em 13 de outubro. Por ter sido eleito deputado por Pernambuco, afastou-se do cargo em 9 de abril de 1856, transmitindo-o ao 3º Vice-Presidente Joaquim Mendes da Cruz Guimarães e este, no dia 10 de maio, ao 1º Vice, Dr. Herculano Antônio Pereira da Cunha. Reassumiu o exercício de suas funções em 10 de outubro de 1856, mas, novamente eleito representante da sua Província, passou, definitivamente, a administração ao citado 3º Vice-Presidente em 26 de março de 1857. Foi Ministro de Estrangeiros em 1864 e Senador do Império. Falecido em 28 de março de 1864, no Rio de Janeiro.

23) *João Silveira de Sousa* (Bacharel). Nomeação de 6 de junho de 1857, posse de 27 de julho. Em 15 de setembro de 1859 passou o cargo ao Vice-Presidente Joaquim Mendes da Cruz Guimarães, por ter sido removido para a Província do Maranhão.

24) *Antônio Marcelino Nunes Gonçalves* (Depois Visconde de São Luís do Maranhão com grandeza). Bacharel em Direito. Nomeado pela

carta Imperial de 4 de julho de 1859. Posse de 7 de outubro. Removido para a província de Pernambuco por carta de 26 de fevereiro de 1861, afastou-se do cargo no dia 9 de abril seguinte, passando-o ao 1º Vice-Presidente Cônego Antônio Pinto de Mendonça.

25) *Manuel Antônio Duarte de Azevedo* (Bacharel em Direito). Nomeação de 20 de março de 1861. Posse de 6 de maio. Chegara a Fortaleza a 4. Esteve no cargo até 12 de fevereiro do ano seguinte, quando entregou ao 4º Vice-Presidente José Antônio Machado. Professor da Faculdade de Direito de São Paulo.

26) *José Bento da Cunha Figueiredo Júnior* (Visconde de Bom Conselho). Bacharel em Direito de 1833, pela Academia de Olinda, da qual foi professor. Nomeado em 9 de abril de 1862. Posse de 5 de maio. Exonerado por Decreto de 23 de janeiro de 1864, em 19 de fevereiro entregou ao Vice-Presidente José Antônio Machado. Deputado Geral e Senador. Administrou as Províncias de Alagoas, Pernambuco, Pará e Minas Gerais. Ministro do Império, no Gabinete 1875, presidido pelo Duque de Caxias. Faleceu em 3 de agosto de 1885 na capital paulista, como Diretor-geral da Secretaria de Justiça.

27) *Lafayete Rodrigues Pereira* (Conselheiro). Mineiro, nascido em 28 de março de 1834. Bacharel em Direito pela Faculdade de São Paulo, turma de 1857. Governou de 4 de abril de 1864, dia de sua posse, a 10 de junho do ano posterior, quando, removido para o Maranhão, deixou o cargo nas mãos de seu sucessor. Figura notável de jurisconsulto e político no cenário brasileiro. Deputado-geral, Senador do Império. Ministro da Justiça no Gabinete de 5 de janeiro de 1878. Organizou o Gabinete de 31 de maio de 1883. Ficaram clássicos os seus tratados de "Direito de Família", "Direito das Cousas" e "Direito Internacional Público".

28) *Francisco Inácio Marcondes Homem de Melo* (Barão Homem de Melo). Nasceu em Pindamonhangaba, São Paulo, em 1837. Nomeado em 8 de abril de 1865. Posse de 10 de junho. Deixou o cargo em 6 de novembro de 1866, por ter sido exonerado a 22 de setembro anterior. Bacharel em Direito, político, historiador e geógrafo de grandes méritos. Catedrático do Colégio Pedro II. Presidiu a sua província, em 1864, e à do Rio Grande do Sul, em 1867. A da Bahia, em 1878. Ministro do Império no Gainete de 28 de março 1880. É numerosa a relação de suas obras. Faleceu em 1918.

29) *João de Sousa Melo e Alvim* (Tenente-coronel de Engenheiros). Nomeação de 22 de setembro de 1866 e posse de 6 de novembro. Administrou até 6 de maio seguinte, por ter sido eleito deputado pela sua Província — Santa Catarina. Entretanto, somente por Decreto de 29 de setembro foi exonerado, tendo ficado no exercício da Presidência o 1º Vice-Presidente Dr. Sebastião Gonçalves da Silva. Faleceu no Rio de Janeiro em 17 de abril de 1885, no posto de Coronel.

30) *Pedro Leão Veloso* (Senador e Ministro do Império). Nasceu em Itapicuru, Bahia, em 1º de janeiro de 1828. Bacharel pela Faculdade de Direito do Recife. Momeado em 29 de setembro de 1867. Posse de 16 de outubro, tendo recebido o cargo do Vice-Presidente Dr. Sebastião Gonçalves. Administrou até 15 de abril de 1868, dia em que assumiu o exercício o Vice-Presidente Dr. Antônio Joaquim Rodrigues Júnior (depois Conselheiro), que, por sua vez, o transferiu ao Dr. Gonçalo Batista Vieira (depois Barão do Aquirás), em 31 de julho. Foi Deputado-Geral pelo Rio Grande do Norte, Senador pela Bahia, sua província natal. Em 1882 ocupa a Pasta do Império no Ministério Paranaguá. Presidiu às províncias de Pará, Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte, Alagoas e Espírito Santo.

31) *Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque* (Visconde de Cavalcanti com grandeza). Nascido em 9 de novembro de 1829. Nomeado em 25 de julho de 1868. Posse em 27 de agosto. Eleito Deputado-geral pela Paraíba, sua província natal, entregou o cargo em 24 de abril seguinte ao 2º Vice-Presidente Joaquim da Cunha Freire (depois Barão de Ibiapaba). Foi Ministro do Império (pasta da Agricultura) em 1870, e em 1877 eleito Senador pelo Rio Grande do Norte. Presidiu ao Piauí e a Pernambuco.

32) *João Antônio de Araújo Freitas Henriques* (Bacharel em Direito). Nomeação de 22 de junho de 1869. Tomou posse em 26 de julho. Magistrado, faleceu como Desembargador.

33) *José Fernandes da Costa Pereira Júnior* (Bacharel em Direito) Nomeação de 30 de novembro de 1870 e posse de 20 de janeiro de 1871. Entregou o cargo ao Vice-Presidente Joaquim da Cunha Freire em 26 de abril, demorando-se no governo, portanto, apenas cerca de três meses. Do Ceará foi removido para São Paulo. Em 1873 ocupou a pasta da Agricultura.

34) *José Antônio de Calazans Rodrigues* (Barão de Taquari). Nomeação de 23 de maio de 1871. Posse de 29 de junho. Esteve no governo da Província até 8 de janeiro de 1872, quando passou o cargo ao Vice-Presidente Joaquim da Cunha Freire. Faleceu no Rio de Janeiro, em 27 de maio de 1876.

35) *João Wilkens de Matos* (Comendador). Nasceu em Belém, Pará, no dia 8 de março de 1822. Nomeado pela C. I. de 15 de dezembro de 1871, empossou-se a 12 de janeiro seguinte. Em 30 de outubro, ao Vice-Presidente Joaquim da Cunha Freire, transmitiu o exercício do cargo. Foi Deputado-Geral e teve o título de Barão de Maruiá. Faleceu na capital do Império em 3 de maio de 1889. Era Engenheiro Civil. Presidiu ao Amazonas.

36) *Francisco de Assis Oliveira Maciel* (Desembargador). Nomeado em 25 de outubro de 1872 e empossado em 7 de dezembro. Deixou o cargo em 12 de setembro de 1873 ao Vice-Presidente Joaquim da Cunha Freire. Havia sido exonerado por Decreto de 13 de agosto. Faleceu no

dia 30 de março de 1888, no Recife, como Desembargador da Relação de Pernambuco.

37) *Francisco Teixeira de Sá* (Bacharel em Direito). Nomeado em 13 de agosto de 1873. Posse de 13 de novembro. Incômodos de saúde obrigaram-no a retirar-se da administração da Província, razão por que, em 21 de março do ano subseqüente, passou o cargo ao Vice-Presidente Joaquim da Cunha Freire. A data de sua exoneração é 13 de março do referido ano de 1874.

38) *Heráclito de Alencastro Pereira da Graça* (Bacharel em Direito). Nascido no Icó, Ceará, em 18 de outubro de 1837. Bacharel de 1856. Deputado-Geral em várias legislaturas, representando o Maranhão. Presidiu à Província de Paraíba (1872). Jornalista e filólogo de profundos conhecimentos, tendo mantido, vitoriosamente, polêmica brilhante com o Prof. Cândido de Figueiredo. Reuniu os seus artigos no livro "Fatos da Linguagem", que se tornou clássico nas bibliotecas. Para governar o Ceará foi nomeado pela C.I. de 18 de setembro de 1874, tomando posse em 23 de outubro e passando a administração em 1º de março seguinte ao 2º Vice-Presidente Dr. Esmerino Gomes Parente. Pertenceu à Academia Brasileira de Letras, desde julho de 1906 até falecer, em 16 de abril de 1914, na Capital da República. Era, então, Consultor Jurídico do Ministério do Exterior.

39) *Francisco de Farias Lemos* (Desembargador). Nasceu no Recife em 23 de outubro de 1828. Bacharel em 1851. Presidiu Pernambuco (1872) e Minas Gerais (1882). Foi chefe de polícia no Ceará e no Rio Grande do Norte. Nomeado para governar a Província cearense em 12 de janeiro de 1876, tomou posse em 22 de março. Exonerado por Decreto de 13 de dezembro, entregou o cargo ao seu sucessor em 10 de janeiro seguinte. Em 26 de agosto de 1878 recebeu a nomeação de Desembargador da Relação de Fortaleza, empossando-se no dia 13 de dezembro. Em 1887 foi transferido para a da Corte. Nomeado membro do Supremo Tribunal Federal em 25 de maio de 1892, funções em que se aposentou em 18 de novembro do ano subseqüente. Faleceu ali, em 7 de novembro de 1904.

40) *Caetano Estelita Cavalcanti Pessoa* (Desembargador). Nascido em Igaraçu, Pernambuco, em 1824. Bacharel de 1849, Deputado provincial em sua terra-berço, por duas vezes. Presidiu à Província de Alagoas (1849). A do Ceará, por nomeação de 13 de dezembro de 1876. Posse de 10 de janeiro seguinte. Administrou até 24 de novembro, sendo de 13 de outubro anterior o Decreto de sua exoneração. Fê-lo em período crítico, o Ceará engolfado numa das mais terríveis das suas secas, mas houve-se com elevado espírito público, conquistando as estimas gerais. Em 1877, por Decreto de 15 de dezembro, foi distinguido com a nomeação de Presidente da Relação de Fortaleza, a que servia como Desembargador

desde 1875. Por outro Decreto, de 30 de janeiro de 1878, recebeu o título de Conselheiro. Faleceu em Fortaleza, em 1880.

41) *João José Ferreira d'Aguiar* (Conselheiro). Nomeado em 13 de outubro de 1877. Posse de 23 de novembro. Exoneração em 9 de fevereiro de 1878. Passou o cargo em 21 do mesmo mês ao 3º Vice-Presidente, Dr. Paulino Nogueira Borges da Fonseca, e este, no dia 4 de março, ao Vice, Dr. Antônio Pinto Nogueira Acióli. Era Bacharel em Direito, pela Academia de Olinda (5 de outubro de 1832). Foi Juiz de Direito de Fortaleza, por Decreto de 5 de dezembro de 1833. Presidiu ao Rio Grande do Norte (1836-37), Deputado Provincial e Geral em várias legislaturas. Professor de Direito. Jornalista. Conselheiro. Em julho de 1888, foi agraciado com o título de Barão de Catuama. Nasceu na cidade de Goiana, Pernambuco em 10 de janeiro de 1810 e faleceu no Recife em 18 de novembro de 1888.

42) *José Júlio de Albuquerque Barros* (Conselheiro, Barão de Sobral). Nascido em Sobral no dia 11 de maio de 1841. Bacharel pela Faculdade de Recife em 1861 e doutor pela de São Paulo em 1870. Exerceu no Ceará vários cargos, inclusive o de Diretor da Instrução Pública e Diretor do Liceu. Deputado Geral (1867-1870). Advogado. Presidiu ao Rio Grande do Sul. Diretor da Secretaria de Justiça, e, posteriormente, Procurador Geral a República. Governou o Ceará de 8 de março de 1878, data de sua posse, a 2 de julho de 1880, quando passou a presidência ao seu sucessor. A sua nomeação é de fevereiro daquela ano de 1878. Tinha o título de Conselheiro e o de Barão de Sobral (1887), Faleceu no Rio de Janeiro, em 31 de agosto de 1893.

43) *André Augusto de Pádua Fleury* (Conselheiro), Nascido em Mato Grosso. Bacharel pela Faculdade de Direito de São Paulo. Nomeado em 4 de maio de 1880. Posse de 2 de julho. Exoneração pela C.I. de 26 de fevereiro de 1881. No dia 1º de abril deixou o governo. Presidiu à Província de Santa Catarina. Ministro do Gabinete Paranaguá. Foi diretor da Faculdade de Direito de São Paulo.

44) *Pedro Leão Veloso* (Senador). Segunda vez. Nomeado pela C.I. de 25 de fevereiro de 1881, empossou-se no dia 1º de abril. Afastou-se do cargo em 26 de dezembro do mesmo ano, transferindo-o ao 1º Vice-Presidente Dr. Torquato Mendes Viana. Esteve meio incompatibilizado com os defensores da abolição dos escravos.

45) *Sancho de Barros Pimentel* (Dr.). Nomeação de 4 de fevereiro de 1882 e posse de 22 de março. Exonerado pela C.I. de 20 de outubro, em 31 passou o cargo ao 2º Vice-Presidente Antônio Teodorico da Costa.

46) *Domingos Antônio Raiol* Barão de Guajará). Nomeação de 29 de outubro de 1882 e posse de 12 de dezembro. A sua exoneração é de 30 de junho de 1883, mas antes, em 17 de maio, deixara o cargo, passando-o ao 2º Vice-Presidente, Antônio Teodorico, por haver obtido licença para retirar-se. O Decreto que lhe conferiu o título de Barão

de Guajará tem a data de 3 de março de 1883. Os abolicionistas cearenses não simpatizavam com ele em face de suas atitudes de indiferença ao movimento libertador. Era paraense, filho da cidade de Vigia. Bacharel em Direito de 1854. Presidiu à Província de Alagoas (1882). Além de outras obras, publicou os conhecidos *Motins Políticos ou História dos Principais Acontecimentos Políticos da Província do Pará,* em cinco volumes.

47) *Sátiro de Oliveira Dias* (Médico). Dele disse o Barão de Studart: "Nasceu a 12 de janeiro de 1844 em Inhambupe, Estado da Bahia, onde estudou as primeiras letras e princípios de francês e latim. Fez o curso de humanidades no afamado "Ginásio Baiano", fundado pelo Dr. Abílio César Borges, Barão de Macaúbas, sendo aluno premiado com medalha de ouro em 1859. Nesse colégio foi redator do *Ginásio,* jornal literário criado pelos alunos e que chegou a ter alguns números impressos (1861 a 1862).

Matriculou-se na Faculdade de Medicina em 1863. Já no quarto ano do curso seguiu para o Paraguai, como cirurgião voluntário, e esteve na campanha durante três anos, voltando em 1869 e recebendo o grau de doutor em 1870. Foi nesse tempo assíduo freqüentador e auxiliar do Barão de Macaúbas no Ginásio e coube-me, como aluno interno que eu era então no estabelecimento, conhecê-lo de perto e a ele ligar-me por laços de amizade, que mais estreitos se fizeram por ocasião de sua vinda ao Ceará no cargo de Presidente, que tanto nobilitou.

Seus colegas de turma escolheram-no para orador na solenidade de doutoramento, e durante alguns anos do curso médico foi, com Pacífico Pereira, José Olímpio, Egas Moniz, Américo Pacheco e outros, redator da "Revista Acadêmica".

Foi no Paraguai promovido a 1º Cirurgião e condecorado com o Hábito da Rosa.

Contraiu casamento em 1874, e nesse mesmo ano partiu para a Europa a fim de aperfeiçoar-se nos estudos médicos.

Tencionava inscrever-se para concurso no magistério da Faculdade, mas depois de inscrito para a sessão médica, tendo o governo suspendido os concursos por tempo indeterminado, entrou a colaborar no "Diário da Bahia", sob a direção de Dantas Leão Veloso, e desviando-se para a carreira política foi eleito deputado provincial em 2 legislaturas, nomeado depois secretário da Bahia e depois presidente do Amazonas e Rio Grande do Norte. teve nesta última a missão especial de dar execução à lei Saraiva (eleição direta), missão em que se houve de modo a merecer do governo imperial a graça da comenda da Ordem da Rosa.

De volta desta presidência, tomou assento na Assembléia provincial, e ocupou lugar de líder da minoria (administração do Conselheiro Pedro Luís Pereira de Sousa, 1882-1883).

Em 1883, foi nomeado Presidente do Ceará, por C. Imperial de 30 de junho e prestou juramento a 21 de agosto. O fato capital de sua administração foi a total libertação dos escravos da Província.

O grandioso acontecimento, solenizado de modo deslumbrante e inesquecível, realizou-se a 25 de março de 1884, presidindo a todas as festividades o Dr. Sátiro Dias, que das ocorrências daquele tempo que tanto levantaram o nome cearense aos olhos do mundo, e dos efeitos trazidos ao País pelo movimento abolicionista, saído primeiro da Província e que administrara, deixou luminosa narração publicada nos jornais e tirada em folhetos, em 1911.

Exonerado de Presidente por Decreto de 10 de maio de 1884, passou a administração a 31 ao 2º Vice-Presidente, Dr. Nogueira Acióli, e este, a 12 de julho, ao Presidente Dr. Carlos Otoni.

Outros fatos de importância ocorreram em seu tempo, como fossem a chegada e posse do 2º bispo do Ceará, D. Joaquim José Vieira e a inauguração da escola Normal de Fortaleza, criada pela Lei nº 1.790, de 28 de dezembro de 1878.

Eleito no fim de 1884 Deputado-geral pelo Amazonas, tomou assento na sessão de 1885; mas sendo logo dissolvida a Câmara, por ter caído o partido liberal, recolheu-se a sua terra natal, onde se entregou ao exercício da sua nobre profissão até que, subindo ao poder o partido liberal em 1889, foi chamado a exercer o lugar de Diretor Geral da Instrução Pública. Neste cargo veio encontrá-lo a República.

Mantido nele, foi em 1890 eleito deputado à Assembléia Constituinte, da qual foi Vice-Presidente, e mais tarde Presidente da Assembléia Republicana.

Nesta e na Constituinte colaborou nos trabalhos da Constituição baiana e suas leis complementares.

Nomeado em 1895 Inspetor Geral do Ensino (governo Rodrigues Lima), deixou este cargo para ocupar o de Secretário do Interior no governo Luís Viana.

Durante este governo e o anterior promoveu a reforma completa da legislação escolar, fez restaurar o edifício do Instituto Normal e deixou em via de construção o atual edifício do Ginásio da Bahia.

Apresentado em 1899, foi eleito deputado federal pelo 3º Distrito em duas legislaturas consecutivas (1900-1905). Não conseguindo a reeleição, foi nomeado delegado fiscal do Ginásio Carneiro Ribeiro, cargo em que se conservou até 1911. Depois desta data não exerceu cargo público.

Ao regressar do Paraguai, publicou uma brochura sobre aquelas operações de guerra, sob o título "O Duque de Caxias e a Guerra do Paraguai".

Como diretor e inspetor-geral do ensino deu a lume diversos relatórios e outros trabalhos sobre instrução, destacando-se dentre eles uma "Exposição e Proposta" ao Marechal Hermes da Fonseca e outra ao Governador Rodrigues Lima.

Foi Vice-Presidente da Câmara Federal e presidente da respectiva comissão de instrução pública, e além de alguns discursos sobre ensino, escreveu um substancioso parecer muito elogiado sobre o regime universitário e a instrução secundária no Brasil.

Nunca deixou de colaborar na imprensa periódica, sobretudo o "Diário da Bahia".

Sei que deixou inédita uma monografia de estudo econômico-social sobre São Paulo e Bahia.

Foi Vice-Presidente do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia.

Faleceu a 19 de agosto de 1913.

Sátiro Dias, que foi um forte, um patriota, um abnegado, bem mereceu da Pátria".

48) *Carlos Honório Benedito Otoni* (Dr.). Nomeado em 24 de maio de 1884, prestou juramento em 12 de julho. Exonerado por Decreto de 24 de janeiro do ano seguinte, retirou-se das funções em 19 de fevereiro.

49) *Sinval Odorico de Moura* (Conselheiro). Nasceu em Caxias, Maranhão, em 3 de setembro de 1828. Nomeação de 24 de janeiro de 1885 e posse de 19 de fevereiro. Em 12 de setembro, por ter sido exonerado no dia 1º, passou a administração ao 1º Vice-Presidente, Dr. Antônio de Sousa Mendes. Faleceu na sua Província natal, no dia 8 de dezembro do mesmo 1885. Presidiu ao Amazonas, Piauí e à Paraíba. Deputado Geral.

50) *Miguel Calmon do Pin e Almeida* (Desembargador). Nomeado em 1º de setembro de 1885 e empossado em 1º de outubro. O Decreto que o exonerou é de 16 de março de 1886. Transmitiu a administração da Província, em 9 de abril, ao seu sucessor. Presidia ao Rio Grande do Sul, quando faleceu, em 30 de dezembro do citado ano de 1886.

51) *Joaquim da Costa Barradas* (Desembargador). Nomeação de 16 de março de 1886 e posse de 9 de abril. Deixou o cargo em 21 de setembro, exonerado que fora no dia 4.

52) *Enéas de Araújo Torreão* (Desembargador). Nascido em Goianinha, do Rio Grande do Norte. Bacharel em 1864. Deputado provincial da sua terra, em dois biênios. Nomeado presidente do Ceará pela C.I. de 4 de setembro de 1886, prestou o juramento devido no dia 21. Foi no seu governo e com as suas ajudas, que se fundou, em 4 de março de 1887, o Instituto do Ceará. Por Decreto de 7 de fevereiro de 1891 foi nomeado Desembargador do Tribunal de Apelação do Ceará, cargo em que se empossou a 21 de março. Feleceu no Rio de Janeiro, em 17 de julho de 1914.

53) *Antônio Caio Silva Prado* (Bacharel em Direito). Nomeação de 25 de março de 1888. Posse de 21 de abril. Menos de um ano esteve à frente do governo cearense, pois veio a falecer em pleno exercício, no dia 20 de março do ano seguinte ao do juramento. Era filho do Dr. Martinho da Silva Prado e nasceu em São Paulo (13 de junho de 1853),

rebento de ilustre família. Bacharelou-se pela Faculdade de Direito de sua Província, em 20 de novembro de 1897 e por ela doutorou-se em 1880, depois de haver cursado, na França, a Escola de Pontes e Calçadas. Presidiu à Província de Alagoas. O seu belo túmulo está no Cemitério de São João Batista, de Fortaleza.

54) *Henrique Francisco d'Ávila* (Senador). Nascido no Rio Grande do Sul, em 31 de agosto de 1833. Bacharel pela Faculdade de Direito de São Paulo. recebeu o cargo das mãos do Vice-Presidente Des. Américo Militão de Freitas Guimarães, que havia assumido o respectivo exercício no dia 26 de março, seguinte ao do falecimento de Caio Prado. Deputado Provincial e Geral. Senador do Império. Ministro de Gabinete de 3 de julho de 1882. Presidiu à sua Província.

55) *Jerônimo Rodrigues de Morais Jardim* (Coronel). Nomeado por C.I. de 11 de setembro de 1889, tomou posse em 11 de outubro. Governava apenas um mês e dias, quando sobreveio a República. No dia 16 de novembro teve de ceder à imposição dos republicaos, passando o cargo ao Tenente-Coronel Luís Antônio Ferraz, Comandante do 11º Batalhão do Exército, aclamado Governador Provisório do novo Estado.

13. LEGISLATIVO

13.1. IMPLANTAÇÃO

A Lei Geral de 12 de agosto de 1834, mais conhecida por Ato Adicional, instituiu as Assembléias Legislativas Provinciais, em substituição aos Conselhos Gerais, criados por Decreto de 26 de março de 1824.

O Conselho da Província do Ceará chegou a inaugurar-se em 16 de agosto de 1825, dirigido pelo seu presidente nato — o Juiz de Fora, Joaquim Antunes de Oliveira, porém só em 1º de dezembro de 1829 é que veio a funcionar regularmente, instalado nesse dia, com a presença de onze dos seus vinte e um membros. Coube a presidência ao rico negociante e homem público José Antônio Machado (depois Comendador Machado) e os demais presentes foram: Cônego Antônio de Castro e Silva, João Facundo de Castro Meneses, Pe. Antônio Francisco Sampaio, Pe. Francisco Gomes Parente, Vicente Alves da Fonseca, José de Agrela Jardim, Joaquim Lopes de Abreu, Luís Antônio da Silva Viana, José de Castro e Silva e José Joaquim da Silva Braga. Não puderam comparecer: João de Araújo Chaves, Joaquim José Barbosa, João Tibúrcio Pamplona, Pe. Joaquim de Paula Galvão, José Inácio Gomes Parente, Pe. Francisco Gonçalves Ferreira Magalhães, Pe. João Nepomuceno de Brito, Bernardino Lopes de Sena, José dos Santos Lessa e Pe. João Rodrigues Leite.

Conquanto sempre desfalcado no seu *quorum,* não só porque muitos dos Conselheiros residiam no interior, como porque à época de seu funcionamento era de todo incômoda, reuniu-se o Conselho normalmente, mas sem maior eficiência em virtude da natureza meramente opinativa das suas decisões, sujeitas à aprovação da Assembléia Geral Legislativa, na Corte, Perante o Conselho, anualmente, liam os Presidentes da Província os seus *Relatórios.*

De modo que seria recebida com geral ansiedade e agrado a instalação da Assembléia de Legisladores.

Vindo governar a sua terra como legítimo representante da corrente que pugnara pelo Ato Adicional, apressou-se o Presidente Alencar em dar organização e vida à Agremiação Legislativa e o fez, entre alegrias e solenidades especiais, no dia 7 de abril de 1835, lendo-lhe, então, a

sua primeira *Fala* ou Relatório e mantendo-se um e outra na mais perfeita recprocidade de compreensão. "Alencar a impulsionou para o bem e ela aceitou, sem restrições nem reservas, sua superior iniciativa e ascendência, como aconteceu a D. José para com o Marquês de Pombal". Em homenagem ao acontecimento o jornal "Publicador Cearense" passou a denominar-se "Correio d'Assembléia".

Como as do Pará, Maranhão, Paraíba, Alagoas e Rio Grande do Sul e de acordo com o art. 2º daquele Ato, a Assembléia Cearense compunha-se de 28 membros e devia funcionar, anualmente, durante dois meses, prorrogável o período se o Presidente da Província entendesse acertado.

No dia 8 de dezembro anterior, procedera-se à eleição, concorrendo o espantoso número de 138 candidatos. "Verdadeira corrida às urnas", com efeito.

Mas, na primeira sessão preparatória, de 5 de abril, unicamente 16 deputados responderam à chamada. No dia seguinte, 6, deu-se o recnhecimento dos eleitos. O subsídio, marcado pelo Presidente da Província, foi estabelecido em 3$200 diários, afora a ajuda de custo de 4$000 por dia de viagem, para os deputados não-residentes na Capital. O estalão de um dia de viagem era cada seis léguas de jornada. Até o advento republicano, essa diária não aumentaria de 5$000, inalterada a ajuda de custo.

E até aludido evento, exerceram o cargo de presidente da Assembléia, em caráter definitivo: Joaquim José Barbosa (1835 a 1837), João Facundo de Castro Menezes (1838, 1839, 1841), Miguel Fernandes Vieira (1840, 1841, 1844, 1845), Pe. Frutuoso Dias Ribeiro (1843), Tristão de Alencar Araripe (1848, 1849), Domingos José Nogueira Jaguaribe (1850, 1851), Manuel Teófilo Gaspar de Oliveira (1852), José Pio Machado (1853, 1854), Pedro Pereira da Silva Guimarães (1855), Manuel Franco Fernandes Vieira (1856, 1857), Pe. Dr. Justino Domingues da Silva (1858 a 1861), Gonçalo Batista Vieira (1862, 1870, 1871), Pe. Francisco Xavier Nogueira (1863, 1872 a 1877), Hipólito Cassiano Pamplona (1864, 1865), Pe. Francisco Correia de Carvalho e Silva (1866), Pe. Antonino Pereira de Alencar (1867, 1868), Antônio Joaquim Rodrigues Júnior (1869), José Pompeu de Albuquerque Cavalcante (1878 a 1880), Helvécio da Silva Monte (1881), José Antônio da Justa (1882), Pe. João Antônio do Nascimento e Sá (1883), Pe. Antero José de Lima (1884, 1885), Pe. José Teixeira da Graça (1886), João Paulino de Barros Leal (1887), Diogo Gomes Parente (1888, 1889) e Pe. Luís de Sousa Leitão (1888, 1889).

Foram os seguintes os deputados e suplentes convocados das diversas legislaturas no regime monárquico:

13.2. PARLAMENTARES DO REGIME MONÁRQUICO

Padre Bento Antônio Fernandes, Capitão-mor Joaquim José Barbosa, Major João Facundo de Castro Meneses, Dr. Clemente Francisco da Silva, Dr. José Pereira da Graça (Barão de Aracati), Pe. Carlos Augusto Peixoto de Alencar, Pe. Ambrósio Rodrigues Machado, Pe. Antônio de Castro e Silva, Pe. José Ferreira Lima Sucupira, Pe. Francisco de Paula Barros, Pe. Antônio Francisco de São Payo, Pe. Francisco Gomes Parente, Pe. José da Costa Barros, Major Francisco Fernandes Vieira (Visconde do Icó), Cel. Francisco de Paula Pessoa, Cel. Agostinho José Tomás de Aquino, Tenente-coronel João Franklin de Lima, Tenente-coronel José de Castro e Silva Júnior, Tenente-coronel Francisco Paulino Galvão, Capitão-mor José de Castro e Silva Sênior, José Teixeira de Castro, Prof. João Gomes Brasil, Gregório Francisco de Torres e Vasconcelos, José Vitoriano Maciel, Tenente-coronel Manuel de Torres Câmara, Tenente-coronel Vicente Alves da Fonseca, Vicente Ferreira Mendes Pereira, Tenente João da Rocha Moreira, Francisco de Paula Martins, Comendador José Joaquim da Silva Braga, Cel. Manuel Lourenço da Silva, Tenente Tomás Lourenço da Silva e Castro, Francisco José de Sousa, Dr. Antônio José Machado, José Raimundo Pessoa.

1838-1839

Capitão-mor Joaquim José Barbosa, Major Facundo de C. Meneses, Dr. Antônio Leopoldino de Araújo Chaves, Dr. João Paulo de Miranda, Dr. João Fernandes Barros, Dr. José Lourenço de Castro e Silva, Pe. Domingos Carlos de Sabóia, Francisco de Paula Barros, Pe. Antônio de Castro e Silva, Pe. Manuel Pacheco Pimentel, Pe. Lourenço Correia de Sá, Pe. Bento Antônio Fernandes, Cel. Agostinho José Tomás de Aquino, Major João Pedro da Cunha Bandeira de Melo, Tenente João da Rocha Moreira, Inácio José Rodrigues Pessoa, José Raimundo Pessoa, Com. José Joaquim da Silva Braga, Tenente-coronel João Franklin de Lima, Ângelo José da Expectação Mendonça, Capitão-mor José de Castro e Silva, Tenente-coronel José de Castro e Silva Júnior, José Francisco Pereira Maia, Inácio Bastos de Oliveira, Capitão-mor Joaquim Antônio Bezerra de Menezes, Tomás José Leite Chaves e Melo, José Joaquim Fiúza Lima, Manuel Pinto Brandão, Pe José da Costa Barros, Alferes Canuto José de Aguiar, Antônio Raimundo Pessoa, Antônio Ramundo Brígido dos Santos.

1840-1841

Capitão-mor Joaquim José Barbosa, Major Facundo de Castro Meneses, Pe. Domingos Carlos de Sabóia, Dr. José Lourenço de Castro e

Silva, Dr. João Paulo de Miranda, Pe. Manuel Joaquim Aires do Nascimento, Cônego Antônio de Castro e Silva, Dr. Frederico Augusto Pamplona, José Raimundo Pessoa, Tenente-coronel José de Castro e Silva Júnior, Dr. João Fernandes Barros, Pe. Antônio Pinto de Mendonça, Pe. Frutuoso Dias Ribeiro, Pe. José da Costa Barros, José Teixeira Castro, Cel. Agostinho José Tomás de Aquino, Visconde do Icó, Cel. Francisco Joaquim de Sousa Campelo, Barão de Aracati, Dr. Francisco de Assis Bezerra de Menezes, Miguel Antônio da Rocha Lima, Dr. Manuel Soares da Silva Bezerra, Dr. Miguel Fernandes Vieira, Manuel José de Albuquerque, Gregório Francisco Torres e Vasconcelos, Tomás José Leite Chaves e Melo, Dr. Antônio José Machado, Pe. Lourenço Correia de Sá, Cel. Hermenegildo Furtado de Mendonça.

1842-1843

Dr. Antônio Leopoldino de Araújo Chaves, Dr. Manuel Soares da Silva Bezerra, Pe. Frutuoso Dias Ribeiro, Dr. Francisco de Assis Bezerra de Menezes. Dr. Joaquim Vitoriano de Almeida Pinheiro, Dr. Manuel Teófilo Gaspar de Oliveira, Dr. Manuel Fernandes Vieira, Dr. Raimundo Ferreira de Araújo Lima, Dr. Pedro Pereira da Silva Guimarães, Dr. José Bernardo Galvão Alcoforado, Dr. Miguel Fernandes Vieira, Dr. Joaquim Saldanha Marinho, Pe. Joaquim Domingues Carneiro, Pe. João Barbosa Cordeiro, Pe. Luís Antônio da Rocha Lima, Pe. Antônio Xavier Maria de Castro, Cônego Manuel Roberto Sobreira, Pe. Visitador Vicente José Pereira, Cel. Agostinho José Tomaz de Aquino, Visconde do Icó, Cel. Francisco Joaquim de Souza Campelo, Capitão-mor Joaquim Antônio Bezerra de Meneses, Tenente-coronel Antônio Afonso Ferreira Montanha, Tenente-coronel João José de Gouveia, Tomás José Leite Chaves e Melo, Joaquim Emílio Aires, Plácido Francisco de Assis Andrade, Tenente-coronel Miguel Xavier Henrique de Oliveira.

1844-1845

Dr. Gonçalo Batista Vieira (Barão de Aquirás), Visconde do Icó, Dr. Miguel Fernandes Vieira, Dr. Manuel Fernandes Vieira, Cel. José Pio Machado, Dr. Raimundo Ferreira de Araújo Lima, Dr. Joaquim Saldanha Marinho, Comendador Joaquim Mendes da Cruz Guimarães, Pe. Frutuoso Dias Ribeiro, Dr. João Carlos Pereira Ibiapina, Major Manuel Franklin do Amaral, Dr. Joaquim José da Cruz Seco, José Francisco Carneiro Monteiro, Dr. José Vieira Rodrigues de Carvalho e Silva, Tenente-coronel João José de Gouveia, Bernardino José Tomás de Aquino, Dr. Francisco de Araújo Lima, Pe. Vicente José Pereira, Dr. Manuel Teófilo Gaspar de Oliveira, Cel. Inácio Ribeiro Bessa, Dr. Francisco Alves Pontes, José Joaquim Fiúza Lima, Pe. João Barbosa Cordeiro, Pe. José Antunes de Oliveira, Cel. Francisco Joaquim de Sousa Campelo, Cel. Joaquim Liberato Barroso, Capitão-mor Joaquim Antônio Bezerra

de Meneses, Tenente-coronel Miguel Xavier Henrique de Oliveira, Tenente-coronel Joaquim Ribeiro da Silva.

1846-1847

Capitão-mor Joaquim José Barbosa, Dr. José Lourenço de Castro e Silva, Geraldo Correia Lima, Manuel José de Albuquerque, Pe. Domingos Carlos de Sabóia, Dr. Antônio Henrique de Miranda, Cirurgião Francisco José de Matos, Com. Joaquim Mendes da Cruz Guimarães, Dr. Hipólito Cassiano Pamplona, Tenente-coronel João Franklin de Lima, Dr. Felipe Raulino de Sousa Uchoa, Dr. Marcos Antônio de Macedo, Tenente Tomás Lourenço da Silva e Castro, Dr. Teófilo Rufino Bezerra de Meneses, João Francisco Lima, Com. José Joaquim da Silva Braga, Francisco de Paula Martins, Cel. Inácio Ribeiro Bessa, Capitão Manuel José de Vasconcelos, Pe. Justino Furtado de Mendonça, Inácio José Rodrigues Pessoa, Pe. Dr. Tomás Pompeu de Sousa Brasil, José Raimundo Pessoa, Dr. Manuel Francisco Ramos, Alferes Canuto José de Aguiar, Manuel Dilermando Paes, Pe. João Barbosa Cordeiro, Dr. Canuto José da Silva Lobo, Pe. José de Sá Barreto.

1848-1849

Dr. Tristão de Alencar Araripe, Alferes Canuto José de Aguiar, Antônio Laureano Ribeiro, Dr. Hipólito Cassiano Pamplona, Manuel Joaquim de Oliveira, Pe. Justino Furtado de Mendonça, Com. José Joaquim da Silva Braga, Dr. Antônio Joaquim Aires do Nascimento, Pe. José de Sá Barreto, Francisco de Paula Martins, Cirurgião Francisco José de Matos, Ten.-Cel. João Franklin de Lima, Ten. João Zeferino de Holanda Cavalcante, Inácio José Rodrigues Pessoa, José Pacífico da Costa Caracas, Cônego Antônio de Castro e Silva, Pe. Alexandre Francisco Cerbelon Verdeixa, Dr. Canuto José da Silva LoboRamos, Francisco José de Sousa, Manuel Francisco de Paula Barros, Major José Joaquim da Silva Brasil, Manuel Dilermando Paes, Pe. Pedro Antunes de Alencar Rodovalho, Dr. Francisco Zabulon de Almeida Pires, Pe. Dr. Antônio Elias Saraiva Leão, Pe. Miguel Francisco da Frota, José Raimundo Pessoa, João Porfírio da Mota, José Marcos de Castro e Silva, Matias José Pacheco.

1850-1851

Dr. Domingos José Nogueira Jaguaribe (Visconde de Jaguaribe), Dr. Manuel Franco Fernandes Vieira, Dr. Gonçalo da Silva Porto, Ten. Cel. Miguel Xavier Henrique de Oliveira, Cel. José Pio Machado, Dr. Antônio Ferreira dos Santos Caminha, Dr. Manuel Teófilo Gaspar de Oliveira, Dr. João Carlos Pereira Ibiapina, Pe. Dr. Justino Domingues da Silva, Dr. Francisco de Araújo Lima, Cel. Francisco Tavares do Quintal, Barão de Aquirás, Pe. Antônio José Sarmento de Benevides, Conselheiro João Batista de Castro e Silva, Dr. Manuel Fernandes Vieira, Major Manuel

Franklin do Amaral, Pe. Pedro José de Castro e Silva, Domingos José Pinto Braga Júnior , Dr. José Fernandes Vieira, Cônego Antônio Pinto de Mendonça, Ten.-Cel. João Carlos Augusto, Dr. Joaquim Vitoriano de Almeida Pinheiro, Pe. Raimundo Francisco Ribeiro, Dr. Francisco Rodrigues Lima Bastos, José Francisco Pereira Maia, Luís Antônio da Silva Viana, José Maximiano Barroso, Com. Joaquim Mendes da Cruz Guimarães, Dr. Herculano de Araújo Sales, João Severiano Ribeiro, Pe. Francisco Xavier Nogueira, Pe. Antônio Alves de Carvalho, Pe. José Ferreira Lima Sucupira, Cel. Francisco Fidélis Barroso, Major Joaquim Estanislau da Silva Gusmão, Luís Vieira da Costa Delgado Perdigão, Major Luís Xavier Torres.

1852-1853

Dr. Manuel Teófilo Gaspar de Oliveira, Dr. Felipe Raulino de Sousa Uchoa, Dr. João Carlos Pereira Ibiapina, João Severiano Ribeiro, José Maximiano Barroso, Cel. José Pio Machado, Tenente-coronel Luís Antônio da Silva Viana, Major Manuel Franklin do Amaral, José Cunegundes da Silveira e Silva, Dr. Herculano de Araújo Chaves, Pe. Francisco Xavier Nogueira, Pe. Francisco Bastos de Oliveira, Pe. José Beviláqua, Cônego Antônio Nogueira de Braveza, Dr. Joaquim Vitoriano de Almeida Pinheiro, Dr. Antônio Domingues da Silva, Dr. Manuel Franco Fernandes Vieira, Domingos José Pinto Braga Júnior, Pe. Antônio Xavier Maria de Castro, Antônio Martins Porto, Pe. Antônio José Sarmento de Benevides, Dr. Francisco de Araújo Lima, Tenente-coronel João Carlos Augusto, Dr. Jerônimo Macário Figueira de Melo, Dr. Antônio Ferreira dos Santos Caminha, Dr. José Lourenço de Castro e Silva, Cel. Francisco Fidélis Barroso, Dr. Manuel Soares da Silva Bezerra, Pedro José Fiúza Lima, Dr. José Liberato Barroso (Conselheiro), Barão de Aquirás, tenente-coronel Miguel Xavier Henrique de Oliveira, Dr. Raimundo Ferreira de Araújo Lima (Conselheiro), Pe. Pedro José de Castro e Silva.

1854-1855

Dr. Pedro Pereira da Silva Guimarães, Pe. Antônio Xavier Maria de Castro, Cel. José Pio Machado, Dr. Manuel Franco Fernandes Vieira, Dr. Felipe Raulino de Sousa Uchoa, Tenente-coronel Luís Antônio da Silva Viana, João Severiano Ribeiro, Major Manuel Franklin do Amaral, José Maximiano Barroso, Major Luís Xavier Torres, Cel. Francisco Fidélis Barroso, Luís Vieira da Costa Delgado Perdigão, Manuel Félix de Azevedo e Sá, Joaquim José Fiúza Lima, Dr. Herculano de Araújo Sales, José Cunegundes da Silveira e Silva, Pe. Miguel Francisco da Frota, Cônego Antônio Nogueira de Braveza, Dr. Joaquim Vitoriano de Almeida Pinheiro, Dr. Antônio Domingues da Silva, Domingos José Pinto Braga Júnior, Pe. Francisco Xavier Nogueira, Antônio Martins Porto, Pe. Antônio José Sarmento de Benevides, Pe. João Felipe Moreira, Ten-Cel. Miguel

Xavier Henrique de Oliveira, Pe. Pedro José de Castro e Silva, Dr. José Vicente Duarte Brandão, Barão de Aquirás, Dr. Francisco de Araújo Lima, Dr. Jerônimo Macário Figueira de Melo, Pe. Dr. Justino Domingues da Silva, Dr. José Fernandes Vieira, Dr. Antônio Ferreira dos Santos Caminha, Ten-Cel. Francisco Tavares do Quintal, Francisco da Cruz Neves.

1856-1857

Dr. Antônio Domingues da Silva, Dr. Antônio Ferreira dos Santos Caminha, Dr. Bernardo Duarte Brandão (Barão do Crato), Dr. Felipe Raulino de Sousa Uchoa, Barão de Aquirás, Dr. Esmerino Gomes Parente, Dr. Manoel Franco Fernandes Vieira, Pe. Dr. Justino Domingues da Silva, Dr. José Vicente Duarte Brandão, Dr. José Fernandes Vieira, Dr. Jerônimo Macário Figueira de Melo, Dr. Pedro Pereira da Silva Guimarães, Dr. Joaquim Vitoriano de Almeida Pinheiro, Pe. Dr. Manuel de Lemos Braga, Pe. Lino Deodato Rodrigues de Carvalho (depois Bispo de São Paulo), Pe. João Felipe Pereira, Cônego Manuel Roberto Sobreira, Manuel Félix de Azevedo e Sá, Ten-Cel. Luís Antônio da Silva Viana, Ten-Cel. Miguel Xavier Henrique de Oliveira, Major Manuel Franklin do Amaral, José Maximiano Barroso, Domingos José Pinto Braga Júnior, Pe. Antônio Xavier Maria de Castro, Pe. Francisco Xavier Nogueira, Pe. Antônio José Sarmento de Benevides, Pe. Américo Militão de Freitas Guimarães, Dr. Frutuoso Dias Ribeiro.

1858-1859

Barão de Aquirás, Dr. Francisco Rodrigues Lima Bastos, Cândido Antônio Barreto, Antônio Martins Porto, Cel. Francisco Tavares do Quintal, Dr. Joaquim Mendes da Cruz Guimarães Júnior, Dr. Esmerino Gomes Parente, Dr. João Carlos Pereira Ibiapina, Dr. Pedro Pereira da Silva Guimarães, Cel. José Nunes de Melo, Comendador Vitoriano Augusto Borges, Capitão Gustavo Gurgulino de Sousa, José Cunegundes da Silveira e Silva, Manuel Félix de Azevedo e Sá, José Maximiano Barroso, Dr. Leandro de Chaves e Melo Ratisbona, Cônego Antônio Nogueira de Braveza, Juvenal Galeno da Costa e Silva, José Pacífico da Costa Caracas, Dr. José Liberato Barroso, Pe. João Francisco Pinheiro, Pe. Joaquim Domingues Carneiro, Pe. Dr. Justino Domingues da Silva, Pe. Antônio de Souza Neves, José Joaquim Alves Linhares, Pe. Francisco Xavier Noguiera, João Severiano da Silveira, Dr. Frutuoso Dias Ribeiro, Pe. Miguel Francisco da Frota, Custódio Joaquim Moreira da Costa, Prof. José Eleutério da Silva, Antônio Carvalho de Almeida, Pe. Dr. Manuel Antônio de Lemos Braga, Dr. José Fernandes Vieira, Pe. Joaquim Ferreira Limaverde, José Antônio da Costa, Cônego Manuel Roberto Sobreira, Pe. Pedro José de Castro e Silva, Ten-Cel. Luís Antônio da Silva Viana, Dr. Antônio Firmo Figueira de Sabóia, Prof. Vicente Ferreira de Arruda,

Dr. Herculano de Araújo Sales, Zeferino Januário de Oliveira Freire, Pedro José de Castelo Branco, Dr. Cordolino Barbosa Cordeiro, Pe. Dr. Antônio Elias Saraiva Leão, Ten-Cel. Miguel Xavier Henrique de Oliveira.

1860-1861

Dr. Joaquim Mendes da Cruz Guimarães Júnior, Dr. João Fernandes Vieira, Pe. Dr. Manuel Antônio de Lemos Braga, Antônio Gomes Barreto, Dr. Joaquim Antônio Alves Ribeiro, Joaquim José Alves Linhares, Cel. João Antônio Machado, José de Paula Ferreira Campa, Ten-Cel. Luís Antônio da Silva Viana, Cônego Manuel Roberto Sobreira, Manuel Félix de Azevedo e Sá, Dr. Pedro Pereira da Silva Guimarães, Comendador Francisco Coelho da Fonseca, José Pacífico da Costa Caracas, Dr. José Liberato Barroso, Dr. Antônio Ferreira dos Santos Caminha, Dr. Tertuliano Ambrósio da Silva Machado, Cirurgião Francisco José de Matos, Dr. Cordolino Barbosa Cordeiro, Pe. Dr. Justino Domingues da Silva, Pe. Antônio de Sousa Neves, Domingos José Pinto Braga Júnior, Dr. Esmerino Gomes Parente, Justino Francisco Xavier, Dr. Frutuoso Dias Ribeiro, Augusto Pontes de Aguiar, Dr. José Fernandes Vieira, Pe. Diogo José de Sousa Lima, Pe. João Felipe Pereira, Pe. Joaquim Ferreira Limaverde, Dr. Gervásio Cícero de Albuquerque Melo, Pe. Pedro José de Castro e Silva, Dr. Benjamim Pinto Nogueira, Pe. Daniel Fernandes de Moura, José Quezado Filgueiras, Belarmino José de Sá Roriz, Pe. Antônio José Sarmento de Benevides, Cel. José Nunes de Melo, Manuel Eugênio de Sousa, Dr. Antônio Domingues da Silva, Pe. Antônio Xavier Maria de Castro, Pe. Domingos Carlos de Sabóia, Dr. Antônio Joaquim Rodrigues Júnior (Conselheiro), Gustavo Gurgulino de Sousa, João Rodrigues Nogueira, Pe. Cesário Claudiano de Oliveira Araújo.

1862-1863

Dr. José Fernandes Vieira, Pe. Dr. Manuel Antônio de Lemos Braga, José Maximiano Barroso, Dr. Joaquim Mendes da Cruz Guimarães Jr., Gustavo Gurgulino de Sousa, Miguel Severo de Sousa Pereira, Manuel Félix de Azevedo e Sá, Cel. José Nunes de Melo, Dr. Gervásio Cícero de Albuquerque Melo, José de Paula Ferreira Campa, Dr. Frutuoso Dias Ribeiro, José Quezado Filgueiras, Barão de Aquirás, Dr. Esmerino Gomes Parente, Com. Vitoriano Augusto Borges, Ten-Cel. Antônio Gonçalves da Justa Araújo, Pe. Francisco Ribeiro Bessa, Dr. Cordolino Barbosa Cordeiro, Pe. Francisco Xavier Nogueira, Domingos José Pinto Braga Júnior, Pe. Antônio de Sousa Neves, Pe. Dr. Justino Domingues da Silva, Pe. Daniel Fernandes de Moura, Dr. Antônio Firmo Figueira de Sabóia, Justino Francisco Xavier, João Severiano da Silveira, Pe. Antônio José Sarmento de Benevides, Pe. Teodulfo Franco Pinto Bandeira, Dr. Manuel Marrocos Teles, Pe. Pedro José de Castro e Silva, Dr. Franklin

Gonçalves Bastos, Dr. Joaquim Vitoriano de Almeida Pinheiro, Dr. Benjamim Pinto Nogueira.

1864-1865

Dr. Antônio de Pádua Pereira Pacheco, Pe. Dr. Antônio Elias Saraiva Leão, Major Leandro Custódio de Oliveira Castro, Pe. Antônio José Sarmento de Benevides, Pe. João Francisco Pinheiro, José Flamino Benevides, Pe. Antonino Pereira de Alencar, Ten-cel. Antônio Teodorico da Costa (Comendador), Dr. Hipólito Cassiano Pamplona, Ten-cel. Zeferino Gil Peres da Mota, Pe. Antônio Carneiro da Cunha Araújo, Dr. Francisco Barbosa Cordeiro, Pe. Alexandre Francisco Cerbelon Verdeixa, Pe. Francisco Coriolano de Carvalho, Francisco Urbano Pessoa Montenegro, Dr. Manuel Coelho Bastos do Nascimento, Gaudino Menalipo da Costa, Joaquim de Sá Barreto, Pe. Francisco Correia de Carvalho e Silva, José Francisco Pereira Maia, Ten-Cel. Antônio Pereira de Brito Paiva, Dr. Augusto Barbosa de Castro e Silva, Dr. Félix José de Sousa Júnior, João Brígido dos Santos, Belarmino Gomes de Sá Roriz, Dr. Raimundo Teodorico de Castro e Silva, Dr. Cordolino Barbosa Cordeiro, Dr. Joaquim Antônio Alves Cordeiro, Dr. João Pinto de Mendonça, Dr. Benjamim Pinto Nogueira, Itrícleo Marbal Pamplona, José Antônio de Moura Cavalcante, Dr. Domingos Antônio Alves Ribeiro.

1866-1867

Dr. Antônio Pinto Nogueira Acióli (Comendador), Dr. Félix José de Sousa Júnior, João Brígido dos Santos, Prof. Joaquim de Oliveira Catunda, Dr. Teodoreto Carlos de Farias Souto, Prof. Arcádio Lindolfo de Almeida Fortuna, Dr. Gonçalo de Lagos Fernandes Bastos, Dr. Rufino Antunes de Alencar, Gustavo Gurgulino de Sousa, Pe. Antonino Pereira de Alencar, José Maximiano Barroso, Ten-Cel. Antônio Pereira de Brito Paiva, Gaudino Menalipo da Costa, Dr. Domingos Carlos Gerson de Sabóia, Dr. Antônio Ferreira dos Santos Caminha, Bento José da Fonseca e Silva, Pe. João Francisco Pinheiro, Dr. Joaquim Antônio Alves Cordeiro, Francisco Urbano Pessoa Montenegro, Dr. Francisco de Paula Pessoa Júnior, João Felipe Bandeira de Melo, Tomás Antônio Pessoa de Andrade, Pe. Antônio José Sarmento de Benevides, Pe. Francisco Correia de Carvalho e Silva, Pe. Francisco Coriolano de Carvalho, Dr. José Gonçalves de Moura, Dr. Francisco Barbosa Cordeiro, Pe. Meceno Clodoaldo Linhares, Fenelon Bomílcar da Cunha, Dr. Livino Lopes de Barros e Silva, Dr. Mendo de Sá Barreto Sampaio, Pe. José Tavares Teixeira.

1868-1869

Dr. Antônio Pinto Nogueira Acióli, Pe. Antonino Pereira de Alencar, Ten-Cel. Antônio Pereira de Brito Paiva, Dr. Benvindo Gurgel do Amaral,

Dr. Félix José de Sousa Júnior, Henrique Théberge, Cel. José Nunes de Melo, José Nogueira de Holanda Lima, Pe. Miguel Francisco da Frota, Pe. Antônio Correia de Sá, Cel. Antônio Barroso de Sousa, Dr. Domingos Carlos Gérson de Sabóia, Bento José da Fonseca e Silva, Francisco Urbano Pessoa Montenegro, Dr. Alexandre Leonel Marques de Santiago, Dr. João Pinto de Mendonça, Dr. José Tomé da Silva, Dr. Antônio Joaquim Rodrigues Júnior (Conselheiro), Dr. Pergentino da Costa Lobo, Manuel Joaquim de Sousa Vasconcelos, Zeferino Gil Peres da Mota, Inácio de Almeida Fortuna, Miguel Soares e Silva, Dr. José Ladislau Pereira da Silva, Prof. Joaquim de Oliveira Catunda, Dr. Raimundo Teodorico de Castro e Silva, Joaquim Alves Feitosa, Pe. José Gonçalves da Costa, Dr. Mendo de Sá Barreto Sampaio, Dr. João Clemente Pessoa de Melo, Dr. Abel de Sousa Garcia, Pe. João Francisco Pinheiro.

1870-1871

Barão de Aquirás, Pe. Francisco Ribeiro Bessa, Cônego Antônio Nogueira de Braveza, Dr. Cornélio José Fernandes, João Severiano Ribeiro, Dr. Manuel Ambrósio da Silveira Torres Portugal, Dr. Francisco Gonçalves da Justa, Cel. João Antônio Machado (Comendador), Dr. Joaquim Mendes da Cruz Guimarães Jr., Dr. José Gonçalves de Moura, Dr. Manuel Soares da Silva Bezerra, Ten-Cel. José Antônio Moreira da Rocha, Pe. Francisco Xavier Nogueira, Dr. Antônio Pereira da Silveira Castelo Branco, Miguel Severo de Sousa Pereira, Custódio José Moreira da Costa, Acadêmico Francisco Antônio de Oliveira Sobrinho, Dr. Antônio Firmo Figueira de Sabóia, Antônio Joaquim da Silva Carapeba, Pe. Antônio Maria Xavier de Castro, Dr. João Paulo Gomes de Matos, Dr. Joaquim Pauleta Bastos de Oliveira, Pe. Daniel Fernandes de Moura, Prof. Celso Ferreira Limaverde, Pe. Teodulfo Franco Pinto Bandeira, Dr. Laurênio de Oliveira Cabral, Pe. Cesário Claudino de Oliveira Araújo, Dr. Antônio Augusto de Araújo Lima, Dr. João Firmino de Holanda Cavalcante, Gustavo Gurgulino de Sousa, José Cordeiro da Cruz, Pe. Francisco Correia de Carvalho e Silva.

1872-1873

Dr. Manuel Soares da Silva Bezerra, Dr. Manuel de Sousa Garcia, Cônego Antônio Nogueira de Braveza, Cel. João Antônio Machado, Dr. Laurênio de Oliveira Cabral, Dr. Joaquim Pauleta Bastos de Oliveira, Prof. Celso Ferreira Limaverde, Dr. José Piauilino Mendes Magalhães, Dr. Tristão de Alencar Araripe Júnior, Dr. Antônio Coelho Machado da Fonseca, Dr. Francisco Gonçalves da Justa, Dr. Samuel Felipe de Sousa Uchoa, Dr. Praxedes Teódulo da Silva, Dr. Antônio Benício Saraiva Leão Castelo Branco, Ten.-Cel. Miguel Xavier Henrique de Oliveira, Cel. José Nunes de Melo, Paulo Gonçalves de Sousa, Joaquim José Alves Linhares, João Severiano da Silveira, Dr. João Carlos Pereira Ibiapina,

Dr. Francisco Alves Pontes, Dr. Antônio Pereira da Silveira Castelo Branco, Pedro José de Castelo Branco, Antônio Moreira de Sousa, Antônio Carvalho de Almeida, Cirurgião Francisco José de Matos, Augusto Alexandre Castelo Branco, Pe. Francisco Ribeiro Bessa, Dr. João Clemente Pessoa de Melo, Pe. Francisco Correia de Carvalho e Silva, Dr. João Paulo Gomes de Matos, Pe. Teodulfo Franco Pinto Bandeira.

1874-1875

Dr. Antônio Benício Saraiva Leão Castelo Branco, José Maximiano Barroso, Cônego Antônio Nogueira de Braveza, Cel. Joaquim José de Sousa Sombra, Dr. José Piauilino Mendes Magalhães, Luís Joaquim de Oliveira, Cel. João Antônio Machado, Pe. Francisco Xavier Nogueira, Joaquim José Alves Linhares, Paulo Gonçalves de Sousa, João Felipe da Cunha Bandeira de Melo, Dr. Francisco Alves Pontes, Dr. Herculano de Araújo Sales, Pedro José de Castelo Branco, Dr. Manuel Rodrigues Nogueira Pinheiro, Pe. Francisco Coriolano de Carvalho, José Feijó de Melo, Ten.-Cel. Salustiano Moreira da Costa Marinho, Antônio Carvalho de Almeida, Antônio Moreira de Sousa, Manuel Ferreira dos Santos Caminha, Dr. Antônio Pereira da Silveira Castelo Branco, Prof. Celso Ferreira Limaverde, Dr. Tristão de Alencar Araripe Júnior, Dr. José Gomes de Sá Barreto, João Severiano da Silveira, Raimundo Antônio de Freitas, Dr. Francisco Gonçalves da Justa, Dr. Praxedes Teódulo da Silva, Dr. Antônio Coelho Machado da Fonseca, Dr. Manuel de Sousa Garcia, Cel. José Nunes de Melo, Cel. Antônio Luís Alves Pequeno.

1876-1877

Dr. Manuel Ambrósio da Silveira Torres Portugal, Cel. Joaquim José de Sousa Sombra, Dr. Samuel Filipe de Sousa Uchoa, Crisanto Pinheiro de Almeida e Melo, Cel. Antônio Barroso de Sousa, Barão de Aquirás, José Maximiano Barroso, Dr. Antônio Benício Saraiva Leão Castelo Branco, Ten.-Cel. João Segismundo Liberal, Pe. Francisco Ribeiro Bessa, Gustavo Gurgulino de Sousa, Dr. Manuel Fernandes Vieira, Dr. Francisco Gomes Parente, João Mendes da Rocha, Pe. Francisco Xavier Nogueira, José Feijó de Melo, Ten.-Cel. José Antônio Moreira da Rocha (Comendador), Pe. Francisco Coriolano de Carvalho, Ten.-Cel. Joaquim José de Castro, Antônio Carvalho de Almeida, Ten.-Cel. Salustiano Moreira da Costa Marinho, Dr. José Gomes de Sá Barreto, Joaquim José Alves Linhares, Ten.-Cel. Miguel Xavier Henrique de Oliveira, Antônio Moreira de Sousa, Ten.-Cel. João Nogueira Rabelo, Dr. Mendo de Sá Barreto Sampaio, Dr. Praxedes Teódulo da Silva, Pe. Manuel Antônio Martins de Jesus, Dr. Francisco Ribeiro Delfino Montesuma, Dr. Francisco Cordeiro da Rocha Campelo Dr. Joaquim Pauleta Bastos de Oliveira, José Maximiano Barroso.

1878-1879

Dr. José Pompeu de Albuquerque Cavalcante, João Lopes Ferreira Filho, Joaquim Feijó de Melo, Ten.-Cel. Antônio Pereira de Brito Paiva, Dr. Hildebrando Pompeu de Sousa Brasil, Júlio César da Fonseca Filho, João Eduardo Torres Câmara, José Antônio de Moura Cavalcante, Miguel Soares e Silva, Dr. Helvécio da Silva Monte, Pe. João Paulo Barbosa, Farm. João Francisco Sampaio, Ten.-Cel. Inocêncio Francisco Braga, Dr. Daniel Alves de Queirós Lima, Joaquim de Oliveira Catunda, Francisco Urbano Pessoa Montenegro, Dr. Augusto Barbosa de Castro e Silva, Pe. Meceno Clodoaldo Linhares, Fenelon Bomílcar da Cunha, Lourenço Alves Feitosa e Castro, Pedro Alves de Oliveira e Castro, Dr. Francisco Barbosa de Paula Pessoa, Belarmino Gomes de Sá Roriz, João Mendes Pereiro, Dr. Mendo de Sá Barreto Sampaio, Dr. Timóteo Ferreira Lima, Dr. João Pinto de Mendonça, Dr. Antônio Joaquim do Couto Cartaxo.

1880-1881

Dr. José Pompeu de Albuquerque Cavalcante, João Lopes Ferreira Filho, Joaquim Feijó de Melo, Ten.-Cel. Antônio Pereira de Brito Paiva, Dr. Antônio Pompeu de Sousa Brasil, Comendador Antônio Teodorico da Costa, Pe. Antonino Pereira de Alencar, Pe. Antero José de Lima, Ten.-Cel. André Epifânio Ferreira Lima, Ten.-Cel. Aderbal Tito de Castro e Silva, Dr. Augusto Fulgêncio Peres de Mota, Dr. Francisco Barbosa de Paula Pessoa, Fenelon Bomílcar da Cunha, Dr. Francisco Ribeiro Delfino Montesuma, Dr. Helvécio da Silva Monte, Ten.-Cel. Inocêncio Francisco Braga, Joaquim de Oliveira Catunda, Farm. João Francisco Sampaio, Júlio César da Fonseca Filho, Dr. José Antônio da Justa, Dr. José Lourenço de Castro e Silva Jr., Joaquim Guilherme Maria da Costa Cisne, Pe. João Vicente Ferreira Lima, Pe. João Antônio do Nascimento e Sá, José Antônio de Moura Cavalcante, Luís Carlos da Silva Peixoto, Lourenço Alves Feitosa e Castro, Pe. Meceno Clodoaldo Linhares, Dr. Mendo de Sá Barreto Sampaio, Miguel Soares e Silva, Róseo de Oliveira Jamacaru, Pe. Vicente Jorge de Sousa, Francisco Frederico Rodrigues de Andrade.

1882-1883

Antônio Pereira da Cunha Callou, Antônio Moreira de Sousa, Antônio Gurgel do Amaral Valente, Pe. Bernardino de Oliveira Memória, Cel. Belisário Cícero Alexandrino, Crisanto Pinheiro de Almeida e Melo, Custódio Ribeiro Guimarães, Francisco Marçal de Oliveira Gondim, Pe. Francisco da Mota de Sousa Angelin, Dr. Francisco Ribeiro Delfino Montesuma, Dr. José Antônio da Justa, Justiniano de Serpa, Pe. Joaquim da Silva Coelho, Dr. José Mendes Pereira de Vasconcelos, Ten.-Cel. João Paulino de Barros Leal, Pe. João Antônio do Nascimento e Sá, Pe. João Carlos Augusto, João Mendes da Rocha, Pe. José Gonçalves

da Costa, Luís Januário Lamartine Nogueira, Miguel Soares e Silva, Martinho Rodrigues de Sousa, Pedro Onofre de Farias, Prof. Pedro Jaime de Alencar Benevides, Raimundo Vóssio Brígido dos Santos, Róseo de Oliveira Jamacaru, Pe. Sezinando Marcos de Castro e Silva, Prof. Arcádio Lindolfo de Almeida Fortuna, Tenente Filipe de Araújo Sampaio, Dr. Francisco Barbosa de Paula Pessoa, Alferes José Martiniano Peixoto de Alencar, Raimundo Carlos da Silva Peixoto.

1884-1885

Pe. Antero José de Lima, Pe. Antônio Cândido da Rocha, Pe. Antônio de Sousa Barros, Antônio Joaquim da Silva Carapeba, Antônio Pereira da Cunha Callou, Cel. Belisário Cícero Alexandrino, Custódio Ribeiro Guimarães, Pe. Diogo José de Sousa Lima, Cel. Diogo Gomes Parente, Pe. Francisco Teótime Maria de Vasconcelos, Pe. Francisco Xavier Nogueira, Dr. Francisco Marçal da Silveira Garcia, Henrique Nogueira de Albuquerque Arraes, Juvenal de Alcântara Pedroso, Ten.-Cel. João Paulino de Barros Leal, Ten.-Cel. José Fernandes de Araújo Viana, João Rodrigues Nogueira Pinheiro, Justiniano de Serpa, Pe. Luís de Sousa Leitão, Dr. Manuel Ambrósio da Silveira Torres Portugal, Ten.-Cel. Manuel Vieira Gomes Coutinho, Manuel Sedrim de Castro Jucá, Pe. Meceno Clodoaldo Linhares, Pe. Pedro Leopoldo de Castro Feitosa, Pedro Onofre de Farias, Raimundo Carlos da Silva Peixoto, Pe. Sezinando Marcos de Castro e Silva, Dr. Teófilo Rufino Bezerra de Meneses, Dr. Venâncio Ferreira Lima, Valdemiro Moreira.

1886-1887

Pe. José Teixeira da Graça, Pe. Manuel de Lima Araújo, Martinho Rodrigues de Sousa, Farm. João Francisco Sampaio, Cel. Antônio Barroso de Sousa, Dr. Venâncio Ferreira Lima, Antônio Artur, Pe. Luís de Sousa Leitão, Cel. Diogo Gomes Parente, André Jácome, José Paulo Ribeiro Pessoa, Manuel Carneiro Messias de Maria, Valdemiro Moreira, Antônio Frederico de Carvalho Mota, Antônio Joaquim da Silva Carapeba, Ten.-Cel. João Paulino de Barros Leal, Pedro Alves de Oliveira Castro, Pe. Antônio Alexandrino de Alencar, Honório Moreira de Carvalho, Pe. Antônio Fernandes da Silva, Manuel Sedrim de Castro Jucá, Aristides Ferreira de Meneses, Antônio Pereira da Cunha Callou, Cel. Belisário Cícero Alexandrino, Dr. Ildefonso Correia lima, Antônio Moreira de Sousa, Custódio Ribeiro Guimarães, Pe. Sezinando Marcos de Castro e Silva, Serafim Tolentino Freire Chaves, Raimundo Ribeiro de Melo, Manuel Monteiro da Silva, José Cândido, Pedro Onofre de Farias.

1888-1889

Pe. Luís de Sousa Leitão, Justiniano de Serpa, Valdemiro Moreira, Cel. Diogo Gomes Parente, Cel. Tibúrcio Gonçalves de Paula, Ten.-Cel.

João Paulino de Barros Leal, Antônio Jaime de Alencar Araripe, Teófilo Alves de Oliveira Cabral, João Quezado Filgueiras Filho, Prof. Celso Ferreira Limaverde, Dr. Inácio de Sousa Dias, Pe. Antônio Fernandes da Silva, Dr. Manuel Solon Rodrigues Pinheiro, Farm. João Francisco Sampaio, Pe. Antônio Pereira de Alencar, Pe. João Aureliano de Sampaio, Dr. Francisco de Assis Bezerra de Meneses, Zacarias Tomás da Costa Gondim, José Paulino, Inácio de Almeida Fortuna, Antônio Augusto Rodrigues Marrocos, Pe. Francisco Máximo Feitosa e Castro, Aníbal Fernandes Vieira, José Jucá de Queirós Lima, Joaquim Saldanha Arrais, Rodrião de Sá Barreto, Cel. Belisário Cícero Alexandrino, Ernesto Cândido de Lima Bezerra, Antônio Gurgel do Amaral Valente, João Facundo da Cunha Linhares, Urcesino Xavier de Castro Magalhães, Joaquim Domingos Moreira, João Barroso Valente, Martinho Rodrigues, Joaquim Manuel do Nascimento Silva.

14. LIBERTAÇÃO DOS ESCRAVOS

Não era do feitio cearense concordar com a escravidão.

Aceitou-a cedendo à pressão natural e imperiosa da organização econômico-social do País.

O índice do espírito de reação contra o servilismo encontra-se fortemente acentuado no deputado do Ceará, Pedro Pereira da Silva Guimarães, que agitou na Câmara Geral, em 1850, com escândalo do mundo político, a idéia do ventre-livre.

Outra indicação evidente foi a resolução do Presidente Alencar mandando vir, da Europa, colonos que substituíssem, no trabalho do campo e das indústrias, os braços do negro africano.

A emancipação norte-americana de 1865 veio dar mais força a essa predisposição antiescravista, a pouco e pouco infiltrada nos mais conservadores e no ânimo dos governantes.

Os legisladores provinciais não escaparam à solicitação e votaram leis de auxílio à manumissão dos que fossem nascendo filhos de escravos (Resolução nº 1254, de 1868).

As famílias, nas suas festas de batizados, aniversários e casamentos passaram a alforriar pretos cativos, o mesmo acontecendo em alguns atos religiosos e nas reuniões maçônicas.

Tornaram-se habituais as cotizações entre pessoas de pendor mais altruístico, destinadas à compra de liberdades.

Surge, então, a primeira sociedade libertadora, em Baturité, constituída em 25 de março de 1870 e, em seguida outra, em Sobral, no mesmo ano, no dia 25 de julho.

Em 1879, dez rapazes de Fortaleza contrataram uma sociedade com o nome "Perseverança e Porvir", escolhendo para data de sua inauguração a da lei do ventre-livre — 28 de setembro.

"Aos vinte e oito dias do mês de setembro de mil oitocentos e setenta e nove (oitavo aniversário da Lei nº 2040, de 28 de setembro de 1871) — são estes os termos da Ata da Instalação — nesta cidade de Fortaleza Capital do Estado do Ceará, na casa n. 100 à Rua Formosa, achando-se reunidos dez sócios instaladores, os Srs. José Correia do Amaral, José Teodorico de Castro, Joaquim José de Oliveira Filho, Antônio Dias Martins Júnior, Antônio Cruz Saldanha, José Barros da Silva, Francisco Flo-

rêncio de Araújo, Antônio Soares Teixeira Júnior, Manuel Albano Filho e Alfredo Salgado; depois de exposto pelo sócio Antônio Dias Martins Júnior os motivos da reunião e fins da sociedade, tendo lido em seguida algumas partes de seu projeto de estatuto, foi unanimemente aceita a proposta e a si encarregada a confecção dos referidos estatutos. Depois do que procedeu-se à votação para uma diretoria provisória que ficou assim constituída: José Correia do Amaral, presidente eleito por oito votos; José Teodorico de Castro, vice-presidente, eleito por seis votos; Alfredo R. Salgado, secretário, eleito por cinco votos; Joaquim José de Oliveira Filho, tesoureiro eleito por sete votos; José Barros da Silva e Antônio Cruz Saldanha, diretores ambos por sete votos. E para constar lavrou-se a presente ata em que eu Alfredo R. Salgado subscrevi e assino com os sócios instaladores. Cidade da Fortaleza, vinte e oito de setembro de mil oitocentos e setenta e nove."

De fins comerciais, a agremiação mantinha, no entanto, um fundo para cobrir alforrias e alimentava o objetivo de fundar outra que tomasse a si a empresa de arrebentar o ferro indigno das algemas.

Nasceu daí a "Cearense Libertadora", festividade começada no dia 8 de dezembro de 1880, tomado como "data de oiro para o calendário da idéia abolicionista".

Mas esta idéia quebra-se na sua unidade, biparte-se, pode dizer-se violentamente, na sua necessária concretização. O que talvez tenha sido melhor, porque as duas linhas divergentes entraram em acesa rivalidade, cada qual querendo estender mais a sua área de atividade no campo convulso da luta contra o negreirismo.

Antônio Bezerra diz-nos como se estabeleceu a discordância: "Constituiu o ato de eleição da nova diretoria (da "Libertadora") uma das páginas mais belas da história cearense, e por isso não nos podemos furtar ao desejo de relembrar. Tendo-se por mais uma vez suspendido as sessões por tumultuárias, em conseqüencia do desacordo entre uns sócios, que queriam se fizessem estatutos e outros que a eles se opunham, foi pelo presidente provisório João Cordeiro designado o dia 30 de janeiro de 1881 para decidir esse assunto.

No domingo mais próximo, no meio-dia, compareceram uns vinte sócios da antiga "Bolsa do Comércio", à praça José de Alencar, e logo João Cordeiro fê-los entrar para uma sala ao lado daquela casa de comércio, adrede preparada, a que havia ele dado o nome de *Sala de Aço*. Ali se achava uma mesa grande, coberta com um pano preto, duas lanternas nos extremos e vinte cadeiras em torno.

Depois de fechada a porta de entrada e acesas as velas das lanternas, João Cordeiro, que ocupava o centro da cabeceira, levanta-se e, arrancando da cava do colete um punhal, atira-o com força no meio da mesa, onde ficou cravado oscilando sinistramente ao reflexo das luzes, e disse: — Meus amigos, exijo de cada um de nós um juramento sobre este punhal,

para matar ou morrer, se for preciso, em bem da abolição dos escravos.

Vamos travar uma luta horrível com o governo, e por isso está em tempo de se retirar aquele que for amigo do mesmo governo ou dele for dependente. Quem não tiver coragem para tanto pode sair, que ainda sai em tempo; e logo se retiraram onze, cujos nomes por conveniência ocultamos ao desprezo público".

Acrescenta que juraram, de conformidade com o cargo que cada um exercia provisoriamente, o presidente João Cordeiro, o vice-Presidente José Amaral, o 1º secretário Dr. Frederico Borges, o 2º dito Antônio Bezerra, os diretores Antônio Martins, José Teodorico, José Barros, José Marrocos e Isac do Amaral. E que João Cordeiro lhe ditou, e ele escreveu, os seguintes desconcertantes estatutos: — "Art 1º — Um por todos e todos por um". Parágrafo Único — A sociedade libertará escravos por todos os meios ao seu alcance", — datados na Sala de Aço, 30 de janeiro de 1881, e pelos presentes assinados.

De outras providências tratou João Cordeiro, com o fim de poderem agir livremente nos furtos de cativos, em que, sem rebuços, iam empenhar-se. Tomaram criptônimos e, desta forma, Amaral passou a chamar-se *Juarez*; Frederico Borges, *Spartacus*; Bezerra, *Risakol*; Martins, *Peri*; Marrocos, *O'Conell* etc; — e adotaram excrita especial, secreta, de modo que o *a* valesse *z* o *b* valesse *x* e assim por diante, recuando-se sempre uma letra.

João Cordeiro, nas memórias que escreveu, ao correr do lápis, esclarece que foi convidado por alguns sócios da "Sociedade Perseverança e Porvir" para fundarem uma sociedade que se ocupasse da propaganda e da abolição dos escravizados. Aceitou com grande entusiasmo, e com os rapazes da "Perseverança" convocou, para o palacete da Assembléia da Província, uma reunião dos abolicionistas para a fundação de uma sociedade, que se instalou com o nome de "Cearense Libertadora". Compareceu grande número de abolicionistas e ele, João Cordeiro, foi aclamado presidente. Tomando posse do cargo, deu por instalada a sociedade e nomeou uma comissão para organizar os estatutos.

Dias depois, reuniu-se a sociedade para ouvir a leitura destes e aprová-los; mas houve longa discussão e, para cortá-la declarou: — "O projeto de estatutos que acaba de ser lido não convém. Nós queremos uma sociedade carbonária, sem ligações com o governo, que ocupe-se revolucionariamente da libertação dos escravos por todos os meios ao alcance dos nossos recursos pecuniários, da nossa inteligência e da nossa energia. Os estatutos que nos convêm devem ser simplesmente estes — Art. 1º — Libertar escravos, seja por que meio for. Art. 2º — Todos por um e um por todos". Dissolveu-se a reunião, ficando apenas duas dúzias de abolicionistas que entraram na luta que deu em resultado a libertação dos escravos do Ceará.

Outro partícipe do concerto libertador, Isaque do Amaral, transmite-nos que a fórmula do estatuto revolucionário foi proposta por Antônio Bezerra: "A idéia triunfou e se formou um grupo de resistência que prosseguiu na luta, sendo de justiça destacar os nomes do punhado desse núcleo: João Cordeiro, Antônio Cruz, Antônio Martins, Antônio Bezerra, José Teodorico de Castro, Padre Frota, Alfredo Salgado, Frederico Borges, Pedro Borges, Almino Álvares Afonso, Manuel Albano Filho, João e José Albano, José Barros, J. W. Ayres, João Carlos Jataí, José Marrocos, J. Cândido Maia, Justiniano de Serpa, Rodolfo Teófilo, Filipe Sampaio e Isaque do Amaral". E adianta: "Eram estes os *tais dez libertadores*, frase de mofa para traduzir a insignificância da força que pretendia demolir a torre Malakoff do escravismo".

Não parece certo que os nomes indicados por Isaque do Amaral sejam os dos que *ficaram* na hora decisiva do juramento pedido por João Cordeiro, mas a verdade é que todos eles não saem do agitado palco em que se encena o complicado drama do extermínio da escravatura.

"Do lado da "Libertadora" — é ainda Isaque do Amaral que o diz — ficamos com a maioria do povo, e do lado dos legalistas, tendo á frente o então Dr. Guilherme Studart (Barão de Studart), Júlio César da Fonseca Filho, João Lopes Ferreira Filho, Antônio Miranda e muitos outros filiados, ficou o apoio oficial e grande parte do funcionalismo público e dos proprietários, que não se queriam aventurar em lutas subversivas, que atentavam contra a Constituição do Império. Mas todos trabalhavam pela mesma causa, faça-se justiça". Polarizar-se-iam mais tarde esses moderados no "Centro Abolicionista".

Dois caminhos para a mesma vila.

O grupo da "Libertadora" não mais sossegou nem parou. Sem demora fundaram um jornal "destinado à propaganda e interesses abolicionistas" e cujo primeiro número circulou no dia 1º de janeiro seguinte ao da fundação da sociedade. Chamaram ao jornal de "Libertador" e adotaram o lema de Jesus — Ama a teu próximo como a ti mesmo. O programa um tanto condoreiro: — "Com o país que se levanta em prol da mais santa das causas, vem hoje o Libertador inscrever-se na liça de seus combatentes. A sua missão é de amor, mas não vem trazer a paz. A liberdade só combate com a espada, porque a tirania não cede á razão e nem conhece o direito. Onde estiver o oprimido, aí estaremos nós. Ficam suspensas as garantias dos potentados. Contestamos-lhes o direito de serem os únicos que têm razão. Liberdade, igualdade, fraternidade é a legenda de nosso estandarte. A consciência humana também não conhece outro princípio. Ao reflexo da nova aurora, ao clarão da luz que tem iluminado as páginas da história, começamos, pois, a nossa romagem. No seu apostolado, "Libertador" não restringe a sua esfera de ação. Levanta o escravo e coloca-o homem ao lado do homem. Sopeia o algoz e liberta a vítima. Tritura o orgulho do enfatuado e eleva o mérito real do filho do povo. E no

vasto domínio da mentalidade humana, todo o assunto lhe é próprio. Marcha com o seu século, tem o mesmo movimento, e na luta faz a sua profissão de fé. Ou vencer ou morrer!". . .

Tal qual prometeram, onde esteve o oprimido estiveram eles de fato, com o seu denodo e o seu instrumental de ritmo barulhento, mas de qualquer forma harmonioso. "Assemelhava-se — como para Isaque do Amaral — a uma orquestra com um grande coro a acompanhá-la, desde a voz cristalina de Celicina Rolim ao baixo profundo do vate Juvenal Galeno; e, para aplaudi-la, o grande público, que era quase Fortaleza em peso, nos primeiros atos, e, no epílogo, todo o Ceará. Não havia papelório. O Livro-Caixa estava sempre em branco. A bolsa dos sócios e dos amigos faziam de cofres-fortes. Cada um gastava o que podia e. . . até o que não podia!"

Aparece então o nome de Pedro Artur de Vasconcelos.

Filho de Manuel José de Vasconcelos e Lina Josefa de Vasconcelos, nasceu no dia 29 de junho de 1851, em Fortaleza. Havia estudado no Seminário Diocesano e agora exercia função no escritório da Casa Inglesa. Guarda-livros, colega de trabalho de Alfredo Salgado, contagiou-se do "Espírito de Liberdade" e em mais um turno fez comícios pela extinção da nódoa ebânica. Num desses, na Praça da Estrada de Ferro (praça Castro Carreiro), concitou os ouvintes a impedir as remessas de cativos para fora da Província. Doutra vez — e foi no teatrinho S. Luís, noite de 26 de janeiro — falou de igual maneira, pois era hábito nos intervalos das peças teatrais fazerem-se discursos e recitarem-se poesias. Nas suas concitações lembrou que se poderia conseguir dos jangadeiros não transportarem para bordo dos navios escravo algum.

José do Amaral achava-se presente e tomou a deixa.

Também lá estava Júlio César da Fonseca, que testemunhou depois: "Pedro Artur de Vasconcelos, tão esquecido, foi o iniciador do movimento, José do Amaral foi a alma. O toque de clarim cabe ao primeiro, o comando das forças ao segundo.

O primeiro levantou o grito, o segundo uniu fileiras. Acudiram logo com o seu apoio e o seu aplauso, para dar corpo à aspiração, diversas pessoas. "No Ceará não embarcará mais escravo!" Era o lema, o moto do novo lábaro; e com ele, somente, seria vencida a escravidão. Foi no intervalo da representação de um drama, do teatro São Luís, que Pedro Artur lembrou a necessidade do movimento e que se apelasse para os jangadeiros. O sonho tornou-se realidade. E das brancas e pandas velas das jangadas, alcíones da liberdade, se fizeram bandeiras de combate".

Certo número de escravos devia seguir pelo vapor "Espírito Santo", da antiga Companhia Brasileira de Navegação, a zarpar no dia 27. Pedro Artur e José do Amaral depressa recorreram ao liberto José Luís Napoleão, chefe de capatazia no porto e detentor das simpatias dos companheiros de serviço e dos jangadeiros em geral, graças à sua bondade e prestimosidade.

Napoleão comprara a própria liberdade e, com as economias que chegou a juntar, também a de quatro irmãs, bem como a de outros co-mártires do cativeiro. Toda a submissa bondade africana como que se apurava no cadinho do seu coração generoso. E por isso não recusou o convite, antes aceitou o apelo com ostensivo e sereno gosto e maior satisfação íntima por ver-se instrumento também do sagrado desígnio de acabar de vez a dor e a vergonha dos grilhões e do tronco.

A noite de 26 não os deixou dormir, nem a muitos mais — Antônio Cruz, Antônio Martins, José Teodorico, Antônio Bezerra, Isaque do Amaral, João Carlos Jataí. Aos três últimos coube aliciar gente, em maior quantidade possível, para achar-se na praia na hora do embarque. Da greve dos jangadeiros se encarregaram os outros. E, se viesse a falhar, aos elementos aliciados do povo tocaria promover desordem momentânea, de modo a poderem fugir os escravos.

Mais de mil e quinhentas pessoas "de todas as classes e condições" afluíram ao local no dia 27 e foi com o espanto dos traficantes de negros que se ouviu o clamor — "No porto do Ceará não se embarca mais escravo!"

"Esta resposta terminante e decisiva — comenta o "Libertador" — partiu ao mesmo tempo de todos os lábios. Não se sabe quem primeiro a proferisse. Era uma idéia que estava em todas as inteligências, um sentimento que brotava em todos os corações."

É de ver como desapontados ficaram aqueles interesseiros negociantes e, por mais que recorressem a oferecimentos de toda sorte, até mesmo às ameaças, nada obtiveram. Repelidos, vaiados, provocaram a interferência oficial para garantir-lhes o direito de mandar a sua mercadoria e para tanto veio à praia um oficial, com praças da polícia, mas sem proveito qualquer.

Apenas, muito cedo, haviam embarcado nove *peças*, porém dessas os libertadores, por meios legais, retiram algumas, entre elas, do vapor "Pará", uma infeliz mãe "semi-nua e quase morta a fome", com quatro filhas, despachadas no Maranhão para o Rio de Janeiro — todos desembarcados "debaixo da bandeira brasileira, ao som da música e ao ribombar de foguetes".

Pedro Artur e José Napoleão alcançaram aquela vitória, mas a tradição lhes perdeu os nomes, que é preciso repor no lugar devido. Instado por José do Amaral para dirigir a campanha no campo praieiro, excusou-se o liberto, escondido na sua exagerada modéstia, com esta resposta: "Seu Zezinho, tem aqui um que serve para o que o senhor quer: — é o Chico da Matilde".

Chico da Matilde não era outro que Francisco José do Nascimento, aracatiense, homem de cor, exercendo o mister de Prático da Barra e encarregado do serviço de lanchas do Comendador Luís Ribeiro da Cunha. Napoleão empurrava-o para a fama desde aquele momento, porque, con-

sultado sobre a sua solidariedade à cruzada redentora, sem demora Nascimento a deu, embora com a reserva de que não poderia ir muito adiante, considerada a natureza do seu emprego. No entanto, pôs, ali mesmo, à disposição da causa as duas jangadas que possuía.

Conquanto muito sublimada pela exigência mesma de vestir a campanha de roupagens vistosas e impregná-la do fervor contagiante que prepara os grandes triunfos, realmente de muito eficácia foi a atuação de Nascimento — o "Dragão do Mar", principalmente por ocasião e depois dos acontecimentos de 30 de agosto.

Os fatos ocorridos neste dia de 1881 consolidaram o trancamento do porto de Fortaleza ao comércio espúrio. Governava o Ceará o Dr. Pedro Leão Veloso, que não ia muito com as ousadias dos libertadores, apesar de ter sancionado a Resolução da Assembléia Provincial, sujeitando, nas estações fiscais, a averbação de escravos que entrassem para a Província ou, a qualquer título alienatório, dela saíssem.

Aconteceu que, tendo vindo a Fortaleza, o Sr. Camerino de Castro Meneses, filho do Major Facundo e residente no Pará adquiriu duas escravas para seu serviço doméstico e pretendeu com elas voltar para Belém. Mas, sabendo da disposição dos liberteiros em relação ao embarque das negras, contratou o respectivo envio pelo porto do Acaraú, a fim de recebê-las no Maranhão.

Houvesse o que houvesse, reunidos em sessão, deliberaram os abolicionistas que nenhum marítimo iria à praia no dia da chegada do vapor do Sul, medida — alegavam eles — que visava a ressalvar o sr. Camerino de qualquer odiosidade ou responsabilidade, em homenagem aos manes de Facundo, seu pai e mártir da liberdade. José Luís Napoleão, auxiliado por Francisco Nascimento, fomentava a greve dos praieiros e arrancava as pedras dos calçamentos, postas em rumas, para dificultar a ação oficial, na passagem para a beira-mar. Encontrava-se na capital cearense, por sua vez, um Sr. Magalhães, do Pará, que se esforçava por mandar para a mesma cidade de Belém alguns escravos comprados, tendo interessado no caso, por intermédio de João Brígido, a Chefatura de Polícia, não sem algumas relutâncias da parte desta.

Entretanto, o Dr. Torquato Mendes Viana, chefe da repartição, acabou cedendo e tomou a si efetivar o despacho de todos os negros, com o que afinal concordou o Sr. Camerino de Castro. Achava-se no porto, àquele dia 30, o navio "Espírito Santo" e aos poucos o povo se aglomerou na praia.

Começaram os protestos contra o aparato militar do Chefe de Polícia. Se ele havia imposto — "ou os escravos embarcam ou corre sangue", aí estava a resposta em boletim espalhado pela cidade: "Pois corra sangue!"

E a questão colocou-se no ponto exato em que esteve nos passados dias de janeiro, quando, menos intransigente, presidia à Província o Conse-

lheiro André Augusto Pádua Fleury e era Chefe de Polícia o Dr. Gonçalo Paes de Azevedo Faro. A solução só poderia ser a mesma: não embarcar.

Duzentos e dez praças (guardas civis, policiais e soldados do 15º Batalhão) postavam-se para manter o "princípio da autoridade"; mas os libertadores respondiam que 210 era, sem tirar nem pôr, o número de infelizes negros até aquele instante por eles declarados livres.

No auge da confusão, presente o próprio Dr. Torquato, as duas pretas do Sr. Camerino, sub-repticiamente, são metidas por João Carlos Jataí num carro trazido pelo liberteiro Cândido Maia e fogem todos em desabalada carreira.

A decepção da autoridade leva-o ao desespero quando verifica a fuga insólida, porém nada mais lhe é possível ordenar naquela conjuntura. Uma desmoralização, aquele roubo! Excelente pasto à exploração pelos políticos da situação governista, aquele desrespeito!

Elas, por elas, reclamavam. Da tipografia dos abolicionistas saiu em boletim a "Torquatada", versos chistosos e desprezativos.

Do lado do governo, a reação andou célere, zangada agora, também, contra a oficialidade do Batalhão do Exército, que ostensivamente aderia ao emancipacionismo.

Foi que, na noite de 25, se comemorava o aniversário natalício do Comandante, Coroel Lima e Silva, e os libertadores receberam atencioso convite para a festa a realizar-se na sua residência. Lá estavam José do Amaral, Frederico Borges, Antônio Martins, José Marrocos, Francisco José do Nascimento e Antônio Bezerra, recebidos, ao entrarem, com um "Viva a Sociedade Cearense Libertadora!", no qual "prorromperam, num brado forte e estridente", os oficiais homenageantes.

Sendo alta noite — narra Antônio Bezerra — ergueu-se da cadeira o Coronel Lima e Silva, e com a altivez de porte que lhe é peculiar, transportado ao mais nobre entusiasmo, falou e disse — "Senhores da Cearense Libertadora: Adepto das mesmas idéias que sustentais em prol da liberdade dos escravos, eu empenho minha honra militar, garantindo-vos que a força sob meu comando não disparará um tiro sobre os libertadores". Suas palavras foram acolhidas com uma salva de palmas. Os libertadores não cabiam em si de contentes; estava vencida a maior dificuldade da situação. Dentro em pouco se despediram levando os corações cheios de legítimo contentamento.

O Dr. Frederico Borges foi demitido da Promotoria, mas a causa não perdeu muito com isso porque ele passou a redator-chefe do jornal "Constituição" e aí continuou a auxiliá-la fervorosamente. Demitidos foram, igualmente, Siqueira Mano e Ferreira do Vale, oficiais da guarda cívica. A Francisco do Nascimento cassaram as funções de Prático e Prático-mor da barra, bem como ao Sr. Almino Afonso as de Procurador Fiscal dos Feitos da Fazenda Geral. O Dr. Pedro Borges, que era médico do Corpo de Saúde do Exército, foi removido para a Colônia Chopin,

no Rio Grande do Sul. Outros sofreram suspensão nos seus cargos e até corte de vencimentos.

No entanto, o que mais feriu a sensibilidade cívica do povo foi a acintosa nome nomeação do Dr. Torquato Viana para 1º Vice-Presidente da Província e a transferência do 15º Batalhão para Belém.

A oficialidade desse Batalhão, havia organizado o Clube Militar Abolicionista e o mantinha animadamente. "Será erro supor que viemos colocar a espada de Brênus em uma das conchas da balança em que se libra a opinião pública dividida em duas facções, e dizer com arrogância: *vae adversariis nostris* — declamava um seu representante na solenidade da libertação dos escravos de Pacatuba. "Não, nós fomos envolvidos pela onda irresistível da idéia, contra a qual as nossas baionetas seriam diques fraquíssimos e a quem não nos era materialmente possível fuzilar na praça pública com as balas fundidas á custa do suor do povo que é soberano."

Serviu de pretexto para a remoção esse entusiasmo, sem qualquer sombra de ilegitimidade, por um pensamento que se vivificava, instante a instante, até na cabeça veneranda do Imperador.

O Batalhão teve que seguir. A imprensa verberou contundentemente o ato do Ministro da Guerra: o "Libertador" e a "Constituição" rebatiam com veemência as justificações que "O Cearense" e a "Gazeta do Norte" ensaiavam em defesa da dicisão ministerial e da atitude complacente do novo Presidente da Província, Dr. Domingos Antônio Rayol, no fazer embarcar, quanto antes, aquele corpo de tropa.

Nada adiantou o telegrama que as "Senhoras Libertadoras" dirigiram ao Monarca pedindo a revogação do decreto, nem o gesto do povo colocando-se ao lado dos soldados com a intenção ingênuo de os não deixar retirar-se.

Na manhã de 6 de março de 1883 o transporte de guerra "Purus", vindo especialmente para isto, recebeu-os e levou-os acenando os seus lenços de despedida aos cearenses, à "Cearense Libertadora", às "Libertadoras Cearenses", ao "Clube dos Libertos", todos na praia testemunhando-lhes as suas homenagens e manifestações de saudade.

Enquanto não reaparecia o "Libertador", os bravos luzeiros da libertação extremavam os seus métodos guerrilheiros.

Cada instante mais se angulavam os dois caminhos — o dos carbonários e os dos *à sombra da legalidade*, como passaram a ser denominados ou outros, os menos assomados. "Miranhas", como lhes chamavam, acomodatícios, escravocratas disfarçados.

Não dormiam os da "Libertadora" e não concediam perdão, que a sua luta era de "matar ou morrer". E também de roubos e furtos da mercadoria execrável.

Os Amarais, José e Isaque, com a velha mãe e as irmãs, distinguiam-se nesses "crimes". Transformaram a sua chácara do Benfica e os seus sítios dos "Barreiros" e "Porangabuçu" em esconderijo de "objetos roubados".

Isaque dedicava-se ao mister de construtor e, como tal, mantinha contacto com muitos operários e estabelecia muitas relações de negócios e de amizade. Seria, forçosamente, elemento de primeira ordem nas investidas e excursões "criminosas" e a sua atuação devia ser mais subterrânea que frontal, para não pôr muito a nu a estratégia do grupo.

Outro de ação destemerosa era José Marrocos, redator do jornal, jeitoso para os disfarces e manobras de detetive, tão expedito para certos golpes, como Carlos Jataí, Cândido Maia e Antônio Bezerra.

D. Maria Correia do Amaral patrocinava os desvios de cativos e ajudava a ocultá-los. Nos fundos da "Casa Grande", (a chácara referida) fazia-se a primeira localização dos "roubados", que dali saíam para a mata dos "Barreiros" e do "Porangabuçu". Quando necessário, eram retirados para o interior, para sítios nas serras da Aratanha e Maranguape. "S. Francisco", de Terto Cabral; o "Rio Formoso", de José Correia de Melo; o "Ipioca", dos avós maternos dos Amarais; o "Macapá", de Manuel Antônio de Figueiredo, eram esconderijos das peças desviadas a seus donos. As comunicações telegráficas, sempre cifradas.

Escravos roubados na Capital eram mandados, geralmente para aludidos sítios ou outros de confiança. Os do interior, guardados nos "Barreiros" e "Porangabuçu". *Baldeação* é como se conhecia esse sistema de despistamento e maior segurança. *Libambo* era a ação de roubar.

Não davam folga aos senhores os turbulentos "ladrões", e tanto fizeram que se meteram em processo criminal rumoroso. Intentou-o, já farto de prejuízos, o Cel. Antônio Pereira de Brito Paiva, norte-rio-grandense, porém já radicado em Fortaleza, onde chegou a ser vereador, presidente da Câmara Municipal, deputado provincial e tesoureiro da Secretaria da Fazenda. Pai do Des. Joaquim Olímpio de Paiva e do General Vicente Osório de Paiva, cearenses ilustres.

Teles Marrocos por mais de uma feita, trajado de guarda urbano, investiu contra a "propriedade" do Cel. Paiva, e afirmam que numa dessas sofreu bengaladas do Dr. Joaquim Olímpio, a esse tempo juiz substituto de Fortaleza. Mas acabou alcançando êxito pleno, numa Quinta-feira Maior, noite em que, com Isaque do Amaral, Carlos Jataí e Cândido Maia, surripiaram 5 escravos, com eles fugindo em cavalos convenientemente arreados.

O procedimento judicial do Cel. Brito Paiva encheu de comentários e interesse a Capital. Eram réus Marrocos, Francisco José do Nascimento, Antônio Bezerra, Isaque do Amaral e Francisco Perdigão. Deviam responder pelo delito de furto e por indenização de dano.

João Brígido advogava o autor, e respondiam pela defesa dos acusados os Drs. Almino Afonso e Frederico Borges. As audiências, despertaram o máximo das atenções. Para aumentar o escândalo, os delinqüentes apresentaram um rol de mais de dez testemunhas, instruídas para toda sorte de perguntas e respostas, no intuito de delongar e desmoralizar o estranho processo, já no espírito do povo considerado coisa mais que burlesca.

Tornaram-se as mesmas audiências intermináveis e barulhentas, e João Brígido toda espécie de reclamação fazia ao juiz, que ordenava providências afinal inócuas. Uma chalaça, os depoimentos, tudo agravado com o expediente, engendrado por Isaque do Amaral, de mandar passar repetidas vezes, pela porta do *fórum*, carroças de sua propriedade cheias de objetos de flandre, numa barulheira de ensurdecer. A um protesto de Brígido contra semelhante desrespeito, alegou o juiz não lhe ser dado intervir no tráfego de veículos, fora da sala da justiça. Testemunhas como José Bazófia, Zé da Hora e Piau, tipos sem classificação, depunham debaixo da mais desmedida hilaridade, eternizando a ação intentada, tais as suspensões e os adiamentos.

Até que, oberado de despesas e saturado de dissabores, o Cel. Paiva recorreu aos bons ofícios de José do Amaral, de quem era amigo particular, e pôs término ao seu líbelo, do que resultou a conquista de largo terreno para a campanha da "Libertadora".

E assim aumentavam, hora a hora, as vitórias sobre o mal negro e foi dessa maneira que a "Libertadora" se reencontrou com o "Libertador", em 2 de novembro de 1882.

As manumissões sucediam-se, gratuitas ou indenizadas, alargando-se o movimento pelo interior da Província, calorosamente aceito.

Sob atmosfera tão carregada fundou-se, afinal, o "Centro Abolicionista". No dia 19 de dezembro de 1882. Entre os seus componentes assinavam o ato de instalação João Lopes Ferreira Filho, Júlio César da Fonseca Filho, Joaquim Domingues da Silva, Dr. Meton da França Alencar, Joaquim Catunda, Antônio Leal de Miranda, Cônego João Paulo Barbosa, Antônio Afonso de Albuquerque, Dr. Guilherme Studart, Engenheiro Ernesto Lassance Cunha, Comendador Teodorico da Costa, Cel. José Francisco da Silva Albano, Comendador Luís Ribeiro da Cunha, Padre Liberato Dionísio da Costa, Comendador Luís Seixas Correia, Dr. Firmino José Dória, Tenente F. Pordeus Costa Lima. . .

De logo deram ao móvel grupo a alcunha ridicularizante de "Centro João Lopes", alusão ao seu presidente João Lopes Ferreira Filho, que deixara as hostes de João Cordeiro para nela ingressar e, por essa razão, era atacado mais acremente.

Vê-se que o exagerado amor da causa levava os libertadores a um linguajar de acusações e picuinhas.

Entretanto, a simples leitura dos nomes dos do "Centro" por observador imparcial denuncia a injustiça da exageração. São, com efeito, os seus componentes lídimas praças de pré do abolicionismo cearense, na sua maioria falangistas que formaram colunas desde o começo, marchando e suando. Pode ser que alguns deles tivessem, em dias antes, comerciado a carne humana, porém naquela hora batiam o *mea-culpa* e se iniciavam, missionários convencidos, na ordem monástica da liberdade.

Menos temperamentais, achavam melhor o lento caminhar das coisas. Queriam se processasse a abolição na Província, "tendo em vista principalmente a conveniência de porem-se esses intuitos de acordo com as leis do país, de modo a evitar-se quaisquer perturbações de ordem moral ou econômica no seio da família ou da sociedade".

Chegavam, não se nega, um pouco tarde, como entidade colegiada, às ribaltas do vistoso proscênio da libertação; mas agora ali estavam, não mais um a um, e sim em pugilo, para a representação do seu papel na epopéia.

É injusto obscurecer a saliente cooperação do "Centro" depois de sua instalação a 4 de janeiro (1883). O seu sistema de operar, tendo como espada a Constituição do Império não era do agrado dos outros e no entanto iria dar resultados ótimos, não diremos eqüiponderantes, trazendo mais poder à avalancha irrefreável.

Como reconheceu Isaque do Amaral, passado o tempo, "todos trabalhavam pela mesma causa, faça-se justiça".

As figuras circunspectas de Guilherme Studart, depois Barão de Studart, de João Lopes, de Júlio César da Fonseca, de Meton da França Alencar, de Lassance Cunha, do Comendador Teodorico, do futuro Barão de Aratanha, do Padre Liberato, do Comendador Seixas, para citar apenas alguns, são a melhor prova de que o "Centro" não era constituído de *cristãos novos*, nem muito menos de tartufos.

Como que em revide ao aparecimento do "Centro Abolicionista", foi criada a "Sociedade das Libertadoras Cearenses", pondo-se em prática, aliás, idéia que muito antes preocupara os da "Perseverança e Porvir". Numa das suas sessões, ficara, com efeito, assentado se incorporasse á campanha uma associação de senhores, representativa da altivez e inteligência da mulher cearense.

No dia 6 de janeiro de 1883 realizou-se a solenização da sociedade. Maria Tomásia Figueira Lima, Carolina Cordeiro, Ludovina Borges, Elvira Piho, Jacinta Augusta Couto, Virgínia Salgado, Maria Faria de Oliveira, Joana Antônia Bezerra, Izabel Rabelo Silva, Francisca Rangel Bezerra, Luísa Torres de Albuquerque, Francisca Borges da Cunha Mamede, Izabel Vieira Teófilo, Jovina Jataí, Branca Rolim, Francisca Nunes Cruz, Francisca Joaquina do Nascimento, Joaquina de Paula Pimentel, Maria d'Assunção dos Santos Castro, Maria Teófilo Martins, Estefânia Nunes de Melo, Marieta Pio de Castro, Nerina Martins de Sá — são mulheres que souberam admiravelmente corresponder àquelas palavras de José do Patrocínio, presente à reunião: "É preciso fazer da fraqueza da mulher o mais forte de todos os poderes, a evangelização pelo encanto, a libertação pela magia de sua graça".

Patrocínio havia chegado ao Ceará em 30 de novembro, na companhia de Alípio Teixeira, seu colega de redação de "Gazeta da Tarde" e de pronto se achou no buliçoso ambiente dos guardas avançados da "Liberta-

dora": *Presidente* — João Cordeiro, *1º Vice-Presidente* — Dr. Frederico Borges, *1º Secretário* — Antônio Bezerra de Meneses, *2º Secretário* — Antônio Dias Martins, *Tesoureiro* — José Teodorico de Castro, *Diretores* — Dr. Pedro Augusto Borges, Padre João Augusto da Frota, Antônio Cruz Saldanha, Isaque do Amaral, José Albano Filho, Joaquim Lopes Verçosa, Alfredo R. Salgado, José Barros Silva, Auto Amâncio de Oliveira e Silva, José Joaquim Teles Marrocos, Padre Bruno Rodrigues de Figueiredo, Francisco José do Nascimento, João Carlos da Silva Jataí, Manuel Albano Filho, Demétrio de Castro Meneses, Francisco Lopes de Assis, Justiniano de Serpa, Teodorico Vitoriano de Brito, Joaquim Dias da Rocha, Lourenço Pessoa, Filipe de Araújo Sampaio, Antônio Amaral, Francisco Florêncio de Araújo, William John Ayres, Antônio de Oliveira, Raimundo Matos, Raimundo Maciel. *Advogados* — Dr. Almino Álvares Afonso, Justino Francisco Xavier e Dr. Teófilo Rufino Bezerra de Meneses.

Ganhos sucessivos iam reduzindo a escombros a instituição servil.

A pequena vila do Acarape dera o alevantado exemplo, no dia 1º de janeiro, consagrando-se a precursora da Libertação no Brasil. "Rosal da Liberdade" — aplicaram-lhe este epíteto sugestivo.

Os insubmissos corcéis da redenção arrastaram a carruagem da Vitória. De todos os recantos convergiam as solidariedades. Clero, Nobreza e Povo efusivamente se abraçavam: a Igreja, até aqui um tanto hesitante, compreendera a beleza de atitude dos padres Bruno de Figueiredo e João Augusto da Frota e vinha à redação do "Libertador" para confraternizar, falando o Padre Belarmino José de Sousa "em nome de todo o Clero do Episcopado Cearense".

O agradecimento é de José do Patrocínio que, "de modo eloqüente e felicíssimo, mostrou toda a grandeza do apostolado da fé associado à caridosa cruzada dos redentores dos cativos".

"*Liberdade e Cruz* — seja em todos os ângulos da província o mote sublimado dos dignos missionários de Cristo!" — foi o remate da notícia do valente periódico.

Também se moveram os caixeiros, fundando, no salão nobre do Reform Clube, o seu grêmio — o "Clube Abolicionista Caixeiral", na noite de 8 de janeiro, "não adeso, nem hostil a nenhuma outra sociedade do seu gênero, tendo bem firmado o seu programa na legenda — *Libertas super omnia*". Antônio Papi Júnior tomara a frente e foi o seu 1º Secretário. Presidente — Olímpio Barreto; 2º Secretário — Francisco Carneiro Monteiro; Tesoureiro — Francisco Teófilo. Diretores: Joaquim J. Jeferson d'Araújo, Antônio Alves Brasil, Manuel A. Sampaio, Demétrio de Castro Meneses, Artur Gurgel Napoleão, José Eugênio, José Abílio e Francisco Braga Filho.

De sua vez associavam-se os militares reunidos no "Clube Cearense", na manhã do dia 11, sob a presidência do Padre João Leite de Oliveira.

Criaram o "Clube Abolicionista Militar" e elegeram a diretoria: Presidente — Dr. Pedro Augusto Borges, 1º Vice — Manuel Bezerra de Albuquerque Júnior, 2º Dito — Padre João Leite de Oliveira; 1º Secretário — Ten. Alfredo Weyne; 2º Secretário — José Eulálio Martins; Tesoureiro — Dr. Henrique Théberge; Diretores — José Lourenço da Silva Milanez, João Ferreira Panasco, Cap. José Joaquim de Vasconcelos, Raimundo de Vasconcelos, José Martiniano Peixoto de Alencar, Frederico Lisboa de Moura e José Joaquim Aires do Nascimento.

Repetiam-se nas páginas dos jornais as referências aos preparatórios da redenção em Pacatuba e S. Francisco (hoje Itapajé), vilas serranas da Aratanha e da Uruburetama.

Na primeira, Rodolfo Teófilo servia de corifeu maior, e na segunda, Filipe Sampaio. Comissões da "Libertadora" coligavam as forças e abriam-se subscrições para auxiliar as liberdades.

A Pacatuba foi uma daquelas, luzida, de que faziam parte, entre vários outros, Maria Tomásia e o Dr. João da Rocha Moreira. Para S. Francisco, a cavalo, em viagem muito penosa, seguiram, no dia 28, José do Amaral, Filipe Sampaio, Antônio Bezerra, Antônio Martins, Isaque do Amaral, José Marrocos e José do Patrocínio, que chegaram a 30 e trataram de todas as medidas indispensáveis à solenidade do dia 2 de fevereiro.

Impossível, dora em diante, conter a corrente do rio, transbordava pelo Ceará todo, molhando-o com as águas refrescantes da fraternidade. Brotavam com a rega feliz núcleos manumissores por toda parte.

Patrocínio voltou para o Rio a 10, levando no espírito as mais alvissareiras esperanças. De Londres, Nabuco concitava os libertadores a novas investidas: "É pena que o Ceará não se possa derramar no Brasil, invadir os baluartes da escravidão, onde ela é realmente poderosa e julga ter as nossas instituições como reféns".

Canoa (depois Aracoiaba) no dia 4 de março; Baturité e Icó no dia 25; Tauá no dia 25 de abril; Maranguape e Messejana a 20 de maio, e Aquirás a 23 — pontilhavam a estrada percorrida, como outros roseirais, onde os servos respiravam os aromas da cidadania, ombro a ombro com o senhor.

Em Baturité, a "Princesa das Montanhas", coube a vitória, entre muitos outros, a Martinho Rodrigues, Guilherme Vieira Perdigão, Joaquim Correia Sombra, José de Alencar Matos, Alberto Álvaro Ferreira, Cândido Taumaturgo e Fausto Augusto de Castro Meneses — da "Libertadora Baturiteense"; e ao Cônego Raimundo Francisco Ribeiro, Epifânio Ferreira Lima, Antônio Alves de Carvalho, Francisco Inácio de Queirós, Francisco Soares Bezerra e Joaquim José de Assis — da "Redentora Baturiteense".

Na cidade do Icó, a "Princesa do Sertão", preparado o terreno por uma comissão da "Libertadora" (Frederico Borges, Carlos de Alencar

e José Marrocos), a extinção foi em festas, na sala da Câmara, graças ao trabalho concitativo de Joaquina Rabelo, Maria Pinto, Joana Sampaio, Inácia Matos Dias, Josefa de Albuquerque e Maria Teresa Bandeira; e dos da "Libertadora" local — João Nogueira Rabelo, Dr. Inácio de Sousa Dias, João Jacinto Sampaio, Padre Dr. Francisco Ferreira Antero, Padre Manuel Francisco da Frota, Antônio Moreira de Sousa, Manuel Freire Bandeira, José Pinto Coelho de Albuquerque e Antônio Ferreira Antero Filho.

No Tauá (antigo S. João do Príncipe) tudo correu à conta do devotamento e iniciativa do Dr. José Baltasar Ferreira Facó, Juiz de Direito, poucos dias mais tão inditoso; do Dr. Joaquim Citó de Araújo Primeiro, Juiz Municipal, e do Vigário, Padre Alexandre Ferreira Barreto.

Em Maranguape, a presença dos libertadores João Cordeiro, Frederico Borges, Pe. João Augusto da Frota, Pe. Bruno de Figueiredo, W. Hardy e Joaquim Dias da Rocha, além da de Maria Tomásia e dos representantes dos jornais da Capital — Dr. Gonçalo de Lagos, pelo "Pedro II", Frederico Borges, pela "Constituição" e pelo "Libertador"; Alfredo Bomílcar, pela "Gazeta do Norte"; Manuel Cantuária, pela "Gazeta de Notícias" do Pará, — emprestou grande brilho aos festejos.

Os de Messejana, para cujo êxito muito concorreram o então acadêmico Álvaro Gurgel do Amaral e o Cel. Tristão Antunes de Alencar, fizeram-se com o comparecimento de José do Amaral, Serpa, Manuel Bezerra e Manuel de Oliveira Paiva — todos da "Libertadora". As "Libertadores Messejanenses" tinham como Diretor Geral — Adelaide A. Gurgel; Vice-Diretora — Isabel A. da Cunha Lage; 1º Secretário — Semíramis de Alencar Acanã; 2º Secretário — Maria L. d'Assunção; e Tesoureiro — Ana Aurélia de Alencar.

Aquirás escreveu a sua bela página, tudo admiravelmente disposto em quatro dias apenas, quase de surpresa. Justiniano de Serpa, chegado a 17, como libertador intransigente e aquiraense de nascimento, apressou o resultado das providências manumitivas e pôde, no dia 19, declarar a abolição total na vila. No dia seguinte, a da povoação de Monte-Mor (hoje cidade de Pacajus).

Patrocínio deixara multiplicada a levedura da fermentação e o exílio do 15º doera demasiado na sensibilidade moral da população que, do trapiche, vira embarcar, entre lágrimas, o seu comandante e a oficialidade, ostensivos amigos da ousada causa.

Annibal al portas! foi a epígrafe do artigo-cabeça do "Libertador", de 12 de fevereiro: "Chegou, talvez, o grande ensejo da luta. Descem das alturas os nevoeiros pesados, que ameaçam tomar posse do campo da Liberdade. Negrejam fulvos e coléricos os sapadores armados do machado da reação. Estalam, cedendo ao peso dos infinitos amigos oficiais, os degraus da escadaria, que leva à divina presença do delegado de César. Encontram-se, acotovelam-se nas ante-salas os Ulisses e os Negreiros. O rei dos reis cedeu; está entregue, sitiado, abatido."

Direta alusão ao procedimento do Presidente da Província, Dr. Domingos Antônio Rayol, Barão de Guarajá, parcializado em favor dos políticos orientados pelo jornal "O Cearense", sempre contrário às aspirações daqueles a quem o "Tigre", ao despedir-se, chamara de "grandes batedores da glória da província e da regeneração do país".

Não havia mais como sofrear a idéia. O gesto do Imperador, incentivando-a por ocasião dos festejos do Acarape com o envio dum donativo e palavras de simpatia, fora confortante e auspicioso e já agora outras disposições de mocidade e agitação a reforçavam: a classe dos estudantes, concentrada na "Libertadora Estudantil", formada de alunos do Liceu, do Ateneu Cearense do Dr. Torres Portugal, do Instituto Cearense de Humanidades do Pe. Bruno de Figueiredo e os dos outros estabelecimentos de ensino.

Era voz nova a engrossar o formoso coral da libertação. De emocional, sentimentalista ou puramente subjetiva, convertia-se o movimento em legítima consciência emancipadora, na mais plena objetividade.

Chegara, pois, a hora de precipitar o desfecho e disto se incumbiu intrepidamente a imprensa de Fortaleza, conclamando o povo a vencer a indiferença a pôr em função a sua virilidade cívica.

"Será dentro em poucos dias a Princesa do Norte a primeira capital livre do Império, e então se poderá dizer, repetindo a frase da Corte: "O Ceará é a terra da luz", bradava aos quatro ventos o "Libertador" de 19 de abril.

Pela primeira vez era ouvida a consagrada expressão- — *Terra da Luz!*, atribuída a Patrocínio.

Em conciso manifesto — *Aos Cearenses*, desde 11 de janeiro se haviam dirigido aos habitantes da cidade as abrasadas combatentes Maria Tomásia, Carolina Cordeiro, Luduvina Borges, Jacinta Souto, Elvira Pinho e Eugênia Amaral, chamando-os "ao maior dos cometimentos a que podeis ligar no presente o vosso nome — a libertação geral da Capital".

Comissões para angariar donativos, com que se pagassem as indenizações de escravos pertencentes aos mais obstinados e a órfãos e viúvas espalharam-se ativamente.

A certa altura, ainda se precisava da quantia de cinco contos de réis e, numa das reuniões da Comissão Geral, "um amigo do Presidente da Província pediu a palavra e ofereceu o dinheiro que faltava, mandado dar pelo cofre dos órfãos. João Carlos Jataí em voz forte e enérgica disse que, sendo o governo inimigo dos abolicionistas, estes recusavam-se formalmente a receber qualquer contribuição dada pelo governo. A Assembléia agitou-se e de toda parte se ouviam protestos contra esse oferecimento. D. Carolina, esposa de João Cordeiro e vice-presidente da "Sociedade das Senhoras Libertadoras", tirou das orelhas os brincos de brilhante, os anéis dos dedos e um colar de péroloa, levantou-se, dirigiu-se à mesa do presidente da reunião e, depositando nas mãos deste, declarou em

voz alta e enérgica: — Eis aqui a minha contribuição! Palmas e vozes de aplausos retumbaram na sala. Outras senhoras tiveram gesto semelhante".

O General Tibúrcio Ferreira de Sousa, João Cordeiro e Alfredo Salgado ficaram encarregados do programa da grande festividade e, de fato, o organizaram meticulosa e ricamente movimentado, a ser posto em prática por intermédio de várias comissões especiais.

A cidade em peso, nas suas expansões jubilosas, não dormiria mais até o fim das comemorações, no dia 26, com o baile de encerramento no "Clube Cearense". Nunca Fortaleza se adornara nem se iluminara assim, esmerando-se em homenagens, até nas *areias* ou subúrbios, onde os pobres nada mais podiam fazer que fincar no chão, em frente aos seus casebres, uma vela de cera de carnaúba, a arder votivamente.

A sessão magna, às 12 horas, no salão nobre da Assembléia Provincial, teria de ser a grande nota do auspicioso dia. O Presidente interino da Província, Comendador Antônio Teodorico da Costa, ladeado pelos quatro componentes da Comissão Central, inaugurou-a em ligeiras palavras.

São cantados o Hino da Redenção e o Hino 24 de Maio, bem como, pelos alunos do Ateneu Cearense, o da Independência e o Hino Nacional. Jornalistas de Belém — Lima Barata pela "Província do Pará", e Manuel Cantuária pelo "Diário de Notícias" — especialmente enviados para "o grande acontecimento", falam em primeiro lugar e são imediatamente seguidos por João Brígido, em nome doutro órgão guajarino — o "Diário do Grão Pará", e por José Marrocos, representante do jornal católico "Boa Nova", também paraense.

A oração de Maria Tomásia, pelo calor com que foi pronunciada, valeu por uma convulsão. Francisca Clotilde, recitando poesia sua, não arrancou efeito menor.

Muitos oradores falam pelas diversas Sociedades Libertadoras, e já ia por mais de quatro horas da tarde quando o Comendador Teodorico encerra a sessão, cuja ata assina com a pena de ouro oferecida pelo joalheiro J. Weill.

Às cinco horas da tarde, na Catedral, o *Te Deum* gratulatório, com expressiva oração do Padre Frota.

Depois, o "préstito dos estandartes" percorrendo as ruas em *marche aux flambeaux*.

"Fortaleza Libertada" — podiam contar os seus poetas, endeusando as heroínas e os heróis da majestosa conquista.

.....

Quando terminou o ano de 1883, o somatório era de todo animador, pois a coluna das vantagens subira muito. Em 21 dos 58 municípios, os desventurados carapinhas se haviam elevado a categoria de cidadãos.

Soure (3 de junho), Pedra Branca (8 de junho), Pereiro (27 de setembro), Vila Viçosa (29 de setembro), Canindé (4 de outubro), S. Benedito e S. Pedro de Ibiapina (11 de outubro), Várzea Alegre (22 de outubro), Pentecoste (8 de dezembro) — eis a série cronológica das libertações.

Na de Pereiro, tudo se deveu ao D. Antônio Augusto de Vasconcelos, juiz que aliava a uma sólida cultura os sentimentos da fraternidade nas suas mais enérgicas manifestações.

Em Canindé o trabalho coube a Cruz Saldanha, seu filho ilustre. "A Libertadora" fez-se representar por ele, por Antônio Bezerra, Frederico Borges, José Marrocos e pelas senhoras Francisca Nunes Cruz, Joana Antônia Bezerra, Maria Teófilo de Morais, Maria Nunes Façanha e Lia Josefina Bezerra. Aproveitaram o dia do padroeiro — o São Francisco miraculoso, para que tivesse o ato repercussão maior.

Para ali se dirigira um grupo de escravos, uns vinte foragidos do Piauí, e apelaram para os libertadores na sua aflição de fugitivos, entre rogos desesperados.

Os pretos continuavam a chorar e maldizer-se, — conta Antônio Bezerra — quando o Dr. Frederico Borges concordou com os demais companheiros presentes que se atendesse ao pedido daqueles infelizes. Mandou vir papel e, ordenando ao 1º Secretário que escrevesse o que ele mandasse, começou a passear de um para outro lado da sala, ditando as cartas seguintes, que foram todas do mesmo teor: "Nós abaixo assinados, membros da terrível associação Libertadora Cearense, restituímos à liberdade o cidadão Fulano, e ordenamo-lhe se, pretendendo voltar à terra de sua residência, o seu ex-senhor quiser obrigá-lo ao cativeiro, o poderá matar com uma faca bem grande que lhe atravesse o coração de uma banda para a outra. Canindé, 5 de outubro de 1883" (Assinatura). Os pretos riram de verdadeira alegria e quase no mesmo dia voltaram para donde vieram e não tardou que eles chegassem a Fortaleza, em plena liberdade, pois que os seus senhores, em vista daquele documento, não os quiseram mais conservar em sua companhia.

Era o absurdo batendo o absurdo, comenta Bezerra.

Já estava Presidente da Província o Dr. Sátiro de Oliveira Dias, médico baiano. Tomara posse no dia 21 de agosto e confirmou no cargo a sua profissão de fé abolicionista, feita em 1869 na inauguração da "Libertadora Baiana Sete de Setembro". Consultado sobre sua nomeação, por intermédio do Ministro da Justiça, Dr. Prisco Paraíso, explicara que iria para o Ceará com o intuito decidido de tomar a iniciativa na questão da escravatura, porém não aceitaria a indicação, se tal pudesse ferir a posição do governo geral em face do problema.

"Esperei a resposta e não a tive, esclarece o Dr. Sátiro, e levei a evasiva à conta do *pode ser que sim pode ser que não*, muito em voga nas altas regiões, e que, não obstante, me decidiu a tomar a resolução de embarcar para o Ceará e ali proceder de acordo com as minhas próprias inspirações."

"Quando estava isto definitivamente assentado no meu espírito — diz o ilustre ex-governante — recebi a visita do meu distinto amigo, o falecido Almirante Carneiro da Rocha, que me aconselhou a desistir da presidência. S. Exa. voltara do Norte dias antes e estivera no Ceará. — "Aquilo é um vulcão, disse-me textualmente. Vai talvez suceder-lhe pior que aos seus antecessores. Não vá la!"

Mas veio.

O clima oficial, portanto, amenizou-se para a campanha, e foi à suavidade dessa temperatura que amanheceu o dia 1º de janeiro de 1884, o terceiro Ano-Novo da confraternização pelo ideal da igualdade. "A aurora trouxe mais arrebóis e o seu coche de rosas, mais encrustado de ouro e safiras, anuncia o derradeiro estribuchar da escravidão nesta heróica plaga do Brasil!"

No dia 2, Sobral, o mais numeroso foco de cativeiro da Província, rompia os ferros, aliviando os últimos pulsos algemados. No mês de janeiro, também Trairi, Santa Quitéria, Aracati, Cachoeira, Lavras, Tamboril, Santana. Independência, Camocim, Cascavel, Morada Nova, Acaraú, S. Bernardo das Russas e Granja, a 2 e 10 de fevereiro.

Faltava somente o golpe final.

Indescritíveis as festas de 25 de março.

No meio de tantas, a Sessão Magna, num pavilhão de circo armado na Praça Castro Carreira e esmeradamente decorado.

Sátiro Dias faz, aí, a declaração imorredoira: *A Província do Ceará não possui mais escravos!*

"Foi estrondosa a repercussão em todo o Brasil — fechemos este capítulo com as próprias palavras do Presidente — e por isso mesmo a reação escravagista alçou o colo e nada poupou para o denegrir e amesquinhar. O próprio ministério se sentiu abalado pelo embate dessa reação, e eu me exonerei da presidência que deixei a 31 de maio. Descansando alguns dias na Bahia, fui ao Rio de Janeiro. Desejava ver-me acusar de perto, e queria julgar do efeito do libelo no grande centro da opinião nacional. Da condenação do governo já me não temia; porque de dois ilustres membros do gabinete recebera telegramas de aplauso à minha conduta.

O nobre Sr. Cons. Antunes Maciel, Ministro do Império, me escrevera logo a 26: "Felicito a V. Exa. por estar presidindo hoje uma província sem escravos e à província pelo novo regime de trabalho que lhe é aberto pela ausência do elemento servil". Isto honrava o seu espírito liberal. E o Sr. Afonso Pena, Ministro da Agricultura, tendo-me telegrafado na mesma data, em tom doutrinário e esquivo, "que a emancipação dos escravos em uma província, guardado o respeito devido à lei e á propriedade, era um fato auspicioso para todo o império", logo a 27, vencido pela opinião triunfante exprimia-se assim, em outro despacho: — "Todos os telegramas recebidos e publicados com excelente impressão. Aqui grandes festas e contentamento geral".

Do Imperador, que me recebeu num dos sábados tradicionais da varanda de S. Cristóvão, ouvi este expressivo conceito: — "O senhor fez no Ceará o que devia. Isto mesmo já disse ao Sr. Dantas".

O Ministério Lafayete havia caído, e o Cons. Dantas organizava o seu glorioso gabinete de 6 de junho. Fui à Câmara dos Deputados. Receberam-me, ou antes, me olharam como um indivíduo suspeito. Nesse tempo raros eram os que, como Joaquim Nabuco, se diziam desassombradamente abolicionistas. Alguns mais afoitos se confessavam "emancipadores". Um ano depois ali tive assento como deputado eleito pelo Amazonas; já os abolicionistas se numeravam por algumas dezenas e a falange emancipadora havia engrossado. Isto era em 1885.

Três anos mais tarde, em 1888, a Câmara, o Senado, o Governo, tudo, tudo era abolicionista, e o Ceará estava glorificado".*

* Leia-se acerca do movimento GIRÃO,[75]. Este capítulo é um resumo da aludida obra. Nova edição comemorativa do 1º Centenário da Libertação dos Escravos no Ceará. (Imprensa Oficial do Estado, 1984).

15. REPÚBLICA

15.1. REGIME REPUBLICANO

Fecharam-se as Assembléias Legislativas com a proclamação da República e só em 23 de dezembro de 1890, pelo Decreto nº 122, é convocado, para o dia 7 de abril seguinte, o 1º Congresso do novo Estado federado. Por este citado Decreto o Governador Luís Antônio Ferraz promulgou a primeira Constituição do Ceará, *ad referendum* do mesmo Congresso. O projeto dessa Carta Política fora elaborado no Rio de Janeiro, em 29 de novembro, pela seguinte comissão, nomeada pelo aludido Governador: Senadores Joaquim Catunda, Manuel Bezerra de Albuquerque e Teodoreto Carlos de Faria Souto e Deputados João Lopes Ferreira Filho, José Freire Bezerril Fontenele, Manuel Coelho Bastos do Nascimento, Alexandre José Barbosa Lima, Martinho Rodrigues de Sousa, José Avelino Gurgel do Amaral, Frederico Augusto Borges, Justiniano de Serpa, Gonçalo de Lagos Fernandes Bastos e José Beviláqua.

Fatos decorrentes do falecimento de Ferraz impuseram se adiasse a convocação, sendo marcada para a abertura, pelo Vice-Presidente em exercício, Cel. Feliciano Antônio Benjamim, o dia 13 daquele mês. Entretanto, a reunião somente se verificou em 6 de maio, instalado o Congresso, solenemente, sob a presidência do Des. José Joaquim Domingues Carneiro e com a presença de 23 deputados. São eleitos, pelo sistema indireto, no dia 7, o Governador e o Vice-Governador, respectivamente, o General José Clarindo de Queirós e o Major Benjamim Liberato Barroso.

Em 16 de junho, o Congresso promulga, mas em moldes bem diferentes, a Constituição do Estado, instituindo duas Casas — Senado e Câmara de Deputados, aquele com tantos membros maiores de 35 anos, quantos resultassem da proporção de um senador para dois deputados, e esta com 24 membros, maiores de 21 anos.

Deposto o General Clarindo, em 17 de fevereiro de 1892, foram dissolvidas aquelas Casas de Parlamento, por Decreto do dia seguinte, no qual se convoca outro Congresso para 12 de maio, devendo ser feitas as eleições em 10 de abril.

Revestia o novo Legislativo caráter constituinte e, de fato, em 12 de julho promulgou nova Constituição, que fez desaparecer o Senado, ficando, assim, o Poder Legislativo delegado à Assembléia Legislativa, composta de 30 deputados. Disposição transitória determinou que, concluídos os trabalhos constituintes, formassem os então senadores e os deputados uma só câmara, até encerrar-se a legislatura (art. 6º).

A Constituição de 1892 vigorou, integralmente, até 9 de julho de 1905, quando lhe introduziram algumas alterações não muito fundamentais. Novas reformas parciais sofreu em 1921 e 1925. A primeira, promulgada em Carta de 4 de novembro, sob inspiração do Presidente Justiniano de Serpa, adotou o princípio da não reeleição presidencial, o da eleição dos prefeitos municipais e o da indemissibilidade dos funcionários públicos sem prévio inquérito administrativo.

Foram proibidas as acumulações remuneradas. A outra, teve seguro mentor no jurisconsulto José Carlos de Matos Peixoto, então secretário de Estado, e consubstanciou-se no Diploma de 24 de setembro, no qual ficou consagrada, numa primazia do Ceará, a instituição do voto secreto, posto em prática esse sistema eleitoral, com ótimos resultados, nas eleições de prefeitos, realizadas em 15 de novembro de 1926.

Em face da reconstitucionalização do País, em 1935, recebeu o Ceará, de sua nova Assembléia Política, outra Carta Básica, promulgada em 24 de setembro. Por ela, fez-se, mediante o voto indireto, a eleição de Governador. Os deputados tinham suplentes convocáveis, como no tempo do Império, e certo número deles era escolhido pelos sindicatos de classe.

O golpe de Estado de 1937 acabou com as Assembléias Legislativas, que somente dez anos depois puderam reaparecer. A do Ceará iniciou os seus trabalhos em 24 de fevereiro de 1947, promulgando nova Constituição em 23 de junho.

De 1891 para cá presidiram à Assembléia cearense: José Joaquim Domingues Carneiro (1891), Antônio Pinto Nogueira Acióli (1892, 1893), Gonçalo de Almeida Souto (1892, 1898, 1899), Carlos Filipe Rabelo de Miranda (1894 a 1897), Belisário Cícero Alexandrino (1900 a 1912), Mons. Francisco Ferreira Antero (1913), Floro Bartolomeu da Costa (1914), Tibúrcio Gonçalves de Paula (1915 a 1919), Antônio Botelho de Sousa (1920, 1921), Rubens Monte (1921), José Lino da Justa (1922, 1923), Francisco de Paula Rodrigues (1924, 1925), Eduardo Henrique Girão (1926 a 1929), João Otávio Lobo (1930), César Cals de Oliveira (1935 a 1937), Joaquim Bastos Gonçalves (1947), Amadeu Furtado (1924, 1950 — 14.3.1951), Péricles Moreira da Rocha (15.3.1951 — 13.6.1951), dia em que renunciou à investidura), Raimundo Ivan Barroso de Oliveira (2.7.1951 — 12.3.1952), Francisco Ferreira da Ponte (13.3.1952 — 12.3.1953), Raimundo Ivan Barroso de Oliveira (13.3.1953 — 12.3.1954), Francisco Ferreira da Ponte (13.3.1954 — 9.3.1955), Décio Teles Cartaxo (12.3.1955 — 12.3.1956), José Napoleão de Araújo (13.3.1956 — 12.3.1957), Edson da Mota Correia (13.3.1957).

Eis a relação dos senadores e deputados estaduais no regime republicano:

15.2. PARLAMENTARES

1891

SENADO

Dr. Francisco Barbosa de Paula Pessoa, Miguel Augusto Ferreira Leite, Dr. Gonçalo de Almeida Souto, Dr. Francisco de Assis Bezerra de Meneses, Dr. Arcelino de Queirós Lima, Dr. Manuel Ambrósio da Silveira Torres Portugal (1a. Turma).

Pe. Antero José de Lima, Pe. Antônio Fernandes da Silva, Dr. José Pacífico Caracas, Dr. José Mendes Pereira de Vasconcelos, Antônio Dias Martins Júnior, Clementino Finéas Jucá (2a. Turma).

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Des. José Joaquim Domingues Carneiro, Pe. Luís de Sousa Leitão, Prof. Celso Ferreira Limaverde, Prof. Agapito Jorge dos Santos, Dr. Manuel Solon Rodrigues Pinheiro, Dr. Moisés Correia do Amaral, Dr. Joaquim Pauleta Bastos de Oliveira, Cap. Francisco Benévolo, Dr. Antônio Sabino do Monte, Dr. Clóvis Beviláqua, Dr. Abel de Sousa Garcia, Valdemiro Moreira, Dr. Francisco Antônio de Oliveira Sobrinho, Dr. Valdemiro Cavalcante, Dr. Antônio Monteiro do Nascimento Filho, Dr. Vicente Cesário Ferreira Gomes, Dr. João Marinho de Andrade, Dr. Joaquim Gomes de Matos, Dr. Pompílio Cordeiro da Cruz, Pe. Antônio Cândido da Rocha, Manuel Vieira Gomes Coutinho, Francisco Inácio de Queirós, Dr. Francisco Cunegundes Vieira Dias, Farmacêutico Catão Paes da Cunha Mamede.

2a. CONSTITUINTE

1892

SENADO

Dr. Antônio Pinto Nogueira Acioli, Major Antônio Joaquim Guedes de Miranda, Dr. Pedro Augusto Borges, João Paulino de Barros Leal, Dr. Helvécio da Silva Monte, Dr. Gonçalo de Almeida Souto, Major João Brígido dos Santos, Dr. Manuel Ambrósio da Silveira Torres Portu-

gal, Farmacêutico Carlos Filipe Rabelo de Miranda, Salustiano Moreira da Costa Marinho, João Severiano da Silveira, José Marrocos Pires de Sá.

CÂMARA DOS DEPUTADOS (Assembléia Legislativa)

Alfredo José Barbosa, Major Dr. Manuel Nogueira Borges, Dr. Francisco Batista Vieira, Segundo-Tenente João Arnoso, Segundo-Tenente da Armada José Tomás Lobato de Castro, Dr. Ildefonso Correia Lima, Dr. João Marinho de Andrade, Dr. Tomás Pompeu Pinto Acioli, Capitão Francisco Benévolo, Jovino Guedes Alcoforado, Prof. Agapito Jorge dos Santos, Urcesino Xavier de Castro Magalhães, Lourenço Alves Feitosa e Castro, José Pinto Coelho de Albuquerque, João Martins Alves Ferreira, Francisco Gomes de Oliveira Braga, Antônio Pereira da Cunha Callou, Comendador José Nogueira do Amorim Garcia, Tibúrcio Gonçalves de Paula, Francisco Alves Barreira, Dr. Francisco Cunegundes Vieira Dias, Antônio Gurgel do Amaral Valente.

1893-1896

João Paulino de Barros Leal, Salustiano Moreira da Costa Marinho, Ucesino Xavier de Castro Magalhães, Lourenço Alves Feitosa e Castro, José Pinto Coelho de Albuquerque, Francisco Gomes de Oliveira Braga, Tibúrcio Gonçalves de Paula, Francisco Alves Barreira, Dr. Francisco Cunegundes Vieira Dias, Antônio Gurgel do Amaral Valente, Dr. Gonçalo de Almeida Souto, João Brígido dos Santos, Farm. Carlos Filipe Rabelo de Miranda, Major Dr. Manuel Nogueira Borges, Ten. João Arnoso, Ten. José Tomás Lobato de Castro, Dr. João Marinho de Andrade, Jovino Guedes Alcoforado, Antônio Sales, Antônio Afonso de Albuquerque, Dr. Tomás Pompeu Pinto Acióli, Prof. Agapito Jorge dos Santos, João Martins A. Ferreira, Major Antônio Joaquim Guedes de Miranda, Afonso Fernandes Vieira, Honório Correia Lima, Guilherme César da Rocha, Pe. Carlos Antônio Barreto, Pe. Francisco José da Silva Carvalho, Pe. Vicente Jorge de Sousa, João Nogueira Sampaio, Joaquim Domingos Moreira, Jovino Pinto Nogueira, José Marrocos Pires de Sá, José Joaquim Ribeiro da Silva.

1897-1900

Belisário Cícero Alexandrino, Francisco Rodrigues de Oliveira Magalhães, Lourenço Alves Feitosa e Castro, Domingos Francisco Braga Filho, Tibúrcio Gonçalves de Paula, Napoleão Quezado Filgueiras, Alfredo Dutra de Sousa, Alexandrino Ferreira Costa Lima, Joaquim Domingos Moreira, Pe. Francisco Máximo Feitosa e Castro, Pe. Vicente Pinto Teixeira, João Nogueira Sampaio, João Montesuma de Carvalho, Dr. Antônio Pinto Nogueira Brandão, João Brígido dos Santos, Guilherme César da Rocha, Farm. Carlos Filipe Rabelo de Miranda, José Pompeu Pinto Acióli,

Dr. Valdemiro Cavalcante, Raimundo Leopoldo Coelho de Arruda, Major Dr. Manuel Nogueira Borges, Afonso Fernandes Vieira, Carlos Filipe Rabelo de Miranda Filho, José Pinto Coelho de Albuquerque, Pe. Francisco José da Silva Carvalho, Dr. Gonçalo de Almeida Souto, Honório Correia Lima, Pe. Carlos Antônio Barreto, Prof. Agapito Jorge dos Santos, Dr. Cornélio José Fernandes, Francisco Alves Barreira.

1901-1904

Belisário Cícero Alexandrino, Domingos Francisco Braga Filho, Lourenço Alves Feitosa e Castro, João Carlos da Costa Pinheiro, Antônio Afonso de Albuquerque, Jovino Pinto Nogueira, Pe. Francisco Máximo Feitosa e Castro, Alfredo Dutra de Souza, Alexandrino Ferreira Costa Lima, Tibúrcio Gonçalves de Paula, Pe. Vicente Pinto Teixeira, João Montesuma de Carvalho, Antônio Jamacaru, Acadêmico Manuel Belém de Figueiredo, João Brígido dos Santos, Dr. Antônio Pinto Nogueira Brandão, Guilherme César da Rocha, José Pompeu Pinto Acióli, Dr. Valdemiro Cavalcante, José Pinto Coelho de Albuquerque, Farm. Raimundo Leopoldo Coelho de Arruda, Maurício Graco Cardoso, Dr. Eduardo Studart, Cel. Tristão Antunes de Alencar, Valdemiro Moreira, Farm. José Elói da Costa, Casimiro Ribeiro Brasil Montenegro, Ten. Dr. Raimundo Borges, Antônio Frederico de Carvalho Mota, Reinaldo da Silva Porto, Honório Correia Lima.

1905-1908

Belisário Cícero Alexandrino, Tibúrcio Gonçalves de Paula, Lourenço Alves Feitosa e Castro, Pe. Francisco Máximo Feitosa e Castro, Domingos Francisco Braga Filho, Tristão Antunes de Alencar, João Carlos da Costa Pinheiro, Ildefonso Correia, Alexandrino Ferreira Costa Lima, Alfredo Dutra de Sousa, Jovino Pinto Nogueira, Reinaldo da Silva Porto, Dr. José Francisco Jorge de Sousa, José Pinto Coelho de Albuquerque, Dr. Antônio Pinto Nogueira Brandão, Guilherme César da Rocha, Ten. Dr. Raimundo Borges, Dr. Raimundo Leopoldo Coelho de Arruda, Tenente Oscar Feital, Dr. Benjamim Pompeu Pinto Acióli, Dr. Antônio Fiúza de Pontes, Cel. Antônio Frederico de Carvalho Mota, Capitão Francisco Cabral da Silveira, Farmacêutico José Elói da Costa, Casimiro Ribeiro Brasil Montenegro, Capitão de Corveta Dr. João Guilherme Studart, 2º tenente Dr. Antônio Eugênio Gadelha, Valdemiro Moreira, Dr. Antônio Augusto de Vasconcelos, Mons. Vicente Pinto Teixeira, Antônio Luís Alves Pequeno, Raimundo Ferreira de Sales.

1909-1912

Belisário Cícero Alexandrino, Guilherme César da Rocha, Dr. José Francisco Jorge de Sousa, Antônio Luís Alves Pequeno, Dr. Antônio Fiúza de Pontes, Pe. Francisco Máximo Feitosa e Castro, Cap. Dr. Rai-

mundo Borges, Cel. Alfredo Dutra de Sousa, Dr. João Guilherme Studart, Raimundo Ferreira Sales, Ten. Dr. Oscar Feital, Tibúrcio Gonçalves de Paula, Antônio Frederico de Carvalho Mota, Capitão Dr. Antônio Eugênio Gadelha, Alexandrino Ferreira Costa Lima, Dr. Antônio Pinto Nogueira Brandão, João Carlos da Costa Pinheiro, Jovino Pinto Nogueira, Casimiro Ribeiro Brasil Montenegro, Dr. Benjamim Pompeu Pinto Acióli, Cel. Domingos Francisco Braga Filho, José Pinto Coelho de Albuquerque, Antônio José Correia, Farm. José Elói da Costa, Joaquim Alves da Rocha, Dr. Antônio Augusto de Vasconcelos, Dr. Meton da Franca Alencar, Alfredo Gurgel da Costa Valente, Dr. Guilherme Moreira da Rocha, Carlos Torres Câmara, Salustiano José de Melo, Mons. Vicente Pinto Teixeira, Cap. Francisco Cabral da Silveira, Lourenço Alves Feitosa e Castro, Ildefonso Correia.

1913-1914

Mons. Francisco Ferreira Antero, Alfredo Pereira de Sousa, Hermenegildo de Brito Firmeza, Dr. Manuel do Nascimento Fernandes Távora, Dr. Joaquim Moreira de Sousa, Ten. Dr. Augusto Correia Lima, Dr. José Quintino da Cunha, Joaquim Sá, Capitão José da Penha Alves de Souza, José Fernandes de Carvalho, Farmacêutico Joaquim Frederico Rodrigues de Andrade, Joaquim Teófilo Cordeiro, Francisco Pires de Holanda, Antônio Fiúza Pequeno, Dr. Manuel Florêncio de Alencar, Farmacêutico João da Rocha Moreira, Dr. Rui de Almeida Monte, Pe. José de Arimatéa Cisne, Dr. Plácido de Pinho Pessoa, Dr. João Augusto Bezerra, José Lourenço de Araújo, Farmacêutico José Castelar Sombra, Capitão Manuel Moreira da Silva, Vicente Loiola, Dr. José Martins de Freitas, Dr. Artur Cirilo Freire, Augusto Vieira, Sérgio Augusto de Holanda, Capitão Dr. Guilherme Barbosa Bizerril Fontenele, José Frederico Rodrigues de Andrade.

1915-1916

Tibúrcio Gonçalves de Paula, Dr. Aurélio de Lavor, Dr. João Guilherme Studart, Dr. José de Borba Vasconcelos, Coronel Dr. Cesário Correia de Arruda, Dr. Manuel Sátiro, Capitão Dr. Manuel Teófilo Gaspar de Oliveira, Afonso Fernandes Vieira, Armando Monteiro, Dr. Edgar Augusto Borges, Capitão Polidoro Rodrigues Coelho, Dr. Leonel Serafim Freire Chaves, Dr. José Francisco Jorge de Sousa, Dr. Antônio Pompeu de Sousa Brasil Filho, Capitão Pantaleão Teles Ferreira, Gustavo Augusto Lima, Cel. Luís Filipe de Oliveira, Antônio Botelho de Sousa, Pedro Silvino de Alencar, Dr. Floro Bartolomeu da Costa, Pe. Francisco Máximo Feitosa e Castro, Cel. Manuel Francisco de Aguiar, Emídio Gomes Parente, Virgílio Correia Lima, Antonio Luiz Alves Pequeno, Antônio Pinto de Sá Barreto, Dr. Abílio Martins, Pompeu Costa Lima, Ten. Dr. Oscar

Feital, Dr. Pedro Gomes da Rocha, Lourenço Alves Feitosa e Castro, Dr. João Batista de Queirós, Dr. Manuel Leiria de Andrade.

1917-1920

3a. CONSTITUINTE

Tibúrcio Gonçalves de Paula, Luís Filipe de Oliveira, Antônio Botelho de Sousa, Dr. Aurélio de Lavor, Dr. João Guilherme Studart, Gustavo Augusto Lima, Dr. José de Borba Vasconcelos, Coronel Dr. Cesário Correia de Arruda, Dr. Edgard Augusto Borges, Dr. Manuel Sátiro, Capitão Dr. Manuel Teófilo Gaspar de Oliveira, Dr. Floro Bartolomeu da Costa, Pe. Francisco Máximo Feitosa e Castro, Godofredo de Castro, Dr. Manuel Leiria de Andrade, Alfredo Dutra de Sousa, Armando Monteiro, Dr. José Pompeu Pinto Acióli, Emílio Gomes Parente, Dr. Abílio Martins, Pompeu Ferreira da Costa Lima, Ten. Dr. Augusto Correia Lima, Hermenegildo de Brito Firmeza, Joaquim Costa Sousa, Júlio de Matos Ibiapina, Dr. Manuel do Nascimento Fernandes Távora, Major Dr. Maximiano Barreto, Dr. Pompílio Cruz, Dr. José Odorico de Morais, Capitão Dr. Rubens Monte.

1921-1924

4a. CONSTITUINTE

Antônio Botelho de Sousa, Dr. José Lino da Justa, Dr. Pompílio Cruz, Artur Temóteo, Farmacêutico Francisco Alves Linhares Filho, Dr. Sebastião Moreira de Azevedo, Joaquim Costa Sousa, Anastácio Alves Braga, Dr. Jorge de Serpa, José Pedro Soares Bulcão, Ten. Cel. Dr. Rubens Monte, Major Maximiano Barreto, Farm. Francisco de Assis Perdigão Nogueira, Dr. Francisco Prado, Dr. Edgar Augusto Borges, Dr. José Odorico de Morais, Dr. Pergentino Augusto Maia, Gustavo Augusto Lima, Dr. Raimundo Leopoldo Coelho de Arruda, Alfredo Pereira de Sousa, Mons. Vicente Salazar da Cunha, Dr. Manuel Sátiro, Mons. Francisco Ferreira Antero, Godofredo de Castro, Dr. José Ângelo da Silveira, Ten. Dr. Augusto Correia Lima, Capitão de Corveta Álvaro Rodrigues de Vasconcelos, Armando Monteiro, Dr. José Francisco Jorge de Sousa, Dr. Francisco de Oliveira Matos Ibiapina, Dr. Francisco de Paula Rodrigues, Dr. Antônio da Justa Teófilo Gaspar de Oliveira, Joaquim Albano.

1925-1928

5a. CONSTITUINTE

Dr. Eduardo Henrique Girão, Antônio Luís Alves Pequeno, Artur Temóteo, Alfredo Pereira de Sousa, Antônio Botelho de Sousa, Dr. Francisco de Paula Rodrigues, Farm. Francisco Alves Linhares Filho, Dr. José Joaquim de Almeida Filho, Dr. Sebastião Moreira de Azevedo, Dr. Antônio da Justa Teófilo Gaspar de Oliveira, Dr. José de Borba Vasconcelos, Dr. Jorge Moreira da Rocha, Dr. José Odorico de Morais, José Pedro Soares Bulcão, Joaquim Costa Sousa, Dr. Olavo Oliveira, Dr. Raimundo Leopoldo Coelho de Arruda, Ten.-Cel. Dr. Rubens Monte, Armando Monteiro, Augusto Fiúza Pequeno, Dr. César Cals de Oliveira, Godofredo de Castro, Cônego José Alves Quinderé, Dr. José Martins Rodrigues, Dr. Raul de Sousa Carvalho, Raimundo Monte Arrais, Mons. Vicente Salazar da Cunha, Dr. Edgar Augusto Borges, Antônio Luís Alves Pequeno, Dr. José Francisco Jorge de Sousa, Dr. Pedro Firmeza, Dr. Manuel Florêncio de Alencar.

1929-1930

Dr. Eduardo Henrique Girão, Antônio Botelho de Sousa, Alfredo Pereira de Sousa, Dr. Antônio Monteiro de Morais, Álvaro Soares e Silva, Dr. Edgar Augusto Borges, Farm. Francisco Alves Linhares Filho, Dr. Francisco de Meneses Pimentel, Rui Guedes, Dr. Heribaldo Dias da Costa, Dr. Gentil Pinheiro Barreira, João Pontes, Dr. Joaquim Bastos Gonçalves, Dr. Olavo Oliveira, Dr. Raimundo Gomes, Ten.-Cel. Dr. Rubens Monte, Dr. Sebastião Moreira de Azevedo, Dr. Sila Ribeiro, Major Dr. João da Silva Leal, Joaquim Costa Sousa, Cônego José Alves Quinderé, Dr. Juvêncio Joaquim de Santana, Dr. Manuel Florêncio de Alencar, Natanael Pegado de Siqueira Cortez, Dr. Pedro Firmeza, Dr. Raimundo Brasil Pinheiro de Melo, Dr. Tomás Pompeu Pinto Acióli, Dr. Manuel Carlos de Gouveia, Dr. José Martins Rodrigues, Dr. João Otávio Lobo, Dr. Francisco de Paula Rodrigues.

1935-1937

6a. CONSTITUINTE

Dr. César Cals de Oliveira, Dr. Raimundo de Norões Milfont, Dr. Antônio Frutuoso da Frota Filho, Dr. Joaquim Bastos Gonçalves, acadêmico Lourival Correia Pinho, Dr. Elpídio Prata Gomes, Antônio Felismino Neto, João Pontes, Farmacêutico Carlos Eduardo Benevides, Dr. Stênio Gomes da Silva, Hildeberto Barroso, Dr. Rui de Almeida Monte, Francisco de Almeida Monte, Dr. Ubirajara Índio do Ceará, Francisco

Silveira Aguiar, Dr. Dário Correia Lima, George Moreira Pequeno, Dr. Plácido Aderaldo Castelo (Liga Eleitoral Católica). Dr. Paulo Sarasate Ferreira Lopes, Dr. João Augusto Bezerra, Dr. Manuel Pinheiro Távora, Clodoaldo da Silva Barros, Dr. Joaquim Fernandes Teles, Bento Lousada Gonçalves, Antônio Barroso de Sousa, Antônio Duarte Júnior, Dr. Amadeu Furtado, Tenente Édison da Mota Correia, Mário da Silva Leal, Érico de Paiva Mota, Áuton Aragão (Partido Social Democrático). Bancada Classista — Dr. José Parsifal Barroso, Dr. Joaquim Tercápio Ferreira, Pedro Paulo Cavalcante, Prof. João Marinho de Albuquerque Andrade, José Euclides Ferreira Gomes, João da Silva Ramos, José Edgar do Rego Falcão, Manuel Gomes de Freitas, Antônio de Carvalho Rocha, Dr. Raimundo Brasil Pinheiro de Melo.

1947-1950

7a. CONSTITUINTE

(Na ordem proporcional dos Partidos)

Partido Social Democrático:- Dr. Almir Santos Pinto, Dr. Francisco Ferreira da Ponte, Franklin Gondim Chaves, Hildeberto Barroso, Acadêmico Joaquim Figueiredo Correia, Joel Marques, José Aristóteles Gondim, José Filomeno Gomes, Dr. José Parsifal Barroso, Dr. José Waldemar Alcântara e Silva, Dr. Manuel Carlos de Gouveia, Osíris Pontes, Dr. Paulo de Almeida Sanford, Raimundo de Queirós Ferreira, Dr. Renato de Almeida Braga, Dr. Valderi Magalhães Uchoa, Dr. Vicente Férrer Augusto Lima, Dr. Walter Sá Cavalcante, Dr. Wilson Gonçalves.

União Democrática Nacional:- Dr. Adail Barreto Cavalcante, Dr. Ademar do Nascimento Fernandes Távora, Dr. Amadeu Furtado, Dr. Antônio Barros dos Santos, Augusto Tavares de Sá Benevides, Grijalva Ferreira da Costa, José Eretides Martins, José Ramos Torres de Melo, Dr. Manuel Castro Filho, Dr. Manuel Gomes Sales, Manuel Wilebaldo Frota Aguiar, Mário da Silva Leal, Murilo Rocha Aguiar, Dr. Sebastião Cavalcante, Dr. José Napoleão de Araújo.

Suplentes convocados:- Alfredo Barreira Filho, Artur Pereira de Sousa, Ten. Édison da Mota Correia.

Partido Social Progressista:- Dr. Álvaro Lins Cavalcante, Antônio de Carvalho Rocha, Francisco Silveira Aguiar, Dr. Joaquim Bastos Gonçalves, Dr. José Crispino, Manuel Gomes de Freitas, Péricles Moreira da Rocha.

Suplente convocado:- Dr. Honório Correia Pinto.

Partido Comunista do Brasil:- José Marinho de Vasconcelos, Dr. José Pontes Neto.

Partido de Representação Popular:- Raimundo Aristides Ribeiro.

Suplente convocado:- Acadêmico Francisco de Assis de Arruda Furtado.

1951-1953

Dr. Aberlardo Gurgel Costa Lima, Dr. Ademar do Nascimento Fernandes Távora, Dr. Almir Santos Pinto, Dr. Álvaro Lins Cavalcante, Antônio de Carvalho Rocha, Dr. Antônio Conserva Feitosa, Dr. Antônio Danúsio Barroso, Antônio Gomes de Freitas, Antônio José de Albuquerque Gentil, Dr. Antônio Perilo de Sousa Teixeira, Augusto Tavares de Sá e Benevides, Ten. Édson da Mota Correia, Dr. Edival de Melo Távora, Eliézer Forte Magalhães, Filmenon Fernandes Teles, Dr. Francisco Ferreira da Ponte, Dr. Francisco Saraiva Xavier, Franklin Gondim Chaves, Grijalva Ferreira da Costa, Jeová Costa Lima, Dr. João de Alencar Melo, Dr. Joaquim de Figueiredo Correia, Joel Marques, Dr. José Crispino, José Filomeno Ferreira Gomes, José Firmo de Aguiar, Dr. José Napoleão de Araújo, Dr. Liberato Moacir de Aguiar, Mariano Rodrigues Martins, Dr. Manuel de Castro Filho, Dr. Manuel Gomes Sales, Manuel Honorato Cavalcante Filho, Manuel Matoso Filho, Osíris Pontes, Péricles Gomes de Araújo, Péricles Moreira da Rocha, Dr. Quintilio de Alencar Teixeira, Randal Pompeu de Sabóia Magalhães, Raimundo Elísio da Frota Aguiar, Dr. Raimundo Gomes da Silva, Dr. Raimundo Ivan Barroso de Oliveira, Dr. Raimundo de Moura Fé, Raimundo de Queirós Ferreira, Dr. Raimundo Renato de Almeida Braga e Dr. Wilson Gonçalves.

1954-1958

Dr. José Waldemar de Alcântara e Silva, Dr. Antônio Danúsio Barroso, Dr. Ésio Pinheiro, Dr. Raimundo Gomes da Silva, Expedito Machado da Ponte, Raimundo Queirós Ferreira, Dr. Antônio Paes de Andrade, Dr. Ernesto Gurgel Valente, Franklin Gondim Chaves, Dr. Wilson Gonçalves, Dr. Almir dos Santos Pinto, Cândido Ribeiro Neto, Osíris Pontes, Joel Marques, Dr. Joaquim Figueiredo Correia, Dr. Paulo Cabral de Araújo, Dr. Manuel de Castro Filho, Dr. Décio Teles Cartaxo, Dr. Francisco Saraiva Xavier, Dr. Rigoberto Romero de Barros, Jeová Costa Lima, Guilherme Teles Gouveia, Ten. Édison da Mota Correia, Dr. Manuel Gomes de Sales, Celso Barreira Filho, Dr. Edival de Melo Távora, Dr. Liberato Moacir de Aguiar, Cincinato Furtado Leite, Dr. José Napoleão de Araújo, Dr. Antônio Barros dos Santos, Dr. Francisco Deusemar Lins Cavalcante, Dr. José Pontes Neto, Dr. Plácido Aderaldo Castelo, Francisco Júlio Filizola, Almino Loiola de Alencar, Dr. Tibúrcio Valeriano Soares Diniz, Antônio Carvalho Rocha, Setembrino Fontenele Veras, Péricles Moreira da Rocha, Antônio Gomes de Freitas, José Peregrino da Frota, José Haroldo Magalhães Martins, José Firmo de Aguiar, José Monteiro de Macedo, Vicente Ribeiro do Amaral.

15.3. PRIMEIRA REPÚBLICA

15.3.1. Manutenção do Governo Aclamado

As aspirações de uma República no Brasil, durante a fase colonial esteve sempre, como é lógico, de mistura com os pruridos nativistas. Mas, consolidado o Império, passou a ser uma ideologia contra o regime monárquico, e não muito contra o Imperador, que era respeitado, querido e governava bem. Por isso, tardou.

No Ceará, a primeira manifestação organizada verifica-se na cidade do Aracati, onde se fundou um Clube Republicano. Aos 21 dias de abril de 1870, solenizado numa ata, cujas assinaturas eram encabeçadas pelo mais obstinado dos prosélitos, o moço Júlio César da Fonseca Filho.

O grêmio devia tomar a si "a missão da propaganda da república, quer pela imprensa, quer pela tribuna, quer pelos comícios ou outros quaisquer meios considerados preciosos para a vitória final da causa".

Júlio César findou o seu discurso de exposição de idéias com esta peroração: "Quero a república para a minha pátria, quero-a em nome do cristianismo, em nome do gênio da América, em nome do progresso e da civilização, em nome da verdade e da consciência, em nome do direito e da justiça. Quero a república sem intolerância, sem ódios, sem prejuízos, sem exclusivismo e sem expoliações. Quero uma república cidadã e sã, pura, imaculada, virgem-mãe da redenção da pátria. Quero uma república celebrando-se do altar da pátria como uma hóstia santa para que todos a adorem e a comunguem, a fim de que possam todos ter a vida eterna da liberdade". [9]

Evidentemente, havia chegado às várzeas jaguaribanas aquele espírito novo de que se embebeu a oficialidade do Exército, vitorioso no Paraguai, resultante de convivência mais demorada com o caudilhismo do Sul.

Mas, somente em 1872 pôde ter alguma vida o Clube, reinstalado, dizer-se-ia melhor novamente criado, em 27 de outubro.

A propaganda republicana, porém, moderou muito com os entusiasmos doutra mais humanamente gritante — a da libertação dos escravos. Todavia, após o triunfo de 25 de março de 1884, retomou a sua marcha decisiva. Em 1889 (26 de julho), juntam-se as atividades dispersas no "Centro Republicano do Ceará" (Fortaleza), ali os de maior evidência da causa — Joaquim Catunda, Antônio Cruz Saldanha, Gonçalo de Lagos Fernandes Bastos, José do Amaral, Antônio Sales, Jovino Guedes, Tenente Floriano Florambel, João Cordeiro, Antônio Papi Júnior, Adolfo Caminha, João Lopes Ferreira Filho, Álvaro Martins e muitos outros.

Um artigo de Papi Júnior, publicado no semanário "A Avenida", dera margem à formação do "Centro".

No mês seguinte, viajou João Cordeiro para o sul, tendo tomado parte num congresso Republicano realizado na Capital de S. Paulo. Voltando ao Rio, foi comissionado pelo propagandista Quintino Bocaiúva para investigar, nas capitais do norte, com que elementos poderia contar a conspiração. E já coordenava as suas informações, quando a intentona sobreveio. A notícia chegou ao Ceará através de telegramas recebidos entre 16 e 17 horas do mesmo dia 15 de novembro, um de Benjamim Constant e outro de Quintino Bocaiúva ao Cel. Luís Ferraz. O Presidente Morais Jardim empossado fazia apenas um mês, diante dos acontecimentos a se enovelarem rapidamente aos seus olhos, deliberou convocar, numa reunião em Palácio, os seus colegas de farda, os chefes políticos, os diretores de repartições.

Às 11 horas do dia 16, a todos expôs o velho militar que era gravíssima a situação do País e ele, administrando o Ceará numa quadra anormalíssima, não podia abandonar os cearenses antes de receber o telegrama oficial do novo governo republicano anunciando a queda da Monarquia. Portanto, como Presidente e como soldado, apelava para o povo e principalmente para os seus camaradas de armas, pedindo-lhes apoio e garantindo-lhes que se limitaria a manter a ordem pública, até a chegada da comunicação da Corte.

Dirigentes e alunos da Escola Militar e oficiais do 11º Batalhão discordaram do apelo, declarando-se solidários com Deodoro, a quem iriam imediatamente telegrafar.

A essa hora, populares já corriam as ruas da Capital, quebrando placas de logradouros públicos e insígnias reais, no Passeio Público aglomerando-se oficiais, soldados, civis e componentes do Centro Republicano, na disposição de depor o Presidente e constituir novo governo.

Enquanto isso, reunidos na sala de Ordens do Quartel desde 5 horas da tarde anterior, os oficiais do 11º Batalhão, por proposta de Tristão Sucupira de Alencar Araripe, resolveram com alguma repugnância de Ferraz — partidário da República só após o falecimento do Imperador — aderir imediatamente ao movimento. Por seu turno, o Clube Republicano mantinha-se em sessão permanente e em ligação com a tropa por intermédio de João Cordeiro, Joaquim Catunda e João Lopes, e só às 14 horas de 16 ultimara a decisão.

Foi então que Júlio César da Fonseca repudiou, em atitude irrevogável, a maneira como estavam desvirtuando em terras cearenses a República dos seus sonhos. Acabava de ver sobre um dos bancos do jardim uma bandeira nacional com a coroa do Império substituída por um barrete frígio, feito de baeta vermelha, e, trocando algumas palavras com o Major Manuel Bezerra de Albuquerque, lente da Escola Militar e o mais saliente promotor do ajuntamento, recebeu dele a declaração de que iria ao Quartel, ali em frente, e não tardaria a voltar.

Realmente o fez e de lá veio trazendo o comandante do Batalhão, Tenente-Coronel Luís Antônio Ferraz, em companhia do Capitão-engenheiro Pretestato Maciel.

"O Ferraz — narra Júlio César, — vinha pálido, muito pálido, abotoando o dólmã, sinal de que o tinha vestido às pressas. Bezerra, apresentando-o, num gesto senhoril de condutor de homens, declarou, voz altissonante: "Eis o nosso primeiro Governador!"

Achava-se aí, também, na mesma ocasião — acrescenta o decepcionado idealista de 1870 — um célebre cavalheiro de indústria espanhol, conhecido por Catalão, o qual, imediatamente, sem tir-te nem guarte, se apoderou da bandeira referida e, empunhando-a, solta-a aos beijos da brisa marítima que então soprava, bradando violentamente: — "Viva a República!"

Catalão era o apelido de Seraphin Grau y Ferrer, aventureiro de má fama, e, além disso, o Coronel Ferraz, o indigitado governador naquela conjuntura difícil, havia-se julgado ofendido dias antes pelo mesmo Júlio César, e portara-se sem a devida calma, só porque este lhe insinuara que os republicanos do Ceará precisavam da sua espada.

"De uma República que tem por seu primeiro governador o Ferraz e por gonfaloneiro o Catalão, eu não posso fazer parte" — concluiu Júlio César.[68] E retirou-se.

João Cordeiro — este próprio conta — e com ele o Major Bezerra de Albuquerque, "receosos de uma contra-revolução no Rio, lembraram-se de Ferraz para ter, assim, o Batalhão às suas ordens". E marcharam todos, ao som da Marselhesa e o velho militar à frente do préstito, para o Palácio e aí intimaram Morais Jardim a depor-se. Este os recebe no salão e logo o Major Bezerra, como intérprete da multidão, a ele se dirige: "Coronel Jardim, o povo, o exército e a armada acabam de aclamar, na praça pública, chefe do poder executivo nesta Província o Sr. Tenente-Coronel Ferraz", seguindo-se vibrantes vivas à República, a Deodoro, a Ferraz, a João Cordeiro.

Escreve testemunha presencial, que o "Cel. Jardim, trepando-se numa cadeira, com a prudência de homem de idade e porte de militar, respondeu que nunca pensou que depois de trinta anos de vida militar, e de haver apelado pedindo o apoio dos seus colegas, prometendo não criar estorvos à nova forma de governo, fosse vítima de tamanha violência; mas desde que o povo queria, obedecia". E adiantou: "Desejo que sejam felizes e a vós cearenses eu peço-vos com os olhos abrasados em lágrimas (e foi chorando) não vos esqueçais dos vossos patrícios que se estorcem com fome".[60]

Instala-se, então, o "Governo Provisório do Estado do Ceará da Confederação da República do Brasil."

Foi primeiro ato de Ferraz nomear uma "Comissão Executiva", em forma de ministério, para auxiliá-lo, dela participando: João Cordeiro,

encarregado dos Negócios da Fazenda; Major Manuel Bezerra de Albuquerque, dos Negócios da Guerra; João Lopes Ferreira Filho, do Interior; Tenente Alexandre José Barbosa Lima, da Justiça; Joaquim Catunda, do Exterior; Capitão José Freire Bezerril Fontenele, da Agricultura, Comércio e Obras Públicas; e o segundo-tenente da Armada, José Tomás Lobato de Castro, da Marinha.

Esse inexperiente Conselho, muito ridicularizado, veio a dissolver-se quando Ferraz foi nomeado Governador, por título confirmativo do Presidente da República, em 16 de janeiro subseqüente.

Também um dos municípios do interior — o do Icó — constituiu o seu ministério, a que não faltou, paradoxalmente, o seu ministro dos Negócios da Marinha...

No dia 18, ainda em meio à confusão reinante, João Cordeiro recebeu telegrama do Ministro Aristides Lobo comunicando a sua nomeação para Presidente do Estado, porém lealmente deixou de aceitá-la, pois havia sido aclamado e empossado o Coronel Ferraz. O mesmo Ministro e Rui Barbosa voltaram à carga, dizendo que ficaria sem efeito a aclamação, e deveria ele sem demora tomar posse do governo.

A resposta foi que de modo nenhum o faria e, por isso, a nomeação recaiu no próprio Ferraz, como Governador Provisório. E foi assim, o Ceará o único Estado a manter o Governo aclamado.

Nesse mesmo dia 18, Ferraz e o seu secretariado juraram fidelidade às instituições e dedicação ao progresso material e moral do Estado, isto perante a Câmara Municipal de Fortaleza, presidida pelo sr. Arnulfo Pamplona. Em data de 1º de dezembro, Ferraz é efetivado pelo Governo Federal.

Sucessivas alterações, de ordem político-social notadamente, haviam de ser impostas pela aceitação do regime de 15 de novembro.

Nova organização do governo e da administração daria, forçosamente, novo sentido às coisas e aos fatos, e disso foi seqüência coerente a acomodação dos dirigentes dos partidos — num bem explicável fenômeno de mimetismo ao figurino agora em plena moda — o do Partido Republicano.

Mas as ambições dos conquistadores não raramente os perturbam e arrastam a caminhos inseguros.

Qual ficou visto, não demorou que o "Centro Republicano" perdesse a unidade, dele retirando-se o grupo que se organizou com a denominação de "União Republicana" (19 de julho de 1890). E não muito depois, o outro desfalque, decorrente da defecção do Senador Joaquim Catunda e dos Deputados Martinho Rodrigues de Sousa, Justiniano de Serpa, Gonçalo de Lagos Fernandes Bastos e Manuel Coelho Bastos do Nascimento (abril de 1891).

Permaneceram no "Centro" os fiéis a João Cordeiro, popularmente chamados *cafinfins*, ao passo que aqueles dessidentes eram apelidados *maloqueiros*.

Levaram vantagem os da "maloca", aquecidos ao calor do prestígio

que lhes davam o Barão de Lucena, Minstro de Deodoro, e o Conselheiro Tristão de Araripe, no Rio de Janeiro. Conseguiram a demissão de João Cordeiro e Benjamim Barroso, 1º e 2º Vice-Governadores e, para substituí-los, a nomeação do General Clarindo de Queirós, como Governador, na falta de Ferraz, que havia falecido no Recife (10 de fevereiro), e a do Tenente-Coronel Feliciano Antônio Benjamim (Secretário da Escola Militar), como Vice-Governador (4 de abril de 1891).

Havia-se instalado o Congresso Constituinte Estadual (6 de maio), que deveria promulgar a Lei Básica do Estado e eleger o Governador e o Vice-Governador constitucionais, e aventara-se, no Rio, por intermédio do Barão de Ibiapaba, a eleição de Martinho Rodrigues para o primeiro desses cargos. Porém a escolha encontrou sérias restrições dos republicanos ortodoxos, a começar por João Cordeiro, cujo nome eles desejavam vitorioso. João Cordeiro não esposou a fórmula lembrada e, com espanto de todos, indicou o General Clarindo de Queirós que, a seu ver, era o único nome capaz de atrair os sufrágios necessários para derrotar o candidato de Ibiapaba, apoiado pelo Barão de Lucena.

Feita a eleição no dia seguinte, obteve Clarindo todos os votos menos um (23 deputados), sendo eleito Vice-Governador o Major Benjamim Barroso que, por 14 votos contra 9, derrotou Martinho Rodrigues.

Já experimentado nos deveres da administração pública, pois antes governara a Província do Amazonas, Clarindo presidiu ao Ceará com o visível desejo de adaptá-lo ao novo regime, demonstrando sensatez e espírito de transigência, apesar da forte oposição que lhe faziam os adversários. Mas em fevereiro do ano seguinte foi deposto violentamente pelos alunos da Escola Militar e parte da tropa federal, porque não aceitara o convite, que lhe dirigira Floriano Peixoto, para deixar o cargo.

Efetivamente, tendo-se verificado o golpe de Estado, com que a 3 de novembro o Marachel Deodoro dissolvera o Congresso Nacional, todos os Governadores estaduais, exceto o do Pará, o apoiaram e, dado o contragolpe, sob a responsabilidade do Marachel de Ferro, tiveram de cair, um a um, aqueles apoiantes.

Embora contasse com o Congresso do Estado, com a maioria da imprensa, a maioria dos oficiais do 11º Batalhão do Exército e as simpatias populares, foi alvo o General de indisfarçável pressão do governo federal, a princípio chamando-o ao Rio com urgência, a título de serem urgentes os seus serviços militares ali e, logo mais, porque não anuísse, intimando-o a abandonar a presidência.

Com o ostensivo intuito de afastá-lo do Governo, veio ao Ceará o General Ourique Jacques, que, no entanto, não se encorajou a tanto, ao sentir a injustiça da deposição do governante. Essa missão coube ao Tenente-Coronel José Freire Bezerril Fontenele, que assumiu o comando da Guarnição e o da Escola Militar.

Em 16 de fevereiro (1892), cavilosamente, foi mandado para Maranguape o 11º Batalhão, a pretexto de realizar *exercícios práticos*, e na tarde deste mesmo dia, de 16 para 17 horas, a Escola Militar e o restante da força do Exército e marinheiros desembarcados de navios de guerra surtos no porto, todos dirigidos pelo Major Manuel Bezerra de Albuquerque, iniciaram o bombardeio do Palácio governamental.

Contava o Governador somente com o Corpo de Segurança Pública, aliás constituído de soldados recrutas, e mais a Guarda Cívica, pouco numerosa, além de alguns civis encontrados na ocasião, e ainda assim opôs obstinada resistência, tendo que ceder, porém, aos tiros dos canhões La Hitte de 12 polegadas, utilizados pelos atacantes, já o Palácio em buracos e mortos vários dos defensores.

Endereçou, às 7 horas, ao Tenente-coronel Bezerril Fontenele, um ofício-renúncia, que o Conselheiro Rodrigues Júnior e o Dr. Pedro de Queirós ajudaram a redigir e, entregando-lhe o governo, embarcou, à tarde, para a Capital da República, onde publicou um "Manifesto" ao País, expondo os motivos da sua deposição.

Clarindo era fortalezense e faleceu, no Rio, em 28 de dezembro de 1893.

Logo no dia imediato, 18, transmite o Ten-Cel. Bezerril as funções do cargo ao Vice-Governador Benjamim Barroso, cujo primeiro ato foi decretar a extinção do Congresso — Câmara e Senado, — convocando outro para 12 de maio. A esse decreto continuaram outros com o fito de desmantelar a situação deodorense, inclusive o da demissão de quatro desembargadores do Tribunal de Apelação e doze juízes de direito de interior do Estado.

Benjamim Barroso, em 12 de julho, passou o cargo ao Dr. Antônio Pinto Nogueira Acióli, eleito, neste dia, 1º Vice-Governador, que a 27 de agosto o entregaria ao Cel. Bizerril Fontenele, agora Presidente escolhido para o quadriênio 1892-1896.

Nenhuma obra de maior destaque realizou este governante, mas demonstrou absoluta honestidade administrativa, tendo acumulado, avaramente, no Tesouro estadual, enorme soma de dinheiro, por ele próprio chamada de "reserva sagrada".

Nesta série de mutações sobressai, como individualidade culminante a do Dr. Nogueira Acióli, feito presidente do 3º Congresso Estadual e por este eleito 1º Vice-Presidente do Estado (12 de julho de 1892), caráter em que assume a direção dos negócios estaduais até 27 de agosto, dia da posse do Tenente-Coronel Bizerril, a quem sucederia em 12 de julho de 1896, indicado pelo voto popular, nas eleições de 11 de abril, para o quadriênio de 1896-1900.

Sem grande cultura humanística e filosófica, mostrou o Dr. Acióli, no entanto, as mais positivas qualidades de chefe, notável líder que por dezesseis anos controlaria, pode dizer-se de modo personalíssimo, a administração e a política de sua terra.

Viera do Senado Federal para a governação do Estado e a chamada "política dos governadores" de Campos Sales deu-lhe todas as ensanchas à consolidação do seu prestígio. Deliberara o eminente paulista asseguar a vitória do seu programa de restauração financeira do País, executado pelo senso realista do Ministro Joaquim Murtinho, e em troca da solidariedade do Congresso oferecia aos governos estaduais todos os favores e a imprescindível força moral, só por meio deles distribuindo as nomeações e os benefícios federais.

Tal política gerou, todavia, o nepotismo político e em várias unidades da Federação floresceram as oligarquias, com as odiosidades do seu exclusivismo e de sua intolerância.

No Ceará, a oligarquia aciolina plantou firmes alicerces no referido primeiro período governamental do chefe e durante quatro quadriênios sucessivos dominou, pois não se podem excluir dessa sucessão os anos da administração do Dr. Pedro Augusto Borges (julho de 1900 a julho de 1904), o qual, apesar de indicado pelo Ministro Murtinho, cedo foi abraçado pelo polvo nepotista. Integralmente de acordo com o oligarca foi que o Dr. Pedro Borges administrou, fazendo-o, no entanto, com lisura e eficiência.

Dois fatos de excepcionais reflexos deram-se, contudo, no seu governo:

O primeiro relacionou-se com a tão calorosamente discutida "Questão de Grossos", entre o Ceará e o Rio Grande do Norte.(360)

Os limites entre os dois Estados, que desde a Carta-Régia de 17 de dezembro de 1793 se haviam fixado oficialmente, tendo como ponto de partida, na costa, o rio Moçoró, vinham sendo respeitados, quando numerosos habitantes da Paróquia de Areias dirigiram à Assembléia Nacional uma representação, em que pediam cessassem os litígios e contestações entre as autoridades cearenses e as norte-rio-grandenses.

Cada vez mais afoitamente avançavam os industriais salineiros do Rio Grande as fronteiras até o morro do Tibau, abrangendo ricas salinas da margem esquerda daquele rio, bem assim a povoação de Grossos.

Para dirimir a dúvida, recorre o Ceará (1894) aos meios judiciais, mas após muitas protelações forenses resolveram as partes contendoras fazê-lo por via de juízo arbitral, firmando ambas um "Compromisso", datado de 20 de março de 1902. Assinaram-no, do lado cearense, o Coronel José Freire Bizerril Fontenele, Dr. Francisco Sá, Dr. Sérgio de Sabóia e Dr. Frederico Borges, e, do lado rio-grandense, os Drs. Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, Ferreira Chaves e Augusto Tavares de Lira.

Nesse documento concordaram todos em que os árbitros — o Dr. Mateus Nogueira Brandão, indicado pelo Ceará, e o Conselheiro Antônio Coelho Rodrigues, pelo Rio Grande do Norte — nomeariam três desempatadores, enumerados na ordem em que deveriam ser chamados se houvesse empate, tendo sidos escolhidos: o Conselheiro Lafayete Rodrigues Pereira, o Conselheiro Andrade Figueira e o Dr. Antônio Sousa Ribeiro, sumidades na juriscultura pátria.

Os contratantes expressamente se obrigaram — fosse comum o laudo ou dado pelo desempatador — a "aceitá-lo como definitivo e a promover a sua adoção pelo Congresso Nacional".

Tendo divergido os árbitros e entregue o caso ao conselheiro Lafayete, desempatou este (24 de julho) em favor do Ceará, concluindo por que "o terreno disputado faz parte, pelos limites vigentes, do território do Estado do Ceará".

Como resultava insofismavelmente do "Compromisso", a decisão arbitral tinha caráter definitivo, passando então a representação cearense a pleitear a ratificação do Congresso, mas a isso se negou o governo do Rio Grande, voltando o assunto ao judiciário que, por fim, proferiu sentença contrária aos direitos cearenses (Acórdão de 30 de setembro de 1908, do Supremo Tribunal).

Em 1903 o Presidente Pedro Borges — como expôs ele mesmo — considerando atos abusivos das autoridades riograndenses e a ameaça do próprio território pela concentração de forças daquele Estado, tomou a deliberação de enviar para Grossos um contingente de força pública, "não tendo porém a providência caráter algum agressivo ou hostil, senão de proteção e defesa". Mas, "tendo-lhe o governo do Estado do Rio Grande do Norte atribuído outros intuitos e mobilizado toda a sua força militar em direção o Grossos", foi "forçado a expedir um contingente mais numeroso do Batalhão de Segurança", com ordem de estacionar em Aracati. A intervenção do Presidente da República, evitou o conflito das armas, voltando as tropas aos seus quartéis.

A "questão de Grossos" apaixonou de parte a parte, os ânimos e hoje, ante apreciação mais neutral dos fatos, bem se evidencia que o Ceará defendera direitos legítimos. Recente estudo do Dr. Tomás Pompeu Sobrinho, baseado em documentação segura e sem pretensão de reavivar qualquer discussão torna indiscutível essa afirmativa.*

O outro fato sintetiza-se no que se tem denominado o *3 de janeiro*. Entraram em greve, nesse dia de 1904, os estivadores do porto de Fortaleza, manifestando por esse meio o seu protesto contra a maneira como estava sendo feito, pelo Capitão dos Portos — Luís Lopes da Cruz, — o alistamento de homens para o serviço da Marinha de Guerra.

Quisera ele obrigá-los a realizar o serviço de embarque e desembarque do navio "Maranhão", do Lloide Brasileiro, procedente do Amazonas, e porque se recusaram, solicitou do governo do Estado a força policial, que e vai para a praia de armas embaladas, sob o comando do Cel. Cabral da Silveira, com recomendações especiais de agir com a máxima prudência.

---

*Veja-se a bibliografia referente ao assunto em GIRÃO, Raimundo. *Pequena história do Ceará*. Fortaleza, A. Batista Fontenele, 1953. Cap. 26 (4. ed. Imp. Universitária do Ceará, 1984).

A Polícia encontrou em atitude rebelde os "catraieiros", incitados por elementos do povo, recebendo vaias e pedradas de uns e outros. A tudo assistiu pacientemente o Cel. Silveira, procurando amortecer a exaltação, mas o ajudante de ordens do Presidente, Capitão Raimundo Guilherme, ali chegando e sentindo-se ofendido nos seus brios militares, retirou uma companhia de soldados e marchou contra os estivadores. Estabeleceu-se o pânico e foi o bastante para que os soldados explodissem nos seus recalques, e passassem atirar à-toa, do que resultaram algumas mortes e muitos ferimentos.

Ao saber desses fatos, assim tão graves, o Presidente verberou fortemente o procedimento da polícia. Porém, de logo informado das minúcias do caso, acabou por prestigiá-lo, tanto que, reunida mais tarde grande multidão em frente ao Palácio, clamando por justiça, deu em altas vozes ordem para dispersá-la.

Tudo isso correspondeu, na sensibilidade do povo e das classes, desnorteante traumatismo: o comércio fechou as portas e a massa popular, em passeata, dirigiu-se à casa do jornalista João Brígido, que se pôs ao seu lado e rompeu com a situação governista, a que pertencia.

Terminou a gestão de Pedro Borges em 12 de julho de 1904, data em que voltou a governar o Dr. Acióli.

Daí até ser deposto em 1912, estiveram seguras às suas mãos hábeis as rédeas da governação cearense.

Reelegera-se em 1908, graças à sua crescente ascendência partidária. Na verdade possuía sólidos méritos de visão política e sensatez capazes de fazê-lo manter-se como figura central da sua facção durante tanto tempo, a despeito de ativa e obstinada oposição, que lhe faziam inimigos do mais alto valor e quilate.

Não efetuava, entretanto, governo produtivo, senão administração rotineira, visceralmente dinástica, mas considerada proba pelos que a têm apreciado imparcialmente. Era homem de vida particular inatacável, mas politicamente sem o bastante espírito com que soubesse evitar que alguns de seus áulicos se extremassem, na capital e no interior, contra os adversários.

Os jornais "A República" e "O Tempo" defendiam-lhe ardorosamente os atos, ao contrário d'"O Unitário", de João Brígido, e do "Jornal do Ceará", de Valdemiro Cavalcante e Agapito dos Santos, que os combatiam tenazmente, sem contudo abalar o apoio, que lhe davam os Presidentes da República, desde Rodrigues Alves, cuja escolha se processara numa Convenção nacional a que ele, Dr. Acióli, presidiu.

Aumentava assim, dia a dia a tensão oposicionista, a criticar, dando-lhes cores negras, os erros do governo, os monopólios, o afilhadismo.

Apelidaram-no de *Babaquara* e o caricaturavam como bem podiam.

Foi quando, agitada a candidatura do Marechal Hermes da Fonseca à presidência da República, manifestou-se este avesso aos oligarcas. Eleito e empossado, meteu-se a derribá-los um a um, por quaisquer meios.

Estavam marcadas para abril de 1912 as eleições de Presidente e Vice-Presidente do Estado e em 20 de dezembro anterior o partido aciolino *(cafinfim)*, reunido em convenção, indicou, para candidato ao primeiro desses cargos, o Desembargador José Domingues Carneiro, e para os demais, os srs. Valdemiro Moreira, Lourenço Feitosa e Padre Cícero Romão Batista.

Viram, e com razão, os opositores do Comendador Acióli, os chamados *maloqueiros*, que o velho magistrado lhes seria de desastrosa continuação e, já mais organizados, com a liderança dos Drs. Manuel Moreira da Rocha e Francisco de Paula Rodrigues e de João Brígido e Agapito dos Santos, ensaiaram protestos mais abertos, utilizando boletins distribuídos entre o povo e gritando discursos na praça pública.

Num desses boletins, intitulado *Ecce Homo*, da autoria do comerciante José Brasil de Matos e de José Barbosa Passarinho, foi lembrada a candidatura do Tenente-coronel Dr. Marcos Franco Rabelo, cearense, professor da Escola Militar do Rio de Janeiro. A lembrança partira de Joaquim Costa Sousa, seu amigo, desde quando lente, aquele, da Escola Militar do Ceará. Não vingara o primeiro nome cogitado, o do General Osório de Paiva.

15.3.2. Oposição e Lutas

O Tenente-Coronel Franco Rabelo não era conhecido nas raias da política, mas a sua indicação, que ele muito relutou em aceitar, obteve a mais franca receptividade e o lema "Franco Rabelo ou morte!" saiu de boca em boca, contagiando o Ceará todo.

Cabia aos políticos aproveitar-se dessa vibração generalizada e eles o fizeram com muita arte. Não havia pequeno fato ou incidente que as grossas lentes desse trabalho solerte de concitamento não aumentassem, exacerbando as odiosidades contra o cansado regime. Os agitadores de banco de jardim surgiam como por geração espontânea, de fita verde e amarela ao peito e, perdendo o medo, insultavam as autoridades. Depois, vieram os oradores de melhor estirpe, a fina flor da oposição. De qualquer argueiro se fazia um cavaleiro.

Em 14 de janeiro (1912) a Liga Feminina Pró-Franco Rabelo, numa passeata apoteótica, selou com a solidariedade da mulher cearense a campanha memorável. Seguiu-se uma passeata de crianças, promovida pela Liga Infantil e dispersada com a intervenção da polícia, havendo ferimentos e mortes. o Coronel José Faustino da Silva, Inspetor da 4a. Região Militar, diante da gravidade da situação, advertiu do perigo o Comendador Acióli e o convenceu de recolher aos quartéis a força policial.

Mas não era mais possível opor dique à revolta, que no dia 22 veio

para as ruas. Grupos de populares armados percorrendo a cidade se entrincheiravam em pontos estratégicos.

A cidade parou nas suas atividades habituais e às 13 horas começou o tiroteio contra Palácio. A residência do Comerciante Joaquim Sá transformara-se no quartel dos revoltosos, homens e rapazes empunhando rifles: Emílio Sá, João da Rocha Moreira, Edmar de Queirós, José e Pedro Façanha de Sá, José Colares Cintra, José Carvalho, Tibúrcio Brígido, Vicente Antunes da Paz, Joaquim Holanda, Homero Barbosa Lima, Américo Justa, José Salazar, Leonel e Sindulfo Chaves, Raimundo Assunção, José Nepomuceno (Dandão), Rafael Marques, Alberto Sá, estes dois às voltas com um canhãozinho velho que só pôde dar três disparos inofensivos — todos eles e muitos outros se mostravam destemerosos e atiravam incessantemente.

Já sem munição, desbaratodos, certamente, se a polícia os tivesse atacado, conseguiram como por milagre, um cunhete de balas tirado à Casa de Ferragens de Antônio Porto e, assim refeitos, continuaram a luta. Desencontradas as versões acerca do que teria sucedido na confusão dos tiroteios visando à tomada de Palácio. *Quot caput tot sensus.* Questão de ângulo visual. Ou isto: quem conta um conto acrescenta um ponto.

Razão pela qual é preferível ouvir o Coronel José Faustino, o medianeiro da ocasião crucial, nas palavras da "Ordem do dia" lida no Quartel, em 25:

"Regressando a este Quartel-general, durante toda a noite de 21 para 22 ouvi tiros de fuzil, a princípio espaçados e partidos de pontos diversos, depois mais amiudados constituindo verdadeiros tiroteios. Por volta das 10 horas da manhã fui chamado ao aparelho telefônico pelo Dr. Nogueira Acióli, que me pedia o obséquio de chegar até o Palácio do Governo para consigo conferenciar sobre os acontecimentos. Lá chegando, disse-me S. Exa. que me mandara convidar para aquela conferência a fim de entregar-me o policiamento da parte da cidade ocupada pelos arruaceiros, a fim de que eu os mandasse desarmar pela força federal. Respondi-lhe que assim não podia ser, pois que tal medida só podia ser profícua tomando em conta de todo o policiamento, sendo a força policial recolhida toda aos respectivos quartéis.

Replicou-me então S. Exa., que não podia tomar tal deliberação sem primeiro conferenciar com seus filhos Drs. Tomás e José Acióli, seu genro Dr. Francisco Sá e Dr. Graco Cardoso; e como estivesse já interrompido o telefone, e também suspenso o tráfego dos bondes, prestei-me a ir buscá-los no meu automóvel, tendo sido preciso dar duas viagens, com algum risco, porque poderiam ser alvejados pelos revoltosos.

Reunidos todos em Palácio, somente o Dr. Francisco Sá foi de parecer que o policiamento devia quanto antes ser entregue à força federal, sendo os demais de opinião contrária por entenderem que a força policial era bastante para sufocar o movimento, o que ao menos por experiência devia ser tentado.

Fiz-lhes ver que tal experiência talvez fosse de conseqüências bem sérias, pois eu estava bem a par da gravidade da situação; achando especialmente o Dr. Tomás que eu exagerava, que ele melhor do que eu conhecia o povo desta capital, e com segurança afirmava que bastaria sair à rua a cavalaria para que os pusesse em fuga.

Ainda insisti que não fossem tão fáceis, que a situação era mais séria do que supunham e que a polícia é que se poria em fuga aos primeiros encontros. Tudo porém foi debalde, os meus conselhos e os do Dr. Sá não foram ouvidos, ordenando o Dr. Nogueira Acióli que a polícia se pusesse em campo, usando de toda energia para sufocar a revolta.

Continuaram pois os tiroteios, os rebelados entrincheirados, armando barricadas pelas ruas principais; e a polícia sempre rechaçada; a situação a se tornar cada vez mais grave.

Por volta das nove horas da noite, ainda de 22, recebi uma carta do Dr. Acióli, avisando-me que os arruaceiros haviam posto em debandada as praças policiais que guarneciam os edifícios federais da Alfândega e Delegacia Fiscal, pelo que mandei imediatamente guarnecê-los pela força federal. Mais tarde, ainda na mesma noite, de 22, por um cartão de visita, pediu-me S. Exa. que mandasse também guarnecer por força do exército os edifícios estaduais — Tesouro e Recebedoria, cujas guardas haviam sido também debandadas pelos arruaceiros, como chamava S. Exa. aos revoltosos; e bem assim pedia-me que mandasse verificar se a cadeia pública igualmente tinha sido abandonada, e na afirmativa a mandasse também guarnecer por força do Exército; o que fiz, por se haver verificado que, de fato, a respectiva guarda fora posta em debandada pelos rebelados, havendo já fugido 11 presos, conforme me mandou dizer o respectivo carcereiro.

Pela manhã de 23, S. Exa., talvez reconhecendo que a força federal desta guarnição era insuficiente para dar tantas guardas, mandou restabelecer a da Cadeia Pública pela força policial, dando-me ciência disso e agradecendo-me o serviço prestado.

Ainda na manhã de 23, cerca de 9 horas, o bondoso Sr. bispo Diocesano, com o coração amargurado e aflito em face de tanta calamidade, mandou a este Quartel General o Cura da Sé, Revmo. Padre João Furtado, perguntar-me que providência se deveria tomar e o que poderia fazer S. Exa. Reverendíssima em bem da paz e do restabelecimento da ordem.

Respondi-lhe que a medida que me parecia se deveria tomar, se bem que já um tanto tarde, era me ser entregue o policiamento da cidade, o que dependia do Sr. Presidente do Estado, que na véspera daquele dia, havia recusado esse meu conselho, e do seu distinto genro Senador Francisco Sá.

Apesar de já velhinho e doente, o bondoso Sr. Bispo, cheio de aflições pelos sofrimentos do seu rebanho que tanto ama, foi pessoalmente ao Palácio do Governo solicitar do Sr. Dr. Nogueira Acióli aquela medida

salvadora, não sendo porém atendido, conforme me mandou dizer pelo mesmo Revmo. Cura da Sé.

Por volta de 11 horas ainda da manhã de 23, dirigi uma carta ao Sr. Nogueira Acióli, comunicando-lhe o falecimento, na nossa enfermaria militar de um jovem de boa família, de nome João Farias dos Santos, filho do negociante Joaquim Ribeiro dos Santos, morador na rua da Alfândega, o qual na tarde do dia antecedente caíra na calçada da referida enfermaria, por onde passava casualmente, gravemente ferido por bala de carabina Mauser vinda da direção da cadeia. E como a dita enfermaria que fica à face posterior deste quartel-general continuasse a ser atingida por balas vindas daquela direção, e bem assim as casas da fortaleza, numa das quais reside a família do capitão comandante da 2a. companhia isolada, que por isso se havia refugiado aqui no quartel; tendo também uma das ditas balas furado o cano da caixa d'água que abastece o quartel e a fortaleza; aproveitei o ensejo para pedir a S. Exa. providências no sentido de não atirarem mais naquele direção os policiais que montavam guarda na cadeia pública.

Respondeu-me S. Exa. lamentando o fato, que comuniquei, do falecimento do jovem João Farias, e dizendo que acabava de providenciar para que a guarda da cadeia não atirasse mais em direção do quartel e fortaleza. Aproveitara S. Exa. o ensejo de, na mesma carta, comunicar-me que o fogo contra o Palácio do Governo no dia anterior durara de 1 a 7 horas da tarde; e no dia 23 começara às 7 horas da manhã até a hora em que me estava escrevendo (pouco mais de meio-dia), estando as balas caindo no vestíbulo do Palácio, mas que a brava força que o defendia estava respondendo, acreditando S. Exa. que os arruaceiros dentro em pouco desistiriam de sua criminosa tentativa; finalmente S. Exa. terminou sua aludida carta, rogando-me o favor de mandar deixar na estação do cabo submarino o telegrama junto.

Ao contrário do que esperava S. Exa., os arruaceiros longe de desistirem tornavam-se cada vez mais impetuosos e o tiroteiro contra o Palácio mais cerrado, razão por que cerca de 4 horas da tarde escreveu-me S. Exa. nova carta convidando-me para uma conferência em Palácio a fim de resolvermos alguma cousa sobre a situação criada pelos últimos acontecimentos.

Apesar do perigo que corria de ser casualmente atingido pelas balas, quer na ofensiva quer na defensiva, que se cruzavam junto ao Palácio, lá compareci imediatamente acompanhado do meu ajudante de ordens Aspirante Tancredo, e do Segundo-Tenente Colares, dizendo-me o Dr. Acióli que me mandara convidar para aquela conferência a fim de entregar-me o policiamento da cidade, fazendo recolher ao quartel toda a força policial, com exceção porém da que guarnecia o Palácio do Governo (que era quase toda a restante ali concentrada, segundo fui posteriormente informado), que desejava continuasse a ser defendido pela polícia que lhe inspirava a maior confiança.

Respondi-lhe que igual confiança devia inspirar-lhe a força do exército nacional e que não punha dúvida em tomar conta do policiamento da cidade, conquanto fosse já impossível dominar pelos meios materiais de que eu dispunha, o movimento revolucionário, tal o incremento que já havia tomado; mas ia tentar consegui-lo pelos meios morais em vista da consideração e apreço de que goza a força federal por parte do povo cearense; mas que tal medida só podia ser eficaz, fazendo-se recolher a quartéis toda a força policial, e que principalmente o Palácio, que era o ponto objetivo dos rebelados, continuaria a ser atacado enquanto fosse guarnecido pela polícia.

Como já era tarde e tornava-se preciso dar previamente conhecimento ao povo da resolução combinada, demandando também de algum tempo a preparação e conveniente distribuição da força, ficou assentado que somente no dia seguinte pelas 7 horas da manhã a força federal tomaria conta da guarniação e policiamento da cidade.

Ao sair de Palácio mandei diversos oficiais comunicar esse acordo às redações dos jornais, pedindo-lhes dessem conhecimento ao público por meio de boletim; bem como mandei convidar a uma conferência neste Quartel-general os principals chefes do movimento revolucionário, a fim de obter fizessem cessar as hostilidades desde aquele momento.

Infelizmente os aludidos chefes do movimento declararam-me que a revolução estando quase triunfante, os revoltosos só deporiam as armas ante a renúncia do Presidente Dr. Nogueira Acióli, cujo governo despótico e oligarca, como diziam, não podia continuar. Procurei chamá-los à boa razão com ponderações que julguei valiosas, mas a nada acederam, pelo que terminei dizendo-lhes que não tomava como definitiva essa resolução em que se achavam, esperando que durante a noite refletissem melhor para depois me darem resposta às 7 horas da manhã do dia seguinte; pedindo-lhes porém fizessem cessar desde logo as hostilidades

Vendo continuar o tiroteio durante a noite, percebi que os meus conselhos não tinham sido ouvidos pelos rebelados, que continuaram a atacar fortemente o Palácio, como me referiu o Dr. Nogueira Acióli em nova carta que me dirigiu, pedindo para mandar levar à estação do cabo submarino um seu telegrama, e na qual me dava notícia de ter caído à bala no vestíbulo interior do Palácio um soldado de polícia.

Pouco depois recebi outra carta do Dr. Acióli pedindo-me para mandar novamente guarnecer por força federal o edifício da cadeia pública, cuja guarda havia sido de novo debandada pelos revoltosos, acrescentando não mandar retomá-la a fim de manter o propósito em que estava de evitar quanto possível a efusão de sangue.

Recebi pouco depois uma carta do Senador Francisco Sá pedindo-me para mandar conduzi-lo, garantido por praças do exército, a sua casa, pois continuava detido em Palácio desde o dia anterior, quando para lá foi conduzido por mim num automóvel, juntamente com seus cunhados

para conferenciarmos com seu sogro. Respondi-lhe que não querendo que praças do exército fossem vistos nas ruas para não se supor que estavam tomando parte da luta, o faria acompanhar de preferência por um oficial, mas que só o faria ao romper do dia, pois que àquela hora da noite, estando a cidade em plena escuridão, poderia não ser o oficial facilmente distinguido, arriscando-se a ser alvejado pelos rebelados.

Essa resposta não tendo chegado às mãos do Dr. Sá, como depois me referiu, deu lugar a que ele nova carta me dirigisse por volta de quatro horas da madrugada de 24, suplicando-me com a maior instância que o mandasse conduzir à sua casa, onde sua família devia achar-se na maior aflição, o que o colocava numa situação de espírito indescritível.

À vista de tão instante solicitação, mandei àquela mesma hora que dois oficiais o fossem buscar em Palácio, convidando-o a vir até este Quartel-general, prometendo mandar levá-lo depois à sua residência.

Aqui chegando e informado por mim do propósito em que se achavam os revoltosos, conforme me haviam declarado os respectivos chefes, de só deporem as armas mediante a renúncia de seu digno sogro, resolveu-se o Dr. Sá a escrever-lhe uma carta aconselhando que tal fizesse; pois considerava a causa inteiramente perdida.

Escreveu-me então o Dr. Acióli dizendo que a medida sugerida pelo Dr. Sá era de tal gravidade que não podia nem devia tomar uma deliberação sem primeiro conferenciar comigo, convidando-me por isso a chegar até Palácio; o que fiz acompanhado pelo Dr. Francisco Sá e por dois ajudantes de ordens, sendo bem perigosa a nossa travessia, porque as balas se cruzavam por toda parte, especialmente nas proximidades de Palácio, que estava debaixo de sítio

Lá chegados, disse-me S. Exa. que, solicitando-me as garantias do § 3º art. 6º da Constituição, queria que o mandasse transportar com toda sua família de Palácio para este Quartel-general, devidamente escoltados pela força federal.

Respondi-lhe ser isso materialmente impossível, porque a força de que dispunha era de todo insuficiente para tornar efetiva a garantia constitucional, pois poderia ter no Quartel apenas uns cinqüenta praças prontos, ao passo que o Palácio estava cercado por mais de mil homens em armas, que, sem dúvida, não nos deixariam sair incólumes. Disse-me então S. Exa. que á vista disso renunciava o cargo de Presidente do Estado, coagido pelas circunstâncias, conforme iria comunicar ao Exmo. Sr. Presidente da República; mandando então redirigir neste sentido dois ofícios que assinou, dirigidos um a mim e outro ao 1º Vice-Presidente, Dr. Graco Cardoso, ali presente, passando-lhe o exercício do cargo, o qual, por sua vez, alegando os mesmos motivos, não quis assumir o governo do Estado, conforme os ofícios que me dirigiu e ao 3º Vice-Presidente Cel. Antônio Frederico de Carvalho Mota, visto estar ausente o 2º Vice-Presidente.

Quando tais ofícios eram dirigidos recrudesceu a fúria dos revoltosos, tornando-se tremendo o tiroteio, cujas balas chegavam a cair dentro do Gabinete onde nos achávamos; de sorte que perigosíssima foi a nossa saída, minha e dos oficiais que me acompanhavam, tendo sido preciso lançar mão, como bandeira branca, de uma toalha de rosto espetada numa baioneta duma carabina empunhada pelo meu assistente, o Primeiro-Tenente Costa Pinheiro; ao mesmo tempo que eu, mostrando ao povo o ofício da renúncia, intimava os atacantes a fazerem cessar o fogo!

Chegado que fui a este Quartel-general, mandei imediatamente uma força do exército guarnecer o Palácio, em substituição da guarda policial já então mui reduzida, devido às deserções das respectivas praças.

E como não pudesse ir pessoalmente, porque minha presença era imprescindível neste Quartel para, com a máxima urgência, providenciar sobre as medidas de segurança e restabelecimento da ordem pública, mandei que o capitão Benjamim da Fonseca, com mais dois oficiais, levando o ofício do Dr. Graco Cardoso, fossem convidar e conduzir até o Palácio o 3º Vice-Presidente Coronel Carvalho Mota, que tomou posse do governo com as formalidades legais, lavrando-se disso o competente termo.

Findo o ato da posse do referido 3º Vice-Presidente, foram o Dr. Nogueira Acióli, respectivos filhos e genros, e mais pessoas íntimas que se achavam em Palácio conduzidos a este Quartel, perfeitamente garantidos pelos mesmos oficiais; ao mesmo tempo mandei o meu ajudante de ordens aspirante Tancredo Faustino e Primeiro-Tenente Bezerril, igualmente garantidas a este Quartel General as famílas dos Drs. Tomás e José Acióli, Francisco Sá e Graco Cardoso, que se achavam na maior aflição em suas casas no arrabalde de Jacarecanga.

Igualmente determinei que fossem recolhidas ao respectivo quartel todas as praças policiais que se achavam em Palácio e outras partes, bem como arrecadar o respectivo armamento, que fiz depositar neste Quartel, mandando também guardas do exército para os quartéis do Batalhão de Segurança e Guarda Cívica, estando já guarnecidos por força federal os edifícios estaduais desde os dias anteriores à medida que iam sendo abandonados pelas respectivas guardas; bem como mandei policiar a cidade, por ser insuficiente a força existente para todo esse serviço, determinei o aquartelamento dos Tiros nºs 38 e 64 deste Estado, que prestaram bons serviços.

No dia seguinte, 25 do corrente, sendo esperado do Norte o paquete "Pará" em viagem para o sul da República e constando que nele pretendia embarcar o Dr. Acióli com toda a famíla, formou-se logo, desde muito cedo, na Praça do Ferreira, enorme ajuntamento de cerca de oitocentas a mil pessoas de todas as classes sociais, especialmente do comércio, conforme fui informado, fazendo-se ali ouvir diversos oradores, que no auge do exaltamento concitavam o povo a não consentir naquele embarque, sem que o Dr. Acióli deixasse um documento de renúncia cabal, em que declarasse não mais querer a sua reposição no cargo de Presidente

do Estado, que na véspera havia resignado, mas com a declaração de que o fazia coagido pelas circunstâncias.

Eu, porém, que já previa essa atitude do povo, havia já dirigido ao Dr. Acióli uma carta que escrevi às 5 horas da manhã, em que lhe dizia que para responder telegrama do Governo Federal precisava que S. Exa. me declarasse se desejava ser reposto no cargo de Presidente do Estado que, na véspera, havia resignado; e na afirmativa aconselhava-lhe que em vez de seguir para o sul no paquete esperado, seria preferível permanecer neste Quartel-general, onde estaria perfeitamente garantido, até que chegassem as forças que o Governo teria de então mandar para tornar efetiva a sua reposição no dito cargo. Carta essa a que S. Exa. deu a princípio uma resposta um tanto ambígua, mas que depois fez substituir pela seguinte:

Exmo. Sr. Coronel José Faustino da Silva

Tendo renunciado ao governo e disposto a não voltar a este, não aceitando a reposição em qualquer hipótese, peço-lhe garantias para embarcar imediatamente no vapor que está no porto.

De V. Exa.

Amº e crº obrº

Antônio Pinto Nogueira Acioly.

De posse desta resposta, mandei que o Capitão Benjamim Fonseca corresse à Praça do Ferreira e procedesse a sua leitura perante o povo ali reunido, e a todos pedisse em meu nome que se acalmassem e dessem provas de generosidade e grandeza d'alma deixando o Dr. Acióli e família embarcarem em perfeita tranqüilidade; só não tendo ido pessoalmente falar ao povo, porque não podia apartar-me do quartel.

Outros oradores, a meu pedido uns e espontaneamente outros, se fizeram igualmente ouvir, aconselhando calma e respeito por ocasião do embarque da decaída e desditosa família, destacando-se dentre eles o Dr. Eduardo Salgado, tão querido do povo cearense, bem como o também muito estimado vigário Monsenhor Furtado, que relevantes serviços prestou neste sentido; sendo igualmente louvável a conduta dos chefes e outros membros da oposição, Drs. Paula Rodrigues e Manuel Moreira, coronéis João Brígido e Agapito dos Santos, e nomeadamente a do veterano e respeitável ancião, Capitão Francisco Pedro (Chico Pedro como é conhecido), verdadeira influência entre a classe proletária, todos concitando o povo exaltado a se acalmar e portar-se com moderação por ocasião do aludido embarque, que realmente se realizou com toda a ordem e silencioso respeito, garantido pelos oficiais desta guarnição, cada um dos quais dava o braço a uma senhora, marchando na frente o Dr. Nogueira Acióli ladeado por mim e por meu filho e ajudante de ordens, o aspirante

Tancredo Faustino, subsitituído depois pelo Senhor Bispo Diocesano, que informado da presteza do embarque veio pressuroso, não só para despedir-se, como para com a sua veneranda presença impor também silêncio e respeito.

Esta conduta do povo cearense é digna dos maiores louvores, merecedora de que com entusiasmo se o aclame de povo heróico e generoso!

Censurável porém, e mui censurável, foi o procedimento de alguns políticos mais exaltados, que, no momento em que eu me achava ocupadíssimo, tomando as providências antes referidas no intuito de acalmar o povo, e ocupado também em providenciar para que no porto de embarque houvesse escaleres em número suficiente para o rápido transporte de toda a família, conferenciaram com o Senador Sá, segundo fui depois informado, exigindo, para que o embarque se fizesse em paz, que em casa de um deles ficassem como reféns os Drs. José Acióli e Graco Cardoso, como garantia para que o Dr. Acióli não tentasse regressar acompanhado por numerosa força federal, a fim de ser reposto no cargo de Presidente do Estado.

Quando, porém, chegou ao meu conhecimento semelhante violência, tal foi a minha indignação que não me pude conter; e então, dirigindo-me aos referidos senhores, que encontrei reunidos, combinando qual deles tomaria conta dos prisioneiros, levando-os para sua casa, com a máxima energia e voz imperativa declarei-lhes que em tal não consentia; que primeiro teriam que saltar por sobre o meu cadáver para então retirarem do quartel sob a coação pessoas entregues a minha guarda; que nisso estava empenhada a minha honra de soldado, bem como a de todos os oficiais sob o meu comando, que comigo também morreriam no cumprimento do dever; e que assim os referidos cavalheiros, Drs. Graco e José Acióli só não embarcariam se não quisessem; e caso preferissem ficar, não seria em casa de nenhum deles, mas sim aqui no quartel, perfeitamente garantidos, donde só sairiam por suas livres e espontâneas vontades.

Tal foi a energia com que lhes falei, secundado pelo meu ajudante de ordens, que os coatores imediatamente desistiram do seu intento, chegando alguns a declararem que eu tinha toda a razão.

Os Drs. Graco Cardoso e José Acióli, porém, por prudência, receosos talvez de que essa minha atitude pudesse mais exacerbar as iras populares, preferiram ficar; mas não ficaram como reféns, e sim aqui no Quartel General perfeitamente garantidos, e daqui só saíram mais tarde a convite de um amigo que lhes oferecia hospedagem e com ela todas as garantias; e em cuja casa suas famílias teriam melhor conforto do que poderia eu proporcionar-lhe no quartel.

Foi atendendo a esta circunstância especialmente e também pela confiança que me merecia, pelo seu belo caráter, o cavalheiro que lhes oferecia hospedagem, que consenti saíssem com as suas famílias do quartel onde estavam sob a minha guarda os Drs. Graco Cardoso e José Acióli; tendo

porém me deixado por precaução a seguinte declaração; "Declaramos que por nossa livre e espontânea vontade, deixamos hoje este Quartel, retirando-nos para a residência do Sr. Coronel Tomé C. da Mota. (assinados) José Pompeu Pinto Acióli e Maurício Graco Cardoso".*

15.3.3. Estado de Sítio e Intervenção no Ceará

Todos esses fatos não teriam podido esquivar-se ao determinismo da política nacional.

A admirável campanha civilista de Rui Barbosa não evitara a espúria maioria eleitoral do candidato Hermes Rodrigues da Fonseca, empossado em 15 de novembro de 1910, na Presidência da República.

Sopraram então assaz fortes os ventos do militarismo e ao seu bafejo maquinou-se contrapor, nas sucessões estaduais do Norte, aos de candidatos civis situacionistas, nomes de militares, que seriam os *salvadores,* com a messiânica missão de "regenerar os corrompidos costumes políticos e administrativos".

Pressentindo o fenômeno, a oligarquia cearense, num arranco de sobrevivência, adotou a contra-manobra de substituir o Desembargador Carneiro pelo General José Bezerril Fontenele.

Mas a candidatura de Franco Rabelo já empolgava todo o Estado e saiu vitoriosa, afinal, nas eleições de 11 de abril (1912).

Não obstante eleito, difícil era o seu reconhecimento pela Assembléia Legislativa: não dispunha o seu partidio do número legal de deputados para votá-lo.

Combinações e *conchavos,* entretanto, acomodaram a votação, ainda que sem o *quorum* constitucional (12 de julho).

Voltando ao Ceará, de onde se ausentara desde 16 de abril, assumiu Franco Rabelo as funções de Presidente, recebendo-as do Deputado Belisário Cícero Alexandrino, Presidente da Assembléia, no mesmo dia do seu desembarque — 14 de julho. De 24 de janeiro a 12 de julho referido, data do término do mandato do Comendador Acióli, havia governado o Estado, interinamente, o citado Vice-Presidente, Antônio Frederico de Carvalho Mota.

Afastado de sua terra havia muitos anos e, por isso, não conhecendo os fatos e os homens com a exatidão e a percuciência que devem ter os estadistas e, doutro lado, não dispondo de maior prática das coisas da administração geral, sempre dedicado que esteve aos deveres militares, não pôde o Cel. Franco Rabelo imprimir cunho seguro e imparcial ao

* Transcrita em THEOPHILO[213](p. 304-29)

seu mandato, antes deixou, por certo não intenciolnamente, que sobre os interesses públicos prevalecessem às imposições de correligionários ainda inflamados de ódio contra os antigos prosélitos e os parentes do Dr. Nogueira Acióli.

Dificuldades sem conta embaraçaram as suas melhores intenções e não tardou se recompusesse o velho grupo decaído, agora denominado *partido marreta* e cada vez mais alvo das prevenções dos chamados *chefetes,* líderes populares alguns deles "sem educação cívica e moral e sem letras", que acabaram arrastando o populacho aos desatinos de 9 de novembro. Nesse dia foram invadidas, saqueadas e incendiadas muitas casas de residências de membros da família Acióli ou de amigos seus e também uma fábrica de tecidos de sua propriedade, sem que a força policial pudesse ou quisesse intervir. Assim destruído, igualmente, o jornal UNITÁRIO, de João Brígido, já extremado com a situação.

Outros graves vexames sofria o Dr. Acióli que, fugindo com os parentes, para escaparem à sanha dos incendiários, tiveram de homiziar-se por alguns momentos na casa residencial do comerciante Zacarias da Silva Baima, daí saindo a conselhos do Dr. Pedro de Araújo Sampaio, futuro genro deste, pelos portões traseiros em rumo à Escola de Aprendizes Marinheiros, onde julgavam seriam acolhidos, como realmente o foram. De lá é que embarcaram todos para o Rio de Janeiro, garantidos pelos oficiais e alunos do estabelecimento.

Nessa atmosfera de intranqüilidade veio defrontar-se o Presidente Franco Rabelo com os acontecimentos que envolviam a substituição do Marechal Hermes, interessado na eleição do General Pinheiro Machado para a Presidência da República, a princípio veladamente, mas por fim sem quaisquer disfarces, utilizando como veículo das articulações com os Governadores estaduais o seu Ministro Rivadávia Correia.

Contra as "pretensões do Catete" se insurgiram alguns Estados, formando o que veio a denominar-se a "Coligação" e, divididos dessa forma os campos, teria o presidente cearense de decidir-se por um ou por outro.

Tangido por conselheiros irrefletidos, apesar das advertências que, do Rio de Janeiro, lhe mandava o Deputado Moreira da Rocha, inclinou-se o governante para os "Coligados", cometendo, visivelmente, grave erro político, que lhe traria bem cedo as mais funestas conseqüências.

Iria enfrentar inimigos mais poderosos, confiado na ilusória "força da lei" e nos princípios de garantia escritos na Constituição Federal. Sem demora começaram as hostilidades do Marechal, no propósito de afastá-lo do poder.

À demissão arbitrária de funcionários federais seus amigos e a rspectiva substituição por adversários, seguiu-se a mais insólita preparação de descrédito contra o dirigente estadual, aproveitada, para tanto, a força do Exército aquartelada em Fortaleza. Para comandá-la, mais de uma alta patente veio com o propósito de restringir, até o sufocamento, a atuação do administrador *rebelde.*

Tudo isso, no entanto, não bastava para apeá-lo do governo, pois ainda era o seu nome endeusado pelo povo, e daí a necessidade — o que foi concertado na Capital da República — de conflagrar-se o Estado, para que, por via da intervenção federal, fosse atingido o fim almejado.

Escolheu-se para centro o estopim dessa conflagração o "Juazeiro do Padre Cícero", somada e medida a influência deste, não somente sobre os milhares de "romeiros" doutros Estados, para ali afluídos por força de invencível misticismo religioso, como também sobre "chefes políticos" dos municípios vizinhos, de prestígio baseado nos acenos do velho sacerdote.

Estendera-se consideravelmente ao mais longínquo interior do Nordeste e ao Norte a veneração ao Padre, principalmente depois de se verificarem em Juazeiro os fatos de que foi protagonista a fanática Maria de Araújo. Na sexta-feira de 6 de março de 1889, ao receber das mãos dele a santa hóstia, notou-se que se transmudava esta em sangue, fenômeno que se repetiu muitas vezes, gerando as mais desencontradas explicações. E em tal monta, que se fez mister a intervenção enérgia do Bispo D. Joaquim Vieira, de opinião contrária ao reconhecimento de milagres naquela transmutação.

"Padres e médicos afirmaram a sobrenaturalidade do acontecimento do Juazeiro: o sangue, diziam, era o de N. Senhor Jesus Cristo", e houve apelação à Santa Sé que, ao final, condenou a ruidosa miraculação. Mas, nem por isso, foi vencido o espírito místico daquelas populações sertanejas, surgindo então Juazeiro como ponto confluente, dia e noite, de peregrinos de toda a parte e de toda a sorte.

A influência do Padre só era superada pela que sobre ele exercia o Dr. Floro Bartolomeu da Costa, médico baiano que se fixara, desde 1908, na Meca caririense e terminou sendo o seu grande orientador e amigo de absoluta confiança.

Já pelos meados de 1913, foi o Dr. Floro chamado ao Rio e lá, com os Drs. Francisco Sá, Virgílio Brígido e General Tomás Cavalcante, assentaram "as medidas necessárias à retomação da paz e tranqüilidade do povo cearense", entre outras a eleição do mesmo emissário do Padre Cícero para Presidente da Assembléia Legislativa, a reunir-se no Juazeiro, que ficaria transformado em sede do "governo de dualidade", inventado como pretexto para a revolução.

Novamente em Juazeiro, depois de escapar da ação policial do governo do Estado, que destacara forças para prendê-lo em caminho, em 9 de dezembro iniciou a revolta com a deposição das autoridades locais e o desarmamento da polícia alojada ali, sem delonga construindo defesas em torno da cidade, a fim de repelir qualquer ação contrária.

Noutros pontos do Estado, como em Acarape, Soure (hoje Caucaia), Maranguape (Sítio Trapiá), e Camocim, foram vencidos pequenos surtos sediciosos, mas desde logo ficou evidenciado que seria custoso consegui-lo em relação a Juazeiro.

Com efeito, logo no primeiro assalto foi derrotada a tropa governamental, comandada inabilmente pelo Coronel Alípio de Barros. Do Crato, partiria essa tropa de uns 800 a 1.000 homens (20 de dezembro), tendo à vanguarda a 4a. Companhia sob o mando do Capitão Ladislau Lourenço e, à retaguarda, a 3a. dirigida pelo Capitão Manuel Afonso de Carvalho. Grosseiros erros de técnica militar expuserem facilmente tantos homens a uma debandada, em busca do ponto de partida, onde, como era natural, se estabeleceu o desânimo.

Destituído do comando o Coronel Alípio e a ele promovido o Capitão Ladislau, cuja insensatez era notória, novo assalto foi feito a Juazeiro, em 16 de janeiro de 1914, formados uns 1.200 soldados, que até o dia 23 assediaram inutilmente a cidade, dispersando-se a seguir o grosso em direção a Barbalha. Os restantes procuraram o Crato, onde, no dia 24, tiveram de lutar com os "romeiros" do Padre Cícero, mas na defensiva, porque antes lhes vieram estes ao encalço, reconhecido o desvalor da gente oficial. Eram cerca de 750 deles, divididos em três colunas de 250, guiados por José Pedro, José Terto e Manuel Chiquinha, e não foi áspera a sua tarefa, visto como pela manhã de 26 caíra o último reduto governista ali, a casa do Coronel José Francisco Alves Teixeira.

"A vitória do Crato proporcionou aos revoltosos incontestáveis vantagens de ordem moral e material. A notícia da sua queda irrompeu o pânico em todo o Cariri. Fugiram os governistas e abandonaram ao inimigo as cidades e as vilas, de que estavam de posse".

Mais apetrechados daí por diante, com as armas encontradas no Crato, bastantes para transformar em atiradores uma legião de mercenários e aventureiros que aderiam aos combatentes, estavam os sediciosos com os caminhos livres para a capital, chefiados pelo Dr. José de Borba Vasconcelos e o "Coronel" Pedro Silvino de Alencar.

Os legalistas tentaram, sem resultado, uma resistência em Iguatu. Retiraram-se, então, para Miguel Calmon (hoje Ibicuã), onde se entricheiraram, já sob o comando do Capitão José da Penha Alves de Sousa (oficial do Exército) e recebiam auxílios dos chefes políticos locais — os irmãos José e Filemon Magalhães, conhecidos por *Contendas*.

"No dia do combate, 22 de fevereiro de 1914, portaram-se bem os soldados, de tal arte que os *romeiros,* até então vitoriosos em todas as refregas em que se meteram, tiveram de recuar para Afonso Pena, hoje Acopiara, após várias horas de fogo cerrado e contínuo.

Mas no dia seguinte, 23, à notícia da morte de seu chefe, desanimadas, amotinaram-se as forças legais, assaltaram vagões de um trem da Estrada de Ferro de Baturité e fugiram em demanda de Senador Pompeu e Fortaleza".(363)

Efetivamente, durante a luta havia sido o Capitão Penha abatido do cavalo que montava. A sua morte foi o selo do infortúnio do Presidente Franco Rabelo e nada mais houve, da parte deste, que ao menos retardasse

a marcha dos "romeiros" até Fortaleza, na qual não penetraram tão-somente em face de ordens vindas do Rio de Janeiro para que poupassem a cidade aos efeitos da guerrilha desarrazoada.

Como aconteceu em 1823, o Cariri veio até o mar, para derribar pelas armas o governo constituído. Dois baianos, em curiosa coincidência, as dirigiram: José Pereira Filgueiras e Floro Bartolomeu.

Até ali tivera o governante cearense cerceados todos os seus recursos no sentido de melhorar as condições da sua defesa, a ponto de ser-lhe negada licença para despachar armas e munições na Alfândega e para transportar as suas tropas pela Estrada de Ferro, de propriedade da União.

Apertando o cerco, o Presidente da Público estendeu sobre o Ceará o pesado clima do estado de sítio (9 de março) para, no golpe último, decretar a intervenção (14 do mesmo mês), anulando, deste modo, os poderes executivo e legislativo do Estado, que passaram a ser exercidos pelo Coronel Setembrino de Carvalho, nomeado Interventor. Este militar, que era chefe do Gabinete do Ministro da Guerra, viera de mira feita para apressar o afastamento de Franco Rabelo, tendo chegado ao Ceará no dia 18 de fevereiro.

Não torceu caminho. Vinha deliberado e executou as ordens. Foi preciso estender-se mais o estado de sítio e fez-se (ato de 27 de abril).

O depoimento do Coronel Marcos Franco Rabelo, tomado na conhecida linguagem forense, para instrução de uma demanda judicial, esclarece muitos detalhes.

"Em meados de mil novecentos e treze governava inicialmente o Estado do Ceará, após um ano e cinco meses de exercício, quando recebeu do Rio de Janeiro, por intermédio de um amigo, o conselho transmitido pelo doutor Rivadávia Correa, então Ministro da Viação, de lançar a candidatura do Senador Pinheiro Machado para Presidente da República no futuro quadriênio, e que esse ato fosse acompanhado de notícias pomposas, *meetings* e telegramas para a imprensa do Rio, noticiando que a idéia fora recebida com gerais aplausos. Que achou a idéia da Presidência da República entregue ao Senador Pinheiro Machado uma calamidade. Que nesse sentido telegrafou a seus amigos do Rio de Janeiro. De todas as respostas guardo como de profundo conhecimento de homens que dirigem o País e do Deputado *Manuel Moreira da Rocha:* "Acompanhar-te-ei qualquer que seja a resolução, porém peço permissão para ponderar que é um verdadeiro suicídio; lembra-te que o Marechal Presidente ainda tem dezoito meses para governar." Que reuniu os amigos, estudou a situação, pôs o problema em equação e para todas as soluções encontrou sempre a mesma resposta — uma calamidade. A situação era premente, o adversário dispunha de todos os meios de compressão, o Senador Pinheiro Machado e o Marechal Presidente, coniventes no plano Rivadávia, ameaçaram demitir os amigos das posições federais e exigiam pronta resposta em curto prazo. Respondeu que a ocasião não era oportuna, que esperava

a manifestação da Convenção Republicana que escolherá o brasileiro digno de substituir o Marechal Presidente. Que o Senador Pinheiro Machado mostrou-se irritadíssimo e o Marechal Presidente declarou que para o Presidente do Ceará teria de ora em diante "era muito pau". As demissões dos amigos começaram em massa e os dos cargos mais elevados, desde simples contínuos, foram preenchidos por adversários, que vieram para a praça pública declarar que sua permanência no Governo era questão de dias, porque assim o queria o Senador Pinheiro Machado. Que foi nesta ocasião que teve conhecimento de que o doutor Floro Bartolomeu fora chamado ao Rio para conferenciar com os próceres da situação. Que depois soube que esse doutor lutava no Juazeiro com carta branca para criar ao seu governo dificuldades que tornassem impossível seu exercício, e então resolveu obstar sua volta ao Juazeiro. Que nessa mesma ocasião partia para o Ceará, como Inspetor da Região Militar, o General de Brigada, Joaquim de Sales Torres Homem. Que o Padre Cícero Romão Batista, em torno de cujo prestígio se fazia o movimento subversivo, telegrafou ao Presidente da República pedindo garantias para o livre trânsito do doutor Floro Bartolomeu. Que o Presidente da República não se fez esperar, providenciando nesse sentido. Que o general Torres Homem cientificou-lhe de que faria seguir força federal para o Juazeiro, a fim de garantir o livre trânsito do doutor Floro Bartolomeu. que, temendo a remessa de força para o Juazeiro à disposição do doutor Floro, ordenou que deixassem-no transitar livremente. Que, nessa ocasião, o Padre Cícero Romão Batista armou um grande bando de fanáticos que foi ao encontro do doutor Floro Bartolomeu, que assim entrou na Vila de Juazeiro, coberto pelo prestígio do Governo Federal. Como repugnasse ao General Torres Homem satisfazer ao capricho dos mandatários do Governo Federal no Ceará, foi afinal substituído pelo General de Brigada Lino de Oliveira Ramos, que chegando ao Ceará ficou diante do absurdo das exigências que lhe eram feitas; sua demora no Ceará foi muito curta. Que o General Lino de Oliveira Ramos foi logo substituído pelo Coronel de Engenheiros Setembrino de Carvalho, então secretário do General de Divisão, Vespasiano de Albuquerque, Ministro da Guerra, que, reconhecendo os desejos do Governo, aceitou a tarefa de realizar tal pensamento. Que por esse tempo o doutor Floro Bartolomeu, obtendo o apoio decisivo do Governo Federal, em começo de dezembro de mil novecentos e treze resolveu deixar as trincheiras de Juazeiro e atacar a cidade de Crato, onde praticaram inacreditáveis depredações e roubos. Que do Crato partiram em direção de Iguatu. Que, a princípio reduzidas, foram engrossando pelos desocupados dos Estados limítrofes (Paraíba e Pernambuco), que encontraram na revolução meio fácil de satisfazer seus apetites, e sentenciados das cadeias dos lugares por onde passaram. Que assim vieram a Quixadá, a Baturité e Maranguape, aonde o Coronel Setembrino de Carvalho enviou um emissário para cientificá-los, em começo de março de mil novecentos

e catorze, de que não deviam se aproximar da capital, pois, o Governo estava disposto a resolver o caso do Ceará de outra maneira. Que esse emissário foi um primeiro Tenente de um dos Batalhões do Exército, para ali enviados, cujo nome não se recorda. Que a catorze de março o Governo Federal decretou a intervenção no Ceará, determinando ao Coronel Setembrino assumisse a Presidência do Estado. Que o Coronel Setembrino de Carvalho chegou a Fortaleza no mês de fevereiro de mil novecentos e catorze. Que o Coronel Setembrino ao chegar a Fortaleza, a título de garantir os adversários, encheu as ruas com praças armados e municiadas, fazendo acompanhar por ordenanças do Exército todos os queixosos. Que, assim fortalecidos, vinham para a praça pública desprestigiar as autoridades constituídas. Que assim os pusilânimes se tornaram logo adversários extremados em meados (*sic*) tão parciais, tais como a franquia telegráfica para os chefes revolucionários, a proibição da Alfândega para entregar ou despachar armamentos e munições importadas pelo Governo estadual para a força pública, ordem às Estradas de Ferro de Sobral, Norte do Brasil,(364) para não transportarem forças do Governo estadual para o interior, a guarda diária as Estações das mesmas estradas por ocasião das partidas de trens, impedindo o embarque às forças estaduais; o desarmamento do piquete que conduzia o cadáver do Capitão José da Penha Alves de Sousa, em Miguel Calmon, cujo comandante e companheiros ficaram à mercê dos bandoleiros, apenas com o recibo do armamento passado pelo comandante da força federal. Que o coronel Setembrino não obstante haver assumido com toda a autoridade militar a direção do Estado não coibia os saques e roubos, que continuaram".

Foi contestado o depoimento, porém não exige esforço saber se ele se excedeu ou até onde ele excedeu.

Instrumento político dos *marretas,* não soube o Interventor desviar-se do rumo a que o arrastavam as contingências partidárias e caiu em erro igual ao de seu antecessor, tolerando trabalhassem os ódios e as vinditas. Nem sequer teve o bom senso de recusar uma espada de ouro que, ridiculamente, lhe ofertaram, como homenagem à *relevância* dos seus serviços, e foi motivo e glosa para um poemeto satírico a *Setembrineida,* da autoria do professor e poeta Rodrigues de Andrade.

O regime de intervenção durou até 24 de junho, dia em que assumiu a Presidência do Estado o então Coronel Benjamim Liberato Barroso.

Encontrava o Ceará como "uma casa de ninguém. Quase anarquia. Os jagunços comandados pelo coronel improvisado Pedro Silvino, chefe político do Cariri, cometiam toda sorte de desatinos na cidade, trazendo a população sobressaltada".

Graças, porém, às suas atitudes severas, às vezes autoritárias, restabeleceu Benjamim, de mão forte, a ordem pública, chegando ao caso de, por telefone, dissolver o batalhão policial, composto na maioria daqueles jagunços e demitir o seu comandante.

Reagiu às solicitações menos justas dos chefes revolucionários e tratou de recompor a máquina administrativa, assaz fora do eixo.

Escolheu para Secretário do Interior e da Justiça o Dr. Gustavo Barroso, ainda muito jovem e mais tarde reputado escritor nacional, e para a Secretaria da Fazenda o Dr. Hermino Barroso, que aliava as qualidades de prestigioso político às de amante da cultura mental, notadamente a da música e teatro clássicos.

Durante a administração Benjamim Barroso, o Ceará sofreu outra apavorante crise clímica, a seca de 1915, apanhadas de surpresa as populações já habituadas, havia anos, a uma prosperidade bastante acentuada. Muito se desvelou o Presidente, e com ele a sua digna esposa, no amparo às vítimas do flagelo, e quando sentiu que o governo federal o encarava com frieza, sem a devida compreensão dos seus rudes efeitos, não hesitou em mandar-lhe incisivo despacho telegráfico, obtendo como resposta a advertência de que o Presidente da Repúblca aguardava o término do mandato do governante do Estado, para mandá-lo, como militar, entender-se com o Ministro da Guerra.

O seguinte quadriênio (1916-1920) foi ocupado pelo Engenheiro João Tomé de Sabóia e Silva eleito sem competidor. A sua austeridade de maneiras e atos impô-lo à consideração geral e, dessa forma, foi-lhe possível realizar governo normal de reconstituição da economia e tranqüilidade públicas, a despeito dos assanhamentos político-partidários verificados quando das cogitações em torno da sua sucessão. Tendo resolvido nomear Prefeito da capital o Engenheiro militar Rubens Monte, em substituição ao Cel. Casimiro Montenegro, determinou esse ato a demissão, a pedido, do Secretário do Interior e da Justiça, Dr. José Sabóia de Albuquerque, substituído em 3 de janeiro de 1919 pelo Des. José Moreira da Rocha, bem como a decisiva separação dos dois partidos — democrata e conservador — que o apoiavam, ficando o Presidente com o primeiro, chefiado pelo Deputado Manuel Moreira da Rocha.

Não conseguiu indicar, para suceder-lhe, um candidato de conciliação, como ele o fora, abrindo-se então a luta eleitoral entre o Dr. Justiniano de Serpa, bafejado pelo situacionismo, e o Dr. Belizário Távora, nome que fazia a bandeira da oposição.

Saiu vitorioso da grande pugna o primeiro, jurista cearense de renome nacional, orador de estofo superior que, ao tempo, representava o Estado do Pará na Câmara de Deputados.

Caracterizou-se o governo Serpa pelo primado da inteligência e das renovações democráticas. Reformou a Constituição estadual em moldes liberais e promulgou a Lei de Organização Judiciária e os Códigos de processo civil e processo criminal.

A reforma da instrução pública é outro índice da sua visão arejada, pondo, rigorosamente, acima das conveniências dos partidos os interesses do ensino primário. Chamou para reorganizá-la um técnico alheio a essas

conveniências, o paulista Professor Manuel Bergstrom Lourenço Filho e este revolveu, de todo, velhos hábitos para instituir uma ordem de coisas menos formalística e literária, antes mais prática e coerente. Primeiro de tudo, deu linhas novas à estrutura pedagógica da Escola Normal, por ele considerada o núcleo das modificações a realizar, e sem demora instalou a repartição diretora da instrução pública, até antes simples expressão nos regulamentos oficiais. Promoveu, a mil custos, o cadastro escolar, criou grupos escolares e reuniu escolas que ilogicamente funcionavam separadas. Em tudo, outras práticas, outras disposições. Criou o Curso de Férias para a freqüência das professoras do interior, na época dos descansos escolares. Ele mesmo, como mestre de pedagogia e didática, passou a dar Curso Especial de ensinamentos da matéria, assistido com invulgar interesse pelo professorado em geral, alunos e estranhos, desejosos de aprender as suas lições.

Culto e talentoso, o Dr. Justiniano de Serpa aproximou os intelectuais ao seu redor mecênico, no Palácio do Governo, oferecendo-lhes a estimulação imprescindível.

Quebrou-se, no entanto, em meio, ao golpe do inesperado e dando ansas a pofundas mágoas, tamanha renascença, pois que, enfermando, veio a falecer em 1º de agosto de 1923, no Rio de Janeiro, para onde se transportara em busca de restauração da saúde.

Em 12 de junho havia transmitido o governo ao Vice-Presidente Ildefonso Albano, que lhe continuou a obra meritória. Ficou proverbial a operosidade deste seu substituto.

Ao Des. José Moreira da Rocha couberam as responsabilidades do período 1924-1928 no governo cearense. Os partidos, afinal combinados, o elegeram sem competição, tendo-se empossado a 12 de julho. A sua administração caracterizou-se por um bom equilíbrio das finanças, mas, quanto à ordem geral, muito deixou a desejar, não só porque durante ela é que os remanescentes revoltosos de 1924 invadiram o território do Estado (1926), como porque, acirradas as tricas políticas em virtude de eleições para deputados, a polícia oficial, em Fortaleza e no interior, malgrado seu, excedeu-se na sua missão preventiva, descendo, a miúde, à compressão e à violência.

Deve-se-lhe a inauguração, em 19 de noembro de 1927, dos serviços de água e esgoto da capital, obras superintendidas pelo Engenheiro Vitoriano Borges de Melo, e também nova reforma da Constituição Estadual, promulgada em 24 de setembro de 1925.

Por motivo de doença, o Presidente Moreira da Rocha passou definitivamente o cargo em 1928 ao Dr. Eduardo Henrique Girão, Presidente da Assembléia Legislativa, que, após melindroso reajustamento do império da lei, por sua vez o transferiu, no dia 12 de julho, ao Dr. José Carlos de Matos Peixoto, como o seu antecessor, escolhido pelo voto conciliado dos partidos. O secretariado do novo dirigente ficou composto do Dr.

Joaquim Máximo de Carvalho Júnior, do Interior e da Justiça; Dr. José de Pontes Medeiros, da Fazenda; Dr. Mozart Catunda, da Polícia e Segurança Pública; Álvaro Weyne, Prefeito de Fortaleza. A atuação do Dr. Pontes Medeiros foi exemplar, tal como a de Álvaro Weyne, que introduziu na capital muitos melhoramentos dignos de nota.

15.4. SEGUNDA REPÚBLICA

Desde a campanha civilista de Rui Barbosa o *slogan* era — "republicanizar a república".

Primeiro, entre os políticos menos facciosos e uma pequena elite de idealistas. Depois, estratificando-se na mentalidade do povo insatisfeito.

A "Reação Republicana", pregada por Nilo Peçanha, foi pronunciamento mais realista e amplo, desceu mais ao cerne, ferindo diretamente a consciência popular, magoada com a frustração da quartelada de 5 de julho de 1922 — sacrifício heróico e inútil dos 18 de Copacabana.

Novamente, em 1924, a "republicanização do Brasil" servia de tema a outra reação, chefiada civilmente por Assis Brasil e da qual foi representação militar o General Isidoro Dias Lopes. Outra insubmissão malograda, com a morte de muitos, inclusive Joaquim Távora, artífice da conspiração, falecido de ferimento em 18 de julho, na capital de S. Paulo.

Continuados erros administrativos e políticos agravaram-se com a crise econômica mundial de 1929, de reflexos inquietantes, principalmente na lavoura cafeeira, causando sério mal-estar no País. Sob o clima abafadiço dos descontentamentos é que se processou a sucessão do Presidente Washington Luís, aferrado este ao propósito de eleger o paulista Júlio Prestes de Albuquerque para o quadriênio de 1930-1934. Levara longe demais a sua "confiança no poder" e subestimava, por isso, os preparativos da oposição, conduzida por velhos e sagazes corifeus da "velha república", agora santamente empenhados na regeneração dos costumes e na extirpação das fraudes eleitorais.

Cobertos pela bandeira oposicionista, acabaram misturando-se militares sonhadores e profissionais da politicalha, escorados na situação oficial dos Estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba, que atiçavam a candidatura Getúlio Vargas, através de programa consubstanciado na "Aliança Liberal", concertado nas linhas mestras pelo Dr. Antônio Carlos, com o apoio gaúcho de Borges de Medeiros, o mineiro de Artur Bernardes e o nortista de João Pessoa.

Se bem que desejassem a "renovação pacífica dos processos da política brasileira, na verdade o que brotou foi a revolução à maneira clássica da América espanhola", vestida nas fardas do Exército e nos vistosos ponchos sul-rio-grandenses.

No dia 2 de janeiro de 1930, leu o candidato Vargas, da Esplanada do Castelo, no Rio de Janeiro, a sua plataforma e, desde então, as caravanas liberais se espalharam na catequização do Norte, do Centro e do Sul.

Em Fortaleza aportou a primeira em 2 de fevereiro, chefiada pelo Deputado Augusto de Lima e da qual faziam parte Bruno Lobo, Agripino Nazaré, Alcides Carneiro e outros, provocando correrias, pois que não lhe permitira a Polícia realizar comício na Praça do Ferreira, centro vital da cidade. No dia 14, outra com Batista Luzardo, Raul Bittencourt, Gustavo Capanema, Paulo Duarte, tendo conseguido reunir o povo na Praça Fernandes vieira, para ouvir oradores que falavam do palanque armado no jardim da residência do líder Professor Morais Correia. Esta caravana efetua conferências noutros locais da cidade e vai até o Cariri, donde regressou no dia 21, à noite, embarcando no dia seguinte para o Maranhão.

Em 1º de março, dão-se as eleições gerais ao jeito da época, vencendo os governos pela força de seu prestígio e o prestígio de sua força. A vitória dos candidatos do Dr. Washington, como era de esperar, não foi aceita pelos antagonistas, apesar de reconhecida pelo Congresso Nacional. É exato que Borges de Medeiros declarou conformar-se com o resultado das urnas, mas a "Aliança" reputava nulo o reconhecimento, considerado uma esbulhação.

Na Paraíba, os embates enfureceram entre o Presidente João Pessoa e o caudilho José Pereira, no seu baluarte de Princesa, ajudado este, ostensivamente, pelo governo federal, e o desfecho foi o assassínio daquele, no Recife, morto a tiros pelo seu inimigo João Dantas, no dia 26 de junho.

A morte de João Pessoa aumentou a tensão revolucionária, exacerbada mais ainda pelo contágio dimanado da revolução que, em setembro, derribou o situacionismo na Argentina.

E a 3 de outubro explodiu a rebelião no Rio Grande do Sul, à frente o Dr. Getúlio Vargas, generalizando-se por vários Estados.

No Norte, coordenavam a insurreição o Capitão Juarez Távora e o Dr. José Américo de Almeida, tendo por campo mais livre, quase aberto a Paraíba.

O "ferrolho do Norte", que era o Recife, assistiu ao primeiro ato do drama sangrento e no dia 6 pôde dar a vitória aos rebeldes. Em Natal, o Presidente do Estado, sem qualquer gesto de resistência, abandona a cidade, que recebe entusiasticamente as tropas vindas da capital paraibana.

Segundo os planos ajustados deveria rebentar o movimento, no Ceará, à 1:30h do dia 4, confiada a senha a oficiais do Colégio Militar, auxiliados por civis e a velada ajuda do Capitão Antônio Ribeiro Gomes de Lima (Capitão Pretinho), da força Pública Estadual. O comerciante Franklin Monteiro Gondin e o telegrafista Mozar Vitoriano Pinheiro, fazia tempo, eram decisivos fatores na conjuração.

Entretanto, medidas acautelatórias do Presidente Matos Peixoto e do General Eudoro Correia, Comandante daquele Colégio, modificaram tais planos. Viram-se, imediatamente, presos os chefes Drs. Manuel do Nascimento Fernandes Távora e José de Borba Vasconcelos e mais os jornalistas Luís Brígido Nunes de Melo, Antônio Pais de Castro, Alfeu Faria Aboim, Dr. João Marinho de Andrade, Fraga Cruz e outros.

Obrigados a deixar Fortaleza, na madrugada de 4, de automóvel, os Tenentes Antônio Martins de Almeida, Landri Sales Gonçalves e Djalma Baima, afora oito sargentos, tomaram o rumo da cidade de Sousa, onde se encontrava o 23º B.C. Para ali haviam seguido, igualmente, desde o dia 2, os Tenentes Júlio Veras e Ari Hugo Brígido Correia. Por outro caminho, da mesma forma, viajou, a 5, o Major João da Silva Leal.

Ao chegarem em Sousa já se consumara o levante daquela unidade militar contra o seu Comandante.

"O Batalhão está revoltado sob o meu comando e o senhor considere-se preso de ordem do General Juarez Távora" — eis como se abriu a luta desigual.

Estas palavras eram proferidas pelo Tenente Ari Correia ao Coronel Pedro Ângelo Correia e para ver-se o que mais aconteceu não há como deixar de trazer aos olhos o testemunho escrito do Tenente Otacílio Anselmo da Silva participante direto daqueles fatos lastimáveis:

— "Pra fora!... O Comandante sou eu!

E ato contínuo descarregou o revólver no Ten. Ari, à queima-roupa.

Os gritos e tiros do Comandante produziram verdadeiro pânico à maioria dos praças. Alguns fugiram do local. Contudo, a descarga do Comandante foi respondida com outra descarga, que o obrigou a retirar-se no P.C. A sua demora não foi muito breve. E aquele retraimento, como prevíramos, tinha por fim a organização da resistência. Compreendendo a situação o Ten. Ari reuniu-nos e disse:

"Não quero sacrificar nenhum de vocês aqui dentro. Vamos lutar em campo aberto".

Saímos da área e tomamos posição em frente ao edifício de cujo interior se ouvia a voz trovejante do Comandante Pedro Ângelo ordenando a defesa do seu posto. Acompanhou-nos o cabo Altino Carvalho, nosso leal companheiro, que se encontrava de reforço no P.C., cuja morte anos depois, em Fortaleza foi atormentada pela relembrança daqueles momentos (com efeito, os instantes do primeiro "round" da sublevação foram aterradores, e jamais, creio eu, apagar-se-ão da memória daqueles que dele participaram, não propriamente pelo medo, pelos riscos de luta, mas pelo seu ineditismo, pela profunda impressão psicológica do ato insurrecional).

O Comandante ressurgiu na área, acompanhado do Ten. Irapuã Saturnino de Freitas, Ajudante do Batalhão. Sem se deter veio até a calçada onde se defrontou com o Ten. Ari que já o esperava sob um "Ficus Benjamini", e iniciou novo diálogo com o chefe da rebelião:

— Quem está aí?

— O Ten. Ari Correia, o novo comandante do 23 B.C.

Não pude perceber o resto daquela conversa, em vista do grande ruído que se ouvia do interior do P.C., onde havia enorme balbúrdia. Além disso, naquele instante, eu concitava o cabo Gérson Cortez Guedes a dirigir-se à Agência do Telégrafo Nacional, a fim de ocupá-la, em cumprimento de uma ordem do Ten. Carlos Cordeiro. Contudo, ouvi estas palavras:

"Entregue-se Coronel!"

Novamente o Comandante revidou a intimação com uma descarga de seu revólver sobre o Ten. Ari. Vários tiros foram trocados a curta distância, ao fim dos quais o Comandante voltou ao P.C., e lá dentro ordenou ao cabo Rolim: "Corneteiro, toque batalhão-reunir". Ouviu-se imediatamente um grito do Ten. Cordeiro: "Não toque, corneteiro". Estabeleceu-se, então, um duelo de ordem e contra-ordem. Afinal, o som da corneta saiu, trêmulo e dorido, embora fosse o mais vigoroso clarim do Batalhão. O toque, porém, logo se extinguiu com um tiro de pistola, cuja bala atingiu um dos pés do corneteiro, que decidira fazer o toque deitado.

Agora, no interior do P.C., o Comandante desdobra-se na mais intensa atividade. Elementos da guarda e reforço, empregados e ordenanças, todos são convocados para a resistência, que logo se fez sentir. Das janelas do edifício, vários atiradores iniciaram nutrida fuzilaria que é prontamente revidada. Num breve intervalo do tiroteio, ouve-se uma voz concitando o Comandante a desistir da luta alegando estar todo o Batalhão revoltado. A sugestão é repelida incontinenti: "Ainda tenho Marçal com as metralhadoras."

Justamente naquele momento, fui procurado pelo Ten. Cordeiro, cuja pistola enguiçara. Troquei-a com a que se achava em meu poder. Foi naquela ocasião que o Ten. Ari deu ordem para retrairmos as posições das metralhadores, estendidas defronte do P.C. Atribuía o Ten. Ari que com o matraquear das peças removeria o Comandante de sua tenaz e suicida resistência. Desse modo, teria fim aquela luta desigual.

Dividimo-nos nas posições das metralhadoras. Assumi a direção do fogo da peça guarnecida pelo cabo José Carlos Augusto e soldado Damasceno, a qual se achava perpendicular ao P.C., colada a um oitão residencial. Por espaço de uns cinco minutos reinou um completo silêncio, no fim dos quais se ouviu uma série de tiros de pistola — sinal para o desencadeamento de fogos, convencionado pelo Ten. Ari Correia.

"Fogo!" — gritei para Damasceno. Mais de uma dezena de rajadas de 15 a 30 tiros foram despejadas sobre o P.C. em poucos segundos. Foi em vão que se esperou o aparecimento de uma bandeira branca ou qualquer sinal de rendição ou armistício, vindo em seu lugar a reação firme e imediata. De cada janela, fulguram canos de fuzis, cujas balas

passam sobre as nossas posições com o seu assobio arrepiante. Enquanto o tiroteio se mantém ininterrupto, são ocupadas a estação ferroviária e a agência telegráfica. O duelo de tiros continua firme por longo tempo. De repente, fortes estampidos são ouvidos sobre o P.C., semelhantes a explosões de granadas de mão. Eram bombas "Liberal", rudimentar engenho de combate em uso na polícia paraibana durante a campanha de Princesa, de puro efeito moral.

Começa a romper o dia. À medida que a luz da manhã aumenta, a resistência vai diminuindo. Em compensação, os seus tiros são agora mais bem dirigidos. Embora a nossa peça estivesse na "posição baixa", passou a oferecer um bom alvo com a sua guarnição, visto encontrarmo-nos inteiramente descobertos. Comecei a pensar numa solução para o caso, quando dois tiros atingiram de través a parede junto à qual nos achávamos, pouco acima das nossas cabeças. Dos pontos de impacto, grande quantidade de estilhas caiu diretamente sobre nós e o alimentador da peça, como se sabe, é descoberto nas metralhadoras pesadas "Hotchkiss". Em conseqüência, a arma deixou de funcionar, engasgada com um carregador pela metade. É verdade que nós nos assustamos; mas Damasceno abandonou e peça e foi abrigar-se, juntamente com o cabo, num monte de tijolos à nossa retaguarda só descoberto naquele momento. Lancei-me sobre a metralhadora. Retirei o carregador e passei pelo alimentador um lenço vermelho até ali conservado ocultamente. O incidente foi sanado. Damasceno reanimou-se e voltou a manejar a arma, enquanto eu e José Carlos removíamos o monte de tijolos para a frente da nossa posição.

Podia-se ver agora a fachada do edifício, dilacerada pelo fogo das metralhadoras; e, subindo do P.C., o fumo cinzento das bombas arremessadas da sua retaguarda. Nem as janelas escaparam à violência do fogo, indo todas ao chão.

Aos poucos, as descargas do reduto foram enfraquecendo. Reconhecendo o malogro da resistência, os seus defensores decidiram abandonar aquele inferno. Muitos escaparam por uma abertura praticada no alto de uma parede comum à casa vizinha. Outros subtraíram-se pelos muros adjacentes.

Por fim, o Comandante ficou sozinho. Dali em diante, ia desenrolar-se no interior do P.C. uma espécie de tragédia, cujos detalhes me foram descritos logo depois pelo seu único sobrevivente, soldado Clóvis, ordenança do Major João César de Castro, Fiscal do Batalhão.

Não se chegou a saber o momento exato em que o Major Castro recebera o primeiro ferimento, atingido, lamentavelmente, por uma bala transviada. Segundo Clóvis — e aqui começa a sua história — socorrera o Fiscal no instante em que o Comandante organizava a sua feroz resistência, colocando-se num dos cantos do interior da casa. E ali permaneceu, ao lado do chefe, durante todo o desenrolar da luta. Chegou o momento em que o Comandante Pedro Ângelo ficara sozinho e sem esperança

de dominar o movimento. Desesperado, resolveu incendiar o paiol de munição, constituído de vários milhões de tiros e um estoque de granadas. Sabedor da intenção do Comandante, o Major determinou ao seu ordenança que evitasse aquela loucura. Sem ter atendido aos apelos do Major Castro, o Comandante já havia posto gasolina em vários cunhetes e achava-se empunhando uma caixa de fósforos quando Clóvis saltou sobre ele. Depois de um violento corpo a corpo, ambos contendores caíram. Do ponto onde caíu, o Comandante alvejou Clóvis. Este, porém, esquivou-se e os tiros a ele dirigidos foram atingir exatamente o Major Castro.

O Comandante não se deteve. Voltou à frente da sua cidadela sem dar trégua à luta. Clóvis aproveitou a sua ausência para conduzir o Major Fiscal a um ângulo morto do muro, onde ambos permaneceram até nossa entrada no P.C.

Os tiros do Posto do Comando foram diminuindo progressivamente, tornando-se cada vez mais escassos. Só, ferido e exausto, os movimentos do Comandante eram agora lentos e penosos. Contudo, lá continuava ele, e, reaparecendo em cada janela, apontando e disparando suas armas: um revólver, uma pistola e um mosquetão. A cada tiro, que fazia, recebia em troca uma saraivada de balas acompanhada de estrondos de bombas. Era, ao mesmo tempo, espantoso e comovedor aquele duelo, diante do qual não pude reprimir um sentimento estranho: "Basta, Comandante. Não lute mais". Exatamente naquele instante, fomos surpreendidos por gritos infantis de uma casa próxima, à nossa esquerda. Era um grupo de meninos, ainda em trajes de dormir, que nos pediam "casca de bala". A resistência tornara-se tão débil que, sem nenhuma precaução, nos divertimos em lançar às crianças os estojos menos aquecidos.

Afinal, chegara o desfecho bravio daquela resistência excepcional.

O soldado Clóvis ouviu o derradeiro brado do herói:

"Não morrerei acuado como um cão. Vou morrer no campo de honra".

Vimo-lo reaparecer no meio da área e penetrar no banheiro do lado oposto de onde saíra, após executar um disparo. Uma bomba arremessada sobre o teto afugentou-o dali. Ao sair, foi colhido por uma descarga no centro da pequena área, junto ao portão de ferro. tombou fulminado, em decúbito ventral. Tinha à mão direita uma pistola "Parabelum", sua arma regulamentar; no bolso traseiro da calça estava o seu inseparável "Smith & Wesson", com o cano voltado para cima; e a seu lado, não muito longe, o mosquetão que lhe saltara das mãos. Seriam sete horas da manhã.

Naquele intante, a maioria dos sitiantes dirigiu-se correndo para o P.C., gritando vivas à Revolução, exatravasando um entusiaso reprimido por longos meses. Na realidade, foi desabafo inesquecível. Abraçamo-nos uns aos outros cheios de contentamento pelo êxito do levante. Grandes lenços vermelhos foram então agitados em profusão."(365)

Restabelecida a ordem, movimentaram-se as tropas do Exército, no dia 6, obedientes às instruções do General Távora, divididas em três colunas reforçadas com efetivos da Polícia Militar da Paraíba e alguns voluntários. Comandavam-nas os Tenentes Ari, Veras e Carlos Cordeiro de Almeida, comissionado no posto de Tenente-Coronel. O objetivo principal era atingir Fortaleza.

Mas, antes que o lograssem, decidiu-se o Presidente Matos Peixoto a retirar-se do governo e embarcar para o Sul.

As suas providências defensivas não se casavam com a realidade dos acontecimentos. Esforços vãos os do seu corajoso Secretário de Polícia, Dr. Mozar Catunda Gondim e do Comandante do Regimento Policial, o Coronel Edgar Facó.

A pedido da consorte do aflito governante, fez-lhe ver o Dr. Romeu Martins da inocuidade de qualquer resistência, já noite de 7. Aceitou o alvitre, depois de falar aos servidores do Governo. E mais tarde, à meia-noite, foi instalar-se no Quartel do 23º B.C., guardado, então por soldados da Polícia.

Na manhã de 8, rompendo a multidão que se apinhava naquelas proximidades, entramos naquele quartel e vimos o Dr. Peixoto a redigir telegramas, ao lado alguns amigos e a esposa sentada a uma cadeira com a perna sobre a outra, pois torcera um dos pés.

Não privávamos da intimidade palaciana, porém naquele momento honrávamos uma estima e uma lealdade e, portanto, devíamos estar ali.

Descemos minutos mais para o porto, em automóveis — eram 9 horas — e presenciamos o espetáculo melancólico daquela partida. Éramos poucos. Lembramo-nos de 25: Dr. Francisco de Meneses Pimentel, Dr. João Otávio Lobo, Dr. Francisco de Alencar Matos, Dr. Lauro de Paula Vale, Dr. Guilherme de Sousa Pinto, Dr. João Perboyre e Silva, DR. Manuel Soares de Gouveia, Dr. Álvaro Fernandes, Dr. Virgílio Firmeza, Alexandrino Diógenes, Vicente Roque, Clóvis Raulino, José Costa, Joaquim Pinto, José Colares Cintra, João Arruda Filho, Mozar Queirós, Francisco Coelho, Joaquim Sá, Inácio Gomes Parente, Antônio Graça, José Batista de Amorim, João de Melo, Rafael Marques e nós.

Outros que lá se achavam eram forçados companheiros de viagem do Presidente, para o Sul, no vapor "Afonso Pena", depois de, primeiramente, terem embarcado no "Itanagé" (até às 13 horas). Trinta e seis, contadas quatro crianças.

O sol passara do horizonte, metido numa tempestade, mas a coorte numerosa dos áulicos, dos "maravilhas", já procurava outro sol — o sol nascente, mais aquecedor...

A notícia do embarque do Dr. Peixoto e seus auxiliares de administração correu célere e, aglomerado na Praça do Ferreira, exultava o povo. Retirados da prisão os detidos políticos, é aclamado governador provisório o Dr. Fernandes Távora, que organiza, sem demora, o seu secretariado:

Prof. Luís de Morais Correia, Secretário do Interior e da Justiça, Dr. José de Borba, da Polícia e Segurança Pública, Major João Leal, da Fazenda, Advogado Raimundo de Monte Arrais, da Agricultura, e Dr. César Cals de Oliveira, Prefeito Municipal de Fortaleza. A cidade transformara-se numa festa.

Mas a revolução, como as revoluções, trazia no corpo o micróbio do descontentamento e da desunião: a heterogeneidade ideológica das suas mais fortes correntes formadoras.

A *ala militar* quis impor a execução do seu programa de reforma básica, econômico-administrativa, que alimentara os anseios das intentonas de 1922 e 1924, ao passo que a *ala política* não se mostrou inclinada a sair das simples renovações de métodos da prática do regime, sem descer a maiores excessos.

O governo revolucionário do Ceará recaíra num civil, político de tradições, e apenas um militar, também político, figurava no seu quadro de secretários. E o governador, agravantemente, era irmão de Juarez Távora, que encarnava o princípio do apoliticismo administrativo e, com ele, os seus tenentes idealistas. Juarez, do Recife, telegrafava-lhes: "Vencidos os inimigos do Brasil, é preciso agora que os revolucionários executem o programa da Revolução, vencendo os amigos" (25 de outubro).

Cavou-se bem cedo a divergência entre as tendências conservadoras e partidárias do Dr. Fernandes Távora e as mais radicais dos militares que trabalhavam pelo expurgo mais visceral e recuado dos vícios das administrações anteriores e não só a do Dr. Matos Peixoto.

Compreende-se como delicada a posição o Governador, e o resultado foi que, viajando para a Capital da República em 13 de junho do ano seguinte não mais voltou à sua curul, tendo sido exonerado no dia 21 de agosto. Na sua ausência ficara, interinamente, o Major João Leal, e para substituí-lo veio o Capitão Roberto Carneiro de Mendonça, carioca de nascimento.

O Capitão Mendonça, claramente, representava o "tenentismo" e, chegado ao Ceará a 20 de setembro, tomou posse da Interventoria no dia 22. Desconhecido dos cearenses, recebido com reservas, não custou a impor-se no conceito geral como homem reto, de alto espírito de justiça e invulgar capacidade realizadora.

Constituiu um secretariado alheio às competições locais: Des. Olívio Câmara, para a pasta da Justiça, Capitão Olímpio Falconiére da Cunha, para a da Segurança Pública, o Dr. Dário Tavares Gonçalves, técnico indicado pelo Ministério da Agricultura, para a da Agricultura, Dr. Olímpio Barreto, técnico indicado pelo Ministério da Fazenda, para a da Fazenda. Para Diretor da Instrução Pública nomeou o Dr. Joaquim Moreira de Sousa e para a Prefeitura de Fortaleza o Major Manuel Tibúrcio Cavalcanti. Este último substituiu, depois, o Dr. Olímpio Barreto e teve como sucessor, na Prefeitura, o Dr. Raimundo Girão.

O Dr. Dário Gonçalves, porque não correspondesse à designação, foi substituído pelo Agrônomo Esmerino Gomes Parente.

Mais tarde, o Capitão Falconiére deixou a Secretaria de Polícia, que foi ocupada, sucessivamente, pelos Srs. Major Tibúrcio Cavalcanti, Tenente Américo Silva e Franklin Monteiro Gondim. Ainda obediente ao critério das indicações, nomeou para a Diretoria de Saúde Pública o técnico Dr. Amílcar Barca Pelon.

Deixou o Capitão Mendonça a Interventoria em 5 de setembro de 1934, vindo substituí-lo o Coronel Filipe Moreira Lima, o qual, chamado ao Rio, em virtude de sua incontinência de atitudes, viajou de avião para não mais voltar ao cargo, no dia 11 de maio (1935), tendo passado na véspera o governo ao Sr. Franklin Monteiro Gondim, Secretário da Fazenda.

Foi este quem transferiu, no dia 26, a chefia dos negócios públicos do Estado ao Dr. Francisco de Meneses Pimentel, candidato da Liga Eleitoral Católica, eleito pela Assembléia no dia anterior, em sessão realizada sob a garantia do Exército, em virtude de *habeas-corpus* concedido pelo Poder Judiciário.

Dos trinta votos da Assembléia o Dr. Meneses Pimentel obteve 16, tendo recaído os demais no nome do Dr. José Pompeu Pinto Acióli, candidato dos remanescentes revolucionários.

Essa mesma Assembléia promulgou em 24 de setembro nova Constituição para o Estado, já de acordo com os ditames da Lei Magna da Federação, posta em vigor no dia 16 de julho do ano antecedente.

O Dr. Pimentel exercia as suas funções com serenidade e eficiência administativa e eis que em 10 de novembro de 1937 se dá o golpe de Estado que instaurou, no Brasil, o ordinariamente chamado "Estado Novo", de feição facista e classificado eufemisticamente, pelos seus imaginadores, de *Estado autoritário,* que teria como princípio o reforço e unidade da autoridade, mas sem os extremos do totalitarismo alemão ou italiano.

Preparara-se em surdina o mesmo golpe, com a ciência sigilar dos governadores dos Estados, inclusive o do Ceará, os quais seriam transformados em Interventores, delegados da confiança do Chefe Nacional que, em manifestação à Nação, explicou as causas do movimento "contra as decepções do regime derrogado".

"Entre a existência nacional e a situação de caos, de irresponsabilidade e desordem em que nos encontramos, não podia haver meio termo ou contemporização — argumentava a seu modo o Sr. Getúlio Vargas.

"Quando as competições partidárias ameaçam degenerar em guerra civil é sinal de que o regime constitucional perdeu o seu valor político, subsistindo apenas como abstração.

"A tanto havia chegado o País. A complicada máquina de que dispunha para governar-se não funcionava. Não existiam órgãos apropriados através dos quais pudesse exprimir os pronunciamentos da sua inteligência e os decretos da sua vontade.

"Restauremos a Nação na sua autoridade e liberdade de ação: — na sua autoridade, dando-lhe os instrumentos de poder real e efetivo com que possa sobrepor-se às influências desagregadoras, internas ou externas; na sua liberdade, abrindo o plenário do julgamento nacional sobre os meios e fins do governo, e deixando-a construir livremente a sua história e o seu destino".

Saíu daí a Constituição outorgada de 1937, manipulação do Ministro Francisco Campos, panacéia apta a atender de tal maneira às realidades brasileiras "que se diria que, no Brasil, toda vez que se tentava fundar um goveno, de verdade, as tentativas de governar vinham sendo feitas nas linhas da atual constituição".

Talvez ainda muito cedo para julgar das intenções do Sr. Getúlio Vargas, interpretar-lhe a obsessão continuísta e a obra política aos trambulhões com uma época e um mundo desnorteado pelo delírio de ideologias reformistas.

E também para concluir imparcialmente se, de fato, à sua Constituição se modelava a realidade nacional e, ainda, na afirmativa, se ele mesmo a compreendeu e a respeitou, fazendo-a instrumento do "poder real e efetivo", intrinsecamente legítimo e correto. E se permitiu que a Nação livremente contruísse a "sua história e o seu destino".

Adesa ao Estado Novo, não houve, portanto, nenhuma solução de continuidade na fecunda administração do Dr. Meneses Pimentel, até o seu definitivo afastamento pelo ato demissório de 28 de outubro de 1945. Muito realizou, na verdade, em benefício do Ceará.

Daí por diante, na cadeira presidencial cearense mal se sentaram diversos Interventores: Dr. Benedito Augusto Carvalho dos Santos (31 de outubro—10 de janeiro de 1946); Dr. Tomás Pompeu de Sousa Brasil Filho, interinamente, deste último dia a 21 do mesmo mês, quando se empossou o Dr. Acrísio Moreira da Rocha (até 16 de fevereiro); Dr. Pedro Firmeza (até 28 de outubro); Coronel José Machado Lopes (até 3 de fevereiro de 1947) e, finalmente, o Des. José Feliciano de Ataíde, que no dia 1º de março a transmitiu ao Des. Faustino de Albuquerque e Sousa, governador eleito, em 19 de janeiro, para o período de março de 1947 a janeiro de 1951. Foi seu competidor o General Onofre Muniz Gomes de Lima, atualmente Senador pelo Ceará.

Em 3 de outubro de 1950, elegeu-se Governador o Dr. Raul Barbosa, então Deputado Federal, cuja votação sobrepujou por expressiva maioria a do contendor, Dr. Edgar Cavalcanti de Arruda, ilustre advogado, agora no cargo de Ministro do Tribunal de Contas do Distrito Federal. Tomou posse em 31 de janeiro de 1951.

Apesar dos óbices oriundos das secas parciais que muito afetaram o seu quadriênio, soube o Dr. Raul Barbosa imprimir na sua gestão o sinete, hoje raro, da honestidade administrativa e da operosidade. Sem qualquer favor, pode comparar-se à do Senador Alencar, o clarividente

estadista de 1834, a sua perfeita e global apreensão dos problemas gerais, e das adequadas soluções. Não houve setor dos negócios do Estado que não sentisse o seu impulso renovador, muita vez ferindo interesses individualistas de correligionários menos condescendentes, o que lhe custou não ter vencido, como candidato a Senador, nas eleições de 3 de outubro de 1954.

A fim de desincompatibilizar-se, na forma da lei, para concorrer ao pleito, o Dr. Raul Barbosa, em 1º de julho do referido ano de 1954, entregou o Governo, definitivamente, ao Vice-Governador, Dr. Stênio Gomes da Silva.

Nesse aludido pleito venceu, como candidato a Governador, o Deputado Paulo Sarasate Ferreira Lopes, enfrentando o seu colega de bancada Dr. Armando Ribeiro Falcão. Vice-Governador, o Prof. Flávio Portela Marcílio. A administração Paulo Sarasate desenvolveu-se plena de inteligentes e proveitosas realizações e do seguro equilíbrio político e financeiro. Ocupam as Secretarias de Estado: Dr. Odilon de Aguiar Filho, a da Interior e da Justiça; Alfredo Brasil Montenegro, a da Fazenda; Mariano Martins, a da Educação e Saúde; Coronel Murillo Borges Moreira, a da Polícia e Segurança Pública; Dr. Agenor Maia Ferreira, a da Agricultura e Obras Públicas; Dr. José do Nascimento, a de Administração do Governo. A pasta de Educação e Saúde foi exercida, inicialmente, pelo Dr. Humberto Fontenele da Silveira; e a da Agriculura e Obras Públicas, sucessivamente, pelos Drs. Edilson e Edival de Melo Távora.

Também com o fim de concorrer, como candidato a Deputado Federal, às eleições de 3 de outubro de 1958, renunciou o Dr. Paulo Sarasate às funções do cargo de Governador, assumindo-as, em caráter efetivo, o Dr. Flávio Marcílio, no dia 3 de julho do mesmo ano.

16. A IMPRENSA

16.1. PRIMEIROS PERIÓDICOS

Iniciou-se o jornalismo cearense com o Padre Gonçalo Inácio de Loiola de Albuquerque e Melo — Padre Mororó, redigindo o *Diário do Governo do Ceará.*

Conforme comunicação em ofício de 9 de março de 1824, remeteu de Pernambuco o Presidente Manuel de Carvalho Paes de Andrade à Junta Provisória do Ceará os apetrechos de uma tipografia que, devidamente montados, formaram a "Tipografia Nacional".

Veio como impressor Francisco José de Sales, temperamento revolucionário e hábil na arte tipográfica. Trouxe-os, a ele e aos tipos, a escuna de guerra "Maria Zeferina".

Pôde-se, então, fazer sair o primeiro jornal cearense — aquele "Diário", cujo número um circulou no dia 1º de abril de 1824. Os ordenados do pessoal empregado — impressor, dois compositores e dois serventes — eram pagos pela Fazenda Pública. Distribuía-se a folha às quartas-feiras e aos sábados, ao preço de 40 réis.

O historiador Perdigão de Oliveira pretende ter chegado à conclusão de que antes do *Diário* houve outro órgão de publicidade — uma *gazeta* que o Governador Sampaio mandara imprimir, em 1817, e fizera espalhar em todas as vilas da Capitania. Teria havido, em conseqüência, outra tipografia, anterior à de 1824.(63) Mas o Barão de Studart contesta-o, esclarecendo que, de fato, existiu esse papel, que se chamou "Gazeta do Ceará", porém não era impresso. O próprio Sampaio o redigia e fazia circular. Afirma-o o Barão por ter no seu arquivo um dos exemplares. E corrobora a afirmação, lembrando o trecho de uma carta de setembro de 1823, escrita por Manuel do Nascimento de Castro e Silva ao Padre Alencar, então no Rio de Janeiro, na qual aquele diz: "Aqui não correm folhas e bem se vê a necessidade delas para um homem ajuizar das coisas"... E, insiste Studart: "Ninguém disse até hoje o título do jornal que precedeu ao "Diário", nem a oficina tipografica onde era impresso, o nome do redator, a data do seu primeiro número".(193) Espécie de *Acta Diurna,*

que apareceu em Roma no ano de 168, no império de Marco Aurélio, e só desapareceu com o último Imperador.

O "Diário do Governo" foi o sétimo periódico a publicar-se no Brasil e, com a derrota da *república equatoriana,* passou a servir como órgão do governo constituído.

O fracasso do movimento rebelde e as suas tristes decorrências coincidiram com os efeitos de terrível seca, no seu cortejo de fome e epidemias, produzindo tantas desgraças aquilo que João Brígido denominou "atonia dos espíritos". Longo tempo, por mais de um lustro, descurou-se de tudo que aproveitasse ao progresso moral e material. Tamanho desastre deu margem a que lançassem raízes nos sertões e prepotência dos homens abastados e a multiplicação dos crimes individuais.[35](p. 36)

Contudo, iam-se definindo, mais acentuadamente, no Ceará, as correntes políticas que, no decorrer da Monarquia, encaminhariam os destinos nacionais.

A família Alencar, já morto Tristão, e a dos Castro e Silva, tendo como representantes, respectivamente, o Padre José Martiniano e o Dr. Manuel do Nascimento, ambos ex-deputados às Cortes Gerais de Lisboa, arregimentavam-se como defensores do liberalismo exaltado, inspirador daquela insubmissão cívica, afinal sopitada pelo conservantismo ainda bastante entranhado no espírito constitucionalista. Nada mais este, na realidade, que simples atenuação do absolutismo personificado em Pedro José da Costa Barros, e mais tarde, em 1835, consolidado por Manuel Felizardo de Sousa e Melo, que veio dar evidência e prestígio à grande família dos Fernandes Vieira e ao Comendador José Antônio Machado, rico negociante da capital.

A necessidade de assegurar os princípios *liberais* levou os Castros a fundarem, em 1830, o *Semanário Constitucional,* impresso na antiga Tipografia Nacional, agora com o nome de Tipografia Constitucional, de propriedade de Joaquim José Barbosa, genro do Capitão-mor da Fortaleza, Antônio José de Castro e Silva, e tio de Manuel do Nascimento. Primeiro número, de 4 de setembro. Um dos redatores, o advogado icoense Ângelo José da Espectação Mendonça, alcunhado de Ângelo Rapadura.

"Periódico publicado aos sábados nesta cidade, escrito em sentido liberal, vai oferecendo aos cidadãos um tal e qual meio de apresentarem ao público suas reflexões, de censurarem o empregado negligente no cumprimento de seus deveres e de queixarem-se finalmente com a maior publicidade das arbitrariedades por qualquer praticadas" — é referência que de José de Castro e Silva, presidente do Conselho Geral da Província, mereceu o *Semanário* na "Fala" de 1º de dezembro de 1830.

Também liberal, *alencarista* mas não *castrista,* em 25 de maio de 1835 começa a distribuir-se o *Cearense Jacaúna,* de que foi redator José Ferreira Lima Sucupira. Preparava-se na citada Tipografia Constitucional e, posteriormente, na do comerciante português Manuel Caetano de Gouveia.

Contra os Castros, cujo núcleo familial era o Aracati, foi fundado ali, em 1830, pelos seus adversários Pereiras Pachecos e Caminhas, o *Clarim da Liberdade,* figurando como redator e proprietário o alagoano Joaquim Emílio Aires, mais conhecido por Aires da Micaela, antigo partidário dos mesmos Castro e Silva.

Quem adquiriu, para Aires, a Tipografia foi o comerciante Domingos José Pereira Pacheco. Comprando o Padre Alencar o respectivo material em 1834, transportou-o para Fortaleza e o reuniu ao da Tipografia do *Semanário Constitucional* que, desse modo, pôde publicar mais vantajosamente os atos do Governo e os da Assembléia Provincial.

Jorge Acúrcio da Silveira é que então dirigia o *Semanário.*

Nascido na ilha de S. Jorge, dos Açores, esteve na América do Norte e terminou no Ceará, onde chegou em 19 de novembro de 1824. Exerceu o cargo de intérprete oficial das línguas inglesa e francesa, e os de professor e Guarda-mor da Alfândega de Fortaleza.

Os *liberais* ou *chimangos,* em 1835, transformaram o *Semanário* no *Publicador Cearense,* nome substituído depois pelo de *Correio da Assembléia,* em homenagem à recente instalação da Assembléia Provincial. Teve o novo hebdomadário como redator o médico José Lourenço de Castro e Silva. Como editores, sucessivamente, José Acúrcio, Francisco Luís de Vasconcelos e Antônio Elói da Costa. A vida política de José Lourenço "simboliza entre nós a existência do partido liberal, ao qual dedicou o ardor de sua juventude e a experiência e as luzes da idade madura: seu nome está ligado a todas as fases tempestuosas ou plácidas dos negócios da Província que, desde 1838, sempre o encontrou inquebrantável na tribuna e na imprensa" — são palavras do Barão de Studart.

Não dispondo de jornal, recorria a oposição às colunas dos do Recife e do Rio para as suas defesas e ataques, que, entretanto, somente repercutiam no Ceará com enorme atraso, às vezes passado de todo o interesse.

Com o rompimento de Bernardo Pereira de Vasconcelos, logo após a promulgação do Ato Adicional, dando como fruto a organização de um novo partido, a princípio chamado *do regresso* e depois *conservador,* a este, no Ceará, já indispostos com o Padre Alencar, filiaram-se o Comendador José Antônio Machado, o Boticário Antônio Rodrigues Ferreira e Manuel José de Albuquerque, baiano que desde o governo de Costa Barros se fixara no Ceará.

Montaram, então, *A Oposição Constitucional,* tendo no corpo redatorial o mesmo Albuquerque e os deputados Jerônimo Martiniano Figueira de Melo, José Antônio Pereira Ibiapina e Padre Antônio Pinto de Mendonça. Como impressor e tipógrafo, o mineiro Aureliano Marcolino de Melo.

Mas, estando a proceder-se o recrutamento para a luta contra os *Cabanos* do Pará, o Presidente Alencar alistou aquele tipógrafo e o enviou para Belém. *Ipso facto* desapareceu o jornal, mal saído o sétimo número...

Na mesma moeda pagariam, no entanto, os liberais.

Afastado da Regência o Padre Diogo Feijó, por efeito de sua renúncia, e chamados ao governo os conservadores, foi Alencar exonerado e substituído pelo Capitão de Engenharia Manuel Felizardo de Sousa e Melo, que da administração anterior não quis deixar pedra sobre pedra. Assumiu o exercício das funções em 16 de dezembro (1837). Quem desta vez suporta o recrutamento são os operários do *Correio da Assembléia* e procuram ocultar-se. Isso não intimidou a Jorge Acúrsio, que entregou às próprias filhas a composição do jornal, para não interromper a circulação. Todavia, é obrigado a deixar a empresa, passando-a a Francisco Luís, que acabou sendo preso sob um pretexto qualquer. Sucede-lhe Antônio Elói da Costa, que a seu turno, é vítima de espancamentos e vexames.

Para combater Manuel Felizardo fundou-se, em 1838, tirado na Tipografia Patriótica de Jorge Acúrcio e saído o primeiro número a 11 de outubro, o *Sentinela Cearense na Ponta do Mucuripe.* Redator principal, o Dr. José Lourenço. Com o esclarecimento expresso de que o jornal duraria somente enquato estivesse na Província o Sr. Felizardo.

A defesa deste era feita pelo *Dezesseis de Dezembro,* assim denominado em honra ao dia de sua posse. Primeiro exemplar de 1º de julho. Impresso na "Tipografia Constitucional", sob a responsabilidade do maranhense Galdino Marques de Carvalho. Redatores: Dr. Miguel Fernandes Vieira, principal proprietário, Dr. Manuel Teófilo Gaspar de Oliveira e Manuel José de Albuquerque. nas mesmas oficinas se imprimia o jornalzinho *Barbeiro,* através do qual eram dirigidos aos liberais desaforos e insultos não compatíveis com a seriedade do *Dezesseis.*

Dessa época, como acentua João Brígido, data a estabilidade das duas correntes — consevadores e liberais.

Em 1840 reaparece a folha carangueja com o nome de *Pedro II.* Impresso naquela Tipografia Constitucional, é de 12 de setembro o começo de sua vida, que havia de atravessar mais de meio século, a despeito de lhe terem arrebentado as oficinas, jogados os tipos ao mar (março de 1841). Sempre servindo ao partido. Até sobrevir a República, quando mudou o título para *Brasil* (10 de janeiro de 1890).

Na direção do *Pedro II* estiveram o Dr. Miguel Fernandes Vieira, já na chefia dos conservadores, e o Boticário Ferreira. Mais tarde, redatoriaram-no Gustavo Gurgulino de Sousa, Dr. Manuel Ambrósio da Silveira Torres Portugal, Paurilo Fernandes Bastos, Gonçalo de Lagos Fernandes Bastos e Luís de Miranda. Este, como redator-chefe, desde a morte de Gurgulino, em 1879, até o advento republicano, com o qual nunca veio a concordar.

Concomitantemente e já no poder em virtude da declaração da maioridade do Imperador, fundaram os *chimangos* (22 de outubro) o *Vinte e Três de Julho,* confiada a redação ao Dr. José Lourenço e reconhecendo-se como chefe do partido o Major João Facundo de Castro Meneses,

cujo prestígio dia a dia se firmava desde a primeira administração do Padre Alencar. O nome significa homenagem à data em que Pedro II prestou juramento.

Saía das oficinas da Tipografia Patriótica, de Antônio Elói.

Este periódico transformou-se n'*A Fidelidade* e depois n'*O Cearense,* publicado o primeiro número deste em 4 de outubro de 1846. Fundadores: Frederico Augusto Pamplona e Tristão de Alencar Araripe (depois Conselheiro), aos quais se juntou, mais adiante, o Padre Dr. Tomás Pompeu de Sousa Brasil (Senador Pompeu) que, com a retirada dos dois primeiros, ficou sozinho a dirigi-lo. *O Cearense* teve longo fôlego, sobreviveu ao Império, tomando o título de *Órgão Democrático,* mas desapareceu em fevereiro de 1891, com a deposição do General Clarindo de Queiroz. Nele escreveram também João Brígido, Miguel Aires, José Pompeu de Albuquerque Cavalcante, e os depois Conselheiros Rodrigues Júnior e Vicente Alves de Paula Pessoa.

De filiação conservadora foi o *Íris Cearense,* saído a primeira vez em 1º de março de 1847. Na redação, os Drs. José Lourenço, Manuel Soares, Cônego Antônio Pinto de Mendonça e Manuel José de Albuquerque. Teve o nome alterado, neste referido ano, para *O Imparcial,* que se transmudou, em 1849, no *Saquarema.* Essa transmutação decorreu da tentativa de aliança ou fusão, "com esquecimento de antigas ofensas", de equilibristas e conservadores, sugerida no Rio, por Eusébio de Queirós, Honório Hermeto e Felizardo de Sousa e Melo, porém não abraçada pelo Boticário Ferreira que, de grande influência no partido caranguejo, só admitia fossem recebidos os equilibristas como simples praças de pré, sem quaisquer compensações. O *Saquarema* suspendeu as suas tiragens e só reapareceu em 22 de outubro de 1852.

Se bem que estáveis na linha dorsal, várias cisões sofreram os dois grandes partidos, notadamente em 1844 e 1863.

O cisma de 1844, no partido conservador, correspondeu à criação do chamado partido *equilibrista, meísta* ou *urubu,* resultante do Gabinete de 2 de fevereiro, organizado por José Carlos Pereira de Almeida Torres (depois Visconde de Macaé). No Ceará, a reação visou de preferência à família Fernandes Vieira ou *Carcará,* contra cuja hegemonia os dissidentes criaram *O Equilíbrio,* a partir de 11 de outubro. O prelo, — informa o Barão de Studart — era o do antigo *Cearense Jacaúna,* já incorporado à Tipografia de Joaquim Antônio de Oliveira. Redator, o Dr. Manuel Soares da Silva Bezerra. Tendo-se aproximado equilibristas e chimangos, para as eleições de deputados gerais, nesse aludido ano de 1844, quando governava a Província o Coronel Inácio Correia de Vasconcelos, viu a coligação vitoriosa a sua chapa, com a derrota dos conservadores, que abriram fogo contra o Presidente, mordazmente apelidado de "Canivetinho". Para melhor desabafar os ódios, utilizavam o jornalzinho *Periquito,* impresso em papel verde, no qual se sobressaía, pelo chiste e cáustico dos seus versos, o Dr. Pedro Pereira da Silva Guimarães.

Triunfante embora, a liga chimango-equilibrista não durou muito. Predominaram os chimangos, o que deu causa ao desaparecimento do *Equilíbrio.*

A cisão de 1863, também entre os conservadores, verificou-se com o afastamento do grupo que se dizia adiantado ou progressista e seguia a orientação do Dr. Domingos Jaguaribe (futuro Visconde de Jaguaribe) e, posteriormente, a do Barão de Ibiapaba (Joaquim da Cunha Freire). Passou o mesmo grupo a ser conhecido por *graúdos,* em contraposição aos *miúdos* ou carcarás, os da velha guarda do partido, acastelados no *Pedro II* e sob a direção do Barão de Aquirás (Gonçalo Fernandes Vieira), que a ela ascendera após a morte (agosto de 1862) do seu primo, Senador Miguel Fernandes Vieira.

Os graúdos fundaram *A Constituição* (24 de setembro do citado ano de 63), sendo redator principal o aludido Dr. Jaguaribe. Nesse jornal escreveram os Drs. Gonçalo de Almeida Souto, Manuel Soares, Paulino Nogueira, Antônio Pinto de Mendonça, Praxedes Teóbulo, Frederico Augusto Borges, Martinho Rodrigues de Sousa, o Padre Belarmino de Sousa e, por fim, Justiniano de Serpa, durante cuja direção se findou, por via da proclamação da República.

Outra séria dissidência emergiu nos meios liberais, divididos em *paulas* ou ripardos, que se mantiveram fieís à família Paula Pessoa e ao Conselheiro Joaquim Rodrigues Júnior, sustentando *O Cearense;* e *pompeus* ou minus, cujo timoneiro era o Dr. Antônio Pinto Nogueira Acióli, genro do Senador Pompeu, preclaro chefe liberal falecido em setembro de 1877. No Rio de Janeiro, representava esta facção o Conselheiro José Liberato Barroso. Para defesa de seus interesses, os cismáticos instalaram a *Gazeta do Norte,* em 8 de junho de 1880. Na redação desta folha figuravam Tomás Pompeu Filho, João Brígido, Júlio César da Fonseca, João Lopes Ferreira Filho, Virgílio Brígido e João Câmara.

Com os paulas coligados aos conservadores *aquirases,* muito enfraqueceu o poderio da ala dos pompeus, e quase teria sido liquidada se o Dr. Acióli tivesse aceito a sua nomeação para Presidente da Província do Espírito Santo. Tal nomeação fora ardilosaente inspirada pelo Conselheiro Rodrigues Júnior, Ministro da Guerra do Gabinete Lafayette, com o visível intuito de afastar do Ceará o chefe *pompeu.*

Anteriormente, em 1872, havia-se verificado grave desentendimento na grei liberal, motivada pela aliança concertada pelo Senador Pompeu com os conservadores chefiados pelo Barão de Aquirás. Os discordantes dirigem ao povo um manifesto explicativo, publicado no *O Futuro* (28 de novembro), jornal que, sob a redação dos Drs. José Avelino e Augusto Gurgel do Amaral, tinham posto a circular em 1º de agosto.

Entretanto, em 1884 é o Conselheiro que se vê em posição difícil, obrigado a abandonar o seu Ministério, com desagradáveis reflexos sobre a sua posição na política cearense. E, sobrevindo o Gabinete Dantas,

de 6 de junho, logo a 10 é nomeado 2º Vice-Presidente do Ceará o Dr. Nogueira Acóli, cuja influência junto ao novo Presidente, Dr. Carlos Benedito Otoni, mostrou-se manifesta, sem contudo conseguir melhores reforços para as suas fileiras, que, assim um tanto anêmicas vieram até a República. Desbaratados, então, os partidos, na onda foi a *Gazeta do Norte,* que se converteu no *O Estado do Ceará.*

Reconciliados em 1889, pela interferênca do Presidente Henrique d'Ávila, sem dificuldade *paulas* e *pompeus* novamente se distanciaram, em razão de lhes não ter sido possível entrar em acordo por ocasião do preenchimento da vaga, no Senado, oriunda do falecimento do Conselheiro Vicente Alves Paula Pessoa.

Voltava, desse modo, a política do Ceará à posição anterior pompeus unidos aos miúdos *versus* paulas aliados aos graúdos. E assim a encontrou 15 de novembro.

Não somente os órgãos da imprensa partidária devem ser lembrados num escorço, como este, em que se pretende oferecer um panorama histórico de jornalismo cearense. Outros, não vinculados à disciplina das facções, circularam na capital e no interior.

Uns, alimentando intuitos políticos, mas especialmente visando a determinada pessoa ou administração. Outros, de convicção católica, defendendo os interesses da Igreja. Outros ainda, sem definição mais precisa, misturando literatura, política, comércio e notícias em geral.

Entre os primeiros podem ser destacados o *Sete de Setembro,* do endiabrado Padre Verdeixa (7 de setembro de 1848), com feição liberal, "pregando às vezes o regime republicano", e *"O Argus Cearense",* igualmente liberal (7 de setembro de 1850).

Entre os segundos, *O Cireneu,* publicado o primeiro número em 16 de junho de 1857, redigido pelo Padre José Ferreira de Lima Sucupira; a *Tribuna Católica* (primeiro número de 8 de abril de 1866) no qual colaboraram os Drs. Manuel Soares, Gonçalo Souto, João F. Ramos Filho e os Padres Urbano do Monte, Lino Adeodato Rodrigues de Carvalho (depois bispo de São Paulo); *A Fortaleza,* semanário sob o patrocínio do bispo D. Luís Antônio dos Santos (1862).

Entre os últimos: *O Juiz do Povo,* do referido Padre Cerbelon Verdeixa, inimigo dos portugueses; "jornal atrevido e de crítica muito para se temer, valeu ao seu dono fortes perseguições e desgostos". O *canoa doida,* como era conhecido Verdeixa, publicou, em 1863, *A Liberdade* (primeiro número de 29 de junho), fazendo violentas críticas ao Presidente José Bento da Cunha Figueiredo Júnior.

Em 19 de agosto de 1856, publicou-se *O Sol,* semanário político, literário e crítico, de que foi redator Pedro Pereira; em 1865 suspendeu a publicação, mas ressurgiu em 23 de janeiro de 1870, desta vez tendo João Brígido como redator.

Como órgãos próprios de determinadas correntes de pensamento, devem ser citados:

A Fraternidade (4 de novembro de 1873), da Loja Maçônica, Fraternidade Cearense. *Ordo ab chao* era o seu lema. Redatoravam-no Tomás Pompeu Filho, Araripe Júnior, João Lopes Ferreira Filho, Xilderico de Farias, João Brígido, Raimundo Antônio da Rocha Lima. Nele escrevia, também o Padre Senador Pompeu.

Foi seu principal fundador e diretor João Brígido dos Santos. Irrequieto, combativo, destemeroso e culto, foi Brígido a mais forte e, diga-se, a mais violenta expressão do jornalismo no Ceará, tendo fundado diversas folhas na sua longa existência de 90 anos.

Comprazia-se com as lutas oposicionistas, pois raramente se conservou junto aos governos, mesmo aqueles que ajudou a triunfar. Cedo rompia e passava a combatê-los com as terríveis armas da sua coragem, mordacidade e irreverência, pondo em berlinda o adversário. Em 1855 iniciou-se nas pugnas da imprensa com o *Araripe,* na então vila do Crato, impresso no prelo que pertencera a *O Equilíbrio,* de Fortaleza. Primeiro número, de 7 de julho. "Destinado a sustentar as idéias livres, proteger a causa da justiça e propugnar pela fiel observância da lei e interesses locais" — segundo palavras de sua apresentação. Foi jornal de grande circulação e não menor prestígio na zona do Cariri.

O *Libertador,* da Sociedade Cearense Libertadora, destinado à propaganda e interesses da campanha abolicionista e aparecido em 10 de janeiro de 1881. Saía quinzenalmente. Impresso em oficinas estranhas, dele saíram inicialmente vinte números (até 26 de agosto). Aparelhado de tipografia própria, vinda de Londres, reapareceu em formato grande, de circulação diária e vespertina (2 de noembro de 1882). Vitoriosa a causa da libertação dos escravos, continuou a circular o *Libertador,* servindo ao Centro Republicano. Depois de 15 de novembro de 1889 fundiu-se ao *Estado do Ceará,* da União Republicana, para formarem *A República* como órgão do Partido Federalista. Durante a fase redentista, encheram-se as suas páginas de vibrantes artigos e trabalhos de Antônio Dias Martins, Antônio Bezerra, Teles Marroco (redatores principais), Justiniano de Serpa, Frederico Augusto Borges, Martinho Rodrigues, João Lopes, Abel Garcia, Almino Álvares Afonso.

O primeiro jornal de caráter abertamente republicano foi o *Barrete Frígio,* que não passou do primeiro número, na cidade do Aracati, um sonho de Júlio César da Fonseca Filho (1869). A polícia apreendeu os exemplares e o redator muitas vexações sofreu. Dez anos depois, sai o *Revolução,* hebdomadário dos partidários republicanos e de propriedade do Clube Democrata Cearense (Fortaleza), chefiado por João Cordeiro e Antônio Pereira Brito Paiva. Em seu primeiro número, que é de 1º de novembro de 1879, dirige um Manifesto ao País, assinado por Brito Paiva, Francisco Barroso, Alexandre Gadelha, Bacharel Francisco de Oliveira Praxedes, Alexandre Gadelha, João Cordeiro, Catão Pais da Cunha Mamede, Lino de Sousa Encarnação e Frederico Severo de Sousa Pereira.

Tirava-se na tipografia adquirida, por João Cordeiro, a Juvenal Galeno, que a instalara para editar suas obras. José Lino de Paula Barros e João Furtado de Mendonça foram os impressores.

16.2. MUDANÇAS COM A REPÚBLICA

A proclamação da República determinou, logicamente, a morte das velhas instituições e, com estas, a dos partidos de âmbito nacional — o Liberal e o Conservador. E a descentralização político-administrativa, característica do nascente regime, ensejou o aparecimento de partidos regionais.

No Ceará, a liderança da nova ordem caberia, necessariamente, ao Centro Republicano, constituído, desde julho de 1889, por antigos abolicionistas e por integrantes do extinto partido liberal. Como órgão de imprensa, — o *Libertador,* que reunia em sua redação, entre outros, João Cordeiro, Joaquim Catunda, Antônio Cruz Saldanha, Gonçalo de Lagos Fernandes Bastos, José do Amaral, Antônio Sales, Jovino Guedes, Tenente Floriano Florambel, Antônio Papi Júnior, Adolfo Caminha, João Lopes, Álvaro Martins.

Norteando a política republicana sem qualquer oposição, pois estavam os monarquistas relegados ao ostracismo, cindiu-se, todavia, o Centro Republicano, pouco tempo depois, organizando os divergentes a União Republicana (19 de julho de 1890) e explicando as suas razões num manifesto ao Povo Cearense, subscrito por Antônio Pinto Nogueira Acióli, Barão de Aquirás, Manuel Ambrósio da Silveira Torres Portugal, Joaquim Bento de Sousa Andrade, Vergílio Augusto de Morais, Helvécio Monte, Joaquim Felício de Almeida e Castro e João Severiano Ribeiro. Em conseqüência, surgiu como jornal da União Republicana o *Estado do Ceará* (21 de julho), aproveitada a tipografia da *Gazeta do Norte.* Administravam-no o Farmacêutico João Francisco Sampaio e o Dr. Francisco Fernandes Vieira.

Martinho Rodrigues, Gonçalo de Lagos e Justiniano de Serpa, logo após igualmente dissentiram, daí resultando a publicação do diário vespertino *O Norte,* em 14 de abril de 1891. Discordando da orientação dos dois companheiros, Serpa abandonou a redação em 6 de maio.

Nessa época viveram outras pequenas agremiações partidárias: o Partido Católico e o Partido Operário, ambos de curta duração.

O primeiro, sob a presidência do próprio Bispo Diocesano, instalou-se no dia 8 de julho de 1890, com um diretório de que eram participantes o Barão de Aratanha, o Dr. Teófilo Rufino Bezerra de Menezes,

o Mons. José Teixeira da Graça, Cura da Sé, o Vigário Antero de Lima, o Cônego João Paulo Barbosa, João da Rocha Moreira, Alfredo Salgado, Nicolau Afonso Maia e Dr. Antônio Epaminondas da Frota. O veículo de suas idéias era o jornal *A Verdade* (27 de julho referido), cujo redator-chefe era o Pe. Francisco de Assis Pinheiro, auxiliado pelos redatores Dr. Paulino Nogueira, Pe. Valdevino Nogueira e Mons. Teixeira da Graça.

O segundo congregava elementos da classe dos artistas, "homens do trabalho, filhos legítimos do povo", na linguagem mesma do Manifesto com que se apresentava ao eleitorado, datado de 26 de agosto do mencionado ano de 1890 e firmado por Aderson Ferro, Joaquim Lino da Silveira, Miguel Augusto Ferreira Leite, Olegário Antônio dos Santos e outros. Em 5 de abril do ano posterior, o Partido monta o *Combate,* de cuja redação se encarregam Aderson Ferro e o Capitão Antônio Duarte Bezerra.

Mais tarde, já consolidada a República, o General Francisco Glicério, Senador por São Paulo, fundou o Partido Republicano Federal (P.R.F.), de âmbito nacional, a que aderiram as duas correntes republicanas do Ceará o Centro e a União, sob o comando único do Dr. Nogueira Acióli, o atilado dirigente dos liberais-pompeus.

A fusão das duas citadas correntes originou a extinção do *Libertador* e do *Estado do Ceará,* para em seu lugar vir a *República* (19 de abril de 1892), porta-voz do partido.

Em 14 de março de 1892 declararam-se inteiramente identificados aludidos Centro e União, a tanto "levados pela força dos acontecimentos à mesma arena de combate, ao mesmo campo de ação, na defesa dos sagrados direitos conferidos aos cidadãos brasileiros pela Constituição, que firmou a confederação dos Estados Unidos do Brasil". Essa declaração contém-se no Manifesto assinado, naquela data, pelo Barão de Aquirás, Comendador Nogueira Acióli, João Cordeiro, Alexandre José Barbosa Lima, Valdemiro Cavalcante, Agapito dos Santos, João Lopes Ferreira Filho, Gonçalo de Almeida Souto e outros.

Em 1895 forma-se outro partido de oposição — o Republicano Democrata (P.R.D.), chefiado pelo Conselheiro Antônio Joaquim Rodrigues Júnior, agregando antigos correligionários da facção liberais-paulas e elementos da União Republicana que não haviam aderido ao P.R.F. Representou o pensamento desse novo grêmio o *Ceará,* criado em 1º de novembro e dirigido pelo aludido Conselheiro e por Martinho Rodrigues de Sousa, sendo redatores Álvaro de Alencar, João Oton do Amaral Henriques e Pedro Rocha e mais alguns. Redator-gerente: Tibúrcio de Oliveira.

O P.R.D. não fez caminhada longa. Muitos dos seus mais influentes prosélitos, como Solon Pinheiro (Manuel Solon Rodrigues Pinheiro), Martinho Rodrigues, João Oton, Justiniano de Serpa, perseguidos pelos adversários dominantes, tiveram de emigrar para a Amazônia e, por esse motivo, aos poucos foi esmorecendo a ação do partido no cenário político do Estado.

Tendo divergido do Presidente Prudente de Morais, o P.R.F., sem os favores oficiais e sem melhores forças do Parlamento, não tardou a dissolver-se e, com ele, as seções nos Estados. Os elementos que o integravam no Ceará, ainda à frente o Comendador Acióli, fundaram o Partido Republicano Cearense (P.R.C.), passando a ser a *República* o seu intérprete no periodismo local.

Ao mesmo tempo, tradicionais correligionários do P.R.D., leais ao Conselheiro Rodrigues Júnior, Antônio Cruz Saldanha e outros, articularam-se no Partido Republicano Liberal (oposicionista), em que ingressaram, depois, Agapito dos Santos e Valdemiro Cavalcante, abandonando o P.R.C. Os partidários da novel agremiação apelidados de "maloqueiros", tiveram, sucessivamente, como representante na imprensa, o *Unitário* (8 de abril de 1903) e o *Jornal do Ceará* (16 de março de 1904).

O *Estado* foi uma continuação do *Ceará* do P.R.C. e teve por dirigentes o Conselheiro Rodrigues Júnior e os Drs. Solon Pinheiro e João Oton.

Unitário, fundado por João Brígido e por ele sempre dirigido, represetou salinte papel nos acontecimentos políticos do Ceará e por muito tempo as suas colunas contaram com a pena bem aparada de Hermenegildo Firmeza (H. Firmeza). Na gerência, Rodolfo Ribas e Armando Monteiro. Mais de uma vez foram as suas oficinas arrebentadas e suspensas as suas edições. Seu derradeiro número com a responsabilidade do temido jornalista saíu em 24 de fevereiro de 1918. A idade avançada e a moléstia do diretor não lhe permitiram prosseguir.

O *Jornal do Ceará,* desde o aparecimento, esteve orientado por Valdemiro Cavalcante e nem um só instante deu trégua na sua virulenta campanha contra o Comendador Nogueira Acióli e o Dr. Pedro Augusto Borges, que a este sucedera na administração do Estado (1900-1904) para, em seguida, novamente transmitir-lha. João Brígido colaborou nessa batalha oposicionista, notadamente após os fatos de 3 de janeiro de 1904, relacionados com uma greve dos estivadores e jangadeiros do porto de Fortaleza, momento em que se pôs abertamente ao lado dos paredistas, os quais lhe solicitavam a adesão. Agapito dos Santos, José Getúlio da Frota Pessoa, Antônio Sales e outros destacaram-se nessas investidas contra a "oligarquia aciolina".

Sob a chefia de Quintino Boicaiúva, Pinheiro Machado e alguns outros republicanos chamados históricos e visando a oferecer cobertura parlamentar ao governo Hermes da Fonseca, constituiu-se em 1911, no Rio de Janeiro, o Partido Republicano Conservador (P.R.C.) e a este filiou-se o Partido Republicano Cearense, ao mesmo passo que, já falecido o Conselheiro Rodrigues Júnior, se reforçavam os do Partido Republicano Liberal, entrando para o seu diretório, como figuras principais, os Drs. Francisco de Paula Rodrigues (filho do mesmo Conselheiro) e Manuel Moreira da Rocha e aqueles citados jornalistas João Brígido, Agapito dos Santos e

Valdemiro Cavalcante, aumentando a linha "maloqueira" através de *Unitário e Jornal do Ceará.*

Vitoriosa a oposição com a queda do Presidente Acióli, em 24 de janeiro de 1912, não se fez preciso muito tempo para bipartir-se o P.R.L., afastados Brígido e Agapito que, juntando-se, com geral espanto e estranheza, aos aciolinos, se colocaram na mais fronteira hostilidade ao governo Franco Rabelo, apoiado pelo referido P.R.L., mais conhecido por Partido Rabelista. Adquirido por este o material tipográfico que servira à *República, desaparecida desde a véspera da deposição do Comendador Nogueira Acióli, veio ao palco jornalístico a Folha do Povo* (13 de fevereiro), sendo H. Firmeza o redator-chefe.

Mas, esbulhado Franco Rabelo de seu cargo em 1914, de novo ascenderam ao poder os conservadores, agora denominados "marretas", os quais por seu turno se dividiram, desgostosos com a política do Presidente Benjamim Barroso aqueles mesmos Agapito e Brígido, acompanhados dos remanescentes Acióli. Obedecendo ao General Tomás Cavalcante de Albuquerque e aos Drs. Hermino Barroso e Aurélio de Lavor fizeram, os marretas ortodoxos, do *Diário do Estado* (2 de abril de 1914) o seu clarim de publicidade. Esse *Diário* era de propriedade de Álvaro da Cunha Mendes (A.C. Mendes) e estivera, inicialmente (até 8 de julho), sob a direção do Dr. Soriano de Albuquerque e, por algum tempo, sob a do Dr. José Sombra. Em agosto, dia 21, passou a responder por ele o Dr. João Demétrio de Meneses, cujo assassínio, em 21 de novembro seguinte, lhe acarretou a suspensão. Em segunda fase, começou a circular em 13 de dezembro, como representante ostensivo do P.R.C. e órgão oficial do Governo. Redator-político, o Dr. Aurélio de Lavor e redator-chefe, Júlio de Matos Ibiapina. A partir de 8 de dezembro de 1918, imprimiu-se em linotipo, sendo, pois, o primeiro jornal cearense a adotar esse adiantamento técnico da arte tipográfica.

O grupo marreta dissidente, aglomerado em torno de João Brígido, Pe. Cícero Romão Batista, José Pompeu Pinto Acióli, Floro Bartolomeu da Costa e Agapito dos Santos formou o Partido Unionista, de baterias assestadas no *Unitário* contra Benjamim Barroso.

Eis quando, numa convenção realizada em Fortaleza (1916) se recompõe o Partido Republicano Liberal com a legenda de Partido Republicano Democrata, fazendo oposição àquele Presidente. No seu diretório central figuravam os Drs. Paula Rodrigues (Presidente), Moreira da Rocha, General Vicente Osório de Paiva, Joaquim Costa Sousa e Hermenegildo Firmeza, e era a *Folha do Povo* que defendia as suas reivindicações.

A sucessão do Presidente Benjamim processou-se com a final aceitação do nome do Engenheiro João Tomé de Sabóia e Silva por todos os grupos partidários, porém na gestão deste não foi possível eliminarem-se as divergências entre dois blocos conservadores (marretas e unionistas), nem manter em atitude pacífica os democratas. Quando da escolha do sucessor,

convulsionou-se a situação. Incompatibilizando-se com o Governante, preferiram os marretas apoiar o candidato oposicionista, Dr. Belisário Fernandes da Silva Távora, enquanto os unionistas, já sob as ordens do Dr. José Acióli e aliados ao Partido Republicano Democrata, apoiavam o candidato situacionista, Dr. Justiniano de Serpa. Nasce, então, o *Estado do Ceará* (3 de maio de 1919), de que foi diretor o magistrado Dr. Carlos Livino de Carvalho.

No entanto, a coligação unionistas-democratas se dissolveu quando, falecido o Dr. Serpa (em agosto de 1923), procurou o seu substituto, o Vice-Presidente Ildefonso Albano, coordenar as duas correntes políticas em favor de um candidato que a todas pudesse satisfazer. Cada uma delas, todavia, houve por acertado bater-se por candidato próprio, ficando os democratas com o jornal *Diário do Ceará,* que desde 1º de setembro de 1920 havia aparecido, nele fundindo-se a *Folha do Povo* e o *Estado do Ceará,* com uma equipe redatorial eclética, composta de H. Firmeza, Sebastião Moreira de Azevedo, Odorico de Morais, Antônio Drumond, Manuel Leiria de Andrade, Manuel Sátiro, Antônio Ferreira dos Santos, Clóvis Matos e Pedro Firmeza.

De seu lado, fundam os conservadores, em 3 de abril de 1924, o *Jornal do Comércio,* de que é diretor o advogado Raimundo de Monte Arrais e são redatores Elcias Lopes e Clóvis Monteiro. Gerente, o Sr. Meton Gadelha, em cujas oficinas tipográficas o jornal se imprimia. Deixou de circular no dia 1º de dezembro de 1930. Já então Meton Gadelha era o diretor e proprietário. Redator-chefe, Emílio Barbosa (Chamarion).

Apesar de assim extremadas, as citadas facções acabaram por aceitar o nome do Des. José Moreira da Rocha para a Presidência do Estado, no perído de 1924-1928, guardando idêntica atitude em relação à candidatura do Dr. José Carlos de Matos Peixoto, para o quadriênio 1928-1932.

Alimentando o desiderato de fazer, no Ceará, a propaganda da Reação Republicana e oferecendo-se ao público ledor como órgão do Partido Republicano Cearense, desde 1º de janeiro de 1921 começara a distribuir-se *A Tribuna,* tendo como redator principal o Dr. Fernandes Távora, chefe do Partido. Trabalharam ali, como redatores, Elcias Lopes, Raimundo Gomes de Matos, Renato Viana e Ademar Távora. A gerência andou pelas mãos de José Júlio de Assis Marinho e Rodolfo Ribas.

Também entrara para o campo das pugnas jornalísticas — 29 de junho de 1922 — *O Nordeste,* sob a redação dos Drs. Manuel Antônio de Andrade Furtado e José Martins Rodrigues e a administração de Antônio Ildefonso de Araújo.

E três anos após, surge *O Ceará,* diário independente, da responsabilidade do Prof. Júlio de Matos Ibiapina e Demócrito Rocha. Mais tarde, esteve sob a do Dr. Renato Viana.

Registra-se a 7 de janeiro de 1928, a saída d'*O Povo,* folha oposicionista, de Demócrito Rocha, o qual aí, largamente, confirmou a fibra

e as qualidades de verdadeiro homem de imprensa. Secretariava-o o Dr. Paulo Sarasate Ferreira Lopes, que depois do falecimento do fundador, assumiu a direção. Redator-chefe, João Jacques Ferreira Lopes. Diretor — José Caminha de Alencar Araripe. Gerente — José Raimundo Costa.

Um semestre antes, ou seja, em 10 de julho de 1927, outro jornalista desassombrado — Antônio Drumond, exibia-se com o matutino *Gazeta de Notícias,* de feição independete, fazendo oposição ao Governo. Mal vivia um mês, e foi empastelado, fato que se repetiu em 16 de outubro imediato. Em junho de 1930 foi assassinado Drumond, na própria sala da redação.

Vitoriosa a revolução de 1930, foram por decreto-lei dissolvidas as agremiações políticas, originando-se daí modificações, embora não muito sensíveis, nos quadros do jornalismo cearense.

Continuaram a circular *O Nordeste, Correio do Ceará, Gazeta de Notícias, O Povo* e *Razão,* fundado este em 10 de março de 1929, por Monte Arrais. Fecharam as suas redações o *Jornal do Comércio* e o *O Ceará*, reapareceu a *Folha do Povo* (15 de fevereiro de 1931), e surgiram *Pátria Nova e Nação.*

O Correio do Ceará, entrosado desde maio de 1957 na cadeia dos Diários e Rádios Associados do Sr. Assis Chateaubriand passou a ser o decano, pois que vem de 2 de março de 1915, fundado por A. C. Mendes (Álvaro da Cunhas Mendes). Primeiro redator, o Dr. Alberto Montezuma, porém como trazia orientação acentuadamente católica, mostrava no cabeçalho a indicação de um redator-católico — o Padre Francisco Silvano de Sousa.

Logo a 21 de abril, retirou-se o Dr. Montezuma, substituindo-o o Padre Climérico Chaves e o Dr. Manuel Rodrigues Monteiro. Depois, vieram para a redação os Drs. Andrade Furtado e Leonardo Mota. Posteriormente, Gregoriano Cruz e Gilberto Câmara. Em 8 de outubro de 1930, com a retirada do Presidente Matos Peixoto, cuja política defendia, o *Correio* suspendeu a circulação, mas retomou-a no dia 11, por ele respondendo o Dr. Carlos Livino de Carvalho.

Em 25 de novembro o nome de A. C. Mendes volta a figurar no frontispício. Entre outros, deram-lhe orientação o Prof. Hermenegildo Firmeza e o Dr. Pedro Firmeza.

Pátria Nova representava os postulados revolucionários. Fundou-o, com esse fim, Renato Viana, então Secretário da Presidência do Estado (Interventoria), auxiliado por Alonso Memória, Hermes Ataíde e Clodoaldo Barros. Entregue aos leitores o primeiro número em 7 de dezembro de 1930. Em 1º de fevereiro seguinte, Renato deixou a redação e, no dia 9, deu-se a fusão de *A Esquerda,* de Jáder de Carvalho (primeiro número de 25 de janeiro de 1928) e de *Pátria Nova,* prosseguindo o jornal com este nome, sob a direção do mesmo Jáder e figurando como gerente Stênio Gomes.

Nação é de 3 de maio de 1931 e teve como timoneiro o Prof. Júlio Ibiapina.

Não obstante extintas, as associações partidárias do Ceará puderam subir à tona, assim que se processou a reconstitucionalização de 1934. Com os velhos chefes: os Democratas obedecendo ao Dr. Manuel Moreira da Rocha e os Conservadores ao Dr. José Acióli. Simultaneamente, cria-va-se outra — o Partido Social Democrata, sob a chefia do Dr. Fernandes Távora e constituído de revolucionários de 1930 e elementos egressos do Partido Conservador (Sabóias, Barreiras etc.).

Colimando agregar os católicos, e sob a égide do Arcebispo D. Manuel da Silva Gomes, organizou-se, igualmente, a Liga Eleitoral Católica (16 de dezembro de 1932), a que se aliaram os Democratas e Conservadores e também a Ação Integralista, com o objetivo de levarem às urnas, nas próximas eleições, o nome do Dr. Francisco de Meneses Pimentel, como candidato à Presidência do Estado, oposto ao do Major Juarez Távora, lançado pelos pessedistas e desabusadamente amparado pelo Interventor Moreira Lima, o qual, pelos jornais, afirmava que o empossaria fosse pelo voto, fosse pelas armas.

Como, no entanto, a eleição de Governador devesse ser feita pelo voto indireto e jogassem os pessedistas com a hipótese de um empate na Assembléia, o que tentaram todos os processos, decidiram escolher candidato mais idoso que o Dr. Meneses Pimentel, sendo por isso indicado o Dr. José Acióli que, além do mais, poderia dispor de deputados em número bastante para conseguir a maioria.

Entretanto, somente um deles — o Sr. George Moreira Pequeno, o acompanhou, de modo que, pelo menos presumidamente a Liga Eleitoral contaria com 16 votos, não restando aos adversários senão 14. Eram aque-les: Antônio Frutuoso da Frota Filho, Antônio Felismino Neto, César Cals de Oliveira, Carlos Eduardo Benevides, Dário Correia Lima, Elpídio Prata Gomes, Francisco Monte, Francisco Silveira Aguiar, Hildeberto Barroso, João Pontes, Joaquim Bastos Gonçalves, Lourival Correia Pinto, Raimundo Norões Milfont, Rui de Almeida Monte, Stênio Gomes da Silva, e Ubirajara Índio do Ceará. Os outrossim: Amadeu Furtado, Antô-nio Barroso de Sousa, Auton Aragão, Antônio Duarte Júnior, Bento Lousada Gonçalves, Clodoaldo Barros, Edison da Mota Correia, João Augusto Bezerra, Joaquim Fernandes Teles, Manuel Pinheiro Távora, Mário da Silva Leal, Paulo Sarasate, George Moreira Pequeno e Érico de Paiva Mota.

Querendo acobertar-se das ameaças e da pressão que lhes fazia o interventor, muniram-se os deputados lecistas de ordem de *habeas corpus,* concedido pelo Supremo Tribunal Federal e recolheram-se ao Quartel do 23º B.C., de onde, garantidos pela força do Exército somente saíram para o Paço da Assembléia.

Efetivamente, no dia 24 de maio, dirigidos os trabalhos pelo Des. Francisco Leite de Albuquerque, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, instalou-se a Constituinte, que em sessão do dia seguinte, elegeu Governador do Estado o Dr. Francisco de Meneses Pimentel e Senadores os Drs. Edgard Cavalcante Arruda e Waldemar Falcão. Aquele, por 16 votos contra 14 de seu competidor, Dr. José Acióli, e estes pela mesma contagem vencendo os antagonistas Cel. Felipe Moreira Lima e Major João da Silva Leal.

Em todos os lances desse agitado período, a defesa das reivindicações da Liga era feita pelo *Correio do Ceará,* então redatoriado pelo Dr. Pedro Firmeza, *O Nordeste, Gazeta de Notícias* e *A Rua* (31 de janeiro de 1933). Da parte contrária, *O Povo, O Combate* e *Unitário,* que ressurgira em 16 de fevereiro (1935), sendo redator Luís Brígido Nunes de Melo e gerente Rodolfo Ribas. *O Combate,* de caráter panfletário, foi fundado em 22 de dezembro de 1934 e era encabeçado pelos amigos mais diletos do Cel. Moreira Lima, entre outros, Jáder de Carvalho, Moesia Rolim e Japi Magalhães.

As forças que elegeram o Dr. Meneses Pimentel não souberam, porém conservar-se unidas, como durante a campanha, e em breve se afastaram do Governador os conservadores e os integralistas.

Reconheceram, então, os seus mais fiéis adeptos, para melhor apoiá-lo a necessidade de criar o Partido Republicano Progressista, o que efetivaram em convenção realizada no dia 12 de novembro de 1935, aclamado nesse momento, presidente, da agremiação o Senador Edgar Arruda, e Vice-Presidente o Dr. José Martins Rodrigues. Na presidência da L.E.C. o Senador Edgar teve substituto no Dr. Raimundo de Alencar Araripe. E, como órgão do P.R.P., apareceu o *Estado* (24 de setembro de 1936), depois superintendido pelo Dr. Cláudio Martins, Fran Martins, este o seu redator responsável.

O golpe de 10 de novembro de 1937, alterando fundamente a estrutura política brasileira, acarretou, outra vez, a dissolução dos partidos, que só depois de normalizado constitucionalmente o País, em 1945, de novo entraram em ação, reorganizando-se com a legislação eleitoral vigente, isto é, com alçada de âmbito nacional e seções regionais nos Estados.

17. O ENSINO NO CEARÁ

17.1 PRIMEIRAS LETRAS E HUMANIDADES

Não se tem muito para dizer do ensino, no Ceará, até a metade do século passado.

É conhecido que o regime colonial, com os pulmões cheios do ar pesado do absolutismo político, não demonstrou zelo pelo melhor aclaramento mental das populações que explorava.

Achavam os reis que era suficiente ensinar ao povo os princípios da religião católica e, com isso "julgavam-se quites e satisfeitos com a ignorância geral e seus efeitos sociais".

Desde que as classes dominantes — observa Tomás Pompeu — requeriam apenas um mínimo de instrução, especialmente a das armas, mais material do que intelectual, e as indústrias manufatureira e agrícola se limitavam ao ramerrão rotineiro, a reproduzirem mecânica e fielmente os progressos consagrados pela prática tradicional, — a necessidade de instrução se não fazia sentir, de modo a estimular os que a elas se dedicavam, quais servos da gleba, para colherem melhores proveitos. A escola era para eles, como ainda hoje é para os sertanejos atrasados, tempo perdido, roubado aos labores ordinários, e que se não coadunava com as necessidades do ganha-pão".[28(v.2, p. 688)]

Com a Independência, tomaram-se medidas para incentivar a instrução, tendo sido votado pela Constituinte o Decreto de 20 de outubro de 1823, que permitia abrir aulas primárias sem necessidade de licença ou autorização; e, em 1827, a Lei de 15 de outubro determinou houvesse, em todas as cidades, vilas e lugares populosos do Império, escolas de primeiras letras, quantas quisessem os presidentes das Províncias. Não recebeu execução regular tal lei, razão por que o ensino não se avantajava.

Era diminuto o número de professores habilitados e, se as escolas se instalavam, pequena a freqüência, pela quase total indiferença dos pais às coisas da instrução.

Por outro lado, a pobreza das finanças provinciais não animava convenientemente e a fiscalização escolar, confiada às Câmaras municipais pela Lei de 1º de outubro de 1828, não produzia algo de frutescente.

Penetravam os meninos o impecilhoso labirinto do abecedário freqüentando raras escolas avulsas, montadas rudimentarmente, sem nada que os atraísse e encantasse.

Em 1831, Lei de 25 de julho criou, em Fortaleza, as cadeiras de Filosofia Racional e Moral, Francês, Geometria e Retórica, providas, menos a última por falta de candidato, no ano subseqüente.

Ainda em 1833 não se havia preenchido esta de Retória, o que forçava "ir a mocidade cearense estudar em Província estranha este ramo de estudos preparatórios" — ressaltava o Presidente Inácio Correia de Vasconcelos, no Relatório apresentado em 1º de dezembro ao Conselho Geral da Província.[181]

No seu Relatório de 1º de dezembro de 1830, lembrara o Vice-Presidente em exercício, José de Castro e Silva: "Um Liceu, em que se ensinem os princípios das ciências, não só das que dizem respeito aos direitos sociais como também ao conhecimento da natureza humana, muito deve concorrer para o progressivo aumento e difusão de luzes, com as quais facilmente se adquire a civilização".[179]

Antes (12 de novembro de 1827), os deputados cearenses tinham entregue à Câmara Geral, sem melhor êxito, projeto de lei criando um Liceu na vila de Viçosa, aproveitando-se como sede o antigo colégio dos jesuítas.

O Presidente Alencar chegou a cogitar da criação de uma Escola Normal, o que igualmente não se concretizou em virtude de sua demissão, alegando o seu sucessor não suportar o Cofre da Província despesa dessa espécie.

Até serem abertos, em 11 de agosto de 1827, os cursos jurídicos no Brasil, quem quisesse fazer os estudos superiores teria de ir para a Europa, especialmente Coimbra, com enormes despesas e dificuldades. Depois, ser-lhe-ia melhor centro de interesses a Academia de Olinda; mas, ainda assim, até 1853, quando se transformou na Faculdade de Direito do Recife, apenas 64 cearenses nela se bacharelaram, entre os 1.045 que diplomou. Afora isto, alguns padres, alguns médicos.

Salientava o Senador Pompeu, em 1849, que até a vigência da Lei de 4 de agosto do ano anterior existiam no Ceará somente 43 escolas para o sexo masculino e 9 para o feminino, todas em situação material deplorável. À exceção da de ensino mútuo, na capital, nenhuma funcionava em casa apropriada, nem dispunha do mobiliário indispensável. Todas, salvo aquela, estavam localizadas nas casas de residência dos respectivos professores, aos quais se não abonava quantia alguma para aluguer. As escolas de Fortaleza e do Aracati, incontestavelmente as cidades mais importantes da Província, eram as únicas que contavam com alguns bancos e algumas mesas fornecidos pelos cofres públicos.

Quanto aos professores — acrescentava — não tinham de nenhuma maneira as habilitações necessárias. Há tais que não sabem ortografia

da língua nacional e cujos escritos são outros tantos corpos de delito, que provam a sua profunda ignorância e incapacidade. A admissão desses mestres, a mais defeituosa. Tanto para os públicos, como para os particulares: para os primeiros, o candidato apresenta-se com um atestado gracioso de moralidade em concurso onde é examinado, superficialmente, em leitura, escrita, princípios gerais de Aritmética, Gramática, Catecismo e quase nunca deixa de ser aprovado; para os outros, basta qualquer atestado gracioso de idoneidade, que ninguém recusa.[7]

Foi essa a cantilena dos Presidentes da Província, em seus *Relatórios,* numa lamúria enfadonha, inclusive na crítica ao *teorismo* do ensino.

Na excelente *Fala* que deixou o Dr. Joaquim Vilela Tavares, muito incisivamente feriu esse ponto: "É bom, por exemplo, saber latim e deleitar-se com a leitura de Virgílio e Homero; aprender retórica e apreciar as belezas de Cícero, Mirabeau e Bossuet, mas releva confessar que aproveita muito mais ao agricultor saber a botânica descritiva e aplicada, ao negociante os princípios de contabilidade e escrituração, o direito comercial e marítimo, e ao artista a geometria aplicada às artes".*

O do Presidente José Júlio de Albuquerque e Barros (1$78) recuava à causa do erro: "Há mais de 16 anos que este assunto é encarecido pelos administradores provinciais e, por igual tempo, o monte dos relatórios apresentados às assembléias é o mesmo: que tudo está por fazer, desde a escola aos métodos de ensino. O mal está em nossos hábitos de tudo protelar e entregar ao tempo a missão de completar vagarosamente o ciclo das grandes idéias e dos melhoramentos que têm curso e fazem a felicidade de algumas nações. As medidas, a meu ver, mais urgentes, dizem respeito ao aperfeiçoamento do professorado, à melhor distribuição das escolas e à fiscalização do ensino. Há muitos professores que mal sabem ler e escrever. Dos raros documentos em que exibem atestados seus, dos ofícios dirigidos à diretoria da instrução pública resulta a mais profunda ignorância dos preceitos gramaticais e ortográficos".

Apesar de tantas idéias e tantos relatos eruditos, nada se conseguira, assim, de mais positivo em relação ao ensino e à educação até 1845, quando instalaram o *Liceu do Ceará,* cuja história principia, aliás, dois anos antes, com o projeto votado pela Assembléia Provincial, instituindo-o com atribuições para expedir diplomas de bacharel em Letras.

O Presidente, Marechal José Maria da Silva Bittencourt, vetou a disposição por entender que só ao Poder Geral caberia constitucionalmente fazê-lo, e foi com essa exclusão que o estabelecimento tomou figura e forma, constituído das cadeiras de Filosofia racional e moral, Retórica e Poética, Aritmética e Trigonometria, Geografia e História, Latim, Francês e Inglês.

---

* Relatório do 1º semestre de 1853.

O Padre Tomás Pompeu (Senador Pompeu) é o inspirador e orientador do nascimento do Liceu do Ceará, do qual durante muitos anos se fez o primeiro diretor e a garantia de sua consolidação.

Criado pela Lei Provincial nº 304, de 4 de julho de 1844, em 19 de outubro do ano seguinte foi instalado. Era o primeiro de ensino secundário no Ceará e o quarto no Brasil.

Como se nota facilmente, o currículo desgarrava muitos da realidade da vida, preso ao classicismo, e o próprio Senador Pompeu o censurava:

"A nossa educação secundária modelada pelos liceus d'outras províncias, e colégios dos cursos jurídicos parece só ter em vista preparar nossa mocidade para esses cursos, e dar-lhe uma educação clássica, e teórica no que certamente não atende à necessidade de nosso país. Ela devia compreender parte dos conhecimentos científicos, que têm mais relação com as artes e indústrias, e que tendem a formar homens úteis, e d'alguns esclarecimentos para a vida prática e produtora, ficando ao gênio e ao talento especial o dedicar-se à instrução literária e superior. Nos países cultos, como é sabido, aplica-se cada jovem àqueles conhecimentos, que têm de empregar em sua projetada vida futura. Entre nós, porém, depois de um conhecimento imperfeito de instrução primária, passam para Latim, Lógica, Retórica etc., seja qual for a profissão a que se vão dedicar; e entrados depois no mundo, aplicados ao comércio, agricultura e artes, nenhum uso podem fazer desses conhecimentos, e são forçados a esquecer princípios que, não sendo outra coisa mais do que preparatórios para ciências superiores, não têm aplicação nenhuma na vida ativa e laboriosa, a que se vão entregar, e perdem assim seu tempo e fortuna.

"Ainda outro inconveniente resulta de uma educação semelhante; e é que aqueles que tendo gasto seu tempo e fortuna nesses estudos preparatórios, não se achando aptos para outra qualquer causa na vida civil, são como que maquinalmente arrastados aos cursos jurídicos e a tomar o estado sacerdotal, e é fácil de perceber os graves inconvenientes que podem daí resultar. Julgo, pois, conveniente, que se altere o nosso plano de educação secundária no sentido de dar alguma tendência a nossa mocidade para a indústria, e trabalho, dando-lhe alguns conhecimentos das ciências naturais, principalmente da Física e Mecânica, tão necessárias para o conhecimento da propriedade dos corpos, ação dos agentes naturais e suas diversas combinações e aplicações nos processos da indústria, e desenvolvimento do trabalho. É notável que em um país, onde a agricultura e criação de gados formam os dois ramos pincipais de sua indústria e riqueza, não hajam meios de auxiliar os recursos naturais, ou de evitar os males, que paralisam essas indústrias, meios que podiam encontrar-se no conhecimento de ciências proporcionais.

"Neste sentido é que entendo que nossa educação deve ser modelada. Cada povo deve aprender principalmente aquilo de que mais precisa para aumentar os cômodos da vida. Julgo, portanto, que o nosso Liceu prestaria

mais utilidade pública, se se adicionasse um ensino religioso amplo, exclusivamente católico, que acompanhe os mancebos desde sua entrada até saída do Liceu, que os penetre de um respeito esclarecido e duradouro para com os grandes monumentos do cristianismo, para com as grandes verdades que trouxe ao mundo, e pela sublime moral do Evangelho, como aconselha Mr. Cousin, o ensino de algumas artes liberais, como Desenho e Música, tão necessárias para a educação estética do homem, assim os princípios de algumas ciências naturais, como Física, Mecânica, Botânica e Agricultura, e ao ensino da Geometria se acrescentasse o da Agrimensura, tão preciso para a medição das terras; podendo formar-se de todos esses estudos um, ou mais, cursos regulares".[6]

Mas a capital crescia e, no tocante à instrução, aos poucos se tornava maior foco de atração dos rapazes do interior, desejosos de aprender e cultivar a inteligência. Já o Liceu não os comportava, com a agravante de, por sua própria organização, não dispor de internato.

O *Colégio de Educandos* de Fortaleza, criado pela Lei Provincial de 5 de agosto de 1856 (Lei nº 759) e inaugurado em 10 de março do ano seguinte, apesar de ter vivido durante dez anos (extinto por ato executivo de 29 de dezembro de 1866), não modificara a fisionomia pálida do ensino invitamizado.

Foi quando João de Araújo Costa Mendes resolveu fundar, em Fortaleza, uma casa de educação.* Este cearense de Boa Viagem chamava-se João de Araújo Costa, porém, sabendo da existência de um homônimo no Ipu, decidiu acrescentar ao seu nome o patronímico Mendes, da família paterna, filho que era de José Mendes Guerreiro (publicou declaração nesse sentido no "Pedro II", jornal de Fortaleza, 1862).

Estudara na Bahia e lá se dedicara ao magistério, vindo a ser um dos melhores colaboradores do afamado Professor Abílio César Borges, depois Barão de Macaúbas, diretor do nacionalmente reputado "Ginásio Baiano", Chegou a ocupar a vice-diretoria deste, e para o Ceará trouxe a longa experiência e o adiantamento dos métodos educacionais adotados no célebre colégio.

Fundou, em 8 de janeiro de 1863, o *Ateneu Cearense,* com os auxílios sempre valiosos do irmão Manuel Teófilo Costa Mendes, e ambos o transformaram no, porventura, mais importante educandário particular de quantos funcionaram nesta capital, se considerada a relatividade das coisas e do tempo.

Os primitivos estatutos do Ateneu têm a data de 4 de outubro de 1862 e saíram impressos da Tipografia Cearense.

Por esses aludidos estatutos, dois eram os fins: 1 — a educação religiosa da mocidade e 2 — firmar a juventude em sólidas bases de instrução literária, a fim de poder a seu tempo aplicar-se com proveito as estudos

* Sobre o ensino secundário no Ceará, leia-se GIRÃO[77]

maiores nas Academias e Seminários do Império. Admitia alunos internos, semi-internos (meio-pensionistas) e externos em qualquer mês do ano, fosse qual fosse a idade, contanto que morassem na capital os pais, ou quem os representasse. Os internos dividiam-se em cinco classes que se conservavam separadas e sem comunicação, e pagavam a mensalidade de 50$000 (cinqüenta mil réis). Quando cursasse mais de uma disciplina, pagaria o aluno 2$000 relativos a cada uma. Para os meio-pensionistas a mensalidade era de 16$000, com a mesma obrigação de acréscimo de 2$000 por matéria a mais. Os externos estavam obrigados a 4$000 por aula, recebendo o aluno primário papel, pena, tinta, traslado etc. Tudo pago adiantadamente e em trimestres.

Havia aulas de Catecismo (gratuita), Primeiras Letras, Gramática, Latim, Francês, Inglês, Geografia e História, Geometria, Filosofia e Retórica. Se freqüentadas por mais de 20 alunos, dividiam-se em seções. Também se ensinava Música, Dança e Ginástica. Dominavam o método moderno e o "vantajoso sistema de prêmios e punições morais, ficando assim abolidos os castigos físicos, que só eram aplicados nos casos de tentativa contra a moralidade".

João de Araújo faleceu em 1874, deixando viúva, Da. Maria Madalena Justa, com quem se casou em maio de 1864 e formou prole destacada.

Antes mesmo de sua morte, passou o *Ateneu* a ser dirigido pelo irmão Manuel Teófilo, igualmente "entusiasta da instrução primária e sedento de prestar no magistério serviço à terra do berço".

Em janeiro de 1869, Manuel Teófilo associou-se na propriedade do ginásio ao Padre Urbano da Silva Monte e ambos trataram de aparelhá-lo convenientemente, o que de fato alcançaram; porém logo em agosto a sociedade se dissolveu com a retirada do último, permanecendo o antigo diretor com as responsabilidades, atendendo, nas suas palavras textuais — "mais aos serviços que desejo prestar a minha província e à realização dos meus desejos a respeito deste colégio, do que a interesse pecuniário, que na época que atravessamos nenhuma vantagem pode oferecer".

Assim escreve Manuel Teófilo no Relatório por ele apresentado ao presidente João Antônio de Araújo Freitas Henriques, em 5 de agosto de 1870, e anexo à Fala com que este abriu a 1a. Sessão da 18a. Legislatura da Assembléia Provincial. A leitura desse Relatório deixa evidente o alto grau de dedicação do segundo Costa Mendes ao seu estabelecimento e a influência no seu espírito exercida pelas idéias do venerando Professor Abílio: "No Ginásio Baiano, cuja reputação tem chegado ao grau mais lisonjeiro, vi durante quase dois anos os seus imensos resultados (do método prático) e em diversas publicações suas se vê a grande vantagem que ele tem obtido. Não tem sido de menos importância o que tem conseguido de seus discípulos, os quais empregam menos tempo e menos esforço na preparação de suas lições, do que aqueles que só esperam dos livros aquilo que em parte deveriam esperar de seus mestres".

A cadeira de Filosofia do *Ateneu* estava entregue ao Dr. Teófilo Rufino Bezerra de Meneses, com 4 alunos. A de Matemática, ao Dr. Théberge, com 9 alunos. A de Geografia e História, ao Dr. Félix José de Sousa Júnior, com 10. A de Inglês, ao Dr. Gonçalo de Almeida Souto, com 13. A de Latim, ao Dr. Manuel Soares da Silva Bezerra, com 44, divididas em quatro classes, eloqüente prova da preferência do ensino da língua do Lácio. A de Conversação Francesa, com 5 alunos, ao Dr. Octave Juannez. A 1a. classe de Francês, ao Dr. Antônio Domingos da Silva, com 25. A 3a. e 4a. classes, a Ataliba M. de Moura Ribeiro, respectivamente com 18 e 24. A 1a. de Português, com 77. A 2a., a Luís Carlos de Matos Peixoto, com 28. A 3a., a Manuel Teófilo Costa Mendes, com 24. Às aulas primárias compareciam 96 meninos. A de música era confiada a Vitor Augusto Nepomuceno, pai do notável compositor e maestro Alberto Nepomuceno.

Causas de saúde obrigaram Manuel Teófilo a abandonar o magistério, passando o estabelecimento ao Dr. Manuel Ambrósio da Silveira Torres Portugal.

Vinte anos de continuado e proveitoso labor em benefício de várias gerações servem para gabar-lhe o nome, na mais incontestável veneração daqueles que sabem apreciar, medir e considerar o trabalho do indivíduo em favor das necessidades coletivas dando de si próprio, desprendidamente, para fazer a ventura dos outros.

Rodolfo Teófilo cursou o Ateneu na sua primeira fase, matriculado em 1865.

Em página de saudade relembra diversos colegas, entre outros Capistrano de Abreu, "uma exceção entre nós, sempre pelos cantos, isolado, malamanhado, desasseado e lendo, sempre lendo"; Rocha Lima (Raimundo Antônio), "franzino, tímido, um pouco gago, estudioso, cujo talento, no entanto, passou despercebido no colégio"; Domingos Olímpio, "de índole alegre, jovial, tendo sempre um episódio interessante, uma anedota chistosa a amenizar a palestra"; Paula Nei (aluno externo), "raquítico, moreno, de olhar muito vivo"; Xilderico de Faria (aluno externo), "um bólido que iluminou por um instante o espaço e caiu afogando-se no oceano"; João Lopes Ferreira Filho (aluno externo), "comprido, franzino, de espessas sobrancelhas, feições grossas, facilmente caracterizáveis"; Frederico Borges, Tomás Pompeu, Pe. Leorne Menescal, José Pacífico Caracas, Inácio Dias, Padre João Augusto da Frota, Antônio Cruz Saldanha, José Albano Filho, Alfredo Salgado...

E, de modo especial, retrata os dois Costa Mendes — João de Araújo, "morto na flor da vida, deixando mulher e filhos", e Manuel Teófilo, "mais alto que o outro, diferente dele, cheio de corpo, espadaúdo, fisionomia mais expansiva e smpática", porém quanto aos dotes morais e intelectuais perfeitamente comparáveis, com aptidões didáticas semelhantes.

Nas mãos do Dr. Portugal, o *Ateneu,* seguiu caminho, procurando melhorar ainda mais a sua estrutura. Logo em 13 de dezembro reuniram-se os professores e combinaram medidas que a tornassem de todo eficiente, com um plano de ensino mais intensivo e mestres mais atuantes, com lições bem claras e capazes de prender a atenção do discípulo. Teoria e prática em perfeita combinação, exercícios repetidos e número de alunos reduzido em cada classe, discutindo temas em adequada familiaridade com o professor. No currículo foi introduzido o ensinamento da história do Ceará, bem como noções de ciências naturais, de educação menos convencional e mais instrução cívica.

Joaquim Catunda ensinava Português; José de Barcelos, Francês; Guilherme Studart, Inglês; Almino Álvares Afonso, Latim e Retórica; Adolfo Herbster, Geometria e Desenho; João Lopes Ferreira Filho, História; Pedro Borges, Geografia; Cap. Vasconcelos, Filosofia e Matemática — e esses nomes por si valiam, e efetivamente valeram, uma segurança no didatismo provinciano daquelas eras.

Admiráveis, devemos concluir, os serviços do *Ateneu* à causa da educação e da instrução, e honras àqueles que souberam manter-lhe o fogo sagrado, florescente sempre na dignificante e nobre missão de lapidar quantas pedras preciosas que, se não fora ele, continuariam talvez para toda a vida ocultas nos cascalhos informes da ignorância. Infelizmente, teve que fechar o seu glorioso ciclo com a ida do Dr. Torres Portugal para o Rio de Janeiro, onde teria de exercer o mandato de deputado geral, para que fora eleito em 1886.

Outras casas de educação existiram nesse período compreendido entre a abertura e a extinção do Ateneu.

Em 5 de janeiro de 1870, foi instalado o *Partenon Cearense* pelo Professor Pedro da Silva Sena, de curso primário, com internato e externato. O "Almanaque Administrativo, Mercantil e Industrial da Província do Ceará", publicação de Joaquim Mendes da Cruz Guimarães, 1870, traz-lhe o teor do Regulamento, cujo artigo final curiosamente reza que "os empregados do Partenon serão morais, pacatos, prudentes e cumpridores de suas obrigações: aliás serão despedidos".

O mesmo Almanaque dá notícia do *Colégio Cearense,* sob a responsabilidade do Padre Luís Vieira da Costa Perdigão, que posteriormente foi professor de Retórica do Liceu (1872), informando ser "curso completo de todos os preparatórios exigidos para a matrícula nas diferentes Academias do Império". E também de outro com idêntico nome "sob os auspícios de Nossa Senhora da Conceição, para educação de meninas de 5 a 12 anos de idade", tendo como dirigente D. Carolina Herbster d'Assunção.

Um lustro para trás, exatamente em 10 de dezembro de 1864, entrara em funcionamento o *Seminário Episcopal,* instituído por D. Luís Antônio dos Santos, como processo e meio de sanear o clero e entregue à direção

dos Padres Lazaristas — Congregação de São Vicente de Paulo. No ano seguinte, em 15 de agosto, deu-se a instalação do *Colégio da Imaculada Conceição,* dele encarregadas as Irmãs de Caridade. A crônica vitoriosa desses dois institutos religiosos é conhecida sobejamente e dispensa novas referências e apreciações, salvo a de que o Ceará adiantou passos agigantados na estrada da inteligência e da cultura com a presença de ambos e lhes é sumamente agradecido pela enorme soma de mercês que hão derramado, anos a fio, como belos frutos e perfumosas flores caídas da mais excelente das cornucópias.

Agora, já podiam os rapazes e moças educar-se mais cômoda e aprimoradamente, distribuindo-se, conforme a sua vocação e sexo, por entre essas várias pré-academias, e eis que duas outras sem demora para isso se oferecem: o *Colégio São José*, do Padre Dr. Ananias Correia do Amaral, e o *Instituto Cearense de Humanidades,* do Padre Bruno Rodrigues da Silva Figueiredo, sem falar no *Colégio Universal,* aberto em 4 de fevereiro de 1875, e na *Escola Popular ou Escola Noturna*, para pobres e operários, criada em 31 de março de 1874 sob a égide da interessantíssima "Academia Francesa".

Desse *Colégio Universal* não obtivemos informações mais completas, senão a referência que lhe é feita pelo Barão de Studart em *Datas e Fatos para a História do Ceará,* vol. 2º, p. 221, e o Relatório ou *Fala* do Presidente da Província, de 1874, esclarecendo ambos que nele havia as cadeiras de Português, Latim, Francês, Inglês, Aritmética, Geografia, Geometria, História e Filosofia, sendo professores: Manuel Soares da Silva Bezerra, Antônio Domingues da Silva, Teófilo Rufino Bezerra de Meneses, Arcelino de Queirós Lima, Padre Luís Pordeus, José Joaquim Teles Marrocos, Francisco Perdigão de Oliveira, Antônio Augusto de Vasconcelos.

Aquele *Colégio São José* vem de 1º de fevereiro de 1876.

Era um internato, semi-internato e externato, com os cursos primário e secundário. E anuidade para os internos era 400$000, em quatro prestações, além da jóia de 30$000, paga com a primeira. os semi-internos contribuíam com 200$000 anuais e os externos com a mensalidade, adiantada, de 4$000 no curso primário, 5$000 por um preparatório, 9$000 por dois, 12$000 por três, 14$000 por quatro e 15$000 por cinco.

O Cônego Ananias foi sacerdote de muita cultura, de muita bondade e muita humanidade; e tanto, que por dois turnos recusou a mitra de bispo. Poliglota e inspirado poeta sacro.

O outro, o *Instituto* do Padre Bruno, abriu-se em 1º de fevereiro de 1879 para os alunos de primeiras letras e, no dia 15, para os de preparatórios. Internato,semi-internato e externato, com a mensalidade, respectivamente, de 40$000, 20$000 e de 5$000 por uma aula, 8$000 por duas, 11$000 por três, e 13$000 por quatro. Os seus iniciadores foram o referido Padre, depois Monsenhor Bruno Figueiredo e o Padre João Cordeiro da Cruz Saldanha; mas logo este teve de seguir para o Rio (1881), ficando

aquele com a propriedade exclusiva. Os alunos do Instituto de Humanidades imprimiam o jornalzinho "Filomático". Em 4 de dezembro de 1884, o Padre Bruno transmitiu a propriedade e direção do Instituto aos seus irmãos de sacerdócio Antônio de Sousa Barros e Antônio Lopes de Araújo, tendo-os apresentado aos pais de família em declaração que publicou na "Gazeta do Norte", edição do dia 17. "Os novos diretores — acentuava — são dois sacerdotes que se têm dedicado à vida do magistério, fazendo ao mesmo tempo parte da direção do Seminário Episcopal, onde trabalham com ardor e devotamento para o progresso do mesmo estabelecimento; e, portanto, afiançam não só o adiantamento literário como o aperfeiçoamento dos alunos confiados ao seu zelo e dedicação". Tomou daí por diante o nome de *Colégio São Luís* esse estabelecimento de instrução.

Precisamente no prédio em que funcionou o *Colégio São José* referido, um dia, mais tarde, surgiu (3 de fevereiro de 1881) o *Colégio Santa Rosa de Lima*, orientado por Júlia Amaral, irmã do Cônego Ananias, auxiliada por Judite Amaral, Cândida Argentina da Frota, Elvira Pinho e Carolina Albernaz de Matos. Expressamente criado com o "fim de dar às alunas esmerada educação moral e civil, e bem assim cabal instrução científica, literária e artística". As aulas de Física, Italiano, Inglês e Doutrina Cristã estavam a cargo dos Padres João Augusto da Frota e Ananias Amaral. O programa geral ou estatuto do colégio acha-se publicado na "Gazeta do Norte", n. de 9 de janeiro de 1881, 4a. página. Mudou posteriormente a sede para a chamada Chácara dos Amarais, no Benfica.

Valiosa influência exerceu esse colégio na formação intelectual e moral das jovens que educou. Júlia Amaral, como a irmã Judite, pianista e pintora exímia, e as demais companheiras de mister constituíam grupo homogêneo, todo a ele dedicado. Ganhou bom nome o Colégio das Amarais, como era habitualmente denominado.

No Relatório, ou Mensagem, lido à Assembléia Legislativa em 1887 pelo presidente Enéas de Araújo Torreão, no que tange ao Ensino particular, encontra-se alusão, além dos já conhecidos, a mencionado *Colégio S. Luís,* internato e externato, primário e secundário, dirigido pelo Padre Antônio Lopes de Araújo; ao *Ginásio Cearense,* de igual feição, do Cap. Antônio Duarte Bezerra; ao *Colégio Nossa Senhora da Vitória,* de Maria Mendes Gondim; ao *Jardim da Infância,* de Maria Sedrim; ao *Telêmaco,* de Lucíola Pagels; ao Externato Florisa, de Lino Encarnação; à *Escola Cristã,* do Padre Liberato Dionísio da Costa, e finalmente, à escola do Prof. Anacleto Cavalcante de Queirós.

Exigem especiais comentários os três últimos.

Florisa era o nome de uma das filhas do Professor Lino de Sousa Encarnação, seu dirigente. Nasceu Lino em 23 de dezembro de 1851, na cidade do Ipu, filho de Ricardo de Sousa Encarnação e Maria da Penha. Casara-se em 11 de novembro de 1875 com Ana Pereira, da qual teve

dezoito filhos. A sua históia é, sem tirar nem pôr, a de muitos meninos pobres do sertão que acabam na capital através de mil óbices e mil e um desenganos, mas afinal arranjam, deste ou daquele modo, o seu lugar ao sol. Muita coisa o fez sofrer, inclusive a arte de tipógrafo, que praticava durante o dia, enquanto estudava durante a noite. De esforço em esforço, seguindo curso regular, diplomou-se professor primário pela *Escola Normal* (Esta foi criada pela Lei nº 1.790, de 1878, e instalada em 22 de março de 1884).

De começo, ensinou em uma escola pública no Mucuripe, porém achou melhor fazê-lo em escola própria e fundou o Florisa. No governo do General Clarindo de Queirós foi nomeado lente de Geografia e História daquela Escola Normal, cargo de que foi demitido, ilegalmente, na administração do Comendador Acióli, ao qual fazia oposição política, como "maloqueiro" decidido.

A certa altura, o Professor Anacleto de Queirós, já à frente do *Ginásio Cearense,* resolveu transferir-se para Guaramiranga e para lá transportou uma parte deste — o Internato, passando a Encarnação a outra — o Externato, surgindo daí, com a fusão do Florisa, o *Partenon Cearense* (outubro de 1892). Adoecendo, resolveu o Prof. Lino acabar com o internato, continuando o externato ajudado por suas filhas Florisa, Maria de Nazaré e Anita. Faleceu em 12 de junho de 1909.

O *Partenon Cearense* tinha o curso primário, o de preparatórios e o comercial, este à noite. Neles foram professores: Agapito dos Santos, José de Barcelos, Raimundo Leopoldo Coelho de Arruda, João Samuel Mundim, Raimundo de Farias Brito, Pedro Rocha, Luís Sá (Desenho), Maestro Manuel Magalhães (Música) e Henrique Autran.

A *Escola Cristã,* do Padre, depois Monsenhor Liberato, começou um pequeno externato (6 de janeiro de 1882) que, diante do melhor desenvolvimento alcançado, se ampliou com internato, chegando a receber mais de 400 alunos, anualmente. Até 1898, conservou-se no governo de sua Escola, da qual Carlos Albano Amora fez parte e em nota que nos forneceu relembra os professores Raimundo de Arruda, Epaminondas da Frota, Pe. Justino Domingues, Mons. Bruno Figueiredo, o Cônego João Paulo Barbosa, além dos companheiros de bancos escolares Drs. José Frota, Joaquim Frota, César Rossas, Adonias Lima, Mário Linhares, Pedro Veríssimo, Sebastião de Abreu, José Sombra, Guilherme Studart da Fonseca, Heitor Marçal e José Gil Amora, Alfredo Aguiar, Mário Menescal, Argemiro Valente, Camilo Porto Figueiredo, João Porto Caminha.

O curso primário estava entregue a Gustavo Hitzchky e ao Tenente Josino Siqueira. Obrigatório o estudo do Latim.

"Quando me matriculei nesse educandário — ouvimos um de seus antigos discípulos, o Dr. Pedro de Araújo Sampaio — corriam, contadas pelos alunos e transmitidas de geração a geração, histórias de arrepiar. Algumas eram inverossímeis, mas outras tinham viso de verdade. Diziam,

por exemplo, que quando o padre aparecia na sala de aulas vestindo batina parda, era certa uma rajada de bolos em todas as classes. Contavam mais que muitas vezes a mãe do padre tirava de suas garras alunos castigados desalmadamente. Era gordo, andar peneirado e vez nasalada".

Grande figura do clero, catedrático da *Escola Normal,* militou na política do Ceará, tendo sido Vice-Presidente do Estado. Nasceu no Aracati e faleceu em 15 de novembro de 1941.

O *Ginásio Cearense,* de Professor Anacleto de Queirós, rivalizou em organização e importância com o *Ateneu* dos Costa Mendes.

Aos dezoito anos de idade e na defesa de uma irmã que recebia castigo imoderado do tio que os criava, desfechou Anacleto neste seu tão severo parente um tiro de espingarda de caça e o matou. Fugiu de Iguatu, onde se dera o delito, e acabou assentando praça no Batalhão do Exército, no Pará. Não sabendo ler nem escrever, mas sendo de comportamento exemplar, tomou-o como seu soldado bagageiro o Capitão (General) Morais Rego e obrigou-o a freqüentar escola. Instruindo-se com rapidez, não decorreu um ano e ei-lo no posto de sargento quartel-mestre. E o era quando, requisitado pela Justiça do Ceará, veio responder ao processo. Condenado pelo júri a catorze anos de prisão celular, cumpriu a última parte da penalidade na cadeia de Fortaleza. Mesmo como detento, angariou simpatias e amizades que serviram para colocá-lo na estima dos diretores do presídio. Estudou com afinco o Português, a História, a Aritmética e especialmente a Geografia e, na segura posse desses conhecimentos, propôs-se a lecionar aos presos, e também, fora da detenção, a rapazes e moças em seus próprios lares, onde comparecia, por exigência sua, acompanhado de um guarda. Conseguiu não pequeno número de discípulos e, cumprida mais de metade da pena, fez requerimento a Pedro II solicitando indulto, o que infelizmente não logrou, apesar da prova clara de sua correção penitenciária.

Decepcionado, não desanimou e continuou a estudar, certo da vitória da própria tenacidade. Terminados doze anos da punição, já bastante relacionado e contando com amplo círculo de admiradores, encaminharam estes, à sua revelia, novo pedido de perdão, desta vez concedido. Com o alvará em mãos, procuram-no os amigos e ele os recebe na sua cela, que se havia transformado em gabinete de estudos. Sabedor do motivo da visita, sentiu-se embaraçado, mas pôde afinal externar: — "Meus amigos, do íntimo d'alma agradeço o muito que a vossa amizade fez por mim e a minha gratidão é eterna, porém não posso aceitar essa graça, porque não quero ficar devendo esse favor a Sua Majestade". Cumpriu rigorosamente a sentença e, uma vez em liberdade, tratou de montar um colégio para o ensino de rapazes, tendo adquirido, para isso, do Cap. Antônio Duarte Bezerra, já muito desacreditado, o *Ginásio Cearense,* que fora fundado em 7 de janeiro de 1887.

Como vimos linhas atrás, em 1892, Anacleto traspassou o externato do *Ginásio* a Lino Encarnação e levou o internato para Guaramiranga. E como crescesse, ali, a freqüência, voltou para Fortaleza.

Dotado de notável capacidade de trabalho e o mais pronunciado senso didático, cedo impôs o *Ginásio Cearense,* comumente chamado Colégio Anacleto, ao conceito geral e à confiança dos pais de família. Firmou-se, então, como o principal estabelecimento particular de ensino, no Estado, onde se educaram um sem conto de jovens que ainda hoje podem, em grande parte vivos, dar testemunho dessa insofismável influência.

Havia três cursos: primário, médio e secundário, deles tendo sido professores José de Barcelos, Agapito dos Santos, Padre Frota, Dr. Guilhobel, Raimundo de Arruda, Henrique Autran, Abílio Mendes, Joaquim da Costa Nogueira, A. Almeida, além de vários auxiliares, tais como Artur Sampaio, Álvaro Adolfo da Silveira (depois Senador pelo Pará), Artur Vitoriano, Manuel Sátiro, Godofredo Maciel, Virgílio Pereira, Odorico de Morais, Luís Rolim da Nóbrega, Júlio Menescal, Raimundo Gomes, José Carlos de Matos Peixoto.

Em 1903, indo ao Amazonas em companhia do irmão José Pereira Cavalcante, recebeu convite de Constantino Néri (alguns amazonenses eram alunos do Ginásio Cearense) para fundar um colégio em Manaus, prometendo-lhe o Governador os auxílios necessários. Resolvido a aceitar a proposta, entregou o seu instituto educacional ao Dr. Antônio Adolfo Coelho de Arruda e ao Dr. Henrique Autran, transportando-se no começo do ano seguinte para aquela capital do extremo norte.

Tal como prometera, Constantino Néri pôs à sua disposição um dos melhores edifícios do Estado e forneceu-lhe as verbas indispensáveis à instalação, bem assim a subvenção anual de doze contos de réis. Para ajudá-lo no Instituto *Amazonense* (nome do novo educandário) foram de Fortaleza: José Carlos de Matos Peixoto, o futuro Presidente do Ceará e emérito jurisconsulto e professor da Universidade do Brasil; Raimundo Gomes, o fundador e professor da Faculdade de Farmácia e Odontologia do Ceará; e, como censores Josias Maciel e Francisco Costa Moreira. Lecionava Matemática o Engenheiro Armando Berredo. Raimundo Gomes, que nos ofereceu essas notas, foi Vice-Diretor do Instituto.

Alguns anos depois retornou Anacleto ao Ceará e tentou restaurar o *Ginásio*, o que todavia não realizou por ter a saúde mental algo alterada. Ainda assim preparou um curso de aulas a que chamou *Instituto Cearense*, mas sem melhores resultados.

Outra casa escolar de muito conceito foi o *Instituto de Humanidades* do Cônego Vicente Salazar da Cunha e do Dr. Antônio Augusto de Vasconcelos. Fundado em 7 de janeiro de 1892, começou as atividades a 15. O seu elenco de mestres representava por assim dizer o escol da época: Pe. Dr. Justino Domingues da Silva, Dr. Antônio Epaminondas

da Frota, Dr. José Carlos Ribeiro Júnior, Dr. Helvécio Monte, Dr. Antônio Augusto, Júlio César da Fonseca Filho, Lino Encarnação e Vicente Salazar. Internato, semi-internato e externato. Programa do Curso Secundário nos moldes do Ginásio Nacional. Salazar da Cunha teve sempre muito pendor para o ensino, pois desde 1880 andara às voltas com as aulas e lições, tendo dirigido um colegiozinho — o *Liceu Primário,* mantendo-o até o fim de 1886, quando motivo de doença o forçou a fechá-lo. Nele ensinava o Pe. Bruno Figueiredo que, a despeito dessa interrupção, continuou a ministrar em sua residência as aulas de Português, Francês, Latim e Aritmética, a partir de 10 de janeiro do ano seguinte.

Concordando com a sua nomeação para Vigário de Maranguape, o Cônego Salazar desfez-se do seu *Instituto,* o qual ficou entregue aos cuidados e responsabilidades do Padre José Barbosa de Jesus.

Ainda serão de enumerar: a *Escola Americana,* do protestante Lacy Wardlaw; o *Externato S. Clotilde,* fundado em 15 de janeiro de 1891 pela professora, poetisa e romancista Francisca Clotilde; o *Externato Santa Teresa de Jesus,* de Rufina Rossas, fundado, em 8 de janeiro de 1886, por D. Rufina Maria Rossas; o *Externato Alba Rosa,* de Raquel Amaral; *o Colégio da Assunção,* das irmãs professoras Maria Teresa (Dedê), Isabel e Júlia Maia, fundado em 10 de janeiro de 1887.

A dois outros, porém, é preciso referir com minudências.

Em primeiro lugar, devemos ressaltar o *Colégio Nossa Senhora de Lourdes* (externato e internato), destinado ao sexo feminino e que teve como criadora a intelectual Ana Bilhar. Fundado em 1889 na Serra de Baturité (Guaramiranga), transferiu-se para Fortaleza e começou a receber alunas em 1º de outubro de 1896. Auxiliavam a diretora na administração do modelar educandário sua irmã Epifânia Bilhar, Maria Eugênia e Marcionília de Lima. Compunha-se do curso primário, secundário, complementar e o curso de artes, este com o ensino de Música, Piano, Bandolim, Canto, Desenho, Pintura e Caligrafia.

No secundário se estudava: Português, Francês, Inglês, Italiano, Geografia, Aritmética, História Geral e Natural, Instrução Cívica e Religiosa. O curso complementar constava da revisão das matérias do secundário. Responsáveis pelo curso primário eram Maria Clara de Sousa, Maria do Patrocínio de Sousa (ambas sobrinhas do grande político Martinho Rodrigues) e Maria Virgínia da Cunha.

O corpo docente do curso secundário era composto de: Português e Italiano — Agapito dos Santos e Pe. José Leorne Menescal; Geografia e História — Dr. Antônio Augusto de Vasconcelos; Francês — Dr. José Medeiros e Ana Bilhar; Inglês — Dr. Epaminondas da Frota e Miss Saunders; Aritmética — Dr. Henrique Autran. O Professor Zacarias Gondim ministrava ensinamentos da Música instrumental e oral. Cândida Pamplona e Maria Théberge ensinavam Piano.

Ana Bilhar foi preceptora de alto porte, culta e finamente educada. A sua orientação pedagógica refletia o que de melhor havia naquela época. Sabia dar o máximo brilho e distinção social às festas e solenidades do seu famoso estabelecimento.

Em segundo lugar, a referência liga-se ao *Instituto Miguel Borges,* instalado em 1º de junho de 1900, por Odorico Castelo Branco.

Miguel Borges fora um devotado professor piauiense, a quem o diretor quis prestar homenagem, filha da gratidão, que lhe devia.

Ninguém seria mais rigoroso, severo e vigilante no interesse pelos seus pupilos espirituais do que o Professor Castelo, às vezes até exagerado no cumprimento do dever e na defesa de suas idéias. Deixou tradição dessas atitudes. Tendo perdido a esposa — Da. Arina Pinheiro, que faleceu dez meses após o casamento (1908), nem um só instante esqueceu o culto de sua memória, nem de igual modo deixou de velar pela educação da filhinha órfã — a menina Odorina, que seria mais tarde a esposa do Dr. Leão Sampaio, deputado federal e médico de enorme clientela e prestígio na zona sul do nosso Estado.

Falecido o Prof. Odorico, em 25 de janeiro de 1921, adquiriu o *Instituto* o Dr. Sila Ribeiro, que, posteriormente, o transferiu à Arquidiciocese de Fortaleza.

No dia 7 de agosto de 1902, os professores Valente de Andrade, Francisco Gonçalves e José Vieira brindaram a mocidade de Fortaleza com uma casa de ensino, que se chamou *Externato Colombo.*

Valente de Andrade era sulista e casou-se, no Ceará, com uma filha do capitalista Reinaldo Porto, um dos arrendatários da Estrada de Ferro de Baturité. Foi o primeiro diretor do Colégio e dedicava-se às boas-letras. José Vieira, também intelectual de méritos, era paraibano e veio para Fortaleza ao aceno de Rodrigues de Carvalho, outro filho da Paraíba que se identificou à vida cearense. Bom poeta e escritor de ótimos recursos, projetou-se com vantagem nos meios culturais da Capital da República. Ambos e Francisco Gonçalves fizeram parte do Centro Literário, em cujas tertúlias apareciam salientemente.

Ficando só na direção do *Externato,* já este com o nome de *Colégio Colombo,* Gonçalves deu-lhe o melhor da sua inteligência e do seu trabalho. Homem simples, sisudo, de compleição agorduchada, bastos bigodes e óculos de grau, fumante incontido, imprimia ao mesmo tempo respeito e simpatia aos estudantes. Possuidor de boas qualidades de educador, aliava-lhes a segurança do saber, especialmente o do vernáculo, em que se reputou autoridade. Viveu sempre para o magistério, não tendo ocupado cargos públicos.

Fundado quase dois anos mais tarde, surgiu o *Instituto de Humanidades,* do Prof. Joaquim da Costa Nogueira (25 de janeiro de 1904).

O Professor Nogueira, nascido no Aquirás em 28 de outubro de 1866, recebeu dos padres Bruno de Figueiredo e Cruz Saldanha as primeiras

lições da espinhosa mas dignificante arte de educar. A morte do pai, em 1889, obrigou-o a interromper o curso jurídico que fazia na Faculdade do Recife e, de volta ao Ceará, demorou em Quixadá, onde fundou o *Colégio S. Luís de Gonzaga,* e em Baturité, cidade a que serviu como tabelião e na qual fundou outro — o *Ginásio Baturiteense.*

Rápido foi o progresso do *Instituto de Humanidades*, que se tornou o melhor e mais procurado educandário de Fortaleza. O mestre-escola apurou os dons e vocações, e consagrou-se. Os seus métodos de transmitir conhecimentos revolucionaram o didatismo local, superando formas e noções obsoletas que a inércia conservadora persistia em aplicar. A fértil imaginação do reformador não parava de encontrar maneiras e meios de atrair o real interesse do aluno e prendê-lo ao estudo, habituando-o, prazerosamente, à exação dos deveres escolares.

Arquitetou originalíssimo "baralho artmético", por intermédio de cujo manejo exercitava prodigiosamente o aprendiz nas agilidades do cálculo mental. Com o Desenho e a Caligrafia, pela sua inteligente técnica, de pronto se familarizavam os que o ouviam. As competições, os concursos e jogos de espírito de toda sorte estimulavam a seleção e os vitoriosos eram alvo das mais engenhosas honrarias e premiações. Os trabalhos selecionados iam para as páginas da "Revista Escolar", órgão oficial do Instituto, e dava gosto ver os meninos e os moçóilos empenharem-se no apresentá-la digna da melhor leitura.

O corpo de professores afinava com essa pedagogia intuitiva e leve. A ele pertenciam nomes então firmados nas cátedras e outros que mais tarde se alcançaram à mais insuspeita nomeada: Francisco de Assis Castelo Branco, Henrique Autran, Arimatéia Cisne e, entre os segundos, José Carlos de Matos Peixoto, Andrade Furtado e Antônio Furtado, posteriormente mestres abalisados do Direito.

Prosseguia as suas atividades sempre em vitorioso crescendo, quando, em 1914, a fatalidade o desarticulou, como se majestoso castelo ruísse, de inopino, aos tufões da procela. É assassinado a tiros de revólver, em plena rua e numa roda de amigos (noite de 28 de outubro), o filho único do admirável educador — o moço José de Mendonça Nogueira, um dos esteios da administração do colégio e, também, seu professor ajudante. Golpe assim inesperado desnorteou completamente aquele fecundo espírito e daí por diante o Professor Nogueira somente pensou na memória do ente estremecido.

O fato comoveu a cidade e o desfecho favorável ao criminoso contribuiu para agravar aquela tristeza de cerrado luto. O mestre transmudara-se num amargurado, maníaco da veneração do filho sacrificado, a viver quase como um marginal, crescida a barba, encanecidos os cabelos, cavadas no rosto as rugas do sofrimento.

Em 1918, algo refeito, abriu um curso de aulas primárias com algum tempo mais transformado no Colégio Nogueira, inútil arremedo de recomposição do seu velho *Instituto.* *

17.2. ENSINO SUPERIOR E UNIVERSIDADE

Conquanto só em esboço, já tivemos, alhures, oportunidade de mostrar como nasceu e evolveu até os atuais dias a cultura cearense. Como agremiações literárias, científicas, recreativas, uma após outra, vieram quebrando a trivialidade do ambiente provinciano com a publicação de jornais, revistas, livros e opúsculos, e reuniões em brilhantes tertúlias de inteligência. A "Academia Francesa" de 1873, o Clube Literário de 1886, a Padaria Espiritual de 1892, o Centro Literário de 1894 representaram verdadeiras exortações ao cultivo das boas letras, ao mesmo tempo que o Instituto do Ceará (1887) e a Academia Cearense (1894) carreavam para as suas salas os estudiosos das ciências e também da literatura. Por seu lado, o Clube Iracema contribuía diretamente para essa efervescência intelectual, recebendo e homenageando conferencistas, artistas, musicistas, e combinando harmoniosamente ao *aplomb* do mundanismo a espiritualidade dos seus serões de arte e das representações cênicas do seu movimentado teatrinho.[76]

Mas faltavam à mocidade sequiosa de saber os degraus de uma escalada ampla aos domínios da cultura superior, obrigada a ir conquistar, lá fora, a troco dos mais sérios percalços, no Recife, na Bahia, no Rio ou em São Paulo os diplomas de bacharel em Direito, de médico, de engenheiro, de agrônomo.

É sob a pressão dessa juventude que se força a criação de uma Escola Jurídica, pois dificuldades econômico-financeiras mantinham à distância as possibilidades da aquisição de Faculdades doutras espécies.

O próprio chefe do governo estadual era quem lamentava: "Para nós seria muito para desejar a fundação de escolas de engenharia, agronomia ou institutos de profissão mecânica e artística, mas infelizmente a escassez de nossos recursos não permite nem comporta avultadas despesas que instalações dessa natureza acarretam... A fundação de uma Academia de Direito satisfaria, a meu ver, as justas aspirações da mocidade e, relativamente, não exigiria grandes sacrifícios por parte do Estado."**

Em 1891, já Antônio Augusto de Vasconcelos, Tomás Pompeu de Sousa Brasil, Joaquim Catunda, Júlio César da Fonseca Filho e José

* Educandário de Fortaleza, 1892.

**Mensagem de 1º de julho e 1892, ao Presidente Nogueira Acióli.

Carlos da Costa Ribeiro haviam tratado do assunto e, em 1901, Farias Brito, na sessão de 30 de agosto da Academia Cearense, "abundou em largas considerações no sentido de que esta tomasse a si a propaganda e a realização da idéia do Ceará ser dotado de uma Academia Livre de Direito". Discutiram a matéria, na referida sessão e na seguinte, de 13 de setembro, os Acadêmicos Farias Brito, Eduardo Studart, Alcântara Bilhar e Rodrigues de Carvalho.

Todavia, só em 1903 o pensamento se objetiva. Os citados Tomás Pompeu, Antônio Augusto e Farias Brito agitaram-no entusiasticamente pela imprensa. E foi a 21 de fevereiro que se reuniram, para fundar o desejado instituto, além dos dois primeiros, os Drs. Tomás Pompeu Pinto Acióli, Eduardo Studart, Antônio Sabino do Monte, Virgílio Augusto de Morais, Joaquim Lopes de Alcântara Bilhar, Paulino Nogueira Borges da Fonseca, Joaquim Pauleta Bastos de Oliveira, Joaquim Olímpio de Paiva e Francisco de Assis Bezerra de Meneses (Dr. Bezerrinha). Eleito Diretor o, então Senador, Dr. Antônio Pinto Nogueira Acióli.

Realizou-se a sessão na sede da Associação Comercial, de que era presidente o aludido Tomás Pompeu.

A 1º de março abriram-se as aulas, constituindo o corpo docente da novel Faculdade da seguinte maneira:

1º Ano: *Filosofia do Direito* — Antônio Augusto. *Direito Romano* — Joaquim Pauleta.

2º Ano: *Direito Constitucional* — Bezerra de Meneses. *Direito Internacional* — Tomás Acióli. Direito Civil (1a. parte) Alcântara Bilhar.

3º Ano: *Direito Criminal* (1a. parte) — Paulino Nogueira. *Direito Comercial* (1a. parte) Virgílio de Morais. *Direito Civil* (2a. parte) Sabino do Monte.

4º Ano: *Direito Comercial* (2a. parte) — Eduardo Studart.

5º Ano: *Direito Administrativo:* Tomás Pompeu (também substituto de Direio Internacional e Vice-Diretor).

Farias Brito não se incluiu entre os professores porque se havia retirado do Ceará, indo desenvolver suas atividades na Pará.

Depressa o governo do Estado deu força e prestígio à Faculdade, avocando-a por ato de 2 de setembro, em execução da Lei nº 717, de 8 de agosto anterior. Decreto federal de 23 de novembro — o de nº 5.049 — equiparou-a às Faculdades federais.

A chamada *Reforma Rivadávia* favoreceu-a com a autonomia, perdendo, por isso, as vantagens da fiscalização oficial. Porém readquiriu a equiparação em 1915, por efeito da *Reforma Carlos Maximiliano* (de 18 de março). Foi nessa época (1916) que se procedeu ao primeiro concurso para catedrático, no qual venceu o Dr. Eduardo Henrique Girão, em disputado prélio com os competidores Luís de Morais Correia e Jorge Severiano Ribeiro.

Apesar de muitas críticas, que, às vezes, descia à ridicularização, e às quais não foi estranho a acridez panfletária de João Brígido, vantajosamente varou as suas Termópilas a Faculdade de Direito, consolidando-se na sua vida administrativa e nas suas tradições. Não era, estava bem patente, uma "fábrica de doutores" de que estivesse o Ceará a precisar, para seu consumo e exportação, como insinuava o fogoso jornalista, e sim luminoso centro de cultura, formando moços do Ceará e de Estados vizinhos, que viriam, na mor parte, projetar-se brilhantemente pelo Brasil afora, nos variados campos da ciência e da política.

Escaparia mais tarde da extinção com que a ameaçavam, ao tempo da gestão Franco Rabelo, graças às suas próprias energias, tão bem resumidas na atitude sobranceira do seu Diretor Tomás Pompeu, demonstrando, através de memorial de argumentação irrespondível, a inutilidade da supressão, mesma em relação aos cofres públicos, atenta à vitaliciedade dos professores, cujos vencimentos não podiam ser cortados, e graças, também, ao gesto desabusado e por todos os títulos elogiáveis de um dos chefes populares do "rabelismo", declarando, enfaticamente, que em vez de fechar-se uma Academia, o que se devia fazer era abrir mais *quinhentas outras!* — "Pois não acaba!" — foram as palavras de Emílio Sá, ao lhe dizerem que, realmente, se pretendia liquidar com a tão visada instituição educacional.

A Lei nº 845, de 24 de julho de 1906, autorizou o governo a despender quanto preciso à construção de um prédio em que ela comodamente funcionasse, mas isto só muito posteriormente veio acontecer, em 12 de março de 1938, quando inaugurado o edifício de sua sede, sendo Interventor Federal o ex-Diretor Dr. Francisco de Meneses Pimentel.

Em 1934, pelo Decreto nº 24.095, de 9 de abril, federalizou-se a Faculdade, embora sem ônus para a União, mas a partir de 1936 figuram nos orçamentos da República as dotações destinadas a sua manutenção, até que, em 1938 (Decreto nº 305, de 26 de fevereiro) voltou à administração do Estado, mediante contrato assinado em 7 de junho. Decreto do dia 15 regulou a situação do instituto e incorporou os seus bens ao patrimônio estadual.

Novamente federalizada — pelo Decreto-lei nº 9.737, em 4 de setembro de 1946. O interventor Federal Dr. Beni Carvalho e o Ministro José Linhares, então Presidente da República, são os artífices mais operosos desse novo triunfo.

Têm ocupado o cargo de Diretor: Comendador Nogueira Acióli, Tomás Pompeu de Sousa Brasil, Eduardo da Rocha Salgado, Tomás Pompeu (2a. vez), Francisco de Meneses Pimentel, José Francisco Jorge de Sousa, Raimundo Gomes de Matos, João Otávio Lobo e Manuel Antônio de Andrade Furtado.

O segundo instituto de ensino superior fundado no Ceará é a Faculdade de Farmácia e Odontologia, organizada, em 12 de março de 1916,

pelos cirurgiões-dentistas Raimundo Gomes, que se tornou o seu nume tutelar, Francisco de Sá Roriz, Mozart Catunda Gondim e o farmacêutico Afonso de Pontes Medeiros. Logo depois, foram chamados a cooperar os Srs. Américo Picanço, Mamede Cirino de Lima, José de Morais Studart, José Odorico de Morais, Nelson Catunda e Joaquim Frederico de Andrade.

Foi considerada de utilidade pública em outubro, *ex vi* da Lei Estadual nº 1.391, de 12 de outubro de 1916; e, pela de nº 1.458, de 2 de outubro do ano seguinte, ficou o Governo do Estado autorizado a fiscalizá-la e obrigado a reconhecer a validade dos diplomas por ela expedidos. A fiscalização cabia ao Diretor de Higiene.

Equiparado desde 31 de janeiro de 1940 (Decreto Federal nº 5.205), teve o seu patrimônio incorporado ao Estado por força da Lei nº 256, de 2 de agosto de 1948, para o que particularmente concorreu a indormida atuação dos Professores Raimundo Norões Milfont e Paulo Firmeza. E, à custa do não menos incansável trabalho dos professores Paulo Firmeza, Francisco José de Abreu Matos, Manuel Odorico de Morais e Turíbio Mota, assim como o Deputado Armando Falcão e do Senador Plínio Pompeu de Sousa Magalhães, obteve a federalização em 1950 (Lei nº 1.254, de 4 de dezembro, art. 2º, nº II).

Devida, igualmente, à iniciativa particular, fundou-se em 1918 (30 de março), a Escola de Agronomia do Ceará, instalada no dia 1º de maio. Forma seus organizadores: Tomás Pompeu Filho, Tomás Pompeu Sobrinho, Humberto Rodrigues de Andrade, Henrique Autran e Álvaro Fernandes.

Da turma pioneira de alunos fizeram parte José de Aristóbulo de Castro Filgueiras, Clóvis Meton de Alencar, Júlio Monteiro Gondim, Inácio Barreira Nanã, Newton Beleza, Alípio Aníbal dos Santos, José de Araújo Sampaio, Clóvis de Araújo Janja, Antônio Drummond de Aguiar, Raimundo Xavier de Lima Filho, Antônio Tibúrcio Cavalcanti, Oscar Guilherme da Silva, Alcides Valente, Alberto Pinto, Raimundo Girão, João César de Oliveira, além de outros.

Muito bem aparelhada e guardando sempre a boa linha na adestração de técnicos da agricultura e da veterinária, através de rigoroso crivo de seleção foi a Escola encampada pelo Governo do Ceará em 7 de maio de 1935. Federalizou-se em 16 de janeiro de 1950, pela Lei nº 1.055, integrando os quadros do Ministério da Agricultura. Antes, em 1942, havia sido reconhecida pelo Governo Federal.

Iriam agora decorrer dezoito anos, até que surgisse outro educandário de ensino superior, produto ainda da vontade de particulares — a *Faculdade de Ciências Econômicas,* criada em 1936 (1º de novembro), sob a orientação dos professores Djacir Menezes e Lincoln Mourão Matos. A princípio subordinada à Divisão do Ensino Comercial, veio mais tarde incluir-se na de Ensino Superior, destinando-se à formação de bacharéis em Ciências

Econômicas. Em 1939, pelo Ministro da Educação e Saúde foi autorizada a funcionar, sob fiscalização prévia, e, em 1948, com a Lei nº 225, de 15 de junho, adotaram-se as medidas complementares à sua encampação pelo Governo do Ceará, na forma do art. 48 do Ato das Disposições Transitórias, da Constituição Estadual de 1947.

Novamente a iniciativa não oficial traria excelente contribuição ao progresso cultural cearense, e desta vez se cristalizou na criação da Faculdade Católica de Filosofia, em 1947, sob os auspícios da Congregação dos Maristas. Instalou-se em 8 de julho, depois de autorizada pelo Decreto Federal nº 22.979, de 22 de abril do mesmo ano, tendo como primeiro Diretor o Irmão Anísio Mosca de Carvalho, substituído mais tarde pelo Dr. Manuel Antônio de Andrade Furtado e este pelo Dr. Otávio Terceiro de Farias. Mantém a Faculdade o Instituto Cearense de Pedagogia e Psicologia, criada em 8 de maio de 1954, com o objetivo de promover e estimular o estudo e a pesquisa no campo dessas ciências e no daquelas com ambas relacionadas, visando ao aprimoramento cultural do meio. Igualmente, junto a ela funciona o Instituto Cearense de Matemática, que congrega os professores e os interessados no conhecimento e divulgação da ciência das grandezas abstratas.

A *Faculdade de Medicina do Ceará* iniciou as suas atividades no dia 1º de março desse ano de 1948, fundada que fora em 9 de junho do ano anterior. Era o confortante coroamento da série de esforços desenvolvidos, marcadamente pelos médicos Jurandir Picanço, José Carlos Ribeiro, Valdemar Alcântara, Newton Teófilo Gonçalves, Valter de Moura Cantídio e Antônio Jorge de Queirós Jucá e do apoio que receberam do Governador Faustino de Albuquerque e Sousa, entre outros favores pondo à disposição da nova Faculdade a indispensável instalação imóvel. Em 13 de abril daquele referido ano, saiu publicado o Decreto Federal nº 24.796, que autorizou o respectivo funcionamento, tendo sido abertas as inscrições para o primeiro vestibular no dia 13. Começaram os cursos no dia 12 de maio, ministrada a "aula de sapiência" pelo Prof. Alfredo Monteiro, Diretor da Faculdade de Medicina da Universidade do Brasil. Pelo Decreto nº 29.397, de 27 de março de 1951, foi reconhecida e federalizada em 16 de dezembro de 1954 a Faculdade, em virtude do disposto na Lei nº 2.373, complementada posteriormente pela de nº 2.700, de 29 de dezembro de 1955. Acreditou-se firmemente, desde os primeiros dias, a Faculdade de Medicina pela seriedade e rigor das admissões de alunos e não menor severidade nas aprovações necessárias à expedição dos diplomas finais. A sua primeira turma de médicos foi graduada em 1953, sendo Diretor o Dr. Newton Gonçalves. Constou apenas dos três alunos que haviam iniciado o curso: Hélio Cirino Bessa (1º lugar), Hilda de Sousa Guimarães e Ana Monteiro Gondim. É estabelecimento que honra o ensino brasileiro. Têm sido seu Diretor os Drs. Jurandir Picanço, João Batista Saraiva Leão, Newton Teófilo Gonçalves, Jurandir Picanço (2a. vez),

Ossian Aguiar e José Waldemar de Alcântara e Silva. Constituem a sua galeria de mérito os nomes dos Drs. Jurandir Picanço e Deoclécio Dantas, dos Governadores Faustino de Albuquerque e Sousa, Raul Barbosa e Paulo Sarasate e o do Sr. Pedro Philomeno Gomes.

De aparecimento mais recente é a *Escola de Engenharia do Ceará.* Em 1924, a 6 de março, fundou-se em Fortaleza o Instituto Politécnico do Ceará, com o caráter de cooperativa, e em 8 de abril seguinte o mesmo Instituto, que se instalara no dia 25, criou uma Escola Politécnica, cujas aulas se iniciaram em 15 de maio.(368)

Não conseguiu ir avante a esperançosa Escola, porém deixara na terra a semente, de demorado poder germinativo, é certo, porém de qualquer modo intumescendo para um dia nascer viçosamente. E, de fato, já agora regada por mãos diligentes, acabou rebentando e vai crescendo, para as frutificações opimas. O Clube de Engenharia do Ceará pôs novamente em marcha a idéia e contava com os auxílios materiais que lhe oferecia o industrial Pedro Philomeno Ferreira Gomes, quando, fatos intercorrentes vieram esfriar o ardor que animava o espírito de alguns engenheiros integrantes daquele grêmio. Foi quando, tocado a esse respeito, tomou-se o Deputado Federal Dr. Valter Bezerra de Sá de particular interesse pelo momentoso assunto, apresentando na Câmara um projeto, de que resultou a Lei nº 2.383, de 3 de janeiro de 1955, criando a Escola. Instalada esta em 21 de janeiro de 1956, teve como primeiro Diretor o Prof. Antônio Pinheiro Filho, Mestre da Cátedra de Portos, Rios e Canais da Escola Nacional de Minas (antiga Escola de Minas de Ouro Preto), da Universidade do Brasil.

A instalação verificou-se em sessão solene no Teatro José de Alencar, presidida pelo Magnífico Reitor Antônio Martins Filho, e na qual discursaram o Dr. José de Almeida Rios, representante do Ministério da Educação e Cultura, o Deputado Valter Bezerra de Sá, o Dr. Luís Sabóia de Albuquerque em nome do Clube de Engenharia do Ceará, e o Dr. Carlos Simas, Diretor da Escola Politécnica da Bahia, em nome das instituições congêneres no País.

Complete-se o esquema acrescentando que desde 1943 funciona a Escola de Enfermagem S. Vicente de Paulo (instalada a 21 de janeiro, graças aos trabalhos incansáveis da irmã Breves, da família religiosa de S. Vicente), e que, em 1949, foi criada (18 de outubro) a Escola de Serviço Social, instalada em 25 de maio de 1950.

É de ver que tamanha animação e tão exuberantes a firmações de potencialidade da intelgência cearense não deviam conservar-se em desajustada dispersão. Na realidade, não podiam furtar-se ao imperativo de forças que tendiam a aproximá-las e, finalmente, a aglutiná-las para formarem um organismo mais homogêneo e duradoiro de mais forte envergadura e maior capacidade de coordenação e realização.

Teria que vir a Universidade do Ceará.

Desde 1944 que a idéia de sua criação fora solta aos ventos das sugestões e dos estudos. O Dr. Antônio Xavier de Oliveira, ex-deputado federal pelo Ceará, teve ensejo de levar ao então Ministro Gustavo Capanema impressionantes argumentos em favor da instalação de uma Universidade no Nordeste, com sede em Fortaleza, cidade que — nas palavras do prof. Cesário de Andrade, membro do Conselho Nacional de Educação — "por sua situação geográfica no Nordeste do Brasil e pelo crescido número de estabelecimento de ensino que ali funciona, está destinada a ser dentro em breve a sede de uma nova Universidade, que concorrerá para completar o quadro desses centros da cultura nacional".

É, porém, em 1948 que, de fato, começa trabalho mais sistemático visando a esse alvo, abandonando-se a mera preparação doutrinária. A idéia venceu terreno e empolgou, mais que qualquer outro, o prof. Antônio Martins Filho, que naquele mesmo ano (11 de novembro) proferiu sobre o assunto entusiástica palestra no Instituto Brasil—Estados Unidos, de Fortaleza.

E ele, como catedrático da Faculdade de Direito, já interessava no caso o Sr. Governador do Estado, do qual obteve substancioso ofício dirigido à Congregação da Faculdade, dizendo do interesse do Governo cearense na criação da Entidade e solicitando fosse designado um dos respectivos professores para, no Rio de Janeiro, examinar quais as medidas adequadas à efetuação de tão justificadas aspirações.

É então escolhido o próprio Prof. Martins Filho, que, daí para a frente, se fez o fator preponderante da almejada criação universitária.

A imprensa registrou, com destaque, as atividades do delegado da Faculdade de Direito e, sem demora até os mais céticos entraram a convencer-se da efetiva necessidade e clara possibilidade de chegar-se à meta, vitoriosamente. Intelectuais, jornalistas, educadores, todos se manifestavam acerca do tema de tanta atualidade.

Os contatos do professor Martins com o Ministro da Educação e Saúde, com o Diretor do Ensino Superior, o Dr. Jurandir Lodi, e com o Presidente do Conselho Nacional de Educação, Prof. Cesário de Andrade, descobriram a chave do problema.

Vencidas as dificuldades de ordem técnica e burocrática, acertou-se, por fim, que para a organização da Universidade concorreriam escolas matidas pelo Estado (Agronomia, Ciências Econômicas e Farmácia e Odontologia), escolas mantidas pela União (Faculdade de Direito, que seria incorporada) e escolas mantidas por entidades privadas (Filosofia e Medicina, que seriam agregadas).

Acreditava-se tudo feito, já preparado o projeto de lei a ser enviado à Assembléia Legislativa Cearense, em ordem a que fosse votado no citado ano de 1948, e eis que "contrariando a expectativa geral, o Chefe do Governo deliberou que somente em março de 1949 cuidaria do importante assunto".

Longe de esmorecer ante semelhante decisão, resolveu o prof. Martins Filho voltar à Capital da República, onde manteve novas conversas com as autoridades competentes e de onde veio trazendo, bem elaborado, o projeto a ser enviado ao Legislativo Estadual, acompanhado de longa e fundamentada exposição de motivos.

Entretanto, aconteceu que razões político-partidárias arrastaram o Sr. Governador do Estado a incompatibilizar-se com a classe acadêmica, nascendo daí não pequeno hiato no encaminhamento da procurada solução. Serenados os ânimos, em dezembro de 1949 o Chefe do Executivo honrou o seu compromissos anterior e remeteu à Assembléia aquele projeto, sem resulado satisfatório, todavia.

Ad augusta per angusta.

Deslocar-se-iam, agora, as esperanças para o plano federal, "onde a idéia poderia encontrar melhor guaridade e tratamento mais amplo, enquadrando-se de modo mais positivo e fecundo".

O prof. Martins Filho, imediatamente, entende-se com o Ministro Antônio Balbino de Carvalho e dele recebe o mais franco acolhimento, rematado com a auspiciosa declaração de que a Universidade do Ceará seria instalada em 1954: Campanha de estudantes, artigos de jornais, conferências de professores, comentários de diversas origens vêm ao encontro da promessa ministerial. As diversas Escolas cearenses, com a solidariedade expressa do Governo do Estado e da Arquidiocese de Fortaleza, assinaram judicioso e vibrante Memorial, que é entregue àquele Ministro.

Ouvidos os técnicos do Ministério, encaminha o prof. Antônio Balbino o processo ao Sr. Presidente da República, em 28 de setembro de 1953, para que, em mensagem, vá ao Congresso Nacional.

Na Câmara, é o projeto relato pelo Deputado Prof. João Otávio Lobo e, afinal, transformado na Lei nº 2.373, de 16 de dezembro de 1954, sancionada pelo presidente João Café Filho.

Criava-se a Universidade do Ceará, com sede em Fortaleza e integrada no Ministério da Educação e Cultura — Diretoria do Ensino Superior. Com personalidade jurídica e autonomia didática, financeira, administrativa e disciplnar, compreendendo os seguintes estabelecimentos federais de ensino superior:

a) Faculdade de Direito (Decreto-lei nº 8.827, de 24 de janeiro de 1946);
b) Faculdade de Farmácia e Odontologia (Lei nº 1.254, de 4 de dezembro de 1950);
c) Escola de Agronomia (Lei nº 1.055, de 16 de janeiro de 1950);
d) Faculdade de Medicina do Ceará (Decreto nº 22.397, de 7 de março de 1951).

Dependente do parecer favorável do Conselho Universitário e de deliberação do Governo, — ficava a agregação ou desagregação de outros cursos outros estabelecimentos de ensino.

Compôs-se o primeiro Conselho Universitário dos Professores Manuel Antônio de Andrade Furtado (Faculdade de Direito), Luís de Oliveira Albuquerque (Faculdade de Farmácia e Odontologia), Prisco Bezerra (Escola de Agronomia) — como membros natos, Antônio Martins Filho, Fernando Leite e Raimundo Renato de Almeida Braga.

Primeiro Magnífico Reitor — o Professor Antônio Martins Filho, escolhido, de lista tríplice, pelo Sr. Presidente da República, "não apenas como um galardão pelos seus méritos intelectuais, mas ainda, como prêmio ao seu trabalho de todas as horas em prol da criação da Universidade".

The right man...

O Professor Martins é cearense, nasceu na cidade de Crato, em 22 de dezembro de 1904. Apesar de, muito jovem ainda, ter-se inclinado às letras, foi obrigado a empregar as suas atividades na carreira comercial, deslocando-se nesse mister para o Maranhão. Em Caxias fundou o "Ginásio Caxiense" e em Picos, no Piauí, a "Associação dos Empregados do Comércio". Fez os preparatórios no Liceu Piauiense e pela Faculdade de Direito do Piauí se bacharelou. Voltando ao Ceará em 1937, adquiriu a "Editora Fortaleza", que lhe dava o sustento e, sobretudo, lhe servia de veículo aos acentuados pendores livrescos, editando liros e revistas, no meio destas "Valor", sob sua própria direção. Professor Catedrático da Faculdade de Direito, da Escola de Comérico Padre Champagnat, da Faculdade de Ciências Econômicas e da Faculdade de Filosofia. Representando a Faculdade de Direito, tomou parte, como examinador, em dezoito concursos realizados em várias Faculdades do País. Como presidente da Embaixada Cultural Clóvis Beviláqua, visitou diversos países da Europa (1949). Ao Velho Mundo voltou em 1952, para concluir cursos especializados sobre Economia e Direito Aeronáutico. Em Fortaleza, faz parte do Instituto do Ceará e da Academia Cearense de Letras. É autor de vários livros e trabalhos culturais.

A Universidade do Ceará foi instalada no dia 25 de junho de 1955, em solenidade de grande imponência, no referido Teatro José de Alencar, de Fortaleza. Foi o Dr. Jurandir Lodi, Diretor do Ensino Superior, que, em nome do Ministro da Educação e Culura, Prof. Cândido Mota Filho, declarou oficialmente a instalação.

Trazia ele desse mesmo Ministro, para dizê-las aos cearenses, estas palavras: "No Brasil, sem tradição universtária, entregue, por muito tempo, à aventura e ao autodidatismo, a Universidade se reveste de significado de um compromisso, do qual o mais ligeiro recuo significa um desastre de conseqüências imprevisíveis. Tenho, por isso, a convicção de que a criação de uma universidade, em nosso País, deve ser avaliada em todas as suas conseqüências, diante de suas responsabilidades, por que ela não é apenas a lei que a criou, nem os homens de bons intentos que a inspiraram. Ela é a forma de vida, que exige um conjunto de circunstâncias, severidade nos propósitos, tenacidade nos desígnios, autenticidade nas soluções, integração com o meio capaz de sustentá-la."

À magna assembléia estiveram presentes o General Emílio Maurell Filho, Comandante da 10a. Região Militar, como representante do Presidente da República, o Magnífico Reitor da Universidade do Recife, Prof. Joaquim Amazonas, o Dr. Paulo Sarasate Ferreira Lopes, Governador do Estado, o General Humberto de Alencar Castelo Branco, Comandante da Escola de Estado Maior do Exército, além de outras autoridades.

Na sua oração de abertura salientou o Magnífico Reitor Martins Filho: "Não nos contentamos com a esperança de que o Brasil será o País do futuro. Ele necessita ser, e na realidade terá de ser, o país do presente. Desgraçado aquele que se deixar vencer pelo desencanto do pessimismo, na mórbida convicção de que os nossos males são incuráveis. Desgraçado, também, o espírito engolfado na filosofia simplista do *laissez faire, laissez aller.* Nos nossos quadros não haverá lugar para os covardes e pusilânimes, nem para aqueles que sofrem de apatia moral. Queremos trabalho, exigimos esforços, reclamamos tenacidade, esperamos abnegação. Se agirmos assim, ficará comprovada a tese por nós inicialmente enunciada — a de que assistimos, nesta data memorável, ao maior acontecimento de nossa vida cultural — à instalação solene da nossa Universidade.".

O prof. Manuel Antônio de Andrade Furtado, Diretor da Faculdade de Direito do Ceará, saudou os convidados especiais e as autoridades, e pela Universidade do Recife falou o seu Magnífico Reitor, rigozijando-se pelo extraordinário acontecimento. Manifestou os sentimentos dos estudantes universitários o acadêmico Paulo Roberto Coelho Pinto, e, os do Governo do Estado, o Dr. Paulo Sarasate. O representante da República encerrou a sessão.

Estava armada cavaleiro a jovem Universidade nordestina.

Mais tarde, criaram-se a Faculdade Católica de Filosofia mantida pela Ordem dos Maristas; a Escola de Administração do Ceará, de iniciativa particular e encampada pelo Governo estadual; e a Faculdade de Veterinária, por este instituída. Em Limoeiro do Norte funciona a Faculdade de Filosofia D. Aureliano Matos, estadual, e na cidade do Crato uma Faculdade de Filosofia e uma de Ciências Econômicas e Contábeis e uma Faculdade de Direito.

Essas entidades posteriormente seriam reunidas no conjunto da Universidade Estadual do Ceará, criada pela Resolução nº 02/75, de 5 de março de 1975, por ato do Conselho Diretor da Fundação Educacional do Estado do Ceará (FUNEDUCE) sob a orientação e larga experiência do prof. Antônio Martins Filho, nomeado seu Reitor *Pro Tempore.* A Nova Universidade foi instalada no dia 10 de março de 1977, em solenidade no Palácio da Abolição, presidida pelo Governador do Estado, Cel. Adauto Bezerra, o qual peremptoriamente afirmou: "Podemos orgulhar-nos de que nenhuma adversidade é capaz de deter-nos quando decidimos trabalhar para ampliar os horizontes de nossa existência e de nossa cultura." O primeiro Reitor designado foi o prof. Danísio Dalton da Rocha Corrêa,

empossado em 19 do mesmo mês. Ao professor Martins Filho, como presidente da FUNEDUCE, coube o título de Chanceler. Decreto Federal nº 79.172, de 26 de janeiro, havia reconhecido a UECE.

Antes, em 1971, fora instituída, em Fortaleza, a Fundação Educacional Édson Queirós, de logo reconhecida de utilidade pública pela Lei Estadual nº 945, de 26 de maio do mesmo ano, criando-se então a Universidade de Fortaleza (UNIFOR), inaugurada em 21 de março de 1972, reconhecida e autorizada a funcionar pelo Decreto federal nº 71.655, de 4 de janeiro de 1973. Foi seu primeiro Reitor o prof. Antero Coelho Neto. Édson Queirós foi o seu Chanceler. Atende plenamanente às suas finalidades, com a segurança de seu ensino e a modernidade de suas instalações.

Com a sede na cidade de Sobral, foi criada, pela Lei municipal de 23 de outubro de 1968, a Fundação Universidade Vale do Acaraú. Os vários cursos componentes da entidade foram reconhecidos devidamente e autorizados a funcionar por decretos federais de diversas datas. Compõem a U.V.A. as entidades: Faculdade de Filosofia D. José, Faculdade de Ciências Contábeis, Faculdade de Tecnologia e Faculdade de Enfermagem e Obstetrícia. O seu primeiro Reitor é o Pe. Francisco Sadoc de Araújo.

Criada, em 1972, pela Arquidiciocese de Fortaleza, que a mantém, foi a Faculdade de Filosofia de Fortaleza autorizada a funcionar pelo MEC, mediante o Dec. nº 71.330, de 8 de novembro desse ano; com o curso de Licenciatura, este reconhecido pelo mesmo Ministério, por força do Dec. nº 79.144, publicado no Diário Oficial da União em 19 de janeiro de 1977. Foi seu primeiro Diretor o Padre Francisco Manfredo Tomás Ramos.

Enquanto isso, a Cultura cearense muito reforçava com a criação de novas entidades acadêmicas, entre elas a Academia Cearense de Retórica (ACERE), fundada em 17 de maio de 1979, tendo como primeiro presidente o prof. Itamar de Santiago Espíndola; a Academia Cearense de Língua Portuguesa, fundada em 1º de dezembro de 1976, tendo como primeiro presidente o prof. Hélio de Sousa Melo; a Academia Cearense de Medicina, fundada em 12 de maio de 1978, sendo seu primeiro presidente o prof. José Waldemar de Alcântara. Em cidades do interior do Estado funcionam a Academia Sobralense de Estudos e Letras, fundada em 7 de setembro de 1943; o Instituto Cultural do Cariri, sede em Crato, fundado em 18 de outubro de 1953, cujo primeiro presidente foi o médico e historiador Irineu Pinheiro, e o Instituto Cultural do Vale Caririense, em Juazeiro do Norte, fundado em 22 de setembro de 1974, iniciativa do prof. Joaryvar Macedo, seu presidente nato.

Acontecimento do maior relevo é a criação da Secretaria de Cultura do Estado, decorrência da Lei nº 8.541, de 9 de agosto de 1966, desmembrada da Secretaria de Educação e Cultura, completada com a criação

do Conselho Estadual de Cultura, pelo Decreto nº 7.628, de 5 de outubro do mesmo ano. A instalação da nova Pasta deu-se no dia 9 de dezembro seguinte, tendo como primeiro titular o prof. Raimundo Girão.

A inovação, que já fora objeto de uma proposição apresentada, em 1946, ao I Congresso Cearense de Escritores, de começo sofreu a restrição de alguns críticos menos informados, mas, além de constituir empreendimento pioneiro, pois ao Ceará coube a primazia de fazê-lo corajosaente, tem concorrido de modo insofismável para a melhor estrutura e atuação de órgãos estaduais agora a ela subordinados e para a maior divulgação de nossas atividades intelectuais no País e fora de nossas fronteiras. Realiza, efetivamente, a Secretaria de Cultura, a que mais tarde se juntou o setor de Desporto, trabalho de todo elogiável, correspondendo ao que de sua presença era de esperar. Geraldo da Silva Nobre, historiador e incansável estudioso dos fatos e fastos de nossa evolução mental, assegura-o: "Após o surgimento da Universidade Federal do Ceará, o acontecimento mais significativo no tocante à promoção cultural neste Estado foi a criação de uma Secretaria de Estado com atribuições específicas, recebida com hostilidade por uns e com ceticismo por outros, por considerarem-na inútil, de antemão sujeita a fracasso." "Com a Secretaria de Cultura — já afirmamos — amplia-se a coordenação cultural da Universidade; é dela como que um desdobramento, tendo-se em vista dar mais vigor aos métodos de dirigir a cultura, que esta somente é posta em caixilhos nos países totalitários. Dar sistema, meios de funcionamento produtivo e estimulador, sem nenhum limite à liberdade cultural, isto sim, é a razão máxima da criação da recente Secretaria de Estado. Abre outro campo verde e florido onde respire a alma do homem de Cultura — os cientistas, os literatos, os artistas na confiança da pureza do ar que os seus pulmões sorvem satisfeitos."

BIBLIOGRAFIA

1 — ABREU, Capistrano de. *Caminhos antigos e povoamento do Brasil.* Rio de Janeiro, Briguet, 1930.

2 — _____ . *Capítulos de história colonial.* Rio de Janeiro, 1907.

3 — _____ . Um livro sobre a marquesa de Santos. *Rev. Inst. Ceará,* Fortaleza, *35: 298, 1921.*

4 — _____ . *Notícias atrasadas. Rev. Inst. Ceará,* Fortaleza, *19:* 117, 1905.

5 — _____ . *Prolegômenos.* 3a. ed. São Paulo, Melhoramentos, 1931.

6 — ABREU, Cruz. Presidentes do Ceará; segundo reinado do. *Rev. Inst. Ceará,* Fortaleza, *33:* 131, 1919.

7 — _____ . _____ . *33:* 157, 1919.

8 — _____ . Presidentes do Ceará; segundo reinado, 17º presidente, Ignácio Francisco Silveira da Motta, *Rev. Inst. Ceará,* Fortaleza, *38:* 180, 1924.

9 — ACTA da 1a. reunião preliminar para a creação de um clube Republicano na cidade do Aracaty. *Rev. Inst. Ceará,* Fortaleza, *14:* 280, 1900.

10 — ALBANO, Ildefonso. *Jeca-tatu e mané xique-xique.* Rio de Janeiro, Liv. Araújo, s.d.

11 — ALENCAR, José Martiniano de., Padre. Cartas do Padre José Martiniano de Alencar a Manoel do Nascimento Castro e Silva. *Rev. Inst. Ceará,* Fortaleza, *22:* 66, 85, 1908.

12 — _____ . Duas "falas" do Senador Alencar. *Rev. Inst. Ceará,* Fortaleza, *61:* 288, 1947.

13 — ALMANAQUE DO CEARÁ, 1922.

14 — ALMEIDA, Manuel Esteves de. Registros de memória dos principais estabelecimentos, factos e casos raros aconteccidos nesta villa da Santa Cruz do Aracaty. *Rev. Inst. Ceará,* Fortaleza, *1:* 83, 1887.

15 — _____ . *1:*85, 1887.

16 — ANAIS da Biblioteca Pública Pelotense.

17 —ANDRADE, Humberto de. *In*: GIRÃO, Raimundo & Martins Filho, Antônio, *O Ceará.* 2. ed. Fortaleza, Imp. Oficial, 1945, p. 45.

18 — ARAGÃO, Manoel Ximenes de. Memórias do Professor Manoel Ximenes de Aragão; as phases de minha vida, genealogia. *Rev. Inst. Ceará,* Fortaleza, *26;* 149, 1913.

19 — _____ . *27:* 143, 1913.
20 — ARARIPE, T. Alencar. *História da província do Ceará desde os tempos primitivos até 1850.* 2. ed. Recife, Tip. do Jornal do Comércio, 1958.
21 — BARROS, Souza. *Êxodo e fixação;* sugestões para uma política de colonização e aldeamento no Nordeste. Rio de Janeiro, Serviço de Informação Agrícola, 1953, p. 27 (Série Estudos brasileiros, 5).
22 — BECK, Mathias. Diario da Expedição de Mathias Beck ao Ceará em 1649. *Rev. Inst. Ceará,* Fortaleza, *17:* 381, 1903.
23 — BEZERRA, Antônio. *Algumas origens do Ceará.* Fortaleza, Tip. Minerva, 1918.
24 — BIBLIOTECA histórica brasileira, V. 7, São Paulo, Liv. Martins. s.d.
25 — BOLETIM DA I.F.O.C. *8* (2).
26 — BRAGA, Renato. Um Capítulo esquecido da economia pastoril do nordeste. *Revista Cultura Política* (38): 70, maio 1944.
27 — _____ . *Plantas do Nordeste, especialmente do Ceará.* Fortaleza, Imp. Oficial, 1953.
28 — BRASIL, Tomás Pompeu de Souza. *Org. O Ceará no centenário da independência.* Fortaleza, Tip. Minerva, 1922.
29 — _____ . *O Ceará no começo do século XX.* Fortaleza, Tip. Litográfica, 1909.
30 — _____ . *A Cultura do algodão, especialmente no Ceará.* Fortaleza, Tip. Gadelha, 1916.
31 — _____ . *Relatório da Associação Comercial do Ceará.* 1889.
32 — BRÍGIDO, J. Biographias; Coronel João de Andrade Pessoa Anta — Segunda parte. *Rev. Inst. Ceará,* Fortaleza, *3:* 65, 1889.
33 — _____ . _____ ; Padre Gonçalo Ignacio de Loyola Albuquerque Mello Mororó. Primeira parte. *Rev. Inst. Ceará,* Fortaleza, *3:* 38-63, 1889.
34 — _____ . A Capitania do Ceará. *Rev. Inst. Ceará,* Fortaleza, *24:* 173, 1910.
35 — BRIGIDO, J. *Ceará, homens e fatos.* Rio, Tip. Besnard Frères, 1919.
36 — _____ . *Miscelânea histórica.* Fortaleza, Tip. Universal, 1889.
37 — BRITO, Lemos. *Pontos de partida para a história econômica do Brasil.* Rio de Janeiro, Tip. do Anuário do Brasil, 1923.
38 — CALMON, Pedro. *História do Brasil.* S. l.; Brasiliana, s. d.
39 — CASCUDO, Luis Câmara. *Geografia do Brasil Holandês.* Rio de Janeiro, José Olimpio, 1956.
40 — _____ . *Os Holandeses no Rio Grande do Norte.* s. l., S. ed., 1949.
41 — CATUNDA, J. *Estudos de História do Ceará.* 2 ed. Fortaleza, Tip. Gadelha, 1919.

42 — CAVALCANTI, Amaro. *Elementos de finanças.* Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1896.
43 — COLEÇÃO Brasiliana.
44 — COSTA, Pereira da. Anais pernambucanos. *Rev. Inst. Arq. e Geográfico de Pernambuco. 32:* 181.
45 — _____ . *Cronologia histórica do Piauí.* 1921.
46 — COUTINHO, Antônio Luis Gonçalves da Câmara. Documentos para a historia do Brasil e especialmente a do Ceará; nº 394. *Rev. Inst. Ceará.* Fortaleza, *36:* 213, 1922.
47 — CUNHA, Euclides da. *Os Sertões.* 9. ed. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1926.
48 — DATAS de sesmarias do Ceará. Fortaleza, Tip. Eugênio Gadelha e Filhos, 1920.
49 — DESCRIÇÃO histórica do Brasil. Lisboa, Tip. L. C. da Cunha, s. d.
50 — DOCUMENTOS. *Rev. Inst. Ceará.* Fortaleza, *7:* 167, 1893.
51 — DOCUMENTOS para a história do Brasil e especialmente a do Ceará. *Rev. Inst. Ceará,* Fortaleza, *34:* 238, 1920.
52 — _____ . *35:* 136, 1921.
53 — _____ . *37:* 24, 1923.
54 — _____ . *37:* 76, 1923.
55 — _____ . *37:* 129, 1923.
56 — DOCUMENTOS para a História do Governo de Bernardo Manoel de Vasconcellos. *Rev. Inst. Ceará, 28:* 330, 1914.
57 — DO ESCAMBO à escravidão. p. 26. (Coleção Brasiliana, nº 225).
58 — DO ÓLEO DO CAJU. Fortaleza, 1946.
59 — DUQUE, José Guimarães & Guerra, Paulo de Brito. Observações sobre a cultura da oiticica. *Boletim da I.O.C.S., 11:* 3.
60 — ENÉAS, Agostinho. Carta de Agostinho Enéas da Costa a Luís Monteiro Maia, relatando a proclamação da República no Ceará (1889). *Rev. Inst. Ceará,* Fortaleza; *59:* 72, 1945.
61 — ESPÍRITO da Sociedade Colonial. S.n.t., p. 66 (Col. Brasiliana, nº 40)
62 — ETNIAS Sergipanas; contribuição ao seu estudo. Aracaju, s. ed., 1950. (Coleção Estudos Sergipanos, v. 6)
63 — FAZENDA, Vieira. A Imprensa no Ceará. *Rev. Inst. Ceará,* Fortaleza, *21:* 12, 1907.
64 — FERREIRA, Francisco Inácio. *Dicionário geográfico das minas e do Brasil.* Rio de Janeiro, Imp. Oficial, 1885.
65 — FERREIRA, Sebastião Soares. Notas estatísticas. Rio de Janeiro, 1960, p. 48. *Apud* POMPEU SOBRINHO, Tomás. *A Cultura.*

66 — FIGUEIRA, Luis (padre). Relação do Maranhão, 1608, pelo jesuita padre Luis Figueira enviada a Claudio Águaviva. *Rev. Inst. Ceará,* Fortaleza, *17:* 97, 1903.
67 — _____ . *17:* 108, 1903.
68 — FONSECA FILHO, Julio Cesar da. O Ceará e a proclamação da república. *Rev. Inst. Ceará,* Fortaleza, *38:* 342, 1924.
69 — FREYRE, Gilberto. *Casa grande e senzala.* 2. ed. Rio de Janeiro, Schimith, 1936.
70 — _____ . *O mundo que o português criou.* Rio de Janeiro, José Olímpio, 1940.
71 — _____ . *Nordeste;* aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil. 4. ed. Rio de janeiro, J. Olympio, 1967.
72 — FURTADO, Andrade. Para que o mundo pense... *Rev. Inst. Ceará,* Fortaleza *64:* 177, 1950.
73 — GARDNER, George. *Viagens no Brasil.* Cap. 5, 6. (Col. Brasiliana, 223).
74 — GENESIS. *Rev. Inst. Ceará,* Fortaleza, *28:* 348, 1914.
75 — GIRÃO, Raimundo. *A Abolição no Ceará.* Fortaleza, A. Batista Fontenele, 1956.
76 — _____ . *Antologia cearense.* Fortaleza, Imp. Oficial, 1957.
77 — _____ . *Educandários de Fortaleza.* Fortaleza, Imp. Universitária, 1955.
78 — _____ . *História econômica do Ceará.* Fortaleza, Instituto do Ceará, 1947.
79 — GIRÃO, Valdelice Carneiro. *As oficinas ou charqueadas no Ceará.* Fortaleza, Secretaria de Cultura e Desportos, 1984.
80 — GOMES, Pimentel. *A Carnaubeira.* João Pessoa, Imp. Oficial, s.d.
81 — HISTÓRIA Colonial do Ceará. Separata da Rev. da Academia Fluminense de Letras, 1953.
82 — HYGINO, José. Gedion Morris de Jorge. *Rev. Inst. Ceará,* Fortaleza, *10:* 46, 1896.
83 — _____ . *10:* 46-286, 1896.
84 — _____ . *10:* 75, 1896.
85 — ITAYTERA; revista do Inst. Cultural do Cariri, *1* (1): 134, 1955.
86 — JORNAL O POVO, Fortaleza, 26 ago., 1944.
87 — KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil.* S.n.t, p. 207.
88 — LEITE, Serafim (Padre). *História da Companhia de Jesus no Brasil.* Rio de Janeiro, Imprensa nacional, 1943.
89 — _____ . *História da Companhia de Jesus no Brasil.* Rio de Janeiro, Imp. nacional, 1943.
90 — _____ . *Pe. Ascenço Gago na História da Companhia.* S.n.t, v. 3, p. 40.
91 — LIMA, Nestor. *Rev. Inst. do R. G. Norte. 35-7:* 279.

92 — LIRA, A. Tavares de. *Apontamentos sobre a questão de limites entre o Ceará e o Rio Grande do Norte.* S.n.t, v. 2.
93 — LUSTOSA, Antônio Almeida. *Primeiro centenário da arquidiocese de Fortaleza, 1854-1954.* Fortaleza, s. ed., s.d.
94 — MAGALHÃES, Josa. Previsões folclóricas das secas e dos invernos no nordeste brasileiro. *Rev. Inst. do Ceará,* Fortaleza, *66:* 253-68, 1952.
95 — MANCHAS do sol e as secas; as causas destas e os meios de atenuar seus efeitos. *In:* MORENO, SOARES. TRICENTENÁRIO.
96 — MANUSCRIPTO. *Rev. Inst. Ceará,* Fortaleza, *4:* 174, 1890.
97 — _____ . *4:* 175, 1890.
98 — _____ . *4:* 180, 1890.
99 — MARTINS, Vicente. O Hospicio dos Jesuitas de Ibiapaba. *Rev. Inst. Ceará,* Fortaleza, *42:* 158, 1928.
100 — MELO, Homem de. *História da América portuguesa.* Salvador, s.ed., 1878.
101 — MELO NETO, José Gonçalves de. *Tempos dos flamengos.* Rio de Janeiro, José Olímpio, 1947.
102 — MELO, Tancredo. *Almanaque do Rio Grande do Sul.* S.l., s.ed., 1912.
103 — MEMÓRIA sobre o clima e as secas do Ceará. *In:* ALMANAQUE do Ceará. Fortaleza, Tip. Econômica, 1903.
104 — MENEZES, Antonio Bezerra de. *Notas de Viagem no Norte do Ceará.* 2. ed. Lisboa, 1915.
105 — MENEZES, Luiz Barba Alardo de. Memória sobre a capitania independente do Ceará grande escripta em 18 de abril de 1814 pelo governador da mesma. *Rev. Inst. Ceará,* Fortaleza, *11:* 36-60, 1897.
106 — _____ . *11:* 50, 1897.
107 — MONTENEGRO, Abelardo. *Ceará;* tentativa de interpretação. Fortaleza, Tip. Royal, 1953.
108 — MONTENEGRO, João, Alfredo. *Ideologia e conflito no Nordeste rural;* Pinto Madeira e a Revolução de 1832 no Ceará. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1976.
109 — MORENO, Diogo de Campos. Jornada do Maranhão. *Rev. Inst. Ceará,* Fortaleza, *21:* 209-30, 1907.
110 — _____ . *21:* 235, 1907.
111 — MOTA, Mauro. *O Cajueiro Nordestino.* Rio de Janeiro, MEC. Serv. de Documentação, 1956.
112 — NO ALMANAQUE do Ceará. Fortaleza, Ed. Fortaleza, 1942.
113 — NOBRE, Geraldo da Silva. *As Oficinas de carne do Ceará;* uma solução social para uma pecuária em crise. Fortaleza, Gráfica Editorial Cearense, 1976.
114 — NOGUEIRA, João. D. Bárbara e o Governador Sampaio. *Rev. Inst. Ceará,* Fortaleza, *42:* 106, 1928.

115 — _____ . Presidentes do Ceará; segundo reinado, 18º presidente, Dr. Joaquim Marcos de Almeida Rêgo. *Rev. Inst. Ceará,* Fortaleza, *49:* 146, 1935.
116 — NOGUEIRA, Paulino. Fortaleza do Ceará; fortificação. *Rev. Inst. Ceará,* Fortaleza, *2:* 123, 1888.
117 — _____ . Presidentes do Ceará; período regencial, 7º presidente, Senador José Martiniano de Alencar. *Rev. Inst. Ceará,* Fortaleza, *13;* 170, 1899.
118 — _____ . Presidentes do Ceará; primeiro reinado, 3º presidente, Coronel Antonio de Sales Nunes Berford. *Rev. Inst. Ceará,* Fortaleza, *6:* 230, 1892.
119 — _____ . Presidentes do Ceará; primeiro reinado, 4º presidente. Marechal de Campo Manoel Joaquim Pereira da Silva. *Rev. Inst. Ceará,* Fortaleza, *10:* 32, 1896.
120 — _____ . Vocabulário indígena em uso na província do Ceará, com explicações etymológicas, orthográphicas, topográphicas, hitóricas, therapêutica, etc. *Rev. Inst. Ceará,* Fortaleza, *1:* 265, 1887.
121 — NORMANDO, J. F. *Evolução econômica do Brasil.* P. 214 (Col. Brasiliana, 152).
122 — OLIVEIRA, João Baptista Perdigão de. Um capítulo da história do Ceará; ligeiras retificações. *Rev. Inst. Ceará,* Fortaleza, *4:* 118-54, 1890.
123 — _____ . *4:* 131, 1890
124 — _____ . *4:* 148, 1890.
125 — _____ . A primeira villa da província; notas para a história do Ceará. *Rev. Inst. Ceará, 1:* 103-203, 1887.
126 — _____ . *1:* 123, 1887.
127 — OSÓRIO, Fernando. *A Cidade de Pelotas.* S.n.t, p. 29, 31.
128 — PARA a biographia do General Pedro Labatut. *Rev. Inst. Ceará,* Fortaleza, *13:* 220, 1899.
129 — PARA a história das minas dos Cariris. *Rev. Inst. Ceará,* Fortaleza, *35:* 244, 1921.
130 — PARENTE, Esmerino. *Exploração algodoeira no Ceará.* São Paulo, Irmãos Spina, 1935.
131 — PARTE documental; documentos para a história da Confederação do Equador no Ceará colligidos pelo Barão de Studart. *Rev. Inst. Ceará,* Fortaleza, *38:* 363, 1924. (tomo especial).
132 — _____ . *38:* 377, 1924 (tomo especial)
133 — _____ . *38:* 402, 1924 (tomo especial).
134 — _____ . PAULET, Antônio Jozé da Silva. Descripção geografica abreviada da Capitania do Ceará. *Rev. Inst. Ceará,* Fortaleza, *12:* 9, 1898.
135 — PEIXOTO, Eduardo Marques. Apontamentos sobre a freguesia de S. Quitéria. *Rev. Inst. Ceará,* Fortaleza, *20:* 91, 1906.

136 — _____ . A Camara da Villa de N. S. d'Assumpção do Ceará Grande, o seu edifício; luta com os governadores da capitania; 1725-1816; o pelourinho da villa em 1817; a villa em 1820. *Rev. Inst. Ceará,* Fortaleza, *20:* 4, 1906.
137 — PENA, Leonam Azevedo — *trad. Viagem ao Rio Grande do Sul.* S.l., s.ed., 1935.
138 — PENNAFORT, Cônego Ulysses de. O Nome Ceará. *Rev. Inst. Ceará,* Fortaleza, *14:* 265-270, 1900.
134 — PEREIRA, Joze Rebello de Souza. Administração de João Carlos Augusto d'Oeynhausen no Ceará. *Rev. Inst. Ceará,* Fortaleza, *40:* 157, 1926.
140 — _____ . *40:* 169, 1926.
141 — _____ . *40:* 173, 1926.
142 — PINHEIRO, Irineu. *Joaquim Pinto Madeira.* Fortaleza, Imp. Oficial, 1946.
143 — _____ . PINHEIRO, Irineu. A Morte do capitão J. da Penha. *A Ação,* Crato, 17.out.1953.
144 — PINTO, L. A. da Costa. *Lutas de família no Brasil.* (Col. Brasiliana, p. 263)
145 — POMPEU SOBRINHO, Thomás. O Ceará; aspectos fisiográficos e antropológicos. *In:* GIRÃO, Raimundo & MARTINS FILHO. *O Ceará.*
146 — _____ . O homem do Nordeste. *Rev. Inst. Ceará,* Fortaleza, *51:* 334, 1937.
147 — _____ . As Origens dos Índios Cariris. *Rev. Inst. Ceará,* Fortaleza, 64: 314, 1950.
148 — _____ . Povoamento do Nordeste brasileiro. *Rev. Inst. Ceará,* Fortaleza, *51:* 107, 1937.
149 — _____ . *51:* 124, 1937.
150 — _____ . *Pré-história cearense.* Fortaleza, Instituto do Ceará, 1955.
151 — _____ . *Proto-história cearense.* Fortaleza, Instituto do Ceará, 1946.
152 — _____ . *Retratos do Brasil:* pequenos retoques ao livro de Paulo Prado. Fortaleza, Tip. Minerva, 1930.
153 — _____ . *Três documentos do Ceará colonial.* Fortaleza, Imp. Oficial, 1967.
154 — PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo.* São Paulo, 1942.
155 — PROVISÃO Régia demarcando o terreno que se deve à Villa do Aracaty. *Rev. Inst. Ceará,* Fortaleza, *6:* 217, 1892.
156 — QUINDERÉ, José (Mons.) Dom Joaquim José Vieira segundo bispo do Ceará; aspectos da sua vida. *Rev. Inst. Ceará,* Fortaleza, *61:* 58-129, 1947.

157 — RAÇA e assimilação. S.n.t, p. 197. (Coleção brasiliana, n. 4).
158 — RELAÇÃO do Siará. *In:* MORENO, Soares. *Tricentenário da vinda dos Portugueses ao Ceará.* Fortaleza, Tip. Minerva, 1903.
159 — RELATÓRIO e Catálogo da província do Ceará na exposição nacional. Fortaleza, 1875.
160 — REVISTA Instituto hitórico brasileiro, *17:* 42.
161 — REVISTA do Instituto histórico brasileiro, *17:* 64.
162 — REVISTA A QUINZENA, Fortaleza, (5): 34, maio, 1887.
163 — O RIO GRANDE DO NORTE, 1941, *2:* 281.
164 — REVISTA VALOR, Fortaleza (24), abr. 1942.
165 — RINCÃO DE PELOTAS. *In: Anais do segundo Congresso de História e Geografia Sul-Rio-Grandense.* S.n.t.
166 — RIQUEZAS Minerais do Ceará e seu aproveitamento industrial. Fortaleza, s. ed. 1948.
167 — SAMPAIO, A. J. *Fitogeografia do Brasil.* (Coleção Brasiliana, 35).
168 — SAMPAIO, Theodoro. Da evolução histórica do vocabulário geográphico no Brasil. *Rev. Inst. Ceará,* Fortaleza, *16:* 220, 1902.
169 — _____ . Língua indígena; o nome Ceará. *Rev. Inst. Ceará,* Fortaleza, *15:* 314-317, 1901.
170 — SANTOS, João Brígido dos. O Resumo Chronológico para a História do Ceará. *Rev. Inst. Ceará,* Fortaleza, *2:* 63, 1888.
171 — SATYRO, M. Administração dos correios do Ceará. *Rev. Inst. Ceará,* Fortaleza, *42:* 106, 1923.
172 — SECA do Ceará, açudes, arborização, estradas de ferro. *Rev. Inst. Politécnico do Rio de Janeiro. 13.*
173 — SIMONSEN, Roberto C. *História econômica do Brasil—1500—1820.* São Paulo, Ed. Nacional, 1967. (Coleção Brasiliana, 100)
174 — SOUZA, Euzebio de. As Minas do Ipu; ponto de vista histórico. *Rev. Inst. Ceará,* Fortaleza, *32:* 16, 1918.
175 — STUDART, (Barão de). Administração Barba Alardo; resumo cronológico. *Rev. Inst. Ceará,* Fortaleza, *22:* 334, 1908.
176 — _____
22: 357, 1808.
177 — _____ . Cearenses elevados ao sólio episcopal. *Rev. Inst. Ceará,* Fortaleza, *36:* 416, 1922.
178 — _____ . Conselho Geral da Província do Ceará. *Rev. Inst. Ceará,* Fortaleza, *36:* 456, 1922.
179 — _____ . *36:* 466, 1922.
180 — _____ . *36:* 467, 1922.
181 — _____ . *36:* 490, 1922.
182 — _____ . *Datas e fatos para a história do Ceará.* Fortaleza, Tip. Studart, 1896.

183 — _____ . *Dicionário bio-bibliográfico cearense.* v.2, p. 192.
184 — _____ . *Documentos para a história do Brasil e especialmente do Ceará.* Fortaleza, Tip. Assis Bezerra, s.d.
185 — STUDART (Barão de). *Documentos para a história do Brasil e especialmente do Ceará.* Fortaleza. Tip. Assis Bezerra, v. 2.
186 — _____ . *Coord.* Documentos para a história de Martim Soares Moreno. *Rev. Inst. Ceará,* Fortaleza, *19:* 62, 1905.
187 — _____ . Duas memórias de Jesuíta Manuel Pinheiro. *Rev. Inst. Ceará,* Fortaleza, *46:* 182, 1932.
188 — _____ . *Geografia do Ceará.* Fortaleza, Tip. Minerva Bezerra, 1924.
189 — _____ . Geografia do Ceará. *Rev. Inst. Ceará.* Fortaleza. *37:* 336, 1923.
190 — _____ . Governo interino; administração Barba Alardo, Correspondencia official. *Rev. Inst. Ceará,* Fortaleza, *29:* 280-84, 1915.
191 — _____ . *29:* 288, 1915.
192 — _____ . *29:* 287, 1915.
193 — _____ . Os Jornaes do Ceará nos primeiros 40 annos, 1824-1864. *Rev. Inst. Ceará,* Fortaleza, *38:* 59, 1924. (tomo especial).
194 — _____ . Ligeiras notas sobre o café no Estado do Ceará. *Rev. Inst. Ceará,* Fortaleza, *42:* 91, 1928.
195 — _____ . *Notas para a história do Ceará; segunda metade do século XVIII. Lisboa, Tip. do Recreio, 1892.*
196 — _____ . *Ouvidoria e ouvidores do Ceará. Rev. Inst. Ceará,* Fortaleza, *36:* 60, 1922.
197 — _____ . _____ . *36:* 66, 1922.
198 — STUDART FILHO, Carlos. Dados para uma história eclesiástica do Ceará — 1603-1750. *Rev. Inst. Ceará,* Fortaleza, *60:* 34, 1955.
199 — _____ . As Fortificações do Ceará. *Rev. Inst. Ceará,* Fortaleza, *43-44:* 77, 1929-30. (nota 29).
200 — _____ . *43-44:* 81, 1929-30.
201 — _____ . *43-44:* 87, 1929-30.
202 — _____ . Notas históricas sobre os indígenas cearenses. *Revista do Instituto do Ceará,* Fortaleza, *45:* 53, 1931.
203 — _____ . *45:* 76, 1931. (notas 32, 33).
204 — _____ . Vias de comunicação do Ceará colonial. *Rev. Inst. Ceará,* Fortaleza, *51:* 15-45, 1937.
205 — _____ . *51:* 46, 1937.
206 — STUDART, G. Azevedo de Montaury e seu governo no Ceará; inauguração do novo Bispado do Ceará, desmembrado do de Pernambuco. *Rev. do Inst. Ceará,* Fortaleza, *6:* 189, 1892.

207 — STUDART, G. Azevedo de Montaury e seu governo no Ceará; *Rev. Inst. Ceará,* Fortaleza, *6:* 152, 1892.
208 — _____ . A Correspondência de Bernardo Manoel de Vasconcellos e João Carlos Augusto d'Oeyhausen com os ministros D. Rodrigo de Souza Coutinho e Visconde de Anadia como subsidio para a história de seus governos no Ceará. *Rev. Inst. Ceará, 3:* 153, 1889.
209 — _____ . História Pátria; Azevedo de Montaury e seu governo no Ceará. *Rev. Inst. Ceará,* Fotaleza, *5:* 71, 1891.
210 — _____ . *5:* 72, 1891.
211 — THÉBERGE, Pedro. Extractos. *Rev. Inst. Ceará,* Fortaleza, *25:* 231, 1911.
212 — THEÓPHILO, Rodolfo. *História da seca do Ceará.* Rio de Janeiro, 1922.
213 — _____ . *Libertação do Ceará.* Lisboa, Tip. A Edit. Limitada, 1914.
214 — _____ . *A seca de 1919.* Rio de Janeiro, Imp. Inglesa, 1922.
215 — VARNHAGEN. *História das lutas com os holandeses no Brasil.* S.n.t, 1971.
216 — VASCONCELOS, Elmo. *O paço da Assembléia.* Fortaleza, Imp. Oficial, 1977.
217 — VIANA, Oliveira. *Evolução do povo brasileiro.* Rio de Janeiro, José Olimpio, 1956.
218 — VIEIRA, Antônio (padre). Relação da missão da serra de Ibiapaba. *Rev. Inst. Ceará,* Fortaleza, *18:* 86-138, 1904.
219 — _____ . *18:* 99-100, 1904.
220 — _____ . *18:* 136, 1904.
221 — _____ . *18:* 137, 1904.
222 — VICTOR, Hugo. Deputados provinciais e estaduais do Ceará. Fortaleza, Edit. Jurídica, 1947.

OBRAS DO AUTOR

O Fenômeno Freudiano e a Criminologia(Tese de Doutoramento). Fortaleza, Editora Fortaleza, 1937.
A Receita Pública — Aspecto Brasileiro. Fortaleza, Ed. Fortaleza, 1937.
Esboço de Uma Genealogia. Fortaleza, Editora Fortaleza, 1937.
Diretrizes Novas do Conhecimento Financeiro. Fortaleza, Imprensa Oficial do Ceará, 1937.
Fiscalização dos Gastos Públicos. Fortaleza. Ed. Fortaleza, 1937.
O Ceará (em colaboração com Antônio Martins Filho), 1a. ed., 1939; 2a. ed. 1945; 3a. ed., 1966. Fortaleza, Editora Fortaleza (as duas primeiras) e Editora Instituto do Ceará.
O Comendador Machado e a sua Descendência. Fortaleza, separata da Revista do Instituto do Ceará, 1942.
Coronel Tibúrcio Cavalcanti (Biografia). Fortaleza, Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda do Ceará, 1941.
Cidade da Fortaleza. Fortaleza, Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda do Ceará, 1945.
História Econômica do Ceará. Fortaleza, Ed. Instituto do Ceará, 1947.
Bandeirismo Baiano e Povoamento do Ceará. Fortaleza, Edtora Instituto do Ceará, 1949.
Três Gerações (Ensaios). Fortaleza, Edições Clã, 1950.
A Princesa Vestida de Baile. fortaleza, Ed. Instituto do Ceará, 1950.
Pequena História do Ceará. Fortaleza. Editora A. Batista Fontenele, 1953 (2a. ed., Fortaleza, Ed. Instituto do Ceará, 1962), (3a. ed., Imprensa Universtária do Ceará, 1971), (4a. ed. UFC, 1984)
A Abolição no Ceará. Fortaleza, Editora A. Batista Fontenele, 1956. 2a. ed. revista, Imprensa Universtária, 1969.
Antologia Cearense. Fortaleza, Imprensa Oficial, 1957 (publicada sob os auspícios da Academia Cearense de Letras).
Geografia Estética de Fortaleza. Fortaleza. Imprensa Universitária do Ceará. 1959. 2a. ed. 1979, publicação do Banco do Nordeste do Brasil S.A.
História da Faculdade de Direito do Ceará. Fortaleza, Imprensa Universitária, 1960.
Matias Beck — Fundador de Fortaleza. Fortaleza, Imprensa Oficial do Ceará, 1961.
História Econômica Geral e do Brasil. Fortaleza, Tip. Minerva, 1964.

Ecologia de um Poema. Fortaleza, separata da Revista Clã, 1966.
Vocabulário Popular Cearense. Fortaleza. Imprensa Universitária do Ceará, 1967.
Montes, Machados, Girões. Fortaleza, Ed. Instituto do Ceará, 1967.
Palestina, uma Agulha e as Saudades. Fortaleza Imprensa Oficial do Estado, 1972, 2a. ed. 1984.
Famílias de Fortaleza (Apontamentos genealógicos). Imprensa Universitária do Ceará. 1975.
A Academia de 1894. Fortaleza, Imprensa Universitária do Ceará, 1975.
Botânica Cearense na Obra de Alencar e Caminhos de Iracema. Fortaleza, Imprensa Universitária do Ceará, 1976.
Porto do Mucuripe — Solução ótima para um problema difícil. Fortaleza, Editora Henriqueta Galeno, 1976.
O Senador Pompeu. Fortaleza, Editora Henriqueta Galeno, 1977.
Bichos Cearenses na Obra de Alencar. Fortaleza, Imprensa Universitária do Ceará, 1977.
A Cidade do Pajeú. Fortaleza, Editora Henriqueta Galeno, 1982.
Eduardo Henrique Girão (1882—1982). Fortaleza. Imprensa Oficial do Ceará, 1982.
Uma Dignidade Militar (1882—1982). Fortaleza, Tipografia Minerva, 1982.
Páginas Exumadas (Miscelânea). Fortaleza, Secretaria de Cultura e Desporto, 1982.
Os Municípios Cearenses e seus Distritos. Fortaleza, publicação da Superintendência do Desenvolvimento do Estado do Ceará (SUDEC), 1983.
Fortaleza e a Crônica Histórica. Fortaleza, Imprensa Universtária da U.F. C., 1983 (Coleção Alagadiço Novo da Casa de José de Alencar).
Descrição da Cidade da Fortaleza, de Antônio Bezerra de Meneses. (Introdução e Notas de Raimundo Girão) — no prelo.

Composição
José Maria Barbosa Nogueira
Paulo Hernani Cunha Menezes
Nazareno Coutinho André
Eliene Silveira Mendes

Revisão/Conferentes
Antônio Maltos Moreira
José Nivardo Chaves
Casimiro Sétimo da Silva
Eudênio Bezerra da Silva

Montagem
Maria do Carmo Nunes Campos

Supervisão Gráfica
Daniel Helienio/Anibal Alencar

Capa
Daniel Helienio/Mansuêto Magalhães

SUPER DESAD
DIVISÃO DE MECANOGRAFIA
02/2.000
85/1233